UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA

DEMOGRAFIA E ESTRUTURAS AGRARIAS. ANALISE DA DINAMICA DEMOGRAFICA E DAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FUNDIARIAS DA AGRICULTURA GALEGA 1950-1993

TOMO III

TESE DE DOUTORAMENTO apresentada por:

EDELMIRO LOPEZ IGLESIAS

SANTIAGO DE COMPOSTELA, Junho 1994

TERCEIRA PARTE:

OS FACTORES EXPLICATIVOS DA ESCASSA ENTIDADE QUE ALCANÇAROM EM GALIZA AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EXPLORAÇONS. Os freos à liberaçom de superfícies, e os obstáculos à mobilidade da terra.

INTRODUÇOM GERAL.

O estudo que realizamos nas duas primeiras partes desta investigaçom, permitiu-nos estabelecer duas conclusons fundamentais:

-Ao longo das três últimas décadas (redondeando, no período 1960-1990), o número de ocupados na agricultura galega experimentou umha forte reduçom; comparável, e mesmo claramente superior, à registada globalmente nos países da CEE.

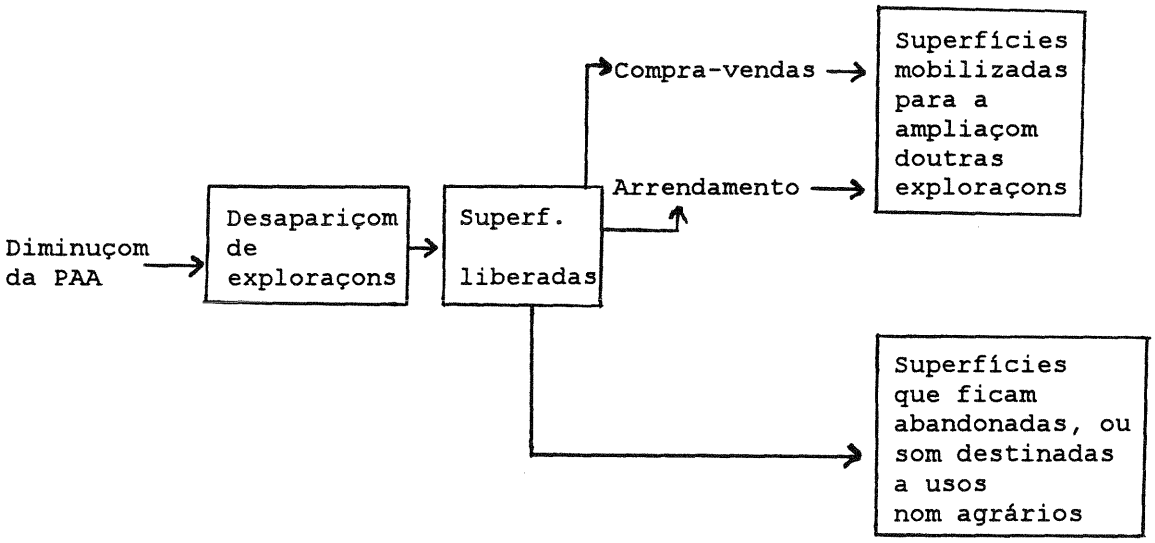
-Essa forte caída do volume de mao de obra agrária nom foi acompanhada, sem embargo, de transformaçons significativas na estrutura dimensional das exploraçons; nom deu lugar a um processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons quantitativamente relevante. De tal modo que a superfície média por exploraçom praticamente nom se incrementou, permanecendo nuns valores similares aos de meiados de século.

Constatados esses feitos, temos que perguntar-nos polos seus factores explicativos. Que factores podem explicar essa enorme divergéncia, entre a dinámica da PAA e o ritmo das mudanças estruturais ?. Ou dito noutras palavras: quais fórom os obstáculos que freárom na nossa agricultura as transformaçons estruturais, dando assi lugar à evoluçom observada. Esta é a questom que imos tratar de aclarar na terceira parte da nossa investigaçom.

Com o fim de clarificar inicialmente o tema, podemos começar com um esquema mui simples, sobre os processos ao través dos quais se opera a reestruturaçom "espontánea" das exploraçons, e a relaçom desses processos com a evoluçom da populaçom activa agrária. O diagrama que oferecemos a continuaçom (diagrama 9.1), resume de modo esquemático a seqüéncia dessas mudanças. Trata-se de umha representaçom sumamente simplificada da realidade, pero que é suficiente para os nossos propósitos neste ponto da análise.

Nesse esquema vemos que o primeiro componente das mudanças estruturais constitue-o a desapariçom de exploraçons; processo este que, em princípio, está estreitamente vinculado com o ritmo de diminuçom da PAA. A desapariçom de exploraçons dá lugar à liberaçom de um determinado volume de superfícies, que quedam potencialmente disponíveis para a ampliaçom doutras unidades produtivas. E resta depois o segundo grande passo ou condicionante das mudanças: o que se refire ao destino das superfícies liberadas. Estas podem ser mobilizadas efectivamente para a ampliaçom doutras exploraçons; já seja ao través das compra-vendas no mercado de terras, ou bem mediante a sua cesom em arrendamento. Pero também pode suceder que essas superfícies passem a usos nom agrários (urbano-industriais ou florestais); ou que sejam conservadas polos seus proprietários sem destina-las a nengumha utilizaçom, ficando simplesmente abandonadas.

DIAGRAMA 9.1. SEQÜÉNCIA DOS PROCESSOS AO TRAVÉS DOS QUAIS SE PRODUZEM AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DAS EXPLORAÇONS.



Daí desprende-se que, **para um ritmo dado de diminuçom da PAA, a magnitude das transformaçons estruturais (expressada por exemplo no aumento da superfície média por exploraçom), dependerá de dous aspeitos esenciais:**

i. **A medida na que a reduçom da PAA vai acompanhada de umha desapariçom de exploraçons**; a relaçom entre a intensidade de um e outro processo.

ii. **E a medida na que as superfícies liberadas som mobilizadas para o agrandamento doutras unidades produtivas; questom esta que se relaciona com toda a problemática da mobilidade da terra, do funcionamento que tenham o mercado de terras e o arrendamento, como vias possíveis para essa mobilidade.**

No caso concreto de Galiza, os dados publicados polos censos agrários permitem-nos estabelecer umha primeira imagem sobre o que sucedeu neste sentido; sobre a importáncia que tivérom esses dous tipos de questons no freo das mudanças. Ainda que, como indicamos no seu momento, as deficiéncias que apresentam as cifras obrigam a matizar essa imagem inicial.

Assi, tomando os resultados originais dos sucessivos censos (os referidos à evoluçom do total de exploraçons censadas), obtinhamos que[1]:

-O principal factor que limitou as transformaçons foi a lentitude da desapariçom de exploraçons; a grande estabilidade que regista o número de exploraçons (e em concreto as exploraçons de pequeno tamanho), em contraste com a rápida reduçom da PAA.

-A esse factor unia-se, pero com umha relevância quantitativa muito menor, a falta de mobilidade das (escassas) terras liberadas.

Agora bem, como sinalamos no seu momento, esses dados exageram a estabilidade do número de exploraçons, devido a que, nos últimos censos sobretodo, incluem-se aí muitas propriedades abandonadas e unidades produtivas com umha actividade mui reduzida. Deste modo, se excluímos das cifras de exploraçons essas propriedades abandonadas ou semi-abandonadas, a imagem sobre as tendéncias registadas nas últimas décadas ve-se modificada. Mantem-se a conclusom de que o redimensionamento efectuado foi insignificante, pero varia o diagnóstico sobre os factores explicativos:

-A desapariçom de exploraçons teria alcançado, dacordo com estas cifras corregidas, umha magnitude considerável; produzindo-se, em conseqüéncia, a liberaçom potencial de um importante volume de superfícies.

-Pero estas terras potencialmente liberadas nom fórom ampliar outras exploraçons, senom que ficárom na sua maior parte abandonadas, ou dedicadas a usos nom agrários.

Portanto, o feito de que nom se produzira umha reestruturaçom significativa deveria-se, neste caso, em proporçons similares aos dous tipos de factores citados: a lentitude da desapariçom de exploraçons, e a falta de mobilidade da terra. Ou mesmo seria este último o que passaria a um primeiro plano: o bloqueio da mobilidade da terra, que levou ao abandono ou subutilizaçom de um elevado volume de superfícies agrárias.

Em qualquer caso, sem poder precisar totalmente a sua importáncia respectiva, temos aí delimitados os dous tipos de obstáculos que freárom as transformaçons estruturais na agricultura galega[2]. E, portanto, os

---

[1] Ver supra: apartado 3.1 do capítulo VII.

[2] A dificuldade para determinar com precisom a importáncia que tivérom na prática os dous tipos de obstáculos (os freos à liberaçom de superfícies, e a escassa mobilidade destas terras liberadas), deriva-se em boa medida de um problema conceptual: nom é fácil separar a questom da liberaçom das terras da referida ao seu destino.

dous ámbitos de questons que devemos analisar, para tratar de explicar a evoluçom registada:

a. **Por umha parte, está a problemática da relaçom existente entre a dinámica da PAA e a evoluçom do número de exploraçons.** Que factores podem explicar a forte divergéncia que se observa em Galiza entre umha e outra evoluçom; a lentitude que apresenta a desapariçom de exploraçons, comparada com o ritmo de caída da PAA ?.

b. **O segundo ámbito de questons a abordar refire-se à mobilidade da terra, aos obstáculos que freárom esta mobilidade na nossa agricultura**, fazendo assi que a maior parte das terras liberadas quedaram abandonadas.

O objectivo desta terceira parte da investigaçom é avançar no estudo e a clarificaçom desses dous tipos de problemas. Por um lado, examinando com maior detalhe os mecanismos que intervenhem nesses dous passos das mudanças estruturais. E, polo outro, tratando de determinar os factores que obstaculizárom

---

As terras liberadas podem definir-se como aquelas que, a resultas da desapariçom ou a contracçom de exploraçons, quedam potencialmente disponíveis para ser trabalhadas por outro agricultor. Ou, em palavras de A.Brun e C.Mahoudeau: *"Il semble que par terre libérée, on veuille désigner les surfaces que à la suite du retrait d'un exploitant en place sont susceptibles d'être réorganisées, de manière a promouvoir des structures nouvelles -que cette promotion se fase spontanément ou par l'intermédiaire d'une action de la puissance publique."* (BRUN,A. /MAHOUDEAU,C., Capítulo referido a França no informe: COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES, Surfaces agricoles pouvant être mobilisées pour une réforme de structure., Informations internes sur l'agriculture, no. 71, agosto 1971, pag. 65).

Agora bem, como indicam estes mesmos autores, daí resulta que em rigor: *"...la notion de libération de terre ne peut être définie que par référence au futur, à un usage ulterieur."* (Ibidem, pag. 65). E neste sentido, resulta difícil separar nitidamente essa questom da referida ao destino das terras.

Apesar disso consideramos que, a efeitos analíticos, essa distinçom segue sendo de grande utilidade. Porque, conceptualmente, trata-se de dous fenómenos diferentes, que estám condicionados por factores também diferentes.

estas mudanças na agricultura galega. A nossa análise estrutura-se aqui em 4 capítulos:

-O primeiro, o capítulo IX, está dedicado ao estudo da relaçom existente entre a diminuçom da PAA e o ritmo da desapariçom de exploraçons; tentando aclarar as causas da lentitude que regista em Galiza este último processo.

-No capítulo X efectuamos umha primeira aproximaçom de carácter geral à problemática da mobilidade da terra na agricultura galega. Para isto começamos analisando, num plano especulativo, os principais factores que incidem nesta mobilidade; os factores que condicionam tanto o funcionamento do mercado de terras, como o do arrendamento, em tanto que mecanismos de mobilidade da terra e de ampliaçom das exploraçons. Sobre a base desse esquema ou quadro analítico, e apoiando-nos na evidéncia empírica disponível, tratamos de aportar algumhas reflexons e de formular algumhas hipóteses, sobre as possíveis causas da escassa mobilidade da terra que se constata em Galiza.

Os resultados que podemos obter ao través dessa análise de carácter geral, vem-se sem embargo mui limitados, na sua solidez e precisom, devido à enorme escassez de informaçom empírica que sobre estas questons encontramos no caso galego. Assi, para avançar mais neste campo, fai-se imprescindível melhorar os nossos conhecimentos empíricos sobre o funcionamento dos mecanismos de mobilidade da terra. Isto é o que tratamos de fazer nos dous últimos capítulos da investigaçom, servindo-nos em ambos casos de dados inéditos, procedentes de umha recolhida directa de informaçom.

-No capítulo XI, analisamos os resultados que obtivemos num inquérito realizado sobre umha amostra de umhas 250 exploraçons, distribuídas em 5 municípios de diferentes zonas de Galiza. Aqui partimos da informaçom referida à situaçom destas exploraçons em 1978; e tentamos conhecer, de um modo detalhado, as mudanças que experimentou a sua superfície ao longo do período 1978-1989. Assi, por umha parte, vemos qual foi a percentagem dessas exploraçons que desaparecérom durante os 11 anos, e o destino, a situaçom actual, das terras que as integravam. E, por outro lado, examinamos as variaçons registadas ao longo do período na superfície daquelas exploraçons que se mantenhem vivas ao final do mesmo: compras e vendas de terras que realizárom, superfícies que tomárom arrendadas, etc.

-Finalmente, o capítulo XII está dedicado ao estudo das características e o funcionamento do mercado de terras agrárias em Galiza. Em primeiro lugar, analisamos aqui a informaçom estatística disponível sobre o nível que alcançam na nossa agricultura os preços da terra, e sobre a sua evoluçom recente; tratando

de estabelecer algumhas conclusons sobre os seus factores explicativos[3]. E oferecemos depois uns primeiros dados sobre o volume e as características das transacçons no mercado de terras, referidos em concreto a umha comarca do interior da província de A Corunha (a comarca de Arçua), e ao biénio 1987-1988. No seu momento especificaremos a procedéncia destes dados, e o método seguido para a sua obtençom. O seu reduzido ámbito, tanto geográfico como temporal, impide que podamos extraer daí conclusons aplicáveis ao conjunto de Galiza e á evoluçom nos últimos decénios. Pero, ainda com essas limitaçons, consideramos que a análise tem um notável interesse. Sobretodo por um motivo: a caréncia total de estudos e de informaçom empírica sobre este tema, que encontramos até agora no ámbito galego.

[3] Os factores explicativos, ou determinantes, do nível que alcançam aqui os preços da terra; e também os da sua evoluçom recente.

CAPITULO IX. A RELAÇOM ENTRE A DIMINUÇOM DA POPULAÇOM ACTIVA AGRARIA E A DESAPARIÇOM DE EXPLORAÇONS. O PROCESSO DE REEMPRAZAMENTO DOS TITULARES DE EXPLORAÇOM.

1. A RELAÇOM ENTRE A DINAMICA DA PAA E A EVOLUÇOM DO NUMERO TOTAL DE EXPLORAÇONS. OS FACTORES QUE FREAROM EM GALIZA A DESAPARIÇOM DE EXPLORAÇONS.

1.1. Dinámica da PAA e evoluçom do número de exploraçons. Análise das tendéncias gerais que se constatam nos países da Europa Ocidental.

A evidéncia empírica disponível para os países do nosso entorno, pom de manifesto a existéncia, em linhas gerais, de um paralelismo entre a dinámica da PAA e a evoluçom do número de exploraçons. Em particular, observa-se que o início da reduçom do volume de mao de obra agrária vai seguido, com um certo desfase, de um processo similar no que respeita ao número de exploraçons, iniciando este também umha contínua diminuçom. E, na evoluçom posterior, a medida que se acelera a caída da PAA, tende a intensificar-se também a desapariçom de exploraçons[4].

Esse paralelismo responde ou tem a sua origem na estreita vinculaçom existente entre as duas variáveis: a dinámica demográfica, e a evoluçom da estrutura dimensional das exploraçons. De tal modo que: *"De forma general se puede plantear el estudio de la desaparición de explotaciones como una de las consecuencias de la disminución de la población activa agraria."*[5]

Agora bem, o vínculo entre esses dous processos está longe de ser mecánico, como amostram os próprios dados estatísticos. Constata-se assi que a relaçom entre a taxa de diminuçom da PAA e a que regista o número de exploraçons, difire notavelmente, para um período determinado, de uns países a

---

[4] Em relaçom com isto, consultar por exemplo as observaçons e os dados empíricos para alguns países, que som oferecidos na obra:
-NAREDO, José Manuel, La evolución de la agricultura en España. 3a. ed., Ed. Laia, Barcelona, 1977, pp. 117 e ss.

[5] NAREDO, José Manuel, op. cit., pag. 117.

outros[6]. E o mesmo sucede se examinamos a evoluçom registada ao longo do tempo num país dado: a relaçom entre o ritmo de caída da PAA e o da desapariçom de exploraçons, varia de um a outro período.

Imos tratar de aclarar a continuaçom os principais factores que explicam essas divergéncias; **os principais factores que condicionam a intensidade da desapariçom de exploraçons, para um ritmo dado de diminuçom da PAA.**

a. A evoluçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais.

O primeiro factor a citar aqui é a evoluçom que regista a PAA por situaçons profissionais. Em princípio, pode assumir-se que o número de exploraçons segue estreitamente a evoluçom da cifra de titulares de exploraçom. Portanto, a relaçom que exista entre a diminuçom da PAA e a do número de exploraçons, dependerá da intensidade que aquela alcance nas diversas categorias de trabalhadores, do ritmo relativo de diminuçom dos titulares frente aos restantes grupos de ocupados agrários (ajudas familiares e assalariados). Assi, por exemplo, no suposto de que a reduçom se concentre esencialmente nos assalariados e ajudas familiares, e afecte em escassa medida aos chefes de exploraçom, o descenso da cifra de unidades de produçom será também de pouca magnitude.

Em relaçom com isto, é oportuno lembrar as tendéncias que se constatam em geral, no que respeita à dinámica da PAA por situaçons profissionais. Como vimos no capítulo V, o éxodo agrário nutre-se principalmente de assalariados e ajudas familiares, mentres que é muito menos freqüente no caso dos titulares de exploraçom. Isto fai que, nas etapas iniciais da diminuçom da PAA, o descenso da cifra de activos nas duas primeiras categorias seja muito mais intenso que nesta última. E, portanto, nestas etapas iniciais, a reduçom da PAA vai acompanhada de umha caída muito menor do número de exploraçons.

Essa evoluçom, sem embargo, vai-se modificando com o passo do tempo, a medida que se prolonga a diminuçom da PAA. Assi, vam morrendo ou chegando à idade de jubilaçom um número cada vez maior de titulares que

---

[6] Ver por exemplo as cifras referidas à evoluçom observada no período 1950-60 nos diversos países da OCDE, que se oferecem no estudo:
-OCDE, Agriculture et croissance économique., OCDE, Paris, 1965, pag. 70.

carecem de sucessor (ao ter abandonado os seus filhos a agricultura no passado). E, como conseqüência disso, intensifica-se a reduçom da cifra de titulares; aproximando-se esta às taxas registadas para os assalariados e ajudas familiares. O que implica, noutras palavras, que com o passo do tempo tende a aumentar o ritmo da desapariçom de exploraçons, aproximando-se este à taxa de diminuçom da PAA.

Deste modo, a relaçom entre a dinámica da PAA e a evoluçom do número de exploraçons num determinado país, varia ao longo do tempo, a medida que avança o processo de desenvolvimento. E isto mesmo é aplicável ao comparar as cifras de distintos países para um mesmo período: aquela relaçom estará estreitamente ligada com a fase do desenvolvimento na que se encontre cada país, com a antigüidade que tenha nele a diminuçom em termos absolutos da PAA[7].

As consideraçons anteriores estám também na base da hipótese que sobre este tema formula A.Brun, no sentido de que: a reduçom do número de exploraçons segue com um certo desfase à caída da PAA[8]. O seu esquema parte de um duplo suposto: as variaçons no volume da PAA devem-se principalmente ao éxodo agrário dos jovens filhos de agricultores (que trabalham como ajudas familiares); mentres que os titulares (os agricultores cujos filhos abandonárom o sector) raramente mudam de profissom, continuando em geral na agricultura até a sua jubilaçom ou morte. Isto último fai que as variaçons no número de exploraçons: *"...resultent surtout de la cessation d'activité d'agriculteurs âgés dont les héritiers ont quité l'agriculture 10 ou 20 ans plus tôt."*[9]

Daí deriva-se a hipótese que formula este autor: a diminuçom da cifra de exploraçons reflecte com um retardo de 10 a 20 anos o descenso experimentado

---

[7] Sobre este tema, consultar:

-NAREDO, José Manuel, op. cit., pp. 121-123.

[8] Ver:

-BRUN, André (com a colaboraçom de C.LAURENT), Perspectives de remplacement des chefs d'exploitation agricole., INRA, Paris, 1967, pp. 3-4 e 12-14.

A hipótese e o esquema aí exposto fora já antecipado por este autor numha obra anterior:

-BRUN, André, Démographie et structures foncières (Rédaction provisoire)., Société Française d'Economie Rurale, maio 1965, pag. 15.

[9] BRUN, André, Perspectives de remplacement... op. cit., pag. 14.

pola PAA. Ou, expressado noutros termos: a desapariçom de exploraçons que se regista num determinado período, é o produto do éxodo agrário e a diminuçom da PAA ocorrida 10 ou 20 anos antes. Esta hipótese é avalada polos dados que examina o próprio A.Brun, referidos a França e à evoluçom nos anos 40 e 50[10].

Em princípio, e a modo de hipótese, podemos reter também esta ideia: a existéncia de um retardo ou desfase na relaçom entre as duas variáveis.

b. Os obstáculos ou freos à desapariçom de exploraçons.

As notas anteriores oferecem-nos umha primeira aproximaçom ao tema que estamos tratando: a relaçom entre a dinámica da PAA e a desapariçom de exploraçons. Pero o esquema aí traçado é totalmente insuficiente, para explicar o ritmo que este segundo processo alcança nos diferentes países, e as divergéncias que apresenta com a taxa de diminuçom da PAA. Para completar o quadro explicativo, devemos ter em conta outros factores que intervenhem aqui, e que suponhem em concreto obstáculos ou freos à desapariçom de exploraçons.

O primeiro freo ou factor retardador desta desapariçom, já o sinalamos de feito nas páginas precedentes, estando implícito na dinámica da PAA por situaçons profissionais. Trata-se da "inércia profissional" que caracteriza aos titulares de exploraçom; o que fai que a desapariçom das unidades produtivas nom tenha lugar até que estes chegam á idade de jubilaçom[11]. Pero, ademais deste, existem outros dous tipos de fenómenos que podem frear ou obstaculizar

---

[10] Em concreto, os dados refirem-se à evoluçom registada a nível departamental polo número de exploraçons e a PAA. E os resultados indicam que: o coeficiente de correlaçom entre a taxa de diminuçom das exploraçons no período 1955-1963 e a taxa de reduçom da PAA no mesmo período, é inferior ao que se obtém tomando como variável explicativa a taxa de reduçom da PAA no período 1946-1954. Ver:
-BRUN, André, op. cit., pag. 14.

[11] Como explicamos no capítulo V, esta "inércia profissional" dos titulares de exploraçom é algo constatado de forma geral nos estudos sobre a mobilidade da mao de obra agrária. A sua origem está: em parte nas pautas de comportamento destas persoas, na sua escassa disponibilidade para abandonar a exploraçom com destino a outro sector da economia; e em parte também nas limitaçons que impom o mercado de trabalho à sua possível reconversom profissional, dado que se trata em geral de persoas de idade madura.
Para mais detalhes sobre esta questom remitimo-nos à exposiçom realizada no capítulo V, e às obras que ali citamos.

a desapariçom de exploraçons, fazendo que esta seja menos intensa que a reduçom da PAA: a difusom da agricultura a tempo parcial, da pluriactividade das famílias agrárias; e a prolongaçom da sua actividade por parte dos titulares de idade avançada que carecem de sucessor.

Sobre o tema da pluriactividade dos agricultores, e a relevância que esta tem para a dinámica das estruturas agrárias, encontramos numerosas referências na literatura, e também contamos com umha abundante evidéncia empírica. O segundo fenómeno (o comportamento dos titulares de idade avançada sem sucessor) é citado, em cámbio, com muita menor freqüência; e nom conhecemos nengum estudo no que se trate de contrastar empiricamente o seu papel, à hora de explicar a evoluçom registada polo número de exploraçons nos distintos países. Pero estamos em condiçons de afirmar que se trata também de um factor de grande relevância, como teremos ocasiom de demostrar com os dados referidos aos países membros da CEE. Antes imos aclarar algo mais o contido e os efeitos destes dous factores.

b1. A difusom da agricultura a tempo parcial (ATP).

No capítulo III desta investigaçom aludimos à importância crescente que o fenómeno da agricultura a tempo parcial, a pluriactividade das famílias agrárias, adquiriu nos países ocidentais ao longo das últimas décadas. O intenso éxodo agrário que se registou durante este período, nom implicou em muitos casos o abandono completo da actividade agrária e da residéncia na exploraçom; senom que o acceso a um emprego noutro sector, foi acompanhado do mantenimento de umha actividade na exploraçom familiar. Deste modo, muitas persoas que deixárom de ter a sua dedicaçom principal na agricultura, e que portanto deixárom de ser registados entre os activos deste sector, permanecérom sem embargo como trabalhadores agrários a título secundário, mantendo-se também viva a unidade de produçom agrária familiar.

Os dados estatísticos confirmam essa tendéncia geral à expansom da ATP na maior parte dos países ocidentais, e o peso relativamente elevado que esta alcança em geral na actualidade. Ainda que, como destacamos também no seu momento, a importância relativa do fenómeno varia muito de uns países a outros[12].

Vaiamos agora com a questom que aqui nos interessa: a incidéncia ou os efeitos que tem a ATP sobre a dinámica das estruturas agrárias. Esta é umha das

---

[12] Ver supra: a exposiçom que realizamos no capítulo III, e as obras ali citadas.

questons centrais abordadas nos estudos sobre o tema, e está relacionada com um dos principais aspeitos que é objecto de debate nestes estudos: a estabilidade ou, ao contrário, o carácter transitório do fenómeno, das situaçons de pluriactividade. As implicaçons da ATP para a dinámica a longo prazo das estruturas agrárias, dependem da resposta que demos a esse interrogante: as situaçons de alternáncia constituem unicamente umha fase transitória dentro do éxodo agrário, que desembocará, num prazo nom mui longo, no abandono completo da actividade na exploraçom; ou, polo contrário, trata-se de umha situaçom estável, que se mantém durante toda a vida activa do agricultor, e que é continuada em muitos casos polos seus descendentes.

Na literatura sobre o tema encontramos a defensores tanto de um como do outro ponto de vista; polo que nom parece possível dilucidar a questom no plano teórico e com umha validez geral[13]. Os dados empíricos, pola sua parte, amostram que o grau de estabilidade do fenómeno varia muito de umhas zonas a outras, dependendo de diversos factores: as características dos empregos desempenhados fora da exploraçom; o tipo de sistemas produtivos existentes na agricultura da zona, e a compatibilidade maior ou menor que estes tenhem com a realizaçom de umha actividade exterior, etc[14]. Isso polo que respeita à estabilidade dessas situaçons a um nível individual. O carácter mais ou menos transitório da ATP a esse nível, pode ser compatível com a sua permanéncia, e

[13] Ver o repasso dos diferentes pontos de vista sobre esta questom (a estabilidade da ATP), que se oferece na obra:
-ARNALTE ALEGRE, Eladio, Agricultura a tiempo parcial en el País Valenciano. op. cit., pp. 72-82.
Em relaçom com esta mesma questom, consultar:
-DELORD, B. /LACOMBE, Ph., La multi-activité des agriculteurs, conjoncture ou structure ?., trabalho apresentado ao "Colloque National" da A.R.F. celebrado em novembro de 1981.

[14] Um exemplo das grandes variaçons espaciais que se registam neste aspeito oferece-o B.Delord, numha análise referida a dous departamentos contíguos do sudeste de França: a Lozère e Herault. Assi, o autor constata que no primeiro caso, a "esperanza de vida" das exploraçons nas que o titular accedeu a um emprego exterior é tam só de 10 anos; mentres que no segundo esta cifra eleva-se a 35 anos. Essa diferéncia, na sua opiniom, explica-se polo tipo de sistemas agrários predominantes num e outro departamento: um sistema com domínio da gadaria extensiva no primeiro, frente à especializaçom vitícola (umha produçom que nom require um trabalho ou cuidados permanentes ao longo de todo o ano) no segundo. Ver:
-DELORD, Bernard, Mobilité et differentiation de la population agricole en Languedoc., INRA, Montpellier, 1978, pag. 9.

o incremento da sua importância relativa, a nível global, devido ao acceso contínuo de novos agricultores à condiçom de pluriactivos[15]. De feito, como indicamos antes, isto foi o que sucedeu em linhas gerais nos países da Europa Ocidental durante as últimas décadas. Ainda que a evoluçom concreta diferiu de uns países e regions a outros: ao lado de umha forte expansom da ATP nalgumhas áreas, constata-se um declive do fenómeno noutras[16].

`A margem da discusom sobre a estabilidade ou transitoriedade do fenómeno, o que resulta claro, em qualquer caso, é que a ATP supom um freo ou obstáculo à desapariçom de exploraçons[17]. E, no que se refire em concreto à evoluçom registada nos países da Europa Ocidental ao longo das últimas décadas, esse é um dos factores fundamentais que explicam as diferéncias observadas entre: a taxa de diminuçom da PAA, e o ritmo de desapariçom de exploraçons. Assi o confirmam os dados estatísticos[18].

b2. A prolongaçom da sua actividade por parte dos titulares de idade avançada que carecem de sucessor.

Outro factor que incide no ritmo da desapariçom de exploraçons, é o comportamento em relaçom à actividade por parte dos titulares de idade

---

[15] Ou também ao fenómeno inverso: persoas que trabalhavam exclusivamente noutro sector, e que accedem a umha actividade agrária conservando o emprego exterior.

[16] Consultar por exemplo a panorámica, sobre a evoluçom registada em diversas zonas de Europa, que oferece E.Arnalte:
-ARNALTE ALEGRE, Eladio, op. cit., pp. 77-82.

[17] Se assumimos que se trata de umha situaçom estável, o seu efeito será umha congelaçom prolongada da estrutura das exploraçons. Mentres que, no caso de considera-lo algo transitório, estaremos só perante um retardo temporal da desapariçom das exploraçons. Em qualquer caso, a conseqüéncia a curto e médio prazo é um freo deste último processo.

[18] Como os que oferece por exemplo E.Arnalte. Este autor examina, com cifras referidas a 10 estados membros da OCDE, a relaçom existente entre: a diferéncia entre as taxas de diminuçom da PAA e do número de exploraçons no período 1960-70; e a importáncia relativa da ATP nos distintos países em 1970. Pois bem, os resultados confirmam a existéncia que umha correlaçom significativa entre ambas variáveis: o coeficiente de correlaçom é de 0,795. Ver:
-ARNALTE ALEGRE, Eladio, op. cit., pp. 74-76.

avançada que carecem de sucessor. Como já indicamos, estes titulares sem sucessor raramente abandonam a agricultura com destino a outro sector, polo que a desapariçom da exploraçom nom se produze até que alcançam a idade de jubilaçom. Pero, ademais, pode suceder que muitos deles prolonguem a sua permanéncia ao frente da exploraçom mais alá dessa idade normal de jubilaçom (os 65 anos), ainda que seja com umha actividade cada vez mais reduzida, abandonando progressivamente o trabalho da maior parte das terras. É este o fenómeno ou situaçom concreta ao que aqui nos referimos: a permanéncia ao frente das exploraçons de agricultores jubilados que nom tenhem sucessor. Este tipo de comportamento retarda a desapariçom das unidades de produçom; e fai que, para umha determinada taxa de diminuçom da PAA, o descenso do número de exploraçons se veja freado.

Podemos exponher isto último em termos das estatísticas habitualmente disponíveis. Desde este ponto de vista, os titulares que alcançárom a idade de jubilaçom pero que conservam umha actividade agrária reduzida, deixam de figurar nas cifras de activos agrários (nas estatísticas de emprego estas persoas passam a ser classificadas como inactivos, posto que é esta a sua situaçom principal em relaçom à actividade). Sem embargo, esses agricultores, e as exploraçons agrárias que dirigem, continuam sendo registados nas estatísticas referidas às estruturas agrárias (censos agrários e inquéritos sobre estruturas); já que a unidade de produçom segue existindo (ainda que seja com umha reduzida actividade). Deste modo, o fenómeno ao que nos referimos (a prolongaçom da actividade por parte dos titulares jubilados sem sucessor), contribue a que a taxa de diminuçom do número de exploraçons seja menor que a registada pola PAA; e, portanto, naquelas áreas onde isso seja mais freqüente, pode dar lugar a grandes diferéncias entre essas duas taxas.

Referindo-nos ao ámbito da Europa Ocidental, podemos afirmar que a importáncia que este fenómeno tem nas décadas recentes varia muito de uns países a outros, estando isto em geral correlacionado com o nível de desenvolvimento agrário. Assi, a prolongaçom da actividade por parte dos agricultores de idade avançada, é especialmente freqüente naqueles países ou regions com umha agricultura menos desenvolvida, onde seguem vigentes em maior medida as pautas próprias das sociedades agrárias tradicionais. Mentres que isso sucede com muita menor freqüéncia nos espaços agrários mais desenvolvidos.

Esta questom require que nos detenhamos algo mais na sua clarificaçom.

A permanéncia dos agricultores na direcçom das exploraçons até idades mui avançadas, constituia em princípio umha pauta geralizada nas agriculturas familiares tradicionais. Neste tipo de contexto social, como indica A.Barthez: *"...le travail familial (...) n'est pas opposable à des congés ou à une cessation d'activité; il est*

omniprésent, il est un état."[19] A própria noçom de jubilaçom nom tinha aqui sentido ou existéncia real, e os agricultores tendiam assi a seguir em activo, e a conservar a direcçom da exploraçom familiar, mentres o permitira a sua capacidade física.

Desse comportamento derivavam-se dous tipos de efeitos:

-Em primeiro lugar, isso fazia que o relevo geracional ao frente das exploraçons se produzira de forma mui tardia, nom accedendo os filhos à titularidade até idades adultas ou mesmo maduras.

-Ademais, a medida que se intensifica o éxodo agrário, e um número cada vez maior de agricultores vam ficando sem sucessor, a citada pauta de actuaçom levava a demorar a desapariçom destas exploraçons, ralentizando assi as mudanças estruturais.

Tanto um como outro fenómeno, vam entrar claramente em conflito com as necessidades do processo de transformaçom da agricultura, que se desenvolve nos países ocidentais durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial. No primeiro caso, porque esse tipo de relaçons intergeracionais faziam às exploraçons agrárias pouco permeáveis à introduçom de inovaçons; dificultando, portanto, as mudanças nas técnicas e nos sistemas de produçom. E no segundo caso, porque a permanéncia em actividade dos agricultores de idade avançada sem sucessor, ralentizava o processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons, que era um dos pilares do modelo de crescimento agrário desenvolvido durante este período.

Isso fixo que desde princípios da década dos 60, umha boa parte dos estados da Europa Ocidental, sobretodo dos situados no centro e norte de Europa, começaram a introduzir medidas dirigidas a resolver esses problemas. Medidas que estavam orientadas: a acelerar a jubilaçom dos agricultores; e a assegurar que esta jubilaçom fora efectiva, é dizer, que se produzira o abandono efectivo e a liberaçom das terras (no caso de titulares sem sucessor), ou bem a sua cesom a um descendente (acelerando assi o relevo geracional). Os sistemas estabelecidos implicavam nalguns casos o estímulo de umha jubilaçom antecipada (dirigindo-se neste suposto aos agricultores com mais de 55 anos); mentres que noutros casos as medidas referiam-se à idade normal de jubilaçom (os 65 anos). Pero o que tinham de específico estas políticas, em comparaçom com os sistemas gerais de jubilaçom na agricultura (estabelecidos como parte do sistema de protecçom social), é que a concessom da pensom ou indemnizaçom condicionava-se ao abandono efectivo do trabalho das terras, cedendo-as a um

---

[19] BARTHEZ, Alice, Famille, Travail et Agriculture., Economica, Paris, 1982, pag. 60.

familiar, ou bem a outro agricultor (permitindo neste caso a ampliaçom doutras exploraçons)[20].

França e Holanda fórom os primeiros países europeios em introduzir este tipo de medidas, sendo seguidos depois por outros estados[21]. A própria CEE instaurou em 1972 um sistema de estímulo da jubilaçom antecipada dos agricultores, como parte de um paquete de 3 Directivas que marcam realmente o início da política comunitária de estruturas agrárias, e que vam constituir o núcleo desta política até 1985[22].

A aplicaçom, o éxito que tivérom na prática essas medidas, variou muito de uns países a outros[23]. Pero, em conjunto, podemos afirmar que naqueles países com um maior nível de desenvolvimento, o efeito dessas políticas, unido à modificaçom das pautas de comportamento dos agricultores que se derivava do próprio processo de modernizaçom agrária[24], trouxérom como resultado a

---

[20] Umha panorámica das disposiçons neste sentido, que existiam a princípios dos anos 70 nos diversos estados membros da OCDE, pode encontrar-se no informe:
-OCDE, Medidas de reforma de las estructuras agrícolas., OCDE-Instituto de Desarrollo Económico, Madrid, 1972, pp. 37-58.

[21] Ver: OCDE, Medidas de reforma... op. cit., pp. 37-58.
Sobre o contido das medidas que fórom aplicadas no caso concreto de França, consultar por exemplo:
-BARTHEZ, Alice, Famille, Travail... op. cit., pp. 59-73.

[22] O sistema ao que nos referimos estava regulado em concreto pola Directiva 160/72, relativa ao estímulo do cese na actividade agrária. Sobre o contido desta Directiva, consultar por exemplo:
-BLANCO GOMEZ, J.M., e outros, "La política agrícola de la Comunidad Económica Europea.", Documentación Administrativa, no. 185, 1980, pp. 651-689; pp. 664-666.

[23] Sobre isto consultar por exemplo:
-OCDE, Medidas de reforma... op. cit., pp. 48-58.
A própria Directiva da CEE, dentro de uns efeitos globais mui limitados, tivo umha aplicaçom mui distinta nos diversos estados membros. Ver por exemplo:
-MASSOT MARTI, Albert, "La reforma de la política estructural agrícola de la Comunidad.", Agricultura y Sociedad, no. 49, outubro-dezembro 1988, pp. 49-119; pp. 51-58.

[24] Modificaçom que pode resumir-se numha palavra: a "profissionalizaçom" dos agricultores, a extensom da concepçom da actividade agrária como umha profissom, mais que como umha "forma de vida".

progressiva generalizaçom da jubilaçom efectiva aos 65 anos ou antes. Deste modo, acelerou-se o relevo geracional na titularidade das exploraçons; e, o que nos interessa aqui mais directamente, acelerou-se também a desapariçom de exploraçons.

Essa modificaçom das pautas tradicionais produziu-se, em cámbio, em muita menor medida nos espaços agrários menos desenvolvidos. De tal forma que a permanéncia ao frente das exploraçons de titulares jubilados sem sucessor, continuou sendo aqui freqüente; freando nestas zonas a desapariçom de exploraçons, e a liberaçom de superfícies.

Isto que acabamos de afirmar comprova-se claramente, ao examinar a distribuçom por idades dos titulares de exploraçom que se regista actualmente nos diversos estados membros da CEE. No capítulo V tivemos ocasiom de comentar os dados referidos em concreto à CEE-10 e ao ano 1983. E víamos ali que a percentagem de titulares com umha idade igual ou superior a 65 anos variava muito de uns países a outros, estando correlacionada inversamente com o nível de desenvolvimento agrário. Assi, essa proporçom alcançava os valores mais elevados nos trés estados com umha agricultura menos desenvolvida: Grécia, Irlanda e Itália, onde oscilava entre o 23% e o 28%. Mentres que na R.F. de Alemanha só o 6,5% dos titulares tinham 65 e mais anos; e em Holanda e Bélgica a cifra situava-se ao redor do 12%[25].

Como resumo da exposiçom anterior, podemos estabelecer em definitiva as seguintes conclusons:

i. **A evoluçom do número de exploraçons agrárias está, em princípio, vinculada com a dinámica da PAA. Polo que podemos afirmar que o ritmo de diminuçom da mao de obra na agricultura, é o primeiro factor que condiciona a intensidade da desapariçom de exploraçons.**

ii. **Sem embargo, a vinculaçom entre essas duas variáveis está longe de ser mecánica. Assi, constata-se em geral que a taxa de diminuçom da cifra de exploraçons é inferior à registada polo volume de PAA; e ademais, a relaçom entre umha e outra taxa difire muito de uns a outros países, e também de uns a outros períodos. Estas diferéncias, segundo o que acabamos de exponher, explicam-se por trés tipos de factores:**

---

[25] Ver supra: quadro 5.33 no capítulo V.

-O primeiro é a evoluçom que regista a PAA por situaçons profissionais. A "inércia profissional" dos titulares de exploraçom dá lugar a que a desapariçom de exploraçons seja em geral menos intensa que a reduçom da PAA, ainda que a situaçom concreta varia segundo os países e os períodos.

-O segundo factor é a preséncia da agricultura a tempo parcial, da pluriactividade dos agricultores; que frea a desapariçom das unidades de produçom (para um ritmo dado de diminuçom da PAA).

-E o mesmo efeito tem o terceiro factor: a permanéncia ao frente das exploraçons dos titulares jubilados que carecem de sucessor.

A continuaçom imos contrastar empiricamente a validez do esquema explicativo aí perfilado; utilizando para isto os dados referidos aos estados membros da CEE-10 e à evoluçom registada durante o período 1960-1980. Imos ver em que medida a evoluçom do número de exploraçons que se constata nestes países, pode explicar-se a partir dos factores sinalados.

c. A dinámica da PAA e a evoluçom experimentada polo número de exploraçons, nos países que formam a CEE-10 (1960-1980).

Começamos exponhendo os diferentes passos que seguimos nesta análise, e os sucessivos cálculos que realizamos; para passar depois a resumir os resultados ou conclusons obtidos.

Em primeiro lugar, calculamos, para cada um destes 10 países, as taxas de variaçom acumulativa anual do emprego agrário e do número de exploraçons no período 1960-1980 (1960-1982 no caso das exploraçons). Estas taxas aparecem recolhidas no **quadro 9.1**, onde obtivemos também a diferéncia ou saldo existente entre elas.

O seguinte passo consistiu em contrastar a medida na que a diferéncia anterior aparece correlacionada com o grau de difusom da ATP nos distintos países. O índice que utilizamos para medir isto último é em concreto: a percentagem que suponhem em 1980 os titulares de exploraçom com outra actividade lucrativa principal. E o que fixemos foi calcular a regressom linear

simple entre os valores dessas duas variáveis[26]. Estes valores figuram no **quadro 9.2**, mentres que os resultados da regressom estám reproduzidos no **quadro 9.3**.

Por último, examinamos em que medida melhora a qualidade da regressom, ao incluir nela umha segunda variável explicativa: a percentagem que representam nos distintos países os titulares de exploraçom com idade igual ou superior a 65 anos (tomando aqui concretamente os dados referidos a 1983). Empregamos este índice como umha aproximaçom à importáncia que tenhem os titulares jubilados sem sucessor. E, portanto, o que tratamos de contrastar é se este factor ajuda a explicar a evoluçom do número de exploraçons constatada nestes países; ou, mais exactamente, a diferéncia que esta apresenta com a taxa de diminuçom da PAA em cada país. Os valores desta segunda variável explicativa figuram também no **quadro 9.2**, e os resultados da regressom no **quadro 9.3**[27].

Vejamos quais fórom os resultados obtidos nos sucessivos cálculos.

1. Em primeiro lugar, as cifras ponhem de manifesto a existéncia nestes países de umha correlaçom significativa entre: a taxa de diminuçom do número de exploraçons, e a registada pola PAA. Concretamente, o coeficiente de correlaçom linear simple que se obtém entre os valores destas duas variáveis é de 0,459, o que confirma a existéncia de umha relaçom significativa.

Dito noutras palavras: os dados ratificam que o primeiro factor que condicionou o ritmo da desapariçom de exploraçons nos distintos países, foi a intensidade da caída experimentada polo emprego agrário.

2. Agora bem, a relaçom que se constata entre essas duas variáveis nom é, nem muito menos, mecánica; senom que, ao contrário, pode qualificar-se de relativamente débil. Isto reflecte-se já no valor nom mui elevado do coeficiente de correlaçom que acabamos de citar. E comprova-se de forma directa, ao examinar os valores dessas duas taxas nos distintos países (ver quadro 9.1).

---

[26] A diferéncia entre a taxa de diminuçom do emprego agrário e do número de exploraçons (que constitue a variável a explicar); e o grau de difusom da ATP (que tomamos aqui como variável explicativa).

[27] Em rigor, falta-nos por considerar umha terceira variável, que influe também no ritmo da desapariçom de exploraçons, e que pode contribuir a explicar as diferéncias entre esse ritmo e a taxa de diminuçom da PAA. Referimo-nos à evoluçom da PAA por situaçons profissionais.

Sem embargo, esta variável nom se presta facilmente a umha quantificaçom simple, o que fai difícil a sua inclusom numha análise de regressom como a que aqui realizamos. Este é o motivo polo que nom a consideramos neste contraste empírico.

Observamos aqui que o ritmo da desapariçom de exploraçons foi, em praticamente todos os casos, inferior ao da diminuçom do emprego agrário. E, ademais, a relaçom entre ambos difire muito segundo os países. Assi, num extremo encontramos a: Holanda, onde a taxa de reduçom do número de exploraçons foi similar, e mesmo ligeiramente superior, à registada polo emprego agrário (2,6% e 2,5%, respectivamente); e o Reino Unido, onde as duas taxas som quase idénticas (2,7% as exploraçons, e 2,8% o emprego agrário). Mentres que em Grécia a primeira taxa supom menos de 1/3 da segunda (1,0% frente a 3,4%); e umha diferéncia similar observa-se em Itália e Irlanda, países todos estes nos que a desapariçom de exploraçons foi mui débil, se a comparamos com a caída registada polo emprego agrário. Os 5 países restantes ficam numha posiçom intermédia (ver quadro 9.1).

Essa distinta evoluçom fixo, por exemplo, que Grécia, apesar de experimentar umha diminuçom do emprego agrário mais intensa que Holanda, registara um ritmo de desapariçom de exploraçons 2,5 vezes inferior ao que se produziu neste último país.

Quadro 9.1. Relaçom entre as taxas de diminuçom registadas polo emprego agrário e o número de exploraçons nos países membros da CEE-10. 1960-80

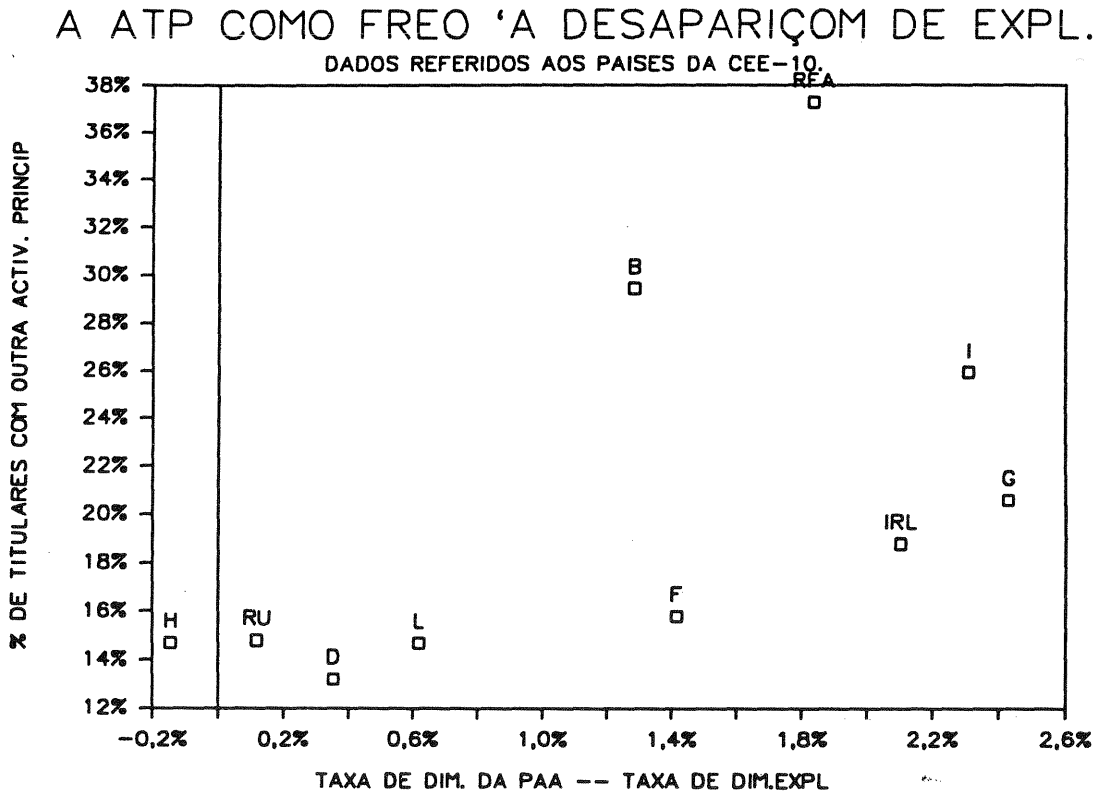
	A Taxa de diminuçom anual do emprego agr. 1960-80 (1)	B Taxa de dimin. anual do número de exploraçons 1960-82 (2)	Diferéncia (A-B)
-Grécia	3,4%	1,0%	2,4%
-Itália	4,0%	1,7%	2,3%
-Irlanda	3,1%	1,0%	2,1%
-R.F. Alemanha	4,5%	2,7%	1,8%
-França	4,0%	2,6%	1,4%
-Bélgica	4,8%	3,5%	1,3%
-Luxemburgo	4,6%	4,0%	0,6%
-Dinamarca	2,9%	2,5%	0,4%
-Reino Unido	2,8%	2,7%	0,1%
-Holanda	2,5%	2,6%	-0,1%
-TOTAL CEE-10	3,9%	2,0%	1,9%

(1) Os dados refirem-se concretamente à evoluçom do emprego no sector "agricultura, silvicultura, caça e pesca".
(2) As cifras refirem-se à evoluçom do número total de exploraçons com umha SAU >= 1 he. O período exacto é nalguns países ligeiramente diferente ao indicado no quadro (1960-82).

Fonte:
-A: ver supra, quadro 4.11 no capítulo IV.
-B: ver supra, quadro 7.56 no capítulo VII.
Elaboraçom própria.

3. Essas diferéncias, entre a taxa de diminuçom do emprego agrário e a do número de exploraçons, explicam-se em parte polos efeitos da ATP. Isto é o que se deduze do quadro 9.2, onde figuram os valores dessas duas variáveis nos distintos países. E comprova-se com maior claridade no **gráfico 9.1**, onde estám representados esses dados: a diferéncia entre aquelas duas taxas, no eixo de abscisas; e a % de titulares com outra actividade lucrativa principal em 1983, no eixo de ordenadas. Podemos observar aqui que entre ambas variáveis existe umha relaçom significativa.

Gráfico 9.1.



A análise de regressom permite confirmar de forma rigorosa esta relaçom, obtendo concretamente um $R^2 = 0{,}325$ (ver quadro 9.3). É dizer, que o grau de difusom da ATP nos distintos países, explica aproximadamente 1/3 das diferéncias que se constatam entre a evoluçom do emprego agrário e a do número de exploraçons.

Os dados ratificam, pois, que a ATP jogou nos países da CEE-10 um papel significativo ao longo das últimas décadas, como freo à desapariçom de exploraçons.

Agora bem, como acabamos de indicar, este factor só permite explicar umha parte (ao redor de 1/3) das diferéncias que se observam entre as citadas taxas. E ficam sobretodo três países, nos que a ATP é totalmente insuficiente para dar conta da evoluçom registada. Trata-se dos três estados da CEE-10 com um menor nível de desenvolvimento agrário (Grécia, Irlanda e Itália); nos quais a desapariçom de exploraçons sofriu um forte freo (em relaçom ao ritmo de diminuçom do emprego agrário), que nom se explica pola importáncia alcançada aqui pola ATP (ver gráfico 9.1)[28].

Em conseqüéncia, fai-se necessário buscar outros factores adicionais, que podam contribuir a explicar as diferéncias observadas entre a taxa de diminuçom do emprego agrário e a variaçom do número de exploraçons, especialmente nestes países da periféria comunitária. A nossa análise anterior sugire aqui um segundo factor explicativo: a permanéncia ao frente das exploraçons de titulares jubilados que carecem de sucessor, a prolongaçom da sua actividade por parte destas persoas. E para medir a importáncia que este fenómeno tem nos distintos países, tomamos a % que suponhem os titulares de idade > = 65 anos.

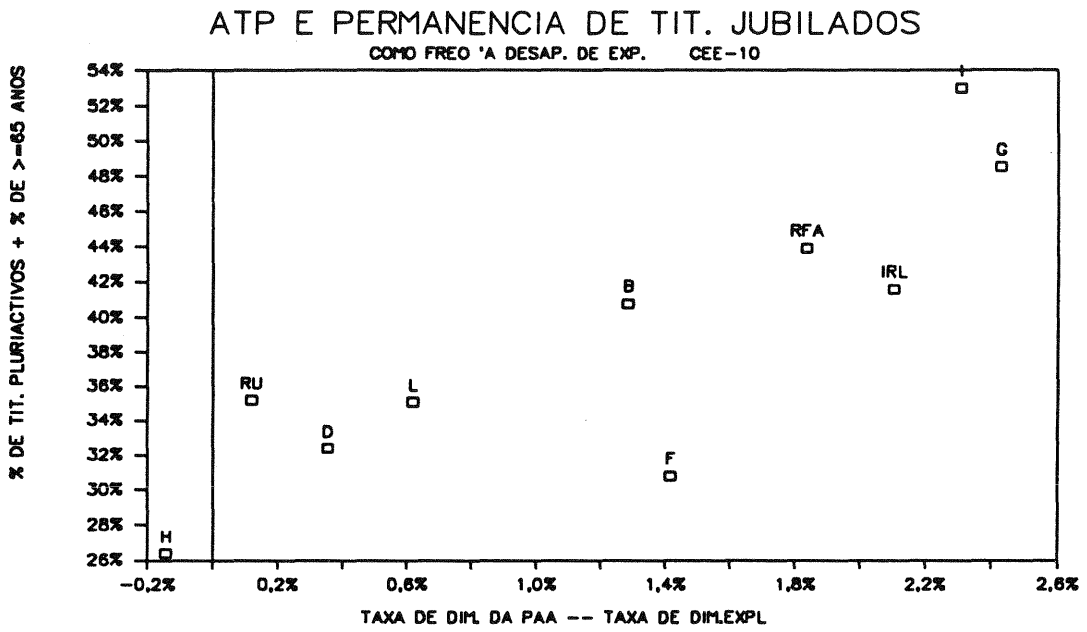
4. Pois bem, os dados estatísticos confirmam que também este segundo factor jogou um papel significativo, como freo à desapariçom de exploraçons e à liberaçom de superfícies, nos países da CEE-10. Assi, se na análise de regressom incluímos esta segunda variável explicativa (mantendo como primeira variável explicativa a importáncia da ATP), observamos que a qualidade do ajuste, a capacidade explicativa do modelo, melhora de modo substancial: o valor do R^2 passa de 0,325, que obtinhamos considerando só a ATP, a 0,725 (ver quadro 9.3).

E a bondade do ajuste é praticamente idéntica se tomamos como única variável explicativa a suma das duas anteriores: a suma da % que suponhem em cada país os titulares com outra actividade lucrativa principal, e aqueles com umha idade igual ou superior a 65 anos. O valor de R^2 que se obtém neste caso é 0,723 (ver quadro 9.3). No **gráfico 9.2** representamos para cada país os valores: desta variável explicativa; e da diferéncia entre a evoluçom do emprego agrário e do número de exploraçons. Podemos comprovar aqui graficamente a estreita relaçom existente entre as duas variáveis.

---

[28] Neste gráfico 9.1 observa-se o carácter "atípico" da evoluçom destes três países no contexto comunitário. De feito, se os excluímos, e efectuamos a regressom anterior para os 7 estados restantes, a qualidade do ajuste melhora notavelmente. Em concreto, o valor do R^2 eleva-se do 0,325 antes citado, a 0,601.

Gráfico 9.2.



Quadro 9.2. A agricultura a tempo parcial e a permanéncia de titulares jubilados, como factores que freárom a desapariçom de exploraçons.

	A Diferéncia entre as taxas de diminuçom do empr. agr. e do no. de exploraçons 1960-80	B % dos titulares com actividade exterior principal (1) 1980	C % dos titulares com idade >= 65 anos 1983	B+C
-Grécia	2,4%	20,6%	27,9%	48,5%
-Itália	2,3%	26,0%	27,0%	53,0%
-Irlanda	2,1%	18,8%	22,7%	41,5%
-R.F. Alemanha	1,8%	37,3%	6,5%	43,8%
-França	1,4%	15,8%	15,0%	30,8%
-Bélgica	1,3%	29,5%	11,2%	40,7%
-Luxemburgo	0,6%	14,7%	20,4%	35,1%
-Dinamarca	0,4%	13,2%	19,2%	32,4%
-Reino Unido	0,1%	14,8%	20,4%	35,2%
-Holanda	-0,1%	14,7%	11,7%	26,4%
-TOTAL CEE-10	1,9%	23,7%	21,6%	45,3%

Fonte:
-A: ver quadro anterior.
-B: COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruxelas-Luxemburgo, 1991.
-C: EUROSTAT, Enquête communautaire sur la structure des exploitations agricoles 1983.
Elaboraçom própria.

Quadro 9.3. A agricultura a tempo parcial e a permanéncia de titulares jubilados, como factores que freárom a desapariçom de exploraçons nos países da CEE-10. RESULTADOS DAS DIVERSAS REGRESSONS.

REGRESSOM 1:
-Y: taxa de dimin. da PAA - taxa de dimin. do no. de explor. (1960-80)
-X: % de titulares com actividade exterior principal (1980).

Constante	-0,001
Err Std de Y Est	0,0082
R ao Cuadrado	0,3245
N° de Observaçons	10
Graus de liberdade	8
Coeficiente(s) X	0,0675
Err Std de Coef.	0,0344

REGRESSOM 2:
-Y: taxa de dimin. da PAA - taxa de dimin. do no. de explor. (1960-80)
-X1: % de titulares com actividade exterior principal (1980).
-X2: % de titulares com idade >= 65 anos (1983)

Constante	-0,025	
Err Std de Y Est	0,0056	
R ao Cuadrado	0,7253	
N° de Observaçons	10	
Graus de liberdade	7	
Coeficiente(s) X	0,0996	0,0930
Err Std de Coef.	0,0255	0,0291

REGRESSOM 3:
-Y: taxa de dimin. da PAA - taxa de dimin. do no. de explor. (1960-80)
-X: (% de titul. com act. ext. princ. + % de titul. >= 65 anos)

Constante	-0,025
Err Std de Y Est	0,0052
R ao Cuadrado	0,7233
N° de Observaçons	10
Graus de liberdade	8
Coeficiente(s) X	0,0970
Err Std de Coef.	0,0212

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras do quadro anterior.

Em suma, pois, os dados referidos aos países membros da CEE-10, confirmam empiricamente a validez do esquema explicativo que antes perfilamos. Podemos servir-nos portanto deste esquema para tratar de explicar a evoluçom que se registou em Galiza: a escassa magnitude que alcançou aqui a desapariçom de exploraçons ao longo das últimas 3 décadas. É esta a tarefa que abordamos nas páginas seguintes.

1.2. A evoluçom que se registou em Galiza durante o período 1962-1989. Os factores que freárom aqui a desapariçom de exploraçons, e a conseguinte liberaçom de superfícies.

a. A evoluçom experimentada pola PAA e o número de exploraçons no período 1962-1989. Umhas primeiras constataçons.

Iniciamos esta análise recapitulando os resultados esenciais que obtivemos nas duas primeiras partes da investigaçom, no que respeita à evoluçom experimentada durante as últimas décadas pola PAA e o número de exploraçons. No **quadro 9.4** recolhemos as cifras correspondentes em concreto ao período 1962-1989, que é aquele para o que dispomos de informaçom sobre essas duas variáveis.

Os dados som eloqüentes, sobre a enorme divergéncia que existe em Galiza entre umha e outra evoluçom. Assi, o número de exploraçons agrárias reduziu-se durante estes 27 anos tam só num 18,4%; mentres que a PAA registou no mesmo período umha diminuçom do 62,8%, é dizer que ficou reduzida a 1/3 aproximadamente do seu volume inicial[29].

---

[29] Ver as aclaraçons sobre a procedéncia concreta de umha e outra cifra, que oferecemos no próprio quadro 9.4.

No que respeita à PAA, a diminuçom que aí recolhemos é a que se obtém tomando: os dados dos Censos de populaçom para o período 1960-1981, e os da EPA para os anos 1981-1989. Se, em vez disso, utilizamos as cifras dos Censos de populaçom para o conjunto do período 1960-1991, obtemos um ritmo de reduçom mais forte ainda. E, portanto, a diferéncia com a evoluçom registada polo número de exploraçons, seria também mais acentuada.

Quadro 9.4. Comparaçom entre a evoluçom registada pola populaçom ocupada agrária e o número de exploraçons. Galiza 1960-1989.

	Variaçom 1960-89 (em %)	Taxa de variaçom acumulativa anual
A. Populaçom ocupada no sector agrário (1)	-62,8%	-3,35%
B. Número de exploraçons (2)	-18,4%	-0,75%
A-B	-44,4%	-2,60%

(1) A cifra está calculada tomando a variaçom percentual da PAA que registam os censos de populaçom para o período 1960-81, e acumulando a isso a variaçom percentual da POA que se obtém dos dados da EPA para o período 1981-89.

(2) A cifra refire-se à evoluçom do número total de exploraçons com superfície >= 1 he no período 1962-89. Os dados procedem dos censos agrários.

Fonte: elaboraçom própria a partir das fontes citadas.

Daí deriva-se umha conclusom, já adiantada em capítulos anteriores, pero que pola sua relevância devemos reiterar aqui: **a reduzida magnitude que em Galiza alcançou a desapariçom de exploraçons ao longo das 3 últimas décadas, e, num plano mais geral, a reduzida entidade que tivérom as mudanças na estrutura dimensional das exploraçons, nom se deveu à evoluçom registada pola PAA, a umha "insuficiente" reduçom do volume de activos na agricultura.** Este volume experimentou na realidade um acusado descenso; pero o que sucedeu é que isto nom foi acompanhado de umha desapariçom de exploraçons numha quantia comparável. Os factores de bloqueio das transformaçons estruturais nom hai que busca-los, pois, na dinámica demográfica, senom noutros obstáculos: os que fixérom que a caída da PAA nom levara associado um processo de desapariçom de exploraçons (e de liberaçom de superfícies) de magnitude similar.

Esta mesma ideia reafirma-se também, se comparamos a evoluçom observada em Galiza com a que se produziu durante as mesmas décadas na CEE-10. Assi, efectuando esta comparaçom para o período 1962-1982, constatamos que **(ver quadro 9.5)**:

-O ritmo da desapariçom de exploraçons, a taxa de diminuçom anual do número de exploraçons, foi em Galiza tam só 1/3 da registada na CEE-10 (0,7%, frente a 2,0%).

-Sem embargo, a reduçom da PAA alcançou na nossa agricultura umha intensidade comparável, e mesmo superior, à média comunitária (a taxa de diminuçom acumulativa anual foi do 4,2% e o 3,9%, respectivamente).

Quadro 9.5. Comparaçom entre a evoluçom do emprego agrário e do número de exploraçons que se registou em Galiza, e a que se constata na CEE-10.

	PERIODO 1960-82		PERIODO 1982-89 (1)	
	Galiza	CEE-10	Galiza	CEE-10
A. Taxa de diminuçom acumulativa anual do emprego agrário	4,2%	3,9%	2,7%	2,5%
B. Taxa de diminuçom acumulativa anual do no. de exploraçons	0,7%	2,0%	0,8%	1,0%
C. Diferéncia (A-B)	3,5%	1,9%	1,9%	1,5%

(1) As cifras para a CEE-10 correspondem aqui ao período 1982-87.

Fonte: elaboraçom própria a partir de dados recolhidos nos capítulos IV, VI, e VII deste estudo.

E uns resultados similares obtemos ao examinar a evoluçom operada nos últimos anos, em concreto no período 1982-1989 (1982-1987 para a CEE-10) (ver quadro 9.5):

-O ritmo de diminuçom do emprego agrário continuou sendo nestes anos em Galiza superior à média comunitária (2,7% anual, frente a 2,5% na CEE-10).

-Mentres que a taxa de desapariçom de exploraçons seguiu sendo menor na nossa agricultura (0,8% anual, frente ao 1,0% na CEE-10).

Portanto, **o feito de que a desapariçom de exploraçons registada nas três últimas décadas, fora muito mais lenta em Galiza que no ámbito comunitário, nom se deveu a um menor descenso do emprego agrário, senom que este alcançou, ao contrário, umha intensidade superior no nosso caso. A explicaçom a aquela evoluçom hai que busca-la, pois, noutros obstáculos, que freárom aqui a desapariçom de exploraçons, e que tivérom umha incidéncia muito mais forte que na CEE.**

A conclusom anterior parece-nos de suma relevância, e digna de ser destacada. Sobretodo porque desminte o que é umha ideia mui extendida; umha ideia que se repite continuamente nos estudos referidos à agricultura galega, até

o ponto de ter-se convertido num lugar comum. Esta opiniom mui extendida sinala ao mantenimento de um volume excessivo de PAA, como a principal causa de que o tamanho das exploraçons siga sendo na actualidade mui reduzido em Galiza; considerando a esse factor como o obstáculo mais importante que impide ou frea aqui as transformaçons estruturais. Excesso de PAA e minifundismo das exploraçons, som apresentados assi como as duas caras da mesma moeda, os dous fenómenos esenciais que continuam marcando no presente à nossa agricultura, sendo o primeiro deles o atranco fundamental que impide a soluçom do segundo[30].

Desse diagnóstico deriva-se obviamente um corolário, no que respeita às mudanças que se consideram necessárias para o futuro, e à forma de logra-las: o incremento da superfície média por exploraçom passa por que se reduza de forma substancial o volume de PAA; sendo esta reduçom o aspeito no que se pom o acento, como condiçom para lograr as citadas transformaçons estruturais.

Nom imos entrar aqui a discutir a conveniéncia de que o volume actual de PAA existente em Galiza, se reduza de modo significativo no futuro. A este tema já nos referimos na primeira parte da investigaçom (em concreto no capítulo VI). E vimos ali que, de feito, a distribuçom por idades que esta populaçom apresenta na actualidade, assegura que a sua diminuçom vai continuar a forte ritmo durante os próximos anos. Pero o que devemos destacar é que no passado imediato, ao longo das trés últimas décadas, nom foi a dinámica da PAA o factor que obstaculizou as transformaçons estruturais. E concretamente, nom foi umha "insuficiente" reduçom da PAA o que freou a desapariçom de exploraçons, e a conseguinte liberaçom de superfícies para a ampliaçom doutras unidades produtivas.

A explicaçom a isto último hai que busca-la noutros factores: os que fixérom que, reduzindo-se o volume de activos agrários num 62,8%, o número de exploraçons só diminuira no 18,4%. Som estes factores os que imos tratar de aclarar a continuaçom.

---

30 Este ponto de vista é expressado em innumeráveis estudos e artigos de prensa, polo que resulta impossível oferecer aqui nem sequer umha selecçom dos mesmos. Por citar só dous estudos recentes e de carácter mui diferente, nos que se manifesta essa ideia, consultar por exemplo:

-BARDAJI, Isabel /MORENO, Carlos, "Estructura social y económica de la agricultura y la ganadería en Galicia.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 150, outubro-dezembro 1989, pp. 195-223.

-FERNANDEZ, Gonzalo, La economía agraria gallega en 1990., Cooperativas Orensanas-COREN, Ourense, 1990, pp. 153 e ss.

b. A evoluçom da PAA por situaçons profissionais.

Como vimos antes, o primeiro elemento que pode influir no ritmo da desapariçom de exploraçons, fazendo que esta seja menos intensa que a diminuçom da PAA, é a evoluçom que regista a mao de obra agrária por situaçons profissionais. A "inércia profissional" que caracteriza em geral aos titulares de exploraçom, dá lugar a que nas fases iniciais do éxodo agrário, a reduçom do número de titulares seja muito menor que a que se produze para os outros grupos de trabalhadores (assalariados e ajudas familares), e para o conjunto de activos agrários; e, em conseqüência, a diminuçom do número de exploraçons é também muito menor que a da PAA. Esta situaçom vai-se modificando a medida que se prolonga a caída do emprego agrário; de tal modo que se intensifica progressivamente o ritmo de reduçom dos titulares, aproximando-se ao que se regista para o total da PAA. Pero raramente a primeira taxa chega a igualar ou superar a esta última.

Em conseqüência, temos aqui um primeiro factor, que pode contribuir a explicar o feito de que a desapariçom de exploraçons fora menos intensa que a caída experimentada pola PAA.

Os dados confirmam a existência, a actuaçom, deste factor no caso concreto da agricultura galega. Como tivemos já ocasiom de comprovar em capítulos anteriores, a evoluçom da PAA por situaçons profissionais que se produziu aqui ao longo das últimas décadas, seguiu em linhas gerais as pautas que acabamos de sinalar[31]. E, portanto, a reduçom do número de titulares de exploraçom foi, em conjunto, menor que a operada no volume global de activos agrários.

Assi, tomando os dados oferecidos polos censos de populaçom para o período 1950-1981, e referidos em concreto à PAA masculina, por ser os mais fiáveis, obtinhamos no capítulo V os resultados que resumimos no **quadro 9.6**. Vemos aí que a diminuçom experimentada durante estes 30 anos polos assalariados (-6,1% acumulativo anual), e polos ajudas familiares (-4,6% anual), foi notavelmente mais rápida que a registada polo número de titulares (-2,4% anual); de tal modo que esta última caída foi também menor da que sofriu o volume total de PAA (-3,5% anual).

Essas tendéncias, como constatamos no seu momento, nom fórom sem embargo uniformes ao longo do período, senom que evolucionárom com o passo

---

[31] Ver supra: o capítulo V, no que se refire à evoluçom durante o "período de crescimento"; e o capítulo VI, no que respeita à evoluçom no "período de crise".

do tempo, acorde com as pautas gerais que se observam também noutros países. Exponhendo-o de forma resumida, podemos traçar o seguinte panorama[32]:

-Nos anos 50, que é quando se intensifica na nossa agricultura o éxodo agrário, a diminuçom afectou fundamentalmente aos assalariados e ajudas familiares, mentres que esta foi pouco significativa no caso dos titulares de exploraçom.

-Na década dos 60, apesar de acelerar-se fortemente o exodo agrário, prosseguiu em linhas gerais a evoluçom anterior: reduçom mui intensa do número de assalariados e sobretodo dos ajudas familiares, frente a um descenso bastante moderado da cifra de titulares.

-As tendéncias precedentes modificam-se nos anos 70. Continua agora o éxodo dos ajudas familiares jovens, e a sua diminuçom a importante ritmo (matizada tras o estalido da crise). Pero, ademais, começam a deixar-se sentir com muita mais força os efeitos diferidos do éxodo agrário sobre a reproduçom das exploraçons. Assi, ao longo deste decénio vam morrendo ou alcançando a idade de jubilaçom um número crescente de titulares sem sucessor. Como conseqüéncia disto, eleva-se muito a taxa de reduçom do número de titulares, aproximando-se à registada polo conjunto da PAA.

Quadro 9.6. Evoluçom que registou em Galiza a PAA por situaçons profissionais (taxas de variaçom acumulativa anual em cada período).

	1950-81 (1)	1980-89 (2)
-Empresários ou titulares	-2,4%	-1,9%
-Ajudas familiares	-4,6%	-2,7%
-Assalariados	-6,1%	1,2%
Total PAA	-3,5%	-1,9%

(1) Dados referidos à populaçom activa masculina no sector agrário, oferecidos polos censos de populaçom.
(2) Dados referidos à populaçom ocupada (de ambos sexos) no sector agricultura e pesca, oferecidos pola EPA.
Fonte: elaboraçom própria a partir das fontes citadas. Ver supra: quadro 5.43 no capítulo V; e quadro A.6.21 do Anexo estatístico.

Os dados que suministra a EPA para o período 1980-1989 nom som directamente comparáveis com os anteriores; pero as tendéncias gerais que nos indicam estám também acorde com o que caberia agardar a priori. Em concreto, dous som os feitos a salientar nestas cifras (ver quadro 9.6):

---

[32] Ver supra: epígrafe 3.3 do capítulo V.

-A taxa de diminuçom do número de titulares ou empresários continua sendo inferior à dos ajudas familiares.

-Pero essas duas taxas estám muito mais próximas do que sucedia no período 1950-1981.

Em definitiva, pois, no que respeita a este tema podemos estabelecer a seguinte conclusom:

No conjunto das 3 ou 4 últimas décadas o número de titulares experimentou um descenso menos acusado que o total de activos agrários. Isto, que é conseqüência da "inércia profissional" que caracteriza aos titulares, contribuiu a que a desapariçom de exploraçons fora menos intensa que a reduçom experimentada pola PAA.

Agora bem, este primeiro factor só permite explicar numha pequena parte, a enorme diferéncia que se constata em Galiza entre a taxa de diminuçom da PAA e a do número de exploraçons. E, adoptando umha perspectiva comparada, isso nom explica as grandes divergéncias que observamos entre a evoluçom galega e a que se produziu no conjunto da agricultura comunitária: que, sendo a caída da PAA mais intensa na nossa agricultura, o ritmo de desapariçom de exploraçons fora em cámbio tam só 1/3 do que se registou na CEE-10.

A principal causa da evoluçom observada aqui, e a origem do contraste em relaçom às tendéncias a nível comunitário, hai que busca-la nos outros dous factores que citamos anteriormente no nosso esquema explicativo: a difusom da ATP, e o mantenimento ao frente das exploraçons de titulares jubilados sem sucessor. Em conjunto, estes dous fenómenos tivérom que alcançar em Galiza umha importáncia muito maior que na CEE.

Imos tratar de contrastar empiricamente esta última afirmaçom; e também de precisar o peso respectivo que tenhem aqui cada um desses dous factores, como freos à desapariçom de exploraçons.

c. A difusom da ATP e o mantenimento ao frente das exploraçons de titulares jubilados sem sucessor. Análise da importáncia que tivérom estes fenómenos em Galiza, como freos à desapariçom de exploraçons.

Em relaçom com este tema, resultam de grande utilidade os dados que vimos anteriormente, no capítulo III desta investigaçom. Como se lembrará, analisamos ali a evoluçom que registou em Galiza durante as últimas décadas o

número de "famílias de exploraçom"[33], classificando a estas em três grupos, em funçom da actividade económica principal do cabeça de família. O primeiro grupo estava formado por aqueles fogares nos que o cabeça de família é activo a título principal na agricultura. O segundo grupo constituia-no as "famílias de exploraçom" que tenhem ao seu frente a umha persoa activa com dedicaçom principal noutro sector (que trabalha principalmente fora da agricultura). E por último, ficavam as "famílias de exploraçom" nas que o cabeça de família é umha persoa inactiva economicamente, o que na grande maioria dos casos se corresponde com agricultores jubilados.

Apesar de que essas cifras se referiam a famílias, e nom a exploraçons, estas tenhem umha relaçom directa com o tema que agora nos ocupa. Assi, o número de "famílias de exploraçom", dada a procedéncia concreta dos dados que tomávamos ali, corresponde-se na prática com a cifra total de exploraçons registadas polos sucessivos censos agrários. E a citada classificaçom reflecte, portanto, a distribuçom das exploraçons censadas em três grupos, segundo a actividade económica principal do cabeça da família que está ao frente da exploraçom: activo agrário, activo com dedicaçom principal noutro sector, e inactivo economicamente (agricultores jubilados). Deste modo, as cifras permitem-nos conhecer como evolucionou, ao longo das últimas décadas, a importáncia relativa destes dous últimos grupos; e a influéncia que tivo isto sobre a evoluçom do número total de exploraçons.

No **quadro 9.7** reproduzimos os dados esenciais que obtivemos na citada análise, dados que correspondem em concreto ao período 1962-1982. Imos resumir os feitos mais relevantes que se constatam aí:

i. Em primeiro lugar, vemos que o número de exploraçons nas que o cabeça de família é activo agrário, experimentou nestes 20 anos umha forte reduçom. Concretamente, a sua cifra passou de umhas 315.000 em 1962, a 130.000 em 1982, diminuíndo portanto num 58,8%. Isto deveu-se: nalguns casos ao trasvase (desse chefe do fogar) a outro sector da economia ou à sua emigraçom; e sobretodo à jubilaçom de um número crescente de agricultores, sem que tenham sucessom.

ii. Sem embargo, apesar da acusada reduçom do grupo anterior, o número total de exploraçons censadas só diminuiu durante este período num 15,3%. Nos 20 anos só desaparecérom o 15,3% das unidades existentes na data inicial.

iii. A explicaçom desta lentitude tam grande da desapariçom de exploraçons, está na evoluçom que registárom os outros dous grupos aí incluídos. O

---

[33] Com este conceito referimo-nos às famílias que tenhem entre os seus membros umha persoa titular de exploraçom, e que, no suposto habitual, residem numha exploraçom agrária. Ver as precisons conceptuais que oferecemos no citado capítulo III.

número de unidades produtivas nas que o cabeça de família trabalha principalmente noutro sector, incrementou-se, dacordo com essa estimaçom, de 87.000 em 1962 a mais de 110.000 em 1982; passando de representar o 20,7% do total no primeiro ano, ao 31,0% na data final. E muito maior foi ainda o aumento que experimentou a outra categoria de exploraçons: aquelas que tenhem ao seu frente umha persoa inactiva, na maior parte dos casos um agricultor jubilado. Estas exploraçons de agricultores jubilados eram em 1962 tam só umhas 20.000, o que suponhia menos do 5% das unidades censadas neste ano. Pois bem, em 1982 a sua cifra superava as 115.000, representando o 32,7% das exploraçons censadas (ver quadro 9.7).

Quadro 9.7. Evoluçom do número de exploraçons agrárias, classificadas segundo a actividade económica do cabeça de família. Galiza 1962-1982.

A. CIFRAS ABSOLUTAS

	1962	1982	Variaçom
-Total exploraçons censadas	422448	357621	-15,3%
Exploraçons nas que o cabeça de família é:			
-Activo no sector agrário	314586	129716	-58,8%
-Activo a título principal noutro sector	87433	110876	26,8%
-Inactivo economicamente	20429	117029	472,9%

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	1962	1982
-Total exploraçons censadas	100,0%	100,0%
Exploraçons nas que o cabeça de família é:		
-Activo no sector agrário	74,5%	36,3%
-Activo a título principal noutro sector	20,7%	31,0%
-Inactivo economicamente	4,8%	32,7%

Fonte: ver supra, quadros 3.6 a 3.8 no capítulo III.

Estes dados indicam, pois, que **a intensa reduçom da PAA operada ao longo destas décadas, levou aparelhada umha diminuçom também mui forte do número de exploraçons que estám dirigidas por persoas activas com dedicaçom principal na agricultura. Pero isto nom deu lugar a um processo paralelo de desapariçom de exploraçons, e de**

liberaçom de superfícies, devido à acçom de dous tipos de fenómenos:

-Em primeiro lugar, umha parte dos agricultores que passárom a trabalhar de modo principal noutro sector (deixando assi de figurar entre os activos agrários), nom abandonárom completamente a exploraçom, senom que continuárom mantendo aqui a sua residéncia e realizando umha actividade agrária a tempo parcial. Produziu-se assi umha **difusom da ATP**, que freou a desapariçom de exploraçons.

-Muito mais importante em termos quantitativos foi ainda o segundo fenómeno: umha grande parte dos titulares que alcançárom a idade de jubilaçom (deixando assi de ser classificados como activos agrários) sem ter sucessor, nom abandonárom de forma completa a actividade agrária, senom que prolongárom a sua permanéncia ao frente da exploraçom, ainda que foram abandonando progressivamente o trabalho de muitas das terras. Nos dados que acabamos de comentar, isto reflecte-se no **forte incremento do número de exploraçons em maos de agricultores jubilados.** E o efeito é também o bloqueio ou o freo da desapariçom das exploraçons.

As cifras confirmam, em definitiva, a grande relevância que tivérom nas últimas décadas estes dous fenómenos, constituíndo as principais causas da lentitude que regista em Galiza a desapariçom de exploraçons. E permitem-nos precisar que, dos dous factores, foi o segundo (a prolongaçom da actividade por parte dos titulares jubilados sem sucessor) o que tivo aqui maior importáncia.

A conclusom anterior é coincidente com o que se observa ao comparar os dados galegos com os referidos à CEE-10. No **quadro 9.8** recolhemos para ambos espaços (Galiza e a CEE-10) os valores de trés variáveis: a diferéncia entre a taxa de diminuçom do emprego agrário e a do número de exploraçons no período 1960-1982; e a percentagem que suponhem ao final desse período os titulares de exploraçom com outra actividade exterior principal, e os titulares de idade > = 65 anos.

Em primeiro lugar, podemos observar aí que a maior lentitude que regista a desapariçom de exploraçons em Galiza, vai associada com um maior peso global destes dous colectivos de titulares. Concretamente, a suma dos titulares com outra actividade principal e os maiores de 65 anos, alcança em Galiza o 55,9% do total, frente ao 45,3% que suponhem na CEE-10. As cifras confirmam, pois, a correlaçom que caberia agardar, seguindo o nosso esquema explicativo.

E em segundo lugar, vemos que, dos dous factores considerados, o que afectou de forma diferencial a Galiza, explicando portanto que a desapariçom de exploraçons fora muito mais lenta que na CEE, foi a prolongaçom da sua actividade por parte dos titulares jubilados sem sucessor. Assi, a percentagem de

titulares maiores de 65 anos elevava-se na nossa agricultura em 1982 ao 35,3%, mui por encima do 21,6% que suponhiam na CEE-10. Mentres que o grau de difusom da ATP é em Galiza ligeiramente menor que no ámbito comunitário: a proporçom de titulares com outra actividade lucrativa principal era aqui em 1982 do 20,6%, frente ao 23,7% na CEE-10 (ver quadro 9.8).

Quadro 9.8. Os factores que freárom a desapariçom de exploraçons no período 1960-82. Comparaçom entre Galiza e a CEE-10.

	A	% que representam em 1980/83 os titulares:		
	Diferéncia entre as taxas anuais de diminuçom do emprego agr. e do no. de explor. 1960-82	B com outra actividad exterior principal	C com idade >=65 anos	B+C
Galiza	3,5%	20,6%	35,3%	55,9%
CEE-10	1,9%	23,7%	21,6%	45,3%

Fonte:
-Para a CEE-10: ver supra, quadro 9.2.
-Para Galiza: A: ver supra, quadro 9.4;
B e C: INE, Censo agrario de España 1982.
Elaboraçom própria.

Em resumo, pois, o feito de que a desapariçom de exploraçons fora em Galiza muito mais lenta que a caída da PAA, e que também fora muito menor que a desapariçom de exploraçons registada na agricultura comunitária, deveu-se fundamentalmente à tendéncia dos agricultores jubilados sem sucessor a prolongar a sua actividade e a sua permanéncia ao frente das exploraçons, ao mantenimento de um grande número de exploraçons em maos de agricultores jubilados. A isso uniu-se um segundo factor, que contribuiu a ralentizar a desapariçom de exploraçons, ainda que a sua importáncia foi na nossa agricultura menor que a do fenómeno anterior: a difusom da ATP, da pluriactividade dos trabalhadores agrários.

d. Umha precisom final em relaçom com os dados anteriores.

A análise precedente baseou-se nas cifras de exploraçons que oferecem os sucessivos censos agrários. Ou, dito noutras palavras, a evoluçom que tratamos de explicar é a que registou o número total de exploraçons censadas.

É conveniente ter presentes aqui as reservas que expuxemos no capítulo VII sobre estes dados; no sentido de que neles continuam sendo incluídas muitas unidades de produçom que realmente desaparecérom, e outras que estám quase completamente abandonadas. Do ponto de vista da análise que acabamos de realizar, isto significa que: umha parte das exploraçons que os censos agrários registam em maos de titulares com outra actividade principal, som na realidade propriedades abandonadas ou bem unidades de produçom com mui escassa actividade; e o mesmo sucede probavelmente para bastantes exploraçons que figuram nessas cifras em maos de agricultores jubilados (na prática estas desaparecérom ou nom tenhem quase actividade).

Esta matizaçom nom afecta no fundamental às conclusons obtidas: a difusom da ATP, e sobretodo a prolongaçom da actividade polos titulares jubilados sem sucessor, freárom a desapariçom de exploraçons e a liberaçom de superfícies. Pero si pode afectar à relevância quantitativa que cabe atribuir a estes factores, como obstáculos às mudanças estruturais. Porque, na medida em que muitas dessas exploraçons estejam realmente abandonadas, a questom que se planteja nom é a dos freos à liberaçom destas superfícies, senom a referida aos obstáculos à sua mobilidade.

Deixamos, portanto, constáncia desta matizaçom ou precisom aos resultados anteriores.

2. O PROCESSO DE REEMPRAZAMENTO DOS TITULARES DE EXPLORAÇOM. ANALISE DAS CARACTERISTICAS QUE APRESENTA ESTE PROCESSO EM GALIZA DURANTE AS ULTIMAS DECADAS.

O estudo que realizamos nas páginas precedentes, permitiu-nos já aclarar os principais factores que explicam a evoluçom registada em Galiza polo número de exploraçons, partindo para isto da relaçom existente entre essa evoluçom e a dinámica global da PAA. Esta questom, sem embargo, pode abordar-se também, e com umha maior precisom, desde outra perspectiva: a que oferece o

estudo do processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom. Este tipo de análise possibilita umha aproximaçom mais directa aos elementos que condicionam o ritmo da desapariçom de exploraçons, de um ponto de vista demográfico. Assi, examinando os componentes ou características desse processo de reemprazamento num país e para um período determinado, poderemos ver de modo mais preciso os factores que explicam a evoluçom experimentada aqui polo número de exploraçons. É isto o que imos tratar de fazer a continuaçom, para a agricultura galega e as tendéncias observadas nas últimas décadas.

2.1. Apresentaçom geral do tema: os componentes esenciais do processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom.

Visto desde umha perspectiva demográfica, a evoluçom do número de exploraçons num determinado período resulta do saldo entre dous movimentos: as saídas ou abandonos de titulares, e as entradas de novas persoas nesta populaçom. Estes fluxos de entradas e saídas conformam o processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom.

Nos espaços agrários onde predominam as unidades de produçom familiares, a forma concreta desse processo está marcada por dous feitos ou características esenciais, que se constatam de modo geral[34]:

i. O primeiro é algo ao que já aludimos anteriormente: a "inércia", a escassa mobilidade profissional, que caracteriza aos titulares; de tal modo que estes raramente abandonam a exploraçom até a sua jubilaçom ou morte, sendo pouco freqüente que o fagam durante a sua vida activa, para trabalhar noutro sector.

ii. O segundo feito a destacar é o carácter fortemente herditário da titularidade das exploraçons. As persoas que accedem à direcçom de umha exploraçom agrária som na sua imensa maioria filhos de agricultores; e na maior parte dos casos sucedem nessa direcçom ao seu pai ou a outro familiar. Isso implica, noutras palavras, que os possíveis candidatos a entrar nesta populaçom, reemprazando aos titulares que se jubilam ou morrem, som

---

[34] Consultar por exemplo:
-BRUN, André, Perspectives de remplacement des chefs d'exploitation agricole. op. cit., pp. 4-10.

reclutados fundamentalmente entre os descendentes ou outros familiares destes agricultores.

Em conseqüência, o processo de reemprazamento dos titulares, neste tipo de espaços agrários, está integrado por dous componentes esenciais:

-As saídas de agricultores de idade avançada, produto da sua jubilaçom ou morte.

-As entradas de novos titulares, que se reclutam fundamentalmente entre os filhos de agricultores, e mais em concreto entre os descendentes daqueles que abandonam a actividade.

Deduze-se facilmente daí quais som os principais factores dos que depende o ritmo da desapariçom de exploraçons, num país e para um período dado:

-Por umha parte, estám os elementos que condicionam o volume ou importância relativa das saídas de titulares. Basicamente: a distribuçom por idades que apresente esta populaçom, as taxas de mortalidade, e as pautas no que respeita à jubilaçom (a idade habitual à que esta se produze).

-E por outro lado, temos os factores que incidem no volume de entradas de novos titulares, na preséncia de candidatos para reemprazar a aqueles que se jubilam ou morrem[35].

Este esquema ou quadro de análise tem umha grande utilidade, tanto para o estudo da evoluçom registada no passado, como para a realizaçom de estimaçons ou projecçons sobre as tendéncias previsíveis no futuro. No primeiro caso, a análise do processo de reemprazamento dos titulares ocorrido num determinado período, permite explicar, do ponto de vista demográfico, a evoluçom experimentada polo número de exploraçons[36]. E no que respeita ao segundo, conhecendo a distribuçom por idades dos titulares no momento actual, e disponhendo de informaçom sobre as suas perspectivas de sucessom, resulta possível elaborar estimaçons, referidas ao número de exploraçons que

---

[35] Para mais detalhes sobre este tema, consultar:

-BRUN, André, Perspectives de remplacement... op. cit., pp. 4-6.

[36] Consultar por exemplo o estudo referido à evoluçom operada em França no período 1955-63, que se oferece na obra:

-BRUN, André, Perspectives de remplacement... op. cit.

E também as análises deste tipo que, para alguns dos países da CEE, som realizadas no informe:

-COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES, Surfaces agricoles pouvent être mobilisées pour une réforme de structure. op. cit.

previsivelmente desaparecerám no próximo futuro, e ao volume conseguinte de superfícies que serám liberadas[37].

O nosso objectivo aqui centra-se no primeiro tipo de aplicaçons deste esquema. Assi, nas páginas seguintes examinamos as características que o processo de reemprazamento dos titulares registou em Galiza durante as últimas décadas, buscando com isto aclarar algo mais os factores que determinárom a lentitude observada na desapariçom de exploraçons. A principal base empírica deste estudo estará constituída pola estimaçom que realizamos, a partir dos censos agrários, sobre as entradas e saídas de titulares no período 1972-1982. Nom obstante, e de modo complementário, serviremo-nos também doutro tipo de informaçons, que iremos apresentando no lugar oportuno.

2.2. O processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom em Galiza. Análise das cifras globais referidas ao período 1972-1982.

a. Precisons sobre a metodologia e as fontes.

a1. Formulaçom sintética do problema.[38]

Como já sinalamos, a variaçom do número de titulares de exploraçom entre dous momentos do tempo, resulta do saldo entre as entradas e as saídas registadas nesta populaçom. Podemos pois escrever esta primeira igualdade: N_1-N_0 = E-S. Onde: N representa o número de titulares, nas datas inicial e final; E o volume de entradas ocorridas durante o período; e S a cifra de saídas ou abandonos.

Dacordo também com o que antes indicamos, o éxodo agrário tem nesta populaçom umha escassa relevância; polo que na prática, e simplificando, pode

---

[37] Exemplos deste tipo de projecçons ou estimaçons podem encontrar-se nas duas obras que citamos na nota anterior. Outro exemplo mais recente, e referido a França, constitue-o o trabalho:
-RATTIN, Solange, Projections regionales 1990 du nombre de chefs d'exploitation et mouvements de superficies correspondants., Collections de statistique agricole, no. 229, junho 1984.

[38] Seguimos aqui em boa medida as indicaçons oferecidas no estudo:
-BRUN, André, Perspectives... op. cit., pp. 4-6.

fazer-se abstracçom deste fluxo. Deste modo, o volume total de saídas estará integrado aqui por dous elementos: as defunçons de titulares (M), e os abandonos a causa da jubilaçom (J). Resultando assi a fórmula ou igualdade seguinte: $N_1-N_0 = E-(M+J)$.

Convém aclarar aqui que o fluxo de entradas inclue à totalidade das persoas que, durante o período do que se trate, accedem à direcçom de umha exploraçom agrária; já o fagam sucedendo a um familiar, a outra persoa com a que nom tenhem vínculos de parentesco, ou bem instalando-se ao frente de umha exploraçom de nova criaçom. Portanto, as entradas e saídas de titulares reflectem o processo de renovaçom desta populaçom, independentemente de toda noçom de sucessom familiar (ainda que na prática isto último seja o mais freqüente).

A partir da fórmula anterior podem calcular-se alguns índices ou rátios, que expressam as características esenciais do processo de reemprazamento. Em particular devemos citar aqui dous índices:

-O que podemos denominar "taxa de saídas"(x), que recolhe: a proporçom dos titulares presentes na data inicial, que abandonárom esta populaçom ao longo do período estudado. $x= S/N_0$.

-E a "taxa de reemprazamento"(r), que se define como a relaçom entre o volume de entradas e o de saídas. $r= E/S$.

Resulta fácil demostrar que esses dous índices, conjuntamente, determinam a reduçom percentual experimentada polo número de exploraçons no período do que se trate[39].

Para conhecer o volume e a composiçom dos fluxos anteriores podem utilizar-se, em primeiro lugar, dados obtidos directamente, procedentes de um registo estatístico directo dos diversos movimentos (mortes de titulares, jubilaçons,...). Na maior parte dos casos, sem embargo, carece-se desse tipo de dados, ou dispom-se deles pero só para alguns dos fluxos; polo que se fai necessário recurrir a métodos de estimaçom indirecta. Isto último é o que sucede no caso concreto de Galiza, e globalmente em Espanha, onde nom existe nengumha estatística baseada num registo directo das altas e baixas de titulares de exploraçom. Em conseqüéncia, tivemos que recurrir a umha estimaçom.

---

[39] Em concreto, se denotamos essa percentagem de reduçom do número de exploraçons por "d", cumple-se a seguinte igualdade: $d= x*(1-r)$. Para mais detalhes consultar:

-BRUN, André, op. cit., pag. 5.

Para efectuar esta estimaçom seguimos, em linhas gerais, a mesma metodologia utilizada em estudos referidos a outros países[40], e que consiste esencialmente em aplicar a esta populaçom (a dos titulares) o esquema ou a análise da evoluçom das geraçons. Este método permite estimar as entradas e saídas ocorridas num determinado período, conhecendo o número de titulares por grupos de idade nas datas inicial e final. No nosso caso, realizamos estes cálculos para o período 1972-1982, baseando-nos nas cifras de titulares por idades que oferecem os censos agrários elaborados nessas duas datas[41]. Resumimos a continuaçom o procedimento seguido.

a2. O método que seguimos para estimar as entradas e saídas de titulares no período 1972-1982.

Denominemos N72 ao número de titulares de um determinado grupo de geraçons contabilizados em 1972, e N82 aos efectivos destas mesmas geraçons registados em 1982 (por exemplo, os das geraçons nascidas no período 1918-27, que terám 45-54 anos em 1972 e 55-64 anos em 1982)[42]. Dacordo com o que antes vimos, podemos escrever a seguinte igualdade: N82-N72= E-M-J. Onde, lembremos, E é o número de entradas, M as saídas por defunçom, e J as saídas por jubilaçom.

Dos termos que figuram nessa equaçom, conhecemos os valores de N72 e N82, que som oferecidos polos respectivos censos agrários[43]. E podemos

---

[40] Ver por exemplo: BRUN, André, op. cit., pp. 16 e ss.

[41] Fixemos também os mesmos cálculos para o período 1982-1989, utilizando os dados do último censo agrário. Sem embargo, os resultados que obtivemos aqui nom apresentam novidades ou variaçons importantes em relaçom aos do período intercensal anterior; polo que, com o fim de simplificar a exposiçom, decidimos prescindir da sua análise no texto. As cifras que imos ver para o período 1972-1982 reflectem, pois, umhas tendéncias aplicáveis também ao último período intercensal.

[42] Somos conscientes de que os dados oferecidos polos censos agrários se refirem à idade em anos cumplidos, polo que nom é exacto identificar sem mais essas cifras com as referidas às geraçons (definidas polo ano de nascimento). Sem embargo, a efeitos práticos, isso nom afecta de forma significativa aos resultados.

[43] Aqui encontramo-nos sem embargo com umha pequena dificuldade, devido a que as cifras de titulares por idades publicadas por estes dous censos nom som estritamente homogéneas. As do censo de 1972 refirem-se aos empresários "persoa natural", onde se incluem só aqueles casos em que a direcçom da exploraçom está em maos de umha única

estimar facilmente o valor de M, as saídas por defunçom, utilizando umhas tábelas de mortalidade por idades. No nosso caso, este cálculo nom pode ser mui preciso, devido a que nom contamos com informaçom referida especificamente à mortalidade dos agricultores; e ademais, porque as cifras sobre os titulares que oferece o censo de 1972 nom classificam a estes por sexos, o que seria conveniente dadas as diferéncias que apresenta a mortalidade entre os homes e as mulheres. Assumindo, pois, que se trata só de um cálculo aproximado, o que fixemos aqui foi aplicar aos titulares de ambos sexos as taxas de mortalidade por idades referidas à populaçom masculina de Galiza, e correspondentes aos anos 1980-81[44]. Deste modo, estimamos para cada grupo de geraçons o número de titulares presentes em 1972 e que morrérom antes de 1982[45].

---

persoa física; e figuram excluídos assi os casos em que existe "proindiviso", que aparecem numha categoria independente. Em cámbio, as cifras publicadas polo censo de 1982 correspondem aos empresários "persoa física", englobando também os casos de proindiviso.

Para que os dados foram homogéneos, o que fixemos foi sumar em 1972 aos empresários "persoa natural" o número de exploraçons em proindiviso, suponhendo que estas se distribuem por grupos de idades igual que o grupo anterior. Estas cifras corregidas som as que empregamos nos cálculos.

[44] Estas taxas aparecem calculadas na obra:
-CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA, A poboación de Galicia. Proxeccións. op. cit., pag. 141.
A razom de tomar as taxas referidas à populaçom masculina é polo predomínio dos homes nas cifras de titulares de exploraçom.

[45] É conveniente precisar o significado concreto das cifras aqui estimadas: estas correspondem ao número de titulares presentes em 1972 e que morrérom antes de 1982, independentemente de que anteriormente tiveram abandonado, durante esse período, a direcçom da exploraçom por outro motivo. Assi, por exemplo, figuram aí incluídos aqueles que se jubilárom nestes anos e depois morrérom antes de 1982.

O principal problema com o que nos encontramos na prática, à hora de efectuar os cálculos, deriva-se de que nos dados sobre a idade dos titulares oferecidos polo censo de 1972 aparecem dous intervalos abertos: < 35 anos, e > = 65 anos. Assi, tivemos que adoptar algum suposto sobre a distribuçom por idades das persoas incluídas nestes grupos. A hipótese concreta que adoptamos foi: que os efectivos de ambos intervalos se distribuem uniformemente em 10 grupos anuais de idade (25-34 anos no primeiro caso, e 65-74 no segundo).

Conhecidos os efectivos existentes em 1972 e 1982, e o volume de saídas por defunçom ocorridas entre estas duas datas, podemos calcular para cada grupo de geraçons o valor do saldo: "entradas- saídas por jubilaçom". Este saldo será positivo nos grupos jovens; mentres que sucede o contrário naqueles de idade avançada (as jubilaçons superam aqui amplamente às possíveis entradas de novos titulares).

Pois bem, o que fixemos neste ponto foi adoptar a seguinte hipótese simplificativa: suponhemos que nos primeiros grupos nom se produzírom jubilaçons, e que nos segundos nom se registárom entradas de novos titulares. Assi, naquelas geraçons onde o citado saldo é positivo, identificamos este com entradas de novos titulares. E naquelas outras nas que o saldo é negativo, assimilamos a sua quantia com saídas por jubilaçom[46].

Deste modo, obtemos já a estimaçom do volume de cada fluxo por grupos de idades ou de geraçons; e sumando as cifras dos diversos grupos chegamos ao volume total de cada um dos fluxos.

Estes resultados aparecem recolhidos no **quadro 9.9**. Imos começar examinando as cifras globais, o volume total registado polos diversos fluxos durante o período 1972-1982. Para isto serviremo-nos também dos rátios ou índices sintéticos que calculamos no **quadro 9.10**.

b. O volume global das entradas e saídas de titulares no período 1972-1982.

b1. Análise das cifras referidas ao total de exploraçons censadas.

Iniciamos esta análise referindo-nos às saídas. Dacordo com os nossos cálculos, no período 1972-1982 abandonárom a direcçom das suas exploraçons um total de 125.121 titulares, o que supom o 32,6% dos registados na data inicial. Deste volume total de saídas, algo mais dos 2/3 (umhas 87.000 em cifras absolutas) devérom-se à defunçom do agricultor; e as restantes (umha

---

[46] Este procedimento leva, como se pode ver facilmente, a subestimar o volume real dos fluxos implicados (as entradas, e as saídas por jubilaçom), posto que estes aparecem em parte compensados, ao tomar o seu saldo em cada grupo de geraçons. Sobre esta questom consultar:
-BRUN, André, op. cit., pp. 17-19.

38.000, o 30% do total) correspondérom a saídas por jubilaçom[47] (ver quadro 9.9).

Quadro 9.9. Reemprazamento dos titulares de exploraçom em Galiza durante o período 1972-82. Dados referidos ao total de exploraçons censadas.

GERAÇONS (ano de nascim.)	N 72	N82	E	M	J	S
Depois de 1957		1081	1081			
1948-1957		11242	11242			
1938-1947	11145	35491	24563	217		217
1928-1937	46833	81309	36386	1911		1911
1918-1927	84664	102353	25566	7877		7877
Antes de 1918	241262	126145		77223	37894	115117
TOTAL	383904	357621	98839	87227	37894	125121

N72: número de titulares de cada grupo de geraçons presentes em 1972.
N82: número de titulares de cada grupo de geraçons presentes em 1982.
E: entradas registadas no período 1972-82.
M: saídas por defunçom registadas no período 1972-82.
J: saídas por jubilaçom registadas no período 1972-82.
S: total de saídas registadas no período 1972-82 (M+J).

Fonte: elaboraçom própria seguindo o procedimento, e a partir das fontes, que se indicam no texto.

Quadro 9.10. Reemprazamento dos titulares de exploraçom no período 1972-82. Indices sintéticos.

- % de titulares >= 55 anos em 1972	62,8%
- % dos anteriores que saírom no período 1972-82	47,7%
- Taxa global de saídas ou abandonos (S/N72)	32,6%
- Taxa global de reemprazamento (E/S)	79,0%
- Taxa de renovaçom (E/N72)	25,7%
- Variaçom (em %) do no. de titulares 1972-82	-6,8%

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro anterior.

[47] Como indicamos ao explicar a metodologia, as saídas por defunçom incluem a todos os titulares presentes em 1972 e que morrérom no período estudado, à margem de que puderam ter-se jubilado com anterioridade. Em conseqüência, a cifra de saídas por jubilaçom corresponde ao número de titulares jubilados durante o período, e que continuam vivos em 1982.

Examinando as cifras por grupos de geraçons, podemos observar que a imensa maioria das saídas produzírom-se entre os titulares que tinham em 1972 55 ou mais anos de idade (os nascidos antes de 1918). Em conseqüência, pode afirmar-se que a importância global deste fluxo vem determinada por dous aspeitos esenciais: a percentagem que na data inicial representavam os titulares desse intervalo de idade; e a proporçom destas persoas que deixárom a direcçom da exploraçom ao longo dos 10 anos seguintes.

Os valores destes dous índices aparecem calculados no quadro 9.10. Vemos aqui que a primeira percentagem situava-se em 1972 no 62,8%; é dizer, que do total de titulares censados nesta data, o 62,8% tinham umha idade igual ou superior a 55 anos, polo que em 1982 todos eles teriam alcançado a idade normal de jubilaçom. Na prática, sem embargo, só o 47,7% desses agricultores abandonárom efectivamente a direcçom da exploraçom nesses 10 anos, continuando os restantes em activo ao final do período.

As cifras indicam-nos, portanto, que a proporçom de titulares de idade avançada era em 1972 mui elevada; pero deles, mais da metade seguiam em activo no ano 1982, apesar de ter superado já a idade normal de jubilaçom. Como resultado disto, a importância global das saídas ou abandonos operadas no período foi bastante reduzida: 125.121 titulares, o 32,6% dos existentes em 1972.

Simultaneamente com o fluxo anterior, produziu-se a entrada de 98.839 novos titulares de exploraçom; de onde resulta umha taxa de reemprazamento do 79,0%, que hai que catalogar como mui elevada (ver quadros 9.9 e 9.10). Esta taxa indica que: por cada 100 titulares jubilados ou mortos durante o período 1972-1982, outras 79 persoas accedérom à direcçom de umha exploraçom, já fora sucedendo aos anteriores ou bem instalando-se sobre umha exploraçom nova.

O saldo ou resultado final desses movimentos foi o que já conhecemos: a extremada lentitude registada pola desapariçom de exploraçons. Assi, o número de titulares reduziu-se neste período em tam só 26.282 persoas, o que supom unicamente o 6,8% dos contabilizados em 1972 (ver quadro 9.10).

Em suma, os dados expostos ponhem de manifesto que a escassa magnitude alcançada em Galiza pola desapariçom de exploraçons, deveu-se, desde esta perspectiva, a dous tipos de factores:

-O primeiro foi a lentitude no abandono efectivo da actividade por parte dos titulares de idade avançada.

-O segundo é o elevado valor que regista a taxa de reemprazamento. O que significa que, dos titulares

que se jubilárom ou morrérom durante o período, umha alta proporçom contárom com sucessor.

Depois teremos ocasiom de afondar nesses dous fenómenos ou conclusons iniciais. Antes devemos fazer umha precisom sobre os resultados que acabamos de exponher. Estes resultados som os que se obtenhem tomando o total de titulares de exploraçom censados em 1972 e 1982. Agora bem, como vimos no seu momento, estas cifras globais aparecem em Galiza distorsionadas, devido ao incremento fictício do número de exploraçons menores de 1 he. Por este motivo, fai-se conveniente excluir dos dados a esta última categoria, e calcular as entradas e saídas de titulares limitando-nos às exploraçons com umha superfície total igual ou superior a 1 he. Os resultados que se obtenhem deste modo, muito mais fiáveis e próximos à realidade, som os que examinamos a continuaçom.

b2. Análise das cifras referidas às exploraçons com umha superfície total >= 1 he.

No **quadro 9.11** estám reproduzidas as cifras que obtemos neste caso: a estimaçom das entradas e saídas de titulares para o conjunto das exploraçons maiores de 1 he. Mais interessante a efeitos da análise é o **quadro 9.12**, onde figuram os índices sintéticos que resumem esse processo de reemprazamento; incluíndo também, a efeitos comparativos, os valores desses índices que obtinhamos antes (para o total de exploraçons censadas).

Quadro 9.11. Reemprazamento dos titulares de exploraçom em Galiza no período 1972-82. Dados referidos ás exploraçons censadas de superfície total >= 1 he.

GERAÇONS (ano de nascim.)	N 72	N 82	E	M	J	S
Depois de 1957		552	552			
1928-1957	37151	78897	43127	1381		1381
1918-1927	61256	69723	14167	5699		5699
Antes de 1918	175920	86006		56606	33308	89914
TOTAL	274327	235178	57846	63686	33308	96994

Fonte: ver quadro 9.9.

Quadro 9.12. Reemprazamento dos titulares de exploraçom 1972-82. Indices sintéticos referidos ao processo no total de exploraçons, e nas exploraçons com superfície >= 1 he.

	Explor. >= 1 he.	Total explor.
- % de titulares >= 55 anos em 1972	64,1%	62,8%
- % dos anteriores que saírom no período 1972-82	51,1%	47,7%
- Taxa global de saídas ou abandonos (S/N72)	35,4%	32,6%
- Taxa global de reemprazamento (E/S)	59,6%	79,0%
- Taxa de renovaçom (E/N72)	21,1%	25,7%
- Variaçom (em %) do no. de titulares 1972-82	-14,3%	-6,8%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos quadros 9.9 e 9.11.

Imos centrar os nossos comentários nestes índices, deixando de lado as cifras em termos absolutos.

-Em primeiro lugar, podemos observar que a importância relativa das saídas ou abandonos de titulares, é aqui superior ao que nos indicavam as cifras anteriores. Assi, estas saídas suponhem o 35,4% dos efectivos existentes em 1972 (frente ao 32,6% que víamos antes). A maior importância global deste fluxo relaciona-se com o comportamento que os dados recolhem para os titulares de idade avançada (aqueles com 55 e mais anos em 1972). Os resultados que agora comentamos indicam que o 51,1% dos titulares que partiam dessa idade, abandonárom a direcçom da exploraçom no período 1972-1982, frente ao 47,7% que se obtinha incluíndo as exploraçons menores de 1 he (ver quadro 9.12).

Portanto, estas cifras corregidas levam a matizar algo a conclusom antes exposta, sobre a permanéncia ao frente das exploraçons de muitos agricultores que já alcançárom ou superárom a idade de jubilaçom. Observamos agora que isto se dá na realidade de forma menos acusada do que sugeriam os dados iniciais; o que se reflecte num maior volume relativo das saídas ou abandonos de titulares, que se produzírom no período 1972-1982.

Apesar de todo, a citada conclusom mantém esencialmente a sua validez: o abandono da actividade por parte dos agricultores de idade avançada foi neste período mui lento; fazendo assi que o fluxo global de saídas fora também bastante reduzido.

-Os resultados vem-se muito mais modificados (ao excluir as exploraçons menores de 1 he), no que respeita ao outro componente do processo de reemprazamento dos titulares, e o outro condicionante da evoluçom do número de exploraçons: a importância relativa das entradas de novos titulares,

expressada na taxa de reemprazamento. Frente ao 79,0% que alcançava esta taxa nas cifras anteriores, o seu valor baixa agora ao 59,6% (ver quadro 9.12).

Portanto, o nível mui elevado que obtinhamos antes para a taxa de reemprazamento, deve-se em boa medida às entradas fictícias de novos titulares ao frente de exploraçons menores de 1 he (feito que se corresponde com a multiplicaçom destas unidades que registam os censos agrários). Se excluímos esta categoria, obtemos umha taxa ainda relativamente alta, pero muito menor. Concretamente, as cifras indicam que: de cada 100 titulares de exploraçons maiores de 1 he, que se jubilárom ou morrérom durante o período 1972-1982, contárom com sucessor uns 60.

-Como resultado final dos movimentos expostos, o número de exploraçons maiores de 1 he reduziu-se neste período num 14,3% (ver quadro 9.12). Umha taxa de desapariçom esta, que duplica a que obtinhamos nos dados iniciais (6,8%), pero que continua sendo bastante modesta.

c. Comparaçom das cifras anteriores com as referidas a outros países europeios.

Para valorar melhor as cifras que vimos de exponher, resulta útil compara-las com as que se registam noutros países do nosso entorno. A realizaçom de comparaçons internacionais neste ámbito tropeza, sem embargo, com um forte obstáculo: a escassez de dados sobre o reemprazamento dos titulares de exploraçom, que incluam os diferentes componentes deste processo e sejam relativamente homogéneos com os que nós calculamos para Galiza[48].

Assi, nom nos foi possível obter dados deste tipo para outros países, referidos ao mesmo período que as cifras galegas; e a informaçom da que pudemos disponher para datas anteriores, limita-se a dous estados europeios.

---

[48] É freqüente encontrar aproximaçons gerais a esse processo de reemprazamento, pero sem que se realize umha estimaçom, umha quantificaçom, dos diversos fluxos implicados. Como exemplo desse tipo de aproximaçons, podemos citar as que se oferecem para os 6 estados fundadores da CEE no informe:
-COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES, Surfaces agricoles pouvant être mobilisées pour une reforme de stucture. op. cit.
Por outra parte, encontramos também com freqüéncia dados e estudos precisos sobre algum dos componentes do processo, em especial sobre as entradas ou instalaçons de novos titulares, pero sem abordar o estudo dos restantes fluxos.

Apesar destas limitaçons, comprovaremos de imediato a utilidade desta análise comparada.

Os dados que imos empregar aqui som em concreto: os referidos a França e ao período 1955-1963; e os correspondentes à evoluçom em Holanda durante os anos 1964-1969. As fontes das que procedem estes dados aparecem especificadas no **quadro 9.13**, onde reproduzimos os índices ou rátios esenciais que se obtenhem num e outro caso, juntamente com os referidos à evoluçom em Galiza no período 1972-1982. A amplitude do período analisado é, como vemos, diferente nos três países: 10 anos nas cifras galegas, 8 nas correspondentes a França, e 5 nas de Holanda. Por este motivo, a maior parte dos índices (que resumem os diversos componentes do processo de reemprazamento) estám expressados em forma de taxas anuais, com o fim de facilitar a sua comparaçom. Passamos já a examinar estas cifras.

De entrada, hai aqui um feito que chama a atençom: Galiza, partindo de umha distribuçom por idades dos titulares muito mais envelhecida que a dos outros dous países, regista em cámbio durante o período estudado umha desapariçom de exploraçons muito menos intensa. Assi, a percentagem de titulares com idade igual ou superior a 55 anos era em Galiza no ano 1972 do 64,1%; mentres que em França (na data inicial do seu período de referéncia, 1955) essa cifra baixava ao 43,0%; e em Holanda (no ano 1964) era só do 35,2%. Apesar disto, a taxa anual de diminuçom do número de exploraçons nos anos seguintes, limitou-se no agro galego ao 1,4%, mui inferior à observada em França (2,1%), e ainda mais se a comparamos com a registada em Holanda (2,9%, o duplo da taxa galega) (ver quadro 9.13).

Quadro 9.13. Indices sintéticos sobre o reemprazamento dos titulares de exploraçom. Comparaçom dos dados galegos com os registados noutros países.

	Galiza 1972-82	França 1955-63	Holanda 1964-69
- % de titulares >= 55 anos em 1972	64,1%	43,0%	35,2%
- Taxa anual de abandonos no grupo anterior	5,1%	7,7%	10,1%
- Taxa anual de saídas para o total de titul	3,5%	4,4%	4,7%
- Taxa global de reemprazamento (E/S)	59,6%	52,2%	39,3%
- Taxa anual de renovaçom	2,1%	2,3%	1,9%
- Taxa de variaçom anual do no. de titulares	-1,4%	-2,1%	-2,9%

Fonte:
-Galiza: ver quadro anterior.
-França: BRUN,A. / LAURENT,C., Perspectives de remplacement des chefs d'exploitation agricole., INRA, Paris, 1967, pp. 17-19.
-Holanda: COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES, Surfaces agricoles pouvant être mobilisées pour une réforme de structure., Informations internes sur l'agriculture, no. 77, agosto 1971, pp. 233-240.

Esses dous fenómenos (maior envelhecimento em Galiza dos titulares; desapariçom de exploraçons nos anos seguintes muito menor no nosso caso) constatamo-los também ao analisar a evoluçom registada nas últimas décadas, e para períodos homogéneos, em Galiza e nos países membros da CEE. Polo que podemos afirmar que o aí sinalado constitue algo permanente nestes últimos decénios. Isto dota de maior significaçom e interesse ao estudo que efectuamos agora.

A questom a aclarar é: que factores explicam a evoluçom que acabamos de sinalar, o reduzido ritmo que apresenta no agro galego a desapariçom de exploraçons, apesar de partir de um envelhecimento dos titulares maior que nos países do nosso entorno. Os dados que figuram no quadro 9.13 indicam, numha primeira aproximaçom, que isso se deveu a dous factores: a lentitude muito maior com a que se produze na nossa agricultura o abandono da actividade por parte dos titulares de idade avançada; e o valor comparativamente elevado que alcança aqui a taxa de reemprazamento (desses titulares que se jubilam ou morrem). Imo-nos deter em cada um destes dous aspeitos ou componentes do processo.

i. O primeiro refire-se à saída dos titulares de idade avançada. Podemos observar aqui que: de cada 100 titulares de 55 e mais anos que existiam em Galiza ao começo do período estudado, só cessárom nesta condiçom durante os anos seguintes umha média de 5 anuais. Frente a isso, a cifra em França aproxima-se aos 8 anuais, e em Holanda alcança os 10 (ver quadro 9.13). Isto significa que ao cabo de 10 anos, em Galiza seguirám ainda em activo a metade desses agricultores; mentres que em França só ficarám o 20%; e em Holanda nengum (todos os titulares de 55 e mais anos presentes numha data, abandonam a exploraçom, por morte ou jubilaçom, durante os 10 anos seguintes).

Essa lentitude com a que os titulares de idade avançada abandonam a actividade, constitue a primeira, e a mais importante, causa do baixo ritmo que regista no nosso agro a desapariçom de exploraçons. Em concreto, isso fai que, apesar de partir de um maior envelhecimento desta populaçom, a importáncia global das saídas seja comparativamente pequena no nosso caso. E esta reduzida taxa global de saídas constitue, à sua vez, o principal factor explicativo de que a desapariçom de exploraçons seja menos intensa em Galiza (ver quadro 9.13).

ii. O outro factor que contribuiu a ralentizar aqui a desapariçom de exploraçons foi o valor relativamente elevado que alcançou a taxa de reemprazamento. As cifras que estamos comentando indicam que esta taxa foi na agricultura galega e no período 1972-1982 do 59,6%, o que está por encima do 52,2% registado em França no período 1955-1963, e supera ainda mais ao 39,6% que se constata em Holanda no período 1964-1969 (ver quadro 9.13). E esta mesma conclusom obtemo-la, se comparamos essa taxa com a que se regista

noutros países europeios em décadas mais recentes: o seu valor em Galiza é comparativamente elevado[49].

Dos dous fenómenos que vimos de sinalar, o primeiro (a lentitude no abandono da actividade por parte dos titulares de idade avançada) nom necessita aqui maiores aclaraçons. Pero nom sucede o mesmo com o segundo: o nível relativamente alto da taxa de reemprazamento, que constatamos para o agro galego. Sobre este feito, e os seus possíveis factores explicativos, devemos fazer algumhas consideraçons adicionais.

Como sinalam M.Blanc e Ph.Perrier-Cornet, nom existem praticamente estudos sobre os factores macro-económicos que condicionam o volume das instalaçons de novos titulares de exploraçom, e o nível da taxa de reemprazamento. E, portanto, nom conhecemos tampouco os factores que podem explicar as diferéncias no valor dessa taxa entre os diversos países e regions[50].

Sem embargo, si disponhemos de numerosas análises referidas aos condicionantes do éxodo agrário, nas que se aclara quais som as principais variáveis que explicam as divergéncias espaciais observadas na intensidade desse éxodo. Assumindo em princípio que entre os dous fenómenos (éxodo agrário e volume das instalaçons) existe umha relaçom inversa, podemos inferir destes estudos algumhas indicaçons, sobre os factores que condicionam a quantia das entradas de novos titulares e o valor da taxa de reemprazamento.

Como vimos nos capítulos IV e VI desta investigaçom, as análises sobre os determinantes macro-económicos do éxodo agrário coincidem em resaltar o

---

[49] Assi, em França a taxa de reemprazamento dos titulares no período 1970-80 foi do 45% (frente ao 59,6% em Galiza). Ver:
-BLANC, Michel, L'évolution recente de l'emploi agricole., INRA, Station d'Economie et de Sociologie Rurales de Toulouse, 1985, pp. 69-74.
Baseando-se numha fonte diferente, S.Rattin obtém para este mesmo país e referido ao período 1979-81 umha taxa de reemprazamento do 47%, mui similar, como vemos, à anterior e claramente inferior à cifra galega. Ver:
-RATTIN, Solange, "Qui s'installe sur les exploitations agricoles ? (Période 1979-1981).", Cahiers de Statistique Agricole, no. 5/6 1984, pp. 27-37.

[50] Ver: BLANC, Michel /PERRIER-CORNET, Philippe, "Installation et renouvellement de l'agriculture familiale. Un constat de la diversité des facteurs et tendances d'évolution.", em:
INRA-ESR, La transmission des exploitations agricoles., INRA, Paris, 1987, pp. 63-70.

papel esencial que jogam aqui dous tipos de variáveis: por umha parte, o nível da renda agrária por trabalhador, ou, mais exactamente, a relaçom entre essa renda e a que obtenhem os ocupados nos outros sectores da economia; e, pola outra, as oportunidades de emprego existentes nestes outros sectores, o ritmo de geraçom de emprego nos sectores nom agrários.

Aceitando que o volume das instalaçons de novos titulares e o nível da taxa de reemprazamento, som funçom inversa da intensidade alcançada polo éxodo agrário, podemos estabelecer a hipótese de que o seu valor num determinado país ou regiom:

i. Está correlacionado positivamente com o nível da renda agrária/activo nesse espaço.

ii. E apresenta umha correlaçom inversa com o ritmo de criaçom de emprego nos sectores nom agrários desse país ou regiom[51].

Neste sentido, o próprio M.Blanc obtém, numha obra anterior, uns resultados para França que parecem avalar essas duas hipóteses. O autor analisa aqui o reemprazamento dos titulares de exploraçom que se registou nas diversas regions francesas durante o período 1970-1980. E constata que, sendo essa taxa no conjunto de França do 45%, o seu valor é mui superior (por encima do 50%) em dous tipos de regions:

-Por um lado, naquelas com um alto nível de desenvolvimento agrário, as que registam umha elevada renda agrária/ exploraçom.

-E o mesmo sucede na maioria das regions que apresentam umha elevada percentagem do emprego agrário sobre o emprego total. Nestas zonas, apesar de que a renda agrária/ exploraçom é em geral baixa, a escassa geraçom de empregos nos outros sectores frea o éxodo agrário; resultando daí umha taxa de reemprazamento dos titulares elevada[52].

A evoluçom que antes constatamos para a agricultura galega, parece encaixar em princípio nesse esquema geral; posto que o valor relativamente alto que regista aqui a taxa de reemprazamento, coincide com a existéncia de um peso relativo mui elevado do emprego agrário. A primeira vista semelha, pois, que o alto nível daquela taxa é algo plausível, e que está relacionado com a escassa importáncia dos sectores nom agrários na economia galega, feito este que teria freado o éxodo agrário nas últimas décadas. Isto traeria como

---

[51] Em relaçom com estas hipóteses, consultar:
-BLANC, Michel /PERRIER-CORNET, Philippe, "Installation et renouvellement de l'agriculture familiale...", op. cit., pp. 63-65.

[52] Ver: BLANC, Michel, L'évolution recente de l'emploi agricole. op. cit., pp. 69-74.

conseqüéncia umha relativa abundáncia de mao de obra jovem na nossa agricultura, explicando assi o valor elevado que constatamos para a taxa de reemprazamento.

Exposto de forma resumida, esse seria o quadro hipotético. Agora bem, a interpretaçom aí realizada nom coincide com os resultados que obtivemos, ao analisar a evoluçom registada pola PAA em Galiza durante as últimas décadas. Vimos no seu momento que, apesar da escassa geraçom de empregos nos outros sectores da economia galega, o éxodo agrário e a diminuçom da PAA alcançárom aqui um ritmo comparável ou superior ao do conjunto dos países comunitários, explicando-se isto pola grande intensidade da emigraçom exterior. Assi, se é certo que o peso relativo do emprego agrário se mantivo em Galiza em níveis mui elevados, isto nom se corresponde, sem embargo, com umha debilidade do éxodo agrário nas últimas décadas.

Portanto, nom pode ser essa (a debilidade do éxodo agrário, e a conseguinte abundáncia de mao de obra jovem), a causa que explica a alta taxa de reemprazamento dos titulares, que constatamos para o período 1972-1982. A origem deste fenómeno hai que busca-la, pois, noutros factores:

-` A hora de aclarar isto, é importante em primeiro lugar umha precisom de carácter estatístico. Como sabemos, a taxa de reemprazamento recolhe o quociente entre as entradas e as saídas de titulares, registadas num período. Pois bem, resulta fácil ver que o valor deste quociente é afectado pola maior ou menor rapidez com a que os titulares sem sucessor abandonam a actividade. Em concreto, o retardo neste abandono dá lugar, "caeteris paribus", a um valor mais alto da citada taxa. Assi, na medida em que os titulares sem sucessor tendam a prolongar a sua actividade até idades mui avançadas, isto nom só levará a que a taxa global de saídas ou abandonos seja baixa, senom que também terá o seu reflexo na taxa de reemprazamento, elevando o valor que se obtém para esta[53].

Daí deriva-se, em conseqüéncia, que o nível relativamente elevado que constatamos para esta taxa em Galiza, é em boa medida um fenómeno "aparente"; que nom se corresponde com um volume elevado de entradas de novos titulares, senom que é produto da lentitude com a que os titulares sem sucessor abandonam as suas exploraçons.

---

[53] Dito noutras palavras: essas duas taxas esenciais que definem o processo de reemprazamento dos titulares (a taxa ou percentagem global de saídas, e a taxa de reemprazamento) nom som independentes entre si, posto que hai um termo (o volume de saídas) que figura nos dous índices. Assi, o freo destas saídas, a causa do citado comportamento dos titulares sem sucessor, reduze a primeira taxa e fai elevar-se a segunda.

-Na medida em que o alto valor dessa taxa se corresponde efectivamente com um volume elevado de instalaçons de novos titulares, a sua explicaçom deve buscar-se em algo que veremos ao analisar a composiçom destas instalaçons, as características dos novos titulares que accedem à direcçom das exploraçons. Trata-se da importáncia relativamente elevada que em Galiza tenhem as que podemos denominar "instalaçons atípicas": aquelas nas que o novo titular nom é um ajuda familar jovem que trabalhava na exploraçom, senom umha persoa de idade madura e/ou que estava trabalhando anteriormente noutro sector[54].

Finalizamos recapitulando as **principais conclusons que obtivemos nesta análise comparada com outros países europeios:**

i. Em primeiro lugar, verificamos aqui de novo o feito já conhecido: que o ritmo da desapariçom de exploraçons foi em Galiza mui baixo, mui inferior ao registado nos países comunitários, sobretodo nos do norte e centro de Europa.

ii. No que respeita aos factores que explicam essa evoluçom, a análise dos dados sobre o reemprazamento dos titulares pom de manifesto que:

-A principal causa da lenta desapariçom de exploraçons é o retardo com o que abandonam a actividade os titulares de idade avançada que carecem de sucessor; o feito de que umha grande parte destes agricultores continuam ao frente da exploraçom depois de cumplida a idade normal de jubilaçom.

-A isso une-se, pero com umha relevância quantitativa muito menor, um segundo factor que também contribuiu a frear a diminuçom do número de exploraçons: a preséncia de um fluxo importante de instalaçons ou sucessons "atípicas".

---

[54] Ver infra: a análise sobre as características das instalaçons, que realizamos no epígrafe 2.5 deste capítulo.

2.3. O reemprazamento dos titulares de exploraçom registado no período 1972-1982. Análise das cifras por categorias ou grupos de tamanho.

Seguindo o mesmo procedimento utilizado para o total de exploraçons, estimamos também as entradas e saídas de titulares que se registárom durante o período 1972-1982 nos diferentes grupos de tamanho. Os resultados obtidos aparecem resumidos no **quadro 9.14**, onde recolhemos para cada um dos grupos os valores de 6 índices sintéticos, que reflectem os componentes ou características esenciais do processo de reemprazamento. Trata-se dos mesmos índices que calculamos já anteriormente para as cifras globais.

Estes dados por grupos de tamanho permitem afondar nas tendéncias globais que constatamos nas páginas precedentes, vendo a forma em que estas se plasmam por categorias dimensionais. `A hora de interpretar estes dados, devemos, sem embargo, ter em conta umha precisom sobre o seu significado: as entradas e saídas calculadas para cada grupo, incluem também os movimentos de exploraçons de umha a outra categoria. Assi, por exemplo, o passo de exploraçons desde o intervalo de 5-10 hes ao de 10-20 hes (como conseqüéncia do seu agrandamento no período), fará engrossar o fluxo de saídas de titulares no primeiro grupo, e, de forma paralela, as entradas no segundo. Compre nom esquecer isto ao examinar as cifras.

Por outra parte, dos resultados que figuram no quadro 9.14, é aconselhável prescindir dos referidos às exploraçons menores de 1 he, devido às deficiéncias que apresenta aqui a informaçom dos censos agrários. Limitando-nos pois aos grupos que estám por encima desse tamanho, passamos a exponher os fenómenos mais relevantes que podemos observar.

-As saídas de titulares.

O primeiro elemento que condiciona a importáncia das saídas de titulares no período 1972-1982, é o grau de envelhecimento que estes registavam na data inicial. Pois bem, neste aspeito nom existiam grandes diferéncias entre as exploraçons dos distintos grupos de tamanho. Ao menos, isto é o que se constata se nos fixamos na percentagem que representavam os titulares de 55 e mais anos: esta percentagem situava-se em quase todas as categorias de exploraçons ao redor do 64%-64,5%, e só diminuia ligeiramente nas maiores de 20 hes, onde era do 62,4% (ver quadro 9.14).

Si se observam, em cámbio, divergéncias no que respeita à medida na que esses titulares de idade avançada abandonárom a actividade durante os 10 anos seguintes. Aqui vemos, em primeiro lugar, que a taxa de abandonos regista o seu valor mais reduzido nas exploraçons de maior dimensom, aquelas superiores a 20 hes; pero a interpretaçom desta cifra apresenta aqui dificuldades[55]. Centrando-nos pois nas restantes categorias, observamos que: a saída dos titulares de idade avançada alcançou um maior ritmo nas exploraçons médias ou pequenas-médias (5-10 hes e 10-20 hes); mentres que foi especialmente lenta nas de menor dimensom (as de 1-5 hes) (ver quadro 9.14). Esta é a principal conclusom a destacar neste ponto, e coincide com o que se constata noutros países[56]: a prolongaçom da sua actividade por parte dos titulares velhos, mais alá da idade normal de jubilaçom, regista a sua maior freqüéncia nas exploraçons de pequena dimensom.

Quadro 9.14. Reemprazamento dos titulares de exploraçom no período 1972-82 por categorias de exploraçons. Indices sintéticos.

	Superfície total das exploraçons (hes)				
	<1	1-5	5-10	10-20	>=20
- % de titulares de idade >= 55 anos em 1972	60,0%	64,0%	64,5%	64,6%	62,4%
- % dos anteriores que saírom no período 1972-82	38,9%	49,4%	54,0%	56,7%	46,8%
- Taxa global de saídas (S/N72)	26,0%	34,2%	37,4%	39,1%	31,8%
- Taxa de reemprazamento (E/S)	144,4%	55,5%	56,8%	71,2%	134,4%
- Taxa de renovaçom (E/N72)	37,5%	19,0%	21,3%	27,8%	42,8%
- Variaçom (em %) do número de exploraçons 1972-82	11,5%	-15,2%	-16,2%	-11,3%	11,0%

Fonte: elaboraçom própria tal como se indica no texto.

---

[55] O motivo é o que antes indicamos no texto: que os fluxos estám influídos polos movimentos de exploraçons de um intervalo a outro. Neste caso concreto, o baixo valor da taxa de abandonos na categoria de maior dimensom deve-se, ao menos em parte, à incorporaçom a esta categoria de exploraçons procedentes de outros grupos. Polo que nom podemos atribuir esse valor a umha maior prolongaçom da actividade por parte dos titulares de idade avançada.

[56] Consultar por exemplo, para o caso de França, os resultados obtidos no estudo: -BRUN, André, Perspectives... op. cit., pp. 20-21.

A explicaçom deste feito resulta fácil de estabelecer. O citado comportamento produze-se principalmente nos casos em que o titular carece de sucessor; e isto é mais freqüente quanto menor é o tamanho da unidade de produçom. Daí que seja nas categorias de pequena dimensom, onde é mais habitual que os titulares de idade avançada prolonguem a sua actividade, por encima da idade normal de jubilaçom. Isto corresponde-se com a maior importáncia relativa que tenhem nestas categorias os agricultores velhos sem sucessor.

Essas diferéncias reflectem-se no valor que alcança a taxa global de saídas (a percentagem que suponhem as saídas sobre o total de titulares presentes em 1972). Esta taxa foi no grupo de 1-5 hes do 34,2%; mentres que nas exploraçons de 5-10 hes eleva-se ao 37,4%, e nas de 10-20 hes ascende ao 39,1% (ver quadro 9.14).

-As entradas de novos titulares e o nível da taxa de reemprazamento.

Ao lado do volume relativo das saídas, o outro factor que condiciona a evoluçom do número de exploraçons nos distintos grupos de tamanho, é o valor que alcança a taxa de reemprazamento; isto é, a proporçom que representam as entradas de novos titulares sobre os abandonos registados no período. Os dados referidos a outros países ponhem de manifesto que é neste aspeito onde se centram em maior medida as divergéncias em funçom do tamanho das exploraçons. É dizer, que a diferente evoluçom por grupos de tamanho deve-se principalmente, nom à maior ou menor quantia relativa das saídas de titulares, senom à percentagem destes titulares que contam com sucessor. Esta percentagem varia fortemente segundo a dimensom das unidades de produçom.

Se nos fixamos no que sucedeu neste aspeito em Galiza durante o período 1972-1982, som dous os feitos que, na nossa opiniom, compre salientar:

i. O primeiro é que, como caberia agardar a priori, o nível da taxa de reemprazamento difire notavelmente segundo o tamanho das exploraçons, aumentando a medida que se eleva este tamanho. Assi, esta taxa regista o seu valor mais baixo nas unidades de 1-5 hes, onde foi do 55,5%;

incrementando-se depois de forma contínua, até alcançar o 71,2% no grupo de 10-20 hes, e o 134,4% no das maiores de 20 hes[57] (ver quadro 9.14).

ii. Sem embargo, se comparamos esses dados com os referidos a outros países europeios mais desenvolvidos, o feito que chama a atençom nom é a existéncia dessas diferéncias na taxa de reemprazamento, senom, ao contrário, a sua reduzida magnitude na nossa agricultura. Em particular, hai que destacar o nível relativamente elevado que essa taxa regista nas exploraçons de pequena dimensom, e a sua escassa variaçom a respeito da que se constata nas categorias de dimensom média. De tal modo que, em todos os grupos de tamanho situados entre 1 e 20 hes, a taxa de reemprazamento é em Galiza relativamente uniforme.

Podemos ilustrar essas afirmaçons tomando por exemplo, como termo de comparaçom, as cifras referidas à evoluçom operada em França no período 1955-1963. Nestas cifras observamos que a taxa de reemprazamento nas unidades de 10-20 hes foi aqui do 68%, mui similar à que se constata em Galiza no período 1972-1982 (71%). Sem embargo, nos grupos de menor tamanho essa taxa experimenta em França umha caída muitíssimo mais pronunciada do que sucede no agro galego. Assi, no grupo de 5-10 hes o seu valor é só do 22% (frente ao 56,8% em Galiza); e no de 1-5 hes baixa ao 12% (frente ao 55,5% que se regista no nosso caso)[58].

Estes dados som de grande interesse, com vistas a aclarar algo mais um dos fenómenos esenciais que constatavamos nas cifras agregadas: o nível relativamente elevado que regista em Galiza a taxa global de reemprazamento.

Podemos observar agora que isso se deveu à evoluçom ocorrida nas pequenas exploraçons, ao alto valor que alcança a referida taxa nestas exploraçons, se o comparamos com outros países. Neste sentido, as cifras indicam que a taxa de reemprazamento dos titulares apresenta, na agricultura galega, umha correlaçom ou umha dependéncia mui débil a respeito do tamanho

---

[57] Compre lembrar que o que calculamos aqui é a "taxa de reemprazamento aparente", isto é, a relaçom entre as entradas e saídas de titulares estimadas para cada categoria de tamanho. E, como já indicamos, estas cifras incluem os movimentos de exploraçons entre as distintas categorias. Portanto, o valor desse índice nom pode assimilar-se estritamente a umha taxa de sucessom familiar (a percentagem dos agricultores jubilados ou mortos em cada grupo que tivérom sucessor). Em concreto, o feito de que a taxa de reemprazamento seja no intervalo de maior dimensom superior ao 100%, explica-se polo feito sinalado: a incorporaçom a este grupo de exploraçons procedentes de categorias inferiores.

[58] Os dados referidos a França estám tomados da obra:
-BRUN, André, Perspectives... op. cit., pag. 21.

das unidades de produçom, de tal modo que o seu nível é bastante similar em todas as categorias dimensionais situadas entre 1 e 20 hes.

Esta notável autonomia do processo de reproduçom demográfica das exploraçons, a respeito das suas condiçons produtivas, do tamanho das unidades de produçom, é um feito de grande relevância. Porque constitue outra evidéncia que avala umha das nossas afirmaçons anteriores: que dentro das entradas de novos titulares, em Galiza tenhem umha considerável importância quantitativa as que denominamos "instalaçons atípicas", aquelas que correspondem a persoas com umha débil dependéncia dos ingressos procedentes da exploraçom. Só isto pode explicar, na nossa opiniom, a elevada taxa de reemprazamento que se regista nas pequenas exploraçons, e a sua escassa diferéncia com a que se constata nas exploraçons médias.

Em síntese, som duas as conclusons fundamentais que se desprendem deste estudo da evoluçom por grupos de tamanho:

-A lentitude no abandono da actividade por parte dos titulares de idade avançada, é algo que afecta de modo geral às exploraçons de todos os tamanhos; ainda que alcança umha especial intensidade nas de menor dimensom, devido à maior importáncia relativa que tenhem aqui os agricultores de idade avançada sem sucessor.

-No que respeita ao outro factor que freou em Galiza a desapariçom de exploraçons, o valor relativamente alto da taxa de reemprazamento, isto deveu-se esencialmente ao ocorrido nos grupos de pequena dimensom.

2.4. Umha análise mais detalhada do fluxo de saídas. O retardo com o que se produze em Galiza o abandono da actividade por parte dos titulares de idade avançada que carecem de sucessor.

Umha vez conhecidos os traços básicos que definem ao processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom em Galiza, imos examinar com maior detenimento os dous componentes deste processo: as saídas e as entradas. No epígrafe que aqui começa abordamos o estudo do primeiro dos fluxos, as saídas ou abandonos de titulares, tratando de profundizar nas características que este apresenta na agricultura galega. Posteriormente, no epígrafe seguinte (o

2.5), ocuparemo-nos das entradas de novos titulares, analisando também a composiçom ou características deste fluxo. O objectivo que perseguimos com isto é afondar algo mais nas conclusons obtidas anteriormente, documentando e precisando as afirmaçons que aí fixemos.

Começamos com as saídas de titulares; examinando em concreto com maior detalhe as características deste fluxo no período 1972-1982, dacordo com a estimaçom que realizamos a partir dos censos agrários. Os dados básicos referidos a este aspeito aparecem recolhidos nos **quadros 9.15 a 9.17**.

Em primeiro lugar, podemos observar aí que a imensa maioria dos titulares que abandonárom durante este período (concretamente o 92,0%), eram persoas que em 1972 contavam com 55 ou mais anos de idade, e que portanto tinham alcançado todos eles a idade normal de jubilaçom em 1982. Dos grupos com umha idade inferior a essa, tam só o de 45-54 anos em 1972 registou um volume de saídas de certa relevância (o 6,3% do total); mentres que nas geraçons adultas e jovens o fluxo é praticamente insignificante[59] **(ver quadro 9.15)**.

Quadro 9.15. Distribuçom por idades das saídas de titulares registadas no período 1972-82.

IDADE EM 1972	TOTAL SAIDAS 1972-82	DISTRIBUÇOM EM %
< 15 anos		0,0%
15-24		0,0%
25-34	217	0,2%
35-44	1911	1,5%
45-54	7877	6,3%
>= 55 anos	115117	92,0%
TOTAL	125121	100,0%

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro 9.9.

Essa primeira imagem completa-se com a que nos oferecem os valores da taxa de saídas por grupos de geraçons (isto é, a proporçom que em cada grupo suponhem as saídas registadas no período 1972-1982, sobre os efectivos existentes na data inicial). Observamos aqui que este índice é mui baixo em todas as geraçons com menos de 55 anos em 1972, ainda que o seu valor

---

[59] Compre lembrar que, dacordo com a metodologia empregada nos cálculos, nestas cifras figuram só as saídas por mortalidade, e as jubilaçons netas em cada grupo de geraçons.

aumenta com a elevaçom da idade: 1,9% nos que partiam de 25-34 anos, 4,1% nos de 35-44 anos, 9,3% nos de 45-54 anos[60] **(ver quadro 9.16)**.

Quadro 9.16. Taxa de saídas registada no período 1972-82 nos diferentes grupos de geraçons.

IDADE EM 1972	A EFECTIVOS EM 1972	B TOTAL SAIDAS 1972-82	"TAXA DE SAIDAS" B/A
< 15 anos			
15-24			
25-34	11145	217	1,9%
35-44	46833	1911	4,1%
45-54	84664	7877	9,3%
>= 55 anos	241262	115117	47,7%
TOTAL	383904	125121	32,6%

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro 9.9.

Temos, em definitiva, que: mais do 90% dos abandonos correspondérom a titulares que partiam de umha idade igual ou superior a 55 anos; e este grupo foi também o único no que a taxa de saídas alcançou um valor importante. Portanto, é nos efectivos desta idade onde devemos centrar a nossa atençom. A evoluçom que registárom estes efectivos aparece recolhida com maior detalhe no **quadro 9.17**:

-Vemos em primeiro lugar que, do total de titulares censados em 1972, o 62,8% (uns 241.000 em cifras absolutas) tinham 55 ou mais anos (polo que todos estes terám alcançado ou superado a idade normal de jubilaçom em 1982).

-Destes titulares de idade avançada, uns 77.000 (o 32,0%) morrérom durante o período 1972-1982; quedando pois ao final do mesmo uns 164.000 supervivintes.

-Pois bem, dos titulares idosos que sobrevivem em 1982[61], tam só o 23,1% se jubilaram e abandonaram efectivamente a actividade; mentres que os restantes (as 3/4 partes do total) continuavam nesta última data ao frente da exploraçom.

---

[60] A totalidade das saídas estimadas nestes grupos devem-se à defunçom; e portanto, o que reflectem essas cifras é a incidéncia da mortalidade (incidéncia crescente com o aumento da idade).

[61] Os que contam nesta data com 65 ou mais anos de idade.

-Sumando as defunçons e as jubilaçons, obtemos que menos da metade dos titulares com 55 e mais anos em 1972 cesárom nesta condiçom durante os 10 anos seguintes. O 52,3% seguiam em actividade em 1982 (apesar de superar todos eles os 65 anos de idade).

Quadro 9.17. Saídas registadas no período 1972-82 entre os titulares que em 1972 tinham 55 ou mais anos.

a. Efectivos dessas geraçons em 1972	241262
b. Saídas por defunçom 1972-82	77223
b/a (%)	32,0%
c. Efectivos supervivintes em 1982	164039
d. Saídas por jubilaçom	37894
d/c (%)	23,1%
e. Titulares que seguem presentes em 1982	126145
% sobre os efectivos em 1972 (e/a)	52,3%

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro 9.9.

Estes dados ilustram de forma mais precisa o fenómeno que já indicamos ao analisar as cifras globais, e que constitue o principal feito a salientar no que respeita às saídas: a extremada lentitude com a que os titulares de idade avançada abandonam em Galiza a actividade; de tal modo que umha elevada proporçom destes agricultores permanecem ao frente da exploraçom depois de superada a idade normal de jubilaçom. O dado mais significativo a este respeito é que, dos titulares que alcançárom ou superárom os 65 anos durante o período 1972-1982 e que seguiam vivos ao final do mesmo, só 1/4 abandonárom efectivamente a actividade, continuando os 3/4 restantes em activo. Como conseqüência disto, em 1982 havia no agro galego, dacordo sempre com as cifras dos censos agrários, uns 126.000 titulares de idade igual ou superior a 65 anos, suponhendo estes o 35% do total.

Devemos precisar agora as implicaçons que tem esse tipo de comportamento por parte dos titulares de idade avançada; ou, dito noutras palavras, as situaçons concretas com as que pode corresponder-se essa prolongaçom da actividade mais alá da idade normal de jubilaçom. Isto pode responder a dous tipos de situaçons ou fenómenos diferentes, segundo que o agricultor tenha ou nom sucessor:

-No suposto de que exista sucessor, o efeito que tem o retardo da jubilaçom efectiva dos titulares é o de diferir o relevo geracional ao frente das exploraçons; fazendo isto que as entradas de novos titulares, o acceso das novas geraçons à titularidade, se produza a idades relativamente elevadas.

-A outra possibilidade é a de que se trate de agricultores de idade avançada que carecem de sucessor. Neste caso, a demora na sua jubilaçom efectiva tem

como conseqüência o retrassar a desapariçom da exploraçom e a conseguinte liberaçom das superfícies, freando assi as mudanças estruturais.

No caso concreto da agricultura galega, registam-se os dous tipos de fenómenos (a tardança na transmissom das exploraçons, e a prolongaçom da actividade por parte dos titulares sem sucessor). Pero podemos afirmar que a permanéncia de titulares mais alá da idade normal de jubilaçom, corresponde-se principalmente com este segundo tipo de situaçons. Dito noutras palavras, a grande maioria dos titulares que seguem ao frente das exploraçons em 1982 tendo 65 e mais anos, som agricultores que carecem de sucessor.

Para realizar essa afirmaçom, baseamo-nos no cálculo que efectuamos, sobre as perspectivas de reemprazamento dos titulares de idade avançada censados em 1982[62]. Os resultados desta estimaçom indicam que, dos titulares com 55 e mais anos que som contabilizados nesta data, a percentagem dos que contavam com sucessor situava-se entre: o 26,6% (hipótese mínima), e o 45,4% (hipótese máxima). E, com toda seguridade, esta percentagem diminuia notavelmente se nos limitamos aos titulares com 65 e mais anos[63].

Portanto, a lentitude nas saídas dos titulares de idade avançada, que constatamos para o período 1972-1982, corresponde-se principalmente com a prolongaçom da actividade por parte de agricultores sem sucessor. De tal modo que, nesta última data, havia na agricultura galega um 35% das exploraçons que estavam em maos de titulares com 65 e mais anos, a imensa maioria dos quais careciam de sucessor.

Este foi, como já temos indicado, o principal factor que freou em Galiza a desapariçom de exploraçons durante as últimas décadas, fazendo que o seu ritmo fora muito menor ao registado na CEE. Os dados que acabamos de analisar permitírom-nos umha aproximaçom e umha delimitaçom mais precisa deste fenómeno: a permanéncia ao frente das exploraçons de muitos titulares jubilados (com mais de 65 anos) sem sucessor.

Umha vez verificado empiricamente o fenómeno, cumpriria aclarar as causas que estám na sua origem. Que factores podem explicar as pautas de

---

[62] Ver supra: quadro 9.26, onde recolhemos os resultados obtidos nesta estimaçom, explicando também o procedimento e as hipóteses utilizadas para a sua elaboraçom.

[63] Os dados que empregamos nos cálculos nom permitem conhecer desagregadamente as perspectivas de sucessom para os agricultores desta idade. Pero essa afirmaçom é fácil de argumentar, e aparece avalada polo que indicam as cifras referidas a outros países. Consultar por exemplo as cifras para França, que som oferecidas no estudo: -RATTIN, Solange, "Les chefs d'exploitation et leurs successeurs.", Cahiers de Statistique Agricole, no. 3/6, maio-junho 1984, pag. 9.

comportamento que apresentam em Galiza os titulares de idade avançada sem sucessor, e as diferéncias que se constatam neste aspeito em relaçom aos países da CEE, sobretodo em relaçom a aqueles países mais desenvolvidos ?. `A hora de abordar esta questom, é oportuno lembrar o que sinalamos no epígrafe 1.1 deste capítulo, sobre o tema da jubilaçom na agricultura. Em síntese, indicávamos ali que:

i. A prolongaçom da actividade até idades mui avançadas, constituia a pauta normal na agricultura familiar tradicional.

ii. Nos países europeios com um maior nível de desenvolvimento agrário, essa pauta modificou-se profundamente nos últimos 30 ou 40 anos; produzindo-se umha progressiva generalizaçom da jubilaçom efectiva dos agricultores aos 65 anos ou antes. Nisto influírom, por um lado, as transformaçons gerais experimentadas neste período polo sector agrário, e em particular o avance da concepçom da actividade agrária como umha profissom, frente à sua concepçom anterior como umha "forma de vida". E, por outro lado, de modo mais concreto, também incidírom nessa modificaçom as políticas de jubilaçom antecipada, aplicadas em muitos países a partir de 1960.

Portanto, podemos afirmar que o que reflectem os dados referidos a Galiza é que aqui seguem vigentes, numha grande medida, as pautas tradicionais. E a origem disto, segundo o que acabamos de indicar, hai que busca-la:

-Por umha parte, no baixo nível de desenvolvimento geral que caracteriza à nossa agricultura.

-Pero ademais, de umha forma mais directa, também contribue a explicar isso a auséncia nas últimas décadas de medidas dirigidas a fomentar a jubilaçom antecipada dos agricultores, vinculando as ajudas ao abandono efectivo da actividade e à cesom das terras. No caso de Espanha, nom foi aplicada nengumha medida deste tipo ao longo das décadas que estamos estudando; e hai que agardar a 1989 para encontrar as primeiras actuaçons nesta direcçom (até agora insignificantes)[64]. Isto, sem dúvida, contribuiu a que se mantiveram as pautas tradicionais: a tardança no abandono da actividade por parte dos titulares de exploraçom, e em concreto por parte dos titulares sem sucessor.

---

[64] No epígrafe 2.7 deste capítulo fazemos umha breve referéncia a estas medidas de jubilaçom antecipada aprovadas recentemente, e comentamos também os resultados obtidos nos primeiros anos de aplicaçom.

2.5. O fluxo de entradas de novos titulares e a sua composiçom. As características que apresentam em Galiza as "instalaçons".

Ao lado da lentitude com a que se produze o abandono dos titulares de idade avançada, as cifras que vimos para o período 1972-1982 ponhiam de manifesto outro fenómeno, que coadjuvava a que a intensidade da desapariçom de exploraçons fora em Galiza mui reduzida: o volume relativamente elevado que alcançam aqui as entradas de novos titulares (reflexado no nível elevado da "taxa de reemprazamento").

A continuaçom imos tratar de afondar no significado real e nos possíveis factores explicativos deste fenómeno; analisando para isto a composiçom que apresenta esse fluxo de entradas, as características das persoas que accedem à direcçom das exploraçons, reemprazando aos titulares jubilados ou mortos. Iniciamos a exposiçom com umhas breves notas sobre o que se observa neste aspeito noutros países europeios; para passar depois ao exame dos dados referidos à agricultura galega.

a. As características das instalaçons noutros países europeios; o exemplo de França.

O fluxo que vinhemos designando até agora como "entradas de novos titulares", é mais conhecido na literatura sobre o tema com o nome de "instalaçons" de agricultores. Estas, em palavras de R.Lifran, podem definir-se como *"...l'accession d'une personne physique au statut de responsable économique et financier d'une unité agricole dont elle assure la gestion quotidienne"*[65]. Ou, de modo mais simplificado, e prescindindo dos casos em que a instalaçom se produze ao frente de umha exploraçom de nova criaçom, podemos afirmar que: *"L'installation désigne le remplacement d'un chef d'exploitation par un autre"*[66].

---

[65] LIFRAN, Robert, "Patrimoine et mobilité professionnelle. Le cas des nouveaux agriculteurs languedociens.", Economie meridionale, nos. 130-131, 2o.-3o. trimestres de 1985, pag. 73.

[66] BLANC, Michel/PERRIER-CORNET, Philippe, "Installation et renouvellement de l'agriculture familiale...", op. cit., pag. 63.

Imos começar aqui oferecendo algumhas indicaçons gerais, sobre as características que apresentam as instalaçons nos países do nosso entorno; já que isto permitirá-nos orientar melhor a análise referida a Galiza. As notas que oferecemos a continuaçom refirem-se em concreto a França, devido à abundáncia de dados e estudos sobre o tema que encontramos neste país. Pero, nos seus aspeitos mais gerais, as indicaçons aqui recolhidas som aplicáveis a muitos outros estados europeios. Vejamos, pois, as principais características que apresentam as instalaçons na agricultura francesa[67].

Um primeiro feito, que se constata de modo geralizado, é que a imensa maioria das instalaçons correspondem a persoas de origem agrária; e ademais, na maior parte dos casos, estas sucedem na direcçom da exploraçom a um membro da sua família. Assi, dos agricultores instalados em França durante o período 1970-1980, ao redor do 90% eram filhos ou genros de agricultores[68], e o 78% sucedérom na exploraçom a um membro da sua família ou da do seu

---

[67] Para esta exposiçom baseamo-nos em dous tipos de estudos: os referidos ao conjunto de França, elaborados a partir de diversas fontes estatísticas; e as monografias de ámbito regional.

Entre os primeiros, podemos salientar:
-BRISSON, Annie, "Les installations en agriculture.", em:
CNASEA, L'installation des agriculteurs., CNASEA, Paris, 1983, pp. 25-71.
-RATTIN, Solange, "Qui s'installe sur les exploitations agricoles ? (Periode 1979-1981).", op. cit.
-PERRIER-CORNET, Philippe, "Installation des agriculteurs et réproduction des exploitations agricoles familiales.", em:
COMMISSARIAT GENERAL DU PLAN-INRA, Patrimoine et capital en agriculture., Paris, 1986, pp. 25-50 (neste trabalho oferece-se umha panorámica dos diversos estudos realizados sobre o tema e dos seus resultados)

As análises de carácter regional que consultamos refirem-se sobretodo à regiom mediterránea do Languedoc. Ver por exemplo:
-LIFRAN, R. /PORTE, G., Quelques données sur la réproduction socio-économique des exploitations agricoles en Languedoc Roussillon., INRA, Montpellier, 1983.
-LIFRAN, Robert, "Patrimoine et mobilité professionnelle...", op. cit.

[68] Ver: PERRIER-CORNET, Philippe, "Installation des agriculteurs...", op. cit., pag. 29.

cónjuge[69]. Portanto, os dados confirmam a vigéncia nas décadas recentes do fenómeno geral que sinalamos ao começo: o carácter fortemente herditário da titularidade das exploraçons, de tal modo que a grande maioria das instalaçons correspondem-se com sucessons familiares.

Agora bem, sentada essa primeira característica, o que se desprende dos estudos é que, nos restantes aspeitos, as instalaçons apresentam umha grande diversidade. Diversidade, sobretodo, no que respeita a três questons: o vínculo familiar concreto com o antigo titular, a idade do novo chefe de exploraçom, e a actividade que este desenvolvia antes da sua instalaçom.

Neste sentido, hai um suposto que aparece em princípio como o "modelo paradigmático" de instalaçom: aquele no que a persoa que accede à direcçom da exploraçom é um filho jovem do antigo titular, que trabalhava anteriormente como ajuda familiar nesta exploraçom, e que se instala como agricultor a título exclusivo (sem exercer nengumha actividade exterior). Pois bem, os dados referidos a França confirmam efectivamente que umha grande parte das instalaçons estám dacordo com esse modelo. Pero, ao lado delas, constata-se a existéncia doutras com umhas características mui diferentes (no que respeita aos laços com o antigo titular, à idade, à residéncia e a actividade realizada antes da instalaçom, etc.).

Concretamente, baseando-nos aqui na classificaçom elaborada por A.Brisson, e introduzindo só algumhas simplificaçons, podemos estabelecer a seguinte tipologia[70]:

1. Instalaçons a título exclusivo (como agricultor a tempo completo) de persoas jovens, que trabalhavam anteriormente como ajuda familiar na exploraçom.

2. Instalaçons a título exclusivo, pero que correspondem a persoas que nom trabalhavam anteriormente como ajuda familiar na mesma exploraçom (o suposto mais freqüente aqui é o de filhos de agricultores que tinham a sua actividade noutro sector, e que retornam à agricultura ao acceder à direcçom da exploraçom).

3. Instalaçons de titulares pluriactivos (de persoas que exerciam outra actividade, e conservam esta depois de acceder à titularidade da exploraçom).

---

[69] Ver: BLANC, Michel, L'évolution recente de l'emploi agricole. op. cit., pp. 52 e ss.

[70] A definiçom ou delimitaçom exacta de cada um dos grupos que figuram a continuaçom pode ver-se com maior detalhe no estudo:
-BRISSON, Annie, "Les installations en agriculture.", op. cit., pp. 70-71.

4. Instalaçons de indivíduos, em geral mulheres de idade madura ou avançada, que sucedem na direcçom da exploraçom ao seu cónjuge. Trata-se aqui de um fenómeno ou situaçom transitória, que desembocará a curto prazo: ou bem na sucessom por um familiar mais jovem (normalmente um filho); ou bem na desapariçom da exploraçom.

5. Instalaçom como titulares de exploraçom de jubilados doutros sectores da economia (na maior parte dos casos persoas originárias do médio rural, que, ao concluir a sua vida activa noutro sector, retornam à agricultura para trabalhar umha pequena exploraçom familiar).

6. Ficam, por último, as que A.Brisson denomina "instalaçons fictícias": indivíduos que se inscrevem como titulares de exploraçom na estatística da que se trate, pero que realmente nom exercem umha actividade agrária; e, em conseqüência, a unidade de produçom nom existe tampouco como tal, com umha actividade significativa[71].

Dos 6 grupos de instalaçons diferenciados nessa tipologia, o primeiro é o que se corresponde, em termos gerais, com o "modelo paradigmático de sucessom" que antes citamos; mentres que os 5 restantes constituem modalidades de instalaçom que podemos denominar, por oposiçom à anterior, "atípicas".

Pois bem, a informaçom disponível para França, pom de manifesto que essas modalidades "atípicas" tenhem neste país umha importáncia considerável, suponhendo umha elevada proporçom do fluxo total de instalaçons[72].

---

[71] A delimitaçom na prática desta categoria é umha tarefa complexa, devido a que som mui borrosas as suas fronteiras com os trés últimos grupos citados anteriormente (as instalaçons de agricultores pluriactivos, as de mulheres que sucedem ao seu cónjuge, e as de jubilados doutros sectores). Assi, para separar as "instalaçons fictícias" das reais, fai-se necessário examinar todos os novos titulares inscritos nesses trés grupos; e decidir, no caso por exemplo das instalaçons de pluriactivos, se estas persoas exercem realmente umha actividade agrária na exploraçom.

[72] Assi, os dados referidos às instalaçons registadas durante o período 1975-78, que elabora A.Brisson a partir dos ficheiros da "Mutualité Sociale Agricole", indicam que só um 44% das instalaçons efectuadas anualmente correspondem ao primeiro grupo da tipologia anterior. Um 14% figuram na segunda das categorias (persoas que se instalam como titulares a título exclusivo, pero que trabalhavam anteriormente noutro sector). Outro 19% correspondem a instalaçons de titulares pluriactivos; o 8% a sucessons polo cónjuge do antigo titular; o 5% a instalaçons de jubilados doutros sectores. E ficam um 5% aproximadamente de "instalaçons fictícias". Ver:
-BRISSON, Annie, "Les installations en agriculture.", op. cit.,
Os resultados desse estudo aparecem expostos também de forma resumida no trabalho:

As observaçons anteriores, e em concreto a tipologia aí estabelecida, som de grande utilidade para orientar a análise sobre este tema no caso de Galiza. Neste sentido, hai um ponto que nos interessa destacar aqui: a preséncia das que denominamos "instalaçons atípicas" tende a autonomizar o fluxo de instalaçons, a respeito do éxodo agrário registado nas décadas anteriores; autonomizaçom esta que será mais apreciável, quanto maior seja a importáncia relativa dessas modalidades. E, desde outra perspectiva, podemos afirmar também que as "instalaçons atípicas" tenhem como efeito o autonomizar a reproduçom demográfica das exploraçons agrárias, a respeito das condiçons produtivas, da dimensom, destas unidades de produçom[73].

No caso concreto de Galiza, pudemos constatar anteriormente que: o éxodo agrário alcançou, durante as 3 últimas décadas, umha intensidade comparável, quando nom superior, à registada nos países da CEE; apesar disso, sem embargo, o volume relativo das instalaçons (expressado na taxa de reemprazamento dos titulares) foi aqui notavelmente superior ao que se constata nesses países. Ao menos, isto último é o que se deduze das cifras dos censos agrários para o período 1972-1982.

E vimos também que o valor da taxa de reemprazamento apresenta, na nossa agricultura, umha correlaçom ou dependéncia bastante débil com o tamanho das exploraçons.

Dacordo com o esquema que acabamos de exponher, parece que a explicaçom desta evoluçom hai que busca-la na existéncia de um importante volume de instalaçons "atípicas". E neste sentido, os dados que vimos de lembrar sugirem que estas instalaçons "atípicas" tivérom em Galiza umha importáncia quantitativa considerável.

Imos tratar de contrastar a continuaçom esta hipótese, examinando para isto as características que apresentam aqui as instalaçons. Em concreto, abordaremos sucessivamente trés aspeitos: a origem social dos novos titulares, a sua idade, e a residéncia e actividade económica que tinham estas persoas antes de acceder à direcçom da exploraçom.

-BRISSON, Annie, "Les installations: diversité actuelle et perspectives.", Economie Rurale, no. 155, maio-junho 1983, pp. 15-17.

[73] Isto é assi, concretamente, para as instalaçons de titulares pluriactivos, as de jubilados doutros sectores, e também para as "instalaçons fictícias" que podam registar as cifras. Em todos estes casos, a vinculaçom do titular com a exploraçom, a sua dependéncia dos ingressos procedentes dela, é débil; polo que a sua decisom de instalar-se ou nom ao frente da exploraçom, será relativamente independente do seu tamanho. Algo similar sucede, ainda que por motivos diferentes, para as instalaçons de mulheres que sucedem ao seu cónjuge.

O estudo destas questons ve-se mui limitado na prática, devido à enorme escassez de informaçom empírica sobre este tema, com a que nos encontramos em Galiza. Por este motivo, unicamente podemos oferecer respostas provisórias, e com um carácter de primeira aproximaçom. Para isto, baseamo-nos principalmente na estimaçom que realizamos sobre as entradas de titulares no período 1972-1982. Complementando estes dados com outros, procedentes sobretodo de estudos comarcais.

b. A origem social dos titulares de exploraçom.

Sobre este primeiro aspeito, carecemos quase por completo de informaçom estatística. Nom obstante, todo fai pensar que se cumplem também na agricultura galega, os fenómenos constatados de modo geral nos países do nosso entorno. Isto é: que os novos titulares de exploraçom, instalados durante as últimas décadas, som na sua imensa maioria filhos ou genros de agricultores; e ademais, que também na maior parte dos casos, estes sucedérom na titularidade da exploraçom a um membro da sua família.

De feito, os escassos dados que podemos encontrar sobre o tema avalam essas afirmaçons:

-A melhor evidéncia empírica disponível sobre o particular, é a que nos oferece a "Encuesta de equipamiento y nivel cultural de la familia" de 1968. Os dados refirem-se aqui nom aos titulares instalados durante um determinado período, senom à totalidade dos existentes nessa data. E o ano ao que correspondem as cifras é relativamente antigo. Pero, ainda assi, as indicaçons que obtemos som concluintes: do total de "Empresários individuais agrícolas" existentes em Galiza, o 96% eram filhos de agricultores[74]. É dizer, que a prática totalidade dos titulares de exploraçom eram de origem agrária.

-Os outros dados que podemos aportar aqui procedem de um estudo referido à Comarca Central de Lugo, realizado a meiados da década dos 70. Neste estudo, perguntou-se aos agricultores entrevistados sobre a persoa que tinham previsto que os sucedera ao frente da exploraçom. Pois bem, dos resultados obtidos podemos salientar dous pontos: todos os titulares que

---

[74] Mais exactamente, eram filhos de persoas pertencentes a essa mesma categoria socio-profissional. Ver:

-INE, Encuesta de equipamiento y nivel cultural de la familia. Año 1968. Vol. II, Madrid, 1969.

afirmárom contar com sucessom, sinalárom como sucessor previsto a um membro da sua família; nas 4/5 partes dos casos este sucessor era um filho do titular, mentres que no 1/5 restante tratava-se doutro familiar[75]. Estes dados avalam, portanto, o carácter herditário da titularidade das exploraçons.

c. A distribuçom por idades das instalaçons.

Neste aspeito contamos com os resultados da estimaçom que realizamos, a partir dos censos agrários, sobre as entradas de novos titulares no período 1972-1982. No **quadro 9.18** recolhemos, em concreto, a distribuçom desses novos titulares (incorporados durante o período) segundo a sua idade em 1982. Trés som os feitos esenciais a salientar nessas cifras:

Quadro 9.18. Distribuçom por idades das entradas de novos titulares registadas no período 1972-82.

IDADE EM 1982	ENTRADAS 1972-82	DISTRIBUÇOM EM %
< 25 anos	1081	1,1%
25-34	11242	11,4%
35-44	24563	24,9%
45-54	36386	36,8%
55-64	25566	25,9%
>= 65 anos		
TOTAL	98839	100,0%

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro 9.9.

-O primeiro é a reduzida percentagem que suponhem as instalaçons de agricultores jovens. Assi, dos titulares instalados nesse período, tam só o 12,5% tinham em 1982 menos de 35 anos; e os menores de 25 anos registavam umha cifra quase insignificante (1,1% do total).

-A maior parte das instalaçons aí contabilizadas correspondem a persoas de idade adulta ou madura: aquelas com 35-44 anos em 1982, que representam o 24,9% do total; e as de 45-54 anos nessa data, que constituem o grupo

---

[75] Ver:

-CAMILLERI, Arturo, e outros, La explotación agraria familiar., Servicio de Publicaciones Agrarias. Ministerio de Agricultura, Madrid, 1977, pp. 102-103.

mais numeroso, com o 36,8% do total. Em conjunto, o 61,7% dos titulares instalados durante este período 1972-1982, tinham ao final do mesmo entre 35 e 54 anos.

-Finalmente, fica ainda um volume importante de instalaçons correspondentes a persoas de idade avançada, a persoas que ao final do período estám já próximas à idade de jubilaçom. Concretamente, podemos observar que o 25,9% dos novos titulares incorporados nesse decénio, tinham em 1982 de 55 a 64 anos (ver quadro 9.18).

Nos dados anteriores, os novos titulares aparecem classificados segundo a sua idade ao final do período. Sem embargo, adoptando algumhas hipóteses simplificadoras, resulta fácil estimar, a partir dessas cifras, a distribuçom desses titulares em funçom da idade no momento da instalaçom; isto é, o que constitue propriamente a distribuçom por idades das instalaçons[76]. Este segundo tipo de cifras aparecem reproduzidas no **quadro 9.19**.

Em linhas gerais, mantenhem-se aqui as mesmas conclusons que acabamos de exponher, ainda que com variaçons nas percentagens concretas:

-Em primeiro lugar, podemos observar que dos novos titulares instalados durante o período 1972-1982, só o 24,9% tinham menos de 35 anos no momento de acceder à direcçom da exploraçom. Segue sendo válida, pois, a afirmaçom sobre o reduzido peso das instalaçons de agricultores jovens, ainda que esse peso seja nestas cifras superior.

-Em segundo lugar, observamos que a maior parte das instalaçons produzírom-se a umha idade adulta ou madura: o 30,8% aos 35-44 anos, e o 31,3% aos 45-54 anos; globalmente, o 62,1% dos novos titulares tinham, no momento da instalaçom, entre 35 e 54 anos.

-Por último, encontramo-nos ainda com um 12,9% de novos chefes de exploraçom, que accedérom a esta condiçom com 55-64 anos. Persoas, pois, que no momento da instalaçom estavam já próximas á idade normal de jubilaçom.

Essa distribuçom por idades das instalaçons, que encontramos em Galiza, difire fortemente da que se constata noutros países europeios mais desenvolvidos. Nestes países é mui superior a percentagem representada polas entradas de agricultores jovens; e ademais, esta tende a aumentar ao longo das

---

[76] Os supostos ou hipóteses simplificadoras que devemos estabelecer aqui som duas: que as instalaçons registadas em cada grupo de geraçons, se distribuírom de forma linear durante os 10 anos que vam de 1972 a 1982; e que estas instalaçons estám repartidas de modo uniforme entre as 10 geraçons que integram cada grupo de idades. Aceitando estes supostos, podemos obter, mediante uns cálculos mui singelos, a distribuçom por idades das instalaçons.

últimas décadas. Assi, tomando por exemplo os dados referidos a França, observamos que do total de instalaçons registadas no período 1970-1975, o 43% correspondem a persoas menores de 35 anos; e no período 1975-1978, esta percentagem ascendeu ao 52%[77]. Frente a isso, como acabamos de ver, essa cifra foi em Galiza, para as instalaçons efectuadas no período 1972-1982, tam só do 24,9%.

Quadro 9.19. Distribuçom das entradas de novos titulares no período 1972-82, segundo a idade no momento da instalaçom.

IDADE NO MOMENTO DA INSTALAÇOM	No. DE ENTRADAS 1972-82	DISTRIBUÇOM EM %
< 25 anos	6702	6,8%
25-34	17903	18,1%
35-44	30475	30,8%
45-54	30976	31,3%
55-64	12783	12,9%
>= 65 anos		
TOTAL	98839	100,0%

Fonte: dados calculados a partir do quadro anterior, suponhendo:
-que as instalaçons se distribuem no tempo de forma linear.
-que, dentro de cada grupo de 10 geraçons, as instalaçons estám distribuídas de modo uniforme entre as 10 geraçons.

Devemos resaltar, pois, esta conclusom: a quantia relativamente elevada das entradas de novos titulares, que constatamos na agricultura galega para o período 1972-1982, nom se deveu principalmente às instalaçons de agricultores jovens, senom ao elevado volume de incorporaçons de titulares com umha idade adulta ou madura, e à preséncia de um fluxo importante de instalaçons "tardias" (protagonizadas por persoas com umha idade igual ou superior a 55 anos no momento da instalaçom). Som estes dous últimos grupos de entradas, os que explicam o valor relativamente alto que regista em Galiza a taxa de reemprazamento dos titulares.

Compre que nos detenhamos agora nos factores explicativos dessa distribuçom por idades das instalaçons. Como imos explicar a continuaçom, nisso influem dous tipos diferentes de fenómenos:

-O primeiro é a tardança com a que se efectua em geral, na agricultura galega, a transmissom da titularidade das exploraçons, de umha geraçom à seguinte. Isto fai que as instalaçons de novos titulares se produzam aqui a umha idade média relativamente elevada.

---

[77] Ver: BRISSON, Annie, "Les installations en agriculture.", op. cit., pag. 66.

-A isso une-se um segundo fenómeno, que é o que tem um interesse mais directo para o nosso estudo: a existéncia de um volume importante de entradas de titulares de idades maduras ou avançadas, e que entram dentro das categorias de instalaçons "atípicas".

Desses dous tipos de factores, o primeiro nom tem umha grande relevância para o tema que aqui nos ocupa. Porque isso afecta à forma em que se realiza a transmissom das exploraçons, pero nom incide directamente no valor da taxa de reemprazamento. Nom sucede o mesmo, em cámbio, com o outro tipo de fenómenos: a existéncia de umha cifra importante de instalaçons "atípicas", realizadas a idades maduras ou avançadas. Isto contribue a engrossar notavelmente o volume total deste fluxo; explicando assi em boa medida o elevado valor que regista em Galiza a taxa global de reemprazamento.

Portanto, é neste segundo tipo de questons onde devemos centrar a nossa atençom, aportando dados que confirmem a presséncia dessas instalaçons "atípicas". Antes disto, sem embargo, imo-nos referir brevemente ao primeiro aspeito.

-O retardo geral com o que se produze em Galiza o acceso dos novos titulares à direcçom das exploraçons.

Para a análise deste tema é de grande utilidade um índice estatístico, que introduzimos agora na nossa exposiçom: as "taxas de instalaçom" por idades. Estas taxas definem-se como a relaçom ou quociente entre: o número de instalaçons de novos titulares registadas num determinado grupo de idade; e o volume de populaçom agrária familiar, ou de trabalhadores agrários familiares, dessa idade[78]. O seu significado é fácil de explicar: suponhendo que os novos titulares se reclutam entre as persoas que residiam e/ou trabalhavam anteriormente nas exploraçons agrárias, o que as taxas reflectem é a proporçom destes candidatos potenciais que se instalárom efectivamente como titulares (durante o período do que se trate), nos diferentes intervalos de idade. Deste modo, podemos conhecer a intensidade que alcança o processo nas distintas idades.

No nosso caso, o índice concreto que calculamos foi a relaçom entre: o volume de entradas de novos titulares operadas em cada grupo de geraçons no

[78] Sobre a definiçom destas taxas, consultar por exemplo:
-RATTIN, Solange, Projections regionales 1990 du nombre de chefs d'exploitation... op. cit., pag. 7.

período 1972-1982; e o número total de ajudas familiares dessas geraçons, que trabalhavam nas exploraçons agrárias em 1972. Partimos pois, como hipótese implícita, de que os titulares instalados durante este período, se reclutárom entre as persoas que trabalhavam como ajudas familiares ao princípio do mesmo. E o que calculamos é, para os diferentes grupos de geraçons, quantos destes ajudas familiares accedérom à titularidade de umha exploraçom durante o período analisado. Os resultados obtidos figuram no **quadro 9.20**.

Podemos observar aí que a taxa de instalaçom regista em Galiza uns valores mui baixos nas idades jovens. Assi, para as geraçons com menos de 15 anos em 1972 (menos de 25 anos em 1982) essa taxa foi só do 1,7%; e naquelas com 15-24 anos na data inicial o valor da taxa é do 9,7%. Isto significa, tomando por exemplo este segundo grupo, que: dos filhos de agricultores com 15-24 anos em 1972, que nesta data trabalhavam como ajudas familiares na agricultura, unicamente o 9,7% accedérom á direcçom de umha exploraçom durante o período 1972-1982 (data esta última na que tenhem 25-34 anos).

A taxa de instalaçom aumenta fortemente no grupo de 25-34 anos em 1972 (35-44 em 1982), onde é do 30,3%. E alcança o seu nível mais elevado, o 50,6%, para as persoas com umha idade inicial de 35-44 anos (45-54 anos em 1982). Depois deste máximo, a taxa diminue já nas idades superiores; pero hai que destacar que no grupo de 45-54 anos em 1972 (55-64 anos em 1982) o seu valor é ainda do 29,4% (ver quadro 9.20).

Quadro 9.20. "Taxas de instalaçom" por idades que se registam em Galiza no período 1972-82.

	A	B	
	No. DE AJUDAS FAM. (DE AMBOS SEXOS) PRESENTES NAS EXPLORAÇONS	NOVOS TITUL. INSTALADOS NO PERIODO	"TAXA DE INSTALAÇOM"
IDADE EM 1972	EM 1972	1972-82	(B/A)
< 15 anos	62168	1081	1,7%
15-24	116006	11242	9,7%
25-34	81082	24563	30,3%
35-44	71937	36386	50,6%
45-54	86850	25566	29,4%
55-64	51838		
>= 65 anos	48914		
TOTAL	518795	98839	19,1%

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados do censo agrário de 1972 e das cifras obtidas no quadro 9.9.

Estes dados permitem comprovar o que já adiantamos: que o acceso á titularidade das exploraçons se produze na agricultura galega a umha idade

média bastante elevada; ou, dito noutras palavras, que esse processo tem lugar aqui com um notável retardo ou lentitude. Assi, acabamos de ver que o fluxo de instalaçons regista umha intensidade mui reduzida nas idades jovens; sendo a umha idade adulta, ou mesmo relativamente avançada, quando a maior parte dos filhos de agricultores accedem à titularidade da exploraçom familiar.

Isto que observamos nas cifras referidas às instalaçons, é coerente com o que constatamos ao analisar o fluxo de saídas de titulares: a lentitude com a que os agricultores de idade avançada abandonam em Galiza a actividade. Um e outro feito reflectem ou respondem a um mesmo fenómeno: a tardança com a que se produze, na nossa agricultura, a transmissom da direcçom das exploraçons de umha a outra geraçom.

Como explicamos no seu momento, essa pauta é algo característico das sociedades agrárias tradicionais. E, portanto, o que os dados sugirem é que, no caso de Galiza, esta pauta tradicional mantém-se vigente em grande medida durante as décadas recentes.

Este tema exigiria um estudo muito mais detido e matizado; empregando para isto outros tipos de dados estatísticos, de procedéncia diferente, e combinando isso com informaçons de carácter qualitativo e muito mais detalhadas. Porque a conclusom exposta é só o que se desprende das cifras oferecidas polos censos agrários; e estas pode que nom recolham adeqüadamente as possíveis variaçons nessas pautas, operadas ao longo das últimas décadas[79].

Nom imos abordar aqui, sem embargo, esse estudo. A razom, como já indicamos anteriormente, é que esta questom tem para nós umha relevância bastante secundária; ao nom afectar ao valor da taxa de reemprazamento dos titulares, senom à forma, ao ritmo, com o que esse reemprazamento se produze. Deixamos pois essa questom, para centrar-nos no tema que mais nos interessa: o fluxo de instalaçons "atípicas".

---

[79] Neste sentido, é umha impressom mui extendida a de que nos censos agrários, tendem a seguir declarando-se como "titular da exploraçom" persoas de idade avançada, que em realidade tenhem cedido já a direcçom efectiva a um familiar mais novo.

Por outra parte, informaçons proporcionadas oralmente por técnicos vinculados ao sector agrário em Galiza, apontam a que desde a segunda metade dos anos 80 se produziu aqui um notável aceleramento na transmissom da titularidade legal das exploraçons (por exemplo, vendo a persoa que se declara titular nas solicitudes de ajudas). Isto, que ao parecer, responde esencialmente a motivos de carácter fiscal, nom se manifesta sem embargo nos dados do último censo agrário (o de 1989); feito este que leva a reforçar as reservas sobre a informaçom que estes censos oferecem, no aspeito que estamos tratando.

Em síntese, a nossa tese é aqui a seguinte: as cifras de instalaçons por idades que vimos para o período 1972-1982, nom se explicam só polo factor que acabamos de exponher, o retardo geral na transmissom das exploraçons; o elevado volume que registam nessas cifras as entradas de titulares de idade madura e avançada, deve-se em boa medida à existéncia de um importante fluxo de instalaçons "atípicas" a estas idades. Referimo-nos aqui esencialmente a dous grupos ou modalidades: as instalaçons de mulheres de idade madura ou avançada, que sucedem na direcçom da exploraçom ao seu cónjuge; e a incorporaçom como titulares, durante o período 1972-1982, de persoas que na data inicial nom trabalhavam na agricultura, senom que o faziam noutro sector da economia galega, ou bem estavam emigradas.

Os dados oferecidos polos próprios censos agrários permitem-nos confirmar empiricamente a existéncia destes fluxos.

-As instalaçons de mulheres, que sucedem ao seu cónjuge na titularidade da exploraçom.

O suposto ao que nos referimos aqui consiste no acceso à titularidade de mulheres, em geral de idade avançada, que sucedem nesta condiçom ao seu home, normalmente a raiz da morte ou jubilaçom deste. Esta transmissom da titularidade responde nalguns casos a um fenómeno real; mentres que noutros trata-se de algo puramente fictício ou nominal, sendo realizada a modificaçom no nome do titular por motivos administrativos, fiscais, etc. Em qualquer caso, o que devemos salientar é que esta modalidade de sucessom ou instalaçom, nom supom umha verdadeira renovaçom geracional ao frente da exploraçom, senom que é tam só um fenómeno transitório, que desembocará a curto prazo: ou bem na desapariçom da unidade de produçom; ou bem no acceso à titularidade de um familiar mais jovem. Em conseqüéncia, pode afirmar-se que a preséncia deste tipo de sucessons, dá lugar a umha sobreestimaçom do volume "real" de instalaçons; e a umha sobreestimaçom também do valor "real" da taxa de reemprazamento[80].

---

[80] Entendendo aqui por "reais" aquelas instalaçons que suponhem umha renovaçom geracional na titularidade das exploraçons. De feito, alguns autores diferenciam neste sentido: a taxa de reemprazamento "aparente" (a que resulta incluindo as sucessons polo cónjuge do antigo titular), da taxa de reemprazamento "real" (a que se obtém excluindo esse fluxo). Consultar por exemplo:
-RATTIN, Solange, "Qui s'installe sur les exploitations agricoles ?...", op. cit., pag. 28.

No caso concreto de Galiza, os dados dos censos agrários nom nos permitem conhecer a importáncia que pudo ter esse tipo de instalaçons no período 1972-1982. Sem embargo, podemos obter algumha evidéncia empírica ao respeito, analisando a distribuçom por sexos que apresentam em 1982 os titulares nos diferentes intervalos de idade. Ou mais exactamente, analisando: a relaçom "titulares de exploraçom/ total de trabalhadores agrários familiares", que se regista por idades na populaçom de um e outro sexo. Estas cifras aparecem recolhidas no **quadro 9.21**.

Seguindo um procedimento que é habitual nos estudos demográficos, podemos interpretar estes dados de corte transversal, como se expressaram o comportamento ao longo do tempo de umha geraçom fictícia. Aceitando esta interpretaçom, o que reflectem neste caso as cifras é: a forma na que os filhos de agricultores de um e outro sexo, que ficam no sector agrário, vam accedendo à titularidade das exploraçons ao longo da sua vida. Assi, tomando por exemplo a populaçom masculina, os dados indicam que: de cada 100 filhos de agricultores que ficam no sector, 2 terám accedido à condiçom de titular antes dos 25 anos; essa percentagem eleva-se ao 64% no intervalo de 25-54 anos; e alcança o 86% ao chegar a umha idade de 65 e mais anos (ver quadro 9.21). De modo análogo, pode fazer-se a leitura dos dados referidos à populaçom feminina.

Quadro 9.21. O progressivo accesso á titularidade das exploraçons de umha geraçom fictícia de filhos de agricultores; diferéncias segundo o sexo.

	HOMES			MULHERES		
	A	B		A	B	
IDADE	No. total trabalh. familia-res (*)	No. de titulares de explor.	B/A	No. total trabalh. familia-res (*)	No. de titulares de explor.	B/A
< 25 anos	36612	759	2,1%	31758	322	1,0%
25-54	156615	100879	64,4%	147261	27163	18,4%
55-64	89559	74007	82,6%	95214	28346	29,8%
>= 65 anos	94711	81107	85,6%	99390	45038	45,3%

(*) Titulares de exploraçom + Ajudas familiares.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982.
Elaboraçom própria.

Pois bem, podemos observar aí o forte contraste que existe entre a populaçom de um e outro sexo, no que respeita à intensidade das instalaçons nas diversas idades. No caso dos varons, vemos que a maior parte deles tenhem accedido à titularidade de umha exploraçom ao chegar aos 25-54 anos; sendo

relativamente poucos os que o fam por encima dos 55 anos, e praticamente nengum o que o realiza por encima dos 65 anos (ver quadro 9.21).

A evoluçom é mui diferente no caso das mulheres. Por um lado, umha grande parte das mulheres que ficam na agricultura, trabalham toda a sua vida como ajudas familiares, sem acceder nunca à condiçom de titular. Pero o que mais nos interessa salientar aqui é a idade à que se instalam aquelas que chegam a acceder a essa condiçom. As cifras indicam, neste sentido, que umha elevada proporçom destas instalaçons tenhem lugar por encima dos 55 anos, ou mesmo por encima dos 65 anos de idade (ver quadro 9.21).

Isto último corresponde-se, sem dúvida, com o tipo de fenómeno do que tratamos nestas páginas: o acceso à titularidade de mulheres que sucedem ao seu home, bem seja a raiz da morte deste, ou ao começar o cónjuge a cobrar a pensom de jubilaçom. Portanto, os dados que acabamos de examinar, ainda que de forma indirecta e pouco precisa, confirmam a preséncia significativa deste tipo de instalaçons.

-A instalaçom como titulares durante o período 1972-1982, de persoas que nom trabalhavam nas exploraçons agrárias em 1972.

Muita maior relevância ainda que a categoria anterior, tivérom no período 1972-1982 outro grupo de instalaçons: aquelas protagonizadas por persoas que nom trabalhavam na agricultura ao início do período, senom que tinham a sua actividade noutro sector da economia galega, ou estavam emigradas. Neste caso, as cifras dos próprios censos agrários, ao través de uns singelos cálculos, permitem verificar de forma directa a preséncia desse fluxo, e também estimar aproximadamente a sua importáncia quantitativa.

Suponhamos, para começar, que todos os titulares instalados durante o período 1972-1982 trabalhavam como ajudas familiares ao início do mesmo. Baixo esta hipótese, a evoluçom experimentada nesse período polo número de ajudas familiares em cada grupo de geraçons, viria definida pola seguinte expressom; ou, dito noutras palavras, nesse suposto cumpliria-se a seguinte igualdade: $A82 = A72 + E - (M + I + J + X)$.

Onde o significado dos termos é o seguinte:

-A72: número de ajudas familiares dessas geraçons censados em 1972.

-A82: número de ajudas familiares dessas mesmas geraçons registados em 1982.

-E: volume de entradas em actividade de novos ajudas familiares, ocorridas (nessas geraçons) entre 1972 e 1982.

-M: saídas por defunçom (ajudas familiares presentes em 1972, e que morrérom antes de 1982).

-I: volume total de novos titulares dessas geraçons, instalados durante esse período.

-J: saídas por jubilaçom (ajudas familiares presentes em 1972 e que se jubilárom antes de 1982).

-X: éxodo agrário neto de ajudas familiares (saldo dos trasvases com os outros sectores da economia).

Imos ver se essa igualdade se cumple realmente. E portanto, se se verifica a hipótese sinalada: que todos os novos titulares, instalados durante esse período, se reclutárom entre as persoas que trabalhavam como ajudas familiares em 1972.

Dos termos que figuram na fórmula anterior, conhecemos os valores de A72 e A82, que se obtenhem dos respectivos censos agrários. Por outra parte, podemos estimar facilmente os valores de M, as saídas de ajudas familiares devidas à defunçom[81]. E por último, disponhemos também dos valores de I (o volume de titulares instalados em cada grupo de geraçons), procedentes da estimaçom realizada anteriormente.

Conhecidas essas 4 variáveis, obtemos para os ajudas familiares de cada grupo de geraçons um saldo. Saldo que, dacordo com a fórmula anterior, se corresponde com a diferéncia: "entradas em actividade- saídas por jubilaçom-éxodo agrário neto". Este saldo, a priori, deveria ser positivo nas idades mais jovens, conseqüéncia das entradas netas em actividade. Mentres que nos restantes grupos de idade o seu valor deveria ser negativo; posto que as entradas em actividade cesárom a estas idades, e em cámbio deixam-se sentir os efeitos do éxodo agrário, e posteriormente das jubilaçons.

No **quadro 9.22**, onde reproduzimos os resultados desses cálculos, podemos comprovar que essa evoluçom, que caberia agardar a priori, nom se cumple para as geraçons que tinham em 1972 de 25 a 54 anos. Nos três grupos decenais aqui incluídos, o saldo citado regista um valor positivo (o contrário do que caberia esperar, de ser certa a hipótese formulada ao começo); e ademais,

---

[81] Para isto utilizamos, por comodidade, as mesmas taxas de mortalidade aplicadas antes aos titulares: as referidas à populaçom masculina de Galiza e aos anos 1980-81. Esta opçom nom constitue aqui a melhor aproximaçom possível (devido à elevada proporçom de mulheres que existe dentro dos ajudas familiares); pero, dado o carácter meramente aproximativo que tenhem neste ponto os nossos cálculos, a validez das cifras é aceptável.

para as geraçons de 35-44 anos e 45-54 anos em 1972, esse saldo positivo alcança umha elevada magnitude (ver quadro 9.22).

Podemos expressar isto último com outras palavras: de ser certo que todos os titulares instalados durante o período 1972-1982, se reclutárom entre as persoas que trabalhavam como ajudas familiares ao início do mesmo, em 1982 quedaria umha cifra de ajudas familiares nessas geraçons maduras, muito menor da que realmente regista o censo agrário de 1982. O saldo positivo que se constata entre ambas cifras, indica que umha boa parte das instalaçons ocorridas nestas geraçons, correspondem a persoas que na data inicial nom figuravam entre os ajudas familiares.

Quadro 9.22. Evoluçom do número de ajudas familiares na agricultura galega por grupos de geraçons. 1972-82

Idade em 1972	N72	N82	M	I	SALDO (*)
< 15 anos	62168	67289	437	1081	6639
15-24	116006	53958	1506	11242	-49300
25-34	81082	59502	1575	24563	4558
35-44	71937	62374	2935	36386	29758
45-54	86850	82420	8081	25566	29217
>= 55 anos	100752	67956	31210		-1586
TOTAL	518795	393499	45744	98838	19286

(*) Estas cifras som as que se obtenhem calculando o saldo: N82 - (N72 - M - I). Suponhendo que todos os novos titulares instalados no período 1972-82 eram em 1972 ajudas familiares, essas cifras reflectem o valor da diferéncia: E-X-J.

Fonte: elaboraçom própria a partir dos dados dos censos agrários de 1972 e 1982. Ver as explicaçons que se oferecem no texto.

No **quadro 9.23** tratamos de oferecer umha aproximaçom ao volume deste tipo de instalaçons, baseando-nos para isto nos dados do quadro anterior[82]. Nom se trata aqui de umha estimaçom precisa, senom de um cálculo meramente aproximativo; pero é suficiente para ilustrar a magnitude do fenómeno.

Estas cifras indicam que do total de novos titulares, que se instalárom entre 1972 e 1982, segundo os censos agrários, ao redor de 1/3 eram persoas que nom trabalhavam como ajudas familiares nas exploraçons ao começo do período. E vemos também que esta percentagem alcança o seu valor mais elevado no caso

[82] Em concreto, suponhemos que: dos saldos positivos que se registam no quadro 9.22 para as geraçons de 25 a 54 anos em 1972, só a metade se corresponde com entradas de titulares que nom eram ajudas familiares ao começo do período. A outra metade atribuimo-la a incorporaçons de novos ajudas familiares dessas idades.

das instalaçons realizadas a idades maduras e avançadas: o 40% nas geraçons com 35-44 anos em 1972 (titulares com 45-54 anos em 1982); e o 57% nas de 45-54 anos em 1972 (ver quadro 9.23). Portanto, umha grande parte das entradas de novos titulares, que os censos agrários registam nestas idades, correspondem a persoas que na data inicial nom tinham a sua actividade na agricultura. E, em conseqüência, o elevado volume global de entradas que contabilizam estas estatísticas, do que se deriva um valor elevado da taxa de reemprazamento, deve-se em grande medida a esse tipo de instalaçons "atípicas".

Quadro 9.23. Persoas instaladas como titulares durante o período 1972-82 que nom trabalhavam como ajudas familiares em 1972. (Estimaçom para os diferentes grupos de geraçons).

Idade em 1972	A No. total de instalaçons no período 1972-82	B Instalaçons de persoas que nom eram ajudas famil. em 1972	B/A (%)
< 15 anos	1081		
15-24	11242		
25-34	24563	2279	9,3%
35-44	36386	14879	40,9%
45-54	25566	14608	57,1%
>= 55 anos			
TOTAL	98838	31766	32,1%

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro anterior. Sobre os cálculos concretos que realizamos, ver as explicaçons oferecidas no texto.

As situaçons concretas com as que isso pode corresponder-se, na realidade da agricultura galega, som esencialmente três:

i. Filhos de agricultores que em 1972 trabalhavam de forma exclusiva noutra actividade dentro de Galiza, e que voltam à agricultura para fazer-se cargo da exploraçom (conservando em muitos casos umha actividade exterior).

ii. Persoas de origem agrária que em 1972 estavam emigradas fora de Galiza, e que retornárom durante o período 1972-1982, accedendo à titularidade de umha exploraçom.

iii. Instalaçom como titulares de persoas jubiladas noutros sectores (da economia galega ou do exterior); suposto este que constitue umha variante ou caso particular dos dous grupos anteriores.

Portanto, podemos afirmar que umha grande parte das instalaçons registadas polos censos agrários no período 1972-1982, correspondérom a algumha dessas três modalidades ou supostos.

Isso é o que se desprende das cifras dos censos agrários. Sendo rigorosos, cremos que muitas das instalaçons "atípicas" contabilizadas nestas cifras, som em realidade instalaçons "fictícias"; é dizer, que muitos dos novos titulares inscritos durante o período 1972-1982 nom tenhem realmente umha actividade agrária significativa. Assi, as três modalidades que acabamos de indicar, registam na realidade umha importáncia quantitativa menor do que sugirem os dados censais.

Isto nom significa, sem embargo, que nom existam realmente os fluxos indicados. Neste aspeito contamos com as informaçons fragmentárias, que nos oferecem diversos estudos comarcais, e que permitem confirmar que: umha parte significativa dos titulares de exploraçom galegos som emigrantes retornados, persoas que accedérom à direcçom da exploraçom depois de passar pola emigraçom exterior; e outra parte deles instalárom-se como titulares depois de trabalhar noutras actividades dentro de Galiza (conservando em muitos casos umha actividade exterior depois da instalaçom).

Nos **quadros 9.24 e 9.25** recolhemos os principais dados que podemos obter deste tipo de evidéncia empírica, sinalando aí os estudos comarcais concretos dos que estám tomados.

Quadro 9.24. Percentagem dos titulares de exploraçom que trabalhárom fora do concelho no que residem actualmente.
Dados procedentes de dous inquéritos.

Lugar no que trabalhárom	A Meseta interior 1978	B Montanha de Lugo 1980
a. Noutro concelho dentro de Galiza (1)	5,1%	2,2%
b. No resto de Espanha	5,3%	10,8%
c. Fora de Espanha	5,8%	11,6%
-Total emigrados fora de Galiza (b+c)	11,1%	22,4%
-Total de titulares trabalhárom fora do concelho (a+b+c)	16,2%	24,6%

(1) No primeiro estudo (o referido á meseta interior), figuram aqui os titulares que trabalhárom noutro concelho da mesma província. E, portanto, a rúbrica seguinte inclue aos que estivérom noutra província galega ou no resto do Estado.

Fonte:

A: DIEZ PATIER, E. / SINEIRO GARCIA, F., Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. Estudio de una zona de la meseta interior gallega., op. cit., pag. 41.

B: LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura productiva de la agricultura en la montaña de Lugo., Comunicaciones I.N.I.A. Serie Economía, no. 23, 1987, pag. 37.

Quadro 9.25. Distribuçom dos titulares de exploraçom segundo as actividades realizadas anteriormente.

	A Meseta interior 1978	B 8 concelhos de diversas zonas de Galiza 1979
-Trabalhárom sempre na agricultura	82,1%	80,2%
-Trabalhárom noutra actividade	17,9%	19,8%
	100,0%	100,0%

Fonte:
A: DIEZ PATIER, E. / SINEIRO GARCIA, F., Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. Estudio de una zona de la meseta interior gallega., op. cit., pag. 41.
B: DIEZ PATIER, E., Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. II. Análisis de ocho municipios en diferentes zonas de Galicia., op. cit., pag. 35.

2.6. Recapitulaçom das conclusons esenciais obtidas na análise anterior.

O estudo que acabamos de realizar, sobre o reemprazamento dos titulares de exploraçom, permitiu-nos afondar nos **factores que freárom em Galiza a desapariçom de exploraçons durante as últimas décadas. Os resultados obtidos indicam-nos que estes factores fórom esencialmente dous:**

i. **O primeiro, e mais importante, é a grande lentitude com a que abandonam a actividade os titulares de idade avançada que carecem de sucessor. A maior parte destes titulares prolongam a sua vida activa mais alá da idade normal de jubilaçom, retardando deste modo a desapariçom da exploraçom e a conseguinte liberaçom das terras.** Assi, na actualidade encontramos em Galiza um elevado número de exploraçons que estám em maos de agricultores jubilados (maiores de 65 anos) sem sucessor.

ii. **A esse factor uniu-se ademais outro, ainda que este com umha relevância quantitativa muito menor: o mantenimento de um bom número de exploraçons (nas que morreu ou se jubilou o antigo titular) ao través de sucessons "atípicas".** Baixo este rótulo genérico incluímos principalmente 3 supostos: os casos nos que o antigo titular é sucedido polo

seu cónjuge, também de idade avançada; e aqueles nos que o sucessor é umha persoa que trabalhava anteriormente noutro sector, ou bem que estava emigrada, supostos estes nos que o novo titular conserva com freqüéncia outra actividade depois da instalaçom.

Esses dous tipos de condicionantes, fórom a causa de que o intenso éxodo agrário e a forte reduçom da PAA, registados durante os 30 últimos anos, nom se traduziram num processo paralelo de desapariçom de exploraçons e de liberaçom de superfícies.

Estas conclusons som concordantes com as que obtivemos mais atrás, ao analisar a relaçom entre a dinámica global da PAA e a evoluçom do número total de exploraçons. Como se lembrará, constatávamos ali que o freo da desapariçom de exploraçons na nossa agricultura, se deveu a dous factores: a permanéncia em activo de muitos titulares jubilados sem sucessor; e a expansom da ATP, da pluriactividade dos agricultores. O estudo do reemprazamento dos titulares confirma esse diagnóstico, permitindo ademais ver com maior detalhe a forma na que operam esses dous tipos de obstáculos.

Para finalizar, devemos reiterar aqui a matizaçom que fixemos já anteriormente, ao concluir o apartado 1 deste capítulo, em relaçom com as cifras que estivemos analisando: a supervivéncia das exploraçons que registam os censos agrários, pode ser em muitos casos um fenómeno fictício; de tal modo que muitas das unidades que continuam sendo censadas, som na prática extensons de terreo que estám na actualidade abandonados, ou sem umha actividade agrária significativa. Nos termos que estivemos vendo (os do reemprazamento dos titulares), isso significa que:

-As exploraçons que seguem sendo inscritas nos censos agrários tendo ao seu frente a um titular jubilado sem sucessor, pode que em muitos casos estejam na realidade abandonadas, de forma total ou quase total. Noutras palavras, é probável que em muitos desses casos a exploraçom tenha realmente desaparecido.

-E o mesmo pode dizer-se para aquelas exploraçons que formalmente se mantivérom, graças à sucessom polo cónjuge do antigo titular, ou à instalaçom de um filho que nom trabalhava anteriormente na exploraçom. É probável que em boa parte dos casos, se trate em realidade de instalaçons "fictícias"; e que as exploraçons afectadas desapareceram na prática, sendo na actualidade propriedades abandonadas.

Na medida em que essas matizaçons tenham relevância, a desapariçom de exploraçons registada nas últimas décadas seria em rigor maior do que estivemos vendo. E o problema que se plantejaria no caso das superfícies aí citadas nom seria o da sua liberaçom (que se produziu), senom o dos obstáculos à sua mobilidade; mais concretamente, o problema seria o dos factores que

fixérom que essas terras liberadas, nom foram oferecidas efectivamente polos seus proprietários a outros agricultores (em venda ou em arrendamento).

De qualquer modo, essa matizaçom relativiza a importáncia real que tivérom os freos à desapariçom de exploraçons detectados neste estudo; pero nom invalida a conclusom esencial: que estes factores (a prolongaçom da actividade polos titulares jubilados sem sucessor, e a expansom da ATP) operárom efectivamente, e supuxérom um forte obstáculo à liberaçom de superfícies.

2.7. A necessidade de umha política de jubilaçom antecipada dos titulares de exploraçom. As medidas de "cese antecipado na actividade agrária", aplicadas em Espanha a partir de 1989.

a. A necessidade de aplicar em Galiza umha política de jubilaçom antecipada dos titulares de exploraçom.

Um corolário que se desprende da análise anterior é a grande relevância que, ao menos potencialmente, poderia ter em Galiza a aplicaçom de umha política de jubilaçom antecipada dos titulares de exploraçom. Ou, dito com maior precisom, a necessidade e a grande relevância potencial, que poderiam ter aqui dous tipos de medidas:

-Para começar, aquelas dirigidas a impulsar o abandono efectivo da actividade, e a cesom das terras que vinham trabalhando, por parte dos titulares que já alcançárom a idade normal de jubilaçom.

-E, em segundo lugar, o que constitue propriamente umha política de jubilaçom antecipada: as disposiçons orientadas a fomentar o cese na actividade, e a cesom das terras, por parte dos titulares que estám próximos à idade de retiro (aqueles que tenhem de 55 a 64 anos).

Estas medidas teriam, em princípio, dous tipos de efeitos[83], segundo que o titular de idade avançada conte ou nom com sucessor:

-No primeiro suposto (que exista sucessor), a conseqüéncia seria um aceleramento do relevo geracional ao frente das exploraçons; possibilitando

---

[83] Condicionado isto ao contido concreto do sistema estabelecido, aos requisitos que se fixem para poder acolher-se às ajudas. Mais adiante fazemos algumha precisom sobre as opçons que existem neste aspeito, à hora de disenhar este tipo de políticas.

assi o acceso à titularidade de muitos agricultores jovens, com o rejuvenecimento conseguinte desta populaçom.

-No caso das exploraçons dirigidas por titulares de idade avançada (próximos à idade de jubilaçom, ou que já superárom esta) e que nom tenhem sucessor, o efeito seria o de acelerar a desapariçom das exploraçons; incrementando deste modo o volume de superfícies liberadas, que ficam disponíveis para ampliar outras unidades produtivas.

Dessas duas classes de efeitos, é esta última a que nos interessa aqui mais directamente. Centrando-nos nisto, podemos afirmar que as citadas medidas de carácter demográfico, som as mais importantes que podem aplicar-se na agricultura galega com o fim de acelerar o primeiro componente das transformaçons estruturais: a liberaçom de superfícies. E neste sentido, essas acçons deveriam constituir aqui um dos elementos fundamentais de toda política de reforma estrutural. Dada a realidade existente actualmente na nossa agricultura, o abandono e cesom efectiva das terras por parte dos titulares que já alcançárom a idade de jubilaçom, unido ao cese antecipado daqueles que estám próximos a esta idade e que nom contam com sucessor, permitiriam liberar um elevado volume de superfícies; as quais, à sua vez, fariam possível ampliar de forma notável o tamanho das exploraçons supervivintes.

Para ilustrar as afirmaçons anteriores, podemos servir-nos por exemplo dos dados oferecidos polo censo agrário de 1982. Concretamente, o que fixemos aqui foi: tomar, em primeiro lugar, as cifras referidas à distribuçom por idades dos titulares de exploraçom, e ver o número e a percentagem que representam aqueles com umha idade igual ou superior a 55 anos; em segundo lugar, realizamos umha estimaçom sobre as perspectivas de sucessom destes titulares; por último, efectuando esses cálculos por categorias de exploraçons, estimamos o volume de superfícies que estavam nessa data em maos de titulares com 55 e mais anos sem sucessor, superfícies que, portanto, seriam liberadas no caso de que abandonaram a actividade todos estes agricultores. Os resultados destes cálculos aparecem resumidos no **quadro 9.26**; figurando na página adjunta a este quadro a especificaçom das hipóteses que adoptamos para estimar as perspectivas de sucessom.

Quadro 9.26. Estimaçom das perspectivas de sucessom dos titulares de exploraçom com idade igual ou superior a 55 anos; volume de superfícies que quedariam liberadas de produzir-se a jubilaçom desses titulares.
Galiza. Censo agrário de 1982

-No. total de titulares	357621	
-Titulares de idade >= 55 anos:		
55-64 anos	102353	(28,6%)
>= 65 anos	126145	(35,3%)
Total >= 55 anos	228498	(63,9%)

-Estimaçom sobre as perspectivas de sucessom dos titulares >= 55 anos:

	Hipótese A	Hipótese B
-Número desses titulares com sucessor	103635	60747
-Taxa de reemprazamento	45,4%	26,6%
-No. de titulares de idade >= 55 anos que carecem de sucessor	124863	167751
-% sobre o total de titulares censados em 1982	34,9%	46,9%

-Superfícies que seriam liberadas polos titulares >= 55 anos que carecem de sucessor:

	Hipótese A	Hipótese B
-Volume de superfície (hes)	336177	545241
-% que supom isso sobre a superfície total ocupada polas exploraçons agrárias em 1982	24,3%	39,4%

Fonte: Elaboraçom própria a partir das cifras do censo agrário de 1982. Ver as explicaçons sobre os cálculos realizados que oferecemos na página seguinte.

AS HIPOTESES QUE ADOPTAMOS PARA ESTIMAR AS PERSPECTIVAS DE SUCESSOM DOS TITULARES QUE TENHEM 55 OU MAIS ANOS EM 1982.

Do que se tratava nestes cálculos era de estimar o número de sucessores potenciais existentes em 1982, para reemprazar aos titulares que tinham nesta data 55 ou mais anos de idade. Com este fim, partimos de umha hipótese geral: que os candidatos á sucessom desses titulares se reclutam entre os ajudas familiares que trabalhavam nas exploraçons em 1982; e que estes candidatos som, por termo médio, 30 anos mais novos que o titular ao que sucedem. Isto último corresponde-se com o que é aceitado habitualmente: que a distáncia média entre as geraçons está em torno aos 30 anos.

Dessa hipótese geral desprende-se que os sucessores potenciais estarám
integrados esencialmente polos ajudas familiares masculinos com 25-54 anos em 1982. Este é justamente o contido do que no quadro anterior denotamos como hipótese B: aqui suponhemos que os candidatos à sucessom dos titulares >= 55 anos som todos os ajudas familiares masculinos de 25-54 anos, e nada mais que estes.

A outra estimaçom que realizamos no quadro (a hipótese A) é a que resulta se incluímos nas cifras de sucessores potenciais outros grupos, ademais do anterior. Concretamente, aqui suponhemos que som candidatos à sucessom daqueles titulares: o 30% dos ajudas familiares femininos com 25-54 anos, e também o 20% dos de sexo masculino com menos de 25 anos, e o 10% das mulheres desta mesma idade. Deste modo, obtemos o que pode considerar-se umha estimaçom máxima sobre o número dos titulares maiores de 55 anos que contam com sucessor.

Em primeiro lugar, podemos observar nesse quadro que, dos 357.600 titulares censados em 1982, uns 102.000, o 28,6% do total, tinham entre 55 e 64 anos; e outros 126.000, o 35,3% do total, contavam com 65 ou mais anos de idade. Em conjunto, havia 228.000 chefes de exploraçom, o 63,9% dos registados nesta estatística, com umha idade igual ou superior a 55 anos, e que portanto poderiam ser retirados da actividade ao través das medidas que estamos comentando.

No que respeita às perspectivas de sucessom destes titulares de idade avançada, fixemos duas estimaçons, que se correspondem respectivamente com umha hipótese máxima (a que designamos no quadro 9.26 como hipótese A), e umha hipótese mínima (a denotada como hipótese B)[84]. Os resultados som os seguintes (ver quadro 9.26):

-No primeiro suposto, teriam sucessor o 45,4% dos citados titulares. De tal modo que a cifra de chefes de exploraçom com 55 e mais anos e que carecem de sucessor seria de uns 125.000, o 35% do total dos censados nesta data.

-Com a segunda hipótese, obtemos que unicamente o 26,6% dos titulares >=55 anos contam com sucessor; ficando uns 168.000 que carecem dele, o 47% do total de titulares registados neste ano.

Portanto, o abandono efectivo da actividade por parte dos agricultores que já alcançárom a idade de jubilaçom e nom tenhem sucessor, unido à jubilaçom antecipada daqueles que contam com 55-64 anos e carecem também de sucessor; essas medidas dariam lugar à desapariçom de entre 125.000 e 168.000 exploraçons, o que supom do 35% ao 47% do total de unidades censadas em 1982.

Isso permitiria liberar um volume considerável de superfícies; que ficariam disponíveis em princípio para a ampliaçom das exploraçons supervivintes. Em concreto, se tomamos a hipótese máxima sobre as perspectivas de sucessom, o volume de terras liberadas seria de 336.000 hes, o 24,3% da superfície total ocupada polas exploraçons individuais em 1982. E com a segunda hipótese, a quantidade de terras que seriam liberadas eleva-se a 545.000 hes, o 39,4% da superfície total das exploraçons em 1982 (ver quadro 9.26).

Em resumo, podemos afirmar que das exploraçons censadas nesta data em Galiza, entre o 35% e o 47% estavam em maos de titulares de idade avançada (com 55 ou mais anos) sem sucessor; ocupando estas unidades

---

[84] Como já sinalamos, na página adjunta a esse quadro estám especificados os supostos concretos que utilizamos num e outro caso, para determinar o número de sucessores potenciais.

entre o 25% e o 40% da superfície total. Esta seria, pois, a extensom de terras que poderiam liberar-se para umha reforma de estruturas, ao través de umha política de jubilaçom antecipada, e de medidas orientadas a lograr o abandono efectivo da actividade por parte dos titulares que já alcançárom a idade de jubilaçom.

Essas cifras ilustram claramente o grande alcance potencial, que poderiam ter no agro galego umhas medidas como as que estivemos comentando. Falta, sem embargo, por aclarar um ponto esencial: em que medida estám os titulares de idade avançada dispostos a abandonar a actividade, e a ceder as suas terras (em venda ou arrendamento) a outro agricultor; e, no caso de que a resposta seja afirmativa, quais seriam as condiçons concretas nas que aceptariam isso ?. Sobre esta questom é mui pouco o que podemos dizer, posto que nom existe praticamente nengumha informaçom nem estudos ao respeito. Unicamente cabe recolher aqui os dados obtidos por C.López Garrido, num estudo referido à montanha de Lugo[85].

Neste estudo efectuou-se um inquérito sobre umha amostra de exploraçons, na qual o 54% dos titulares tinham 55 ou mais anos, e deles o 21% superavam os 64 anos de idade. Pois bem, perguntados ao respeito, o 48% dos titulares declaram-se dispostos a abandonar a actividade agrária, ao través de algumha fórmula de retiro; umha percentagem, como vemos, mui próxima à que representam os maiores de 54 anos. Podemos, portanto, deduzir que a grande maioria destes agricultores de idade avançada, estám dispostos a acolher-se a medidas deste tipo. Agora bem, interrogados sobre a modalidade concreta que aceptariam, no que se refire ao destino das terras, o 72% destes agricultores expressam a sua preferéncia pola cesom da exploraçom a um filho; e só o 13,6% se declaram dispostos a ceder as terras em arrendamento a outro agricultor, e outro 8,8% a vender as superfícies[86].

Isto sugire umha conclusom, no que respeita aos efeitos probáveis que teria aqui um regime de jubilaçom antecipada dos titulares de exploraçom: sempre que se aceptara no regime estabelecido a fórmula da cesom a um familiar, o efeito das medidas seria principalmente acelerar o relevo geracional ao frente das exploraçons, muito mais que impulsar a liberaçom de superfícies para a ampliaçom doutras unidades produtivas. Ou, dito com outras palavras: essas medidas teriam umha melhor aceptaçom entre os titulares de idade avançada que

---

[85] LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura productiva de la agricultura en la montaña de Lugo. op. cit.

[86] Ver: LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura ... op. cit., pp. 55-56.

contam com sucessor, os quais cederiam a exploraçom a este familiar mais jovem; mentres que o éxito seria menor nos casos em que nom existe sucessor, que som precisamente aqueles em que a jubilaçom do agricultor permitiria liberar superfícies para agrandar outras exploraçons.

Em todo caso, devemos tomar isso unicamente como umhas primeiras indicaçons provisórias, já que a evidéncia empírica na que nos baseamos é mui limitada. Para estabelecer umhas conclusons firmes, e referidas ao conjunto da agricultura galega, seriam necessários muitos mais estudos sobre o tema.

b. O regime de "cese antecipado na actividade agrária" estabelecido em Espanha a partir de 1989. Análise das suas características e dos resultados obtidos até agora em Galiza com a sua aplicaçom.

Ao longo das décadas precedentes nom foi aplicada em Espanha, ao contrário do que sucedeu em muitos países europeios, nengumha medida dirigida a impulsar a jubilaçom antecipada dos agricultores. Na actualidade, sem embargo, si contamos com umha disposiçom neste sentido, aprovada em datas recentes. Trata-se do "regimen de ayudas destinado a fomentar el cese anticipado en la actividad agraria", que foi estabelecido em 1989[87], sendo posteriormente modificado nalguns aspeitos a princípios do ano 1991[88]. Estas normas insertam-se dentro do regime de jubilaçom antecipada estabelecido a nível comunitário polo Regulamento 1096/88, suponhendo o desenvolvimento e a aplicaçom desta acçom comum no território espanhol.

A vista do que acabamos de exponher, estamos perante umha medida de grande interesse para a agricultura galega, que pode contribuir a acelerar aqui as transformaçons estruturais. Por esta razom, compre que nos detenhamos na sua análise. Em primeiro lugar, imos precisar o seu contido, as características concretas do regime aprovado no caso espanhol. Depois examinaremos os resultados obtidos até agora por esta medida em Galiza.

---

[87] Real Decreto 1178/1989, de 29 de setembro (BOE de 30-9-89).

[88] Real Decreto 22/1991, de 18 de janeiro (BOE de 19-1-91).

b1. As principais características do regime de jubilaçom antecipada estabelecido em Espanha.

Trés som os aspeitos esenciais aos que devemos referir-nos aqui, para perfilar o contido concreto do sistema aprovado: as persoas que som beneficiárias potenciais da medida, os requisitos que estas tenhem que cumplir; o destino ao que devem dedicar as terras que trabalhavam; e o contido das ajudas contempladas para as persoas que se acolham a esta medida.

Começamos pola primeira questom: os beneficiários potenciais da medida. O que se estabelece, em linhas gerais, é um sistema dirigido a incentivar o cese antecipado na actividade, daqueles titulares de exploraçom com umha idade comprendida entre 60 e 64 anos, e que cumplam umha série de requisitos. Ademais, poderám beneficiar-se também das ajudas os assalariados fixos e os ajudas familiares de 55-64 anos, que trabalhavam a tempo completo na exploraçom e que cesem na sua actividade.

A nós interessa-nos em especial o que se refire aos titulares de exploraçom. O primeiro a salientar aqui é a idade: como acabamos de indicar, a normativa espanhola limita a aplicaçom das medidas de jubilaçom antecipada ao grupo de 60-64 anos, restringindo assi o intervalo contemplado inicialmente no Regulamento comunitário (55-64 anos)[89]. Estes titulares de 60-64 anos, para acolher-se às ajudas, devem reunir ademais umha série de requisitos: exercer a actividade agrária a título principal, estar em situaçom de alta no "Régimen Especial Agrario" da Segurança Social, e que a sua exploraçom agrária alcance umha dimensom superior a certo umbral (umha produçom bruta anual superior às 500.000 pts).

Para beneficiar-se das ajudas contempladas, o titular tem em primeiro lugar que abandonar a actividade; e, aparte disso, deve dedicar as terras que formavam a exploraçom aos usos que se determinam na normativa. Imo-nos deter nesta questom.

De entrada, existem neste aspeito trés grandes possibilidades, que dam lugar a outras tantas variantes ou modalidades de jubilaçom antecipada:

---

[89] Isto, como sinala Juan Jesús González, obedece sem dúvida ao desejo de reduzir o custo que pode implicar esta medida. Ver:
-GONZALEZ, Juan Jesús, "La incorporación de los jóvenes a la agricultura.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 154, outubro-dezembro 1990, pp. 39-96; pp. 51-52.
De feito, como depois veremos, as limitaçons orçamentais tenhem constituído até agora o principal obstáculo à difusom e o desenvolvimento deste regime de jubilaçom antecipada.

-A que podemos denominar "pre-jubilaçom com relevo geracional", ou "pre-jubilaçom com sucessom por um familiar mais jovem". Esta é a que se produze quando o agricultor que se jubila, cede as terras que vinha trabalhando a um membro mais jovem da sua família, que se convirte no novo titular da exploraçom. Assi, o efeito que se deriva das medidas de jubilaçom antecipada, limita-se neste caso ao aceleramento do relevo geracional na direcçom das exploraçons, sem afectar ao ritmo das mudanças estruturais.

-A segunda modalidade é a "pre-jubilaçom com abandono", ou "pre-jubilaçom com retirada das terras da produçom agrária". O agricultor deve comprometer-se aqui a retirar as superfícies da produçom agrária, dedicando-as ao repovoamento florestal, a outros usos nom agrários, ou bem deixando-as simplesmente abandonadas. Tampouco neste caso a medida contribue a acelerar as transformaçons estruturais, tendo mais bem o efeito contrário: dificulta a ampliaçom doutras unidades de produçom.

-Finalmente, está a "pre-jubilaçom com reestruturaçom": quando se estabelece, para o titular que se jubila, a obriga de vender ou ceder em arrendamento a outro agricultor (sem laços de parentesco) as terras que vinha trabalhando. Neste suposto si que a acçom leva a intensificar as mudanças estruturais.

Dessas três opçons, o Regulamento estabelecido a nível comunitário em 1988 recolhia as duas últimas: a "pre-jubilaçom com abandono", e a "pre-jubilaçom com reestruturaçom". Ainda que primando, dessas duas possibilidades, a primeira: a retirada das terras da produçom agrária[90].

Pois bem, o regime aprovado inicialmente em Espanha, no ano 1989, contemplava tam só a terceira das modalidades: a "pre-jubilaçom com reestruturaçom". Assi, no R.D. 1178/1989 estabelece-se que o titular deve *"cesar definitivamente en la actividad"*, e *"destinar la superficie agrícola de su explotación al incremento de la superficie de una o varias explotaciones de otros agricultores..."* (Art. 4.1). Isto último tinha, isso si, duas matizaçons: o agricultor podia seguir trabalhando com destino ao consumo familiar até o 10% da superfície agrícola da exploraçom (com um máximo de 1 he); e podia dedicar ao repovoamento florestal outro 20% das terras, até um máximo de 5 hes.

Com estas duas matizaçons ou excepçons, fixava-se que a superfície da exploraçom devia ser transferida polo titular a outro agricultor alheio à sua

---

[90] Sobre o contido deste Regulamento (o 1096/88), consultar por exemplo:
-ALVAREZ FERNANDEZ, Angel Luis, "La política comunitaria de estructuras agrarias.", Boletín de Información Extranjera, no. 6/88, novembro-dezembro 1988, pp. 215-240; pp. 232-233.

família[91]; servindo deste modo para ampliar outra ou outras unidades de produçom. Esta transferéncia das terras podia efectuar-se ao través da sua venda, ou bem mediante a sua cesom em arrendamento por um período mínimo de 10 anos.

A normativa excluia, pois, a possibilidade de que a totalidade das terras foram abandonadas ou destinadas a usos nom agrários (a "pre-jubilaçom com abandono"). E nom contemplava tampouco a opçom consistente em que o titular cedera a exploraçom a um familiar mais jovem ("pre-jubilaçom com relevo geracional").

Este último ponto, sem embargo, foi alterado posteriormente polo R.D. 22/1991, que veu modificar o anterior R.D. 1178/1989. Nesse texto introduze-se a possibilidade de o titular jubilado transmita a exploraçom a um membro da sua família (sempre que este cumpla umha série de requisitos). Ainda que esta opçom limita-se às zonas de montanha e às áreas desfavorecidas com risco de despovoamento.

Assi, o regime vigente actualmente em Espanha contempla neste aspeito duas opçons, duas modalidades:

-A "pre-jubilaçom com reestruturaçom", aplicável em todo o território.

-E a "pre-jubilaçom com relevo geracional", admitida só nas zonas de montanha e desfavorecidas.

Para completar este ponto, hai que sinalar que no primeiro suposto, o agricultor ou agricultores que recibem as terras (em venda ou em arrendamento), devem cumplir umha série de condiçons. As mais importantes som: que sejam menores de 45 anos, que exerzam (ou passem a exercer depois da ampliaçom da exploraçom) a actividade agrária a título principal, e que se comprometam a nom incrementar o volume de produçom de bens excedentários no mercado da CEE.

No que se refire finalmente ao contido das ajudas, que se oferecem aos titulares que cumplam os requisitos sinalados, estas consistem em:

-Umha indemnizaçom anual, que será pagada até o momento em que o agricultor comece a cobrar a pensom normal de jubilaçom.

-Umha prima anual por hectare de superfície agrícola que seja dedicada ao repovoamento florestal.

---

[91] Exactamente, o R.D. 1178/1989 estabelece que as terras devem ser transmitidas a agricultores *"Que no sean parientes del titular de la explotación que cesa en su actividad agraria, en línea directa o colateral, hasta el segundo grado, por consanguinidad, afinidad o adopción."* (Art. 5.2.c.)

Fazendo umha breve valoraçom desse regime, hai que destacar de entrada o feito positivo que supom que por primeira vez se estabeleza em Espanha umha medida deste tipo: dirigida a estimular a jubilaçom antecipada dos titulares de exploraçom. Isto é especialmente certo do ponto de vista da agricultura galega, onde, como vimos anteriormente, estas políticas demográficas som absolutamente necessárias, e podem jogar um grande papel no aceleramento das mudanças estruturais.

No que respeita às características concretas do regime aprovado, existe um aspeito que consideramos também positivo: a nom inclusom, na legislaçom espanhola, da modalidade de "pre-jubilaçom com abandono das terras". Neste sentido, temos já sinalado noutro lugar[92] que a linha de actuaçom que caracteriza actualmente à PAC, de estimular a reduçom da SAU mediante o abandono ou a florestaçom de superfícies agrárias, nom é adeqüada para umha realidade como a galega. Isto é assi porque o espaço ocupado pola SAU é já aqui mui reduzido, mentres que o tamanho das exploraçons segue sendo mui pequeno. Em conseqüência, o fomento da retirada da produçom de superfícies agrárias, utilizando ademais para isto uns fondos públicos que som por natureza escassos, constituiria no nosso caso umha acçom contraproducente. Por esta razom, valoramos positivamente o feito de que no regime estabelecido em Espanha fora excluída a "pre-jubilaçom com abandono"[93]; concentrando-se inicialmente as actuaçons em estimular a "pre-jubilaçom com reestruturaçom".

Seguindo com o mesmo tema, merece também algum comentário a modificaçom efectuada posteriormente, em 1991, consistente em introduzir a opçom da "pre-jubilaçom com relevo geracional". Em princípio, isto permite ampliar o campo de actuaçom do regime de jubilaçom antecipada, incluíndo também neste campo a muitos agricultores de idade avançada que contam com sucessor. Nestes casos, a medida pode acelerar o relevo ao frente da exploraçom, dando lugar assi a um rejuvenecimento dos titulares de exploraçom. Em conseqüência, a introduçom desta modalidade de jubilaçom semelha de entrada algo positivo. Sem embargo, hai um motivo que nos obriga a matizar essa valoraçom inicial: o custo económico destas acçons. Como depois

---

92 Ver: LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "As novas orientacións da política agraria común e a evolución previsíbel dos desequilibrios rexionais na agricultura da CEE. Reflexións desde unha óptica galega.", A Trabe de Ouro, no. 7, julho-setembro 1991, pp. 361-381; pag. 371.

93 Ainda que, como vimos, deixa-se aberta a possibilidade de que o agricultor jubilado dedique até o 20% da sua superfície agrária ao repovoamento florestal, incentivando ademais economicamente esta opçom. Polos motivos que acabamos de sinalar, consideramos isto pouco adeqüado para o agro galego.

veremos, umha das limitaçons fundamentais com as que se encontram estas medidas no caso espanhol, é a escassez de fondos públicos para a sua aplicaçom. Pois bem, nesta situaçom, parece-nos que os fondos deveriam concentrar-se, especialmente em Galiza, na "pre-jubilaçom com reestruturaçom", a mais necessária para a melhora das estruturas agrárias. Com a introduçom da "pre-jubilaçom com relevo geracional", corre-se, portanto, o risco de dispersar os poucos médios disponíveis[94].

Finalmente, hai outros dous aspeitos da normativa aprovada, que constituem na nossa opiniom importantes limitaçons:

-O primeiro é a restricçom da medida aos titulares de 60-64 anos, deixando fora à cohorte de 55-59 anos.

-E o segundo é o requisito de que os agricultores beneficiados com a incorporaçom das terras liberadas, nom podem incrementar a produçom de bens excedentários no mercado comunitário. Esta condiçom, de nom ser aplicada com flexibilidade, pode frear fortemente os potenciais efeitos desta medida na agricultura galega. Porque os subsectores fundamentais da nossa produçom agrária som todos eles excedentários; e fai-se difícil nestes subsectores ampliar a base territorial das exploraçons, sem que isto vaia acompanhado de um incremento da produçom.

Imos ver, em qualquer caso, qual foi a difusom que tivo na prática esta medida durante os seus primeiros anos de vigéncia.

b2. Os resultados obtidos até agora em Galiza com a aplicaçom desta medida.

Para começar, é conveniente oferecer umha ideia aproximada sobre o número de beneficiários potenciais deste regime, que havia em Galiza no momento da sua entrada em vigor. A melhor fonte que podemos utilizar para este fim é o censo agrário de 1989.

---

[94] Coincidimos neste aspeito com a opiniom crítica que formula Juan Jesús González. Ver:

-GONZALEZ, Juan Jesús, "La incorporación de los jóvenes a la agricultura.", op. cit., em especial, pp. 53-60.

Este censo[95] registou na agricultura galega um total de 52.009 titulares de exploraçom com umha idade de 60-64 anos; dos quais, 34.503 som varons, e 17.506 mulheres. Tendo em conta os requisitos estabelecidos no regime aprovado, da cifra anterior hai que excluir os titulares que nom tenhem a sua actividade principal na agricultura; e também aqueles cuja exploraçom oferece umha produçom bruta anual inferior a 500.000 pts. Dado que nos resultados do censo nom figura este tipo de informaçom cruzada com a idade dos titulares, tivemos que recurrir a umha aproximaçom: excluimos aqueles agricultores de 60-64 anos, cuja exploraçom tem umha dimensom económica inferior a 1 UDE (Unidade de Dimensom Europeia). Pois bem, procedendo deste modo, obtemos umha cifra de candidatos potenciais ao regime de jubilaçom antecipada aprovado, que se situa ao redor dos 25.000. Trata-se de umha cifra meramente aproximativa, e nom de umha estimaçom precisa. Pero é válida como indicaçom geral.

Pois bem, comparado com essa cifra, a incidéncia que tivo até agora a medida que estamos comentando foi praticamente insignificante. No **quadro 9.27** recolhemos os dados referidos aos dous primeiros anos de aplicaçom deste regime, 1990 e 1991, tanto para Galiza como para Espanha. Podemos observar aí que os efeitos obtidos até agora fórom no conjunto do Estado de mui escassa relevância. E dentro disso, a incidéncia relativa da medida foi na agricultura galega especialmente débil.

Assi, no primeiro ano de vigéncia do regime (1990), os titulares que se acolhérom à jubilaçom antecipada fórom no conjunto de Espanha tam só 107, umha cifra totalmente irrelevante. E em Galiza nom se registou nengum caso. No ano 1991, o número de titulares beneficiados aumentou no Estado a 868, correspondendo a Galiza 59[96] (ver quadro 9.27).

---

[95] As cifras que oferecemos a continuaçom estám tomadas dos fascículos correspondentes a Galiza nos seguintes tomos de resultados censais: Tomo II ("Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales"), e Tomo VI ("Resultados por comunidades autónomas según orientación técnico-económica").

[96] Essas som as cifras que oferece o Ministério de Agicultura. A Conselharia de Agricultura, que é o órgano encargado da gestom deste regime em Galiza, recolhe para o ano 1991 um número de agricultores beneficiados ligeiramente superior (74); explicando-se a diferéncia, probavelmente, pola inclusom nesta última cifra das outras persoas (ajudas familiares e assalariados) acolhidas ao cese antecipado. Em todo caso, isto nom altera a conclusom exposta: a incidéncia quase nula desta medida no nosso agro.

A informaçom da Conselharia está tomada da publicaçom:
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Axudas estructurais á producción agraria 1991., Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1992, pp. 118-120.

Quadro 9.27. Número de titulares de exploraçom que se acolhérom até agora às medidas de cese antecipado na actividade agrária.

	1990	1991
-Espanha	107	868
-Galiza	0	59
G/E (%)	0,0%	6,8%

Fonte:
-MAPA, La agricultura, la pesca y la alimentación españolas en 1990., Madrid, 1991.
-MAPA, La agricultura, la pesca y la alimentación españolas en 1991., Madrid, 1992.

Essa constataçom obriga a perguntar-se polos factores que podem explicar a difusom tam escassa que tivo até agora esta medida, em concreto na agricultura galega. Aqui cabe pensar em multitude de condicionantes, que pudérom frear a receptividade dos agricultores a este regime de jubilaçom antecipada, ou bem dificultar a realizaçom disto na prática[97]. Sem embargo, o factor esencial que limitou a sua difusom foi outro: a enorme escassez dos fondos disponíveis, o que se traduziu na prática numha auséncia quase total de informaçom e de promoçom da medida entre os potenciais beneficiários. As impresons que pudemos recolher entre os técnicos, que conhecem directamente a realidade do agro galego, confirmam que entre os agricultores existe um desconhecimento quase total da existéncia deste regime.

Portanto, à margem do maior ou menor acerto que apresenta o contido concreto da normativa aprovada, o problema fundamental até agora tem sido a quantia tam reduzida dos fondos destinados à sua aplicaçom. Isto fixo que o regime de jubilaçom antecipada nom passara de ser, nos seus efeitos práticos, algo testemunhal.

---

[97] Assi, na publicaçom da Conselharia de Agricultura citada na nota anterior, indica-se ao respeito:

"Quizais o maior problema en moitas áreas de Galicia para o desenvolvemento deste programa sexa atopar agricultores novos que reúnan as condicións esixidas pola normativa para facerse cargo das terras dos agricultores cesantes." (pag. 118)

CAPITULO X. OS FACTORES CONDICIONANTES E OS OBSTACULOS `A MOBILIDADE DA TERRA. ALGUMHAS HIPOTESES EXPLICATIVAS SOBRE A EVOLUÇOM QUE SE CONSTATA NESTE ASPEITO EM GALIZA.

Dado um determinado volume de superfícies liberadas, a evoluçom que experimenta a estrutura dimensional das exploraçons depende de qual seja o destino dessas terras. Na medida em que as superfícies liberadas som mobilizadas por outros agricultores (ao través da compra ou o arrendamento), isto permitirá a ampliaçom das suas unidades de produçom; dando assi lugar a um redimensionamento, a um incremento no tamanho, das exploraçons supervivintes. Pero também pode suceder que essas terras fiquem excluídas da produçom agrária, sendo transferidas a outros usos ou quedando simplesmente abandonadas. Neste caso, as exploraçons supervivintes manterám-se "congeladas" na sua base territorial inicial; e o resultado final do processo de desapariçom de exploraçons e de liberaçom de superfícies, será umha reduçom paralela do território dedicado à produçom agrária.

A análise que realizamos na segunda parte desta investigaçom sugire que isto último foi, em eséncia, o que ocorreu na agricultura galega ao longo das trés últimas décadas: por um lado, como vimos no capítulo anterior, o ritmo de desapariçom de exploraçons e de liberaçom de superfícies, foi aqui bastante reduzido; pero, ademais, a maior parte das terras liberadas por essas exploraçons, nom fórom transferidas a outras unidades produtivas, senom que passárom a usos nom agrários ou bem ficárom abandonadas. Portanto, temos aqui **o segundo tipo de fenómenos que freárom no nosso agro as transformaçons estruturais: aqueles que se relacionam com a falta de mobilidade das superfícies liberadas.**

No presente capítulo imos efectuar umha aproximaçom geral a esta problemática, a da mobilidade da terra na agricultura galega. Por um lado, trataremos de precisar algo mais a evoluçom que se registou aqui neste aspeito, baseando-nos para isto na evidéncia empírica disponível sobre o tema. E abordaremos depois o que constitue o objectivo esencial deste capítulo: a análise dos factores que podem explicar essa evoluçom, a análise dos obstáculos que pudérom frear em Galiza a mobilidade da terra.

Esse será o contido do segundo apartado do capítulo. Previamente, tentaremos aclarar, num plano abstracto ou especulativo, quais som os principais factores que condicionam a mobilidade das terras agrárias, as variáveis que intervenhem neste processo. Com isto pretendemos construir um esquema

analítico, que oriente as nossas reflexons e o nosso estudo para o caso concreto de Galiza.

1. OS FACTORES CONDICIONANTES E OS OBSTACULOS `A MOBILIDADE DA TERRA. UM ESQUEMA GERAL SOBRE AS PRINCIPAIS VARIAVEIS QUE INTERVENHEM NESTE PROCESSO.

1.1. Introduçom; formulaçom inicial do problema.

a. Umha breve precisom conceptual.

Antes de entrar propriamente na análise, convém que precisemos o sentido concreto no que empregamos aqui o termo de "mobilidade da terra", já que este conceito pode servir para designar fenómenos mui diferentes. Desta forma, evitaremos possíveis equívocos ou ambigüedades na terminologia.

De um modo geral, o conceito de "mobilidade da terra" alude a umha mudança na situaçom, na afectaçom, das superfícies. Pero esta mudança pode referir-se a distintos aspeitos; do que se deriva a existéncia de diversas modalidades ou formas de mobilidade da terra. Em eséncia, podemos distinguir trés tipos principais de mobilidade: a modificaçom no uso das superfícies, passando estas de umha a outra categoria de aproveitamento; a mudança na propriedade das terras, a transferéncia desta propriedade a umha persoa distinta; e por último, a variaçom no que respeita à unidade de produçom da que formam parte as terras, o seu passo de umha a outra exploraçom agrária[1].

Desses trés tipos de fenómenos, o que nos interessa neste capítulo é o último: a mobilidade da terra entre exploraçons, os fluxos de superfícies que dam lugar à sua transferéncia a outra unidade de produçom. Isto pode ir

---

[1] Sobre as diferentes formas ou aspeitos da mobilidade da terra, consultar por exemplo:

-OCDE, Les obstacles a la mobilité des terres., OCDE, Paris, 1965, pp. 15-31.

-SUMPSI, J.M., "El papel de la tierra en el desarrollo agrario.", em: VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra: funcionamiento y mecanismos de intervención., MAPA, Madrid, 1988, pp. 89-111.

acompanhado também de umha transmissom da propriedade das terras; pero nom sucede necessariamente assi, já que o passo a outra exploraçom pode realizar-se ao través da cesom ou arrendamento. E, em sentido contrário, os fluxos que afectam à propriedade (herdanças e donaçons; compra-vendas no mercado de terras), nom implicam sempre, nem muito menos, umha variaçom no tamanho das exploraçons agrárias. Portanto, entre os dous grupos de fenómenos (a transmissom da propriedade, e concretamente a mobilidade no mercado de terras, de um lado; e a mobilidade entre exploraçons, do outro) existe umha relaçom complexa. **O que nos interessa aqui, como já indicamos, é isto último: a transferência de superfícies de umhas a outras exploraçons. Assi, quando empreguemos nas páginas seguintes o termo de "mobilidade da terra" será neste sentido concreto.**

b. A liberaçom de superfícies, e o problema da mobilizaçom destas terras para ampliar outras exploraçons. Formulaçom inicial do tema.

Na introduçom geral a esta terceira parte da investigaçom, apresentamos um esquema mui simples, sobre a seqüência ao través da qual se operam as mudanças na estrutura dimensional das exploraçons[2]. Convém que retomemos agora esse esquema, e que desenvolvamos com algo mais de detalhe os processos que se relacionam com os dous grandes passos dessas mudanças: a liberaçom de superfícies, e o destino posterior destas terras liberadas. Isto será-nos de utilidade para situar melhor o problema que nos interessa neste apartado.

O primeiro componente das transformaçons estruturais é a **liberaçom de superfícies**. Como vimos no capítulo anterior, a diminuçom da PAA leva a que se produza cada ano a desapariçom de um certo número de exploraçons; desapariçom que tem lugar, na maior parte dos casos, a raiz da morte ou jubilaçom de titulares de idade avançada que carecem de sucessor. Esta desapariçom fai que as terras que trabalhavam esses agricultores quedem liberadas, e disponíveis potencialmente para ampliar outras unidades de produçom.

A esse fluxo hai que unir as superfícies que som liberadas como conseqüência da contracçom de exploraçons; isto é, aquelas que ficam livres ao deixar de trabalhar o titular umha parte das terras da sua exploraçom, sem que

[2] Ver supra: diagrama 9.1.

esta desapareza totalmente. Na prática, esta contracçom vai ligada principalmente a dous tipos de situaçons:

-Quando ao frente da exploraçom está um titular de idade avançada, próximo ou que superou já a idade de jubilaçom, e que nom conta com sucessor. Nestes casos, é freqüente o abandono gradual de umha boa parte das terras, como passo prévio à desapariçom da exploraçom.

-O outro suposto no que se produze com freqüéncia o abandono do trabalho de umha parte das terras, é o dos titulares que accedem a um emprego noutro sector, conservando umha actividade secundária na exploraçom familiar.

Resumindo este primeiro passo, temos pois que: **como conseqüéncia da desapariçom ou contracçom de exploraçons, cada ano tem lugar a liberaçom de um certo volume de superfícies, que ficam potencialmente disponíveis para ser incorporadas a outras unidades de produçom.**

Em relaçom com o destino posterior destas terras, hai um aspeito que tem umha grande relevância, e que, por esta razom, devemos introduzir agora no esquema. Trata-se dos fenómenos que afectam à **propriedade das terras**, paralelamente com a sua liberaçom. E ligado a isso, a identidade dos proprietários destas superfícies. A situaçom neste aspeito difire, segundo que as terras estiveram trabalhadas em tenéncia directa, ou bem baixo regimes indirectos; polo que compre tratar separadamente estes dous supostos.

Na primeira hipótese (superfícies que eram trabalhadas em tenéncia directa), o proprietário das terras liberadas será: o antigo titular, agora jubilado; ou bem os herdeiros deste agricultor, que, no caso mais freqüente, terám abandonado todos eles a actividade agrária[3]. Portanto, a desapariçom de exploraçons trabalhadas em tenéncia directa, coloca na posiçom de proprietários e oferentes potenciais de terras livres a persoas pertencentes a dous grupos: agricultores jubilados; e descendentes de agricultores que tinham abandonado previamente o sector, os que podemos designar, tomando a terminologia de A.Brun, como "herdeiros nom agricultores da propriedade camponesa"[4] [5].

---

[3] Com mais precisom, o que podemos dizer é que todos estes herdeiros abandonárom a exploraçom familiar (daí que se produza a desapariçom desta). Pode suceder que algum deles permanecera no sector agrário, trabalhando noutra exploraçom.

[4] Ver: BRUN, André, "Droits de propriété et droits d'usage du sol agricole: un essai de description.", Economie Rurale, no. 75, janeiro-março 1968, pp. 97-107; pp. 98-99.

Abundando algo mais neste tema, hai que salientar as tendéncias opostas que presidem a dinámica da estrutura das exploraçons e da propriedade da terra, a medida que se reduze a PAA, no caso dos espaços agrários onde predomina a tenéncia directa. A diminuçom da PAA dá lugar a umha reduçom da cifra de exploraçons, e fai necessária a concentraçom das terras num número cada vez menor de unidades produtivas, com o fim de adaptar assi a estrutura agrária à tecnologia disponível. Simultaneamente, sem embargo, a actuaçom dos mecanismos de divisom herditária, origina nestes espaços umha tendéncia estrutural ao fraccionamento da propriedade da terra; ao mesmo tempo que se produze também, como outro fenómeno estrutural, a transferéncia de umha proporçom crescente das terras a maos de proprietários que nom trabalham na agricultura.

Expliquemos isso brevemente. A desapariçom de exploraçons em tenéncia directa, e a liberaçom conseguinte das superfícies, vai acompanhada da transmissom da propriedade das terras a maos dos herdeiros do antigo titular (todos os quais abandonárom a exploraçom); produzindo-se também a divisom do património entre estes herdeiros. Deste modo, resulta umha tendéncia estrutural à multiplicaçom do número de pequenos proprietários nom agricultores; o que dificulta notavelmente a necessária concentraçom das terras nas exploraçons supervivintes.

Estamos aqui perante um problema de fondo, com o que se enfrentam as transformaçons nas estruturas agrárias; especialmente naquelas zonas onde predomina a pequena propriedade camponesa[6], como sucede em Galiza. De um modo mais geral, hai que destacar o papel decisivo que jogam nestas zonas, como condicionantes das mudanças estruturais, as persoas que formam o grupo dos "herdeiros nom agricultores da propriedade camponesa". Porque nas maos deste grupo, cada vez mais numeroso, estám a maior parte das superfícies liberadas; e deles depende, pois, esencialmente, a possibilidade de umha reforma na estrutura das exploraçons.

Todos esses comentários referiam-se à liberaçom de superfícies que eram trabalhadas em tenéncia directa. No suposto de que as terras liberadas estiveram em regimes indirectos, o que sucede, do ponto de vista da propriedade, é que estas som devoltas ao seu dono, o qual na maior parte dos casos será umha

---

[5] Pola sua parte, a contracçom de exploraçons em tenéncia directa, dacordo com o que antes expuxemos, coloca na posiçom de oferentes potenciais de terras livres a outros dous colectivos: titulares que estám próximos à jubilaçom; e agricultores a tempo parcial.

[6] Em relaçom com este problema, consultar por exemplo:
-BRUN, André, "Propriété foncière et exploitation agricole. Contradictions et conflits.", Economie Rurale, no. 131, maio-junho 1979, pp. 19-31.

persoa alheia à agricultura. E som estes proprietários absentistas os que aparecem aqui como oferentes potenciais das terras livres.

Em definitiva, a desapariçom e a contracçom de exploraçons agrárias, dam lugar cada ano à liberaçom de um certo volume de superfícies; fazendo que aparezam como proprietários e oferentes potenciais de terras livres, persoas pertencentes esencialmente a três grupos: agricultores jubilados, herdeiros de agricultores que abandonaram antes o sector, e proprietários absentistas que tinham cedidas as terras em arrendamento ou aparçaria[7].

Frente a essa oferta potencial de terras livres, situa-se a demanda de terras que exercem os agricultores que permanecem no sector, com o fim de ampliar a base territorial das suas unidades de produçom[8]. Demanda esta que pode canalizar-se: pola via do mercado de terras (a compra); ou bem, ao través do "mercado" de arrendamentos.

A confrontaçom entre essa oferta potencial de terras livres, e a demanda por parte dos agricultores, pode resolver-se com dous resultados:

-O primeiro consiste na incorporaçom efectiva dessas superfícies a outras exploraçons, bem seja ao través da sua venda a um agricultor, ou mediante a sua cesom em arrendamento[9]. Neste caso, as superfícies liberadas som

---

[7] A importáncia relativa de cada um desses grupos, e em geral as características concretas dos proprietários de superfícies liberadas, variam segundo a estrutura da propriedade da terra que exista na zona da que se trate.

[8] Em termos mais precisos, o que devemos considerar aqui é em geral a demanda de terras para fins agrários. Já tenha esta por objecto a ampliaçom de unidades existentes, ou bem a constituçom de exploraçons novas. Pero, a efeitos de simplificar a exposiçom, centramo-nos no componente fundamental dessa demanda: a que procede dos agricultores que desejam agrandar a sua exploraçom.

[9] Em rigor, existem outras duas vias (ademais das compra-vendas e o arrendamento), ao través das quais as superfícies podem ser transferidas a outras exploraçons, permitindo assi incrementar o seu tamanho. Estas vias som:

-A transmissom da propriedade a outro agricultor mediante o mecanismo das sucessons ou donaçons. O principal suposto no que isto tem lugar é quando desaparece umha exploraçom em tenéncia directa, e algum dos herdeiros do titular trabalha na agricultura noutra exploraçom. Assi, as terras que este recibe podem ser incorporadas à sua unidade de produçom.

mobilizadas de novo para a produçom agrária, permitindo ampliar o tamanho das exploraçons supervivintes.

-A outra possibilidade é que as terras liberadas quedem excluídas da produçom agrária, passando a outros usos (urbanos ou florestais), ou ficando abandonadas, sem ser objecto de nengum aproveitamento[10].

A questom que nos interessa aclarar aqui é a seguinte: quais som os factores que condicionam o destino que finalmente tenhem essas superfícies ?. Quais som os factores dos que depende: o que essas terras sejam ou nom mobilizadas para ampliar outras exploraçons; e a importáncia que tenhem neste processo as compra-vendas e o arrendamento.

Em rigor, a pergunta deve formular-se considerando conjuntamente quantidades e preços; isto é, o volume de superfícies que som mobilizadas ao través de cada um desses dous mecanismos, e o preço que alcançam as transacçons. Assi, exponhendo-o de forma mais precisa, a questom a resolver pode enunciar-se deste modo: que factores determinam o grau de mobilidade que se regista no mercado de terras agrárias, e o nível que alcançam os preços da terra[11]. E isto mesmo aplicado também para o "mercado" de terras em

---

-A outra via relaciona-se com a liberaçom de superfícies que estavam em regimes indirectos. No suposto, pouco probável, de que o proprietário das terras seja um agricultor, a recuperaçom das superfícies pode permitir a este ampliar a sua exploraçom.

Sem embargo, nom é o nosso objectivo aqui oferecer um esquema exaustivo de toda a gama de situaçons que podem dar-se. Daí que no texto fagamos abstracçom destes fenómenos, para centrar-nos no que som as duas vias fundamentais de mobilizaçom das terras liberadas: as compra-vendas, e o arrendamento.

Um esquema no que se recolhem todos esses fluxos, e se estima a importáncia de cada um deles no processo de reestruturaçom das exploraçons, pode encontrar-se para França no estudo:

-VAYLET, J.L./ FAUCHER,F., Le marché foncier et les baux ruraux. Effets des mesures de réforme de structures agricoles. II. R.F. d'Allemagne, France., CEE. Informations internes sur l'agriculture, no. 81, janeiro 1972, pp. 54-57.

[10] O abandono das terras, ou o seu passo a usos nom agrários, pode ser realizado directamente polo proprietário, ou bem pode ter lugar mediando a venda das superfícies a outra persoa.

[11] Mais exactamente: que factores determinam a proporçom das superfícies liberadas que som adquiridas polos agricultores que permanecem no sector, e o preço ao que som realizadas estas compras.

arrendamento: de que variáveis depende a importáncia que tem esta via na mobilizaçom das superfícies liberadas, assi como o nível que alcança a renda pagada por estas cesons.

Som estas questons as que pretendemos aclarar nas páginas seguintes, com o fim de orientar assi a análise sobre a evoluçom observada em Galiza.

Num esquema ou aproximaçom inicial, podemos afirmar que a importáncia de cada um desses fluxos, assi como os seus preços, dependem de dous tipos de elementos:

-Por um lado, a intensidade que alcança a demanda de terras livres por parte dos agricultores; diferenciando aqui a que se exerce no mercado de compra-vendas, da que se refire à toma de superfícies arrendadas.

-E, polo outro, a medida na que as terras liberadas som oferecidas efectivamente polos seus proprietários aos agricultores que permanecem no sector, as características que apresenta esta oferta. Distinguindo aqui a oferta no mercado de terras, da que se realiza no "mercado" de arrendamentos.

Em conseqüéncia, **para tratar de aclarar o tema plantejado, devemos examinar quais som os principais factores que influem nesses dous componentes ou ingredientes do processo:**

-Por umha parte, a demanda de terras livres por parte dos agricultores (a magnitude desta demanda, e o preço que os agricultores estám dispostos a pagar polas superfícies).

-E, pola outra, a oferta das superfícies liberadas polos seus proprietários; a disponibilidade destes proprietários para vender ou ceder em arrendamento as terras aos agricultores, e o preço ao que estám dispostos a efectuar a venda (ou as condiçons do contrato de arrendamento nas que aceptariam a cesom)[12].

---

[12] Como pode observar-se, para ordenar o razoamento partimos de um esquema oferta/demanda. Hai que precisar, sem embargo, que o que nos interessa aqui é exclusivamente a oferta e a demanda de terras livres com destino a usos agrários. Assi, a demanda de superfícies para usos nom agrários, e, de forma mais geral, a demanda que exercem no mercado de terras as persoas alheias ao sector agrário, serám tratadas no nosso esquema nom como componentes da demanda, senom como elementos que compitem com a oferta de superfícies para os agricultores (e obstaculizam assi esta oferta).

Esta é a seqüéncia que imos seguir na análise que realizamos a continuaçom. Assi, em primeiro lugar referimo-nos às variáveis que condicionam a demanda de terras por parte dos agricultores. Para examinar depois os condicionantes, e os possíveis obstáculos, à oferta das superfícies liberadas para usos agrários.

1.2. Os factores que condicionam a demanda de terras por parte dos agricultores.

A nossa análise vai começar aqui pola demanda no mercado de terras, as variáveis que determinam a demanda exercida neste mercado polos titulares de exploraçons agrárias. Umha vez aclarado isto, passaremos a ver os factores que condicionam a demanda de terras em arrendamento.

a. Os determinantes da demanda exercida polos agricultores no mercado de terras.

Para entender todo o relacionado com a mobilidade e os preços da terra, é esencial que tenhamos em conta desde o princípio o duplo carácter, as duas vertentes, deste bem. A terra é, por umha parte, um médio de produçom para a agricultura, um médio de produçom agrário. Pero constitue ao mesmo tempo para o seu proprietário um activo, umha forma de colocaçom do capital. E, em tanto que activo, a terra caracteriza-se porque nom só oferece ao seu proprietário umha renda anual, senom que ademais pode ser fonte de mais-valias, devido à sua revalorizaçom, ao incremento do seu valor de mercado.

Assi, as decisons sobre a compra e a venda de terras, estám influídas polo duplo carácter que estas tenhem (médio de produçom agrário, e activo ou elemento do património), e polos dous componentes da rentabilidade que a terra apresenta em tanto que activo (a renda anual, e as mais-valias que podem derivar-se da sua revalorizaçom). Em palavras de D.Bergmann: *"Les agents économiques obeissent à deux grandes catégories de motivations quand ils décident d'acquerir une terre (ou de la conserver quand ils en ont herité): une motivation de recherche d'un revenu annuel (fermage ou rémunération du facteur terre comprise dans le revenu*

agricole en cas de faire valoir direct); une motivation de recherche d'une forme de placement d'un capital (...) [capital que pode oferecer ao proprietário] *non seulement un revenu mais aussi des plus-values."*[13]

No que respeita ao fenómeno concreto que agora nos ocupa (a demanda de terras por parte dos agricultores), podemos assumir de entrada que esta responde fundamentalmente ao primeiro tipo de motivaçons: as relacionadas com o papel da terra como médio de produçom agrário. Ou, dito noutros termos: o móbil que impulsa aos agricultores a adquirir superfícies adicionais, é a melhora que isto pode permitir na renda obtida da sua exploraçom, e nom as vantagens que podam apresentar as terras como activo ou forma de colocaçom do capital.

Partindo desse suposto, imos tratar de aclarar as principais variáveis que influem nessa demanda, na sua magnitude quantitativa, e no preço que os agricutores estám dispostos a pagar polas superfícies[14].

-A vinculaçom da demanda de terras com a situaçom e a dinámica geral do sector agrário.

A terra, em tanto que médio de produçom, nom é demandada como um fim em si mesma, senom como soporte da actividade agrária, como um instrumento que pode permitir aos titulares de exploraçom melhorar o seu nível de renda.

---

[13] BERGMANN, Denis, Politique agricole. Tome second: structures. Chapitre V. Le facteur terre. Le problème foncier agricole., INRA, Paris, 1977, pp. 11-12.

[14] Para elaborar as notas que figuram a continuaçom, baseamo-nos nas indicaçons que oferece a literatura teórica sobre o tema, e também nos resultados obtidos por estudos empíricos realizados para distintos países do nosso entorno. Entre as obras que tivemos em conta, podemos salientar:
-BERGMANN, Denis, Politique agricole... op. cit., pp. 27 e ss.
-VARELA ORTEGA, Consuelo, "Una revisión de los modelos sobre el mercado y los precios de la tierra en la literatura económica.", Agricultura y Sociedad, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 209-254.
-BOINON, Jean-Pierre / CAVAILHES, Jean, Comment expliquer l'évolution du prix des terres ?., INRA - Station d'Economie et Sociologie Rurales de Dijon, 1987
-VAYLET, J.L. / FAUCHER, F., Le marché foncier et les baux ruraux... op. cit., pp. 32-43.

Neste sentido, **a demanda de terras por parte dos agricultores constitue umha demanda induzida**, cuja intensidade depende da situaçom e a dinámica geral do sector agrário na zona da que se trate. Assi, a força que alcança esta demanda num país e para um período determinados, depende inicialmente de dous tipos esenciais de factores[15]:

-O primeiro é o estado e a evoluçom da demanda de produtos agrários, assi como dos preços destes produtos.

-O segundo tipo de variáveis refire-se às possibilidades de substituçom que existam entre a terra e outros factores de produçom. Aspeito este que está mui condicionado polas estruturas produtivas existentes, e pola tecnologia disponível, polo curso que siga o progresso tecnológico no sector agrário.

Umha cojuntura na que se produza um forte incremento da demanda de produtos agrários e umha evoluçom favorável dos seus preços, estimulará a um grande número de agricultores a tratar de aumentar os seus volumes de produçom; e, com este fim, muitos deles buscarám ampliar a superfície que trabalham. Pero esta demanda de terras será mais ou menos forte, em funçom das possibilidades que haja de expandir a produçom pola via da intensificaçom, pola via do emprego de quantidades crescentes de outros inputs sobre a superfície existente.

Traduzindo noutros termos essas consideraçons iniciais, podemos afirmar que a demanda de terras por parte dos agricultores (a sua magnitude quantitativa e o preço que estám dispostos a pagar), depende em princípio de um factor fundamental: a rentabilidade que essas persoas podem (ou esperam) obter das superfícies adicionais incorporadas à sua exploraçom. Nisto influem numerosos elementos, como: o estado da demanda e dos preços dos produtos agrários, as condiçons produtivas existentes (a maior ou menor intensidade da produçom por unidade de superfície), etc. Pero, em qualquer caso, o índice sintético que se utiliza com maior freqüéncia para obter umha aproximaçom estatística a essa rentabilidade das terras, é **o valor da renda agrária ou VAN por hectare**.

De feito, esta é mencionada habitualmente como **a primeira variável a ter em conta, para explicar a intensidade da demanda de terras para usos agrários, e o nível que alcançam os preços da terra.** E contamos com numerosas análises

---

[15] Um desenvolvimento mais detalhado desta linha de argumentaçom pode encontrar-se no estudo:

-BERGMANN, Denis, Politique agricole... op. cit., pp. 27 e ss.

empíricas que corroboram a sua influéncia[16]. Portanto, devemos reter inicialmente no nosso esquema essa variável: o valor da renda agrária/he.

Outros dous tipos de factores que podem afectar à demanda de terras para usos agrários, modificando o que se deriva dessa primeira variável, som: os que se relacionam com o tamanho das exploraçons; e os factores de carácter demográfico. Ademais, hai umha questom que já se reflecte no valor da renda agrária/he, pero que é conveniente tratar de modo específico: a que se refire às aptitudes produtivas das terras. A estes trés grupos de factores aludimos a continuaçom.

-O tamanho das exploraçons agrárias; a existéncia de factores de produçom fixos que estám subempregados.

Começamos exponhendo a questom a um nível micro-económico, desde a perspectiva do produtor individual. Situados neste plano, podemos afirmar que a demanda de terras por parte de um agricultor virá condicionada pola situaçom geral da sua exploraçom; e em particular pola superfície com a que conta, comparada com a que poderia trabalhar, dada a tecnologia disponível e a dotaçom da unidade noutros factores de produçom. Assi, a demanda de terras verá-se fortemente estimulada, no caso de que a exploraçom disponha de umha mao de obra familiar e de umha dotaçom em bens de capital fixo que nom podem ser plenamente empregados sobre a superfície actual da unidade produtiva. A existéncia de factores fixos (mao de obra familiar e bens de equipo) subempregados, impulsa ao agricultor a tratar de adquirir superfícies adicionais, e fai que este esteja disposto a pagar polas terras preços mui elevados.

D.Bergmann expom essa ideia em termos da **"teoria da alta rentabilidade da hectare marginal"**. O argumento ou razoamento é mui simples[17]: um agricultor que conta com factores fixos subempregados, poderá incrementar a superfície que trabalha sem incurrir praticamente em

---

[16] Consultar por exemplo:
-BOINON, Jean-Pierre / CAVAILHES, Jean, Comment expliquer l'évolution du prix des terres ? op. cit.
-VAYLET, J.L. / FAUCHER, F., Le marché foncier... op. cit., pp. 32-36.

[17] Ver: BERGMANN, Denis, op. cit., pp. 31-32.

custos fixos suplementários, senom só nos correspondentes gastos variáveis; em conseqüência, a marge neta[18] que obtém sobre essas superfícies adicionais será elevada. Isto explica que, nessas condiçons, a demanda de terras seja intensa, e que o agricultor esteja disposto a pagar por elas um preço mui alto, superior ao que se derivaria do nível da renda agrária/he nessa zona[19].

Trasladando essas consideraçons a um plano macro-económico, podemos afirmar que **a demanda de terras por parte dos agricultores de umha determinada zona, será maior: quanto menor seja o tamanho das exploraçons, comparado com a dimensom óptima nas produçons das que se trate.** E esta demanda verá-se também intensificada, no caso de que exista de forma extendida um sobreequipamento em maquinária e outros bens de capital fixo. Assi, *"...dans les zones où une proportion non négligeable des exploitations possèdent des facteurs fixes sous-employés il y ait, entre elles, une concurrence très vive pour acquerir les terres mises en vente -e ceci même si la situation d'ensemble de l'agriculture, exprimée par la rémunération de l'assemblage des facteurs mis en oeuvre, est médiocre."*[20]

-A influéncia das variáveis de tipo demográfico.

Outro grupo de variáveis a ter em conta som aquelas referidas: à densidade de trabalhadores agrários, e às características ou composiçom desta mao de obra. Estes factores de carácter demográfico, condicionam o número de compradores potenciais que existem para as superfícies que som postas à venda; e, em conseqüência, afectam à intensidade que alcança a demanda de terras para usos agrários.

---

[18] Definida como a diferéncia: Valor da produçom- Gastos fixos- Gastos variáveis.

[19] A explicaçom económica deste comportamento é, como acabamos de ver, a alta rentabilidade marginal que apresentam para estes agricultores as hectares suplementárias.
Em relaçom com este tema, consultar também:
-BRUN, André, "L'évolution du prix de la terre et de la répartition de la propriété foncière agricole.", Economie Rurale, no. 95, 1o. trimestre 1973, pp. 3-22; pp. 6-7.

[20] BERGMANN, Denis, op. cit., pag. 31.

A primeira variável que podemos mencionar aqui, que é também a que se cita com maior freqüéncia nos estudos sobre o tema, refire-se à densidade de mao de obra agrária por unidade de superfície (medida por exemplo ao través do índice: número de activos agrários/ 100 hes de SAU). Na prática, isto está estreitamente relacionado com o tema ao que acabamos de aludir: o tamanho das exploraçons, e a possível existéncia de factores fixos subempregados (entre eles a mao de obra familiar). Porque, em linhas gerais, quanto maior é a densidade de activos agrários, menor é a superfície média por exploraçom, e mais probável resulta que haja um subemprego, ou um emprego pouco rentável, da mao de obra. De todos modos, ainda que a variável seja em parte redundante com o anterior, devemos rete-la como um factor mais que condiciona a demanda de terras.

Sem embargo, consideramos conveniente precisar mais a questom, afinar mais essa variável. Porque a incidéncia que tem a densidade global de mao de obra agrária sobre a demanda de terras, aparece matizada segundo qual seja a composiçom dessa populaçom, em particular no que respeita à distribuçom por idades. Assi, por exemplo, numha zona na que existe um elevado número de agricultores por unidade de superfície, pero umha alta percentagem deles som de idade avançada, a pressom para a compra das terras postas à venda será muito menor do que sugire a densidade global de activos agrários. Tendo isto em conta, consideramos que o índice mais adeqüado é aqui o que recolhe a densidade de trabalhadores agrários menores de certa idade. Por exemplo: o número de activos agrários menores de 45 ou 55 anos/ 100 hes de SAU.

As observaçons que acabamos de exponher correspondem-se com umha perspectiva estática. Também desde um ponto de vista dinámico, os factores demográficos tenhem umha importante incidéncia sobre a demanda de terras, e mais em geral sobre a situaçom do mercado de terras. Em primeiro lugar, e ainda que isto cae fora do tema que nos ocupa agora, as saídas de titulares de idade avançada sem sucessor determinam o volume de superfícies liberadas, que som susceptíveis de ser oferecidas nesse mercado. E, por outro lado, o número de instalaçons de agricultores jovens, influe na demanda de terras para usos agrários que vai existir a médio prazo. Portanto, estes factores demográficos condicionam o grau de "tensom" que poda existir no mercado de terras agrárias[21].

---

[21] Umha discusom sobre o papel que jogam este tipo de factores pode encontrar-se no estudo:

-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs foncières et la théorie de la rente.", em:

BOINON, Jean-Pierre / CAVAILHES, Jean, Comment expliquer... op. cit., pp. 45-50, e 61 e ss.

Para concluir com este aspeito, temos que fazer umha última precisom: o que sugirem as análises empíricas é que essas variáveis demográficas tenhem relevância sobretodo ao comparar distintos espaços, à hora de explicar as diferéncias existentes (na intensidade da demanda, e nos preços da terra) entre distintos países ou regions. Em cámbio, a sua influéncia sobre a evoluçom destas magnitudes num espaço dado ao longo do tempo, é muito menos nítida[22].

-A qualidade ou capacidade produtiva das terras.

Um elemento importante, que condiciona a medida na que umhas determinadas superfícies som demandadas polos agricultores, refire-se às condiçons que estas terras apresentam para a produçom agrária. Aqui hai que incluir nom só os aspeitos que se relacionam com as aptitudes naturais dos solos (fertilidade, pendente,...), senom também outras características que afectam à produçom e a renda que podem obter-se das terras (o grau de parcelamento, as dificuldades de acceso às fincas,...).

Todo aquilo que eleve a produtividade ou rentabilidade potencial das terras, impulsará a demanda que sobre elas exercem os agricultores, e aumentará o preço que estes estám dispostos a pagar pola sua compra. Em sentido contrário, todos aqueles aspeitos que impliquem umha menor produçom por unidade de superfície, ou que fagam aumentar os custos para o trabalho das terras, reduzem a sua demanda.

Um fenómeno concreto, que se desprende já dessas consideraçons gerais pero que nos interessa destacar de modo específico, é o seguinte: a mobilizaçom de umhas determinadas superfícies liberadas para outras exploraçons, pode ver-se fortemente obstaculizada, a causa das deficiéncias naturais ou estruturais que apresentam essas terras para a produçom agrária. Em particular, hai que salientar isto último: a existéncia de deficiéncias estruturais (como o excessivo parcelamento ou os problemas de acceso às fincas), pode obstaculizar de forma

---

[22] Poderiamos dizer melhor que o que sucede neste caso é que a influéncia dos factores demográficos resulta secundária, em relaçom com a que tenhem outras variáveis (em especial, a evoluçom da renda agrária por unidade de superfície).

Sobre as afirmaçons que acabamos de realizar no texto, consultar por exemplo a análise referida a França que se oferece na obra:

-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs foncières...", op. cit.

notável a mobilidade das terras para fins agrários, ao reduzir o interesse que estas apresentam para os agricultores da zona[23].

-A disponibilidade de médios de pago para financiar a compra de terras.

Os factores que vimos até agora determinam a **demanda potencial** de terras por parte dos agricultores. Agora bem, o realmente relevante nom é essa demanda potencial, senom a **demanda efectiva ou demanda solvente**. Portanto, temos que introduzir no nosso esquema explicativo um último tipo de factores, que condicionam a demanda de terras exercida polos agricultores: aqueles que influem na capacidade para financiar as compras.

Trés som em concreto as variáveis principais que devemos ter aqui em conta, os elementos esenciais dos que depende essa capacidade de financiamento:

-O primeiro é o nível que alcança a rentabilidade das exploraçons agrárias, e a capacidade de aforro (de auto-financiamento) que isso permite.

-O segundo refire-se à existéncia e a importáncia que podam ter, para as famílias agrárias da zona, as fontes de ingressos exteriores à exploraçom.

-Por último, influe também a política creditícia, as condiçons dos créditos disponíveis para a adquisiçom de terras polos agricultores, e as facilidades que podam existir neste campo.

Desses trés factores, o mais importante em princípio é o primeiro: a rentabilidade que apresentam as exploraçons agrárias. A existéncia de umha elevada rentabilidade estimula, por um lado, a demanda de terras por parte dos agricultores, empuxando a estes à adquisiçom de superfícies adicionais; e, ao mesmo tempo, isso gera os médios para financiar as compras (facilitando assi a traduçom da "demanda potencial" em "demanda efectiva"). Em sentido contrário, pode suceder que as características das exploraçons dem lugar a umha

---

[23] Este fenómeno é constatado, por exemplo, por J.M. Sumpsi para as comarcas cerealíferas de Castela. O autor sinala, em concreto, como nos anos 60 a mobilidade no mercado de terras se viu aqui freada, a causa da excessiva atomizaçom e dispersom das parcelas. E como a realizaçom dos trabalhos de concentraçom parcelária tivo um importante efeito neste tema, impulsando a mobilidade nesse mercado. Consultar:
-SUMPSI, José María, "El mercado de la tierra y la reforma de las estructuras agrarias.", Agricutura y Sociedad, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 15-71; pp. 22-23.

forte demanda potencial de terras; pero que o seu baixo nível de renda, e a sua reduzida capacidade de auto-financiamento, obstaculice a realizaçom efectiva das compras[24]. Portanto, é este um forte condicionante da demanda efectiva de terras.

A situaçom anterior pode ver-se modificada em parte, devido à existéncia de fontes de ingressos exteriores à exploraçom. Estes ingressos incrementam a renda global da que disponhem as famílias agrárias afectadas, e em particular podem contribuir a financiar as compras de terras dirigidas a ampliar a unidade de produçom familiar.

Finalmente, a política creditícia pode jogar também um importante papel; facilitando o financiamento dessas compras, e estimulando assi a demanda exercida polos agricultores no mercado de terras[25].

b. A demanda de terras em arrendamento.

Todos os factores que citamos como condicionantes da demanda potencial no mercado de terras, som também aplicáveis para a demanda de superfícies em arrendamento. O que determinam esses factores (as perspectivas sobre a rentabilidade da actividade agrária, o tamanho actual das exploraçons,...) é a importáncia que alcança, em geral, a demanda de terras livres por parte dos agricultores; demanda esta que pode manifestar-se depois no mercado de compra-vendas, ou bem no "mercado" de arrendamentos.

Assi, dando por sentado o papel desses factores, e a demanda global de terras livres que se deriva dos mesmos, a questom que devemos abordar aqui é a seguinte: de que forma se plantejam os agricultores a opçom entre comprar ou tomar arrendadas as superfícies adicionais que desejam ?. Quais som os

---

[24] Em relaçom com este tema, resulta conveniente diferenciar dous aspeitos: a rentabilidade esperada das terras suplementárias que podam incorporar-se à exploraçom; e a rentabilidade global que oferece actualmente esta exploraçom. Assi, pode suceder que a primeira seja elevada, impulsando deste modo a "demanda potencial" de terras; pero que a reduzida rentabilidade global da exploraçom limite muito a capacidade de financiamento das compras.

[25] A relevância deste factor é salientada por exemplo no caso francés, com referéncia às facilidades oferecidas nos anos 60 e 70 polo "Crédit Agricole". Sobre esta questom consultar por exemplo:
-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs fonciers...", op. cit., pp. 40-45.

elementos que influem nessa decisom; e, especificamente, quais som os elementos que influem na sua disposiçom a ampliar as exploraçons mediante o arrendamento de terras ?.

As referéncias a esta questom que podemos encontrar na literatura som bastante escassas, devido a que som mui poucos os estudos nos que se aborda, de modo conjunto, a análise do funcionamento do mercado de terras e do "mercado" de arrendamentos. Nom obstante, contamos com algumhas aportaçons[26], que fam possível estabelecer um primeiro esquema sobre as variáveis que intervenhem neste processo.

De entrada, pode afirmar-se que a elecçom dos agricultores, entre comprar ou tomar arrendadas as terras que necessitam, estará influída por dous tipos esenciais de consideraçons: o custo que tem para eles umha e outra via de acceso ao direito de uso das terras; e a seguridade e estabilidade no disfrute das superfícies, que se regista num e outro suposto.

Comecemos polo primeiro aspeito, o custo que implica o acceso às terras por umha e outra via. No caso de tomar as superfícies em arrendamento, este custo estará constituído pola renda anual que o agricultor deve pagar ao proprietário. No que respeita ao custo que supom a compra das terras, este pode identificar-se com a carga anual (amortizaçom e juros), que originaria a devoluçom de um crédito que fora solicitado para financiar a adquisiçom[27]. Daí

---

[26] Entre as poucas obras que tratam de analisar conjuntamente o funcionamento dos dous mercados (o de compra-venda de terras e o de arrendamentos), podemos citar:
-VAYLET, J.L./ FAUCHER, F., Le marché foncier et les baux ruraux... op. cit., pp. 44-62.
-BLATIN, D./ BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété foncière... op. cit., pp. 5-18.

Ademais, som também de grande utilidade neste ponto as análises sobre os factores que condicionam o grau de difusom do arrendamento, como via para a mobilidade da terra. As notas que oferecemos a continuaçom baseam-se nas indicaçons que suministram uns e outros estudos.

[27] Seguimos aqui o plantejamento que se realiza na obra:
-VAYLET, J.L./ FAUCHER, F., Le marché foncier... op. cit., pp. 50-51.

A questom poderia formular-se também noutros termos: vendo a rentabilidade corrente que o agricultor obtém do capital investido na compra das terras, comparada com a que obteria colocando este dinheiro noutro activo alternativo (e tomando arrendadas as terras). Este segundo plantejamento, sem embargo, corresponde-se mais com a perspectiva de umha persoa alheia à actividade agrária, que elige entre investir na compra de terras ou noutro activo alternativo.

desprende-se que o custo relativo de umha e outra opçom, depende de dous tipos de variáveis: a relaçom que exista entre o nível da renda pagada nos arrendamentos e os preços da terra; e as condiçons dos créditos disponíveis para a compra de terras (taxas de juro, período de amortizaçom,...).

Assi, podemos afirmar, em princípio, que quanto maior seja a relaçom "Preço da terra/ Renda pagada nas cesons", mais deveria dirigir-se a demanda de terras livres para o arrendamento, vendo-se desestimulada a adquisiçom das superfícies em propriedade. Em sentido contrário, o estabelecimento de facilidades creditícias para financiar a compra de terras, tem o efeito oposto: ao reduzir o custo que supom essa compra para os agricultores, estimula a estes à adquisiçom de superfícies, frente à alternativa de toma-las arrendadas.

Esses som os termos nos que se planteja a questom, tendo em conta unicamente um aspeito: a carga económica que implica para o produtor a compra das terras, comparada com a que se deriva do seu arrendamento. Na prática, os cálculos realizados para os países do nosso entorno sugirem que, em geral, esta carga é notavelmente superior no primeiro suposto (a compra). Ao que se une, ademais, outro feito: *"...comme les capacités d'emprunt sont limitées, les sommes destinées à l'acquisition foncière réduiraient fortement celles qui doivent être réservées aux investissements en cheptel et matériel."*[28] Estamos aqui perante um problema sinalado de forma recurrente na literatura: a "esterilizaçom" de capital que suponhem, desde a perspectiva do sector agrário, os investimentos na compra de terras[29], ao constituir umha detracçom das sumas que poderiam destinar-se a investimentos produtivos[30]. Isto fai que se considere habitualmente como preferível, do ponto de vista da política agrária, que a mobilizaçom das superfícies liberadas e a

---

[28] VAYLET, J.L./ FAUCHER, F., op. cit., pag. 58.

[29] Em relaçom com isto consultar o nosso trabalho:
-LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Os sistemas herditários e a problemática da reproduçom das exploraçons na agricultura galega. As transferéncias de capital a cada geraçom ligadas à propriedade da terra.", op. cit.

[30] Umha discusom e contrastaçom empírica deste tema (a concurréncia entre os investimentos na compra de terras e os realizados em material e bens de equipo) para o caso concreto de França, pode encontrar-se no trabalho:
-RIO, Patrick, Concurrence ou complementarité des achats de fonciers et des achats de travaux., INRA-ESR, Montpellier, novembro 1987.

ampliaçom das exploraçons se efectue ao través do arrendamento, e nom pola via da adquisiçom das terras.

Em todo caso, e voltando à perspectiva do produtor individual que deseja agrandar a sua exploraçom, existe um segundo elemento importante que condiciona as suas decisons: a seguridade e estabilidade que obtém no disfrute das terras. Em princípio, esta seguridade e estabilidade é sempre maior no caso de adquirir as superfícies em propriedade; e, portanto, temos aqui um factor que pode fazer que se prefira esta opçom, apesar da carga económica que implica. A situaçom concreta, sem embargo, variará segundo as características que apresentam na zona os contratos de arrendamento (duraçom do mesmo, garantias oferecidas ao arrendatário). Quanto maior seja a seguridade e estabilidade que oferecem estes contratos, maior será a disposiçom ou interesse dos agricultores em tomar terras arrendadas.

Das consideraçons expostas, desprende-se que a importância da demanda de superfícies em arrendamento está mui influída por alguns elementos concretos:

i. O primeiro é a legislaçom ou regulaçom sobre os arrendamentos rústicos. Umha regulaçom "protectora" ou favorável para o arrendatário, que assegure a este umha notável estabilidade no direito de uso das terras, e que fixe também, eventualmente, uns límites para a renda que deve pagar e o seu incremento, favorecerá que os agricultores estejam interessados nesta via. De tal modo que haverá umha forte demanda de terras em arrendamento.

   Hai que sinalar, nom obstante, que isso tem o efeito contrário do ponto de vista dos proprietários: umha regulaçom "proteccionista" dos contratos, tende a contraer a oferta de terras arrendadas. Assi, o resultado final de umha legislaçom desse tipo pode ser umha escassa difusom do arrendamento, como via de mobilidade da terra e ajuste estrutural[31].

   Pola sua parte, a existéncia de umha regulaçom "liberal" dos arrendamentos planteja, em princípio, o problema inverso: isto fomenta a cesom das terras polos proprietários; pero tende a retraer a demanda por parte dos agricultores. E ademais, na medida em que se produza efectivamente o arrendamento das superfícies, a falta de estabilidade no seu disfrute pode obstaculizar um melhor aproveitamento das terras.

   Portanto, no que respeita a esta questom, nom é possível estabelecer umha conclusom simples e com validez geral. O único que podemos apontar,

---

[31] De feito, isto é o que parece desprender-se da experiéncia de alguns países da Europa Ocidental nas últimas décadas. Consultar ao respeito:
-ARNALTE, Eladio/ AVELLA, Lorenzo/ ROCA, Amparo, "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", op. cit., pp. 261-263.

como ideia genérica, é que a importância que alcança o arrendamento, como mecanismo de mobilidade da terra, depende da medida em que se logre um equilíbrio entre os interesses contrapostos dos dous grupos implicados: os proprietários de superfícies liberadas, e os agricultores (arrendatários potenciais).

ii. Outro fenómeno que pode condicionar a importância relativa do arrendamento, é o grau de concurréncia que existe entre os agricultores, para acceder ao uso das superfícies que quedam liberadas. Este "efeito concurréncia" é mencionado por alguns autores, como um factor que estimula a compra de terras, frente à opçom do arrendamento. O argumento é bastante singelo: naquelas zonas onde se dá umha forte competéncia entre os agricultores para acceder a superfícies adicionais, a seguridade na possessom das terras só pode lograr-se ao través da adquisiçom da sua propriedade. Isto fai que neste tipo de zonas a ampliaçom das exploraçons tenda a realizar-se principalmente pola via das compras no mercado de terras, sendo reduzido o papel do arrendamento[32].

iii. Finalmente, a difusom do arrendamento, como mecanismo de mobilidade da terra, pode ver-se obstaculizada também polo tipo de usos ou aproveitamentos ao que estám dedicadas as superfícies. Neste sentido, constata-se habitualmente a ausência quase total deste regime naquelas zonas agrárias onde predominam os cultivos lenhosos ou cultivos permanentes (vinha, frutais,...)[33]. O motivo é que as características destes cultivos fam que essa forma de cesom (o arrendamento) seja pouco adeqüada. Assi, nestas zonas a demanda de terras adicionais canalizará-se esencialmente ao través do mercado de compra-vendas ou de outras fórmulas de cesom (em concreto a aparçaria).

Em resumo, pois, **podemos afirmar que a medida na que a demanda de terras por parte dos agricultores se dirige para o arrendamento ou para a compra das superfícies, depende de dous tipos esenciais de factores:**

-A carga económica relativa que implica para o agricultor umha e outra opçom.

---

[32] Ver: BLATIN, D./ BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété foncière... op. cit., pp. 5-18.

[33] Ver, para o caso de Espanha, a verificaçom empírica que se oferece no trabalho: -ARNALTE ALEGRE, Eladio / RAMOS LEAL, Eduardo, "Arrendamiento y ajuste estructural en la agricultura española.", op. cit., pp. 182-187.

-A seguridade e estabilidade no disfrute das terras, que oferecem na zona os contratos de arrendamento.

Deste modo, como acabamos de ver, hai alguns elementos concretos que jogam um papel relevante neste tema: o tipo de regulaçom destes contratos, a intensidade da concurrência entre os agricultores para ampliar as suas exploraçons, e a preséncia de cultivos lenhosos ou permanentes.

Todas as consideraçons anteriores partiam de um suposto: que as terras som demandadas polos agricultores em tanto que médio de produçom, atendendo unicamente a este tipo de motivaçons. Isto, sem embargo, constitue umha simplificaçom da realidade. Na prática, as decisons dos agricultores neste tema podem estar influídas também por outro tipo de motivaçons: as relacionadas com as vantagens da terra em tanto que elemento do património (a seguridade que oferece como forma de colocaçom de um capital, a possibilidade da sua revalorizaçom futura,...). Na medida em que estas motivaçons tenham umha influéncia importante no comportamento deste grupo social, isto reforçará a sua preferéncia pola compra das terras, frente à alternativa de toma-las arrendadas. Portanto, um último factor a ter em conta neste tema é a relevância que podam ter, no comportamento dos agricultores, essas "motivaçons patrimoniais".

1.3. Os factores que condicionam a oferta das superfícies liberadas, para os agricultores que permanecem no sector.

Dada umha determinada situaçom no que respeita à demanda de terras livres por parte dos agricultores, o feito de que as superfícies liberadas sejam ou nom transferidas a outras exploraçons, dependerá do que suceda do lado da oferta: da medida na que estas superfícies som oferecidas polos seus proprietários no mercado de compra-vendas, e o preço ao que se realiza esta oferta; e, por outro lado, da disposiçom destes proprietários a ceder as terras em arrendamento, incluíndo aqui as condiçons nas que aceptariam realizar a cesom (duraçom do contrato, renda anual exigida,...). A confrontaçom entre a oferta no mercado de terras e a demanda que exercem neste mercado os agricultores, determinará a proporçom das superfícies liberadas que som adquiridas por estas persoas, servindo assi para ampliar as exploraçons supervivintes. E, do mesmo modo, as características respectivas da oferta e a demanda de terras em arrendamento,

determinarám o volume de superfícies liberadas que som mobilizadas ao través desta via.

Em conseqüéncia, umha vez vistas as variáveis condicionantes da demanda, devemos examinar os factores que influem na oferta das superfícies liberadas para os agricultores que ficam no sector. Isto é o que imos fazer a continuaçom, diferenciando os dous mercados nos que pode produzir-se esta oferta: o mercado de compra-venda de terras, e o "mercado" de arrendamentos.

Antes de iniciar a exposiçom, sem embargo, temos que fazer umha adverténcia: o conhecimento que existe sobre este tema (o referido aos condicionantes da oferta de terras; ou, o que vem ser o mesmo, os condicionantes do comportamento dos proprietários de terras) é bastante imperfecto, muito mais que para a outra questom que acabamos de abordar, a demanda de terras por parte dos agricultores. Isto pom-se claramente de manifesto, ao fazer um repasso polos modelos teóricos que se tenhem construído para dar conta do funcionamento do mercado de terras. Observa-se aqui que os avances realizados na especificaçom da funçom de oferta, som bastante limitados, muito mais que no referido à demanda de terras[34]. E a mesma conclusom obtemos ao examinar os estudos referidos ao comportamento dos proprietários de terras, que tratam de aclarar os determinantes das suas decisons.

Essas dificuldades para um conhecimento exacto do tema, devem-se em boa medida à sua própria complexidade, e à índole das variáveis implicadas. A diversidade de factores que influem no comportamento desses proprietários, e concretamente o papel que podem jogar aqui os elementos ou motivaçons extra-económicas, fam mui difícil a elaboraçom de esquemas explicativos que sejam plenamente satisfactórios.

Portanto, dada a própria natureza dos fenómenos implicados e o estado actual dos conhecimentos sobre o tema, nom é possível estabelecer um quadro completo e acabado sobre os factores que condicionam a oferta das superfícies liberadas por parte dos seus proprietários. Nom obstante, si estamos em condiçons de sinalar algumhas variáveis que incidem de modo notável nesta oferta.

---

[34] Em relaçom com isto, consultar por exemplo:
-VARELA ORTEGA, Consuelo, "Una revisión de los modelos sobre el mercado y los precios de la tierra en la literatura económica.", op. cit.

a. Os factores que condicionam a oferta das superfícies liberadas (para os agricultores) no mercado de terras.

a1. Os dous componentes da rentabilidade que a terra oferece aos seus proprietários: renda corrente e mais-valias.

Suponhamos, para começar, que os proprietários das superfícies liberadas consideram a estas como um activo ou forma de colocaçom do capital, e que actuam buscando maximizar a rentabilidade que obtenhem do seu património. Adoptando esta hipótese, imos tratar de aclarar quais som os factores que influem em que as terras sejam ou nom vendidas aos agricultores que permanecem no sector, e que desejam ampliar a sua exploraçom.

De entrada, podemos afirmar que isso dependerá: da rentabilidade que o proprietário obtém conservando as terras no seu poder, comparada com a que se deriva do preço que os agricultores estám dispostos a pagar polas superfícies; isto é, comparada com a rentabilidade que o proprietário poderia obter, vendendo as terras a esse preço e colocando o dinheiro recibido noutros activos alternativos. No caso de que esta última seja superior à primeira, cabe agardar que se produza a venda das terras a um agricultor. Mentres que no suposto contrário, o proprietário preferirá conservar as terras nas suas maos, por ser maior a rentabilidade que obtém assi do seu capital.

Podemos expressar esta primeira ideia geral de um modo formalizado. Denominemos **R** à renda anual que o proprietário obtém das terras. Dado que os proprietários aos que nos estamos referindo nom cultivam directamente as superfícies, essa renda consistirá: nos ingressos que recibe, ou poderia recibir, cedendo as terras em arrendamento a um agricultor[35]. Chamemos-lhe **P** ao preço que os agricultores estám dispostos a, ou em condiçons de, pagar polas terras. E, finalmente, designemos como **i** a taxa de rentabilidade corrente que oferecem os activos alternativos, nos que o proprietário poderia colocar o seu capital (por exemplo: depósitos bancários, acçons,...).

---

[35] Prescindimos polo momento da possibilidade de que as terras sejam dedicadas polo proprietário a usos nom agrários (por exemplo, a plantaçom de árvores).

Adoptando essa terminologia, a ideia que antes expuxemos pode formular-se assi[36]:

-Se P > R/i, para os proprietários será mais rentável vender as terras, e investir o dinheiro recibido noutro activo alternativo.

-Se polo contrário P < R/i, o que sucederá é que a rentabilidade que o proprietário pode obter noutros activos alternativos, dado o preço que os agricultores estám dispostos a pagar polas terras, é inferior à que obtém conservando estas superfícies no seu poder. Em conseqüéncia, neste suposto, o proprietário preferirá reter as terras, em vez de vende-las a um agricultor.

Agora bem, nesse esquema inicial unicamente tivemos em conta um aspeito da rentabilidade que a terra oferece ao seu proprietário: a renda ou ingressos correntes que esta gera. Para analisar com rigor o tema, e tratar de entender o comportamento destes proprietários, hai que considerar também o outro componente dessa rentabilidade: as mais-valias que podem derivar-se da revalorizaçom da terra, do incremento no seu valor de mercado. Esta revalorizaçom pode produzir-se só em termos nominais, compensando deste modo (em todo ou em parte) a depreciaçom monetária do capital; ou bem, pode suceder que a revalorizaçom se registe também em termos reais (se os preços da terra se elevam a maior ritmo que o índice geral de preços). Em qualquer caso, a terra, em tanto que activo, caracteriza-se porque nom só gera umha renda anual, senom que pode ser ademais fonte de mais-valias. Assi, ainda que os ingressos correntes que obtém o proprietário das terras sejam reduzidos, ou mesmo nulos, estas podem constituir um activo rentável do ponto de vista económico, devido às expectativas sobre a sua revalorizaçom futura.

Esses dous componentes (renda corrente e mais-valias) devem ter-se em conta, ao calcular a rentabilidade do capital-terra num determinado período, e à hora de comparar isso com a rentabilidade que oferecem outros activos alternativos. E o mesmo pode dizer-se referindo-nos às expectativas sobre o

---

[36] Nestas fórmulas, o quociente R/i indica o preço ao que os proprietários estám dispostos a vender as suas terras. Este preço, dacordo com o esquema habitual, vem dado pola capitalizaçom da renda anual que pode obter-se da cesom das superfícies (R), ao tipo de juro (ou taxa de rendimento doutros activos alternativos) vigente nesse momento na economia (i). Assi, o que afirmamos a continuaçom é que: no caso de que os agricultores estejam dispostos a pagar um preço igual ou superior ao que resulta dessa expressom, produzirá-se a venda; e em caso contrário, esta nom terá lugar.

Sobre a determinaçom do preço da terra como capitalizaçom de umha renda anual, consultar por exemplo:

-BERGMANN, Denis, Politique agricole... op. cit., pp. 13-16.

futuro, que som as que condicionam as decisons no presente: a rentabilidade esperada da terra depende das previsons sobre os ingressos correntes que pode suministrar, pero também das expectativas sobre a evoluçom do seu preço ou valor de mercado[37].

Portanto, a decisom dos proprietários, de vender ou nom as suas terras a um preço dado, ou, o que é o mesmo, o preço ao que estes estám dispostos a realizar a venda, dependerá de dous elementos: as suas expectativas sobre a rentabilidade futura das terras, incluíndo aqui a rentabilidade corrente e as perspectivas ou esperanças de mais-valias; comparado isso com a rentabilidade que poderia obter colocando o capital noutros activos alternativos (incluíndo também nesta rentabilidade os dous ingredientes citados: renda corrente, e variaçom no valor de mercado do activo).

Designemos de novo como **R** a renda anual que oferece a terra (aos proprietários nom cultivadores directos), e como **i** a taxa de rentabilidade corrente dos activos alternativos. E introduzamos ademais dous novos termos no nosso esquema: **M**, que representa as mais-valias esperadas da terra, a variaçom esperada no seu valor de mercado; e **v**, que representa essa mesma variaçom para os activos alternativos, só que expressada neste caso como percentagem sobre o valor actual do activo. Partindo desses 4 termos ou variáveis, o preço ao qual os proprietários das superfícies liberadas estám dispostos a vender estas, virá dado pola seguinte fórmula: $P= (R+M)/ (i+v)$. No caso de que o preço que estám em condiçons de pagar os agricultores seja igual ou superior ao que aí figura, produzirá-se efectivamente a venda das terras a estas persoas[38]; possibilitando deste modo a ampliaçom das suas exploraçons. Pero se este preço é inferior ao que resulta da fórmula anterior, o proprietário preferirá conservar as terras no seu poder, por ser isto mais rentável economicamente.

Resumindo a exposiçom anterior, podemos afirmar, pois, que **a compra das superfícies liberadas polos agricultores que permanecem no sector, pode ver-se obstaculizada ou bloqueada por dous tipos de razons económicas: porque a renda corrente que o proprietário obtém das terras, é superior à que poderia obter vendendo estas (ao preço**

---

[37] Em relaçom com este tema, consultar:
-BOINON, Jean-Pierre, "La rentabilité des placements fonciers.", em:
ADEF, La propriété foncière., Economica, Paris, 1984, pp. 43-53.

[38] Aqui suponhemos sempre que o comportamento dos proprietários se guia exclusivamente polo critério de maximizar a rentabilidade que obtém do seu património. A toma em consideraçom doutras variáveis, em especial das motivaçons extra-económicas, pode modificar a situaçom.

que podem pagar os agricultores), e colocando o dinheiro noutros activos alternativos; ou bem, ainda sendo pequena e mesmo nula a renda anual que o proprietário obtém das terras, este pode decidir retelas no seu poder, devido às esperanças de mais-valias, às expectativas de umha revalorizaçom futura destas superfícies.

Daí deduze-se a existéncia de alguns fenómenos concretos que tenhem umha grande relevância neste tema, e que podem obstaculizar, ou bloquear totalmente, a venda das superfícies liberadas aos agricultores que ficam no sector; bloqueando assi a ampliaçom das exploraçons pola via da compra de superfícies. Estes fenómenos som esencialmente de três tipos:

-A demanda de terras para usos urbanos, e a concurréncia destes usos com os aproveitamentos agrários do solo.

-A concurréncia dos usos florestais com o uso agrário das terras.

-A existéncia de expectativas de umha revalorizaçom futura das terras (já vaia isto ou nom ligado ao seu passo eventual a usos urbanos). O qual, unido a outras características que estas tenhem em tanto que activo (por exemplo, a sua seguridade), podem fazer delas um investimento atractivo para os proprietários alheios à agricultura.

A continuaçom, imo-nos deter na análise de cada um desses tipos de fenómenos; tratando de aclarar a forma na que afectam à oferta de terras para usos agrários, e as variáveis das que depende a sua relevância num espaço concreto. Completaremos o nosso repasso referindo-nos a outros factores, que podem estimular também a retençom das superfícies liberadas polos seus proprietários: os factores ou motivaçons de carácter extra-económico. Resulta habitual o sinalar que a retençom das terras por estes proprietários nom se explica unicamente por razons económicas, senom que nisto podem influir também motivaçons de tipo "afectivo", e em geral "extra-económicas". Compre, pois, examinar também esta questom, e ver em que medida podemos concretar mais as variáveis ou factores que se incluem aqui.

a2. A concurréncia dos usos urbanos com os usos agrários do solo; os efeitos que isso tem sobre a mobilidade e os preços das terras agrárias.

Baixo a rúbrica de "usos urbanos" do solo incluem-se todas aquelas utilizaçons, ou formas de consumo do espaço, que estám ligadas ao desenvolvimento urbano e industrial. Assi, figuram aqui: as superfícies que som

dedicadas à construçom de vivendas, as ocupadas por polígonos industriais, as que estám cubertas por vias de comunicaçom, etc[39].

A expansom destes usos urbanos, e a sua pressom sobre o território agrário, tem dous tipos de efeitos:

i. Em primeiro lugar **um efeito directo, que consiste na perda de superfícies que sofre a agricultura, devido ao passo destas a usos urbanos**. O incremento das necessidades de espaço derivadas do desenvolvimento urbano e industrial, leva a que sejam transferidas a este tipo de utilizaçons terras dedicadas anteriormente à produçom agrária. Neste sentido, hai que destacar ademais que, dadas as características dos usos urbanos, essa mudança na utilizaçom das terras, e as perdas conseguintes de território agrário, tenhem quase sempre um carácter irreversível[40].

Do ponto de vista das estruturas agrárias e a sua evoluçom, a conseqüéncia que se deriva deste fenómeno é umha reduçom da superfície disponível para as exploraçons agrárias da zona, dificultando assi a ampliaçom da sua base territorial. Umha parte das superfícies liberadas nestas zonas nom vam agrandar as exploraçons supervivintes, senom que som transferidas a esses usos alheios à agricultura.

A magnitude que alcançam estas perdas de território agrário, devidas ao passo de superfícies a usos urbanos, varia muito de uns a outros países, dependendo de factores diversos: as densidades de populaçom, o nível de urbanizaçom e industrializaçom, o modelo urbano e de localizaçom industrial, etc. Pero, num plano global, pode afirmar-se que o volume destas perdas é normalmente modesto, representando só umha proporçom reduzida da superfície total do país[41]. É certo que, como sinalam alguns autores, a relevância do fenómeno pode ser maior do que sugire a sua dimensom quantitativa, devido a que as terras afectadas figuram em muitos casos entre aquelas de maior

---

[39] Umha tipologia detalhada das diversas modalidades de usos urbanos do solo pode encontrar-se por exemplo na obra:
-VAYLET,J.L./ FAUCHER,F., Le marché foncier... op. cit., pp. 8-15.

[40] Neste aspeito insiste D.Bergmann. Ver:
-BERGMANN, Denis, Politique agricole... op. cit., pag. 47.

[41] Ver por exemplo os dados, referidos aos estados membros da OCDE, que se oferecem no estudo:
-OCDE, L'agriculture face aux politiques d'utilisation du sol. op. cit., pp. 13 e ss.

produtividade agrária[42]. Pero, de qualquer modo, hai que reiterar que o volume total de superfícies dedicadas a usos urbanos é em geral bastante reduzido, e as terras que som transferidas anualmente a este tipo de utilizaçons suponhem umha percentagem mui pequena da superfície agrária.

ii. As conseqüéncias que se derivam da demanda de terras para usos urbanos nom se limitam, sem embargo, às perdas efectivas de superfícies para a agricultura. **Ademais disso, produze-se também um efeito indirecto, que afecta a porçons muito mais amplas do território: a difusom das esperanças de mais-valias, ligadas à possibilidade de um passo futuro das terras a usos urbanos.** Isto pode afectar a umha elevada proporçom da superfície total[43], e tem como conseqüéncia o bloqueio da mobilidade destas terras para fins agrários.

A origem deste fenómeno está no feito de que o valor das terras que corresponde a um uso urbano, é mui superior ao valor que estas tenhem utilizando-as na produçom agrária. Deste modo, ali onde exista umha concurréncia entre os dous tipos de usos do solo, tenderá a produzir-se umha difusom dos preços "urbanos" a todas as superfícies implicadas. E, como resultado disto, verá-se obstaculizada, ou totalmente impossibilitada, a sua

---

[42] É este um feito apontado com freqüéncia nas análises sobre o tema. Consultar por exemplo:
-BERGMANN, Denis, op. cit., pag. 50.
-OCDE, L'agriculture face aux politiques... op. cit., pp. 41-45.

[43] Assi, por exemplo, no caso concreto de França:
"Alors que les superficies agricoles vendues et utilisées à des usages non agricoles ne concernent annuellement qu'une très faible partie du territoire agricole (moins de 0,2%), les surfaces atteintes par le phénomène de diffusion des prix des terres urbanisées representeraient, selon le Ministère de l'Equipement, 25% du territoire."
(VAILLANT, Louis-Jacques, La propriété foncière agricole. Rentes et plus values., P.U.F., Paris, 1979, pp. 85-86)

compra com fins agrários[44]. A tendéncia dos proprietários será a de reter as superfícies, em espera de poder vende-las no futuro como solares.

Ademais, esta situaçom nom só obstaculiza a venda das terras aos agricultores, senom também a sua cesom em arrendamento por períodos prolongados, devido ao desejo dos proprietários de poder disponher delas em qualquer momento, para aproveitar a ocasiom de umha venda favorável que pudera apresentar-se. Portanto, nas zonas onde se regista umha forte concurréncia por parte dos usos urbanos do solo, a mobilidade das superfícies liberadas e a sua incorporaçom a outras exploraçons, só poderá efectuar-se mediante cesons de curta duraçom, e com escassa seguridade para o arrendatário. Na prática, o resultado é com freqüéncia o abandono puro e simples das superfícies[45].

Resumindo: a demanda de terras para usos urbanos nom só dá lugar a perdas efectivas de território agrário, senom que os seus efeitos deixam-se sentir sobre umha extensom muito maior, dificultando aqui a mobilidade das superfícies para fins agrários. Em última instáncia, isto pode perturbar o funcionamento do conjunto do mercado de terras agrárias no país do que se trate, estimulando a alça global dos preços.

De feito, som muitos os autores que destacam o importante papel que jogou este factor, na evoluçom dos preços da terra registada nos países da Europa Ocidental ao longo do período 1950-1980. Durante este período, e sobretodo nos anos 60 e primeira metade dos 70, produziu-se na maior parte desses países um rápido crescimento dos preços da terra, a taxas mui superiores ao incremento da renda agrária. Pois bem, som numerosos os estudos que atribuem em grande parte essa evoluçom aos efeitos derivados da demanda de terras para usos urbanos[46].

---

[44] Em relaçom com este fenómeno, consultar por exemplo:
-VAILLANT, Louis-Jacques, La propriété foncière agricole. Rente et plus values. op. cit., pp. 79 e ss.
-BERGMANN, Denis, op. cit., pp. 51-52.

[45] Sobre as conseqüéncias que tem este "efeito urbano" para a mobilidade das superfícies agrárias, consultar:
-BLATIN,D. / BRUN,A., Les agriculteurs et la propriété foncière... op. cit., pp. 9-18.

[46] Ver por exemplo:
-BRUN, André, "L'évolution du prix de la terre et de la répartition de la propriété foncière agricole.", Economie Rurale, no. 95, 1o. trimestre 1973, pp. 3-22.

Na prática, a importância destes fenómenos num determinado país ou regiom, a importância das superfícies afectadas pola concurréncia dos usos urbanos, depende principalmente de três tipos de factores:

i. A magnitude que alcançam as necessidades de solo para estes usos; o que será funçom das densidades demográficas, o nível de urbanizaçom e industrializaçom, ...

ii. O modelo de urbanizaçom e de localizaçom industrial. Neste aspeito, a difusom ou dispersom espacial dos estabelecimentos industriais e das vivendas, fai que o território afectado pola concurréncia dos usos urbanos seja maior.

iii. Por último, um factor de grande relevância neste tema refire-se às medidas de ordenaçom dos usos do solo, em concreto no que respeita à delimitaçom das superfícies susceptíveis de ser dedicadas a usos urbano-industriais, frente a aquelas que ficam reservadas para a produçom agrária. A auséncia de umha regulaçom e de políticas efectivas neste campo, favorece a difusom espacial das esperanças de mais-valias; levando, no límite, a que todas as superfícies agrárias aparezam como potenciais terreos urbanos[47].

a3. A concurréncia por parte dos usos florestais do solo.

A mobilizaçom das superfícies liberadas para as exploraçons agrárias supervivintes, pode ver-se obstaculizada também devido à concurréncia exercida polos usos florestais do solo. Este factor pode bloquear, em primeiro lugar, a

---

-PETIT, Michel, "Cambios en la interpretación de la variación de los precios de la tierra.", em:
VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra... op. cit., pp. 47-64.

[47] A importância que tenhem as políticas de ordenaçom dos usos do solo para o tema que estamos analisando, é destacada de modo unánime. A título de exemplo, consultar:
-BERGMANN, Denis, op. cit., pp. 47-52 e 95-100.
-VAILLANT, Louis-Jacques, La propriété foncière agricole... op. cit., pp. 103-106.
Sobre a situaçom existente neste aspeito nos países da OCDE, ver:
-OCDE, L'agriculture face aux politiques... op. cit., pp. 72-87.

venda das superfícies aos agricultores que ficam no sector; na medida em que a rentabilidade que obtém com essa venda o proprietário (dado o preço que os agricultores podem pagar), seja inferior à que pode lograr dedicando as terras à plantaçom florestal. E do mesmo modo, isso pode obstaculizar também a cesom das superfícies em arrendamento; se a renda que percibiria por esta cesom o proprietário, é inferior aos ingressos que pode obter com a plantaçom de árvores.

Numha situaçom como essa, as superfícies agrárias que som liberadas a causa da desapariçom de exploraçons, nom serviriam para ampliar as unidades de produçom supervivintes, senom que na maior parte dos casos seriam florestadas, por ser isto mais rentável para o proprietário. Assi, a reduçom do número de exploraçons acompanharia-se de umha contracçom paralela do território agrário, sem produzir-se um agrandamento significativo das unidades supervivintes[48].

Enunciado o problema, compre que nos detenhamos agora algo mais nas variáveis concretas que podem dam lugar a essa situaçom: que para o proprietário seja mais rentável plantar as terras com árvores, que vende-las (ou arrenda-las) a um agricultor. Isto pode corresponder-se em realidade com dous tipos distintos de situaçons, que nos interessa diferenciar:

-A primeira possibilidade é que se trate de superfícies que, devido às suas condiçons naturais (fertilidade, altitude, pendente, etc.), tenhem umha baixa produtividade agrária. Superfícies que, utilizadas na produçom agrária, geram um VAB ou VAN/he similar ou mesmo inferior ao que pode obter-se delas na produçom florestal. Neste suposto, o critério da rentabilidade privada do proprietário das terras, coincide com o da rentabilidade social[49];

---

[48] M.Etxezarreta descreve umha situaçom deste tipo para o caso da agricultura vasca, e mais concretamente para as províncias de Vizcaya e Guipuzcoa. Dacordo com os seus cálculos, a rentabilidade que podem obter os proprietários de terras plantando estas com pinheiros, é superior à que se deriva do preço que podem pagar polas terras os agricultores. Em conseqüência, como indica a autora, a seqüência previsível para a agricultura destas províncias é que a desapariçom de exploraçons nom leve a umha ampliaçom das que sobrevivem, senom à expansom da superfície arvorada. Ver:
-ETXEZARRETA, Miren, "La evolución de la agricultura campesina.", em: ETXEZARRETA, Miren (ed.), La evolución del campesinado. La agricultura en el desarrollo capitalista., Serv. de Public. Agrarias. Ministerio de Agricultura, Madrid, 1979, pp. 46-70.

[49] Limitando-nos sempre ao plano económico, e assumindo, pois, que o uso das terras mais rentável socialmente é aquele que permite maximizar a renda (o VAN) gerada por unidade de superfície.

e o passo das superfícies a um uso florestal, constitue umha opçom racional também desde este ponto de vista social. Em definitiva, estariamos aqui perante o caso de terras agrárias marginais, para as quais o repovoamento florestal é algo acorde com as suas aptitudes produtivas.

-Existe, sem embargo, umha segunda possibilidade, mui distinta da anterior: que se trate de superfícies com boas condiçons para a produçom agrária, que podem gerar neste tipo de aproveitamento um VAB ou VAN/he mui superior ao que permite obter o seu uso florestal; pero que, apesar disso, para o proprietário seja mais rentável esta segunda opçom, que a venda das terras a um agricultor (dado o preço que estes podem pagar por elas). A principal causa que pode dar origem a esta situaçom é a baixa rentabilidade das exploraçons agrárias da zona, devido às suas deficiéncias estruturais e em especial ao seu pequeno tamanho[50].

Neste suposto, a florestaçom das superfícies seria algo acorde com os critérios de rentabilidade privada do proprietário; pero entraria em contradiçom com umha assignaçom racional dos usos da terra.

É neste segundo tipo de situaçom onde podemos falar estritamente de umha concurréncia dos usos florestais com os usos agrários do solo, como um fenómeno que tem efeitos negativos para a possível ampliaçom das exploraçons agrárias. Do nosso razoamento anterior deduze-se que este fenómeno pode ter especial relevância naqueles espaços nos que a rentabilidade das exploraçons agrárias é reduzida.

Para completar a referéncia a este tema, convém que introduzamos um elemento adicional de grande importância. Na argumentaçom que expuxemos até agora unicamente tivemos em conta, como condicionante das decisons do proprietário das terras, a renda corrente que este obtém do seu capital. Ou, dito noutras palavras, supuxemos que o critério para essas decisons é a maximizaçom da rentabilidade corrente desse capital. Agora bem, compre que tenhamos em conta aqui outra possibilidade: que o proprietário prefira conservar as terras e dedica-las ao repovoamento florestal, antes que vende-las a um agricultor, nom pola rentabilidade corrente que obtém deste modo, senom por outras vantagens que apresenta a terra como forma de colocaçom de um capital (a sua seguridade,

---

[50] Este reduzido tamanho fai que, ainda sendo elevado o VAN/he, o valor do VAN/trabalhador seja pequeno; de tal modo que a remuneraçom que queda para a terra e o capital familiar, umha vez deduzida a retribuçom do trabalho, é mui baixa. Assi, o preço que o agricultor está em condiçons de pagar polas superfícies adicionais, será também relativamente baixo. Lembrar ao respeito o que apontamos anteriormente, quando nos referimos aos condicionantes da demanda (efectiva) de terras por parte dos agricultores.

e sobretodo a possibilidade da sua revalorizaçom futura). Neste caso, o decisivo seriam estes últimos factores, que determinam o desejo de conservar as superfícies como depósito de valor; e o feito de proceder à sua florestaçom constituiria um elemento secundário, umha forma de obter certos ingressos desse património.

Isto último que acabamos de sinalar, amplia notavelmente as possibilidades de que se produza um conflito entre usos florestais e usos agrários do solo, as possibilidades de que os proprietários de superfícies liberadas procedam a florestaçom de terras com um elevado potencial agrário. Daí a necessidade, apontada continuamente nos estudos sobre o tema, de que se estabeleza umha ordenaçom dos usos do solo, na que se delimitem as superfícies susceptíveis de ser arvoradas, e aquelas outras que devem reservar-se para um uso agrícola ou gadeiro[51]. A existéncia ou nom de medidas neste sentido constitue assi um factor importante, que condiciona a amplitude que alcança num determinado país o fenómeno descrito (a florestaçom de superfícies liberadas que som aptas para a produçom agrária).

a4. A conservaçom da propriedade da terra, como activo ou forma de colocaçom de um capital.

Ainda deixando de lado os usos nom agrários do solo, existem outros factores de carácter económico, que podem impulsar aos proprietários de superfícies liberadas a reter estas no seu poder. Estes factores relacionam-se com as vantagens que podem apresentar as terras, como activo ou elemento do património.

Para estes proprietários, que nom som cultivadores directos[52], as terras constituem um activo, umha forma de colocaçom do seu capital. E, portanto, a sua decisom de vender ou nom as superfícies, dependerá das qualidades que estas apresentem em tanto que activo (rentabilidade, seguridade, ...), comparadas com as que oferecem os investimentos alternativos. Assi, no caso de que esses elementos fagam das terras um investimento atractivo, preferível aos

---

[51] Em relaçom com este tema, consultar:
-OCDE, L'agriculture face aux politiques... op. cit., pp. 45-49, e pp. 67 e ss.

[52] Como sinalamos ao começo da análise, os proprietários das superfícies liberadas pertencem basicamente a três grupos sociais: agricultores jubilados, descendentes de agricultores que trabalham noutro sector, e "absentistas tradicionais".

activos alternativos, os proprietários das superfícies liberadas tenderám a reter estas nas suas maos, obstaculizando deste modo a sua venda aos agricultores da zona.

Ademais, numha situaçom como a descrita (que as terras constituam um activo interessante do ponto de vista económico), tenderá a registar-se também umha importante demanda de terras por parte de persoas alheias à agricultura, que buscam aqui umha colocaçom para o seu capital. Dito noutras palavras: as mesmas motivaçons que estimulam a aqueles proprietários a conservar as superfícies que recibírom em herdança, podem impulsar também os investimentos na compra de terras por persoas que nom trabalham no sector. Deste modo, numha situaçom como a que sinalamos, os agricultores que desejam adquirir superfícies adicionais, com o fim de ampliar a sua exploraçom, enfrentarám-se a dous tipos de obstáculos: o retraímento da oferta de terras, devido à sua retençom polos proprietários; e a competéncia que sofrem neste mercado por parte dos compradores alheios à agricultura.

Umha vez enunciado o tema, devemos aclarar agora quais som em concreto os factores dos que depende o atractivo das terras em tanto que activo, e as variáveis que podem estimular a sua retençom por parte dos proprietários nom agricultores.

Neste sentido, hai um primeiro feito que se constata de modo geral nos países ocidentais, ao menos para todo o período posterior à segunda guerra mundial: a reduzida rentabilidade corrente que oferece o capital-terra para os proprietários que nom som cultivadores directos. A taxa de rentabilidade anual que estes proprietários obtenhem do seu património fundiário[53] é mui baixa, notavelmente inferior à que registam a prática totalidade dos activos alternativos[54].

Assi, se temos em conta unicamente esse aspeito (a rentabilidade corrente), o que caberia agardar é que todos esses proprietários tenderam a vender as superfícies, colocando o seu capital nalgum dos investimentos alternativos à sua

---

[53] Medida esta taxa pola relaçom R/P; onde R é a renda percibida pola cesom das terras em arrendamento, e P representa o preço ou valor de mercado das terras.

[54] Consultar por exemplo os dados, referidos a França, que se recolhem no trabalho: -BOINON, Jean-Pierre, "La rentabilité des placements fonciers.", op. cit.

disposiçom[55]. Agora bem, sem sair-nos do campo das motivaçons económicas, existem outros elementos que influem nessa decisom; outros elementos que podem fazer que, apesar da sua reduzida rentabilidade corrente, as terras constituam um activo interessante. Estes elementos som esencialmente dous: a seguridade que apresenta a terra, como forma de colocaçom de um capital; e, o mais importante, o feito de que as terras podem ser fonte de mais-valias, graças ao incremento do seu valor de mercado.

No que respeita ao primeiro ponto, as terras constituem um bem quase indestructível, o que pode contribuir a que sejam preferidas a outros activos menos seguros[56].

Pero o fundamental é aqui o segundo aspeito que mencionamos: as terras, ademais dos ingressos anuais que geram para o seu proprietário, podem ser fonte de mais-valias, podem permitir umha revalorizaçom do capital investido nelas. Deste modo, ainda que a renda corrente que produzem seja mui pequena, ou mesmo nula, a taxa de rentabilidade global que oferecem pode ser elevada[57].

---

[55] Também para os proprietários-cultivadores directos, a rentabilidade corrente que obtenhem do seu capital territorial é em geral reduzida, como ponhem de manifesto os dados disponíveis. Sem embargo, neste caso nom pode afirmar-se que isso devera dar lugar à venda das superfícies; já que estas constituem para eles nom só um activo, senom sobretodo um médio de produçom, necessário para o desenvolvimento da sua actividade. Assi, a opçom nom consistiria aqui em vender ou nom as terras, senom em continuar ou nom na actividade agrária. Portanto, a lógica destes proprietários nom pode ser a mesma que a de aqueles que nom som agricultores.

Sobre a situaçom neste aspeito, o da rentabilidade da terra para os empresários agrários, ver por exemplo os dados referidos à agricultura espanhola, que se oferecem nos estudos:

-TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización de la agricultura española 1962-75., Publicaciones del Banco de Crédito Agrícola, Madrid, 1979, pp. 117 e ss.

-SUMPSI VIÑAS, José María /VARELA ORTEGA, Consuelo, "La rentabilidad de la tierra: una nota.", Papeles de Economía Española, no. 16, 1983, pp. 183-188.

[56] Ver: BERGMANN, Denis, op. cit., pag. 12.

[57] A taxa de rentabilidade global do capital-terra (ao igual que a de qualquer outro activo), vem dada pola relaçom: (R+M)/P. Onde: R é a renda anual ou renda corrente; M representa a variaçom no valor do activo (o aumento ou diminuçom no seu valor de mercado); e P representa o valor inicial do capital (neste caso o preço das terras).

Isso é aplicável tanto para a análise da rentabilidade registada num determinado período do passado, como para a estimaçom da rentabilidade esperada no futuro.

Este elemento (a possibilidade de mais-valias) é o factor esencial que pode fazer da terra um activo atractivo, estimulando a sua retençom, ou a sua compra, por persoas alheias à agricultura.

De feito, os dados estatísticos referidos aos países europeios, ponhem de manifesto que este fenómeno tivo umha grande relevância ao longo das décadas posteriores à segunda guerra mundial, e especialmente nos anos 60 e 70. O forte e contínuo incremento que experimentárom nestes decénios os preços da terra, originou umhas importantes mais-valias para os proprietários. E assi, apesar da sua baixa rentabilidade corrente, as terras registam neste período umha taxa global de rentabilidade superior à da maior parte ou a totalidade dos activos alternativos[58]. Sem embargo, com o fim de ser rigorosos, hai que sinalar que isso nom sucede sempre assi, o valor de mercado das terras nom aumenta necessariamente em todos os períodos e para todos os países. E portanto nom é correcto afirmar, como algo intrínseco a este bem, que a terra constitue sempre um "valor refúgio" frente à inflaçom, e umha fonte de mais-valias[59].

O que si podemos afirmar é o seguinte: **na medida em que se produza um incremento nos preços da terra, e existam expectativas de que esta tendência continue no futuro, os proprietários verám-se estimulados a reter as superfícies no seu poder, em espera dessa revalorizaçom futura. E, polo mesmo motivo, as persoas alheias ao sector agrário terám interesse em investir na compra deste activo. Como conseqüência desses dous fenómenos, verám-se mui dificultadas, nesta situaçom, as adquisiçons de superfícies por parte dos agricultores que desejam ampliar a sua exploraçom.**

---

[58] Ver por exemplo os dados, referidos respectivamente a França e Espanha, que se oferecem nos estudos:
-BOINON, Jean-Pierre, "La rentabilité...", op. cit., pp. 48-53.
-TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización de la agricultura española... op. cit., pp. 159-182.

[59] Um bom exemplo do que indicamos oferece-o a evoluçom que se observa na maior parte dos países da Europa Ocidental durante a etapa mais recente, desde finais dos anos 70. A partir desta data regista-se, na prática totalidade desses países, umha forte caída dos preços em termos reais, invertindo deste modo a tendéncia constatada nas décadas precedentes. Sobre esta evoluçom recente, consultar por exemplo:
-PETIT, Michel, "Cambios en la interpretación de la variación de los precios de la tierra.", op. cit., pp. 47-55.

a5. As motivaçons de carácter extra-económico que podem influir no comportamento dos proprietários de superfícies liberadas; o "apego afectivo" à terra.

Ademais dos factores económicos que examinamos nos epígrafes anteriores, existem outras motivaçons, de carácter extra-económico, que podem condicionar o comportamento dos proprietários de terras liberadas, impulsando a estes à retençom das superfícies.

De feito, nos estudos sobre o tema encontramos abundantes referéncias a este tipo de motivaçons, nas que se destaca o importante papel que as mesmas jogam, sobretodo em determinados espaços agrários e para certas categorias de proprietários. A constataçom de que as variáveis puramente económicas som insuficientes, para explicar de forma satisfactória os fenómenos que afectam à mobilidade e os preços da terra; a constataçom de que o comportamento dos proprietários fundiários nom se ajusta em muitas ocasions aos critérios económicos de maximizaçom da rentabilidade; essa constataçom, dizemos, leva a que se introduzam na análise os valores ou motivaçons de outra índole, que podem incidir sobre essas decisons.

Assi, por exemplo, A.Brun, referindo-se ao comportamento dos pequenos proprietários nom agricultores em França, e concretamente às causas que podem estimular a estas persoas à retençom das superfícies, sinala a necessidade de diferenciar dous aspeitos: *"l'attitude purement spéculative des proprietaires (valeur marchande du sol), et (...) l'attitude d'attachement qui repose plus ou moins explicitément sur la valeur d'usage (réelle ou potentielle) que représente le patrimoine pour la famille qui en détient la propriété."*[60] É dizer, que ademais da rentabilidade (real ou esperada) que oferecem as terras como elemento do património, existem outros factores (que A.Brun resume aludindo ao "valor de uso" das terras), que podem fomentar a sua retençom por parte desses proprietários.

Quais som em concreto as motivaçons extra-económicas que podem estimular a conservaçom do património fundiário ?. Se fazemos um repasso pola literatura, encontramo-nos basicamente com referéncias a três tipos de fenómenos:

---

[60] BRUN, André, "Propriété foncière et exploitation agricole. Contradictions et conflits.", op. cit., pag. 27.

-O primeiro é o prestígio social que pode ir associado à propriedade da terra. Este móbil é citado sobretodo para os medianos e grandes proprietários rentistas; ainda que também se menciona em ocasions para os pequenos proprietários de origem agrária, os "herdeiros nom agricultores da pequena propriedade camponesa".

-O segundo tipo de motivaçons afecta a este último grupo de proprietários, e tem, portanto, relevância naquelas zonas onde predomina a pequena propriedade camponesa. Trata-se do desejo de conservar as superfícies como um elemento de seguridade ou garantia, para o caso de que estas persoas, que se trasladárom a outro sector da economia, perdam o seu emprego. Portanto, as terras funcionam aqui como um "refúgio" ou um seguro, frente à incertidume da experiéncia migratória[61].

-Finalmente, alude-se com muita freqüéncia a um fenómeno mais genérico, que tem também especial relevância no caso dos pequenos proprietários de origem agrária: a existéncia de um "apego afectivo" às terras.

Tanto este fenómeno como o anterior, aparecem mencionados em estudos referidos a diversos países e regions europeias; pero o seu papel parece ser especialmente importante naqueles espaços onde predomina a pequena propriedade camponesa, e que registam baixos níveis de desenvolvimento (tanto

---

[61] Este tipo de motivaçons é mencionado, por exemplo, num estudo publicado pola OCDE, referido aos obstáculos que podem frear a mobilidade da terra. Neste estudo alude-se também ao fenómeno que indicamos no ponto anterior (o prestígio social), e ao que imos exponher a continuaçom no texto. O seguinte párrafo resume as conclusons que, sobre este tema, obtém o citado estudo:

"L'agriculteur qui s'en va à la ville fait un saut dans l'inconnu. Il n'est pas sûr d'y trouver continuellement du travail: le spectre du chômage existe toujours dans les esprits. Il ne sait pas comment il s'adaptera à des conditions d'existence très différentes de celles qu'il a connu. Garder sa terre, afin de pouvoir redevenir agriculteur en cas de besoin, c'est s'assurer une securité d'une valeur psycologique inappréciable. Ajoutons à cela d'autres facteurs bien connus: le prestige social attaché a la possession de la terre et l'attachement sentimental à une propriété familial, léguée par des ancétres, et à laquelle l'exploitant a concacré de longues années de labeur." (OCDE, Les obstacles à la mobilité des terres. op. cit., pag. 56).

na esfera agrária como num plano global)[62]. No que respeita às suas conseqüéncias, esses dous tipos de motivaçons fam que os proprietários se resistam a vender as superfícies, e também a cede-las em arrendamento por períodos prolongados, ou mediante contratos que impliquem perder a livre disposiçom das terras. Assi, o resultado é que estas persoas unicamente aceitam a cesom das superfícies mediante contratos verbais, e sem nengumha garantia de estabilidade para o tomador.

Em resumo, pois, ademais das variáveis económicas anteriormente expostas, a mobilidade das superfícies liberadas está condicionada também, e pode ver-se obstaculizada, por estes outros factores, alheios aos critérios de rentabilidade económica.

Agora bem, o problema que se planteja em relaçom com estes factores, é que resulta sumamente difícil contrastar empiricamente a sua existéncia, e poder verificar na prática a influéncia real que tenhem sobre o comportamento dos proprietários de terras. Esta tarefa nom pode abordar-se com os métodos próprios da análise económica, senom que nos remite fundamentalmente à realizaçom de estudos de carácter antropológico. Estudos nos que se examinem de modo detalhado os comportamentos fundiários de grupos reduzidos de proprietários, e também os discursos destes proprietários sobre as motivaçons do seu comportamento. Esta seria a única via que poderia permitir a verificaçom empírica do papel que jogam aquelas motivaçons extra-económicas. Na realidade, sem embargo, encontramo-nos com que as tentativas feitas nesta direcçom, nos países do nosso entorno, som mui escassas. E, portanto, o

---

[62] Assi, do estudo referido aos países da OCDE que citamos na nota anterior, deduze-se que essas motivaçons extra-económicas tenhem umha especial incidéncia, sobre o comportamento dos proprietários de terras, nos estados do sul de Europa (concretamente, mencionam-se aqui os casos de Itália e Grécia). Ver:
-OCDE, Les obstacles à la mobilité... op. cit., pp. 55-56.

conhecimento que existe sobre esses factores, e a sua influéncia prática na oferta de terras, é também escasso[63].

Ao problema que acabamos de sinalar, une-se ademais outra questom prévia, ainda que estreitamente relacionada com essa caréncia de análises empíricas. Referimo-nos à necessidade de especificar ou precisar mais os fenómenos concretos, que se incluem aqui baixo a denominaçom genérica das "motivaçons extra-económicas". Neste sentido, o que se observa habitualmente é que, ao constatar que as variáveis económicas som insuficientes para explicar o comportamento dos proprietários fundiários, acude-se, como umha forma de resolver o expediente, à existéncia de um "apego afectivo ou sentimental" às terras. Agora bem, este tipo de alusons genéricas nom constituem, em rigor, nengumha hipótese explicativa. Para poder avançar nesta direcçom, seria necessário tratar de especificar em que consiste exactamente esse "apego afectivo", qual é a natureza concreta das motivaçons que se incluem baixo esse rótulo. De novo, isto só pode lograr-se mediante a realizaçom de estudos empíricos, que, como antes dixemos, som até agora mui escassos. Assi, no

---

[63] Entre os poucos intentos de avançar no estudo destas questons, hai que citar as investigaçons realizadas por J.L.Guigou e a equipa que ele dirige. Nestas investigaçons parte-se de situar a família como o nível ou àmbito apropriado, para a análise dos problemas relativos à propriedade da terra. E o que se trata de aclarar som os determinantes das decisons destas unidades famíliares, no que respeita à gestom do seu património fundiário. Para isto, os autores proponhem a utilizaçom dos métodos próprios da antropologia estrutural, realizando dous tipos de análises: o estudo da "história fundiária" das famílias, tratando de detectar a existéncia de "tradiçons" que podam influir nos comportamentos ou decisons actuais; a segunda linha de trabalho é a análise dos "discursos" que construem os actuais proprietários de terras, sobre as motivaçons das suas decisons.

A aportaçom destes autores parece-nos interessante do ponto de vista metodológico. Pero os resultados obtidos até agora, no que se refire ao estabelecimento de hipóteses ou conclusons operativas sobre os determinantes do comportamento desses proprietários, som bastante escassos.

Umha exposiçom detalhada da base metodológica e os resultados dessas investigaçons, pode encontrar-se na obra:
-GUIGOU, Jean-Louis, La rente foncière. Les théories et leur évolution depuis 1650., Economica, Paris, 1982, "Titre VII. Rente foncière et gestion patrimoniale de la terre.", pp. 865-939.
Ademais, pode consultar-se também:
-PIERZO, Dominique, "L'echange de la terre, une approche ethnologique.", em: ADEG, La propriété foncière. op. cit., pp. 89-97.

estado actual dos conhecimentos, é pouco o que podemos precisar sobre a natureza concreta do "apego afectivo" à terra[64]

b. Os factores que condicionam a oferta de superfícies em arrendamento.

O feito de que as superfícies liberadas nom sejam vendidas a um agricultor, nom implica necessariamente que estas fiquem desmobilizadas para a produçom agrária, e que nom sirvam para ampliar as exploraçons supervivintes. Para aquelas superfícies liberadas que som retidas polo seu proprietário, ou vendidas a persoas alheias à agricultura que nom as vam cultivar directamente, resta ainda a possibilidade de que sejam transferidas a outras exploraçons agrárias, ao través do arrendamento. De feito, como vimos no capítulo VII, esta foi a principal via de mobilidade da terra em muitos países europeios ao longo das décadas recentes. Ainda que a situaçom concreta neste aspeito varia muito de uns a outros países, os dados sugirem que, na maior parte dos casos, a ampliaçom das exploraçons efectuou-se principalmente ao través do arrendamento de superfícies, mais que pola via das compra-vendas no mercado de terras[65].

Em conseqüência, tem relevância que nos fagamos aqui a seguinte pergunta: que factores condicionam a oferta das superfícies em arrendamento, por parte desses proprietários ?; que factores influem na sua disposiçom a arrendar as terras a um agricultor ?.

Na exposiçom realizada ao longo das páginas anteriores, aludimos já a alguns fenómenos que podem jogar um importante papel neste tema, em

---

[64] Podemos mencionar, isso si, os resultados ou conclusons que, com relaçom a este tema, obtenhem J.L.Guigou e a sua equipa. Dacordo com estas conclusons, o que móbil que empuxa a conservar a propriedade da terra (o que se esconde realmente baixo o rótulo de "apego afectivo"), relaciona-se com a ideia de **continuidade**, de **permanência**. Expressado nas suas próprias palavras:

"la terre n'est pas recherché pour ce qu'elle est, mais pour ce qu'on croit qu'elle est, à savoir une garantie d'éternité. Assurer et garantir la propriété privée du sol, ce serait assurer la continuité des individus, des familles et des groupes." (GUIGOU, Jean-Louis, La rente foncière... op. cit., pag. 918.)

[65] Ver supra: apartado 3.2 do capítulo VII.

concreto como obstáculos a essa oferta das terras em arrendamento. Imos lembrar brevemente estes fenómenos:

-O primeiro é a concurréncia por parte dos usos urbanos do solo, a existéncia de expectativas ou esperanças de um passo futuro das terras a este tipo de usos. Como indicamos no seu momento, este factor, ademais de bloquear a venda das superfícies para fins agrários, dificulta também a sua cesom em arrendamento mediante contratos de certa duraçom. Assi, nas áreas onde este "efeito urbano" é importante, os proprietários só estarám dispostos a cesons de curta duraçom e sem garantias de estabilidade para o agricultor.

-Outro fenómeno que pode obstaculizar a oferta das terras em arrendamento para as exploraçons agrárias da zona, é a competéncia por parte dos usos florestais do solo. O motivo é que para o proprietário pode ser maior a renda que obtém plantando as superfícies com árvores, que a que percibiria no caso de cede-las a um agricultor; ao que se une ademais outro feito: com a primeira opçom nom ve limitada a sua livre disposiçom das terras, o que si pode suceder no suposto de que as arrende. Em base a estes dous elementos, os proprietários podem considerar preferível a florestaçom das superfícies; o que impedirá a transferéncia das mesmas a outras exploraçons agrárias.

-Finalmente, um terceiro factor que obstaculiza as cesons em arrendamento é a existéncia de um "apego afectivo" às terras, ou bem de um desejo do proprietário de conservar estas como um "seguro", para o caso de que tivera que retornar à agricultura. Este tipo de motivaçons, dam lugar a que estas persoas só aceitem ceder as terras mediante contratos verbais, e sem garantias de estabilidade para o que as trabalha[66].

Aparte dos trés factores que vimos de mencionar, existem muitos outros elementos que influem também na oferta de superfícies em arrendamento; e que condicionam, portanto, a importáncia que alcança este mecanismo como via de mobilidade da terra. Entre estes elementos, sem embargo, os estudos sobre o tema coincidem em destacar de modo especial um: a regulaçom legal estabelecida para estes contratos.

Em relaçom com este aspeito, já indicamos anteriormente o conflicto que se planteja, em princípio, entre os interesses dos proprietários das terras e os dos agricultores (arrendatários potenciais):

-Umha regulaçom mui protectora para estes últimos leva, com toda probabilidade, a um retraímento da oferta; ou bem, o resultado é umha

---

[66] Ver: OCDE, Les obstacles à la mobilité... op. cit., pp. 55-56.

proliferaçom das cesons informais, efectuadas mediante contratos verbais e situadas à marge do quadro legal.

-Em sentido contrário, umha regulaçom mais "liberal" estimula a oferta de superfícies em arrendamento; pero pode fazer que a demanda seja débil, ao nom haver muitos candidatos a trabalhar as terras nessas condiçons.

Assi, falando num plano geral, unicamente podemos repetir aqui a ideia que expuxemos no seu momento: o grau de difusom que alcance o arrendamento, como mecanismo de mobilidade da terra, dependerá da medida na que se logre um equilíbrio (nas condiçons dos contratos) entre esses interesses contrapostos.

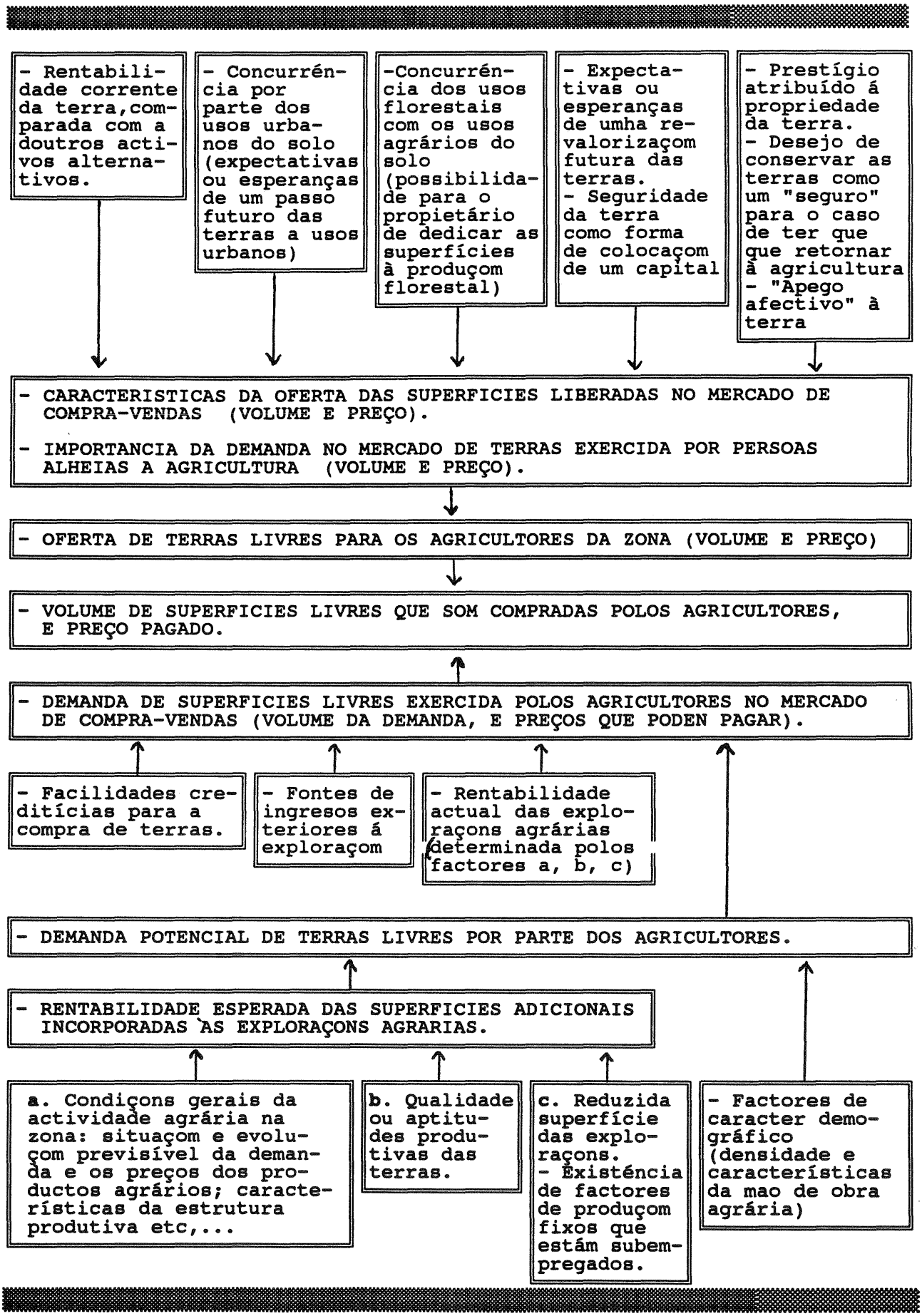
-A modo de recapitulaçom: um esquema sintético sobre os principais factores que condicionam a mobilidade da terra, ao través das compra-vendas e pola via do arrendamento.

Com o fim de resumir as consideraçons expostas nos epígrafes precedentes, elaboramos dous esquemas recapitulativos, sobre as forças ou condicionantes que influem na mobilidade das superfícies liberadas. No primeiro esquema (**diagrama 10.1**), recolhemos os principais factores que condicionam a mobilidade ao través do mercado de terras; os factores que condicionam: o volume das superfícies liberadas que som transferidas a outros agricultores mediante compra-vendas, e o preço que alcançam estas transacçons. No segundo esquema (**diagrama 10.2**) fazemos o mesmo, pero referido ao outro mecanismo possível de mobilidade das terras: o arrendamento.

-Os principais factores que condicionam a incorporaçom das superfícies liberadas a outras exploraçons, por médio das compra-vendas.

O primeiro elemento que intervém aqui é a importáncia que regista a demanda potencial de terras livres por parte dos agricultores, a necessidade ou interesse que estes tenhem em incrementar a superfície que trabalham. Nisto influem numerosas variáveis (o estado e a evoluçom previsível da demanda e os preços dos produtos agrários, o tamanho das exploraçons e a possível existéncia de factores fixos subempregados, etc.); pero estas podem resumir-se fundamentalmente numha: a rentabilidade esperada das terras adicionais, que sejam incorporadas à exploraçom.

DIAGRAMA 10.1- **PRINCIPAIS FACTORES QUE CONDICIONAM A TRANSFERENCIA DAS SUPERFICIES LIBERADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇONS AGRARIAS, AO TRAVES DO MERCADO DE TERRAS.**



Dada essa demanda potencial, a demanda efectiva no mercado de terras (a demanda efectiva de superfícies em propriedade) dependerá da capacidade que tenham os agricultores para financiar as compras. Assi, hai que introduzir aqui outras variáveis importantes: a de maior relevância é a rentabilidade actual das exploraçons agrárias (que condiciona a sua capacidade de auto-financiamento); ao que compre unir a possível preséncia, e o peso, das fontes de ingressos exteriores à exploraçom, e as facilidades creditícias que podam existir para financiar a compra de terras.

O conjunto de factores que acabamos de mencionar, determina: a demanda que exercem os agricultores no mercado de terras; a magnitude quantitativa desta demanda, e o preço que estám em condiçons de pagar polas superfícies.

Dada umha determinada situaçom nesse aspeito, a medida na que as superfícies liberadas som vendidas efectivamente a um agricultor, e o preço ao que se realizam as transacçons, dependerá do "perfil" que apresente a oferta. Pois bem, som 5 os factores esenciais que condicionam esta oferta (a disposiçom dos proprietários a vender as terras, e o preço exigido):

-A rentabilidade corrente que oferece a terra, comparada com a dos activos ou investimentos alternativos.

-A existéncia de expectativas ou esperanças de um passo futuro das superfícies a usos urbanos.

-A possível concurréncia dos usos florestais com a utilizaçom agrária das terras.

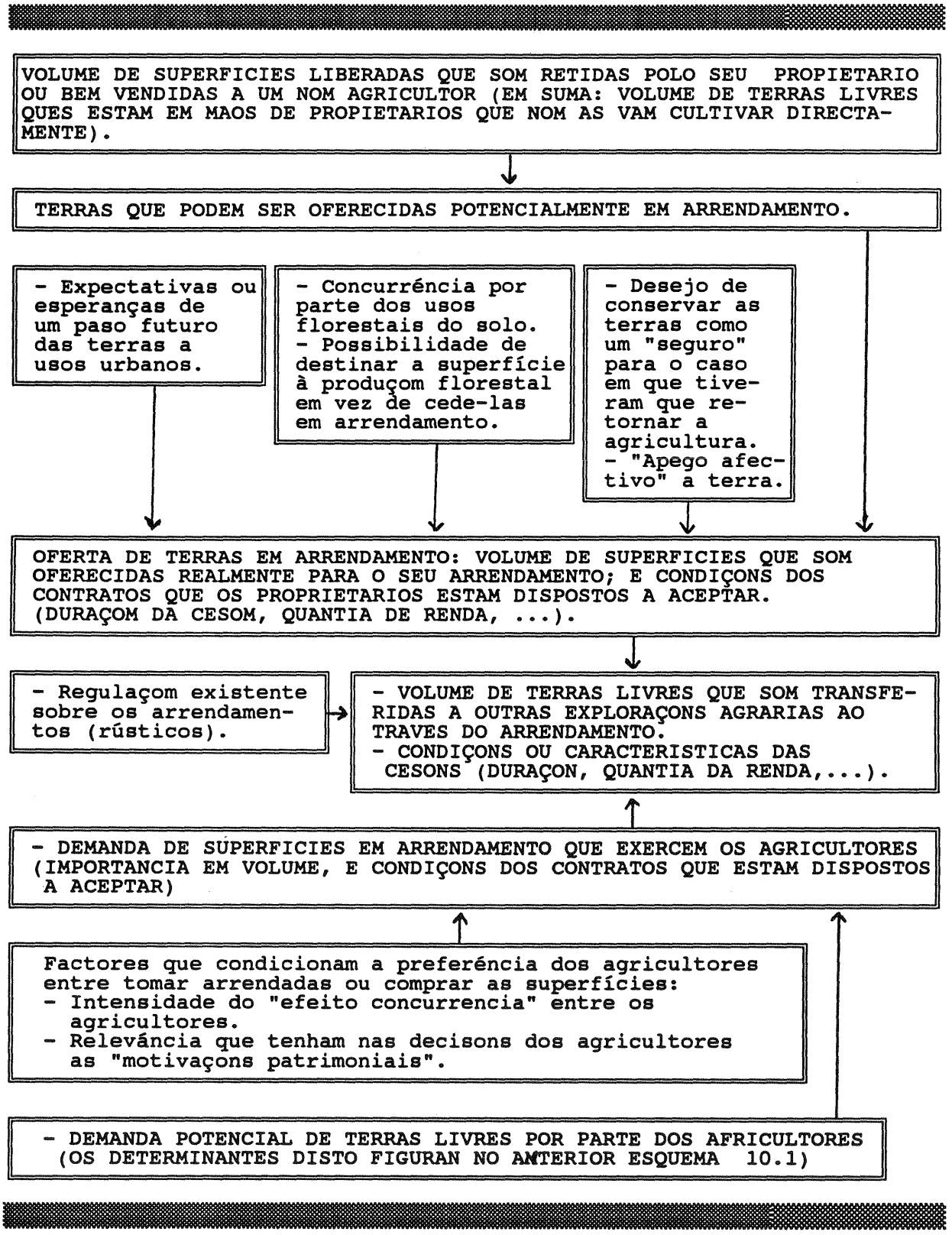
-As expectativas de umha revalorizaçom futura das terras.

-Finalmente, a possível preséncia de motivaçons extra-económicas, que impulsam ao proprietário a reter as superfícies.

-As variáveis que condicionam a mobilidade das terras ao través do arrendamento.

Se excluímos do total de superfícies liberadas durante um certo período, aquelas que som adquiridas por agricultores para o seu cultivo directo, quedam dous conjuntos: as terras livres que som retidas polo seu proprietário, e as que som vendidas por este a umha persoa alheia ao sector agrário. Tanto umhas como outras superfícies poderiam, potencialmente, ser arrendadas a um agricultor; polo que podemos dizer que constituem a "oferta potencial de terras livres em arrendamento".

DIAGRAMA 10.2.- **PRINCIPAIS FACTORES QUE CONDICIONAM A IMPORTANCIA DO ARRENDAMENTO COMO MECANISMO DE MOBILIDADE DA TERRA.**



Os principais factores que influem em que se produza ou nom este arrendamento aparecem resumidos no **diagrama 10.2**.

De um modo geral, pode afirmar-se que a importáncia deste mecanismo de mobilidade da terra, dependerá da medida em que se poda lograr um equilíbrio, ou um "encontro", entre: as condiçons dos contratos que estám dispostos a aceptar os proprietários, e as que pretendem os agricultores. Neste sentido, tem umha grande relevância o tipo de regulaçom ou quadro legal existente neste tema.

De forma mais concreta, hai alguns factores que podem obstaculizar a difusom do arrendamento; operando alguns deles sobre a demanda, e outros sobre a oferta de superfícies neste regime. No primeiro grupo compre salientar: a existéncia de umha forte concurréncia entre os agricultores, por acceder às terras que ficam livres; o peso que tenham nas decisons destas persoas as "motivaçons patrimóniais". Tanto um como outro elemento fomentam que a demanda de terras se canalize esencialmente para o mercado de compra-vendas, fazendo que tenha escassa relevância a demanda de superfícies arrendadas.

No que respeita à oferta efectiva das terras em arrendamento, esta pode ver-se obstaculizada por alguns dos fenómenos que também fream a sua venda: as expectativas sobre um passo futuro das superfícies a usos urbanos, a possibilidade do seu destino à produçom florestal, e a retençom das superfícies por motivaçons extra-económicas.

1.4. As principais disposiçons legais e mecanismos de intervençom pública que afectam à mobilidade da terra.

Acabamos de ver o elevado número e a diversidade dos factores que condicionam a mobilidade da terra; tanto a que se opera ao través das compra-vendas, como a realizada pola via do arrendamento. Em conseqüéncia, som também muitas e mui diversas as disposiçons legais e os mecanismos de intervençom pública, que podem afectar a essa mobilidade. Esencialmente, podemos distinguir aqui trés grandes tipos de medidas ou acçons que tenhem umha influéncia neste tema:

-Em primeiro lugar, estám as normas referidas à regulaçom dos usos do solo, e aquelas que definem o regime fiscal que afecta à terra.

-Em segundo lugar, temos os mecanismos de intervençom, directa e indirecta, no mercado de terras, que estám dirigidos expressamente a incrementar a

mobilidade neste mercado, e a facilitar assi as transformaçons estruturais no sector agrário.

-Por último, hai que mencionar a legislaçom ou regulaçom existente sobre os arrendamentos rústicos.

No quadro desta investigaçom, nom podemos deter-nos num estudo detalhado de cada um destes grupos de medidas, examinando a forma na que estas se concretam nos países do nosso entorno ao longo das últimas décadas, e os resultados obtidos na prática com a sua aplicaçom nos distintos países. Nom obstante, ainda que seja de modo breve, parece-nos necessário aludir a estas normas legais e mecanismos de intervençom; com o fim de completar assi o repasso sobre as forças ou factores que influem na mobilidade das terras agrárias.

Dos três tipos de medidas citados, ao último (a regulaçom sobre os arrendamentos) já nos referimos na exposiçom anterior, sendo suficientes para os nossos propósitos as aclaraçons realizadas. Centraremos, pois, as notas que oferecemos a continuaçom nos outros dous grupos de medidas[67].

---

[67] As principais obras ou trabalhos nos que nos apoiamos para elaborar estas notas som os seguintes:

-BERGMANN, Denis, Politique agricole... op. cit., pp. 89-139.

-BERGMANN, Denis, Les facteurs qui influencent la propriété, l'affermage, la mobilité et l'utilisation des terres agricoles. Rapport final pour la France., INRA, Paris, 1979.

-OCDE, Medidas de reforma de las estructuras agrícolas. op. cit.

-COULOMB, Pierre, "Derecho de propiedad, derechos de la explotación: la mutación de las relaciones sociales en el crecimiento agrícola francés.", Agricultura y Sociedad, no. 35, abril-junho 1985, pp. 77-140.

-VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra... op. cit. (neste livro figuram vários trabalhos referidos a distintos países da Europa Ocidental e aos Estados Unidos, nos que se analisa o quadro legal que afecta à propriedade da terra, e as medidas de intervençom no mercado de terras, em cada país)

-ARNALTE, Eladio /AVELLA, Lorenzo /ROCA, Amparo, "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", op. cit.

a. A regulaçom dos usos do solo e a fiscalidade fundiária.

As disposiçons aplicadas nestes dous ámbitos tenhem facetas e condicionantes diversos; e nom respondem especificamente, ao menos de modo exclusivo, ao objectivo de facilitar as transformaçons estruturais na agricultura. Sem embargo, tanto umhas como outras medidas incidem de modo importante sobre a mobilidade e o preço das terras agrárias.

Na análise realizada anteriormente vimos que existem três grandes tipos de factores económicos, que podem obstaculizar a venda das superfícies liberadas aos agricultores que ficam no sector, fomentando a retençom das terras polos proprietários (ou a sua compra por persoas alheias ao sector agrário). Estes factores som: a concurréncia por parte dos usos urbanos do solo, a expectativa de um passo futuro das superfícies a estes usos; a competéncia dos usos florestais com a utilizaçom agrária dos solos; e as perspectivas de umha revalorizaçom futura das terras. Pois bem, a relevância que alcançam estes três tipos de fenómenos num determinado país, como obstáculos à mobilidade das terras agrárias, depende em boa medida das disposiçons que existam nos dous campos que acabamos de mencionar: a regulaçom ou ordenaçom dos usos do solo, e a fiscalidade fundiária.

a1. A regulaçom dos usos da terra.

O aspeito mais relevante é aqui o que se refire à regulaçom dos usos urbanos; delimitando as superfícies que som susceptíveis de ser destinadas a estes usos, frente a aquelas que quedam reservadas para umha utilizaçom agro-florestal. A auséncia de umha intervençom pública eficaz neste tema, fomenta a difusom espacial das esperanças de mais-valias, ligadas ao passo eventual das terras a usos urbanos; fazendo assi que umha grande parte do território agrário poda ver-se afectado por este fenómeno. A sensu contrário, a aplicaçom de umha ordenaçom efectiva destes usos permite limitar muito as superfícies afectadas por essa concurréncia, facilitando deste modo a mobilidade das terras com fins agrários.

Isso mesmo resulta aplicável também para o problema da concurréncia entre usos agrários e usos florestais. A caréncia de umha ordenaçom, que delimite as superfícies aptas para um e outro aproveitamento, possibilita que sejam arvoradas terras com umha elevada produtividade agrária, obstaculizando assi o agrandamento das exploraçons agrárias supervivintes. Mentres que este

problema pode evitar-se mediante umha regulaçom ou ordenaçom dos aproveitamentos.

Em geral, os especialistas coincidem em sinalar a necessidade de umha intervençom pública neste campo, devido a que o livre jogo dos mecanismos de mercado nom é adeqüado para assignar as terras entre as grandes categorias de utilizaçons. As forças de mercado nom levam a umha assignaçom racional das superfícies entre os distintos usos; e sobretodo nom permitem proteger o território agrário frente aos efeitos que se derivam da pressom dos usos urbanos. Daí a necessidade de umha regulaçom ou ordenaçom dos aproveitamentos[68].

A aplicaçom prática destas medidas choca, sem embargo, com importantes dificuldades em todos os países, sobretodo no que respeita à ordenaçom dos usos urbanos do solo[69]. O motivo é que isto supom um recorte nos direitos dos proprietários de terras, e ademais este recorte nom afecta por igual a todos os proprietários. Como sinala D.Bergmann, referindo-se em concreto à delimitaçom dos usos urbanos: *"l'autorité qui fait le zonage donne, à quelques propriétaires, le droit d'acceder aux plus-values et retire cette possibilité à un grand nombre d'autres détenteurs de terres."*[70]

Isto fai que, por razons de justiça social e também para facilitar a sua aceptaçom, a regulaçom dos usos urbanos deva ir acompanhada de outras acçons complementárias: medidas fiscais que permitam recuperar para a colectividade umha grande parte das mais-valias, das que se beneficiam os proprietários cujas terras som declaradas urbanizáveis; ou bem, medidas que possibilitem a redistribuçom dessas mais-valias entre todos os proprietários de terras da zona[71].

Em todo caso, nom se trata aqui de analisar em detalhe a casuística e os problemas concretos que planteja a aplicaçom prática destas políticas. O único que pretendíamos era salientar a ideia geral: a existéncia ou nom de umha ordenaçom dos usos do solo, e a eficácia das medidas aplicadas neste campo,

---

[68] Em relaçom com este tema, consultar por exemplo:
-BERGMANN, Denis, Politique agricole... op. cit., pp. 91 e ss.

[69] Umha panorámica da situaçom que apresentavam as políticas de ordenaçom dos usos do solo nos países da OCDE a meiados dos anos 70, pode encontrar-se no estudo:
-OCDE, L'agriculture face aux politiques d'utilisation du sol. op. cit., pp. 67 e ss.

[70] BERGMANN, Denis, op. cit., pp. 96-97.

[71] Em relaçom com este tema, consultar:
-BERGMANN, Denis, op. cit., pp. 99-100.

condiciona de modo esencial a difusom que alcança a concurréncia por parte dos usos urbanos e florestais do solo, e os efeitos que isto tem sobre a mobilidade das terras agrárias.

a2. A fiscalidade fundiária.

As medidas de carácter fiscal tenhem também umha importante influéncia no comportamento dos proprietários de terras, e concretamente no daqueles proprietários que nom som cultivadores directos das superfícies. Deste modo, trata-se de outro elemento que condiciona de forma notável a mobilidade e o preço das terras agrárias.

De entrada, devemos indicar que nos países do nosso entorno existem 4 grandes tipos de impostos que afectam à terra, cada um deles referido a aspeitos diferentes: em primeiro lugar, estám os impostos que gravam a possessom de fincas rústicas, os impostos sobre a propriedade fundiária; em segundo lugar, aqueles que gravam as mais-valias, os incrementos no valor das superfícies; em terceiro lugar, os impostos ou taxas sobre a transmissom da propriedade da terra (sobre as compra-vendas, por um lado; e as sucessons e donaçons, polo outro); e finalmente, os tributos que gravam os ingressos ou rendimentos correntes obtidos das terras polo proprietário[72].

Todos esses impostos podem incidir dalgum modo na mobilidade e no preço das terras agrárias. Sem embargo, os mais relevantes desde este ponto de vista som os que figuram nos dous primeiros grupos; polo que imos limitar a eles os nossos comentários.

Começamos por aqueles que gravam as mais-valias. O primeiro que podemos sinalar aqui é que umha forte imposiçom sobre as mais-valias geradas pola terra, constitue o complemento adeqüado para umha política de ordenaçom dos usos urbanos do solo, ao permitir isso que essas ganáncias, que beneficiam a certos proprietários fundiários, sejam apropriadas pola colectividade. No que se refire ao efeito que este tipo de impostos tenhem sobre a mobilidade das terras para fins agrários, hai que distinguir dous supostos:

---

[72] Umha panorámica dos diversos tipos de impostos sobre a terra existentes nos países da OCDE, pode encontrar-se no estudo:
-GUIGOU, Jean Louis /LEGRAND, Jean Marc, Fiscalité foncière. Analyse comparée des pays de l'OCDE., Economica, Paris, 1983, pp. 11-19.
Em geral, para as notas que oferecemos neste ponto baseamo-nos em boa medida nesta obra.

-Quando o que se gravam som as mais-valias "reais", aplicando-se isto no momento da sua realizaçom, no momento de produzir-se a venda das superfícies. Este tipo de tributos tem um escasso efeito positivo sobre a mobilidade das terras, e mesmo pode frear a sua venda, fomentando a retençom polos proprietários.

-A outra possibilidade consiste em gravar o incremento no valor de mercado das terras, à margem de que se produza ou nom a realizaçom destas mais-valias; isto é, incluíndo o caso no que as superfícies continuam em maos do mesmo proprietário (mais-valias "latentes"). Neste suposto si que se verá impulsada a mobilidade; ou, dito noutras palavras, estes impostos desestimulam a retençom das superfícies polos proprietários, em espera de umha possível revalorizaçom futura.

Na realidade dos países ocidentais, tenhem maior importáncia ainda os impostos que antes citamos em primeiro lugar: os que recaem sobre a propriedade fundiária, os que gravam a possessom de fincas rústicas. O maior ou menor peso desta carga fiscal influe de modo notável na rentabilidade que apresenta a terra, como activo ou forma de colocaçom de um capital; condicionando deste modo tanto a oferta das superfícies, como a demanda por parte de persoas alheias ao sector agrário. Assi, a existéncia de umha débil carga fiscal neste aspeito, fomenta a retençom das terras por proprietários nom agricultores, e impulsa também as compras realizadas por persoas alheias ao sector; contribuíndo todo isto a obstaculizar a adquisiçom das superfícies como médio de produçom, por parte dos titulares de exploraçons agrárias. Em sentido contrário, umha elevada fiscalidade sobre a propriedade da terra, reduze o atractivo que esta oferece como investimento para as persoas alheias à agricultura, tendendo assi a incrementar a sua mobilidade e a empuxar à baixa os seus preços. O estudo comparado da realidade existente nos países membros da OCDE, parece avalar a importante influéncia que essa fiscalidade tem sobre a mobilidade e os preços das terras agrárias[73].

---

[73] Ver: GUIGOU, Jean Louis /LEGRAND, Jean Marc, Fiscalité foncière... op. cit., pp. 36-37.

Sobre o tema da fiscalidade fundiária, e a sua relaçom com a mobilidade e os preços da terra, podem consultar-se também as observaçons de carácter geral que realiza D.Bergmann. Ver:

-BERGMANN, Denis, op. cit., pp. 118-120.

b. Os mecanismos de intervençom (directa e indirecta) no mercado de terras.

Dada a ampla lista das variáveis que podem obstaculizar a adquisiçom das superfícies liberadas polos agricultores que ficam no sector, som também muitas as acçons que podem adoptar-se, por parte dos poderes públicos, com o fim de limitar esses obstáculos e incrementar a mobilidade no mercado de terras. De feito, nos países da Europa Ocidental e durante o período posterior à segunda guerra mundial, assistimos à posta em prática de diversas medidas encaminhadas nessa direcçom: estímular a mobilidade no mercado de terras; e mais concretamente, facilitar a compra de superfícies polos agricultores que necessitam agrandar a sua exploraçom. Estas medidas respondem, em geral, a um princípio comum: trata-se de restringir os direitos dos proprietários de terras, os direitos associados à propriedade individual da terra, em funçom das necessidades das exploraçons agrárias, buscando umha melhor adaptaçom das superfícies às necessidades actuais da produçom agrária[74].

A situaçom concreta neste aspeito difire muito de uns países a outros, e os resultados obtidos realmente com a aplicaçom destas acçons é mui desigual[75]. Sem embargo, aqui unicamente pretendemos deixar constáncia destas formas de intervençom, como um elemento mais que condiciona a mobilidade das terras agrárias. Dentro do repertório das medidas aplicadas neste campo podemos destacar[76]:

-A intervençom directa no mercado de terras por parte de organismos públicos ou sometidos à tutela do Estado. A sua actuaçom consiste, em geral, em comprar superfícies, que vendem depois aos agricultores que desejam ampliar a sua exploraçom (ou instalar-se numha exploraçom nova).

-O estabelecimento de restricçons à compra de terras por parte de persoas que nom som cultivadores directos.

-A concessom de facilidades creditícias para as compras de superfícies realizadas polos agricultores.

---

[74] Sobre a orientaçom ou "filosofia" geral destas medidas, consultar por exemplo:
-BRUN, André, "Propriété foncière et exploitation agricole...", op. cit.

[75] Ver as obras que citamos na nota ao pe de página situada ao começo deste epígrafe.

[76] Umha breve panorámica destas medidas para os países da CEE pode encontrar-se no trabalho:
-ARNALTE, Eladio /AVELLA, Lorenzo /ROCA, Amparo, "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", op. cit., pp. 270-277.

Todas estas formas de intervençom condicionam o funcionamento real do mercado de terras num determinado país.

2. A ESCASSA MOBILIDADE DA TERRA QUE SE CONSTATA EM GALIZA DURANTE AS ULTIMAS DECADAS. REFLEXONS E HIPOTESES SOBRE AS SUAS POSSIVEIS CAUSAS.

2.1. A evoluçom observada: a reduzida mobilidade da terra que se regista em Galiza durante as três últimas décadas.

a. A imagem que se desprende dos dados oferecidos polos censos agrários.

O estudo que realizamos no capítulo VII, baseando-nos nas cifras dos censos agrários, permitiu-nos estabelecer um diagnóstico geral sobre a evoluçom que se registou neste aspeito (o da mobilidade da terra) em Galiza. Dessa análise desprendia-se, como vimos no seu momento, que a mobilidade da terra entre exploraçons foi aqui, durante o período 1962-1989, extremadamente reduzida.

Assi, os dados referidos à evoluçom do número e superfície das exploraçons, indicavam que o volume de superfícies liberadas e transferidas a outras unidades de produçom, foi durante este período mui escasso. Ou, dito noutras palavras, a ampliaçom neta no tamanho das exploraçons, que se operou ao través da compra ou arrendamento de terras livres, alcançou umha magnitude mui pouco relevante, quase insignificante podemos dizer.

Por outro lado, a informaçom referida aos modos de tenéncia da terra, que publicam os mesmos censos, amostra umha evoluçom, e conduze a uns resultados, que som coerentes com a conclusom anterior. Em concreto, estas cifras ponhem de manifesto a escassa importáncia que tivo em Galiza o arrendamento, como via de mobilidade da terra e mecanismo de "ajuste estrutural". Se temos em conta a reduzida mobilidade global, antes apontada, podemos afirmar que o papel jogado neste sentido polo mercado de terras, tivo que ser assimesmo pouco significativo.

Em definitiva, a análise conjunta de ambos tipos de cifras, leva-nos à conclusom de que **a mobilidade da terra registada na agricultura galega durante as três últimas décadas, foi**

mui escassa; isto é certo tanto para a operada ao través das compra-vendas, como para a que se produziu pola via do arrendamento.

Como conseqüência dessa falta de mobilidade, as superfícies que fórom liberadas pola desapariçom de exploraçons, nom servírom para ampliar a base territorial das unidades supervivintes, senom que, na sua maior parte, quedárom desvinculadas da produçom agrária (passando a outros usos, ou permanecendo simplesmente abandonadas). Deste modo, a desapariçom de exploraçons nom deu lugar a um agrandamento daquelas que continuam em actividade, senom que foi acompanhada de umha reduçom quase paralela do território agrário.

No plano cronológico, as cifras dos censos agrários sugirem que a liberaçom de superfícies foi até finais dos anos 60 bastante limitada. Pero, a partir daí, o processo intensificou-se de forma notável, alcançando durante as décadas dos 70 e os 80 umha magnitude apreciável. Portanto, é nestes dous últimos decénios quando a falta de mobilidade da terra adquire maior relevância, levando ao abandono de importantes extensons anteriormente integradas em exploraçons agrárias.

Essa é, em síntese, a imagem que se desprende da informaçom oferecida polos censos agrários. Quedam, sem embargo, dous aspeitos que seria necessário precisar mais:

-O primeiro é a magnitude concreta que alcançou a desapariçom de exploraçons, e o abandono conseguinte de superfícies. Como já temos indicado, os censos nom permitem obter neste aspeito umha conclusom precisa; devido a que neles continuam figurando como exploraçons agrárias muitas unidades desaparecidas, ou que carecem quase totalmente de actividade.

-O outro aspeito pendente de aclarar refire-se ao destino concreto que tivérom aquelas superfícies liberadas que nom fórom transferidas a outras exploraçons agrárias. Polas suas próprias características, os censos agrários nom informam sobre esta questom; já que essas superfícies saem fora do seu campo de estudo, deixando de contabilizar-se na superfície total censada. Deste modo, nom é possível conhecer a situaçom concreta na que quedárom essas terras.

O único que podemos dizer em relaçom com este tema é que, a priori, som três as possibilidades que existem, os destinos possíveis que pudérom ter essas superfícies: o primeiro é o passo a usos urbanos; o segundo consiste na sua dedicaçom à produçom florestal; e a terceira possibilidade é que as terras quedaram abandonadas, sem ser objecto de nengum aproveitamento. Devemos

reter estes três destinos possíveis, pero sem que podamos precisar polo momento a importância relativa que tivo cada um deles.

b. As indicaçons que nos oferecem outras fontes de informaçom.

Aparte dos censos agrários, nom contamos em Galiza com nengum outro tipo de dados estatísticos, nem tampouco com estudos empíricos, referidos ao tema da mobilidade da terra; dados e estudos nos que se analise directamente o funcionamento dos mecanismos de mobilidade das terras (mercado de compra-vendas, e arrendamento). Assi, carecemos totalmente de estatísticas sobre as compra-vendas no mercado de terras, que nos permitam conhecer o volume das transacçons registadas, as características de compradores e vendedores, etc. E nom dispomos tampouco de nengum estudo comarcal no que se abordem estas questons, a partir de umha recolhida directa de informaçom. Do mesmo modo, nom foi realizado até agora nengum intento de analisar directamente as mudanças na estrutura das exploraçons, em áreas reduzidas e baseando-se em inquéritos directos; análises nas que se tratara de conhecer: o número de exploraçons desaparecidas ao longo de um certo período, o destino das superfícies que fórom liberadas por estas unidades (que parte fórom vendidas a outro agricultor, que proporçom foi cedida em arrendamento,...), etc.

Em conseqüéncia, dada a precariedade da evidéncia empírica disponível, as conclusons que acabamos de exponher devem tomar-se com um certo carácter provisório, à espera de que análises mais detalhadas e apoiadas numha recolhida directa de informaçom, nos permitam precisar esse diagnóstico inicial.

Nom obstante, podemos sinalar que a imagem que se desprende das cifras dos censos agrários, coincide em linhas gerais com as impressons que manifestam sobre este tema os estudosos e os observadores directos da agricultura galega. Neste sentido, ainda que carecemos de análises baseadas numha recolhida sistemática de dados, si contamos com indicaçons fragmentárias sobre estas questons, que som oferecidas em diversos estudos. Estas indicaçons corroboram de forma unánime a conclusom esencial antes obtida (a escassa mobilidade da terra que se produziu aqui durante as últimas décadas), reafirmando, pois, a sua veracidade; e aportam, ademais, algumhas precisons adicionais sobre a evoluçom registada neste aspeito.

Em primeiro lugar, podemos citar aqui as referéncias ao tema que aparecem em diversos estudos comarcais, realizados ao longo dos 10 ou 15 últimos anos. Estas referéncias limitam-se sempre a algumhas afirmaçons de carácter geral, baseadas na observaçom directa da realidade; sem que se efectue umha análise

detalhada dos fenómenos implicados, nem se aportem tampouco dados sistematizados sobre o particular. Ainda assi, hai que salientar que o diagnóstico geral é sempre o mesmo. Todos os estudos, apesar de referir-se a zonas do agro galego de características mui diversas, coincidem em sinalar a escassa mobilidade da terra, e em especial o bloqueio que regista o mercado de terras[77]. Esta é, por outro lado, umha imagem recurrente, que se repite com muita freqüéncia nas obras referidas às características e a problemática actual da nossa agricultura: a escassa mobilidade da terra, a tendéncia a reter as superfícies por parte dos proprietários emigrados,...[78] .

Especial interesse tem para nós umha informaçom praticamente inédita, que procede de um estudo realizado a princípios dos anos 80 pola consultora IDASA. Na parte deste estudo referida em concreto ao sector agrário, efectuou-se umha recolhida directa de informaçom, ao través de entrevistas aos Agentes de Extensom Agrária; seleccionando um total de 40 Agéncias comarcais, a metade aproximadamente das existentes em Galiza. Com estas entrevistas, tratava-se de obter umha primeira aproximaçom à situaçom da agricultura nas distintas zonas; valendo-se para isto de umhas persoas que, pola sua profissom, podem considerar-se como bons conhecedores e informadores qualificados sobre a realidade agrária de cada comarca. Pois bem, entre os temas abordados no questionário, figuram aqueles que nos interessam aqui: o grau de mobilidade da terra, a importáncia das transacçons no mercado de terras, etc. Imos tratar de

---

[77] Ver por exemplo a imagem coincidente que se oferece, em relaçom com este tema, para duas zonas tam distintas como a comarca de Negreira e as montanhas orientais de Lugo, nos estudos:

-BESANCON, Sibylle /CHEVASSUS, Emmanuelle, Quel avenir pour le minifundisme galicien ?: les exploitations laitiéres de la comarca de Negreira face à l'entrée de l'Espagne dans la CEE. op. cit., pp. 77-78.

-LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura productiva de la agricultura en la montaña de Lugo. op. cit., pp. 96-99.

[78] Consultar por exemplo:

-ABAD FLORES, Odón L., Una opción para la reforma agraria de Galicia., Imp. Cromograf, Madrid, 1977.

A questom da falta de mobilidade da terra, e o problema das terras abandonadas pertencentes a proprietários ausentes, som dous dos temas centrais que recorrem toda a análise e as propostas que se apresentam nesta obra.

Em relaçom com isto mesmo, consultar também:

-PLANCHUELO ARIAS, Emilio, "La propiedad rústica de los ausentes y el problema de las tierras incultas en el minifundio lucense.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 74, janeiro-março 1971, pp. 77-99.

resumir a continuaçom as conclusons que se deduzem das respostas oferecidas para as distintas comarcas[79].

-Para começar, hai umha primeira conclusom geral, que se repite de modo unánime em todas as comarcas: o volume de transacçons no mercado de terras agrárias é em todas as zonas mui reduzido; e, num plano mais geral, regista-se umha escassa mobilidade da terra, tanto ao través das compra-vendas como das cesons em arrendamento. Assi, das superfícies que vam quedando liberadas a causa da desapariçom de exploraçons, mui poucas som vendidas ou arrendadas aos agricultores que permanecem no sector.

-Observa-se também umha coincidéncia geralizada, à hora de indicar as causas ou a origem dessa escassa mobilidade da terra. Na opiniom dos Agentes de Extensom Agrária, estas causas estám do lado da oferta, no comportamento que caracteriza aos proprietários das superfícies liberadas. Estes proprietários, que som na sua maioria antigos agricultores ou herdeiros de agricultores que abandonárom o sector, rara vez está dispostos a vender as terras; e nom aceitam tampouco cede-las em arrendamento mediante contratos a médio ou longo prazo. Deste modo, ainda que a demanda de terras livres por parte dos agricultores da zona seja intensa, como se fai constar nalgumhas comarcas, o bloqueio da oferta impide que se produza um agrandamento significativo das exploraçons supervivintes.

No informe que estamos comentando, resumem-se assi as respostas obtidas dos Agentes de E.A. sobre este aspeito:

"La posible concentración de la propiedad se ve prácticamente impedida por la escasez de oferta de tierras. Incluso emigrantes casi definitivos que llevan en el extranjero más de 8 o 10 años no venden las tierras. Se reservan su propiedad para el retiro (...).

El arrendamiento de tierras, que podría ser una alternativa para concentrar si no la propiedad sí las explotaciones, prácticamente no existe (...). La Ley de Arrendamientos actual, pensada para casos de relación entre colonos y propietarios latifundistas, no les resulta conveniente porque les impide disponer de sus

---

[79] Os detalhes sobre as características deste inquérito, e a reproduçom das respostas obtidas, figuram no documento:

-IDASA, Estudio de reconocimiento territorial de Galicia. Informes comarcales del sector agrario. 4 tomos (um para cada província), Documento interno de trabajo sectorial, sem data.

tierras en caso de que la situación en la emigración empeore."[80]

Como vemos, nestes párrafos apontam-se também algumhas hipóteses, sobre as motivaçons concretas que podem empuxar aos proprietários a reter as superfícies, e portanto sobre os factores concretos que obstaculizam a oferta das superfícies liberadas. E o acento pom-se nas que denominamos anteriormente como "motivaçons extra-económicas" (desejo de conservar as terras como um seguro perante a incertidume da emigraçom, ou com vistas a retornar a elas no momento da jubilaçom). Pero nom nos imos deter por agora neste tema, do que nos ocuparemos extensamente em epígrafes posteriores. O que nos interessa precisar polo momento é a evoluçom observada neste aspeito, sem entrar nos seus factores explicativos.

-A terceira conclusom que devemos destacar é a seguinte: o feito de que as superfícies liberadas nom sejam vendidas nem tampouco arrendadas a outros agricultores, nom significa, sem embargo, que todas elas quedem abandonadas ou dedicadas a usos nom agrários. A informaçom suministrada polos Agentes de E.A., indica que um fenómeno freqüente é a cesom em precário das terras a um familiar ou vizinho, para que estes as cuidem e as trabalhem[81]. Estas cesons produzem-se mediante acordos verbais, sem nengumha garantia para o tomador e sem umha duraçom determinada, de tal modo que o proprietário poda recuperar as superfícies em qualquer momento.

Outros observadores directos da agricultura galega coincidem em sinalar também este mesmo fenómeno, como algo relativamente extendido nas últimas décadas: as cesons em precário das superfícies liberadas a outros agricultores[82].

A primeira vista, semelha que nestes casos as terras si som mobilizadas por outras exploraçons, servindo para ampliar a sua base territorial. E, portanto, isto

---

[80] IDASA, Estudio de reconocimiento territorial de Galicia. Informes comarcales del sector agrario. op. cit., pp. 590-591.

[81] Assi, nas respostas destes Agentes aparecem, em muitos casos, afirmaçons do estilo da seguinte (que corresponde em concreto à Agéncia de Forcarei): *"el emigrante prefiere ceder el terreno en precario a algún familiar o vecino, antes que vender sus tierras."*

[82] Ver por exemplo a descriçom que realiza A.Bouhier, baseando-se na observaçom directa da realidade, sobre as mudanças ocorridas na estrutura das exploraçons durante os anos 60:
-BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1107-1116.

obriga a matizar as conclusons que expuxemos anteriormente, baseando-nos nas cifras dos censos agrários. Dacordo com a nova evidéncia empírica que acabamos de recolher, nom é certo que a prática totalidade das superfícies liberadas nas últimas décadas quedaram desvinculadas da produçom agrária, abandonadas ou dedicadas a outros usos. Umha boa parte destas superfícies, sem que podamos precisar a sua quantia, fórom cedidas mediante acordos verbais a outros agricultores, possibilitando assi o agrandamento das suas exploraçons.

Agora bem, resulta mui discutível que isto poda considerar-se em rigor como umha forma de mobilidade das terras; e, desde logo, nom pode homologar-se com as situaçons nas que se produze a venda das superfícies, ou o seu arrendamento a longo prazo. A precariedade dessas cesons, a auséncia total de seguridade e de garantias de estabilidade para o tomador das terras, condiciona fortemente o uso do que estas som objecto; e, num plano mais global, isso desincentiva a realizaçom doutras mudanças na exploraçom, para adaptar-se à superfície ampliada, dada a falta de seguridade no seu disfrute. Deste modo, se é certo que nom se produze um abandono completo das terras, as características destas cesons levam com toda probabilidade à sua subutilizaçom, impedindo um adeqüado aproveitamento das mesmas[83].

Em conseqüéncia, a matizaçom que este fenómeno introduze na nossa conclusom inicial é só relativa.

-Finalmente, queda-nos por comentar a informaçom que oferecem as respostas dos Agentes de E.A. sobre umha última questom: o destino das superfícies liberadas que nom fórom transferidas a outra exploraçom (isto é, aquelas que nom fórom vendidas, nem arrendadas, nem cedidas em precário, a outro agricultor). Como já indicamos, aqui existem trés possibilidades: o abandono puro e simples das terras, a sua florestaçom, e o passo a usos urbanos.

A primeira situaçom, o abandono de superfícies liberadas, é constatada em muitas das comarcas, confirmando pois a existéncia deste processo durante as últimas décadas. Ainda que a informaçom oferecida nom permite precisar a importáncia quantitativa que isto tivo nas diversas zonas do agro galego.

---

[83] As limitaçons que tenhem estas cesons em precário, como forma de mobilidade da terra, som destacadas na obra:

-OCDE, Les obstacles à la mobilité des terres. op. cit., pp. 55-56.

Neste estudo alude-se à freqüéncia deste tipo de cesons nos países do sul de Europa, e concretamente em Grécia e Itália. Feito este que resulta interessante sinalar, já que parece apontar a que este fenómeno está extendido sobretodo nos países europeios com um menor nível de desenvolvimento agrário (encaixando nisto a realidade observada em Galiza).

Algo mais concretas som as indicaçons que encontramos sobre a segunda das situaçons possíveis: o destino das superfícies liberadas ao repovoamento florestal. Este fenómeno aparece mencionado sobretodo para certas comarcas, que coincidem em boa medida com aquelas onde a florestaçom de terras de propriedade particular alcançou, dacordo com as estatísticas gerais, umha maior intensidade nas 3 ou 4 últimas décadas. Concretamente, figuram aqui as comarcas que se correspondem com as seguintes Agéncias de E.A.: Cedeira e Ortigueira, no extremo norocidental da província de A Corunha; Viveiro, no norte de Lugo; e A Estrada e A Canhiça, na província de Pontevedra. Em todas estas zonas, os Agentes de E.A. citam, como um feito freqüente, a plantaçom com pinheiros ou eucaliptos de terras pertencentes a antigos agricultores emigrados[84]. Ao deixar de trabalhar as superfícies, estes proprietários optam por repovoar umha parte delas. Pero, ademais disso, nalgumhas comarcas alude-se também às florestaçons realizadas por medianos ou grandes proprietários absentistas. No que respeita ao tipo concreto de superfícies que som arvoradas, estas correspondem na sua maioria a terreos que estavam a monte baixo; pero também se menciona, como algo relativamente extendido, a florestaçom de parcelas anteriormente dedicadas a lavradio ou a pastos.

Por último, queda a possibilidade de que as superfícies liberadas nom sejam transferidas a outras exploraçons agrárias devido ao seu passo a usos urbanos. Este tipo de fenómeno, como caberia agardar a priori, é destacado, como algo de forte magnitude quantitativa, nas áreas próximas aos principais núcleos urbano-industriais.

Portanto, no que respeita a este ponto, a informaçom dos Agentes de E.A. confirma a existéncia dos trés processos (o repovoamento florestal de superfícies liberadas, o passo de algumhas delas a usos urbanos, e o abandono de parte

---

[84] A modo de ilustraçom, reproduzimos as respostas relacionadas com este tema, que se oferecem para algumhas das comarcas:

-Comarca de Cedeira: *"Cuando se produce la emigración, la explotación se cede en precario a familiares o vecinos, o más frecuentemente se plantan eucaliptos."* (IDASA, op. cit., pag. 98)

-Comarca de Ortigueira: *"Cuando el vecino emigra, planta eucaliptos."* (Ibidem, pag. 129)

-Comarca de A Estrada: *"La zona alta se está repoblando con eucaliptos, por un período de 40 años, contratada con una celulosa. Esta zona podría ser de pastizal y ser más rentable, pero los emigrantes prefieren contratar con la celulosa y dejarlo repoblado."* (Ibidem, pag. 463)

destas terras); ainda que nom permite precisar a importáncia quantitativa de cada um deles.

c. Umha via alternativa para a mobilidade da terra e as transformaçons estruturais no sector agrário: as agrupaçons para a exploraçom em comum das terras.

Ademais das compra-vendas e o arrendamento, existe outra via que pode permitir a mobilidade das superfícies agrárias, e a sua concentraçom em unidades produtivas de maior dimensom: a constituçom de agrupaçons para a exploraçom em comum das terras. No caso de Espanha, e referindo-nos às últimas décadas, som duas as fórmulas principais que podiam ser utilizadas para efectuar essa agrupaçom: os "Grupos Sindicales de Colonización", denominados posteriormente "Sociedades Agrarias de Transformación" (SAT); e as cooperativas de exploraçom em comum[85]. Tanto umha como outra fórmula, permitem integrar numha única unidade de produçom as superfícies pertencentes a diferentes exploraçons individuais, possibilitando assi umha concentraçom de exploraçons agrárias. Ademais, estas fórmulas associativas podem servir também para mobilizar as terras liberadas a causa da desapariçom de exploraçons, evitando que estas fiquem abandonadas. Isto é assi, devido a que entre os sócios destas agrupaçons podem figurar proprietários que nom trabalham directamente as terras, e que aportam estas á cooperativa ou SAT. Deste modo, para os proprietários de superfícies liberadas, ademais da opçom de vender ou ceder estas em arrendamento a um agricultor, existia umha terceira possibilidade: aportar as terras a umha SAT ou a umha cooperativa de exploraçom comunitária.

De feito, distintos autores tenhem resaltado a importáncia que alcançárom durante as últimas décadas, e sobretodo nos anos 60 e 70, estas fórmulas associativas nalgumhas regions espanholas, como mecanismo de transformaçom das suas estruturas agrárias. Em concreto, destaca neste aspeito o território da actual Comunidade Autónoma de Castilla-León, onde se estimava que a princípios dos anos 70, *"el número de hectáreas cultivadas*

---

[85] Sobre as características de cada umha destas fórmulas e as diferéncias existentes entre elas, consultar por exemplo:
-JORDAN RODRIGUEZ, Manuel, Cooperativas para a explotación en común de terras e gando leiteiro en Galicia., Tese de doutoramento inédita, Fac. de CC. Económicas, Universidade de Santiago de Compostela, 1992, pp. 33-42.

bajo distintos tipos de agricultura asociativa sumaba más de 800.000 Ha (aproximadamente, el 15% de la SAU total de la Comunidad Autónoma)."[86]

No que se refire à agricultura galega, acabamos de ver que a reestruturaçom operada tanto ao través do mercado de terras como do arrendamento foi mui escassa. Em conseqüéncia, com o fim de completar a análise sobre a evoluçom registada neste aspeito, devemos perguntar-nos pola relevância que tivo na prática esta outra via de reforma estrutural: a constituçom de unidades de exploraçom em comum da terra (cooperativas e SAT).

Para aclarar esta questom, contamos em primeiro lugar com os dados que nos oferecem os censos agrários, referidos à distribuçom das exploraçons censadas segundo a condiçom jurídica do titular. Este tipo de informaçom aparece nos resultados dos trés últimos censos, pero aos nossos efeitos é suficiente com analisar as cifras publicadas polos dous últimos (os de 1982 e 1989).

Na classificaçom que se estabelece no censo agrário de 1982 (sobre a condiçom jurídica dos titulares de exploraçom), figura a rúbrica "Agrupación"; diferenciando, à sua vez, dentro dela duas categorias: as "Sociedades Agrarias de Transformación", e as "Cooperativas". Portanto, as cifras suministradas nesta data adaptam-se bastante bem ao que pretendemos conhecer aqui[87]. Nom ocorre o mesmo com os dados publicados polo censo de 1989, devido a que neles unicamente aparecem registadas numha rúbrica independente as cooperativas, figurando as SAT englobadas dentro da rúbrica residual "Otra

---

[86] SUMPSI, José Ma., "El mercado de la tierra y la reforma de las estructuras agrarias.", op. cit., pag. 28.

Dessa superfície, a maior parte correspondia a "Grupos Sindicales de Colonización" (as actuais SAT), fórmula esta que tivo umha difusom muito maior que as cooperativas. (ver: Ibidem, pp. 28-31)

[87] Das definiçons censais deduze-se que nessas rúbricas só figuram as agrupaçons para a exploraçom em comum de terras e/ou gado, que som as que nos interessam. Assi, a definiçom utilizada é a seguinte:

"Agrupación. Se considera como tal la explotación en común de tierras y/o ganado con cierto carácter económico-social, como son las Sociedades Agrarias de Transformación (SAT) y las cooperativas." (INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia., INE, Madrid, 1985, pag. XI)

condición jurídica"[88]. Assi, neste caso tam só podemos conhecer o número e a superfície ocupada polo primeiro tipo de agrupaçons (as cooperativas).

De qualquer modo, apesar desta limitaçom que apresentam as cifras de 1989 e das inexactitudes que pode haver nos dados de ambos censos, os resultados nom deixam lugar a dúvidas, indicando claramente que estas fórmulas associativas tivérom na agricultura galega umha difusom sumamente reduzida **(ver quadro 10.1)**[89].

Assi, o censo agrário de 1982 registou em Galiza 47 SAT e 58 cooperativas de exploraçom comunitária; em total, pois, as agrupaçons para o cultivo em comum das terras que existiam neste ano eram 105, o que representa umha proporçom insignificante (o 0,03%) do total de exploraçons censadas. Analisado em termos de superfície, o peso destas agrupaçons era algo maior, pero mantinha-se em cifras mui pouco relevantes: o conjunto das SAT e as cooperativas ocupavam umha SAU de 3.743 hes, o que suponhia unicamente o 0,57% da SAU global (ver quadro 10.1).

Hai que salientar, isso si, a elevada dimensom média que apresentam estas unidades produtivas, para o contexto do agro galego. Assi, no caso das cooperativas a SAU média por exploraçom é de 33,1 hes, e nas SAT esta cifra eleva-se a 38,8 hes. Em comparaçom, a SAU média que resultava para o total de exploraçons censadas nesta data era de 1,82 hes; e se tomamos as exploraçons dirigidas por um titular persoa física, essa superfície média era de 1,78 hes. Estes dados fam pensar[90] que, naqueles casos em que se produziu a constituçom dessas agrupaçons para o cultivo em comum, isto tivo importantes efeitos estruturais, possibilitando um forte incremento no tamanho das exploraçons (em relaçom com a situaçom existente com anterioridade). Sem embargo, dada a escassa difusom que tivo este fenómeno, o seu impacto global sobre as estruturas produtivas existentes na agricultura galega, foi sumamente limitado, praticamente insignificante podemos dizer.

---

[88] Sobre a classificaçom e as definiçons empregadas neste censo consultar:
-INE, Censo Agrario 1989. Proyecto., INE, Madrid, 1989, pag. 19.

[89] Tal como precisamos no próprio quadro, as cifras que recolhemos aqui refirem-se tam só às "exploraçons com terras", estando excluídas as unidades "sem terras" (isto é, as exploraçons de gadaria intensiva). O motivo de proceder assi é que som as cooperativas e SAT "com terras" as únicas que nos interessam, porque é nestes casos onde se dá umha agrupaçom de superfícies para o seu cultivo em comum.

[90] Para poder afirmar isto com absoluta seguridade necessitaríamos conhecer o tamanho das exploraçons individuais que se integrárom nas SAT ou cooperativas. Mais adiante oferecemos alguns dados ao respeito.

Os comentários anteriores estavam baseados nas cifras de 1982; e referiam-se, portanto, à evoluçom registada durante ada durante os anos 60 e 70. Os dados oferecidos polo censo agrário de 1989, ainda que se limitam unicamente às cooperativas, ponhem de manifesto que essas mesmas conclusons som também aplicáveis, em termos gerais, para a etapa mais recente. Concretamente, o número de cooperativas de exploraçom em comum da terra contabilizadas no último censo é de 109, o 0,03% do total de exploraçons censadas; e a SAU que ocupam essas unidades ascende a 2.906 hes, o 0,43% da SAU global (ver quadro 10.1).

Quadro 10.1. Importáncia que tenhem as agrupaçons para a exploraçom em comum das terras dentro do total de exploraçons agrárias existentes em Galiza. Cifras oferecidas polos censos agrários de 1982 e 1989 (1)

A. CENSO AGRARIO DE 1982.

Tipo de exploraçons	Número	SAU (hes)	Superfície total (hes)	SAU/ explor. (hes)
a. "Sociedades Agrarias de Transformación" (SAT)	47	1825	4042	38,8
b. Cooperativas	58	1918	2478	33,1
c. Total SAT e cooperativas	105	3743	6520	35,6
d. Total de exploraçons censadas	360436	655042	2241967	1,8
c/d (%)	0,03%	0,57%	0,29%	

B. CENSO AGRARIO DE 1989 (2).

Tipo de exploraçons	Número	SAU (hes)	Superfície total (hes)	SAU/ explor. (hes)
a. Cooperativas	109	2906	8602	26,7
b. Total de exploraçons censadas	358886	675045	2217151	1,9
a/b (%)	0,03%	0,43%	0,39%	

(1) Todas as cifras que oferecemos refirem-se unicamente às "exploraçons com terras".
(2) Nos quadros de resultados deste censo nom é possível conhecer os dados referidos às SAT, devido a que este tipo de exploraçons aparecem englobadas dentro da rúbrica "Otra condición jurídica".

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1982, 1989.
Elaboraçom própria.

Entrando num maior detalhe, observa-se aí um incremento a respeito de 1982, tanto no número de cooperativas (de 58 a 109), como na SAU que ocupam (de 1918 hes a 2906 hes); o que sugire que durante o período 1982-1989 se produziu a constituçom de novas unidades deste tipo. Pero, apesar

disso, o seu peso global no conjunto da agricultura galega continua sendo totalmente irrelevante.

Ademais, a evoluçom que indicam estas cifras para o último período intercensal creemos que deve tomar-se com certas reservas. A nossa impressom é que boa parte das novas cooperativas que som registadas em 1989, correspondem a entidades que tenhem por fim o aproveitamento de montes vizinhais[91]. E nestes casos, suponhendo que se constituiu efectivamente umha cooperativa, o seu efeito nom é o de concentrar terras de propriedade individual em exploraçons de maior tamanho; senom que, no melhor dos casos, este efeito consistirá numha melhora do aproveitamento das superfícies, sem afectar à dimensom das exploraçons. De qualquer modo, sejam ou nom correctas estas precisons adicionais, a conclusom esencial nom apresenta dúvidas.

Até aqui a análise dos dados que oferecem sobre este tema os censos agrários. Aparte disso, contamos neste aspeito com a informaçom mais rigorosa, que suministram alguns registos estatísticos oficiais referidos às entidades associativas agrárias; e também com a que foi obtida nalgum estudo monográfico realizado em Galiza sobre esta questom. Estas fontes mais precisas registam, em geral, um número de exploraçons associativas na nossa agricultura inferior ao que se desprende dos censos agrários[92], polo que reafirmam ainda mais as conclusons que expuxemos nos párrafos anteriores.

Em particular, hai que destacar neste ponto a exaustiva investigaçom realizada por M.Jordán, sobre um tipo concreto de exploraçons associativas, correspondentes também a um subsector concreto: as cooperativas de exploraçom em comum da terra na produçom bovina[93]. Ainda que o estudo se limita a este subsector, se temos em conta o peso que este tem na agricultura galega, podemos afirmar que figuram aqui a grande maioria das cooperativas de exploraçom comunitária existentes no nosso agro. Pois bem, dos resultados que se obtenhem neste estudo interessam-nos sobretodo dous aspeitos:

---

[91] Esta é a impressom que se desprende, ao analisar nas cifras de 1989 a distribuçom das cooperativas segundo a sua superfície total, e a relaçom SAU/Sup.total; e ao comparar isso com os dados do censo de 1982.

[92] Consultar ao respeito:
-JORDAN RODRIGUEZ, Manuel, Cooperativas para a explotación en común... op. cit., pp. 42-47.

[93] A investigaçom à que aludimos é a que citamos já em notas anteriores:
-JORDAN RODRIGUEZ, Manuel, Cooperativas para a explotación en común... op. cit.

-O primeiro refire-se à importáncia global que tenhem estas unidades produtivas. Dacordo com o reconto directo efectuado polo autor, o número de cooperativas constituídas no citado subsector até finais de 1983 era unicamente de 58; ocupando estas, no momento da sua criaçom, umha SAU de 1.901 hes, e umha superfície total (incluíndo o monte) de 2.522 hes[94]. Ademais, dessas 58 cooperativas constituídas até 1983, tam só 34 seguiam funcionando nesta data, mentres que as 24 restantes estavam já disoltas[95].

-O outro aspeito a salientar refire-se à transformaçom estrutural, ao incremento no tamanho das unidades produtivas, que se derivou da constituçom dessas cooperativas. Os dados que sobre esta questom se oferecem no estudo, podem resumir-se assi: de umha situaçom inicial na que as 2.522 hes estavam distribuídas entre 661 casas, com umha média de 3,86 hes por casa, passou-se à agrupaçom dessa superfície em 58 cooperativas, cujo tamanho médio era de 43,5 hes[96].

Estas cifras mais precisas corroboram, pois, as duas afirmaçons esenciais que antes realizamos: a constituçom de cooperativas de exploraçom em comum, naqueles casos em que se produziu, possibilitou um forte aumento na dimensom das unidades produtivas; sem embargo, a difusom que tivérom estas fórmulas associativas na agricultura galega foi sumamente reduzida, polo que o seu impacto global sobre a evoluçom das estruturas agrárias foi praticamente insignificante.

d. Umha breve recapitulaçom.

Vemos, em definitiva, que toda a evidéncia empírica disponível avala, em linhas gerais, a conclusom esencial que obtivemos no capítulo VII, baseando-nos nas cifras dos censos agrários: a mobilidade da terra que se registou na agricultura galega ao longo das últimas décadas foi mui reduzida; de tal modo que, das superfícies liberadas como conseqüéncia da desapariçom de exploraçons, mui poucas fórom transferidas a outras unidades produtivas, permitindo assi a sua ampliaçom.

---

[94] Ver: JORDAN RODRIGUEZ, Manuel, op. cit., pag. 83.

[95] Ver: Ibidem, pag. 62.

[96] Ver: Ibidem, pp. 316 e ss.

Isto é certo tanto para a mobilidade operada ao través do mercado de terras, como para a que se produziu por médio do arrendamento; ambas tivérom escassa importáncia. E, por último, a via da constituçom de cooperativas ou SAT nom jogou tampouco um papel apreciável, como mecanismo de reforma estrutural.

A única matizaçom que compre fazer a essa conclusom geral, deriva-se do fenómeno que apontam muitos observadores directos: umha parte das superfícies liberadas fórom cedidas polos seus proprietários, mediante acordos verbais, a familiares ou vizinhos que continuam na agricultura. Nestes casos, as terras si fórom transferidas a outras exploraçons, possibilitando em princípio o seu agrandamento. Nom obstante, como já indicamos, a precariedade destas cesons dificulta muito o correcto aproveitamento das superfícies; polo que compre relativizar o efeito real dessas ampliaçons.

Essa é, em síntese, a imagem na que coincidem todos os dados e indícios disponíveis; polo que podemos admitir que se corresponde, em termos gerais, com a evoluçom registada realmente. Umha vez estabelecida esta imagem ou diagnóstico geral, a profundizaçom no estudo destes problemas exige avançar em duas direcçons:

-Por umha parte, o conhecimento mais detalhado e preciso da evoluçom que tem lugar neste aspeito, a melhora dos nossos conhecimentos empíricos sobre os diversos fenómenos implicados. Assi, por exemplo, seria necessário analisar directamente o funcionamento e as características que apresenta em Galiza o mercado de terras agrárias (volume das transacçons, nível dos preços da terra, características dos compradores e vendedores, etc.). Desde outro ponto de vista, compriria examinar de forma directa qual é o destino das superfícies que vam quedando liberadas, a causa da desapariçom de exploraçons.

Dado que carecemos quase por completo de estatísticas sobre esses fenómenos, o avance no seu estudo só pode lograr-se mediante investigaçons baseadas em inquéritos, ou outras formas de recolhida directa de informaçom.

-A outra direcçom na que devem encaminhar-se os esforços é a clarificaçom dos factores que explicam a evoluçom observada; a análise dos obstáculos que pudérom frear em Galiza a mobilidade da terra, sendo as causas da escassa mobilidade observada.

O avance nessas duas linhas de análise, tem que efectuar-se em boa medida de forma simultánea, sem que poda estabelecer-se entre elas umha seqüéncia

cronológica. A priori, pode parecer que a elaboraçom de esquemas ou hipóteses explicativas deve ir precedida de um conhecimento mais preciso da evoluçom operada. Pero, em sentido contrário, podemos afirmar que umha reflexom prévia sobre os condicionantes da mobilidade da terra, permite orientar melhor as análises empíricas, centrando a nossa atençom, e a recolhida de informaçom, naqueles aspeitos de maior relevância.

No nosso caso, e polo que respeita à orde da exposiçom, imos seguir esta segunda seqüéncia. Assi, no que resta deste capítulo apresentamos umha série de reflexons e de hipóteses, sobre os factores que condicionam em Galiza a mobilidade das terras agrárias, e sobre os possíveis obstáculos a esta mobilidade. E dedicaremos depois os dous últimos capítulos da investigaçom a profundizar na análise da evoluçom registada neste aspeito. Em concreto, no capítulo XI examinaremos as mudanças experimentadas na sua superfície por umha amostra de exploraçons durante o período 1978-1989, baseando-nos para isto nos resultados de um inquérito. E no capítulo XII aportaremos alguns dados sobre o funcionamento do mercado de terras na nossa agricultura.

2.2. Os factores explicativos da escassa mobilidade da terra que se constata em Galiza. Algumhas consideraçons iniciais.

A questom que pretendemos abordar aqui é a seguinte: quais som as causas que podem explicar a falta de mobilidade da terra, que se observa na agricultura galega ao longo das trés últimas décadas ?. Sendo mais precisos, podemos descomponher esta pergunta em duas diferentes: quais som os factores que explicam a escassa mobilidade que se regista no mercado de terras agrárias, a reduzida percentagem das superfícies liberadas que fórom vendidas aos agricultores que ficam no sector ?; e que factores pudérom obstaculizar a cesom destas superfícies em arrendamento, fazendo que tampouco este mecanismo alcançara umha difusom importante ?.

No quadro desta investigaçom, e dado o estado actual dos conhecimentos, nom estamos em condiçons de oferecer umha resposta totalmente acabada e precisa a estes interrogantes. Pero si podemos aportar umhas primeiras reflexons e hipóteses, que permitam avançar nessa direcçom. Este é o objectivo da análise que realizamos a continuaçom.

Com o fim de guiar ou orientar esta análise, resulta de grande utilidade o esquema que apresentamos na primeira parte do capítulo, sobre os condicionantes e os possíveis obstáculos à mobilidade das superfícies liberadas.

Vimos aí que som dous os tipos de factores que influem neste tema: por um lado, as variáveis que determinam a intensidade da demanda de terras livres exercida polos agricultores; e polo outro, os elementos que condicionam a oferta das terras liberadas para usos agrários (por parte dos seus proprietários).

Estes som, pois, os dous grupos de questons que devemos examinar, para tratar de explicar a evoluçom observada em Galiza:

-Em primeiro lugar, compre dilucidar a intensidade e as características, que apresenta aqui a demanda de terras livres por parte dos agricultores. Tendo em conta para isto as principais variáveis que incidem nesta demanda, e vendo os valores que registam estas variáveis na nossa agricultura.

-E do mesmo modo hai que proceder, no que respeita à oferta das superfícies liberadas: partir dos factores condicionantes e os possíveis obstáculos a esta oferta; e analisar, baseando-nos na informaçom empírica disponível, a situaçom que se regista no caso concreto de Galiza, a relevância que podem ter aqui os diversos obstáculos à oferta das terras.

Essa é, em síntese, a seqüência que imos seguir na exposiçom. Reiteramos que nom é a nossa pretensom oferecer umha explicaçom acabada e precisa para as questons plantejadas, senom só umha série de reflexons e hipóteses com certa base empírica. Muitas destas hipóteses deveriam ser contrastadas de forma mais detalhada e com maior detenimento em posteriores investigaçons. Pero, ao que si aspiramos, é a que estas reflexons sirvam para orientar correctamente o estudo dos obstáculos que fream em Galiza a mobilidade da terra, superando o estádio actual, caracterizado pola mera repetiçom de certos tópicos ou lugares comuns (como o que consiste em atribuir o problema, de forma exclusiva, ao apego afectivo à terra que tenhem os pequenos proprietários emigrados).

Antes de entrar propriamente na análise, hai umha questom prévia que nos parece necessário tocar brevemente: a que se refire à identidade dos proprietários das superfícies liberadas, os grupos sociais aos que pertencem estes proprietários. Tal como destacam alguns autores[97], a aclaraçom deste aspeito tem umha grande relevância, à hora de examinar os condicionantes da mobilidade da terra num espaço concreto. A razom é que esta mobilidade depende, em boa parte, do comportamento que caracteriza aos proprietários de terras livres; e este comportamento pode diferir de forma notável, segundo qual seja a origem social e o grupo social ao que estes pertencem.

---

[97] Consultar por exemplo:

-BRUN, André, "Droits de propriété et droits d'usage du sol agricole: un essai de description.", op. cit.

No caso da agricultura galega, e dada a estrutura da propriedade da terra aqui existente, hai um grupo que é absolutamente predominante entre os detentadores de superfícies liberadas: os "herdeiros nom agricultores da propriedade camponesa"; isto é, os pequenos proprietários de origem agrária que estám actualmente emigrados, ou que trabalham noutro sector da economia galega. A eles podemos unir outros dous colectivos, que tenhem também em comum o feito de tratar-se de proprietários de origem agrária, antigos cultivadores directos das terras que agora estám livres: os agricultores jubilados (que ainda nom transmitírom a propriedade das terras aos seus herdeiros); e os agricultores a tempo parcial (que deixárom de trabalhar parte das terras das que som donos).

Esses três grupos, e em especial o primeiro, som os que detentam em Galiza a propriedade da maior parte das superfícies liberadas. E, portanto, o seu comportamento em relaçom com a venda ou o arrendamento das terras, condiciona de modo esencial a dinámica da estrutura das exploraçons.

Agora bem, o forte predomínio desse grupo nom deve levar a esquecer que, dentro dos proprietários de superfícies liberadas ao longo das três últimas décadas, figura também outro colectivo: os que podemos denominar "absentistas tradicionais"; proprietários de mediana ou grande dimensom de origem nom agrária, e que tinham cedidas as terras a arrendatários ou caseiros. Se consideramos o conjunto da agricultura galega, a importáncia relativa que tem este colectivo é bastante reduzida. Pero nom sucede o mesmo em certas comarcas, como pudemos comprovar ao analisar os dados sobre os modos de tenéncia da terra e a sua evoluçom nas últimas décadas. Víamos ali que nalgumhas zonas da nossa geografia (ubicadas concretamente no interior da província de A Corunha e no tércio septentrional da de Lugo), existia a princípios dos anos 60 umha proporçom relativamente elevada de superfícies trabalhadas em regimes indirectos; que podemos suponher pertenciam aos que chamamos "absentistas tradicionais". E vimos também que, ao longo dos três últimos decénios, a maior parte dessas superfícies quedárom liberadas, devido ao abandono da actividade agrária polos arrendatários ou caseiros[98]. Em conseqüéncia, pode afirmar-se que, nestas zonas, umha percentagem importante das terras liberadas durante estes decénios pertencem a "absentistas tradicionais"; polo que o comportamento deste tipo de proprietários tivo aqui umha grande relevância, como condicionante da mobilidade da terra e das mudanças nas estruturas agrárias.

---

[98] Ver supra: apartado 3.2 do capítulo VII.

2.3. A demanda de terras livres por parte dos agricultores; análise da situaçom que se regista neste aspeito em Galiza.

a. A demanda potencial de terras.

a1. Os dados para o conjunto da agricultura galega.

Como vimos na primeira parte deste capítulo, a intensidade que alcança num determinado espaço agrário a demanda potencial de terras exercida polos agricultores, depende em princípio de um factor esencial: a rentabilidade que os produtores esperam obter da utilizaçom destas superfícies adicionais. Disto desprende-se, como também tivemos ocasiom de ver, que esta demanda está estreitamente vinculada com certas variáveis, entre as que podemos destacar:

-A superfície com a que contam actualmente as exploraçons, o tamanho que estas apresentam no momento actual.

-A densidade de mao de obra agrária existente na zona, e mais concretamente a densidade de trabalhadores agrários na plenitude da sua vida activa. Variável esta que determina o número de candidatos potenciais à compra ou arrendamento das superfícies que quedam liberadas.

-A existéncia nas exploraçons agrárias de factores de produçom fixos que estám subempregados (ou empregados de forma pouco rentável), sobre a sua superfície actual (devido à insuficiéncia desta superfície).

Pois bem, a análise de todas estas variáveis, sugire que na agricultura galega a demanda potencial de terras tivo que ser durante as últimas décadas intensa, e que isto continua sendo assi na actualidade. Cabe afirmar, portanto, que durante todo este período deveu existir aqui umha forte concurréncia entre os agricultores, por acceder ao uso de superfícies adicionais.

Fagamos um repasso pola evidéncia empírica referida a esses trés aspeitos.

No que respeita à primeira das variáveis (**o tamanho das exploraçons**), nom necessitamos extender-nos. Ao longo desta investigaçom (concretamente no capítulo VII), pudemos ver que a superfície média por exploraçom é em Galiza mui reduzida, muito menor que nos países do nosso entorno; e que se regista aqui um forte predomínio das unidades de pequena dimensom. Abundando neste tema, tam só hai um dado adicional que convém apontar: essa conclusom (a reduzida base territorial das exploraçons agrárias em Galiza), mantem-se também se efectuamos a comparaçom com outros países por subsectores ou orientaçons produtivas; em todas elas, a SAU média das exploraçons galegas é mui pequena, se o comparamos com o contexto espanhol

e comunitário[99]. Todo isto induze a pensar que no nosso agro tem que existir um grande número de agricultores interessados em ampliar a superfície que trabalham.

No mesmo sentido apontam também os dados de carácter demográfico, e concretamente os referidos à **densidade de mao de obra agrária por unidade de superfície**; ainda que neste caso compre matizar algo o que indicam as cifras iniciais.

Para ilustrar a situaçom que se regista actualmente neste aspeito, elaboramos dous quadros, referidos ambos a 1989:

-No primeiro, o **quadro 10.2**, calculamos os valores que apresentam em Galiza, Espanha e os restantes países membros da CEE-12, estes dous índices: o número de ocupados no sector agrário/ 100 hes de superfície total; e o número de ocupados no sector/ 100 hes de SAU.

-No **quadro 10.3** figuram os valores destes mesmos índices, pero tomando no numerador nom o total de ocupados agrários, senom só os menores de 55 anos. Como indicamos no seu momento, esta segunda opçom é mais adeqüada, se o que queremos é aproximar-nos ao número de candidatos potenciais que existem para fazer-se com as terras liberadas.

Começando polo primeiro quadro, podemos observar que o número de ocupados agrários/100 hes de ST alcança em Galiza as 12,8 persoas; cifra esta que é mais de três vezes superior à média da CEE-12 (4,0 ocupados), e supera claramente os valores que se registam em todos os países comunitários. Ademais, a densidade existente na nossa agricultura é muito mais elevada ainda, tanto em termos absolutos como de um ponto de vista comparado, se a referimos unicamente à SAU: 40,9 ocupados agrários/100 hes de SAU é a cifra em Galiza, o que multiplica por mais de 5 a média comunitária (7,1) (ver quadro 10.2). Isto último tem a sua origem no feito que já resaltamos reiteradamente, sobretodo no capítulo VIII: a reduzida percentagem da superfície total que ocupam no nosso agro as terras cultivadas e os pastos. Deste modo, se a densidade de mao de obra agrária é já de entrada elevada, isto acentua-se fortemente em relaçom à (reduzida) SAU, excluíndo as terras a monte.

---

[99] Em relaçom com isto consultar por exemplo:

-IDEGA, A economía galega. Informe 1990-1991. op. cit., pp. 80-100.

Neste estudo recolhem-se os dados sobre a estrutura produtiva das exploraçons por orientaçons técnico-económicas em 1987 (dacordo com a EEEA 1987), comparando a situaçom em Galiza com a dos estados membros da CEE-12.

Aplicado ao tema que nos ocupa aqui, esses dados reforçam a conclusom de que a demanda potencial de terras livres tem que ser na agricultura galega intensa; existindo umha forte concurréncia entre os agricultores por acceder a superfícies adicionais.

Quadro 10.2. Número de ocupados no sector agrário por cada 100 hes de superfície total, e por cada 100 hes de SAU. Comparaçom de Galiza com Espanha e os restantes estados membros da CEE. 1989

	No. de ocupados agrários (1) / 100 hes de ST	No. de ocupados agrários (1) / 100 hes de SAU
Portugal	9,0	18,3
Grécia	7,3	16,8
Holanda	7,2	14,2
Itália	6,5	11,3
R.F. Alemanha	4,1	8,5
Dinamarca	3,7	5,7
Bélgica	3,3	7,2
França	2,5	4,5
Luxemburgo	2,4	4,8
Reino Unido	2,4	3,2
Irlanda	2,3	2,9
CEE-12	4,0	7,1
Espanha	3,2	5,9
Galiza (2)	12,8	40,9

(1) Ocupados no sector "agricultura, caça, silvicultura, e pesca".
(2) Os dados de superfície correspondem aqui a 1988.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-12 (incluída Espanha):
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991.
-Para Galiza:
MAPA, Anuario de Estadística Agraria 1989.
INE, Encuesta de Población Activa. IV trimestre 1989.
Elaboraçom própria.

Agora bem, essas cifras iniciais necessitam ser matizadas, tendo em conta o seguinte feito: umha elevada proporçom da mao de obra agrária existente na actualidade em Galiza, corresponde-se com persoas de idade avançada, que dificilmente podem jogar um papel activo como demandantes de terras livres. Se excluímos estes agricultores de idade avançada, segue-se obtendo umha densidade de mao de obra comparativamente alta, e portanto continua sendo válida a conclusom geral que expuxemos; pero esta densidade é muito menor da

constatada inicialmente. Isto pode comprovar-se no quadro 10.3, onde figura a densidade de ocupados agrários menores de 55 anos.

Quadro 10.3. Número de ocupados agrários menores de 55 anos por cada 100 hes de superfície total, e por cada 100 hes de SAU. Comparaçom de Galiza com Espanha e os restantes estados membros da CEE-12. 1989

	No. de ocupados agr.< 55 anos (1) / 100 hes de ST	No. de ocupados agr.< 55 anos (1) / 100 hes de SAU
Portugal	5,9	12,0
Holanda	5,7	11,2
Grécia	4,6	10,5
Itália	4,5	7,8
R.F. Alemanha	2,8	5,9
Dinamarca	2,7	4,1
Bélgica	2,5	5,4
Luxemburgo	1,8	3,7
Reino Unido	1,8	2,4
França	1,8	3,2
Irlanda	1,5	1,9
CEE-12	2,8	4,9
Espanha	2,2	4,1
Galiza (2)	7,6	24,3

(1) Ocupados no sector "agricultura, caça, silvicultura, e pesca".
(2) Os dados de superfície correspondem aqui a 1988.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-12 (incluída Espanha):
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991.
-Para Galiza:
MAPA, Anuario de Estadística Agraria 1989.
INE, Encuesta de Población Activa. IV trimestre 1989.
Elaboraçom própria.

Finalmente, imo-nos extender algo mais no exame do terceiro tipo de variáveis ou fenómenos que citamos antes: a **existência de exploraçons que contam com factores de produçom fixos subempregados, ou deficientemente utilizados, na sua superfície actual.**

O primeiro factor de produçom fixo que devemos considerar é a mao de obra familiar. Constitue umha questom complexa o determinar em que medida existe nas exploraçons agrárias galegas um **subemprego da mao de obra**, entendido isto em sentido estrito: que o tempo de trabalho destas persoas é inferior à jornada normal de um ocupado a tempo completo; ou, dito noutras

palavras, que as exploraçons poderiam obter a mesma produçom prescindindo de parte da mao de obra com a que contam, e sem efectuar nengumha modificaçom na tecnologia nem no volume dos restantes factores produtivos[100]. Pero, à margem disso e sem entrar a fondo no tema, o que si podemos afirmar é que a superfície da que disponhem umha grande parte das exploraçons, é insuficiente para empregar de forma rentável a sua mao de obra familiar. E, portanto, temos aqui um fenómeno que deveu estimular durante as últimas décadas a demanda de terras livres, o desejo de ampliar a base territorial das unidades produtivas.

Os dados que podemos aportar para avalar essa afirmaçom som muitos e de procedéncia diversa. Assi, estám em primeiro lugar as cifras referidas à densidade global de mao de obra agrária, como as que acabamos de analisar. Cabe citar também os dados que oferecem os dous últimos censos agrários e a EEEA 1987, que permitem calcular o número de UTA por exploraçom ou por hectare, nas unidades dos diferentes grupos de tamanho[101]. Por último, contamos também com a informaçom sobre o emprego da mao de obra nas exploraçons agrárias, que recolhem alguns estudos comarcais baseando-se em inquéritos[102]. Todos estes dados apontam à mesma conclusom: a existéncia de um grande número de exploraçons, que contam com umha superfície insuficiente para empregar de forma rentável a sua mao de obra familiar.

A isso hai que unir outro fenómeno, que adquiriu umha notável relevância na agricultura galega durante as últimas décadas: **o subemprego da maquinária, a existéncia em muitas exploraçons de um**

---

100 Sobre a existéncia ou nom de subemprego assi entendido, som de interesse, apesar da sua antigüidade, as estimaçons das necessidades de mao de obra agrária realizadas a finais dos anos 60 num estudo publicado polo Ministério de Trabalho. Consultar:
-MINISTERIO DE TRABAJO. DIRECCION GENERAL DE EMPLEO, El empleo agrícola., Madrid, 1967 (os cálculos referidos a Galiza figuram nas páginas 216-248)

101 Ver por exemplo a elaboraçom dos resultados da EEEA 1987, que se realiza no informe:
-IDEGA, A economía galega. Informe 1990-1991. op. cit., pp. 61-100.

102 Ver por exemplo os dados para a Comarca Central de Lugo que se oferecem no estudo:
-CAMILLERI, Arturo, e outros, Situación y perspectivas de la agricultura familiar en España. op. cit., pp. 83 e ss.

sobreequipamento neste tipo de bens de capital, em relaçom com a base territorial da que disponhem.

O problema pode formular-se, em síntese, do seguinte modo. A forte reduçom que experimentou o volume de mao de obra na nossa agricultura ao longo das décadas recentes, unido a outras mudanças nas condiçons produtivas, fixérom que se convertira em necessária a introduçom da mecanizaçom; e, de feito, a partir dos anos 60 produziu-se um incremento espectacular do parque de maquinária. Sem embargo, dada a reduzida superfície da que disponhiam a maior parte das exploraçons, isso originou, de forma mui extendida, um subemprego dessa maquinária. Este fenómeno, parece lógico suponher, tivo que estimular ainda mais o desejo de muitos agricultores de ampliar a superfície da sua unidade produtiva, com o fim de rentabilizar o uso destes bens de equipo.

Umha vez resumida a argumentaçom, convém que aportemos alguns dados que permitam ilustrar e precisar estas afirmaçons.

Para começar, no **quadro 10.4** recolhemos a evoluçom que registou durante as últimas décadas o censo de tractores, que som a maquinária com umha maior relevância na nossa agricultura. Podemos observar aí a expansom espectacular que se produziu ao longo dos últimos 25 anos: de 2.140 tractores que havia em 1964, passou-se a 10.744 em 1970, 54.118 em 1980, e perto de 96.000 em 1990.

Quadro 10.4. Evoluçom do parque de tractores de rodas em Galiza. 1964-1990.

	1964	1970	1975	1980	1985	1990
No. de tractores	2140	10744	26530	54118	77168	95894

Fonte: OERGA, Síntesis estadística de Galicia. op. cit.
MAPA, Censo de maquinaria agrícola 1975.
MAPA, Boletín Mensual de Estadística, diversos números.

Como resultado dessa evoluçom, Galiza apresenta já desde a segunda metade dos anos 70 uns índices de mecanizaçom mui superiores à média espanhola, e que se situam entre os mais altos de todas as regions do Estado[103]. Pero neste aspeito, e referindo-nos à situaçom em datas recentes, podemos afirmar mais ainda: os níveis de mecanizaçom alcançados na agricultura galega

---

[103] Consultar ao respeito:

-ORTEGA CANTERO, Nicolás, "El proceso de mecanización y adaptación tecnológica del espacio agrario español.", Agricultura y Sociedad, no. 27, abril-junho 1983, pp. 81-149.

resultam mui elevados, nom só no contexto espanhol senom também no da CEE.

Esta última conclusom é, ao menos, a que se desprende dos dados que oferecemos no **quadro 10.5**; onde figura o valor que regista em 1986 o índice "Número de tractores/ 100 hes de SAU", em Galiza, Espanha e os restantes estados membros da CEE-12[104]. Podemos ver aí que este índice alcançava em Galiza nesse ano os 9,3 tractores/ 100 hes de SAU, cifra esta que era 4 vezes superior à média espanhola (2,4), e que duplicava aproximadamente a média comunitária (4,9). Ademais, a cifra galega superava também à que se constatava na prática totalidade dos países comunitários; unicamente a R.F. de Alemanha apresentava um valor mais elevado (12,3 tractores/ 100 hes de SAU).

Quadro 10.5. Número de tractores / 100 hes de SAU. Comparaçom de Galiza com Espanha e os restantes estados membros da CEE-12. 1986

	No. de tractores/ 100 hes de SAU
Portugal	1,6
R.Unido	2,7
Irlanda	2,8
Grécia	3,2
França	4,7
Dinamarca	6,0
Luxemburgo	7,0
Itália	7,3
Bélgica	7,7
Holanda	8,7
R.F. de Alemanha	12,3
CEE-12	4,9
Espanha	2,4
Galiza	9,3

Fonte: -Para os estados membros da CEE-12 (incluída Espanha): COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990. op. cit.
-Para Galiza:
MAPA, Anuario de Estadística Agraria.
MAPA, Boletín Mensual de Estadística.

---

104 Somos conscientes de que este indicador apresenta muitas limitaçons, já que nele unicamente se considera um tipo de maquinária, e ademais nom se tem em conta a poténcia dos tractores. Sem embargo, nom podemos deter-nos aqui num estudo preciso do tema.

Portanto, a acelerada expansom do parque de maquinária durante as três últimas décadas, fixo que na actualidade a agricultura galega, apesar de ter umha densidade de mao de obra mui superior à média da CEE, e apesar das suas deficiéncias estruturais, registe umha "densidade" de tractores que duplica a média comunitária.

Essas som as cifras a nível global ou agregado. Para precisar mais o tema, convém examinar a situaçom por categorias de exploraçons, desde a perspectiva das unidades de produçom individuais. Com este objectivo elaboramos os **quadros 10.6 e 10.7**, que se baseam nos resultados do censo agrário de 1989. No primeiro quadro figura o número e a percentagem das exploraçons dos distintos intervalos de tamanho (medido em termos de SAU), que disponhem de tractor da sua propriedade; e recolhemos também os mesmos dados para o outro tipo de maquinária destinada ao trabalho da terra que alcançou umha maior difusom na nossa agricultura: motocultores, motosegadoras, motoaixadas e motofresadoras. Pola sua parte, no quadro 10.7 aparece o número e a percentagem das exploraçons que utilizam esses dous tipos de maquinária sem ser da sua propriedade, alugando-a a outros agricultores ou a empresas de serviços.

Nas cifras do primeiro quadro podemos observar que a compra de maquinária tam só foi realizada em Galiza por umha proporçom relativamente modesta do total de exploraçons, sendo pois este um processo claramente selectivo. E, tal como caberia agardar, este processo alcançou a sua maior difusom nas unidades de mediana e grande superfície, diminuíndo fortemente a sua freqüéncia nas categorias de pequena dimensom. Assi, a percentagem de exploraçons que contam em 1989 com tractor da sua propriedade, alcança praticamente o 90% naquelas com umha SAU igual ou superior a 10 hes; baixando esta cifra ao 77% nas de 5-10 hes, o 36% nas de 1-5 hes, e o 6,6% nas menores de 1 he. Deste modo, do total de exploraçons censadas neste ano, tam só o 24% tinham tractor. No caso dos motocultores e as restantes máquinas incluídas no mesmo grupo, esta percentagem era do 19%, observando-se umhas diferéncias similares por categorias de tamanho (ver quadro 10.6).

Agora bem, apesar desse carácter selectivo do processo, a adquisiçom de maquinária foi efectuada nestas décadas por um grande número de exploraçons que contavam com umha superfície agrária reduzida, totalmente insuficiente para empregar de forma rentável estes bens de equipo. De feito, a maior parte dos tractores e motocultores existentes actualmente na agricultura galega, pertencem a exploraçons de pequena superfície.

Assi, das 78.689 exploraçons que em 1989 disponhiam de tractor da sua propriedade, umhas 70.000, isto é o 88,7% do total, contavam com umha SAU inferior a 10 hes; e 51.600 (o 65,6% do total) nom alcançavam as 5 hes. A

distribuçom é similar no caso dos motocultores e a maquinária análoga (ver quadro 10.6).

Resulta um tema complexo o determinar o umbral mínimo de superfície que é necessária para empregar de forma rentável os diversos tipos de máquinas, e estimar em conseqüência o número de exploraçons nas que existe subemprego de maquinária, assi como a importância deste subemprego. Em todo caso, contamos com indícios suficientes para poder afirmar que este fenómeno afecta na nossa agricultura a umha elevada cifra de unidades produtivas. Assi, num estudo realizado a finais dos anos 60, estimava-se que o umbral de rentabilidade para um tractor de 40 CV situava-se no agro galego em 18-19 hes de superfície agrária[105]. Ainda reduzindo esta cifra à quarta parte (as 5 he de SAU), se temos em conta os dados antes comentados do censo agrário de 1989, e também que o 80% dos tractores contabilizados por esta fonte tenhem umha poténcia similar ou superior à citada, obtemos que, como mínimo, havia nesta data em Galiza umhas 50.000 exploraçons nas que o tractor estava subempregado; 50.000 exploraçons que nom tinham terras suficientes para utilizar de forma rentável o tractor que possuiam.

Quadro 10.6. Percentagem das exploraçons censadas nos diferentes grupos de tamanho que contam com a maquinária que se indica (maquinária propriedade exclussiva da exploraçom). Galiza 1989.

Tamanho das explor. SAU (hes)	Número de explor. censadas	Explor. com tractor		Exploraçons com motocultor (*)	
		No.	% do total	No.	% do total
< 1 he.	184781	12114	6,6%	12329	6,7%
1-5	109206	39502	36,2%	27365	25,1%
5-10	23558	18170	77,1%	15041	63,8%
10-20	8518	7583	89,0%	6545	76,8%
20-50	1357	1194	88,0%	1046	77,1%
>= 50 hes.	234	126	53,8%	88	37,6%
TOTAL EXPLOR. COM SAU	327654	78689	24,0%	62414	19,0%

(*) Motocultores, motosegadoras, motoaixadas e motofresadoras.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1989. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia. Elaboraçom própria.

---

[105] Ver: MINISTERIO DE TRABAJO. DIRECCION GENERAL DE EMPLEO, El empleo agrícola. op. cit., pp. 26-27 e 216-248.

Os escassos estudos comarcais nos que se analisa o tema, avalam esta conclusom: a maior parte das exploraçons que comprárom um tractor ao longo das últimas décadas tenhem-no subempregado, a causa da sua insuficiente base territorial[106]. De feito, os próprios agricultores afectados declaram, na maior parte dos casos, que poderiam trabalhar umha maior superfície com a maquinária que possuem[107].

Esses resultados iniciais necessitam umha matizaçom: o subemprego da maquinária, que se constata ao nível das exploraçons individuais, pode ser corregido em parte mediante o trabalho com essas máquinas para outros agricultores. Este aluguer da maquinária possibilita, ao mesmo tempo, a mecanizaçom de parte dos lavores naquelas unidades produtivas que nom contam com máquinas próprias; derivando-se daí, em definitiva, umha melhor adaptaçom entre as necessidades e a disponibilidade de maquinária nas diversas exploraçons. No que respeita em concreto à agricultura galega, os dados que recolhemos no **quadro 10.7** ponhem de manifesto que a utilizaçom de maquinária alugada constitue aqui um fenómeno mui extendido, especialmente no caso dos tractores. E, portanto, esta via deve contribuir de forma apreciável a aminorar o subemprego antes sinalado[108].

Agora bem, para precisar isto último, o que nos interessa nom é o número dos agricultores que utilizam maquinária alugada (que é a informaçom que figura no quadro 10.7), senom a cifra dos que trabalham com as suas máquinas para outros. Neste sentido, os dados fragmentários dos que disponhemos indicam que estes últimos som só umha percentagem relativamente reduzida do

---

[106] Ver o estudo sobre a utilizaçom e o grau de subemprego da maquinária na Comarca Central de Lugo a meiados dos anos 70, que se oferece na obra:
-CAMILLERI, Arturo, e outros, Situación y perspectivas de la agricultura familiar... op. cit., pp. 46-78.

[107] Ver: Ibidem, pp. 61-62.

[108] Resulta mui interessante, em relaçom com este tema, a análise que oferece E.Arnalte para as diversas regions espanholas. O autor parte de plantejar o aluguer de maquinária, e mais globalmente o recurso a empresas de serviços para realizar os lavores agrários, como umha via alternativa que possibilita a introduçom das mudanças tecnológicas na agricultura, frente à "via classica": a que se basea na desapariçom e concentraçom de exploraçons. Consultar:
-ARNALTE ALEGRE, Eladio, "Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo. Implicaciones para el debate sobre el proteccionismo.", Información Comercial Española, no. 666, fevreiro 1989, pp. 101-117.

total de agricultores que tenhem maquinária própria[109]. Portanto, este fenómeno só permite aminorar mui parcialmente o subemprego generalizado que antes mencionamos.

Quadro 10.7. Número de exploraçons que utilizam maquinária alugada a outros agricultores ou a empresas de serviços (*). Galiza 1989.

Tamanho das explor. SAU (hes)	Tractores		Motocultores, moto-segadoras, ...	
	No. de explor.	% do total de explor. censadas	No. de explor.	% do total de explor. censadas
< 1 he.	70753	38,3%	12184	6,6%
1-5	43055	39,4%	22396	20,5%
5-10	3874	16,4%	2791	11,8%
10-20	884	10,4%	537	6,3%
20-50	141	10,4%	79	5,8%
>= 50 hes.	22	9,4%	8	3,4%
TOTAL EXPLOR. COM SAU	118729	36,2%	37995	11,6%

(*) No censo agrário regista-se também outro grupo de exploraçons: aquelas que utilizam maquinária co-propriedade de várias exploraçons, ou pertencente a umha cooperativa ou SAT (de utilizaçom em comum de maquinária). O número de exploraçons neste grupo é mui reduzido: 1827 no caso dos tractores, e 3703 no dos motocultores,... .

Fonte: INE, Censo agrario de España 1989. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia. Elaboraçom própria.

Dentro desta mesma temática (a existéncia de factores de produçom fixos que estám subempregados, ou utilizados de forma pouco rentável, a causa da

---

[109] Assi, no estudo referido à Comarca Central de Lugo que citamos em notas precedentes obtenhem-se estes dados: *"El 81 por 100 de las explotaciones sin tractor lo alquilan, pero sólo el 41 por 100 de las que tienen lo ceden."* (CAMILLERI, Arturo, e outros, op. cit., pag. 75)

Por outro lado, num inquérito realizado a finais dos anos 70 em 9 concelhos da Meseta interior galega, os resultados eram: das exploraçons que careciam de tractor próprio, o 82% alugava-no para certos trabalhos; sem embargo, tam só o 15% dos que tinham esta maquinária afirmavam trabalhar com ela para outras exploraçons. Ver:
-DIEZ PATIER, E./ SINEIRO GARCIA, F., Factores que limitan la utilización... op. cit., pp. 9-10 e 53-54.

reduzida superfície das exploraçons), podemos citar ainda um terceiro aspeito: o que se refire ao gado, e concretamente ao gado bovino. Neste caso nom cabe falar estritamente de subemprego. Pero o que si sucede em muitas exploraçons bovinas, é que a superfície agrária (e mais concretamente a superfície forrageira) da que disponhem, resulta insuficiente para alimentar adeqüadamente a sua cabana gadeira; e isto, como explicamos no capítulo VIII, obriga a realizar fortes desembolsos na compra de pensos, redundando assi numha menor rentabilidade por cabeça de gado. Esta variável (a elevada carga gadeira por he) deveu contribuir também a estimular, durante as últimas décadas, a demanda de terras livres por parte de muitos agricultores, incrementando assimesmo o preço que estes estám dispostos a pagar polas superfícies[110].

Em resumo, pois, todas as variáveis que vimos de examinar, sugirem que a demanda potencial de terras para usos agrários alcança em Galiza, ao longo das décadas recentes, umha elevada intensidade; devendo existir umha forte concurréncia entre os agricultores, por acceder às superfícies que vam quedando liberadas. Neste sentido aponta a reduzida superfície que registam aqui a imensa maioria das exploraçons, e também as altas densidades de mao de obra agrária. Ao que hai que unir o subemprego da maquinária que sofrem umha parte crescente das exploraçons, e a elevada carga gadeira que existe em muitas delas.

---

[110] Sobre a influéncia desta variável (a carga gadeira) na demanda de terras exercida polos agricultores, ver por exemplo os resultados que se obtenhem para França no estudo:
-VAYLET, J.L./ FAUCHER, F., Le marché foncier... op. cit., pp. 32-36.

No que respeita ao nível desta carga gadeira em Galiza, comparada com a que se regista nas restantes regions agrárias da CEE, podem consultar-se, por exemplo, os dados (referidos em concreto às exploraçons leiteiras e ao ano 1987) que se oferecem no trabalho:
-TIO, Carlos, "Reforma de la PAC y su impacto a nivel sectorial en España.", Información Comercial Española, no. 700, dezembro de 1991, pp. 79-90; pag. 86.

a2. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega.

O diagnóstico que acabamos de exponher refire-se à agricultura galega considerada no seu conjunto. Se descendemos a umha análise desagregada no plano geográfico, encontramo-nos com importantes contrastes espaciais internos.

Assi, no capítulo VII vimos que a estrutura dimensional das exploraçons, dentro de um panorama geral caracterizado polo seu reduzido tamanho, difire fortemente de umhas comarcas a outras de Galiza: desde o minifundismo extremo, que se regista nas áreas costeiras (em especial nas Rias Baixas) e nas comarcas vitícolas; até a situaçom que encontramos nalgumhas zonas do interior ou de montanha, onde a superfície média por exploraçom é relativamente elevada. Do mesmo modo, observam-se também grandes diferéncias espaciais para as restantes variáveis que citamos nas páginas anteriores (como condicionantes da demanda potencial de terras para usos agrários):

-Isto é certo para os factores de carácter demográfico. A densidade de trabalhadores agrários, e, o que é mais relevante a estes efeitos, a densidade de activos jovens ou adultos que tenhem a sua ocupaçom principal na agricultura, apresenta fortes divergéncias de umhas a outras comarcas. Deste modo, ao lado de zonas que continuam registando umha elevada pressom demográfica sobre a terra, figuram outras, principalmente nas áreas de montanha e também em comarcas do interior, onde as densidades de populaçom agrária som actualmente baixas, agravado isto ademais por um envelhecimento especialmente acusado desta populaçom[111]; todo o qual fai que, probavelmente, a demanda potencial de terras seja aqui na actualidade bastante reduzida.

-Assimesmo, existem umhas grandes divergéncias espaciais no que respeita aos índices de mecanizaçom[112]; polo que o sobreequipamento constatado para o conjunto de Galiza, dá-se em medidas mui diferentes segundo as comarcas.

-Finalmente, o mesmo podemos afirmar para a última das variáveis citadas antes: o nível da carga gadeira/ hectare, e mais concretamente as densidades de

---

111 Consultar por exemplo:
-TORRES LUNA, María Pilar de / LOIS GONZALEZ, Rubén C., "La agricultura de montaña en Galicia.", El Campo, no. 123, janeiro-março 1992, pp. 5-10.

112 Isto é o que amostram, por exemplo, os dados a nível municipal referidos ao índice "Número de tractores/ 100 hes de terra lavrada" em 1986, que se oferecem na publicaçom:
-INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, A Estadística na Agricultura. op. cit., mapa 5 dos Anexos.

gado bovino. Os dados ponhem aqui de manifesto dous feitos: esta densidade difire fortemente dentro da geografia galega, oponhendo sobretodo a metade meridional (onde se registam umhas baixas densidades de gado bovino), com a metade septentrional (caracterizada por densidades muito mais elevadas); e ademais, ao longo das duas ou três últimas décadas esse contraste acentuou-se notavelmente, ao produzir-se umha crescente concentraçom da cabana bovina nesta segunda zona[113].

Em definitiva, **todos os dados apontam à existéncia de umha forte e crescente heterogeneidade espacial dentro da agricultura galega, no que respeita às variáveis que condicionam a demanda potencial de terras para usos agrários.** Em conseqüéncia, a elevada intensidade desta demanda, que se deduzia para o conjunto de Galiza, agacha diferéncias mui importantes no plano geográfico: ao lado de zonas nas que deve existir umha concurréncia mui forte entre os agricultores para acceder a superfícies adicionais, figuram outras onde a demanda potencial de terras para usos agrários tem que ser actualmente bastante débil.

Com o fim de ilustrar essas afirmaçons, e efectuar umha aproximaçom às citadas divergéncias espaciais, oferecemos a continuaçom dous mapas, nos que se recolhem os valores a nível municipal de outras tantas variáveis:

-O número de UTA/ 100 hes de superfície total, dacordo com os resultados do censo agrário de 1989 **(ver mapa 10.1)**.

-A densidade de exploraçons inscritas em 1986 no "Registro Provisional de Explotaciones Lecheras" **(ver mapa 10.2)**[114].

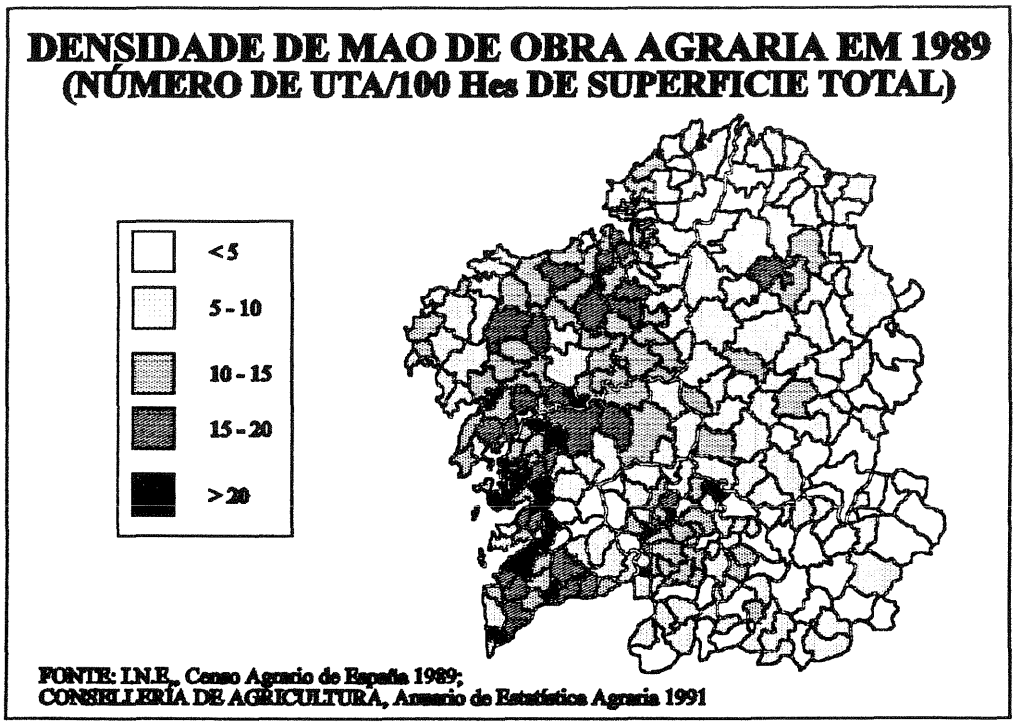
O primeiro índice pretende reflectir a densidade de mao de obra agrária que existe actualmente nos diversos concelhos. Para os nossos objectivos, teria sido preferível calcular esta densidade tomando unicamente os activos agrários a título principal e menores de certa idade (posto que som estes, basicamente, os que podem agir como demandantes potenciais de terras). Sem embargo, em auséncia deste tipo de dados, o número de UTA pode considerar-se umha aproximaçom aceptável.

---

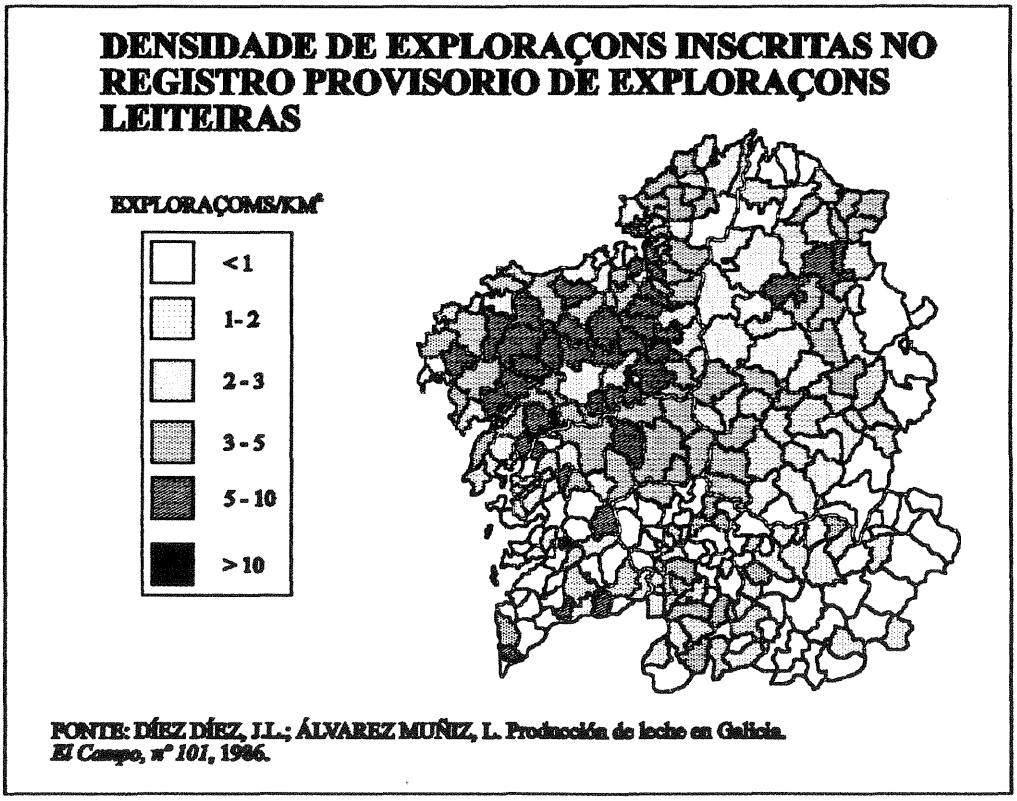
[113] Ver: INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, A Estadística ... op. cit., mapas 6 e 7 dos Anexos.

[114] Desses dous mapas, o primeiro foi elaborado por nós a partir da fonte citada; mentres que o segundo está tomado do trabalho:
-DIEZ DIEZ, José Luis / ALVAREZ MUÑIZ, Luis, "Producción de leche en Galicia.", El Campo, no. 101, janeiro-março 1986, pag. 15.

MAPA 10.1.



MAPA 10.2.



No que respeita ao segundo índice, para interpretar o seu significado devemos ter em conta dous feitos: o subsector lácteo é o que regista actualmente um maior peso no agro galego, e o que experimentou um maior dinamismo ao longo das últimas décadas; ademais, as exploraçons que figuram nessas cifras nom som todas as existentes neste subsector, senom só aquelas que se inscribírom no citado Registo, o qual tinha por finalidade poder acceder às ajudas previstas no REPLE (Reglamento Estructural de la Producción Lechera). Portanto, podemos afirmar que as exploraçons consideradas neste índice, correspondem-se com o segmento fundamental do nosso sector agrário, o segmento no que se concentrárom as mudanças operadas durante os decénios recentes. Sendo, pois, estas exploraçons as que devérom constituir também as principais demandantes potenciais de terras.

Em conjunto, os dados representados nestes dous mapas nom recolhem, de forma precisa e exaustiva, todas as variáveis que influem na demanda potencial de terras para usos agrários. Pero si nos permitem obter umha primeira aproximaçom a este tema, que é o que pretendemos aqui.

Analisando esses mapas, podemos comprovar as fortes divergéncias espaciais às que antes aludimos:

-Por umha parte, encontramo-nos com comarcas nas que coincide umha densidade mui elevada de mao de obra agrária, e um número também elevado de exploraçons inscritas no REPLE por Km2. Em conseqüéncia, cabe presumir que nestas zonas a demanda potencial de terras foi durante as décadas recentes especialmente intensa; existindo um grande número de agricultores interessados em ampliar a superfície da sua exploraçom. Destacam aqui: umha extensa área do interior da província de A Corunha, delimitada por umha linha Santa Comba- Padrom ao oeste, e Cesuras- Arça ao leste; o nordeste da província de Pontevedra (A Estrada, Silheda, Lalim,...); e diversas partes da Meseta de Lugo e da Terra Chá.

-No extremo contrário, aparecem outras zonas da geografia galega nas que os valores dessas duas variáveis som, em cámbio, mui baixos; polo que a demanda potencial de terras para usos agrários é, com toda probabilidade, bastante débil. Nesta situaçom estám: a prática totalidade da metade oriental de Ourense, a maior parte das montanhas orientais de Lugo, e outras comarcas montanhosas do resto do país (ver mapas 10.1 e 10.2).

Ao respeito, hai que destacar que a debilidade que apresenta a demanda potencial de terras nalgumhas destas comarcas, pudo constituir um importante obstáculo à mobilidade das superfícies liberadas; sobretodo nos anos mais recentes, a medida que se acentuou o seu declive demográfico. O abandono de muitas dessas superfícies pudo dever-se, nestas zonas, nom a factores relacionados com a oferta, senom à escassez de agricultores em condiçons de trabalha-las. E, tendo em conta a dinámica recente da populaçom ocupada

agrária, e a sua actual composiçom por idades, esta situaçom corre o risco de extender-se nos próximos anos a áreas cada vez mais amplas da geografia galega.

a3. A informaçom directa sobre o tema que suministram alguns estudos comarcais.

As conclusons que expuxemos até agora estavam baseadas em indícios indirectos: trata-se dos resultados que se obtenhem ao analisar os factores dos que depende, a priori, a demanda potencial de terras. Cabe perguntar-se pola medida na que essas conclusons som confirmadas pola opiniom que manifestam os próprios agricultores. Isto é: em que medida percibem os agricultores a necessidade de ampliar a superfície da sua exploraçom ?; e até que ponto se amostram efectivamente interessados em levar a cabo essa ampliaçom ?.

A informaçom directa que podemos encontrar em Galiza sobre esta questom, é sumamente escassa. Pero contamos, nom obstante, com os dados fragmentários que oferecem alguns estudos comarcais, procedentes todos eles de inquéritos realizados a titulares de exploraçom.

Os primeiros dados que podemos aportar aqui, som os que suministram dous estudos aos que já aludimos repetidas vezes: um deles referido a 9 concelhos da meseta interior galega[115], e o outro a 8 municípios de diferentes zonas de Galiza[116]. Em ambos casos, formulou-se aos agricultores entrevistados a seguinte pergunta: "Si tuviese ahorros, ¿ en que los invertiría ?". As respostas obtidas a este interrogante, em cada um dos dous estudos, recolhemo-las no **quadro 10.8**.

Estes dados amostram a prioridade que concedem os agricultores entrevistados à compra de terras, frente a outros possíveis investimentos alternativos. Para valorar correctamente essas respostas, hai que ter em conta que os concelhos incluídos em ambos estudos correspondem-se, na prática totalidade dos casos, com zonas que, dacordo com os mapas 10.1 e 10.2, registam umha demanda potencial de terras de intensidade baixa ou média-baixa, no contexto galego.

---

[115] Ver: DIEZ PATIER, E./ SINEIRO GARCIA, F., Factores que limitan... op. cit.

[116] Ver: DIEZ PATIER, E., Factores que limitan... op. cit.

Quadro 10.8. Prioridade que concedem os agricultores à compra de terras, em comparaçom com outros possíveis investimentos na sua exploraçom ("Se tivera aforros, em que os investiria ?"). Resultados obtidos em dous inquéritos.

Tipo de investimento	Percentagem dos agricultores que citam cada um desses possíveis investimentos (*)	
	Estudo referido à meseta interior galega	Estudo referido a 8 concelhos de diferentes zonas
-Compra de maquinária	65,9%	42,8%
-Roturaçom do monte	60,3%	4,0%
-Melhora da casa	56,1%	14,4%
-Compra de terras	33,5%	15,4%
-Construçom establo moderno	5,1%	15,4%
-Compra de gado	2,4%	2,5%
-Repovoaçom do monte	0,6%	--
-"Melhorar a exploraçom"	--	34,4%

(*) As percentagens nom sumam 100, devido a que cada agricultor podia oferecer mais de umha resposta.

Fonte: -DIEZ PATIER, E. /SINEIRO GARCIA, F., Factores que limitan ... I. Estudio de una zona de la meseta interior gallega. op. cit. , pag. 20.
-DIEZ PATIER, E., Factores que limitan... II. Análisis de ocho municipios en diferentes zonas de Galicia. op. cit., pag. 52.

Pois bem, podemos observar no quadro 10.8 que a compra de terras figura entre os investimentos que os agricultores consideram prioritários, ainda que está precedido de outros, aos que concedem umha maior relevância (ou umha maior urgéncia). Assi, na amostra referida à meseta interior galega, os titulares que citam a compra de terras como um dos destinos aos que dedicariam os aforros dos que puderam disponher, som o 33,5% do total; percentagem esta que é inferior à que registam certas partidas (concretamente: a compra de maquinária, a roturaçom do monte, e a melhora da vivenda), pero que supera claramente a que obtenhem outros investimentos de notável relevância no nosso agro (como a compra de gado, ou a construçom de establos modernos). A orde de prioridades é similar nas respostas obtidas polo outro estudo, o referido a 8 concelhos de diferentes zonas de Galiza (ver quadro 10.8).

A posiçom que ocupa a compra de terras dentro dessa orde de prioridades, parece bastante lógica; sobretodo se temos em conta que as zonas incluídas nesses estudos registam umha superfície total/ exploraçom relativamente elevada no contexto da agricultura galega. Dada esta situaçom, a adquisiçom de terras adicionais só aparece como algo prioritário, umha vez que a compra de maquinária fai possível trabalhar umha maior extensom; e umha vez também

que estejam agotadas as possibilidades de expandir a SAU da exploraçom mediante a roturaçom de terreos de monte particular. As respostas dos agricultores reflectem, em linhas gerais, esta seqüéncia.

Uns dados similares aos anteriores fórom recolhidos por C.López Garrido, no seu estudo sobre a montanha de Lugo. Em concreto, a pergunta formulada aos agricultores refire-se neste caso às melhoras que estes consideram necessárias na sua exploraçom, para elevar o nível de ingressos. O contido exacto da pergunta é, como podemos ver, diferente à realizada nos dous estudos precedentes, polo que os resultados obtidos nom som estritamente comparáveis. Pero, em todo caso, o que nos interessa destacar é que estes dados confirmam que umha elevada proporçom dos agricultores tenhem conciéncia da necessidade de ampliar a superfície da sua exploraçom. E assi, esta figura aqui entre as melhoras que som citadas com maior freqüéncia nas respostas. Concretamente, dos titulares entrevistados, o 70% consideram necessário incrementar a superfície da sua exploraçom, como condiçom para poder elevar o nível de ingressos[117].

Em resumo, pois, vemos que a informaçom suministrada por esses três estudos comarcais, avala as conclusons que antes expuxemos (no sentido de que a demanda potencial de terras para usos agrários é em Galiza intensa); e sugire que isto se corresponde também com a percepçom que tenhem do tema os próprios agricultores. Umha grande parte deles vem como necessário ampliar a superfície da sua exploraçom, e desexariam levar a cabo esta ampliaçom; polo que podemos suponher que durante as últimas décadas existiu umha forte concurréncia entre eles, para apropriar-se das terras que fórom quedando liberadas.

Agora bem, se afondamos algo mais no tema, encontramo-nos com que esse diagnóstico precisa de algumhas matizaçons. Isto, ao menos, é o que se deduze dos resultados obtidos noutro estudo comarcal já citado anteriormente: o que realizou umha equipa dirigida por A.Camilleri na Comarca Central de Lugo a meiados dos anos 70[118].

Entre as questons abordadas neste estudo, figuravam aquelas relativas à introduçom de maquinária, e às repercusons deste processo nas exploraçons agrárias. É esta a parte da análise que nos interessa aqui.

---

117 Ver: LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura productiva de la agricultura en la montaña de Lugo. op. cit., pp. 96-97.

118 Ver: CAMILLERI, Arturo, e outros, Situación y perspectivas de la agricultura familiar... op. cit.

O primeiro que cabe sinalar é que, das exploraçons analisadas nesta comarca, as que possuiam tractor no momento de realizar-se o estudo (1974-75) eram aproximadamente a metade. Centrando-nos nestas exploraçons, os autores examinam em primeiro lugar qual foi a reacçom dos agricultores perante a reduçom das necessidades de trabalho que se derivou da introduçom da maquinária. A mecanizaçom permite, em efeito, liberar um certo volume de mao de obra na exploraçom, que pode ser dedicado a outras tarefas. Pois bem, os resultados obtidos na Comarca Central de Lugo indicam que nas 4/5 partes dos casos, a reacçom dos agricultores consistiu em intensificar as produçons por unidade de superfície, dedicando o excedente de mao de obra à realizaçom de lavores nom mecanizáveis. Unicamente no 13% dos casos a compra do tractor levou à adquisiçom ou arrendamento de superfícies adicionais[119].

Como conseqüéncia disto último, a superfície da que disponhem as exploraçons mecanizadas é, na maior parte dos casos, insuficiente para empregar de forma rentável o tractor. De feito, dos agricultores entrevistados que possuiam este tipo de maquinária, o 62% afirmavam poder trabalhar mais terras com ela[120].

Chegamos assi à questom que mais nos interessa para o tema que estamos tratando: quais som os motivos polos que estes agricultores nom compram ou arrendam mais terras ?. As respostas que oferecem os próprios interessados podem ordenar-se esencialmente em dous grupos[121]:

-A metade aproximadamente dos agricultores, aducem como causa da nom ampliaçom da exploraçom as dificuldades que encontram para fazer-se com superfícies adicionais (figuram aqui respostas como: "nom é fácil encontrar terra", "a terra é cara", "o agricultor carece de dinheiro"). Nestes casos, podemos afirmar que existe umha demanda potencial de terras por parte do titular da exploraçom; pero a escassez da oferta de terras e os seus elevados preços, unido à escassez de médios financieiros do agricultor, impidem que essa demanda potencial se traduza efectivamente na compra ou arrendamento de superfícies adicionais.

-Sem embargo, a metade restante dos agricultores afectados, sinalam como razom para nom ampliar a exploraçom o feito de que isso (o trabalho de

---

[119] Ver: Ibidem, pp. 59-61.

Isto encaixa com a conclusom que vinhemos exponhendo para o conjunto de Galiza: a escassa importáncia que tivo nas últimas décadas a ampliaçom da superfície das exploraçons.

[120] Ver: Ibidem, pag. 62.

[121] Ver: Ibidem, pag. 62.

umha maior extensom de terras), exigiria contar com um maior volume de mao de obra do que disponhem actualmente. Portanto, o principal obstáculo ao agrandamento da superfície da exploraçom, nom estaria aqui na escassez da oferta de terras, senom na escassez de mao de obra, no límite existente à superfície que pode ser trabalhada com a actual mao de obra familiar (e dado o resto das condiçons produtivas da exploraçom).

Esta afirmaçom, que fam a metade dos agricultores, resulta a primeira vista surprendente, se temos em conta o que nos indicam os dados estatísticos: a elevada densidade de mao de obra agrária que se regista em Galiza. Feito este que também se constata nesse estudo para o caso concreto da Comarca Central de Lugo[122]. Sem embargo, a opiniom que manifestam esses agricultores tem a sua explicaçom, e responde a problemas reais. O que nos indica é que a organizaçom produtiva existente nessas exploraçons, dá lugar a que as exigéncias de trabalho por hectare sejam mui elevadas. Polo que, mantendo-se inalterada essa organizaçom produtiva, apesar de que a densidade de mao de obra seja alta, nom é possível incrementar a superfície trabalhada[123]. Para que este incremento da superfície seja possível, é preciso que, ademais da compra da maquinária, se produza umha mudança mais profunda do conjunto do processo produtivo.

Estamos aqui perante um fenómeno que tem, seguramente, umha notável relevância na agricultura galega ao longo das décadas recentes, e que pudo obstaculizar as transformaçons na base territorial das exploraçons[124]. Apesar de que a superfície com a que contam a maior parte das exploraçons é reduzida, pode suceder em muitos casos que estas nom estejam em condiçons de aproveitar adeqüadamente umha extensom mui superior, devido a que isto exigiria umha transformaçom global do processo produtivo (incluíndo: a introduçom doutros bens de capital, a modificaçom nos lavores ou tarefas, etc.); transformaçom que nom estám em condiçons de realizar devido a outros obstáculos: a falta de médios financieiros do agricultor, a sua deficiente qualificaçom profissional, outros problemas estruturais[125], etc.

---

[122] Ver: Ibidem, pp. 96 e ss.

[123] Ou, dito noutras palavras: apesar de que a superfície actual da exploraçom é reduzida, o agricultor nom está em condiçons de trabalhar umha maior extensom.

[124] Um fenómeno que leva a matizar a nossa afirmaçom, sobre a existéncia em Galiza de umha forte demanda potencial de terras livres por parte dos agricultores.

[125] Por exemplo, o problema que suponhem o excessivo parcelamento das terras e as deficiéncias dos accesos às fincas.

Isso chama a nossa atençom sobre algo que nos parece necessário sinalar: as mudanças na base territorial das exploraçons, na linha de ampliar a sua superfície, estám estreitamente ligadas com as modificaçons que tenham lugar nos restantes elementos da sua estrutura produtiva. E, portanto, as dificuldades para estas últimas transformaçons, podem obstaculizar que se produza um agrandamento na superfície das exploraçons.

Nom cremos que seja este o principal factor que explica a falta de mobilidade das terras liberadas, que se constata no agro galego durante as últimas décadas; pero, em qualquer caso, si nos parece conveniente reter essas observaçons, como um elemento mais a ter em conta.

b. O passo da demanda potencial à demanda efectiva ou demanda solvente; a capacidade dos agricultores para financiar as compras de terras.

Com as matizaçons que acabamos de exponher, pode afirmar-se que a demanda potencial de terras para usos agrários alcança, globalmente, em Galiza umha elevada intensidade: existe aqui um grande número de agricultores que contam com umha superfície insuficiente na sua exploraçom, e que desejariam poder incrementar esta. Agora bem, a medida na que essa demanda potencial se traduze efectivamente na compra de terras adicionais[126], depende em primeiro lugar da capacidade que tenhem os agricultores para financiar estas compras[127].

No caso da agricultura galega, estamos aqui perante um dos problemas fundamentais que obstaculizou durante as últimas décadas a adquisiçom das superfícies liberadas polos trabalhadores que permanecem no sector, contribuíndo assi a explicar a escassa mobilidade da terra que se produziu ao través desta via. **Todos os dados disponíveis ponhem de manifesto que o nível da renda agrária por activo ou por exploraçom, é no nosso agro mui reduzido; polo que a capacidade dos agricultores para financiar a compra de superfícies é sumamente limitada. Assi, ainda que a**

---

[126] O problema que abordamos nas páginas seguintes (o da capacidade de financiamento), afecta em concreto à demanda no mercado de terras, à ampliaçom das exploraçons pola via das compra-vendas. Este problema nom se planteja, ao menos na mesma medida, para o outro mecanismo de mobilidade da terra: o arrendamento.

[127] O outro tipo de factores dos que depende isso som os que condicionam a oferta das terras liberadas polos seus proprietários.

sua demanda potencial de terras seja mui forte, nom sucede o mesmo com a demanda efectiva ou solvente. Este é o primeiro factor importante que compre citar, como causa da reduzida mobilidade que se registou aqui no mercado de terras agrárias; como obstáculo que dificultou a ampliaçom das exploraçons por médio da compra de superfícies.

Com o fim de precisar algo mais a situaçom existente neste aspeito, imo-nos referir brevemente aos três elementos que condicionam a capacidade de financiamento da que disponhem os agricultores: a rentabilidade e capacidade de autofinanciamento que tenhem as exploraçons agrárias; as fontes de ingressos exteriores à exploraçom, com as que contam as famílias agrárias; e as possíveis facilidades creditícias para a compra de terras, que estám ao seu alcance.

b1. A reduzida rentabilidade e capacidade de autofinanciamento das exploraçons agrárias em Galiza.

Nesta questom nom é necessário extender-se muito, posto que a ela já aludimos noutras partes da investigaçom[128], e todas as informaçons disponíveis som coincidentes nas conclusons gerais.

Começando polas estatísticas agregadas, estas amostram que a renda média por exploraçom ou por persoa ocupada, regista na agricultura galega uns valores mui reduzidos; e, ademais, o seu aumento ao longo das três últimas décadas foi mui lento, empiorando assi a posiçom relativa em relaçom com os espaços agrários do nosso entorno. Deste modo, se tomamos por exemplo as cifras oferecidas pola EEEA de 1987, observamos que a MBT/ exploraçom era nesta data em Galiza pouco mais da metade da média espanhola, e menos de 1/3 da média na CEE-12; e a MBT/ UTA suponhia 1/3 da existente na agricultura espanhola, e 1/5 da média comunitária[129].

O que nos interessa destacar aqui som as conseqüéncias que se derivam desse baixo nível da marge bruta, ou da renda agrária, por exploraçom. Isso fai que seja mui reduzida a capacidade que tenhem estas unidades produtivas para remunerar os factores de produçom familiares. Ou, adoptando outra perspectiva,

---

[128] Concretamente ao final da segunda parte do nosso estudo.

[129] Ver: IDEGA, A economía galega. Informe 1990-1991. op. cit., pag. 64.

isso dá lugar a que, mesmo com umhas pautas de consumo restritivas por parte dos membros das famílias agrárias, a capacidade que tenhem as exploraçons para gerar um excedente, um aforro, é sumamente limitada.

Neste sentido, contamos também com os dados mais precisos que suministra a contabilidade de determinados grupos de exploraçons; dados estes que nos permitem, ademais, ver com maior exactitude as diferéncias existentes segundo o tamanho das unidades produtivas[130]. Estas informaçons confirmam as citadas conclusons gerais: consideradas globalmente, as exploraçons agrárias registam em Galiza umha renda média mui baixa, de tal modo que esta é insuficiente para remunerar a mao de obra familiar a um certo nível mínimo (como o que pode representar o salário mínimo interprofissional); ou, como aparece outras vezes nos cálculos, se imputamos essa retribuçom mínima à mao de obra, a rentabilidade que se obtém para o capital familiar é nula ou negativa. E no que respeita à situaçom por categorias de exploraçons, os dados indicam que só as unidades de certo tamanho, que suponhem umha proporçom mui pequena do total, estám em condiçons de retribuir adeqüadamente os factores de produçom familiares; ou, noutras palavras, estas unidades som as únicas que podem gerar um aforro, que permita financiar novos investimentos[131].

---

[130] Entre estes dados, procedentes da contabilidade de exploraçons, hai que destacar principalmente os que oferecem duas fontes: a "Red Contable Agraria Nacional", e o "Programa de Xestión de Explotacións de Leite" da Conselharia de Agricultura.

Sobre os dados que obtém a R.C.A.N. para Galiza, consultar por exemplo:

-SUMPSI VIÑAS, José María, "Perspectivas de la agricultura familiar.", em: RODRIGUEZ ZUÑIGA, Manuel / SORIA GUTIERREZ, Rosa, Lecturas sobre Agricultura Familiar., Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, 1985, pp. 365-401; pp. 378-379.

No que respeita à outra fonte, os dados mais recentes figuram na publicaçom:

-BARBEYTO NISTAL, Fernando, Productividade, manexo e custos de producción nas explotacións de vacuno de leite en Galicia. 1990., Consellería de Agricultura, Gandería e Montes, Santiago, 1992.

[131] Em concreto, nuns cálculos que realizamos noutro trabalho anterior, com dados referidos a princípios dos anos 80 e para as exploraçons lácteas galegas, obtinhamos que tam só aquelas com umha SAU superior a 10 hes estavam em condiçons de gerar um aforro, por encima da cobertura das necessidades de consumo da família. Pois bem, para situar esta cifra, podemos sinalar que das 109.000 exploraçons com vacas leiteiras que contabilizou o censo agrário de 1982 em Galiza, unicamente umhas 4.000 superavam as 10 hes de SAU. Consultar:

-LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Os sistemas herditários e a problemática da reproduçom das exploraçons...", op. cit., pp. 262-271.

Portanto, referindo-nos ao tema concreto que nos ocupa, podemos afirmar que **unicamente as exploraçons de grande dimensom, umha percentagem mui pequena das existentes em Galiza, estám em condiçons de gerar um aforro que permita financiar a compra de terras adicionais**. Para as restantes unidades produtivas, a imensa maioria do total, esta capacidade de aforro é sumamente escassa ou nula, mesmo com pautas de consumo mui restritivas por parte das famílias agrárias.

Abundando no tema, hai que ter em conta ademais um feito adicional: ao longo das três últimas décadas as exploraçons agrárias tivérom que realizar em Galiza fortes investimentos em maquinária, instalaçons, e outros bens de capital fixo. Neste sentido, vimos já anteriormente o elevado volume que alcançárom as compras de maquinária. Num plano mais geral, podemos indicar que em 1979, último ano para o que dispomos destas cifras, a relaçom FBCF/VAB era na agricultura galega do 19,6%; cifra esta inferior à que se registava nas agriculturas mais capitalizadas da CEE, pero similar à média espanhola, e análoga também à existente em países como França e Itália[132]. Portanto, os dados indicam que o esforço inversor realizado polos agricultores galegos durante as últimas décadas foi mui importante, sobretodo se temos presente o nível tam baixo que regista aqui a renda agrária unitária. Isto tivo que reduzir ainda mais as possibilidades das exploraçons de financiar a compra de terras, os fondos disponíveis para este fim[133].

b2. As fontes de ingressos exteriores à exploraçom com as que contam as famílias agrárias.

As notas que acabamos de exponher referiam-se à capacidade de autofinanciamento das exploraçons. Cabe perguntar-se em que medida se ve modificado esse diagnóstico, ao ter em conta as outras fontes de ingressos das

---

[132] Ver: LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Os sistemas herditários...", op. cit., pag. 264.

[133] Mais bem, a pergunta que surge é: como pudérom os agricultores galegos financiar esses quantiosos investimentos em bens de capital fixo, com uns níveis de renda tam baixos, e ademais sem incorrer num endividamento elevado, se o comparamos com o resto da agricultura espanhola ou os demais países da CEE. Sobre este último aspeito, consultar por exemplo:
-AVELLA REUS, Lorenzo, "El crédito agrario en España: una estimación provincial.", Agricultura y Sociedad, no. 33, outubro-dezembro 1984, pp. 257-281.

que disponhem as famílias agrárias, aquelas procedentes de fora da exploraçom. Em concreto, som dous os interrogantes que devemos formular-nos aqui: qual é a importância que tenhem estes ingressos exteriores no agro galego, que proporçom representam dentro da renda global das famílias agrárias ?; e, de modo mais específico, qual é o papel que pudérom jogar essas fontes de ingressos no financiamento da compra de terras por parte dos agricultores ?.

Começando pola primeira questom, nom contamos em Galiza com estatísticas sobre a renda global das famílias agrárias, que nos permitam conhecer com precisom a quantia que esta alcança, e o peso que tenhem dentro dela os ingressos procedentes de fora da exploraçom. Nom obstante, disponhemos de umha abundante evidéncia empírica referida ao grau de difusom dessas fontes de ingressos exteriores; da que se desprende que estas registam nas últimas décadas umha notável relevância, estando presentes numha elevada percentagem das exploraçons.

-O primeiro tipo de ingressos que devemos mencionar, som os que procedem do trabalho noutra actividade por parte dos membros das famílias agrárias. Este fenómeno já foi examinado em capítulos anteriores, onde pudemos comprovar que a difusom que este alcança na actualidade em Galiza, é similar ou ligeiramente inferior à que se observa no conjunto da CEE-12. Ademais, vimos também que a sua preséncia é especialmente relevante em certas comarcas, e nas categorias de exploraçons de menor tamanho[134].

-Ao lado disso, hai umha segunda fonte de ingressos, que parece ter ainda maior importáncia para as famílias agrárias em Galiza, ou polo menos está presente num maior número de exploraçons: as pensons de jubilaçom. O forte processo de envelhecimento da populaçom agrária, que se registou aqui ao longo das três últimas décadas, fixo que se produzira um rápido incremento destas transferéncias, sobretodo desde meiados dos anos 70; de tal modo que estas constituem nos últimos anos um componente mui importante da renda global das famílias agrárias[135]. Em concreto, alguns inquéritos realizados em datas recentes indicam que entre a metade e os 2/3 das exploraçons galegas contam com algum

---

134 Ver supra: capítulo III.

135 Ver a série anual sobre a evoluçom destas transferéncias no conjunto da agricultura espanhola ao longo do período 1964-85, e a sua importáncia relativa em relaçom à renda agrária bruta, que se oferece no trabalho:
-NAREDO, José Manuel, "Diez años de agricultura española.", Agricultura y Sociedad, no. 46, janeiro-março 1988, pp. 9-36; pag. 22.

pensionista, e portanto com ingressos procedentes das pensons[136]. Hai que destacar por outro lado que, ao contrário do que sucede para o trabalho noutras actividades, as pensons registam umha preséncia bastante uniforme em todos os estratos de exploraçons[137].

-Finalmente, existe umha terceira fonte de rendas exteriores, que tivo também umha notável importáncia na agricultura galega durante as últimas décadas, ainda que esta diminuiu na etapa mais recente. Trata-se das remessas procedentes da emigraçom.

Os dados e estimaçons disponíveis sobre este tema refirem-se ao volume global que alcançam estas transferéncias em Galiza[138], sem que seja possível conhecer que parte das mesmas vai parar à renda dos fogares de agricultores. Sem embargo, contamos com informaçons fragmentárias e indícios indirectos, que sugirem que estes ingressos tivérom umha notável importáncia para as famílias agrárias, sobretodo durante os anos 60 e primeira metade dos 70[139]. A

---

[136] Os inquéritos aos que aludimos som dous, referidos concretamente às exploraçons lácteas. Ver:
-SANTISO BLANCO, Xurxo, Explotaciones de leche en La Coruña: su dinámica, estructuras y entregas a la industria., MAPA-Dirección Territorial de Galicia, 1987, pp. 33-34.
-POSADA NAVIA, Carlos, "El sector productor de leche en Galicia.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 154, outubro-dezembro 1990, pp. 153-183; pp. 171-173.

[137] Assi se desprende dos dados obtidos nos dous inquéritos que citamos na nota anterior.

[138] Consultar por exemplo:
-SANCHEZ TABARES, Ramón, "Las emigraciones exteriores y las remesas de emigrantes. Notas para un análisis regionalizado.", Cuadernos de Economía, Vol. 9, no. 24, janeiro-abril 1981, pp. 221-252.

[139] Um indício indirecto neste sentido é o feito que constatamos anteriormente, nos capítulos 2 e 9: umha parte das persoas emigradas quando retornam a Galiza voltam à agricultura, de tal modo que um número importante dos agricultores existentes nas últimas décadas passárom por um período intermédio na emigraçom. Nestes casos, cabe presumir que as remessas enviadas tivérom como destinatário à famílía que ficou na exploraçom.

No que respeita a dados directos, contamos com os que se recolhem nalguns estudos comarcais, indicando-nos a percentagem das famílias agrárias que, no momento de realizar-se o inquérito, percibiam ingressos procedentes das remessas. Ver por exemplo:
-ESCUELA DE ENSEÑANZA SOCIAL DE GALICIA, Evolución socio-económica y cambio social en la comarca de "A Barcala"., Santiago de Compostela, 1982, pag. 215.

partir desta data, e como conseqüência do corte que sofre a emigraçom exterior, as remessas vam perdendo importância.

Em resumo, pois, vemos que as fontes de ingressos exteriores à exploraçom, estám presentes numha elevada proporçom das famílias agrárias galegas; e, ainda que carecemos de cifras precisas sobre este aspeito, todo indica que estes ingressos suponhem nas últimas décadas umha percentagem importante da renda global destas famílias.

Isso contribue, sem dúvida, a explicar o mantenimento de muitas exploraçons de pequeno tamanho, que som totalmente insuficientes para cubrir as necessidades mínimas de umha família. A existéncia de rendas de origem externa, possibilitou a supervivéncia de muitas destas exploraçons; e permitiu umha melhora geral nos níveis de consumo das famílias agrárias. Ademais disto, algumhas análises realizadas nos últimos anos indicam que esses ingressos alheios à exploraçom, jogárom também um importante papel no financiamento da Formaçom Bruta de Capital Fixo da agricultura galega. Concretamente, isto é o que se desprende do estudo efectuado por C.López Garrido sobre as compras de maquinária: estes investimentos fórom financiados em boa parte com ingressos procedentes de fora da agricultura (de actividades extra-agrárias, de pensons, e de remessas da emigraçom)[140].

`A vista desses dados, devemos perguntar-nos pola influéncia que pudérom exercer estes ingressos na demanda de terras por parte dos agricultores, como fontes para o financiamento das compras de superfícies. Neste sentido, contamos com o precedente do primeiro tércio do século actual; período no que as remessas da emigraçom fórom destinadas em boa parte à redençom dos foros, constituíndo umha das principais fontes que permitírom o pago das redençons, e o acceso conseguinte dos camponeses à propriedade das terras[141].

Para as décadas recentes nom disponhemos, sem embargo, de nengum estudo, nem tampouco de dados sistematizados, sobre esta questom concreta. Dados que nos permitam contrastar a possível utilizaçom de remessas, e outras fontes de ingressos alheios à exploraçom, para financiar a compra de terras por parte dos agricultores. Neste aspeito, o único que encontramos som algumhas referéncias pontuais em estudos de carácter comarcal, nos que se alude

---

[140] Ver: LOPEZ GARRIDO, Claudio, "Mecanizaçom agrária em Galiza. Fontes de financiamento e formas de pago.", Análise empresarial, no. 8, julho-setembro 1989, pp. 55-65.

[141] Em relaçom com este processo consultar:
-VILLARES PAZ, Ramón, La propiedad de la tierra en Galicia... op. cit., pp. 396-415.

efectivamente a este tipo de fenómenos[142]; pero sem oferecer nengumha indicaçom sobre a sua freqüéncia ou relevância quantitativa.

No que respeita a esta questom, nom é possível portanto estabelecer um diagnóstico preciso; polo que nos limitaremos a fazer duas consideraçons de carácter geral:

-O primeiro que podemos dizer é que as fontes de ingressos exteriores, na medida em que incrementam a renda global das famílias agrárias, constituem em princípio um factor que pudo impulsar a demanda efectiva no mercado de terras por parte dos agricultores, permitindo que alguns deles adquiriram superfícies adicionais.

-Sem embargo, de um ponto de vista global, essas rendas exteriores nom alteram a conclusom esencial que antes expuxemos: a reduzida capacidade dos agricultores galegos para financiar a compra de terras, e ampliar por esta via a sua exploraçom.

b3. A política creditícia referida aos investimentos na compra de terras.

As limitaçons na capacidade de autofinanciamento das exploraçons agrárias, poderiam ser superadas em parte, mediante o estabelecimento de facilidades creditícias para o financiamento das compras de terras. Para ver com precisom o que sucedeu neste aspeito em Galiza durante as últimas décadas, seria necessário um estudo detalhado sobre a política creditícia em relaçom com o sector agrário; estudo este que nom estamos em condiçons de abordar nesta investigaçom.

Nom obstante, sem efectuar essa análise detalhada, podemos realizar a afirmaçom geral de que isto nom modificou de modo significativo a situaçom. Para fazer esta afirmaçom baseamo-nos nos escassos dados recolhidos sobre o tema em inquéritos aos agricultores, dos que se desprende que o recurso ao

---

[142] Concretamente, à compra de terras com dinheiro obtido na emigraçom.
Consultar por exemplo:
-ITURRA, Raul, Antropología Económica de la Galicia Rural., Xunta de Galicia- Consellería da Presidencia e Administración Pública, Santiago, 1988, pp. 32-38.

crédito para financiar a compra de terras, é na nossa agricultura um fenómeno mui pouco freqüente[143].

c. Resumo das principais conclusons no que respeita à demanda de terras por parte dos agricultores.

Resumindo a análise realizada ao longo das páginas anteriores, podemos estabelecer, em definitiva, as seguintes conclusons esenciais:

a. As características que apresentam as exploraçons agrárias em Galiza (reduzida superfície, alta densidade de mao de obra, existência de um subemprego generalizado da maquinária,...), fam que a demanda potencial de terras para usos agrários alcance aqui umha elevada intensidade: existe um grande número de agricultores que desejariam incrementar a superfície da sua exploraçom, e para os quais as terras adicionais tenhem umha alta rentabilidade marginal. Esta afirmaçom geral necessita tam só duas matizaçons:

-Dentro da geografia galega a situaçom difire muito de umhas a outras comarcas; e existem em concreto algumhas zonas de montanha, nas quais a demanda potencial de terras por parte dos agricultores é actualmente débil.

-Por outro lado, as dificuldades para transformar os restantes aspeitos da estrutura produtiva das exploraçons, podem fazer que muitos agricultores, apesar de contar com umha superfície reduzida, nom estejam em condiçons de aproveitar de forma rentável umha maior extensom de terras.

Estes dous tipos de elementos obrigam a matizar a afirmaçom inicial, e constituem uns primeiros factores que pudérom obstaculizar a mobilidade das superfícies liberadas, sobretodo em certas zonas. Pero, em conjunto, segue sendo válida aquela afirmaçom: a elevada intensidade da demanda potencial de terras.

b. Essa demanda potencial, sem embargo, nom se traduze numha demanda efectiva no mercado de terras da

---

[143] Assi, no estudo elaborado por C.López Garrido sobre a montanha de Lugo, o autor obtém que tam só o 33% dos agricultores entrevistados recurriram algumha vez ao crédito; e desses agricultores, unicamente o 6,3% (portanto, o 2% dos entrevistados) solicitaram algum crédito para a compra de terras. Ver:
-LOPEZ GARRIDO, Claudio, Estructura productiva... op. cit., pag. 98.

mesma intensidade, devido à escassez de médios financieiros por parte dos agricultores; o que se deriva, à sua vez, da baixa rentabilidade actual que apresentam as exploraçons agrárias. Portanto, **temos aqui um factor mui importante, que obstaculizou durante as últimas décadas a mobilidade das superfícies liberadas ao través das compra-vendas; um factor que dificultou muito a ampliaçom das exploraçons por médio da compra de terras[144]: a reduzida capacidade dos agricultores para financiar estas compras**, devido à baixa rentabilidade actual das suas exploraçons.

Para completar o razoamento exposto neste último ponto, devemos ter em conta um feito adicional, que ilustraremos empiricamente no capítulo XII: o elevado valor que registam em Galiza os preços das terras agrárias. Este fenómeno, unido ao que acabamos de sinalar (a escassez de médios financieiros por parte dos agricultores), foi o que bloqueou, para a imensa maioria dos titulares, a possibilidade de ampliar de forma significativa a sua exploraçom mediante a compra de terras; fazendo que estas compras, no caso de produzir-se, se limitem ao sumo a umhas poucas parcelas.

Isto último leva imediatamente a plantejar-se umha pergunta: quais som os factores que explicam os altos preços da terra que se registam aqui ?. Sobre esta questom realizamos umha análise empírica no capítulo XII. Pero, adiantando os resultados desta análise, podemos fazer agora duas afirmaçons:

-Os altos preços da terra, que se constatam na agricultura galega durante as últimas décadas, devem-se em boa medida a factores alheios à sua rentabilidade na produçom agrária. Factores que operam do lado da oferta, e que freárom nestas décadas a oferta efectiva das superfícies liberadas por parte dos seus proprietários. Neste sentido, a explicaçom da falta de mobilidade no mercado de terras agrárias, remite-nos aos fenómenos que analisamos no apartado seguinte.

-Nom obstante, os elevados preços da terra tenhem em parte a sua origem em fenómenos internos ao próprio sector agrário, relacionados com a rentabilidade das superfícies em tanto que médio de produçom. Como indicamos anteriormente, as características que apresentam aqui as exploraçons agrárias, fam que as superfícies adicionais tenham para os agricultores umha alta rentabilidade marginal; polo que estes estám dispostos a pagar polas terras preços altos. Pois bem, isto contribue a que se mantenham de forma geral, para todas as superfícies, uns preços elevados.

---

[144] Isto nom é aplicável para a outra via possível de ampliaçom das exploraçons: o arrendamento de superfícies.

Estamos aqui perante o que podemos considerar um "círculo vicioso", característico daqueles espaços agrários nos que o tamanho médio das exploraçons é reduzido, e que dá lugar a que nestes espaços seja mui difícil que se produza um agrandamento importante desse tamanho por médio das compra-vendas no mercado de terras. Exposto de modo esquemático, o "círculo vicioso" consiste no seguinte:

-Por um lado, a reduzida superfície/ exploraçom, fai que as terras adicionais tenham para os agricultores umha alta rentabilidade marginal, polo que estes estám dispostos a pagar por elas preços elevados. A realizaçom de compras a estes preços, ainda que o seu volume seja escasso, contribue a alentar o mantenimento de preços altos para o conjunto das superfícies.

-Ao mesmo tempo, em cámbio, a pequena superfície das exploraçons origina que a rentabilidade actual destas unidades produtivas seja mui pequena, o que limita fortemente a sua capacidade para financiar a compra de terras adicionais.

A agricultura galega constitue um exemplo paradigmático desse tipo de situaçom[145]. E, portanto, podemos afirmar que os fenómenos aí descritos som um primeiro factor importante, que explica a escassa mobilidade registada no mercado de terras agrárias.

A isso, sem embargo, hai que unir outro tipo de factores, que ao nosso juiço tivérom maior relevância, sendo as principais causas da escassa mobilidade

---

[145] Os dados que oferece L.Tarrafeta, referidos à situaçom nas distintas regions espanholas a princípios dos anos 70, ilustram claramente o "círculo vicioso" ao que aludimos, e também a posiçom de Galiza nesse contexto.

Nestes dados observa-se, em primeiro lugar, que o preço médio por hectare de SAU nas diferentes regions, aparece correlacionado em geral com o valor da superfície/ exploraçom em cada zona. Feito este que Tarrafeta, em sintonia com o que nós indicamos no texto, atribue em boa medida à seguinte razom: *" el distinto valor marginal que se otorga a la adquisición de cada nueva unidad de superficie que, de acuerdo con la teoría económica más elemental, irá disminuyendo a medida que crezca el número de unidades que se poseen."* (pag. 129).

Pois bem, nesse contexto, Galiza é a zona do Estado que apresenta, segundo os seus dados, a menor superfície/ exploraçom, e o nível mais elevado dos preços da terra.

Por outro lado, as cifras que oferece o autor ponhem de manifesto que Galiza é também a regiom onde a rentabilidade das exploraçons é mais reduzida. Ver:
-TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización de la agricultura española... op. cit., pp. 117-138.

da terra que se constata em Galiza, tanto ao través das compra-vendas como do arrendamento. Trata-se dos obstáculos que freárom a oferta das superfícies liberadas para usos agrários, fomentando a sua retençom por parte dos proprietários. A eles dedicamos as páginas seguintes.

2.4. Os obstáculos ou freos à oferta das superfícies liberadas. Os factores que podem fomentar a retençom destas superfícies polos seus proprietários.

Dacordo com o que vimos na primeira parte deste capítulo, som quatro os principais tipos de factores que podem obstaculizar a oferta em venda das superfícies liberadas para os agricultores que ficam no sector, dificultando também a possível cesom destas superfícies em arrendamento. Estes quatro tipo de factores som: a demanda de terras para usos urbanos e a sua concurréncia com os usos agrários do solo; a competéncia exercida polos usos florestais da terra (com os usos agrários); o funcionamento das superfícies como um activo ou depósito de valor, o atractivo que a terra pode apresentar para os proprietários nom agricultores, como forma de colocaçom do capital; e por último, está a possível existéncia de motivaçons extra-económicas (alheias à rentabilidade das terras), que impulsam aos proprietários de superfícies liberadas a reter estas no seu poder.

Assi, para contribuir a aclarar as causas da reduzida mobilidade da terra que se constata em Galiza durante as últimas décadas, devemos examinar a importáncia que tenhem aqui esses quatro tipos de fenómenos; e tratar de dilucidar a influéncia que pudérom exercer sobre o funcionamento, tanto do mercado de terras agrárias como do "mercado" de arrendamentos. Este é o objectivo das notas que oferecemos a continuaçom.

a. A concurréncia dos usos urbanos com os usos agrários do solo.

Tal como explicamos no seu momento, a expansom dos usos urbanos do solo e a sua pressom sobre o território agrário, tem dous tipos de efeitos:

-Por um lado, isso dá lugar a umha perda efectiva de superfícies para a agricultura, devido ao passo dalgumhas terras a usos urbanos.

-Pero, ademais disso, produze-se também um efeito indirecto, que pode afectar a porçons muito mais amplas do território: a difusom das expectativas ou esperanças de um passo futuro das terras a esse tipo de utilizaçom. Este fenómeno leva a que os proprietários das superfícies nom estejam dispostos a vende-las a um preço inferior ao seu "valor urbano", o que bloquea totalmente a sua possível adquisiçom polos agricultores que ficam no sector. Ademais, isso obstaculiza também o arrendamento das terras mediante contratos de certa duraçom, fazendo que os proprietários só admitam a realizaçom de cesons de curta duraçom, e sem nengumha seguridade para o arrendatário. Em resumo: a concurréncia por parte dos usos urbanos do solo, ali onde alcança umha elevada intensidade, ocasiona o bloqueio da mobilidade das superfícies agrárias, tanto no mercado de compra-vendas como no de arrendamentos; impedindo deste modo a ampliaçom das exploraçons agrárias da zona. O resultado dessa situaçom é, com freqüéncia, o abandono puro e simples das terras que vam quedando liberadas, em espera da sua venda futura como solares, originando-se assi o que alguns autores denominam "barbeitos especulativos"[146].

A relevância que tenhem estes fenómenos no caso espanhol, e a sua importante influéncia sobre o mercado de terras agrárias, é destacada por vários autores; tanto para as décadas dos 60 e 70[147], como para a etapa mais recente do "boom imobiliário" que se produziu aqui na segunda metade dos anos 80[148].

No que respeita em concreto a Galiza, contamos com alguns estudos comarcais, realizados quase sempre por geógrafos, nos que se pom de manifesto a forte intensidade que alcançam esses efeitos nas áreas próximas aos principais núcleos urbano-industriais: principalmente a regiom urbana de Vigo[149], e a

---

[146] Este termo é empregado, por exemplo, no estudo:
-TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización de la agricultura... op. cit., pp. 207-210.

[147] Ver: TARRAFETA PUYAL, Luis, op. cit., pp. 201-222.

[148] Ver: NAREDO, José Manuel, "Precio y renta de la tierra.", Catastro, no. 4, 1990, pp. 38-41.

[149] Ver: SOUTO, Xosé Manuel, "Agricultura a tempo parcial na bisbarra de Vigo.", em:
VARIOS, I Xornadas Agrarias Galegas., Serv. de Publicaciones del MAPA, Madrid, 1984, pp. 303-327.

situada em torno à cidade de A Corunha[150]. Nestas zonas, produziu-se durante as últimas décadas umha forte expansom residencial, acompanhada de umha notável dispersom das novas vivendas; o que fai que umha grande parte das superfícies se vejam afectadas aqui polas expectativas de umha venda futura como solares, bloqueando isto totalmente a sua mobilidade para fins agrários. Portanto, podemos afirmar que nestas áreas peri-urbanas, o fenómeno que estamos comentando constitue a causa esencial da falta de mobilidade da terra que se constata nas décadas recentes.

Agora bem, aqui interessa-nos oferecer umha aproximaçom mais geral ao tema, tratando de aclarar: a importáncia global que tem este "efeito urbano" em Galiza; e a medida na que afecta às diversas àreas da nossa geografia. Para isto, devemos ter em conta os factores que condicionam a importáncia deste fenómeno num determinado espaço, os factores que condicionam a quantia das superfícies afectadas pola concurréncia dos usos urbanos. Neste sentido, vimos na primeira parte do capítulo que som trés os factores básicos que influem nisto:

-A magnitude que alcançam as necessidades globais de solo para usos urbanos. O que será funçom das densidades demográficas, e do nível de urbanizaçom e industrializaçom, assi como da evoluçom que experimentam estas variáveis.

-O grau de difusom ou dispersom espacial, tanto da localizaçom industrial, como no que respeita à construçom de novas vivendas. Quanto maior é esta dispersom, maior será também o território afectado potencialmente pola concurréncia dos usos urbanos.

-Por último, influe aqui a existéncia e a eficácia das políticas de ordenaçom dos usos do solo, em concreto no que respeita à regulaçom dos usos urbanos e industriais (a delimitaçom das zonas que podem ser dedicadas a implantaçons industriais ou à construçom de vivendas). Como se destaca em todos os estudos, a auséncia de umha intervençom pública eficaz neste ámbito, favorece a difusom espacial das esperanças de mais-valias; fazendo que, no límite, todas as superfícies agrárias aparezam como susceptíveis de um futuro uso urbano.

Aplicando essas observaçons ao caso concreto de Galiza, e apoiando-nos na evidéncia empírica disponível, podemos estabelecer as seguintes consideraçons:

i. Em primeiro lugar, a intensidade global da urbanizaçom e industrializaçom é em Galiza bastante moderada, em comparaçom com outras àreas do Estado; e ainda mais se o consideramos no contexto da Europa

---

[150] Ver: HERNANDEZ BORGE, Julio, "Estructura da propiedade rústica e organización do espacio na marxe direita da ría da Coruña.", Revista galega de estudios agrarios, no. 9, 1983, pp. 135-146.

Ocidental. Assi, a densidade total de populaçom é aqui superior à média espanhola, pero está claramente por baixo da que se regista em bastantes regions (concretamente, na maior parte das regions litorais); e essa densidade está mui longe das cifras que se alcançam nos países do norte da CEE (Alemanha, Holanda, ...)[151]. Ademais, a dinámica registada pola populaçom galega ao longo das 4 últimas décadas, caracteriza-se, em conjunto, por um crescimento mui débil. Por outro lado, o grau de urbanizaçom da populaçom, continua sendo aqui relativamente baixo, apesar do seu forte aumento nos decénios recentes. E, do mesmo modo, o desenvolvimento dos sectores nom agrários é na economia galega bastante limitado, se o comparamos com os países do nosso entorno[152].

Portanto, no que respeita a este primeiro ponto, podemos afirmar que as necessidades globais de solo para usos urbanos alcançam em Galiza umha magnitude comparativamente modesta; superior em geral à que se regista nas zonas do interior de Espanha, pero muito menor da que se constata nas regions mais industrializadas do Estado ou nos países mais densamente povoados da CEE.

ii. Agora bem, sem alterar esse diagnóstico inicial, hai alguns fenómenos que si obrigam a matiza-lo; apontando a que o incremento das necessidades de solo para usos urbanos, foi durante as últimas décadas, em Galiza, superior ao que sugire a dinámica demográfica.

Em concreto, devemos mencionar aqui o importante ritmo que alcançou ao longo dos últimos decénios a construçom de vivendas; impulsado este processo em boa medida polas remessas dos emigrantes, que tivérom um dos seus destinos fundamentais na compra de pisos, e na construçom de novas residéncias na zona rural. As cifras que oferecem os sucessivos censos de vivendas, elaborados com periodicidade decenal, permitem ilustrar essa afirmaçom. Assi, no conjunto do período 1970-1991, mentres a populaçom de feito tam só aumentou em Galiza num 5,3%, o número de vivendas familiares experimentou um incremento do 51,3% **(ver quadro 10.9)**.

---

[151] Ver por exemplo:
-COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, Las Regiones de Europa. 2o. Informe periódico sobre la situación socioeconómica de las Regiones de la Comunidad., Serv. de Estudios Económicos-Banco Exterior de España, Madrid, 1985, pp. 147-150 e 180-181.

[152] Em relaçom com estes aspeitos, consultar a análise que realizamos na primeira parte desta investigaçom.

Quadro 10.9. Evoluçom que experimentou em Galiza a populaçom de feito e o número de vivendas familiares. 1970-1991

	1970	1981	1991	Variaçom 1970-91 (em %)
-Populaçom de feito	2583674	2753836	2720445	+ 5,3%
-Número total de vivendas familiares	748157	979654	1132225	+ 51,3%

Fonte: INE, Censos de población e Censos de viviendas 1970, 1981, 1991. (as cifras estám tomadas da publicaçom: INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia en cifras, vários anos). Elaboraçom própria.

Quadro 10.10. Incremento que registou o número de vivendas/ Km2 no período 1970-1991.

	Número de vivendas/ Km2		Variaçom
	1970	1991	1970-91
A Corunha	35,5	56,3	+ 20,8
Lugo	12,5	17,1	+ 4,6
Ourense	18,8	25,5	+ 6,7
Pontevedra	46,4	74,1	+ 27,7
Galiza	25,4	38,4	+ 13,0
Espanha	21,1	34,0	+ 12,9

Fonte: igual que no quadro anterior.

Para avaliar a intensidade dessa expansom residencial do ponto de vista da superfície[153], o mais adeqüado é calcular o número de novas vivendas construídas/ Km2[154]; ou, com os dados que nós disponhemos, o aumento no número de vivendas/ Km2. Pois bem, calculando este último índice para o período 1970-1991, observamos que o seu valor é em Galiza idéntico ao que se

[153] A intensidade do "consumo de espaço" que se deriva desse incremento do número de vivendas.

[154] Sobre a adeqüaçom deste índice, para medir a importáncia da demanda de terras para usos urbanos, consultar:
-VAYLET, J.L./ FAUCHER, F., Le marché foncier et les baux ruraux... op. cit., pp. 32-37.

obtém para o conjunto de Espanha **(ver quadro 10.10)**, apesar de que a densidade de populaçom aumentou em muita menor quantia no caso galego[155].

Podemos afirmar, portanto, que a construçom de novas vivendas alcançou durante as últimas décadas umha importáncia considerável, derivando-se daí umha importante demanda de terras para usos urbanos.

iii. A isso hai que unir outro fenómeno, que tem umha grande relevância para o tema que estamos tratando: o elevado grau de difusom espacial que apresenta em Galiza a construçom de novas vivendas. Este processo concentrou-se principalmente nos maiores núcleos urbanos; pero extendeu-se também (com mais ou menos intensidade) polas áreas próximas a esses núcleos, e polas zonas puramente rurais. E ademais, dentro de cada àrea geográfica, as novas construçons localizam-se de forma dispersa por todo o território. Em relaçom com isto último, som muitos os autores que sinalam, e isto pode constatar-se a simple vista, a difusom de novas vivendas nas zonas rurais que se produze nas décadas recentes por toda a geografia, seguindo o traçado das vias de comunicaçom[156].

Esta dispersom espacial das novas construçons, tivo como conseqüéncia que a demanda de terras para usos urbanos se difundira em Galiza (com maior ou menor força) por umha elevada proporçom do território.

iv. Finalmente, devemos aludir nestas notas a umha última questom: a que se refire às políticas de ordenaçom dos usos do solo, e em concreto à regulaçom dos usos urbanos. Para efectuar um diagnóstico preciso sobre a situaçom que se regista neste aspeito em Galiza, seria necessário um estudo detalhado, que nom estamos em condiçons de realizar nesta investigaçom. Pero as referéncias que nos oferecem os especialistas no tema, permitem estabelecer umha conclusom geral: estas referéncias coincidem em sinalar o forte retrasso que no caso galego

---

[155] Concretamente, o número de habitantes/ Km2 passou em Galiza de 87,8 em 1970 a 92,4 em 1991, isto é um aumento de 4,6 habitantes/ Km2; mentres que em Espanha esse incremento foi de 10,8 habitantes/ Km2 (de 67,3 em 1970 a 78,1 em 1991). Ver:

-INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia en cifras. Anuario 1991., Santiago de Compostela, 1992, pag. 27.

[156] Sobre este processo, consultar por exemplo:

-SOUTO, Xosé Manuel, Xeografía humana., Ed. Galaxia, Vigo, 1988, pp. 153-265; em especial, pp. 243-265.

apresenta o desenvolvimento destas medidas, assi como a reduzida eficácia que tivérom até agora as disposiçons ou normas legais aplicadas neste campo[157].

Esta ausência de umha regulaçom eficaz dos usos urbanos do solo, constitue um fenómeno de enorme transcendência para o problema que nos ocupa:

-Em primeiro lugar, isso tivo umha conseqüência que é perceptível na realidade: a expansom anárquica de novas construçons, que se registou no território galego durante as décadas recentes. Este fenómeno constata-se principalmente nas àreas próximas aos núcleos urbanos, que é onde a expansom residencial alcançou umha maior intensidade. Assi, *"nos últimos tempos asistimos en Galicia a un crecemento indiscriminado e incontrolado das cidades e das zonas periurbanas, onde a única lei é a da especulación do chan."*[158]

Pero o mesmo processo deu-se também, ainda que fora com menor intensidade, nas zonas propriamente rurais; onde se produziu umha proliferaçom de novas construçons, sem que estas estiveram sometidas a umha ordenaçom territorial[159]. Todo isto fixo que a demanda de terras para usos urbanos, e as perdas de superfícies agrárias devido ao seu passo a estes usos, se difundiram por porçons mui amplas do território.

-Ademais, a caréncia de umha ordenaçom dos usos urbanos do solo tivo umha segunda implicaçom, mais importante ainda: favoreceu a difusom das

---

[157] Consultar por exemplo a análise que sobre este tema se oferece na obra:
-SOUTO, Xosé Manuel, Xeografía humana op. cit., pp. 267-276.

[158] SOUTO, Xosé Manuel, op. cit., pag. 273.

[159] Umha amostra disto constitue-a o fenómeno ao que já aludimos anteriormente, e que pode observar-se num recorrido pola nossa geografia: a proliferaçom de novas vivendas que tem lugar, por praticamente todo o território, seguindo o traçado das vias de comunicaçom (e nom só nas estradas principais, senom também ao lado doutras vias de menor entidade).

X.M.Souto destaca este feito, no seu estudo sobre a área de influéncia de Vigo: *"este problema da expansión residencial indiscriminada sobre superficies teóricamente agrarias non é só patrimonio do inmediato periurbano ás grandes cidades, senón que tamén en municipios mais arredados (...) topamos a mesma tendencia a espallar o seu hábitat, doadamente perceptible na mesma paisaxe rural."* (SOUTO, Xosé Manuel, "Agricultura a tempo parcial...", op. cit., pag. 318)

esperanças de mais-valias, ligadas à possibilidade de umha dedicaçom futura das terras a solares; fazendo que isto afecte actualmente a umha proporçom importante das superfícies agrárias. Ao nom existir umha delimitaçom efectiva dos terreos que som urbanizáveis, possibilita-se que umha grande quantidade de terras destinadas à agricultura aparezam como susceptíveis de umha utilizaçom urbana. O qual, como já temos explicado, bloqueia a venda destas superfícies para fins agrários, e também a sua cesom em arrendamento por períodos prolongados.

Portanto, as deficiéncias das medidas aplicadas neste campo, contribuírom a obstaculizar a mobilidade para a agricultura de muitas superfícies liberadas, fomentando a retençom destas superfícies polos seus proprietários.

Como resumo do que acabamos de exponher, podem estabelecer-se **duas conclusons:**

a. **A concurréncia exercida polos usos urbanos do solo, está longe de alcançar em Galiza a intensidade que regista nos países da Europa Ocidental com um maior nível de urbanizaçom e industrializaçom. Pero, ainda assi, existem umha série de factores que dam lugar a que essa concurréncia afecte no nosso território a umha proporçom nada despreciável das superfícies agrárias, obstaculizando deste modo a sua venda ou arrendamento aos agricultores que desejam ampliar a sua exploraçom. Entre estes factores hai que destacar: o importante ritmo de construçom de novas vivendas observado durante as últimas décadas, a forte dispersom espacial destas construçons, e, sobretodo, a auséncia de umha política eficaz de ordenaçom dos usos da terra.**

b. **Dentro da geografia galega, este fenómeno alcança a sua maior relevância nas áreas próximas aos principais núcleos urbanos, onde deveu bloquear quase por completo a mobilidade das terras para fins agrários. Pero os seus efeitos nom se limitam a estas zonas, senom que estám difundidos por boa parte do território, afectando a umha proporçom variável das superfícies.**

-A evidência empírica que nos oferecem sobre este tema os dados a nível municipal.

O papel que jogou este factor em Galiza, como obstáculo à mobilidade das superfícies agrárias, aparece corroborado ao analisar os dados a nível municipal que oferecem algumhas fontes estatísticas.

Com o fim de efectuar umha aproximaçom à magnitude que alcança a demanda de terras para usos urbanos nas diversas zonas da geografia galega, elaboramos o **mapa 10.3**. Os dados aqui representados refirem-se ao incremento que experimentou, nos distintos concelhos, o número de vivendas/ Km2 durante o período 1970-1991, tomando como base as cifras suministradas polos "Censos de viviendas".

Examinando este mapa, podemos comprovar as grandes disparidades que se registam neste aspeito dentro da geografia galega. Sendo certo que as novas construçons se localizam de forma dispersa por todo o território, observa-se que na maior parte dos concelhos do interior este processo tivo umha magnitude mui pequena; polo que a demanda de terras para usos urbanos foi aqui reduzida. A concurréncia por parte destes usos, unicamente está presente, nestas zonas, para aquelas parcelas situadas na proximidade dos núcleos de populaçom de certa entidade, e para as que se ubicam ao lado das vias de comunicaçom mais importantes.

Frente a isso, a construçom de novas vivendas alcançou, em cámbio, umha notável intensidade em certas comarcas, localizadas principalmente na franja costeira e no tércio ocidental de Galiza; e também nos municípios doutras zonas que contam com algum núcleo de populaçom importante. Em particular, destacam aqui dous grandes "corredores" ou conjuntos geográficos:

-O primeiro é o que se extende, de norte a sul, desde a comarca de Ferrol até a área de influéncia de Vigo; incluíndo os municípios em torno à cidade de A Corunha, os próximos a Santiago e todas as Rias Baixas. Esta é a franja de Galiza com um maior dinamismo demográfico e económico durante as últimas décadas, e nela foi também onde se produziu umha maior expansom do número de vivendas.

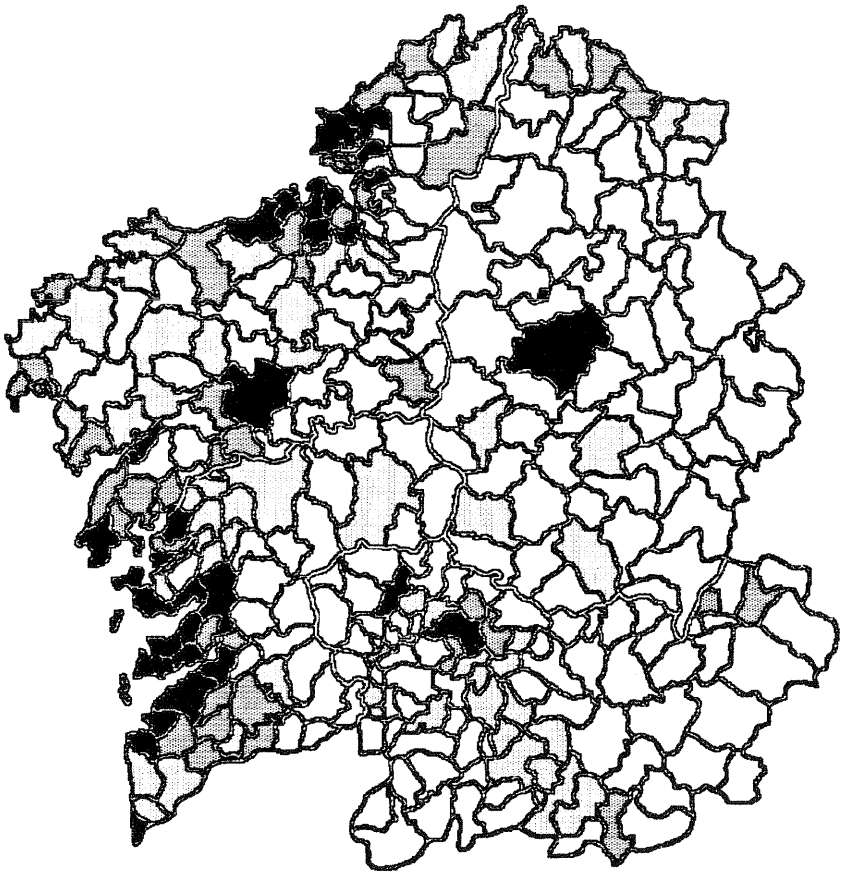
-O segundo "corredor", muito menos dinámico que o anterior, localiza-se na província de Ourense em direcçom noroeste-sudeste, desde Carvalhinho até Verim.

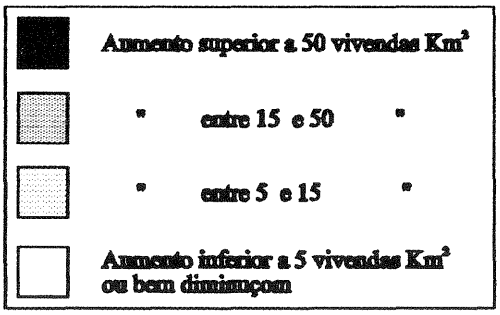
A esses dous conjuntos poderiamos acrescentar também a franja costeira do norte de Lugo.

Nestas comarcas, e ainda que com diferéncias importantes entre elas, é onde a demanda de terras para usos urbanos registou durante os últimos decénios umha maior magnitude.

MAPA 10.3.

VARIAÇOM NO NÚMERO DE VIVENDAS/KM^2 1970-1991





FONTE: I.N.E., Censos de Viviendas de 1970 e 1991

Pois bem, o que nos interessa destacar é que, se ponhemos em relaçom esses dados com os dos censos agrários que examinamos no capítulo VII, parece confirmar-se a importante influéncia que tivo a concurréncia por parte dos usos urbanos do solo, na mobilidade das terras agrárias; obstaculizando esta mobilidade, sobretodo naquelas zonas onde essa concurréncia foi mais intensa.

As cifras dos censos agrários às que aludimos aqui, som em concreto as que se refirem à evoluçom que experimentou a superfície censada nos diversos concelhos durante o período 1962-1989; cifras estas que representávamos no mapa 7.14. Comparando este mapa com o que agora acabamos de oferecer (o mapa 10.3), pode comprovar-se que as comarcas onde é maior a demanda de terras para usos urbanos, figuram entre aquelas nas que se registou umha maior reduçom da superfície censada (o que cabe atribuir ao abandono ou o passo a usos nom agrários, de terras liberadas pola desapariçom ou contracçom de exploraçons).

Estes dados dos censos agrários, como já indicamos no seu momento, nom som totalmente precisos; e, portanto, os resultados devem tomar-se com certas reservas. Pero, em qualquer caso, temos aqui umha evidéncia empírica que parece corroborar o importante papel jogado pola concurréncia dos usos urbanos, como obstáculo à mobilidade das superfícies agrárias.

b. A concurréncia exercida polos usos florestais do solo.

Um segundo factor que pudo obstaculizar a oferta das superfícies liberadas para as exploraçons agrárias que se mantenhem em actividade, foi a concurréncia dos usos florestais do solo (com os usos agrários). Isto é, o feito de que os proprietários destas superfícies preferiram conserva-las nas suas maos e dedica-las à produçom florestal, antes que vender ou ceder em arrendamento as terras aos agricultores da zona.

Em relaçom com este tema, e tal como indicamos na primeira parte do capítulo, convém distinguir de entrada dous tipos de situaçons:

-A primeira é aquela na que as superfícies que som arvoradas por estes proprietários, tenhem um reduzido potencial agrário, sendo de clara vocaçom florestal. No contexto do agro galego, isto corresponde-se basicamente com o suposto da florestaçom de terras de monte baixo que nom som susceptíveis de um aproveitamento agrário. Neste caso, o repovoamento florestal das terras constitue a opçom mais racional, e nom pode dizer-se que entre em conflito com a possível ampliaçom das

exploraçons agrárias supervivintes; porque essas terras nom poderiam ser objecto de umha utilizaçom rentável para a agricultura.

-Mui diferente é o que sucede na segunda situaçom possível: quando os proprietários das superfícies liberadas, ao produzir-se a desapariçom da exploraçom, decidem plantar com árvores terras que tenhem um elevado potencial para a produçom agrária. Na realidade do agro galego, devemos incluir aqui dous supostos: a florestaçom de superfícies que estavam ocupadas por cultivos ou prados, e que apresentam umhas boas aptitudes para estes usos; e também o suposto no que isto se realiza sobre terras dedicadas anteriormente a monte baixo, pero que som aptas para um uso agro-gadeiro, e que poderiam portanto ser roturadas. Em ambos supostos, a florestaçom das terras entra em conflito com a sua dedicaçom, real ou possível, a um uso agrário. E, em conseqüéncia, a decisom do proprietário de levar isso a cabo, impide o destino potencial das superfícies à ampliaçom doutras exploraçons agrárias.

Dessas duas situaçons, é esta última a que nos interessa aqui; posto que é neste caso quando podemos afirmar que o repovoamento das superfícies liberadas, constitue um obstáculo à sua possível transferéncia a outras exploraçons. Devemos perguntar-nos, pois, pola importáncia quantitativa que tivo na agricultura galega este fenómeno: a florestaçom de superfícies liberadas que eram susceptíveis de um aproveitamento agrário (já se trate de terras cultivadas e prados, ou bem de superfícies de monte baixo com vocaçom agro-gadeira).

Em princípio, os dados referidos à evoluçom dos usos da terra que analisamos no capítulo VIII, induzem a pensar que o fenómeno alcançou aqui umha notável releváncia. Assi, vimos nesse capítulo que, durante os últimos 40 ou 50 anos, produziu-se em Galiza a florestaçom de um volume mui elevado de superfícies, e em concreto de superfícies de propriedade particular. E constatamos também que esse processo se operou em boa medida sobre terras aptas para umha utilizaçom agro-gadeira. A primeira vista, cabe pensar que isto último tivo que dever-se numha importante proporçom ao repovoamento de superfícies liberadas, efectuado por proprietários nom agricultores; polo que este fenómeno registou umha notável magnitude.

Agora bem, para poder precisar o tema, seria necessário conhecer em que medida a florestaçom de terras de vocaçom agro-gadeira, que se observa nas cifras, foi realizada a raiz da desapariçom de exploraçons, por pequenos proprietários emigrados ou por "absentistas tradicionais". Ou se, polo contrário, os principais agentes desse processo fórom os próprios agricultores em activo, que plantárom com árvores algumhas parcelas da sua exploraçom, apesar de que estas foram aptas para um uso agrário mais intensivo.

Nom contamos com dados que nos permitam aclarar, nem sequer de forma aproximada, a importáncia relativa que tivérom esses dous tipos de agentes no processo mencionado. E, portanto, resulta totalmente impossível precisar a medida na que este se deveu à florestaçom de superfícies liberadas. Como tampouco podemos precisar que proporçom das terras liberadas ao longo das últimas décadas fórom dedicadas, polos seus proprietários, à produçom florestal. Em definitiva, pois, nom resulta possível estabelecer neste aspeito conclusons cifradas, sobre a magnitude que alcançou o fenómeno que nos interessa.

Disponhemos, nom obstante, de numerosas informaçons e testemunhas que confirmam a existéncia deste fenómeno, e que sugirem que este tivo durante as 4 últimas décadas umha notável relevância, ainda que esta parece diferir muito de umhas zonas a outras de Galiza.

Em primeiro lugar, podemos lembrar aqui as indicaçons que nos oferecem sobre este tema os informes ou respostas dos Agentes de Extensom Agrária, aos que aludimos no epígrafe 2.1 deste capítulo. Como vimos no seu momento, em muitos destes informes constata-se o tipo de comportamento ao que nos estamos referindo, sendo este destacado sobretodo em determinadas comarcas (como o extremo norocidental da província de A Corunha ou o norte de Lugo). Nestas zonas parece que foi algo freqüente, nas últimas décadas, que os pequenos proprietários emigrados de origem agrária, plantaram com árvores umha boa parte das superfícies que integravam a sua exploraçom. E nalgumhas comarcas, alude-se também à realizaçom disto mesmo polo outro grupo de proprietários nom agricultores que existe no agro galego: os medianos ou grandes proprietários "absentistas tradicionais".

A.Bouhier, pola sua parte, baseando-se na observaçom directa da realidade para os anos 60, sinala a freqüéncia deste comportamento no caso dos titulares de idade avançada que carecem de sucessor: como parte do processo de contracçom das suas unidades de produçom, muitos destes agricultores levam a cabo a florestaçom de parcelas que estavam dedicadas à produçom de tojo, e mesmo de parcelas anteriormente cultivadas[160].

O próprio A.Bouhier constata também a modificaçom que se produziu, a este respeito, no comportamento dos proprietários "absentistas tradicionais" desde princípios dos anos 60. Ao longo das décadas anteriores, muitos destes proprietários vendérom as superfícies que tinham cedidas em arrendamento ou aparçaria, sendo estas adquiridas na maior parte dos casos polas persoas que as vinham trabalhando, ou por outros agricultores da zona. A partir de 1960-62, sem embargo, observa-se umha mudança nas pautas de actuaçom desses

---

[160] Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1053-1057.

proprietários. Aqueles que subsistiam, vam preferir agora conservar a propriedade das terras; e, nos casos em que estas ficam livres, devido à marcha dos arrendatários ou caseiros, a reacçom habitual desses proprietários vai consistir em repovoar umha boa parte das superfícies de monte, mentres que as parcelas de cultivo e prados eram normalmente cedidas a outros agricultores[161].

Isto sugire, pois, que as superfícies trabalhadas em tenéncia indirecta que fórom liberadas durante as 3 últimas décadas, cujo volume como vimos no capítulo VII nom é nada despreciável, quedárom na sua maioria nas maos dos antigos proprietários, sendo dedicadas umha boa parte delas à produçom florestal. É certo que, segundo nos indica A.Bouhier, a florestaçom efectuou-se basicamente sobre as superfícies que estavam ocupadas polo monte baixo. Pero, na medida em que estas foram aptas para um uso agro-gadeiro, hai que considerar que esse processo impediu umha possível transferéncia das terras às exploraçons agrárias da zona, e a conseguinte ampliaçom destas exploraçons.

Precisamente em relaçom com isto último, existe um feito que nos parece interessante resaltar; feito este que se observa ao analisar os dados sobre a evoluçom dos usos da terra a nível municipal, e confronta-los com os referidos às variaçons nos regimes de tenéncia. Examinando, em concreto, a evoluçom experimentada polos usos da terra entre 1956 e 1986, constata-se que a florestaçom de superfícies de propriedade particular alcançou umha das intensidades mais elevadas numha ampla zona do interior da província de A Corunha[162]; zona que se corresponde em boa medida com a área geográfica na que tinham um maior peso os regimes de tenéncia indirectos a princípios dos anos 60, e onde estes regimes registárom um maior retrocesso em termos absolutos durante os últimos decénios[163]. Dito noutras palavras: trata-se da àrea onde tivo maior importáncia a liberaçom de superfícies propriedade de "absentistas tradicionais". Para completar a imagem, devemos acrescentar um elemento adicional: esta é também umha das zonas de Galiza nas que alcançou umha maior magnitude a florestaçom de terras aptas para usos agrários[164].

---

[161] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 1168.

[162] Consultar os dados referidos a esta evoluçom, que se oferecem na obra:
-PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria... op. cit., pp. 64-70.

[163] Isto comprova-se claramente ao confrontar os mapas referidos à evoluçom dos modos de tenéncia (que oferecemos anteriormente no capítulo VII), com os correspondentes à variaçom da superfície arvorada, que suministra A.Prada na obra que citamos na nota anterior.

[164] Ver: PRADA BLANCO, Albino, op. cit., pp. 129-148.

De todos estes indícios desprende-se umha ideia, que necessitaria ser contrastada mediante estudos mais detalhados, pero que podemos apontar a título de hipótese: a forte expansom do arvorado que se registou nesta zona do interior de A Corunha, e que afectou numha importante proporçom a terras de vocaçom agro-gadeira, deveu-se em boa medida às repovoaçons de superfícies liberadas que efectuárom "absentistas tradicionais". Deste modo, a concurréncia por parte dos usos florestais do solo (a preferéncia desses proprietários por repovoar as terras, antes que vende-las aos agricultores da zona), constituiu aqui um forte obstáculo à mobilidade da terra, e à possível ampliaçom das exploraçons agrárias supervivintes.

Em resumo, pois, vemos que existem numerosas informaçons e indícios, que apontam a que este fenómeno alcançou em Galiza umha notável relevância durante as últimas décadas, especialmente em certas comarcas: a florestaçom de superfícies liberadas que eram aptas para usos agrários. Portanto, devemos incluir este factor entre os obstáculos que freárom a oferta das superfícies para os agricultores que permanecem no sector.

Dando um passo mais no razoamento, hai que perguntar-se, à sua vez, polas razons que explicam ou que estám na origem desse tipo de comportamento dos proprietários de superfícies liberadas (a decisom de repovoar terras susceptíveis de um aproveitamento agrário). Em relaçom com isto, podemos aportar as seguintes consideraçons:

-O primeiro factor que intervém aqui é a rentabilidade corrente que o proprietário obtém das terras dedicando-as à produçom florestal, comparada com a que poderia obter do seu capital vendendo ou arrendando as superfícies a um agricultor. Este é o primeiro elemento que influe na sua decisom, e que pode explicar a opçom por conservar a propriedade das terras e destina-las à plantaçom de árvores.

-Existe, sem embargo, um segundo tipo de motivaçons, que ao nosso entender tivo probavelmente umha maior relevância no caso de Galiza: o desejo dos proprietários de reter as superfícies nas suas maos; nom pola rentabilidade corrente que estas oferecem, senom polas outras vantagens que apresentam como forma de colocaçom do capital: seguridade, possibilidade de umha revalorizaçom futura,... .

Neste suposto, o móbil fundamental desses proprietários seria o interesse por conservar as terras como elemento do património. E a decisom de repovoa-las com árvores constituiria um feito subsidiário, com o que essas persoas buscam obter alguns ingressos desse património. Assi, na medida em que isto se corresponda com a realidade, o fenómeno que estamos comentando

remitiria-nos em boa medida ao tema que analisamos no epígrafe seguinte: a conservaçom das terras como depósito de valor.

-Em qualquer caso, hai um último elemento que tivo umha grande relevância neste aspeito, na medida em que foi o que possibilitou que se produzira a florestaçom de terras que eram aptas para usos agrários: a ausência de umha política de ordenaçom dos usos do solo, que delimitira neste caso as superfícies susceptíveis de ser arvoradas, frente a aquelas de vocaçom agro-gadeira, que deveriam ser reservadas para estes aproveitamentos. A esta questom já nos referimos no capítulo VIII, polo que nom nos imos extender mais ao respeito. Unicamente reiterar que a carência de umha intervençom pública neste sentido, foi o que originou (ou, ao menos, o que permitiu) que o conflito agricultura-floresta alcançara em Galiza durante as últimas décadas umha grande intensidade, o que se saldou com a florestaçom de muitas terras de vocaçom agrária. Isto, do ponto de vista do problema que estamos tratando agora, contribuiu a impedir a mobilidade de muitas superfícies liberadas.

c. A conservaçom das terras como depósito de valor. A débil fiscalidade que grava em Galiza aos proprietários de fincas rústicas.

Ainda prescindindo dos usos nom agrários do solo, existem outros factores ou motivaçons de carácter económico, que pudérom fomentar em Galiza a retençom das superfícies liberadas nas maos dos seus proprietários; obstaculizando deste modo a sua venda aos agricultores que permanecem no sector. Uns factores que, portanto, podem contribuir a explicar a escassa mobilidade que se registou aqui, em concreto ao través do mercado de terras[165]. Estes factores estám relacionados com as características ou as qualidades que apresenta a terra, em tanto que activo ou elemento do património.

Para os proprietários das superfícies liberadas, estas constituem um activo, umha forma de colocaçom do seu capital. E portanto, na medida em que aparezam como um investimento atractivo (pola sua rentabilidade, seguridade,...), a tendéncia dessas persoas será a conservar as superfícies no seu poder. Ademais, estas mesmas motivaçons podem impulsar também as compras de terras por persoas alheias ao sector agrário; o que dificultará ainda mais as adquisiçons por parte dos agricultores que buscam ampliar a sua exploraçom.

---

[165] Os fenómenos aos que imos aludir neste epígrafe nom obstaculizam, em cámbio, ao menos necessariamente, a cesom das superfícies liberadas em arrendamento.

Analisando em concreto as características da terra em tanto que activo, vimos na primeira parte deste capítulo que a sua rentabilidade corrente é em geral reduzida, inferior à da maioria dos investimentos alternativos. Pero, apesar disso, as terras podem oferecer ao seu proprietário umha rentabilidade global elevada, devido às mais-valias derivadas do incremento no seu valor de mercado. Este é, pois, o aspeito esencial que pode fazer das terras um investimento atractivo, fomentando a sua retençom (ou a sua compra) por parte de proprietários alheios à actividade agrária: o aumento, real ou esperado, do seu valor de mercado.

Umha vez feito este breve recordatório, compre que nos perguntemos pola relevância que podem ter estes factores no caso concreto de Galiza, e a influência que pudérom exercer no funcionamento do mercado de terras agrárias ao longo das últimas décadas. A evidência empírica da que disponhemos nom nos permite estabelecer neste ponto, ao igual que sucedia para as duas questons anteriores, umhas conclusons totalmente firmes e precisas. Pero, ainda com estas reservas, a informaçom com a que contamos induze a pensar que estes factores jogárom aqui um papel importante.

Concretamente, som dous os tipos de dados que podemos aportar em relaçom com este tema, procedentes ambos do estudo que oferecemos no capítulo XII desta investigaçom, sobre o mercado e os preços da terra em Galiza. As primeiras cifras refirem-se ao nível que alcançam aqui os preços das terras agrárias, e a sua evoluçom ao longo das três últimas décadas. O segundo tipo de dados procede da análise que realizamos no citado capítulo, sobre as transacçons registadas no mercado de terras numha comarca do interior (a comarca de Arçua) durante o biénio 1987-1988; e a informaçom refire-se neste caso à importância que tenhem as compras efectuadas por persoas que nom trabalham na agricultura. Trataremos de resumir brevemente os resultados que se obtenhem em ambos casos, e as suas implicaçons para o tema que nos ocupa.

i. No que respeita aos **preços da terra**, a informaçom disponível permite estabelecer duas conclusons esenciais:

-Estes preços alcançam actualmente em Galiza um valor mui elevado, se os comparamos com os existentes noutros países e regions do nosso entorno, e se temos em conta a renda que as terras podem oferecer como médio de produçom agrário.

-E algo que resulta ainda mais relevante para a questom que nos ocupa: os preços da terra experimentárom aqui, ao longo das três últimas décadas, um contínuo aumento em termos monetários; aumento este que numha boa parte do período (sobretodo na primeira metade dos 70, e posteriormente nos anos 1983-1990), superou a taxa global de inflaçom. É dizer, que a terra nom só registou durante estas décadas umha revalorizaçom contínua

em termos nominais, senom que em muitas fases esta revalorizaçom produziu-se também em termos reais.

Esse incremento no valor de mercado das terras fai que, ainda que a renda anual que oferecem aos seus proprietários seja mui pequena ou mesmo nula, estas constituam durante os últimos decénios em Galiza um activo interessante do ponto de vista económico, preferível a muitos outros activos alternativos; tal como constatam também para o conjunto de Espanha os cálculos realizados por alguns autores[166].

Nom contamos no ámbito galego com análises empíricas sobre o comportamento dos proprietários de superfícies liberadas; que nos permitam conhecer o peso que tenhem nas decisons destas persoas (pequenos proprietários emigrados e "absentistas tradicionais") as consideraçons relativas à rentabilidade das terras (frente a outras motivaçons de carácter extra-económico). Pero, em todo caso, parece lógico suponher que o fenómeno ao que acabamos de aludir, tivo que estimular necessariamente a retençom das superfícies por estes proprietários; explicando em boa medida a resisténcia destas persoas a vender as terras, que constatam habitualmente os observadores directos do agro galego. A tendéncia ao aumento do valor de mercado das terras, fai que estas aparezam como um activo interessante, sobretodo numhas décadas nas que se registárom, em muitas das etapas, umhas altas taxas de inflaçom. Ademais, esta evoluçom dos preços da terra estimula as expectativas de que a sua alça vai continuar no futuro; o qual, como indicam as análises para outros países, fomenta a conservaçom do património fundiário.

Portanto, todo fai pensar que a tendéncia à alça dos preços da terra, que se observa em Galiza durante as últimas décadas, tivo que jogar um importante papel como obstáculo à venda das superfícies liberadas. Contribuíndo a explicar a resisténcia dos proprietários destas superfícies a desprender-se delas.

ii. As conclusons que vimos de exponher parecem ser avaladas polo outro tipo de dados que antes anunciamos: os referidos às compra-vendas de terras registadas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988. O reduzido ámbito, tanto geográfico como temporal, ao que correspondem estes dados, impide que podamos extraer deles afirmaçons válidas para o conjunto de Galiza, nem para a evoluçom nas trés últimas décadas. Pero, em espera de poder disponher de umha maior evidéncia empírica sobre o tema, cremos interessante apontar os resultados aí obtidos.

---

166 Consultar os cálculos, sobre a rentabilidade comparada da terra e de outros activos alternativos, que se oferecem na obra:
-TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización ... op. cit., pp. 158-182.

O aspeito que nos interessa destacar é, em concreto, o seguinte: dentro da reduzida mobilidade global que se constata no mercado de terras nessa comarca, as cifras indicam que umha elevada proporçom das transacçons correspondem a compras realizadas por persoas que nom trabalham na agricultura, e que buscam na terra umha colocaçom para o seu capital. Concretamente, do total de compra-vendas contabilizadas na comarca durante os anos 1987-1988, a metade aproximadamente corresponde a compras efectuadas por nom agricultores; e a percentagem é similar se nos fixamos no volume de superfícies adquiridas por estas persoas. Destas compras, umha parte parece estar ligada às expectativas de um destino, mais ou menos imediato, das terras a usos urbanos; assi o sugirem a ubicaçom das parcelas, a dimensom dos lotes comprados, etc. Pero para outras muitas, a maioria, isso nom é certo; polo que o móbil das compras tem que ser outro: as qualidades da terra em tanto que activo ou depósito de valor, que fam que estes compradores alheios à agricultura busquem aqui umha forma de colocaçom para o seu capital.

Desconhecemos em que medida esses resultados som geralizáveis ao conjunto do agro galego, ou bem reflectem um fenómeno específico da comarca estudada. Para precisar isto som necessárias muitas mais análises, e referidas a zonas diversas da nossa geografia. Do mesmo modo, seria conveniente poder contar com informaçom para períodos mais amplos que o citado biénio 1987-1988.

Pero, em espera destas análises, podemos afirmar que os dados expostos avalam a relevância que tem em Galiza o papel da terra como activo, e a forte incidéncia que tivérom este tipo de motivaçons sobre o funcionamento do mercado de terras agrárias. Estes factores (a seguridade da terra, a tendéncia à sua revalorizaçom, etc.), nom só freárom a oferta das superfícies liberadas, senom que impulsárom também as compras por parte de persoas alheias à actividade agrária; todo o qual contribuiu, sem dúvida, a dificultar as adquisiçons de superfícies polos agricultores que desejavam ampliar a sua exploraçom.

-A débil fiscalidade que existe em Galiza sobre a propriedade da terra.

Umha questom estreitamente relacionada com o tema que acabamos de exponher, é a que se refire aos impostos que gravam a propriedade da terra, os que recaem sobre a possessom de fincas rústicas. A existéncia de umha débil fiscalidade sobre a terra, fomenta a sua retençom como depósito de valor por parte dos proprietários nom agricultores, sem estimular tampouco a estas

persoas a procurar um aproveitamento adeqüado das superfícies (por exemplo, mediante a sua cesom em arrendamento a um agricultor). Deste modo, o resultado é com freqüéncia umha subutilizaçom, ou um total abandono, de terras com um elevado potencial agrário; que som retidas polos seus proprietários em espera da sua revalorizaçom futura, e sem nengumha preocupaçom polo seu aproveitamento actual. Em sentido contrário, umha forte carga fiscal sobre a propriedade da terra, reduze muito o atractivo que esta oferece como forma de colocaçom de um capital, desincentivando assi o tipo de comportamentos que vimos de indicar. Daí resulta, em conseqüéncia, umha oferta mais "fluída" no mercado de terras, que pode redundar numha maior mobilidade e nuns preços mais baixos[167].

Portanto, as medidas de carácter fiscal constituem outro elemento a ter em conta, à hora de analisar a evoluçom que se observa no caso concreto de Galiza,

e ao tratar de aclarar as causas da reduzida mobilidade da terra que se regista aqui. Nom nos é possível, no quadro desta investigaçom, realizar um estudo detalhado e preciso sobre este tema, de tal forma que pudéramos chegar a conclusons totalmente firmes e acabadas. Sem embargo, si podemos apontar algumhas conclusons provisórias, que se desprendem de umha primeira análise da questom; e que incluímos no nosso quadro explicativo, ao igual que outras anteriores, a título de hipótese. Outros estudos mais detalhados deveriam permitir no futuro verificar com maior rigor estas hipóteses; e este é o objectivo com o que as adiantamos aqui.

Exposta de forma esquemática, **a nossa tese básica neste aspeito** pode resumir-se assi:

- **A fiscalidade que grava a possessom de fincas rústicas é em Galiza, ao igual que sucede de modo geral em Espanha, mui débil, se a comparamos com o valor de mercado que tenhem estas superfícies**, isto é, com o seu valor em tanto que activo. Esta reduzida imposiçom sobre a terra, é adeqüada na medida em que consideremos a esta como um médio de produçom agrário, e portanto é adeqüada no caso dos proprietários-cultivadores directos, devido à baixa rentabilidade que obtenhem as unidades de produçom na nossa agricultura. Sem embargo, se ponhemos em relaçom a quantia dos tributos com o valor de mercado das terras, a carga fiscal que resulta é sumamente pequena.
- **Esta débil carga fiscal contribuiu de forma notável a alentar, durante as últimas décadas, a retençom das**

---

[167] Em relaçom com isto, ver as indicaçons gerais que fixemos no epígrafe 1.4 deste capítulo, e as obras que ali citamos.

superfícies liberadas nas maos dos seus proprietários; e estimulou também os investimentos na compra de terras por persoas alheias à actividade agrária. Deste modo, é este outro factor importante, que ajuda a explicar a escassa mobilidade da terra que se constata no agro galego.

Imos tratar a continuaçom de argumentar essas afirmaçons, suministrando em concreto alguns dados que avalem o que indicamos no primeiro ponto.

Até datas mui recentes, os proprietários de fincas rústicas eram gravados em Espanha com a "Contribución Territorial Rústica". Este tributo naceu a meiados do século XIX e mantivo-se em vigor até 1989, ainda que ao longo deste amplo período experimentou numerosas reformas[168]. Aos nossos efeitos, o que interessa é que, durante a prática totalidade da etapa na que se centra o nosso estudo (de 1950 ou 1960 até o momento presente), foi este o imposto que recaeu sobre os titulares de superfícies rústicas. Formalmente, a CTR nom gravava a possessom das terras, senom a renda que estas podiam gerar para o seu proprietário. Assi, em consonáncia com isso, a base imponível do tributo estava constituída pola renda catastral estimada ou atribuída às terras (e nom polo valor catastral). Esta apariéncia formal, sem embargo, nom altera a natureza de fondo da CTR, que era em realidade um imposto sobre a propriedade, sobre o património fundiário, e nom um imposto de produto[169].

---

[168] Sobre a evoluçom histórica da "Contribución Territorial Rústica" e as suas sucessivas reformas, consultar por exemplo:
-FERNANDEZ NAVARRETE, Donato, "La evolución histórica de la Contribución Territorial Rústica.", Agricultura y Sociedad, no. 8, julho-setembro 1978, pp. 183-209.
-GARCIA MARTIN, José Aureliano/ FERNANDEZ-MURO ORTIZ, María Jesús, "Historia del régimen tributario de la agricultura en España.", Anales de Economía, 3a. época, no. 12, outubro-dezembro 1971, pp. 101-190.
-ALBIÑANA GARCIA-QUINTANA, César, Sistema tributario español y comparado., Ed. Tecnos, Madrid, 1986, pp. 720-721.

[169] Em relaçom com este tema, o da natureza da CTR, consultar por exemplo:
-SOLE VILANOVA, Joaquim, "El Impuesto sobre Bienes Inmuebles en la hacienda municipal española.", Catastro, no. 14, outubro 1992, pp. 18-51; pag. 20.
Ver também as observaçons gerais que, sobre este tipo de tributos, som oferecidas no estudo:
-GUIGOU, Jean Louis/ LEGRAND, Jean Marc, Fiscalité foncière. Analyse comparée des pays de l'OCDE. op. cit., pp. 25-28.

A partir de 1990, a CTR e a sua homóloga para os bens de natureza urbana, a "Contribución Territorial Urbana", desaparecem e som substituídas polo "Impuesto sobre Bienes Inmuebles", no que se unificam formalmente os dous tributos anteriores. Na prática, sem embargo, continuam separando-se a todos os efeitos os dous tipos de bens (urbanos e rústicos), polo que podemos dizer que a CTR é substituída polo IBI-rústica[170]

Com o novo imposto, produze-se umha modificaçom importante no plano jurídico-formal; posto que o feito gravado nom é já a renda presuntamente gerada polas terras, senom a simples possessom ou titularidade das mesmas. Assi, a base imponível do IBI deixa de ser a renda catastral, como ocorria na CTR, para passar a ser o valor catastral das superfícies. Na realidade, porém, esta modificaçom tivo escassos efeitos ou conseqüência práticas. Em primeiro lugar, porque, como antes indicamos, a CTR era já de feito um imposto sobre a propriedade, e nom sobre o produto obtido das terras. E em segundo lugar, porque a determinaçom do valor catastral das terras, a efeitos da aplicaçom do IBI, fai-se capitalizando a renda estimada ou atribuída às mesmas[171]. Deste modo, o IBI-rústica nom grava o valor venal ou valor de mercado dos terreos, senom que constitue um tributo sobre o seu valor locativo ou "valor de rendimento", ao igual que sucedia com a CTR.

Depois dessas breves notas de carácter jurídico-formal, passamos agora à questom central que nos interessa examinar aqui: o nível da carga fiscal que suponhem para os proprietários de fincas rústicas esses impostos (a CTR até 1989, e o IBI-rústica de 1990 em adiante).

O primeiro que podemos indicar em relaçom com este tema é que, globalmente, a fiscalidade existente sobre a terra e os activos imobiliários (incluíndo tanto os de natureza rústica como os de natureza urbana), resulta em Espanha bastante débil, se a comparamos com a situaçom nos países do nosso entorno. Assi, J.L.Guigou e J.M.Legrand, no seu estudo sobre a fiscalidade fundiária nos países da OCDE publicado a princípios dos anos 80, estabelecem a seguinte panorámica geral: num primeiro grupo aparecem os países anglo-saxons (principalmente: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Irlanda), que se caracterizam todos eles por aplicar umha forte imposiçom sobre a propriedade fundiária e imobiliária; com umha situaçom intermédia neste aspeito figuram estados como França, Alemanha e Holanda; e finalmente, quedam aqueles países onde essa imposiçom é mui débil, que se localizam em

---

[170] Consultar neste sentido:

-SOLE VILANOVA, Joaquim, "El Impuesto sobre Bienes Inmuebles...", op. cit., pp. 18-20.

[171] Ver: SOLE VILANOVA, Joaquim, op. cit., pp. 20-38.

duas grandes áreas ou regions europeias: por um lado, estám aqui os países escandinavos, e polo outro, encontramos os do sul de Europa. Espanha inclue-se neste último grupo, sendo, dacordo com os dados que se recolhem no estudo, um dos estados da OCDE que regista umha fiscalidade mais baixa sobre a terra e os activos imobiliários[172].

No que se refire em concreto à imposiçom sobre os bens imóbeis de natureza rústica, as estatísticas ponhem de manifesto que a sua importáncia em Espanha é, ao longo da história recente, mui reduzida, e ademais tende a diminuir com o passo do tempo. Assi, a recaudaçom obtida pola CTR regista durante as últimas décadas umha quantia mui pequena; tanto se a comparamos com o valor da renda agrária, como se calculamos a percentagem que supom em relaçom com o valor de mercado das superfícies rústicas, perspectiva esta que é a mais interessante ao nosso juiço. Qualquer que seja o ponto de vista que adoptemos, observa-se que a carga fiscal que implica a CTR para os proprietários de terras é mui baixa, e diminue ademais, de forma praticamente ininterrumpida, durante os últimos 50 anos[173]. A causa ou origem desta evoluçom está no método seguido para calcular a base impositiva deste tributo (as estimaçons da renda catastral). Isto levou a umha petrificaçom dessa base imponível[174], fazendo assi que a carga real da CTR (em relaçom com o rendimento obtido das terras, e ainda mais se a relacionamos com o valor de mercado destas superfícies) fora mui pequena e cada vez menor.

A recente entrada em vigor do IBI substituíndo à CTR, que se produziu a partir de 1990, nom supuxo, ao menos até agora, nengumha modificaçom substancial na carga que soportam os proprietários de fincas rústicas em

---

172 Ver: GUIGOU, Jean Louis/ LEGRAND, Jean Marc, Fiscalité foncière... op. cit., pp. 29-37.

As cifras que se oferecem neste estudo correspondem em concreto a 1976; e delas desprende-se que os impostos sobre o património fundiário e imobiliário suponhiam em Espanha tam só o 0,06% do PIB, mentres que a média da OCDE era do 1,05% do PIB. Apesar da relativa antigüidade das cifras, cremos que o panorama geral que reflectem continua sendo válido para a actualidade. E, por outra parte, o que nos interessa para a nossa análise nom é só a situaçom mais recente, senom também a que se regista no conjunto das três últimas décadas.

173 Consultar ao respeito os dados que se oferecem no trabalho:
-FERNANDEZ NAVARRETE, Donato, "La evolución histórica...", op. cit., pp. 204-208.

174 Consultar por exemplo:
-FERNANDEZ NAVARRETE, Donato, op. cit.,

Espanha. E o mesmo pode dizer-se para o processo de revisom catastral que se vem realizando (no caso dos bens de natureza rústica) desde 1983. É certo que estes dous processos dérom lugar a que a recaudaçom obtida na imposiçom sobre fincas rústicas, aumentara a taxas elevadas nos últimos anos. Assi, por exemplo, a quota do IBI-rústica no seu primeiro ano de aplicaçom (1990), supuxo um incremento no conjunto do Estado do 17,2%, a respeito da obtida pola CTR no ano anterior (1989), o último no que estivo vigente[175]. E no ano 1991 essa quota experimentou um aumento ainda maior, do 42,1%[176]. Pero estes incrementos, ainda que importantes em termos relativos, nom alterárom de forma apreciável a carga fiscal que recae sobre os titulares destes bens; a qual, comparada com o valor de mercado das superfícies, continua sendo mui pequena.

Com o fim de ilustrar as afirmaçons anteriores, e conhecer em concreto a situaçom que se regista neste aspeito em Galiza, elaboramos o **quadro 10.11**. Neste quadro figuram os dados básicos sobre a aplicaçom do IBI-rústica em Galiza e Espanha no ano 1991; e ademais, a efeitos de poder valorar melhor a carga relativa que supom este tributo em relaçom com o valor de mercado das superfícies, recolhemos também o preço médio das terras agrárias neste ano (1991), dacordo com a "Encuesta sobre precios de la tierra" que realiza anualmente o MAPA[177].

O primeiro que podemos observar nesses dados, e o primeiro feito a salientar, é que **a imensa maioria dos proprietários de fincas rústicas que existem actualmente em Galiza, estám exentos da tributaçom polo IBI** (como o estavam anteriormente do pago da CTR); **e isso fai que também quedem exentas umha elevada proporçom das terras.**

Concretamente, no ano 1991 havia aqui ao redor de 1.290.000 titulares catastrais de fincas rústicas, que se repartiam umha superfície catastrada de 2.672.000 hes (o 90,6% da superfície geográfica de Galiza). Pois bem, desses

---

[175] Ver os dados que se recolhem no trabalho:
-"Impuesto sobre Bienes Inmuebles 1990.", Catastro, no. 13, julho 1992, pp. 103-108.

[176] Ver: MOYA RODRIGUEZ, Manuel, "Catastro Rústico e Impuesto sobre Bienes Inmuebles en 1991. Análisis por provincias.", Catastro, no. 15, janeiro 1993, pp. 111-117; pag. 113.

[177] Para mais detalhes sobre esta fonte, ver a nossa análise no capítulo XII.

proprietários[178], unicamente estavam sujeitos ao pago do IBI-rústica uns 108.000, o 8,4% do total, que possuiam 1.040.992 hes, o 39,0% da superfície. O resto dos titulares catastrais (1.180.000, o 91,6% do total), nom tributavam por este imposto, sendo a causa disto na maior parte dos casos a reduzida dimensom do seu património fundiário[179]. Isto suponhia que estava exenta o 61,0% da superfície (ver quadro 10.11).

Portanto, o primeiro feito a destacar é que a imensa maioria dos proprietários de fincas rústicas, e também a maior parte das terras, estám exentos deste tributo; e, em conseqüência, a carga fiscal que para estas persoas supom a possessom do seu património fundiário é nula. Compre sinalar que, como pode observar-se no quadro, nom é este um fenómeno específico de Galiza, senom que também se regista no conjunto do Estado. Ainda que no caso galego a percentagem de titulares exentos é especialmente elevada, devido sem dúvida à maior fragmentaçom que apresenta aqui a propriedade da terra.

A outra conclusom esencial que se desprende das cifras, e o segundo feito a salientar, é que: para aquelas superfícies que si estám sujeitas ao pago do IBI, a carga que representa este tributo é mui baixa. Mui baixa **se a comparamos com o preço ou valor de mercado das terras**, que é o relevante na medida em que consideremos a estas como um activo; e na medida, portanto, em que adoptemos a perspectiva dos proprietários que conservam as terras como um depósito de valor. O diagnóstico deve matizar-se no caso dos proprietários-cultivadores directos, para os quais as superfícies constituem ante todo um médio de produçom agrário; pero a isto referiremo-nos depois.

No quadro 10.11 podemos ver que a quota do IBI-rústica por hectare foi em Galiza no ano 1991 de 209 pts. Esta é, pois, a quantia média do tributo naquelas superfícies que si estám sujeitas ao seu pago. Se relacionamos esta cifra com o

---

[178] Tal como precisamos no capítulo VII, o número de titulares catastrais nom pode assimilar-se em rigor com o de proprietários, senom que é superior a este. O motivo consiste em que, ao ser o município a unidade de referéncia dos dados catastrais, um mesmo proprietário pode aparecer contabilizado várias vezes, com os seus bens repartidos em vários lotes, no caso de que as suas terras estejam localizadas em distintos municípios. Apesar disto, no texto seguiremos referindo-nos, por comodidade, a "proprietários"; pero compre ter em conta esta matizaçom.

[179] Este é o principal motivo de exençom do imposto (que o valor catastral das terras possuídas nom alcance um determinado mínimo). Ainda que também tem muita importáncia no nosso caso o feito de que estám exentas, assimesmo, do pago do IBI (ao igual que antes da CTR) as superfícies de propriedade comunal, os montes vizinhais.

preço médio que registam as terras agrárias neste ano (1.846.000 pts/ he), obtemos umha taxa ou tipo efectivo do gravame de tam só o 0,01%. Comprovamos, portanto, que a carga fiscal que isso supom é sumamente débil; polo que dificilmente pode exercer umha influéncia importante sobre as decisons dos proprietários nom agricultores, no sentido de estimular a venda das superfícies ou buscar um aproveitamento rentável das mesmas.

Quadro 10.11. Dados básicos sobre a aplicaçom do "Impuesto sobre Bienes Inmuebles" para os bens de natureza rústica. Espanha e Galiza 1991.

A. PARTE DA SUPERFICIE E DOS TITULARES CATASTRAIS QUE ESTAM SUJEITOS AO PAGO DO IMPOSTO.

	1 No. total de titul. catastrais	2 No. de titul. exentos	3 No. de contri-buíntes	Contrib./ total titulares (3/1)
Galiza	1288877	1180720	108157	8,4%
Espanha	7763743	5977702	1786041	23,0%

	Superfície catastrada (hes)			Superf.contrib./ Sup. catastrada total
	4 Total	5 Exentos	6 Contribuíntes	(6/4)
Galiza	2671882	1630990	1040992	39,0%
Espanha	46300240	13088037	33212203	71,7%

B. CARGA FISCAL QUE SOPORTAM OS TITULARES CONTRIBUINTES.

	7 Base impo-nível/ he (pts)	8 Quota do imposto/ he (pts)	9 Preço da terra em 1991 (pts/he)	Base imp./ Preço da terra (7/9)	Quota/ base impon. (8/7)	Quota/ preço da terra (8/9)
Galiza	44947	209	1846000	2,43%	0,46%	0,01%
Espanha	60643	356	576000	10,53%	0,59%	0,06%

Fonte:-MOYA RODRIGUEZ, Manuel, "Catastro Rústico e Impuesto sobre Bienes Inmuebles en 1991. Análisis por provincias.", Catastro, no. 15, janeiro 1993, pp. 111-117.
-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 3/1992.
Elaboraçom própria.

Na quantia deste tributo incidem dous elementos: o cálculo da base imponível, e o tipo de gravame estabelecido (que se reflecte na relaçom quota/

base imponível). Pois bem, a análise dos dados pom de manifesto que a principal causa da debilidade do imposto está no método seguido para estimar a base imponível, o valor catastral das terras. Como já indicamos antes, esta estimaçom basea-se na capitalizaçom da renda que presuntamente podem gerar as superfícies utilizando-as na produçom agrária. Na prática, isto leva em Galiza a que se obtenha um valor catastral/he, que representa unicamente o 2,4% do valor de mercado das terras[180]. Deste modo, se o tipo de gravame nominal do IBI-rústica (a relaçom quota/ valor catastral) é do 0,49%, o seu nível efectivo, calculado a respeito do valor de mercado das superfícies, reduze-se ao citado 0,01% (ver quadro 10.11).

De novo, compre sinalar que nom se trata tampouco aqui de um fenómeno particular de Galiza, senom que isso mesmo observa-se também no conjunto de Espanha: o valor catastral estimado é mui inferior ao preço de mercado das terras; e, em conseqüência, o tipo de gravame efectivo do IBI-rústica é mui baixo. Se bem, é certo que isto dá-se de forma mais acentuada no caso galego (ver quadro 10.11).

Em resumo, pois, vemos que a fiscalidade que grava a possessom de fincas rústicas apresenta em Galiza, ao igual que sucede globalmente em Espanha, umha escassa importáncia. A maioria dos proprietários estám exentos da tributaçom por este conceito, polo que a carga fiscal que supom para eles a possessom das superfícies é nula. E naqueles casos em que si deve pagar-se o imposto (o IBI-rústica, e anteriormente a CTR), a sua quantia é mui pequena, se a comparamos com o valor de mercado das terras.

Essas som as conclusons que se obtenhem no que respeita aos tributos que gravam especificamente a possessom de fincas rústicas. Para precisar mais o tema seria necessário um estudo mais detalhado do sistema impositivo vigente durante as últimas décadas em Espanha, no que se tiveram em conta também outros impostos que podem recaer sobre os proprietários de terras, gravando o seu património fundiário. Em particular, devemos ter presente a existéncia desde 1978 de um imposto geral sobre o património das persoas físicas, em cuja base imponível estám incluídos os activos imobiliários, e concretamente aqueles de natureza rústica. Aqui nom estamos em condiçons de analisar com detenimento a carga real que pode derivar-se deste imposto para este último tipo de activos. Sem embargo, contamos com indícios suficientes para poder afirmar que esta

---

[180] Hai que sinalar aqui que na superfície catastrada estám incluídas as terras de monte, e portanto o valor catastral médio corresponde ao conjunto destas superfícies e a SAU. Mentres que os preços da terra estimados polo MAPA, como precisamos no capítulo XII, refirem-se unicamente à SAU; no caso de disponher de dados para a totalidade das terras, este preço médio seria inferior. Isto obriga a matizar algo as nossas conclusons, pero nom as altera no substancial.

carga, a imposiçom que isto origina sobre os proprietários de fincas rústicas, é mui pequena[181]. E portanto, a aplicaçom do imposto geral sobre o património, nom altera de forma substancial as nossas conclusons anteriores.

Em conseqüéncia, ainda que para precisar totalmente o tema requeriria-se um estudo mais profundo, cremos que o diagnóstico geral nom admite dúvidas: a fiscalidade que grava a possessom de fincas rústicas foi em Galiza durante as últimas décadas, e continua sendo na actualidade, mui débil.

Este fenómeno tivo que influir necessariamente na questom que estamos analisando neste capítulo: a escassa mobilidade da terra que se regista na

---

[181] Dous som os elementos ou indícios esenciais nos que nos baseamos para realizar essa afirmaçom:

-O primeiro refire-se ao método utilizado no imposto sobre o património para valorar os activos imobiliários de natureza rústica. Este método é análogo ao empregado actualmente no IBI-rústica, polo que dá lugar a que também aqui o valor atribuído a estes bens seja mui inferior ao seu valor de mercado. Se consideramos conjuntamente esse método de valoraçom e os tipos de gravame do imposto, deduze-se que a imposiçom que pode realizar-se aò través desta via sobre o património fundiário rústico tem que ser necessariamente mui pequena.

Em relaçom com este tema (o procedimento para calcular a base imponível do imposto sobre o património), consultar por exemplo:
-ALBIÑANA GARCIA-QUINTANA, César, Sistema tributario español y comparado... op. cit., pp. 320-333.

-A esse primeiro tipo de consideraçons podemos unir o que nos indicam as cifras sobre a recaudaçom derivada deste imposto, que ponhem de manifesto que esta recaudaçom é mui pouco importante. Assi, por exemplo, no ano 1990 o volume recaudado pola aplicaçom do imposto sobre o património ascendeu em Espanha unicamente a 18.900 milhons de pesetas. A título de comparaçom, podemos indicar que neste mesmo ano os ingressos obtidos polo IBI-rústica fórom de 8.321 milhons de pts; e os procedentes do IBI-urbanaa elevárom-se a 260.819 milhons de pts. Estas cifras amostram a escassa capacidade recaudatória que tem na prática o imposto sobre o património; e permitem constatar também que, na medida em que existe em Espanha umha imposiçom sobre a propriedade, esta realiza-se basicamente sobre os activos imobiliários e ao través do IBI.
(Os dados que oferecemos no párrafo anterior estám tomados das seguintes obras:
-BANCO BILBAO-VIZCAYA, Informe económico 1990., Bilbao, 1991, pp. 109-110.
-"Impuesto sobre Bienes Inmuebles 1990.", Catastro, no 13, julho 1992, pp. 104-105.)

agricultura galega. Neste sentido, parece lógico suponher que a reduzida fiscalidade sobre a terra, estimulou a retençom das superfícies liberadas por parte dos seus proprietários; contribuíndo deste modo a frear a oferta efectiva destas superfícies para os agricultores que permanecem no sector.

Examinando com algo mais de detalhe esta questom, sabemos que em Galiza a maior parte dos proprietários de terras livres som antigos agricultores ou herdeiros de agricultores, que possuem em geral umha superfície reduzida. E isto último ve-se ainda acentuado com a divisom do património familiar entre os herdeiros, que se produze ao desaparecer a exploraçom e morrer o seu antigo titular: isto fai que as superfícies liberadas se fragmentem num maior número de propriedades de mui reduzida dimensom. Deste modo, umha elevada proporçom destes pequenos proprietários emigrados estám, com toda probabilidade, exentos do pago do IBI-rústica (e antes da CTR); constituíndo umha parte importante dos mais de 1.100.000 titulares catastrais exentos, que registam actualmente as cifras. Nestes casos, a conservaçom da propriedade das terras nas suas maos nom se ve penalizada ou gravada pola fiscalidade existente, o que estimula sem dúvida a sua retençom, a resisténcia a vender as superfícies.

Pero mesmo no caso dos proprietários (nom cultivadores directos) que possuem um património fundiário de certa dimensom[182], e que estám sujeitos portanto ao pago do IBI-rústica, a quantia que alcança este tributo é, como acabamos de ver, mui pequena, se a comparamos com o valor de mercado das terras. Assi, a influéncia que podem exercer no seu comportamento estas medidas fiscais, no sentido de fomentar a venda das superfícies ou de impulsar os esforços para um melhor aproveitamento das mesmas, é mui pouco importante.

Em conseqüéncia, cremos que a débil fiscalidade existente sobre a terra, deve incluir-se entre os factores que explicam a tendéncia desses proprietários a reter as superfícies, sem preocupar-se tampouco pola sua utilizaçom actual. E o mesmo pode afirmar-se para as compras de terras por persoas alheias à agricultura: a reduzida carga fiscal que soporta este activo, unido à sua seguridade e às expectativas da sua revalorizaçom futura, podem explicar em boa medida estes investimentos.

---

[182] Os dados que reproduzimos no quadro 10.11 indicam que os proprietários contribuíntes possuem aqui umha superfície média de 9,62 hes, o que para o contexto do agro galego constitue um tamanho importante.

-Umhas consideraçons finais sobre o tema da fiscalidade fundiária.

As notas que acabamos de exponher, ao igual que as expostas nos epígrafes precedentes, respondem a umha análise de tipo positivo. É dizer, que a sua finalidade é a de contribuir a explicar a evoluçom observada (a escassa mobilidade da terra); neste caso concreto, examinando a influéncia que pudérom ter nessa evoluçom as medidas de carácter fiscal. Desta análise nom podem deduzir-se, sem mais, propostas de carácter normativo, sobre a política fiscal que seria conveniente aplicar, ou a que nós consideramos desejável, neste campo. A elaboraçom de propostas concretas sobre este tema requeriria ter em conta numerosos elementos ou aspeitos; e nom constitue um objectivo desta investigaçom o disenhar em detalhe as acçons que deveriam aplicar-se, com o fim de incrementar a mobilidade da terra. De todos modos, no que respeita a este tema da fiscalidade, parece-nos necessário finalizar a exposiçom com algumhas consideraçons gerais feitas desde este ponto de vista normativo. Com isto buscamos situar melhor a questom.

O primeiro que devemos destacar aqui é que o duplo carácter que apresenta a terra (por um lado médio de produçom agrário, e, ao mesmo tempo, activo ou forma de colocaçom de um capital), planteja de entrada um importante problema, à hora de estabelecer os impostos que gravam a sua propriedade. Este problema ou conflito dá-se de forma especialmente aguda naqueles espaços, como é o caso de Galiza, onde existe um forte contraste entre: o valor de mercado das terras (mui elevado); e a rentabilidade das exploraçons agrárias, a rentabilidade neta que registam as terras utilizadas na produçom agrária (que é mui baixa). O conflito ao que aludimos pode formular-se assi:

-Umha imposiçom sobre a propriedade da terra que esteja baseada, como sucede actualmente em Espanha, na renda que geram as superfícies como médio de produçom agrário, resulta adeqüada para os casos nos que o proprietário é o cultivador directo. Pero isto dá lugar a que a carga fiscal seja mui reduzida em relaçom ao valor de mercado das terras; o que fomenta a sua conservaçom como activo por parte de proprietários alheios à agricultura. Deste modo, tende a frear-se a mobilidade no mercado de terras, dificultando a ampliaçom das exploraçons agrárias.

-A aplicaçom de umha fiscalidade mais forte sobre a possessom de fincas rústicas, baseada no valor de mercado destes bens, permite evitar ou reduzir o problema citado, incrementando assi a mobilidade no mercado de terras agrárias. Ademais, isto nom só tem efeitos beneficiosos para a agricultura, senom que pode dar lugar também a conseqüéncias positivas para o conjunto da economia, ao desincentivar a colocaçom de capitais na terra, e

fomentar assi a canalizaçom do aforro para investimentos produtivos[183]. Sem embargo, umha fiscalidade deste tipo planteja outro problema diferente: origina umha carga mui elevada para os proprietários que som agricultores e cultivam directamente as terras, umha carga desproporcionada em comparaçom com a rentabilidade agrária das superfícies.

Daí desprende-se umha primeira indicaçom, sobre o perfil que devem ter as medidas fiscais dirigidas a favorecer a mobilidade da terra e um melhor uso das superfícies. Em princípio, estas medidas deveriam diferenciar, e tratar de forma distinta, aos proprietários cultivadores directos, e a aqueles outros que nom trabalham eles as terras, para os quais estas constituem só um activo ou forma de colocaçom do capital. Para estes últimos, o imposto teria que basear-se no valor de mercado das superfícies, com o fim de desincentivar os comportamentos de retençom especulativa. Portanto, na realidade concreta de Galiza, seria para estes proprietários para os que compriria aplicar umha fiscalidade muito mais forte que a existente na actualidade. Mentres que para os proprietários cultivadores directos deveria manter-se umha tributaçom mais débil, baseada no valor agrário das terras (de forma similar a como sucede actualmente), ainda que condicionado isto a certos compromisos para o caso no que as superfícies sejam vendidas[184].

Essa primeira ideia permite avançar algo. Pero, para situar melhor o tema, compre fazer umha segunda consideraçom ou precisom. O feito de que existam persoas alheias à actividade agrária, que estám interessadas em ter colocado parte do seu capital na terra (já seja conservando as propriedades que herdárom, ou investindo na compra de superfícies), nom constitue em si mesmo um fenómeno negativo para o sector agrário. Ao contrário, isso pode ser algo beneficioso para o sector, na medida em que esses proprietários aceitem ceder as superfícies a um agricultor mediante contratos de arrendamento a longo prazo. Neste suposto, possibilitaria-se a incorporaçom das terras às exploraçons agrárias existentes (e a conseguinte ampliaçom das mesmas), sem que estas tiveram que incurrir no forte desembolso que implica a compra das superfícies. De feito, durante os últimos anos fórom aparecendo em certos países da Europa Ocidental diversas medidas e figuras legais, orientadas precisamente nessa direcçom: fomentar a separaçom entre propriedade e direito de uso das terras;

---

183 Este aspeito é destacado por exemplo no estudo:
-GUIGOU, Jean Louis/ LEGRAND, Jean Marc, Fiscalité foncière... op. cit., pp. 11-19, e 36-37.

184 O que acabamos de sugerir está na linha da proposta què formula, em relaçom com este tema, D.Bergmann. Ver:
-BERGMANN, Denis, Politique agricole... op. cit., pag. 119.

de tal forma que os agricultores podam acceder a maiores superfícies, sem necessidade de afrontar os elevados investimentos que supom a sua adquisiçom.

A situaçom negativa produze-se quando a retençom da propriedade das terras em maos de nom agricultores, vai acompanhada do seu abandono ou utilizaçom inadeqüada por parte destes proprietários. Portanto, é isto o que devem penalizar as medidas de carácter fiscal; com o fim de estimular a estas persoas a vender ou arrendar as superfícies.

Em conseqüéncia, as medidas às que nos estamos referindo deveriam discriminar também dentro dos proprietários nom cultivadores directos, segundo o uso que estes fam das terras. Umha possibilidade seria, por exemplo, modular a quantia do imposto em funçom do aproveitamento do que som objecto os terreos; de tal modo que fora fortemente penalizado o mantenimento de superfícies abandonadas ou infra-utilizadas. Outra opçom, nom excluínte com a anterior, seria a que proponhem J.L.Guigou e J.M.Legrand: estabelecer um tributo sobre a propriedade da terra, cuja quantia se modularia em funçom de que as superfícies foram ou nom cedidas a um agricultor, e da duraçom do contrato de arrendamento. Assi, no caso de que o proprietário nom estivera disposto a arrendar as terras, ou só aceitara cesons de mui curta duraçom, o gravame a pagar alcançaria um nível elevado. Mentres que no suposto de efectuar um arrendamento de longa duraçom, aplicaria-se um gravame mui baixo[185].

Nom imos afondar mais no tema, posto que nom é a nossa pretensom apresentar umha proposta totalmente articulada, sobre as medidas concretas que seria conveniente instaurar neste aspeito em Galiza. O único que pretendíamos aqui era aportar algumhas reflexons gerais, e destacar sobretodo umha ideia: umha fiscalidade sobre a terra que tenha como objectivo incrementar a sua mobilidade, e fomentar a sua melhor assignaçom produtiva, nom deveria estabelecer um gravame uniforme para todos os proprietários, senom discriminar segundo que estes sejam ou nom cultivadores directos, e sobretodo em funçom do uso de que som objecto as terras, penalizando especialmente o mantenimento de superfícies abandonadas.

Em qualquer caso, o que mais nos interessa neste capítulo é explicar a evoluçom observada no agro galego ao longo das últimas décadas. Neste sentido, devemos reiterar que a existéncia de umha fiscalidade mui débil sobre a terra, unido à revalorizaçom quase contínua que experimenta este activo durante

---

185 A proposta concreta que fam os citados autores apresenta algumhas matizaçons adicionais, que nom podemos deter-nos a exponher aqui. Consultar:
-GUIGOU, Jean Louis/ LEGRAND, Jean Marc, Fiscalité foncière... op. cit., pp. 223-229.

o período, contribuiu sem dúvida a fomentar a retençom das superfícies liberadas por parte dos seus proprietários. Assi, estes factores podem explicar em boa medida a resisténcia destas persoas a vender as terras, que se constata habitualmente.

d. A possível existéncia de motivaçons extra-económicas, que influem no comportamento dos proprietários de terras livres.

Dentro dos factores que pudérom obstaculizar a oferta das superfícies liberadas, fomentando a sua retençom por parte dos proprietários, queda-nos por examinar um último grupo: as que designamos anteriormente com o rótulo de "motivaçons extra-económicas"; ou, utilizando a terminologia de A.Brun[186], aquelas motivaçons que se relacionam nom com o valor mercantil das terras, senom com o valor de uso (real ou esperado) que estas tenhem para os seus proprietários.

Na primeira parte do capítulo vimos que, baixo este rótulo genérico, incluem-se habitualmente trés tipos esenciais de móbiles:

-O primeiro consiste no desejo de conservar as superfícies como um elemento de seguridade, perante o temor que tenhem estes proprietários (concretamente aqueles de origem agrária, que abandonárom recentemente o sector) de perder o emprego ao que accedérom noutra actividade.

-Um segundo tipo de motivaçons extra-económicas, refire-se ao prestígio social que pode ir associado, ou que podem atribuir as persoas implicadas, à possessom de fincas rústicas. Fenómeno este que se menciona sobretodo para o caso dos proprietários "absentistas tradicionais".

-E finalmente, está a possível existéncia, especialmente por parte dos pequenos proprietários de origem agrária, de um "apego afectivo" às terras.

No caso concreto da agricultura galega, constitue umha ideia mui extendida a de que estes factores som a principal causa da escassa mobilidade da terra que se observa durante as últimas décadas. Dacordo com este ponto de vista, a falta de mobilidade da terra tem aqui a sua origem na resisténcia que amostram os pequenos proprietários emigrados a vender ou arrendar as superfícies que lhes pertencem; em definitiva, na resisténcia destas persoas a todo o que suponha desprender-se da propriedade e a livre disposiçom das terras. E este

---

[186] Ver: BRUN, André, "Propriété foncière et exploitation agricole...", op. cit., pag. 27.

comportamento, à sua vez, é atribuído fundamentalmente a motivaçons de carácter extra-económico, alheias à rentabilidade e o valor mercantil das terras. Concretamente, som dous os tipos de motivaçons que se mencionam com maior freqüência: o interesse em reter as superfícies como um seguro ou "refúgio", diante da incertidume que acompanha à emigraçom, ou com vistas a poder retornar ao lugar de origem no momento da jubilaçom; e, de um modo mais genérico, alude-se à existéncia, por parte destes pequenos proprietários de origem agrária, de um "apego afectivo" às terras, ou à influéncia no seu comportamento de "factores antropológicos".

Essa é, exposta de modo esquemático, a ideia mais extendida em Galiza (tanto entre os estudosos como ao nível da opiniom pública), em relaçom com o problema da falta de mobilidade da terra e as suas causas. Ainda que compre precisar que se trata de umha ideia que nom é exposta quase nunca de um modo minimamente sistematizado; funcionando mais bem como um "slogam", que como umha hipótese explicativa articulada.

Pola nossa parte, no que respeita a este tema, podemos fazer de entrada umha primeira afirmaçom: à margem da relevância concreta que tenham na realidade as citadas motivaçons, estas nom constituem a única, e com toda probabilidade tampouco a principal, causa da escassa mobilidade da terra que se constata nas últimas décadas. Isto é o que se desprende da análise realizada nos epígrafes anteriores, onde pudemos comprovar que existem umha série de factores económicos que tivérom umha notável incidéncia na evoluçom observada: a concurréncia exercida polos usos urbanos e os usos florestais do solo, a tendéncia quase contínua à revalorizaçom da terra, e a baixa fiscalidade que grava a possessom de fincas rústicas. Assi, ainda que poda ser certo que o comportamento dos proprietários de superfícies liberadas estivo influído por outro tipo de motivaçons, hai razons de carácter económico que estám em condiçons de explicar em boa medida a sua resisténcia a vender as terras, e que devérom incidir necessariamente nas suas decisons. Ademais, ao lado destes factores que operam pola parte da oferta, vimos também que existem condicionantes do lado da demanda, que dificultárom a incorporaçom das superfícies liberadas a outras exploraçons (os problemas de muitos agricultores para reestruturar o aparato produtivo das suas exploraçons, de tal forma que podam trabalhar umha superfície muito maior; a sua limitada capacidade para financiar as compras de terras).

Em resumo, pois, **podemos afirmar com toda seguridade que as citadas motivaçons extra-económicas, que podem operar sobre os pequenos proprietários emigrados, nom som o único, e probavelmente tampouco o principal, factor explicativo da escassa mobilidade da terra registada no agro galego.**

Feita essa precisom inicial, compre que nos perguntemos pola relevância concreta que podem ter aqui este tipo de motivaçons, alheias ao valor mercantil das terras; pola influéncia que estas pudérom exercer sobre o comportamento dos proprietários de superfícies liberadas.

Como já indicamos no seu momento com carácter geral, a natureza dos fenómenos aqui implicados fai que seja mui difícil, ou quase impossível, alcançar neste tema conclusons precisas e fundadas empiricamente; devido às dificuldades para contrastar na prática a existéncia e o papel jogado por este tipo de motivaçons. Esta afirmaçom geral é aplicável também ao caso concreto de Galiza. E, portanto, no que respeita a esta questom, tam só podemos aportar algumhas reflexons ou elementos de juiço mui genéricos.

As primeiras reflexons refirem-se ao primeiro tipo concreto de motivaçons extra-económicas que antes citamos: o desejo de conservar as terras perante a inseguridade do emprego adquirido noutro sector, ou com vistas a poder retornar a elas no momento da jubilaçom. Em relaçom com isto, os indícios indirectos sugirem que este fenómeno pudo ter em Galiza um papel relativamente importante ao longo do período estudado. Em concreto, som dous os feitos que apontam neste sentido:

-O primeiro é que a maior parte das superfícies liberadas pertencem aqui a pequenos proprietários de origem agrária, antigos agricultores ou herdeiros de agricultores. Colectivo este que é o que pode ver-se mais afectado por esse tipo de consideraçons.

-O segundo feito a ter presente refire-se ao destino concreto ao que se dirigírom estas persoas, ao abandonar o sector agrário. Como vimos na primeira parte da investigaçom, a maioria delas encaminhárom-se para a emigraçom exterior (exterior a Galiza, e também, na maior parte dos casos, exterior a Espanha). Aspeito este que dá lugar a que a incertidume fora, em princípio, muito maior que no caso de produzir-se a emigraçom a curta distáncia.

Portanto, existem razons para creer que este tipo de motivaçons pudérom exercer no caso galego um importante papel, impulsando a muitos proprietários de terras livres a nom desprender-se delas.

De um modo mais genérico, cabe pensar que o desenraíçamento que implica a emigraçom a longa distáncia, e o mantenimento (ao menos durante muito tempo) da intençom de retornar a Galiza, pudérom estimular nestes pequenos

proprietários o "apego afectivo" às terras, como umha manifestaçom do desejo de seguir vinculado ao lugar de origem[187].

Nesta mesma orde de cousas, ainda que desde outro ponto de vista, podemos perguntar-nos pola influéncia que pode ter neste aspeito, o feito de que o acceso do campesinato à plena propriedade da terra fora em Galiza um processo mui tardio, consolidado ainda no século actual. É este outro elemento que pode fomentar um "apego" à propriedade das terras por parte dos herdeiros desta pequena propriedade camponesa, à margem de consideraçons relativas à sua rentabilidade.

Em definitiva, pois, existem umha série de elementos que pudérom alimentar aqui a acçom destas motivaçons extra-económicas. Vemos, sem embargo, que as nossas observaçons limitam-se neste caso a sugeréncias ou reflexons, que nom passam de ser meras hipóteses; e nom resulta possível, como sucedia para as variáveis económicas analisadas nos epígrafes anteriores, verificar empiricamente a incidéncia real que tivérom estes factores.

Em todo caso, **no que respeita a este tema hai algo que si podemos afirmar: na medida em que estas motivaçons extra-económicas joguem em Galiza um papel relevante, a sua influéncia tivo que tender a reduzir-se com o passo do tempo, ao ir debilitando-se os vínculos dos pequenos proprietários emigrados com o seu lugar de origem.** Assi, suponhendo que muitos destes proprietários retivérom inicialmente as terras como um elemento de seguridade ou "refúgio", perante a incertidume da emigraçom, parece lógico pensar que este móbil foi perdendo força a medida que estas persoas se estabilizárom noutra actividade e no novo lugar de residéncia. De modo similar, o "apego afectivo" às terras tenderá a debilitar-se com o passo do tempo, e sobretodo será muito mais débil na seguinte geraçom: a formada polos filhos dos agricultores emigrados, que nacérom já no médio urbano ou abandonárom o campo sendo mui novos. Em conseqüéncia, de existir realmente a influéncia destas motivaçons, podemos suponher que a sua força foi

---

187 Em relaçom com este tema, M.Gondar expom umha ideia mui sugerente, que enlaça com as afirmaçons de J.L.Guigou, referidas a França, sobre o contido concreto do "apego afectivo" às terras, o que se esconde realmente detrás deste rótulo genérico. Concretamente, sinala M.Gondar o seguinte (para a realidade do agro galego): *"La casa aldeana es cada vez menos unidad de producción (...).* [esta casa] *Cumple una función sicológica como mecanismo de curación para el mal mayor de que adolece nuestro campesinado: la pérdida de la identidad."* (GONDAR, Marcial, "Herencia", em: Gran Enciclopedia Gallega, Tomo XVII, pag. 98).

diminuindo, e continuará fazendo-o no futuro, dando assi lugar a um notável incremento da oferta efectiva de terras livres[188].

2.5. Os problemas específicos que planteja a mobilizaçom das superfícies de monte; os "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra.

Para concluir esta análise, temos que referir-nos a um último tipo de factores que pudérom obstaculizar em Galiza a mobilidade das superfícies liberadas: aqueles que se relacionam com as condiçons concretas destas superfícies, com as suas aptitudes e limitaçons para a produçom agrária.

Antes vimos que as características que registam aqui as exploraçons agrárias, dam lugar a que a demanda potencial de terras por parte dos agricultores alcance, globalmente, umha elevada intensidade. Isto, sem embargo, nom afecta na mesma medida a todas as superfícies liberadas; senom que a força com a que estas som demandadas, e o preço que os agricultores estám dispostos a pagar por elas, variam muito segundo as aptitudes e a produtividade potencial das terras. Em concreto, existe umha porçom das superfícies liberadas que apresentam umhas limitaçons tam fortes para um

---

[188] O que indicamos neste párrafo é algo que constatam numerosos autores para outros espaços agrários. Assi, num estudo da OCDE já citado anteriormente, e aludindo a essas motivaçons extra-económicas dos proprietários emigrados, afirma-se o seguinte: *"Mais tous ces facteurs auront des effets beaucoup moins sensibles sur le fils d'agriculteur né à la ville ou qui est arrivé très jeune. On peut donc prévoir qu'à la géneration suivante une meilleure mobilité des terres sera assurée."* (OCDE, Les obstacles à la mobilité des terres. op. cit., pag. 56)

Este mesmo fenómeno é verificado em concreto por J.M.Sumpsi para a regiom de Castilla-León: *"La resistencia del emigrante para vender sus tierras puede ser fuerte, pero incluso en estos casos se ha detectado que los herederos, ya totalmente desvinculados de la tierra, venden, de inmediato, las tierras cuando se produce la sucesión."* (SUMPSI, José María, "El mercado de la tierra...", op. cit., pag. 35).

aproveitamento agrário rentável, que a demanda que exercem sobre elas os agricultores que permanecem no sector é sumamente débil ou quase inexistente. Nestes casos, as terras quedarám com toda probabilidade abandonadas ou dedicadas a usos florestais; pero nom a causa da resisténcia dos proprietários a desprender-se delas, nem tampouco polas limitaçons da demanda global exercida polos agricultores. Som as próprias características das superfícies as que obstaculizam a sua mobilidade; ao impedir o seu uso rentável na produçom agrária, e fazer assi que nom haja agricultores interessados na sua compra ou arrendamento.

O primeiro que devemos ter em conta neste sentido é que, das superfícies que som liberadas em Galiza a resultas da desapariçom de exploraçons, umha parte corresponde a terras de monte (tanto baixo como arvorado), que, polas suas condiçons naturais (fertilidade, pendente,...), nom som suceptíveis de ser dedicadas a usos agrícolas ou gadeiros. Em conseqüéncia, existe umha porçom das superfícies livres que nom podem servir para ampliar a superfície agrária das exploraçons supervivintes, e para as quais nom haverá, portanto, umha demanda por parte destas exploraçons; estando isto imposto polas suas limitaçons naturais.

Nom é essa, sem embargo, a questom que nos interessa aqui. O feito ao que queremos referir-nos é o seguinte: mesmo prescindindo das superfícies anteriores, e limitando-nos pois a aquelas que si som aptas em princípio para usos agrários, existem certas deficiéncias estruturais que podem dificultar muito a sua utilizaçom rentável na produçom agrária, e que reduzem em conseqüéncia a sua demanda por parte dos agricultores; afectando isto em definitiva à sua mobilidade. É a este tipo de situaçom ao que aludimos quando falamos dos "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra.

Dentro destes "obstáculos estruturais" hai que destacar especialmente dous, que estám estreitamente vinculados entre si: a excessiva fragmentaçom parcelária das terras, e os deficientes accesos às fincas. Tanto um como outro problema afectam em Galiza a umha elevada proporçom das superfícies liberadas ao longo das últimas décadas; e, na medida em que dificultam um aproveitamento rentável das terras, pudérom constituir importantes freos à sua compra ou arrendamento polos agricultores que continuam no sector.

Imos desenvolver algo mais essa argumentaçom, distinguindo em concreto dous grupos de superfícies: as terras de monte (e em particular de monte baixo) que som susceptíveis de ser roturadas e dedicadas a usos agrários; e as superfícies destinadas a cultivos e pastos.

Tal como explicamos nos capítulos VII e VIII desta investigaçom, as terras de monte baixo constituiam historicamente em Galiza um elemento integrado no sistema agrário, cumplindo umha série de funçons esenciais para o funcionamento e o equilíbrio das exploraçons agrárias. Em conseqüéncia, o

acceso por parte dos agricultores a superfícies de monte adicionais apresentava umha grande relevância, e um interesse comparável ao que podia ter a compra ou arrendamento de mais terras cultivadas e prados. Dito noutras palavras: no contexto do sistema agrário tradicional, a demanda de terras de monte baixo por parte dos agricultores, alcançava umha elevada intensidade, devido às funçons de carácter agrário que estas cumpliam.

Ao longo das três últimas décadas, sem embargo, essa situaçom mudou de forma substancial, como conseqüência do progressivo abandono dos aproveitamentos tradicionais dessas superfícies. Isto fixo que as terras de monte baixo apresentem cada vez menor interesse para as exploraçons agrárias. E, portanto, no caso das superfícies deste tipo que fórom quedando liberadas a causa da desapariçom de exploraçons, a demanda que sobre elas exercem os restantes agricultores cabe pensar que tem que ser mui débil[189].

No novo contexto que se configura durante os últimos decénios, a compra ou arrendamento de superfícies de monte baixo por parte dos titulares de exploraçons agrárias, só parece que pode ter sentido, e interesse do ponto de vista produtivo, num suposto: tendo em perspectiva a posterior roturaçom e transformaçom em pastos destas terras[190].

Do razoamento que acabamos de exponher, deduzem-se duas conseqüéncias ou corolários importantes para o tema que estamos tratando:

i. A mobilidade das superfícies de monte baixo que vam quedando liberadas, a transferéncia destas superfícies a outras exploraçons, só pode operar-se, esencialmente, ao través das compra-vendas; sendo mui poucos os agricultores que estarám interessados em tomar este tipo de terras em arrendamento. O motivo disto é fácil de explicar: a roturaçom e

---

[189] Referimo-nos à demanda de terras de monte baixo em tanto que tais, para efectuar nelas os aproveitamentos tradicionais; nom ao suposto no que estas superfícies som compradas pensando em transforma-las e dedica-las a um uso agrário permanente.

[190] Suponhemos sempre que a demanda de terras exercida polos agricultores responde à vertente destas em tanto que médio de produçom agrário, sem influir outras consideraçons.

Por outro lado, a afirmaçom que fazemos no texto necessita em rigor umha pequena matizaçom, derivada do que constatamos no capítulo VIII: o abandono dos aproveitamentos tradicionais das superfícies de monte baixo nom é ainda hoje total, senom que alguns deles continuam sendo realizados por umha parte das exploraçons (sobretodo a corta do tojo, e, em menor medida, o pastoreo). Portanto, pode haver um certo número de agricultores interessados em comprar ou arrendar superfícies adicionais de monte para dedica-las a estes usos. Sem embargo, o que tratamos de exponher no texto som as tendéncias esenciais.

transformaçom em pastos destas superfícies implica um investimento importante, e que rinde os seus frutos durante um período relativamente prolongado; e, portanto, parece lógico pensar que os agricultores tam só estarám dispostos a realizar esta transformaçom em terras da sua propriedade (ou, ao menos, em terras para as que tenham assegurado o direito de uso durante um elevado número de anos). Assi, na medida em que a demanda de superfícies de monte vaia ligada à perspectiva da sua futura roturaçom (como indicava o nosso razoamento anterior), os agricultores só aceptarám acceder a elas mediante a sua compra.

Em resumo: as funçons que cumplem actualmente as terras de monte baixo para a agricultura, fam que a mobilidade daquelas que quedam liberadas tenha que efectuar-se esencialmente por médio das compra-vendas; mentres que o papel que pode jogar aqui o arrendamento é mui escasso (a menos que se trate de contratos de arrendamento a longo prazo).

ii. A outra conseqüéncia ou corolário que se desprende do razoamento antes exposto é a seguinte: na medida em que estas superfícies de monte (aptas em princípio para usos agrários) apresentem deficiéncias estruturais, que dificultam a sua transformaçom e utilizaçom rentável para estes usos, a sua demanda por parte dos agricultores da zona será mui débil ou praticamente inexistente. É dizer, que nom haverá trabalhadores agrários interessados na sua compra ou arrendamento.

Na prática, sabemos que as superfícies de monte de propriedade particular, apresentam em Galiza dous tipos mui importantes de problemas estruturais, que contribuírom a dificultar a sua conversom em pastos durante as últimas décadas: a acusada fragmentaçom parcelária, e as grandes deficiéncias dos accesos às fincas. Portanto, seguindo o nosso razoamento, podemos afirmar que estes problemas desincentivárom a demanda deste tipo de superfícies por parte dos agricultores, constituíndo assi um forte obstáculo à sua mobilidade. Deste modo, devemos incorporar ao nosso quadro explicativo, sobre as causas da escassa mobilidade da terra observada em Galiza, este último tipo de factores: os que denominamos "obstáculos estruturais".

Nos párrafos precedentes referíamo-nos só às superfícies de monte. Sem embargo, estas últimas consideraçons som também aplicáveis em certa medida para os outros grupos de superfícies liberadas: as dedicadas a cultivos, e a prados e pastos. Também neste caso, as terras apresentam em geral um acusado parcelamento, ao que se unem em muitas delas os problemas de acceso às fincas[191]; deficiéncias estas que dificultam a utilizaçom adeqüada dos médios de trabalho mecánicos. E todo isto tem como efeito o reduzir o interesse que

---

[191] Ainda que este problema tem aqui menos gravidade que nas terras de monte.

apresenta para os agricultores a compra ou arrendamento destas superfícies. Ou, dito noutras palavras, isso reduze a virtualidade positiva que pode ter a incorporaçom dessas superfícies, para aquelas exploraçons que tenhem subempregada a sua maquinária[192]; derivando-se em definitiva um freo à demanda efectiva das terras, e à sua mobilidade.

Esta argumentaçom necessitaria ser contrastada empiricamente, com o fim de poder verificar a incidéncia que tivérom estes problemas estruturais sobre a mobilidade da terra, e para precisar a sua importáncia real no caso das terras de monte e no das dedicadas a cultivos e prados. Neste estudo nom estamos em condiçons de realizar esta verificaçom empírica, polo que as ideias expostas devem tomar-se como hipóteses, ainda que bastante plausíveis[193].

Nom obstante, si podemos indicar que alguns estudos efectuados noutros países e regions do nosso entorno, confirmam a importante influéncia que exerce o problema da excessiva parcelaçom sobre a mobilidade das terras. Por exemplo, este fenómeno é destacado por J.M. Sumpsi para as comarcas cerealeiras de Castilla-León: a existéncia de umha elevada fragmentaçom das terras obstaculizou aqui inicialmente (nos anos 60) a sua mobilidade; constatando-se posteriormente como a realizaçom dos trabalhos de concentraçom parcelária, foi seguida de um incremento da mobilidade no mercado de terras[194].

---

[192] Posto que esta maquinária nom vai poder ser empregada adeqüadamente nessas fincas.

[193] Umha via possível para contrastar estas hipóteses seria, por exemplo, tomar algumhas comarcas de Galiza nas que os trabalhos de concentraçom parcelária se realizárom sobre umha proporçom importante da superfície, e ver se isso foi acompanhado de um incremento da mobilidade no mercado de terras (e também no "mercado de arrendamentos").

[194] Ver: SUMPSI, José María, "El mercado de la tierra...", op. cit., pp. 22-23.
O autor resume do seguinte modo as suas conclusons em relaçom com este tema:
"durante los años sesenta ya se daba la necesidad de ampliar la dimensión de la explotación para incorporar las nuevas técnicas, pero existía un obstáculo estructural que impedía el funcionamiento del mercado de la tierra: la excesiva atomización y dispersión de las parcelas. Este obstáculo hacía muy difícil la concreción de cualquier operación de compra-venta de tierras. Por parte del comprador las compras muy diseminadas no cumplían el objetivo de conseguir una estructura de explotación adecuada para introducir la mecanización (...).

Los cambios estructurales derivados de la política de Concentración Parcelaria de los años sesenta permitieron superar los obstáculos antes citados y significaron, de hecho, el desarrollo de un incipiente mercado de tierras, que hasta la fecha había sido prácticamente inexistente."
(Ibidem, pp. 22-23).

2.6. Os factores explicativos da escassa mobilidade da terra que se constata em Galiza; umha breve recapitulaçom final.

Finalizamos este capítulo, fazendo umha breve recapitulaçom das conclusons obtidas ao longo dos epígrafes anteriores. A análise que realizamos nestes epígrafes nom permite estabelecer umha resposta acabada e precisa para a pergunta que formulamos ao princípio: quais som as causas da escassa mobilidade da terra que se constata no agro galego durante as últimas décadas ?. Isto é assi por dous tipos de razons:

-Em primeiro lugar, existem alguns factores aos que aludimos na exposiçom, cuja influéncia sobre a mobilidade da terra em Galiza, necessitaria ser verificada com maior rigor, com o fim de determinar o papel que jogárom realmente neste tema.

-Mais importante ainda é a segunda limitaçom: na análise fórom aparecendo umha série de variáveis que obstaculizárom aqui a mobilidade da terra, pero sem que nos fora possível precisar quantitativamente a relevância que tivo cada umha delas. Dito noutras palavras: do nosso estudo deriva-se um repertório de factores que constituem obstáculos a essa mobilidade, pero sem que pudéramos estabelecer umha hierarquizaçom dos mesmos, segundo a sua importância. O único que pudemos constatar neste sentido é que alguns dos obstáculos afectam de modo mui desigual às diversas zonas da geografia galega, alcançando especial força em determinadas comarcas[195].

Agora bem, apesar dessas caréncias ou limitaçons, cremos que o estudo realizado contribue a aclarar em boa medida a questom da que nos ocupamos aqui. Assi, por umha parte, fomos perfilando um quadro explicativo provisório, sobre os factores que fream a mobilidade da terra em Galiza; e, ao mesmo tempo, sugerimos os aspeitos que deveriam ser examinados com maior profundidade em futuras investigaçons.

Para finalizar a exposiçom, imos tratar de resumir de forma esquemática as conclusons que se desprendem desta análise; diferenciando a este respeito os dous mecanismos possíveis para a mobilidade da terra e a ampliaçom das exploraçons: as compra-vendas, e o arrendamento. Assi, em primeiro lugar, referimo-nos aos factores que podem explicar a reduzida mobilidade registada no mercado de terras; para aludir depois às causas que podem estar na origem

---

[195] Isto é o que sucede, por exemplo, para a concurréncia dos usos urbanos com os usos agrários do solo; e também para a competéncia exercida polos aproveitamentos florestais.

da escassa difusom do arrendamento, como via para a transferéncia das superfícies liberadas a outras exploraçons.

De entrada, hai um primeiro factor que limitou em Galiza a mobilidade da terra; um primeiro factor que limitou o volume que alcançárom aqui as superfícies "movidas" tanto por médio das compra-vendas como do arrendamento, e a ampliaçom conseguinte no tamanho das exploraçons. Este factor é a quantia relativamente pequena que alcançam aqui as superfícies liberadas, e, portanto, a oferta potencial de terras. Isto, como explicamos no capítulo IX, deveu-se esencialmente a dous fenómenos: a expansom da agricultura a tempo parcial; e, sobretodo, a prolongaçom da actividade por parte de muitos titulares de idade avançada sem sucessor. Portanto, devemos mencionar estes dous fenómenos, como os primeiros obstáculos que freárom a mobilidade da terra no agro galego.

O problema do que nos ocupamos no presente capítulo centrava-se, sem embargo, na mobilidade das superfícies liberadas. Isto é: dado o volume que alcançárom estas superfícies, que factores obstaculizárom a sua transferéncia efectiva às exploraçons agrárias supervivintes (tanto ao través do mercado de terras como por médio do arrendamento). Imos sintetizar a resposta obtida.

a. Os factores explicativos da escassa mobilidade que se regista no mercado de terras agrárias.

-Um primeiro grupo de factores que freárom esta mobilidade, estám relacionados com as condiçons e a dinámica das exploraçons agrárias; e plasmam-se nas **limitaçons que apresenta a demanda de terras exercida polos agricultores**. Concretamente, devemos citar aqui três tipos de fenómenos:

1. O primeiro refire-se às dificuldades que tenhem a maior parte das exploraçons para efectuar umha reestruturaçom global do seu aparato produtivo; de tal modo que se reduzam as necessidades de mao de obra por hectare, e podam assi estar em condiçons de trabalhar umha extensom de terreo mui superior à actual. Os problemas que implica esta transformaçom do processo produtivo, dam lugar a que muitas exploraçons, apesar de contar com umha superfície mui pequena e umha elevada densidade de mao de obra familiar, nom podam incrementar de forma notável a superfície agrária trabalhada.
2. A esse problema geral hai que unir o que se dá, em particular, em certas comarcas de montanha ou do interior de Galiza. Nalgumhas destas zonas, que partiam já de densidades de populaçom agrária relativamente baixas, o

forte retrocesso demográfico registado nas últimas décadas fixo que na actualidade quedem mui poucos agricultores na plenitude da sua vida activa. E, em conseqüência, existem poucos candidatos potenciais a trabalhar (e concretamente a comprar) as superfícies que vam deixando livres as exploraçons desaparecidas.

3. Os dous fenómenos anteriores suponhem limitaçons ao que denominamos "demanda potencial" de terras. Sem embargo, existe um terceiro factor, que constitue sem dúvida o principal freo à compra de terras por parte dos agricultores: a reduzida disponibilidade que estes tenhem de médios económicos para financiar estas compras. Este feito, unido à retracçom da oferta de terras, que estimula a alça no seu preço, constitue um obstáculo mui forte à possível adquisiçom de superfícies.

-Aos trés factores citados, que operam do lado da demanda, temos que acrescentar o último tipo de problemas que analisamos antes no texto: **os "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra**. Como vimos na exposiçom, estes "obstáculos estruturais" refirem-se às características das próprias superfícies liberadas, e tenhem como efeito o reduzir o interesse que apresenta para os agricultores a sua adquisiçom.

-E quedam-nos finalmente os que constituem, com toda probabilidade, **os obstáculos mais importantes à mobilidade da terra em Galiza: aqueles que operam do lado da oferta, fomentando a retençom das superfícies liberadas nas maos dos seus proprietários, e freando portanto a sua venda aos agricultores que permanecem no sector**. Neste aspeito, a evidéncia empírica que analisamos permitiu confirmar a relevância que tenhem no nosso ámbito trés tipos concretos de factores:

1. A concurréncia dos usos urbanos com os usos agrários do solo.
2. A competéncia exercida polos aproveitamentos florestais.
3. O interesse dos proprietários de superfícies liberadas em conservar estas como um activo ou depósito de valor. Comportamento este que foi estimulado por dous fenómenos: a tendéncia quase contínua à revalorizaçom, ao incremento do preço, das terras; e a débil fiscalidade que grava em Galiza, ao igual que em Espanha, a possessom de fincas rústicas.

-A esses trés tipos de factores hai que agregar um último grupo, que se corresponde com fenómenos heterogéneos e de díficil contrastaçom empírica: **as motivaçons de carácter extra-económico** que podem influir nos proprietários de terras livres, induzindo-os a nom vender as superfícies.

b. Os factores que explicam a escassa difusom que alcançou o arrendamento, como mecanismo de mobilidade da terra.

A maior parte dos fenómenos que acabamos de sinalar, como obstáculos que freárom a mobilidade no mercado de terras agrárias, som também aplicáveis para o arrendamento; e, portanto, estes factores explicam também em boa medida a escassa relevância que tivo em Galiza esta segunda via de mobilidade da terra.

Assi, a esperança de um passo futuro das superfícies a usos urbanos, nom só bloquea a sua venda aos agricultores, senom também a sua cesom em arrendamento; fazendo que os proprietários só estejam dispostos a cesons em precário. O mesmo podemos dizer para o caso no que intervenhem aqui motivaçons extra-económicas, e em especial o desejo de conservar as terras como "refúgio": nesta situaçom, o proprietário nom aceitará nada que recorte a sua livre disposiçom das superfícies. Pola sua parte, a preferência por dedicar as terras à produçom florestal, nom só impide a sua venda a outros agricultores, senom também a sua cesom em arrendamento. Portanto, estas variáveis, que obstaculizárom a oferta das superfícies liberadas no mercado de compra-vendas, supuxérom também impedimentos à sua oferta em arrendamento.

Unicamente existe um tipo de factores para os que nom é certo isto último: o desejo de conservar a propriedade das terras como activo ou depósito de valor. Em princípio, isto resulta compatível com o arrendamento das superfícies, polo que nom pode citar-se entre os freos à difusom deste regime. Assi, na medida em que este tipo de motivaçons seja o determinante das decisons dos proprietários de terras livres, haveria que buscar outras causas para explicar que as superfícies nom foram arrendadas a um agricultor.

Entre os factores a considerar neste ponto, está a possível debilidade da demanda de terras em arrendamento que exercem os agricultores; ou, dito noutras palavras, o escasso interesse destes trabalhadores em tomar superfícies arrendadas. Neste sentido, som aplicáveis aqui dous tipos de fenómenos, que citamos antes como freos à demanda no mercado de terras:

-As dificuldades de muitas exploraçons para reestruturar o seu processo produtivo, de tal modo que se faga possível, e interessante, incorporar superfícies adicionais.

-E as fortes deficiéncias estruturais que apresentam muitas das superfícies liberadas, que reduzem o interesse que estas podem ter para os agricultores da zona.

Ademais, como indicamos no seu momento, no caso concreto das terras de monte baixo, os agricultores só estarám interessados nelas se é com vistas à sua

roturaçom; o que fai mui difícil que a sua mobilidade se produza ao través do arrendamento.

Temos, pois, toda umha série de factores que obstaculizárom a difusom desta segunda via possível de mobilidade da terra; explicando em boa medida a reduzida importáncia que esta tivo também na ampliaçom das exploraçons agrárias.

A nossa análise fica aqui incompleta, já que seria conveniente examinar outros condicionantes, que pudérom influir também na escassa difusom que tivo o arrendamento na agricultura galega. É o que sucede sobretodo para o tipo de regulaçom destes contratos que existe aqui, e as suas modificaçons durante os últimos decénios.

Sem embargo, consideramos que os elementos citados nos párrafos precedentes permitem explicar, ao menos numha primeira aproximaçom, a evoluçom observada também neste aspeito[196].

---

[196] A influéncia que tem o tipo de regulaçom em matéria de arrendamentos sobre a difusom deste regime é destacada em Espanha por J.M.Sumpsi para a regiom de Castilla-León. Em concreto, este autor detecta como nesta regiom a nova Lei de arrendamentos, aprovada em 1981, levou a umha regressom deste regime, devido ao retraímento que provocou na oferta por parte dos proprietários. Consultar:
-SUMPSI, José María, "El mercado de la tierra...", op. cit., pp. 31-35.

Seria, pois, interessante examinar o que sucede em Galiza, no que respeita a esta questom. Sem embargo, a priori, os dados estatísticos disponíveis sugirem que o anterior nom é aplicável aqui. Assi, como vimos no capítulo VII, as cifras dos censos agrários amostram que o arrendamento registou no agro galego um retrocesso contínuo ao longo das três últimas décadas; sem que se observe nengumha variaçom na tendéncia, que poda ser atribuída à modificaçom do quadro legal.

CAPITULO XI. AS MUDANÇAS NO NUMERO E SUPERFICIE DAS EXPLORAÇONS AGRARIAS, E OS SEUS MECANISMOS CONDICIONANTES. ANALISE DA EVOLUÇOM REGISTADA NO PERIODO 1978-1989 POR UMHA AMOSTRA DE EXPLORAÇONS DE DIFERENTES ZONAS DE GALIZA.

O estudo que oferecemos neste capítulo, tem como finalidade profundizar na dinámica que experimentou em Galiza a superfície das exploraçons agrárias ao longo das últimas décadas; baseando-nos para isto em dados obtidos directamente. Em concreto, partimos aqui de umha amostra de exploraçons distribuídas por 5 municípios galegos; e, ao través de um inquérito, tratamos de conhecer as variaçons que se produzírom na sua base territorial durante o período 1978-1989, assi como os componentes desta evoluçom (número de exploraçons que desaparecérom no período, destino que tivérom as terras liberadas por estas exploraçons, etc.). Isto vai-nos permitir, em primeiro lugar, contrastar a validez das conclusons que se desprendiam dos censos agrários, no sentido de que as mudanças estruturais operadas em Galiza fórom de escassa relevância. E sobretodo, poderemos afondar aqui nos mecanismos internos que condicionam ou "explicam" esta evoluçom.

1. ACLARAÇONS SOBRE A METODOLOGIA DO ESTUDO.

1.1. O método geral empregado e a forma de obtençom dos dados.

Em eséncia, o método no que se basea este estudo consiste no seguimento individual de um conjunto de exploraçons ao longo de um determinado período, tratando de conhecer as mudanças que se produzírom na superfície de cada umha delas. Para isto servimo-nos de dous tipos de dados:

-Em primeiro lugar, os referidos à superfície de cada exploraçom no início e no final do período. Estes dados permitem conhecer as variaçons netas ocorridas entre as duas datas, e efectuar um exercício de estática comparativa.

-Ademais disso, recolhemos também umha informaçom mais detalhada, sobre os diversos fluxos que afectárom à superfície de cada exploraçom durante o período considerado (compras, vendas, cesons em arrendamento, etc.); com

o que poderemos analisar os movimentos que dérom lugar a aquelas variaçons netas.

O nosso estudo combina assi dous tipos de aproximaçons ou metodologias, que podemos encontrar na literatura referida a este tema:

-A primeira é a dos "estudos de concentraçom", que se baseam no primeiro enfoque que citamos: a análise da dinámica das exploraçons, a partir de dados individuais sobre a sua situaçom em dous momentos do tempo[1].

-O outro tipo de enfoque ou metodologia consiste na recolhida de informaçom retrospectiva, sobre os diversos fluxos ou movimentos que afectárom à superfície das exploraçons durante um determinado período do passado[2].

Essa é, em síntese, a base e o entronque metodológico do nosso estudo. Concretando algo mais, o procedimento que seguimos foi este:

a. Partimos de um inquérito que fora realizado em 1978/1979 polo Departamento de Economia e Sociologia Agrárias do CRIDA 01 (actual "Centro

---

[1] Na literatura existente para os países do nosso entorno encontramos abundantes exemplos deste tipo de estudos, ainda que nom sucede o mesmo em Espanha, nem tampouco no caso particular de Galiza, onde nom conhecemos nengum.

Para ter umha ideia mais detalhada da metodologia concreta destes estudos, e das possibilidades que oferecem, consultar por exemplo as seguintes obras, referidas todas elas a França:

-LAURENT,C./ VIAU,C., La concentration des terres dans les exploitations agricoles... op. cit., Capítulo III (pp. 51-95)

-COUJARD, Jean-Louis, Une approche schematique de la réproduction des structures de production agricoles., Laboratoire d'Economie Rurale-E.N.S.A.I.A., Nancy, 1980.

-COUJARD, Jean-Louis, Réproduction et mobilité des structures de production et des familles agricoles., Laboratoire d'Economie Rurale-E.N.S.A.I.A., Nancy, 1982.

[2] Os exemplos existentes deste tipo de análises som muito menos numerosos que no caso anterior. Entre os que nós conhecemos, o mais relevante é umha estatística realizada em França: a "Enquête sur les Structures Foncières" de 1980, mais conhecida como "Recensement Géneral-Foncier". De feito, podemos adiantar que o questionário que elaboramos para o nosso inquérito está, em muitas das suas partes, inspirado no desta estatística francesa. Em relaçom com esta fonte estatística, consultar:

-MINISTERE DE L'AGRICULTURE-SCEES, RGA-Foncier 1980. Catalogue des tableaux définitifs départamentaux et régionaux., Paris, junho 1982.

de Investigaçons Agrárias de Mabegondo"), sobre um total de 864 exploraçons repartidas por 17 municípios galegos[3]. Os questionários correspondentes a este inquérito estám conservados no citado centro; polo que disponhíamos para cada umha das exploraçons de informaçom referida: à identidade e domicílio do titular, e à situaçom ou características da exploraçom na mencionada data. Em concreto, entre os dados recolhidos aí figuravam os relativos à composiçom da família do titular, e à superfície da unidade produtiva.

b. Tomando esse material como ponto de partida, o que fixemos em primeiro lugar foi seleccionar 5 dos 17 municípios, retendo assi umha amostra de umhas 250 exploraçons. Para estas unidades, efectuamos umha nova recolhida de informaçom no ano 1989, tratando de conhecer esencialmente: a superfície com a que contam na actualidade, e os movimentos ou variaçons que afectárom a esta superfície ao longo dos 11 anos precedentes. Ademais, naqueles casos nos que a exploraçom (existente em 1978) tinha desaparecido em 1989, tentamos obter também umha série de dados, referidos sobretodo ao destino que tivérom as suas terras.

Deste modo, pudemos conhecer:

-Quantas daquelas 250 exploraçons desaparecérom entre as duas datas (1978 e 1989), e qual foi o destino das suas superfícies.

-E, para as unidades que continuam activas em 1989, disponhemos de cifras sobre a sua superfície ao início e ao final do período; assi como de dados detalhados sobre todas as modificaçons que afectárom à sua base territorial ao longo dos 11 anos.

Este foi, de modo resumido, o método empregado e o tipo de informaçom que nos permitiu obter. A continuaçom imos especificar melhor: as características da amostra seleccionada, e o contido do questionário que utilizamos no inquérito de 1989.

Antes, sem embargo, devemos fazer constar que a realizaçom deste trabalho foi possível graças à colaboraçom do "Centro de Investigaçons Agrárias de Mabegondo"; colaboraçom que se concretou tanto nas facilidades oferecidas

---

[3] Este inquérito centrava-se na análise do uso actual das terras de monte, ainda que nele recolheu-se também informaçom sobre a estrutura produtiva das exploraçons. Os resultados fórom publicados em dous trabalhos que já citamos em capítulos anteriores:
-DIEZ PATIER,E./ SINEIRO GARCIA,F., Factores que limitan... . Estudio de una zona de la meseta interior gallega. op. cit.
-DIEZ PATIER,E., Factores que limitan... .II.-Análisis de ocho municipios en diferentes zonas de Galicia. op. cit.

para acceder aos questionários de 1978/1979, como, sobretodo, na ajuda de tipo económico para financiar o nosso inquérito de 1989. Isto plasmou-se mediante um projecto de investigaçom que desenvolvemos neste Centro, contando com o financiamento do "Centro Galego de Investigacións e Tecnoloxía Agraria", dependente da Conselharia de Agricultura da Junta de Galiza[4].

1.2. Tamanho e características da amostra.

O universo do que partíamos aqui, estava formado polas exploraçons que foram incluídas no inquérito realizado polo CRIDA 01 em 1978/1979. Em total, eram 864 exploraçons distribuídas por 17 municípios de diferentes zonas de Galiza, a razom de umhas 50 unidades em cada município. Convém precisar ao respeito a forma na que foi seleccionada esta amostra: dentro de cada concelho elegírom-se ao açar uns 50 agricultores, a partir dos listados do Padrom municipal[5].

Tomando como base essa amostra inicial, o que fixemos foi seleccionar 5 dos 17 municípios; tratando de que estes foram de características o mais diferentes possível, podendo considerar-se representativos de distintas comarcas agrárias de Galiza. Para isto tivemos em conta os dados das estatísticas gerais sobre a estrutura agrária em cada concelho; e também o que nos indicavam os próprios resultados do inquérito de 1978, em relaçom com as características das

---

[4] Temos que agradecer em especial a ajuda prestada por duas persoas. Por umha parte, Claúdio López Garrido, membro do Departamento de Economia e Sociologia Agrárias do C.I. de Mabegondo; que nos facilitou todo o processo de realizaçom do estudo, e colaborou activamente no seu desenvolvimento. E pola outra, Jesús Moreno González, que era na altura o Director do "Centro Galego de Investigación e Tecnoloxía Agraria", e que desde o primeiro momento se amostrou interessado no projecto, possibilitando o seu financiamento.

As conclusons obtidas neste estudo, que iremos exponhendo no presente capítulo, estám já parcialmente recolhidas nos informes que elaboramos para as Memórias do Centro de Investigaçons Agrárias de Mabegondo correspondentes aos anos 1989 e 1990.

[5] Em relaçom com estes aspeitos metodológicos, consultar:
-DIEZ PATIER,E./ SINEIRO GARCIA,F., op. cit., pp. 6-7.
-DIEZ PATIER,E., op. cit., pp. 10-11.
Nestas publicaçons pode ver-se também a localizaçom concreta dos 17 municípios incluídos no estudo.

exploraçons nos 17 municípios[6]. Em base a estas consideraçons, os concelhos finalmente elegidos fórom: Melide, Mesia, Montederramo, Sam Sadurninho e Vilalba.

Nestes 5 concelhos disponhíamos para 1978 dos questionários cubertos, correspondentes a um total de 245 exploraçons. Nom obstante, tivemos que prescindir de algumhas destas unidades, devido a que a informaçom recolhida para elas nessa data inicial apresentava muitas deficiéncias. E houvo alguns casos mais, nos que nom foi possível obter as respostas ao questionário de 1989. Deste modo, a amostra finalmente utilizada para a elaboraçom dos resultados está integrada por 231 exploraçons, distribuídas entre aqueles 5 municípios da forma que se indica no **quadro 11.1**. Trata-se de 231 exploraçons que existiam em 1978, e para as que pudemos recolher os dados sobre a sua situaçom em 1989 (já sejam estas unidades que permanecem activas nesta última data, ou bem que desaparecérom durante o período considerado).

Quadro 11.1. Distribuçom por municípios das exploraçons que integram a amostra.

	Número de exploraçons
Melide	45
Mesia	48
Montederramo	46
Sam Sadurninho	47
Vilalba	45
TOTAL	231

Dado o tamanho e o método de selecçom da amostra, esta nom pode considerar-se representativa, em termos estatísticos, do conjunto da agricultura galega. E, em conseqüéncia, o mesmo sucede para os resultados obtidos: a evoluçom que estes indicam (no que respeita à magnitude das transformaçons estruturais), nom é extrapolável ao conjunto do sector agrário galego. Sem embargo, o nosso objectivo principal nom é aqui o de determinar a evoluçom registada pola estrutura das exploraçons, senom que este centra-se em: dada umha determinada evoluçom, afondar nos seus componentes ou mecanismos explicativos. Desde este ponto de vista, si cremos que a análise tem umha validez mais geral.

---

[6] Neste sentido foi-nos de muita utilidade a tipificaçom municipal elaborada por C.López Garrido, a partir dos dados recolhidos neste inquérito. Consultar:
-LOPEZ GARRIDO, Claúdio, "A estructura das explotacións e a comarcalización agraria.", Revista Galega de Estudios Agrarios, no. 9, 1983, pp. 85-107.

Feita essa observaçom inicial, imos especificar algo mais as características da amostra. O primeiro que podemos afirmar neste sentido é que, nom sendo estatísticamente representativa, a amostra si inclue municípios de características mui distintas, localizados em comarcas agrárias mui diferentes. Isto pode comprovar-se observando o **mapa 11.1**, no que figura a ubicaçom geográfica dos 5 concelhos seleccionados; e examinando o **quadro A.11.1 do Anexo estatístico**, onde recolhemos os valores de distintas variáveis, que nos expressam os principais traços da estrutura agrária, nestes municípios e no total de Galiza[7].

No que se refire à representatividade global da amostra, para precisar melhor este tema elaboramos o **quadro 11.2**. Neste quadro aparecem: por um lado, algumhas das principais características destas exploraçons em 1978; e polo outro, os valores dessas mesmas variáveis para o total das exploraçons existentes em Galiza, dacordo com as cifras do censo agrário de 1982.

O primeiro que se constata neste quadro é que o tamanho relativo da amostra é sumamente pequeno: as 231 exploraçons seleccionadas suponhem unicamente o 0,06% das censadas em Galiza no ano 1982 (356.403); ainda que, como matizaçom, compre lembrar que nesta última cifra figuram muitas unidades produtivas carentes de actividade, ou de mui escassa entidade.

Fixando-nos nas características das exploraçons seleccionadas, podemos destacar as seguintes conclusons (ver quadro 11.2):

-Estas apresentam umha superfície média mui superior à do total das exploraçons censadas em Galiza; sendo de salientar sobretodo a percentagem muito menor que suponhem na nossa amostra as unidades inferiores a 1 he.

-Os regimes de tenéncia indirectos alcançam na amostra um peso mui superior à média galega[8].

---

[7] Também pode consultar-se, em relaçom com isto, a tipificaçom da agricultura destes municípios, que realiza C.López Garrido a partir dos dados do inquérito de 1978. Ver:

-LOPEZ GARRIDO, Claudio, "A estructura das explotacións...", op. cit.

[8] Tanto este fenómeno como o anterior devem-se em boa medida à localizaçom dos 5 municípios elegidos. Porque entre eles nom está nengum pertencente às comarcas com um minifundismo mais acusado; e, em cámbio, hai vários (sobretodo os de Melide e Mesia) ubicados naquelas zonas de Galiza onde é maior a importáncia dos regimes indirectos da terra, zonas estas que se caracterizam também por umha preséncia notável das exploraçons de dimensom média.

-Finalmente, no que respeita à distribuçom por idades dos titulares de exploraçom, esta si é bastante similar à que nos indicam as cifras para o total de unidades censadas em Galiza.

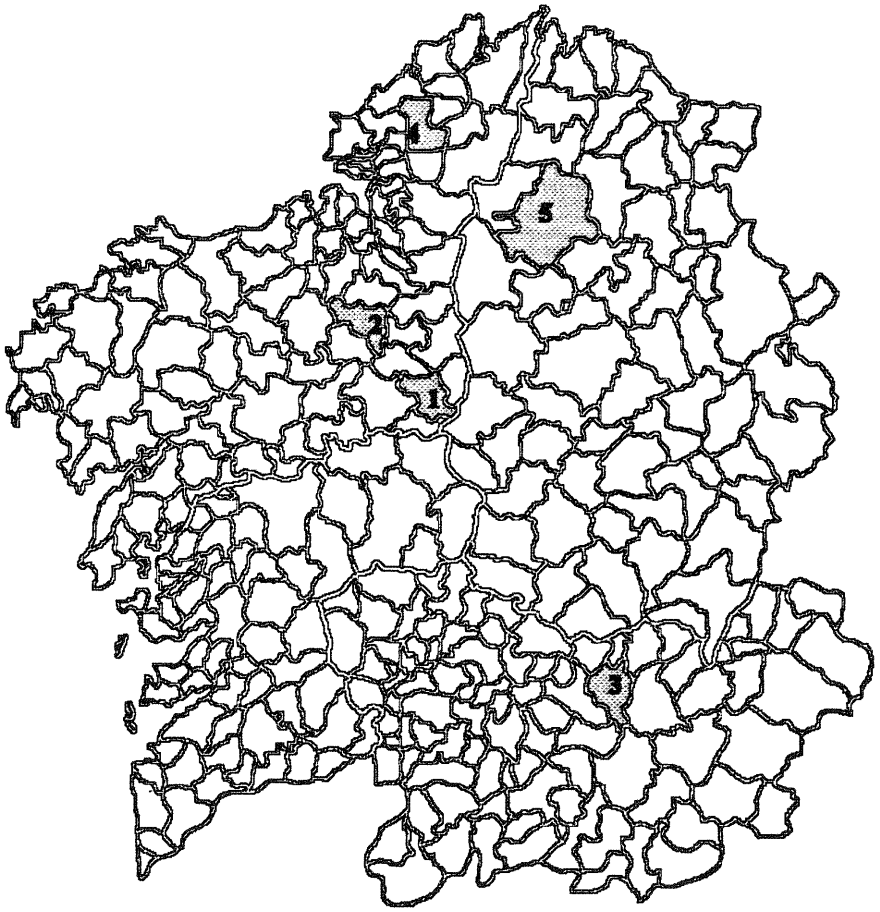
Quadro 11.2. Comparaçom entre as características das exploraçons que integram a amostra, e as do total de exploraçons censadas em Galiza no ano 1982.

	Exploraçons da amostra (1978)	Total de exploraçons censadas em Galiza (1982) (*)
-Número de exploraçons	231	356403
-Distribuçom percentual das exploraçons segundo a sua superfície total:		
< 1 he	4,8%	34,0%
1-5 hes	29,0%	42,3%
5-10 hes	26,8%	13,9%
10-20 hes	26,4%	7,4%
20-50 hes	10,8%	2,2%
>= 50 hes	2,2%	0,2%
-Superf. total/ exploraçom (hes)	11,1	3,9
-SAU/ exploraçom (hes)	4,9	1,8
-Distribuçom da superfície total por regimes de tenéncia:		
-% em arrendamento	14,6%	6,4%
-% em aparçaria	6,9%	0,9%
-Distribuçom por idades dos titulares de exploraçom:		
< 35 anos	2,2%	3,4%
35-44	11,7%	9,9%
45-54	25,5%	22,7%
55-64	35,1%	28,6%
>= 65 anos	25,5%	35,3%

(*) Os dados refirem-se, em concreto, às exploraçons com terras cujo titular é umha persoa física registadas no censo agrário de 1982.

MAPA 11.1.

LOCALIZAÇOM DOS MUNICIPIOS QUE SE INCLUEM NA AMOSTRA



1. MELIDE
2. MESÍA
3. MONTEDERRAMO
4. SAM SADURNINHO
5. VILALBA

1.3. O contido do questionário, e a informaçom resultante.

Para cada umha das exploraçons incluídas no estudo, tomamos em primeiro lugar os dados que nos interessavam do questionário cuberto em 1978; utilizando para isto umha ficha como a que reproduzimos no **Anexo metodológico número 1** a este capítulo. Estes dados refirem-se basicamente a dous tipos de questons: as características do titular e dos familiares que residem com ele, e a base territorial da exploraçom.

O segundo passo, e o mais importante, no processo de recolhida da informaçom, consistiu na realizaçom de um novo inquérito a estas mesmas exploraçons no ano 1989. O questionário que empregamos aqui pode ver-se no **Anexo metodológico número 2** ao presente capítulo[9]. A continuaçom resumimos os seus principais apartados.

A primeira questom que era necessário aclarar consistia em saber se a exploraçom seguia existindo na actualidade, ou bem desaparecera durante o período 1978-1989; e esta foi a tarefa inicial que realizárom os entrevistadores. Segundo qual fora a resposta a esta interrogante, utilizamos dous modelos diferentes de questionário:

i. O **questionário para as exploraçons desaparecidas** inclue perguntas referidas principalmente aos seguintes aspeitos: o motivo da desapariçom da exploraçom; a situaçom actual do antigo titular e dos membros da sua família; e, sobretodo, o destino que tivérom as terras que integravam a exploraçom. A informaçom obtivo-se do antigo titular, de algum familiar, ou, quando isso nom foi possível, recurriu-se a algum vizinho residente nas proximidades.

ii. O outro modelo é o que denominamos **questionário normal**, e foi o utilizado para as exploraçons que permanecem activas em 1989; entrevistando neste caso ao actual titular da exploraçom. Este questionário inclue um total de 49 perguntas, que podemos agrupar nos seguintes blocos temáticos: as características do actual titular, e as possíveis variaçons ocorridas neste aspeito (na titularidade da exploraçom) desde 1978; a superfície actual da exploraçom (superfície total, distribuçom por aproveitamentos, e por regimes de tenéncia);

---

[9] Antes de chegar à conformaçom defintiva do questionário, elaboramos um borrador e realizamos umha prova do mesmo, que nos permitiu pulir alguns defectos na redacçom das perguntas. Este "inquérito de prova" efectuamo-lo personalmente numha parróquia do município de A Peroxa, situado na província de Ourense, onde o nosso conhecimento persoal dos entrevistados facilitava o lavor de contrastar a adeqüaçom do questionário.

os distintos fluxos registados ao longo do período 1978-1989, que supuxérom um incremento ou reduçom da superfície da exploraçom (compras, vendas, cesons em arrendamento, etc.); as mudanças operadas na utilizaçom das superfícies da unidade produtiva (roturaçom de terras que estavam a monte, etc.).

O conjunto dos dados assi obtidos (incluíndo tanto os de 1978 como os recolhidos em 1989), permitiu-nos conhecer:

-Em primeiro lugar, a variaçom neta registada pola superfície de cada exploraçom durante o período analisado.

-E em segundo lugar, pudemos determinar, de forma mais detalhada, os diversos fluxos de superfície ocorridos entre as duas datas nas exploraçons que continuam vivas, assi como o destino das terras liberadas polas unidades desaparecidas.

Esta é a informaçom que imos analisar nos sucessivos apartados deste capítulo. Hai que indicar que no "questionário normal" figuravam ademais umha série de perguntas referidas à "história" da exploraçom, que estavam dirigidas a conhecer a forma na que se constituiu a base territorial destas unidades produtivas, e a procedéncia da sua superfície actual; relacionando isto com a transmissom herditária das terras que possuiam os pais do titular[10]. Estes dados, sem embargo, nom serám examinados na presente investigaçom, senom que os deixamos para outro estudo, actualmente em elaboraçom, relativo aos mecanismos de transmissom herditária e a problemática da reproduçom das exploraçons na agricultura galega. Aqui queremos centrar-nos nas mudanças registadas pola base territorial das exploraçons ao longo do período 1978-1989.

1.4. Algumhas aclaraçons finais.

Finalizamos estas precisons metodológicas, com algumhas observaçons adicionais.

-A primeira relaciona-se com a data concreta à que correspondem os dados. No inquérito que tomamos como ponto de partida, as entrevistas realizárom-se exactamente entre janeiro de 1978 e abril de 1979. Mentres que no efectuado por nós com posterioridade, a recolhida da informaçom levou-se a cabo entre os meses de março e setembro de 1989. Portanto, a duraçom do período que média entre uns e outros dados, varia segundo os municípios, ainda que se situa por

---

[10] Ver a reproduçom do questionário, que oferecemos no Anexo número 2 ao presente capítulo.

termo médio ao redor dos 11 anos. Com o fim de homogeneizar isto na medida do possível, para algumhas variáveis (como é a idade dos titulares) calculamos os seus valores com referéncia à mesma data, tomando em concreto: o 31-12-78, no primeiro caso, e o 31-12-89 no segundo. De qualquer modo, ao longo do texto aludiremos sempre, como período de referéncia, ao de 1978-1989.

-Um aspeito ao que prestamos grande atençom, foi o das persoas concretas que efectuárom a recolhida da informaçom correspondente ao nosso inquérito (em 1989). O motivo para isto era a relativa complexidade do questionário, e sobretodo o tipo de questons abordadas, que se refirem a matérias que os agricultores som mui reácios a declarar. Assi, com o fim de que os dados suministrados foram o mais fiáveis possível, recurrimos a entrevistadores introduzidos na zona, que inspiraram confiança naqueles que deviam responder.

-Umha vez cubertos os questionários, realizamos personalmente a sua revisom[11] e o tratamento estatístico da informaçom, obtendo assi os quadros de resultados finais.

No que respeita à apresentaçom destes resultados, no texto limitaremo-nos a analisar os referidos ao conjunto da amostra, deixando de lado as possíveis divergéncias entre os 5 municípios incluídos. Para os principais aspeitos, reproduzimos o detalhe dos resultados por municípios no Anexo estatístico.

2. AS VARIAÇONS EXPERIMENTADAS POLO NUMERO E A SUPERFICIE DAS EXPLORAÇONS DURANTE O PERIODO 1978-1989. UMHA PRIMEIRA ANALISE GLOBAL.

2.1. A situaçom de partida; a estrutura dimensional que apresentavam as exploraçons da amostra em 1978.

As 231 exploraçons que integram a amostra, contavam em 1978 com umha superfície média (incluíndo as terras a monte) de 11,1 hes; tamanho este que, como já indicamos anteriormente, supera de forma notável ao que se registava

---

[11] Dentro desta revisom incluiu-se, para algumhas exploraçons, a realizaçom de um ajuste nos dados, com o fim de que a informaçom oferecida nas diversas respostas fora coerente. Assi, por exemplo, no que respeita à superfície total de cada unidade produtiva, deve cumplir-se a igualdade seguinte: Superfície da exploraçom em 1978 + Incrementos registados no período 1978-1989 - Reduçons experimentadas neste período = Superfície declarada em 1989. Naqueles casos em que isto nom se verificava exactamente, o que fixemos foi ajustar a cifra de 1978.

nestes mesmos anos para o conjunto das exploraçons existentes em Galiza[12]. Examinando a sua distribuçom por grupos de tamanho, podemos observar que o núcleo fundamental da amostra estava constituído polas exploraçons médias e pequenas-médias. Assi, as unidades situadas entre 5 e 50 hes suponhiam quase os 2/3 do total, e ocupavam mais das 3/4 partes da superfície. Em cámbio, era reduzida a importáncia dos grupos extremos: as unidades menores de 5 hes, e sobretodo aquelas por baixo de 1 he; e também as de dimensom superior a 50 hes **(ver quadro 11.3)**.

Os outros dous aspeitos que ajudam a perfilar as características da base territorial inicial destas exploraçons som: a distribuçom da sua superfície por aproveitamentos, e os regimes de tenéncia da terra.

No que respeita à primeira questom, constata-se que a superfície total destas unidades incluia, ao igual que sucede globalmente no conjunto do agro galego, umha elevada proporçom de terras a monte; em concreto, estas terras suponhiam o 55,6% do total, sendo de destacar sobretodo o elevado peso relativo do monte baixo (48,8% da superfície total). Como conseqüéncia disto, o tamanho médio das exploraçons em termos de SAU baixava a 4,9 hes (ver quadro 11.3); cifra esta que, nom obstante, era também mui superior à SAU média que registavam o conjunto das exploraçons galegas[13].

Polo que se refire aos modos de tenéncia da terra, hai que salientar o peso considerável que tinham na amostra os regimes de tenéncia indirectos: o 14,6% da superfície estava trabalhada em arrendamento, e o 6,9% em aparçaria; sumando pois entre ambos o 21,5% das terras (ver quadro 11.3).

Resumindo: **estamos perante umhas exploraçons com um tamanho médio bastante elevado para o contexto galego; que apresentavam umha importáncia também comparativamente alta dos regimes de tenéncia indirectos; e que tinham, ao igual que o conjunto das unidades produtivas da nossa agricultura, mais do 50% da sua superfície dedicada a monte.**

Essas som as características para a totalidade da amostra. Em todos os aspeitos citados existiam fortes diferéncias entre as exploraçons dos 5

---

[12] Em concreto, a superfície média das exploraçons contabilizadas em Galiza polo censo agrário de 1982 era de 3,9 hes, a terceira parte aproximadamente da cifra que se regista nas exploraçons da nossa amostra.

[13] Esta era em 1982 de 1,8 hes. A relaçom SAU/Sup. total registava na amostra um valor similar ao que se obtinha (para o total de "exploraçons individuais") no censo de 1982: 44,4% e 46,2%, respectivamente.

municípios aqui incluídos, tal como pode comprovar-se no Anexo estatístico[14], e como nos resume, no que se refire em concreto ao tamanho, o **quadro 11.4**. Nom nos deteremos, sem embargo, na análise destas divergéncias por concelhos.

Quadro 11.3. Tamanho que apresentavam em 1978 as exploraçons da amostra. Utilizaçom da terra e regimes de tenéncia.

A. DISTRIBUÇOM DAS EXPLORAÇONS E DA SUPERFICIE POR GRUPOS DE TAMANHO.

Tamanho (sup. total)	Exploraçons No.	%	Superfície Hes.	%
< 1 he	11	4,8%	7,2	0,3%
1-5	67	29,0%	212,1	8,3%
5-10	62	26,8%	461,3	18,0%
10-20	61	26,4%	823,4	32,0%
20-50	25	10,8%	725,1	28,2%
>= 50 hes	5	2,2%	340,0	13,2%
TOTAL	231	100,0%	2569,1	100,0%

Superfície total/ exploraçom (hes) 11,1

B. DISTRIBUÇOM DA SUPERFICIE POR APROVEITAMENTOS.

	Superfície (hes)	%
-Lavradio	400,1	15,6%
-Pradeira sementada	64,1	2,5%
-Prados e pasteiros	677,5	26,4%
-Monte baixo	1252,7	48,8%
-Monte arvorado	174,8	6,8%
SAU	1141,6	44,4%
MONTE	1427,5	55,6%
SUP. TOTAL	2569,1	100,0%

SAU/ exploraçom (hes) 4,9

C. REGIMES DE TENENCIA DA TERRA.

	% da superfície em cada regime		
Regime de tenéncia	SAU	Monte	Sup. total
-Propriedade	81,5%	76,1%	78,5%
-Arrendamento	14,0%	15,1%	14,6%
-Aparçaria	4,5%	8,8%	6,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

[14] Ver concretamente o quadro A.11.2 deste Anexo estatístico.

Quadro 11.4. Superfície total/ exploraçom e SAU/ exploraçom em cada um dos 5 municípios incluídos na amostra (1978). (em hes)

	Sup. total/ exploraçom	SAU/ exploraçom
MELIDE	10,4	3,9
MESIA	9,9	3,5
MONTEDERRAMO	21,3	11,2
SAM SADURNINHO	6,5	2,4
VILALBA	7,7	3,8
TOTAL AMOSTRA	11,1	4,9

2.2. As mudanças netas que se produzírom na estrutura dimensional das exploraçons durante o período 1978-1989.

Começamos o nosso estudo sobre as mudanças que se operárom na superfície das exploraçons durante o período 1978-1989, com o que é a análise habitual ou convencional: a que consiste em comparar a distribuçom das unidades por grupos de tamanho que encontrávamos ao início do período, com a que se constata ao final do mesmo; calculando as variaçons netas que se produzírom nesta estrutura entre as duas datas.

Os dados deste tipo que obtivemos para a nossa amostra aparecem recolhidos no **quadro 11.5**, e deles desprendem-se as seguintes conclusons:

-O número total de exploraçons reduziu-se aqui de forma mui moderada: das 231 que integravam a amostra em 1978, 205 continuam existindo em 1989; o que supom umha diminuçom em termos relativos de tam só o 11,3%, a umha taxa média anual em torno ao 1%.

-Essa diminuçom da cifra de exploraçons, acompanhou-se de umha reduçom quase paralela da superfície global ocupada polas unidades da amostra: -7,9%.

-Como resultado dos dous fenómenos anteriores, a superfície/ exploraçom mantivo-se praticamente estancada: de 11,1 hes em 1978 passou a 11,5 hes em 1989, o que implica um incremento de unicamente 0,4 hes, o 3,8% em termos relativos, em 11 anos.

-A ausência de transformaçons significativas, que nos indicam essas cifras globais, confirma-se ao examinar os dados por grupos de tamanho. Assi, observamos, em primeiro lugar, que a reduçom experimentada polo número de unidades de pequena dimensom foi bastante modesta. E o que resulta

ainda mais relevante: essa reduçom nom foi acompanhada de um aumento apreciável na cifra de exploraçons de mediano e grande tamanho, que é o aspeito no que se plasma a existéncia de um verdadeiro processo de reestruturaçom. De feito, tam só se registou um incremento do número de exploraçons no estrato de 20-50 hes, e este foi de mui escassa quantia (ver quadro 11.5).

Em definitiva, pois, esta análise inicial pom de manifesto que as mudanças netas que se produzírom na estrutura dimensional das exploraçons fórom praticamente insignificantes, e sugire que isto se deveu a dous fenómenos:

-A escassa intensidade alcançada pola desapariçom de exploraçons, concretamente por aquelas de pequeno tamanho.

-E o feito de que, das superfícies que fórom liberadas por estas exploraçons, a maioria nom se transferírom a outras unidades produtivas, senom que quedárom desmobilizadas para a agricultura.

Como pode ver-se, as tendéncias que nos reflectem estas cifras para a amostra estudada, som mui similares às que obtinhamos para o conjunto da agricultura galega, ao comparar os resultados dos sucessivos censos agrários. Esta coincidéncia reafirma a validez do diagnóstico que vinhemos exponhendo nos capítulos precedentes (no sentido de que as mudanças estruturais fórom aqui irrelevantes durante as últimas décadas); e, por outro lado, isso dota também de maior relevância à análise detalhada que efectuamos a continuaçom, sobre os componentes ou mecanismos internos que explicam essa evoluçom. Porque as tendéncias que se trata de explicar aqui, som análogas às registadas globalmente em Galiza.

Quadro 11.5. Variaçons no número e a superfície das exploraçons por grupos de tamanho. Conjunto da amostra 1978-1989

Tamanho (sup. total)	Número de exploraçons 1978	1989	Variaçom em %	Superfície total 1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
< 1 he	11	12	9,1%	7,2	6,7	-6,4%
1-5	67	53	-20,9%	212,1	164,6	-22,4%
5-10	62	54	-12,9%	461,3	406,7	-11,8%
10-20	61	55	-9,8%	823,4	737,2	-10,5%
20-50	25	27	8,0%	725,1	778,8	7,4%
>= 50 hes	5	4	-20,0%	340,0	273,1	-19,7%
TOTAL	231	205	-11,3%	2569,1	2367,1	-7,9%
Superfície total/ exploraçom (hes)				11,1	11,5	3,8%

Quadro 11.6. Evoluçom do número de exploraçons e da superfície média por exploraçom em cada um dos municípios da amostra. 1978-1989

	Número de exploraçons			Superfície total (hes)		
	1978	1989	Variaçom em %	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
MELIDE	45	37	-17,8%	465,9	340,5	-26,9%
MESIA	48	47	-2,1%	472,9	423,2	-10,5%
MONTEDERRAMO	46	41	-10,9%	979,4	988,4	0,9%
SAM SADURNINHO	47	45	-4,3%	304,9	299,8	-1,7%
VILALBA	45	35	-22,2%	346,0	315,3	-8,9%

	Superfície total/ exploraçom		
	1978 (hes)	1989 (hes)	Variaçom em %
MELIDE	10,4	9,2	-11,1%
MESIA	9,9	9,0	-8,6%
MONTEDERRAMO	21,3	24,1	13,2%
SAM SADURNINHO	6,5	6,7	2,6%
VILALBA	7,7	9,0	17,2%

2.3. Os componentes dessa evoluçom; os distintos movimentos que dérom como resultado a evoluçom neta observada na estrutura dimensional das exploraçons.

O seguimento individual dos dados correspondentes a cada umha das exploraçons, permite-nos ir mais alá da análise habitual ou convencional, e diseccionar os componentes da evoluçom que acabamos de constatar. Neste sentido, um primeiro passo consiste em elaborar o que se conhece como "matriz de concentraçom".

a. A matriz de concentraçom das exploraçons 1978-1989.

Este é um instrumento analítico utilizado com freqüéncia, nos estudos sobre a dinámica da estrutura produtiva do sector agrário. Em eséncia, esta matriz consiste numha tabla de dupla entrada, na que figura a distribuçom das exploraçons segundo a sua superfície ao começo e ao final do período

considerado[15]. Deste modo, podem observar-se os distintos movimentos individuais ocorridos entre as duas datas, cuja resultante som as variaçons netas na distribuçom por grupos de tamanho.

No **quadro 11.7** reproduzimos a matriz de concentraçom que se obtém para as exploraçons da nossa amostra, tomando os dados referidos à sua superfície total em 1978 e 1989. Em cada umha das linhas aparece o número total de unidades desse tamanho que existiam em 1978, classificadas segundo a sua dimensom em 1989; incluíndo em primeiro lugar um item com as exploraçons que desaparecérom durante o período. Nas colunas, pola sua parte, figuram os efectivos de cada grupo de tamanho em 1989, distribuídos segundo o tamanho inicial destas unidades produtivas[16]. Assi, por exemplo, se nos fixamos na fila correspondente às exploraçons que tinham 5-10 hes em 1978, podemos ver que das 62 unidades que estavam aqui, houvo 6 que desaparecérom ao longo do período, 1 viu reduzida a sua superfície por baixo de 1 he, 3 baixárom ao intervalo de 1-5 hes, 43 permanecérom no mesmo grupo de tamanho, e finalmente 9 ampliárom-se e passárom ao estrato de 10-20 hes. Desde a outra perspectiva, observamos que das 54 exploraçons de 5-10 hes que se contabilizam em 1989, 43 tinham já esta superfície ao início do período, 7 ascendérom desde o intervalo de 1-5 hes, e as 4 restantes baixárom desde a classe de 10-20 hes na que estavam inicialmente.

Em conjunto, a principal conclusom que se desprende destes dados é a forte estabilidade que registárom as exploraçons, no que respeita à sua superfície. Assi, das 231 que integravam inicialmente a amostra, 170 (o 73,6%) mantinham-se em 1989 activas e no mesmo grupo de tamanho. Ou, expressado noutros termos, das 205 exploraçons que seguiam vivas nesta última data, o 82,9% (as citadas 170) permaneciam no mesmo intervalo de dimensom que ao

---

[15] Também é possível construir a matriz de concentraçom, tomando nom a superfície das exploraçons, senom os valores doutra variável (por exemplo, o número de cabeças de gado de determinada espécie). Para mais detalhes sobre este instrumento analítico e as suas possíveis aplicaçons, consultar:
-LAURENT,C./ VIAU,C., La concentration des terres... op. cit., pp. 51 e ss.
-COUJARD, Jean-Louis, Réproduction et mobilité... op. cit., pp. 9-13.

[16] Em rigor, a matriz deveria incluir aqui umha categoria, simétrica à das exploraçons desaparecidas: a das unidades de produçom "novas", que se constituírom durante o período. O nosso, sem embargo, é um conjunto fechado, polo que nom hai lugar para a "criaçom de exploraçons". Dito noutros termos, a forma em que está constituída a amostra fai que nom se detecte este tipo de fenómeno.

começo do período. Isto, ademais, verifica-se em medida similar para as unidades de todos os grupos de tamanho; o que se reflecte graficamente, no feito de em todos eles a grande maioria das exploraçons aparecem na diagonal principal da matriz (ver quadro 11.7).

Quadro 11.7. Matriz de concentraçom referida à evoluçom registada polas exploraçons da amostra no período 1978-1989. (Distribuçom das exploraçons segundo a sua superfície total ao princípio e ao final do período)

A. MATRIZ DE CONCENTRAÇOM.

		Total explor. em cada grupo em 1978	TAMANHO DAS EXPLORAÇONS EM 1989						
			Desaparecidas	<1 he	1-5	5-10	10-20	20-50	>=50 hes	TOTAL
TAMANHO EM 1978	< 1 he	11	2	8	1					
	1-5	67	10	2	47	7	1			
	5-10	62	6	1	3	43	9			
	10-20	61	6	1	1	4	45	4		
	20-50	25	1		1			23		
	>=50 he	5	1						4	
	TOTAL	231								
Total explor. em cada grupo em 1989			26	12	53	54	55	27	4	205

B. CIFRAS SINTETICAS.

	Número de exploraçons	% do total de exploraçons
1. Exploraçons desaparecidas.....	26	11,3%
2. Exploraçons que passárom a um estrato de tamanho inferior.....	13	5,6%
3. Exploraçons que se mantenhem no mesmo estrato de tamanho.....	170	73,6%
4. Exploraçons que ascendérom a um estrato de tamanho superior.....	22	9,5%
TOTAL EXPLORAÇONS EXISTENTES EM 1978	231	100,0%

Sendo certo o anterior, hai que destacar, nom obstante, que se constata aqui a existéncia de umha mobilidade dimensional, e em concreto umha importáncia das ampliaçons, mui superior ao que sugeria a análise inicial que realizamos antes. Como se lembrará, esta análise ponhia de manifesto a ausência quase total de um processo neto de concentraçom em favor dos estratos de maior tamanho: ao longo do período tam só se incrementou o número de exploraçons no grupo de 20-50 hes, e este aumento foi só de 2 unidades. Frente a isso, os dados da matriz de concentraçom amostram que houvo 22 unidades produtivas (o 10% do total), que se ampliárom durante estes anos e ascendérom a um intervalo de dimensom superior; cifra esta mui modesta, pero nom totalmente despreciável.

A razom que explica que estas ampliaçons nom se traduziram num incremento paralelo do número de exploraçons nos estratos de maior tamanho, radica no feito de que esse processo viu-se contrarrestado em grande medida polo movimento inverso: a contracçom, a reduçom da superfície, que experimentárom outras unidades produtivas. Assi, ao mesmo tempo que 22
22
unidades ascendérom a um estrato superior, houvo 13 que seguírom o processo inverso. E, se a isto unimos que a desapariçom de exploraçons afectou também aos grupos de mediana e grande dimensom, o resultado foi a ausência quase total de umha expansom neta destes grupos (ver quadro 11.7).

Em definitiva, pois, **som duas as conclusons básicas que se derivam do exame da matriz de concentraçom:**

i. **Estes dados confirmam o elevado grau de estabilidade que caracterizou às exploraçons da amostra, no referido à evoluçom da sua superfície.**

ii. **Sem embargo, e como matizaçom disso, observa-se a existéncia de umha mobilidade claramente superior ao que sugeria a comparaçom da estrutura dimensional das exploraçons em 1978 e 1989. As escassas mudanças netas que se produzírom nesta estrutura, aparecem assi como o resultado de movimentos muito mais importantes, pero que em boa medida se compensárom entre si (ampliaçom de certas unidades, e contracçom de outras).** Neste sentido, podemos afirmar que a acusada estabilidade que se constata na distribuçom por grupos de tamanho, constitue em certa medida umha "estabilidade dinámica", ou dito noutras palavras, isso é o resultado de umha "dinámica equilibrada".

Os estudos análogos realizados noutros países ou regions europeias, permitem-nos comprovar que isto último nom é um fenómeno particular de Galiza, senom algo geral. Em todos os espaços agrários, as mudanças netas na estrutura dimensional das exploraçons, operam-se ao través de movimentos

individuais de muita maior magnitude e complexidade, que se compensam (ou anulam) parcialmente entre si nas cifras agregadas[17].

Para finalizar este epígrafe, digamos que as 231 exploraçons que integravam inicialmente a nossa amostra, distribuem-se do seguinte modo, em funçom da sua evoluçom no período 1978-1989: 26 (o 11,3%) desaparecérom durante este período; 13 (o 5,6%) passárom a um estrato de tamanho inferior; 170 (o 73,6%) mantivérom-se no mesmo estrato; e 22 (o 9,5%) lográrom ascender a um intervalo de dimensom mais alto (ver quadro 11.7).

b. A distribuçom das exploraçons segundo a evoluçom da sua superfície no período 1978-1989; os movimentos de superfícies implicados.

Os dados que acabamos de analisar som interessantes, pero tenhem umha limitaçom: neles tam só aparecem recolhidas aquelas variaçons na superfície das exploraçons que implicárom o passo destas a outro grupo de tamanho. Isto dá lugar a umha certa arbitrariedade das cifras; posto que podem quedar sem registar modificaçons de importante quantia, mentres que si se contabilizam outros casos nos que a variaçom foi mui pequena, pero esta levou a que a exploraçom mudara de intervalo de tamanho.

Com o fim de superar estes problemas, oferecemos agora umha aproximaçom mais precisa ao tema. Em concreto, optamos aqui por efectuar um registo exaustivo de todas as variaçons ocorridas na superfície das exploraçons, sem fixar nengum límite mínimo no que respeita à sua quantia. Deste modo, obtivemos a distribuçom das 231 unidades da amostra nos 4 grupos seguintes: as que desaparecérom no período 1978-1989; as que vírom reduzida neste período a sua superfície total (qualquer que fora a magnitude desta reduçom); as que mantivérom a sua superfície constante; e as que experimentárom umha ampliaçom neta da sua base territorial (qualquer que fora a quantia desta ampliaçom). Os resultados estám recolhidos no **quadro 11.8**.

Ademais, calculamos também os movimentos de superfícies implicados nessas variaçons: o volume total de terras que fórom liberadas polas exploraçons desaparecidas; a quantia das que fórom liberadas a conseqüência da contracçom de exploraçons; a magnitude global das superfícies que fórom utilizadas para a

---

[17] Consultar por exemplo:

-LAURENT,C./ VIAU,C., La concentration des terres... op. cit.

-COUJARD, Jean-Louis, Réproduction et mobilité... op. cit.

ampliaçom de unidades produtivas; e o saldo dos movimentos anteriores, que nos dá o aumento ou diminuçom da superfície total ocupada pola amostra. Estas cifras figuram no **quadro 11.9**.

Examinando conjuntamente essas duas classes de dados, obtemos umha imagem global sobre a importáncia que tivo cada um dos tipos de evoluçom, e sobre os movimentos de superfícies ocorridos durante o período[18]. Estes som os resultados (ver quadros 11.8 e 11.9):

Quadro 11.8. Distribuçom das exploraçons da amostra segundo a evoluçom que experimentou a sua superfície total no período 1978-1989.

	Desapare-cidas no período	Diminuem a superfície	Mantenhem estável a superfície	Ampliam a sua superfície
-Número de exploraçons	26	40	96	69
-% sobre o total de exploraçons da amostra em 1978	11,3%	17,3%	41,6%	29,9%

Quadro 11.9. Movimentos de superfícies registados durante o período 1978-1989 polos diversos grupos de exploraçons.

	Superfícies liberadas como conseqüéncia de:		1 Total super-fícies liberadas	2 Superf. empregada em ampliaçons netas	Variaçom da sup. ocupada polas explor. (2-1)
	Desapariçom de explor.	Diminuçom na superf.			
-Superfície (hes)	258,8	120,5	379,4	177,4	-202,0
-% da superfície total ocupada polas exploraçons em 1978	10,1%	4,7%	14,8%	6,9%	-7,9%

-Entre 1978 e 1989 desaparecérom o 11,3% das exploraçons (26 em cifras absolutas), liberando estas o 10,1% da superfície total ocupada pola amostra em 1978.

---

[18] Umha análise como esta é realizada por exemplo, para várias zonas de França, estudo:

-BOINON, Jean-Pierre/ NAGOT, Florence, "Stratégies foncières des agriculteurs dans quatre zones agricoles fragiles.", Economie Rurale, no. 207, janeiro-fevreiro 1992, pp. 2-6.

-O 17,3% das exploraçons (40 em termos absolutos) registárom umha diminuçom neta da sua superfície, alcançando as terras liberadas por esta via o 4,7% da cifra global de 1978. Em conjunto, pois, as superfícies liberadas durante o período, a conseqüência tanto da desapariçom como da contracçom de exploraçons, suponhem o 14,8% da extensom global que ocupavam inicialmente as unidades da amostra.

-Dessas terras, tam só umha proporçom relativamente pequena foi transferida a outras exploraçons, possibilitando assi a ampliaçom da sua base territorial. Em concreto, o número de unidades produtivas que incrementárom a sua superfície no período 1978-1989 foi de 69, aproximadamente o 30% do total; o que constitue umha cifra nada despreciável. Pero a quantia global alcançada por estas ampliaçons, supom unicamente a metade do volume de terras liberadas (exactamente o 47%), e o 6,9% da superfície inicial da amostra.

Daí resulta um importante saldo negativo, que se corresponde com as terras liberadas que quedárom desmobilizadas para a produçom agrária, e que se reflecte na reduçom da superfície global ocupada polas unidades da amostra: o 7,9% do seu volume inicial.

Vemos, em resumo, que estes dados confirmam de forma rigorosa, e permitem precisar, as hipóteses formuladas ao começo: por um lado, constatamos que a quantia das terras liberadas foi bastante pequena, devido fundamentalmente à escassa intensidade que alcançou a desapariçom de exploraçons; e, ademais, tam só umha parte destas superfícies (as cifras indicam em concreto que algo menos da metade), fórom mobilizadas para a ampliaçom de outras unidades produtivas, quedando o resto abandonadas ou dedicadas a usos nom agrários[19]. O resultado destes dous fenómenos foi que as mudanças estruturais operadas tivérom umha magnitude mui reduzida.

Em relaçom com isto último, hai que fazer ademais umha precisom adicional: as ampliaçons de exploraçons, que acabamos de constatar nessas

---

[19] Por comodidade na exposiçom, razoamos aqui como se as terras utilizadas para a ampliaçom de unidades da amostra procederam das que fórom liberadas por outras exploraçons deste conjunto. Hai que advertir, sem embargo, que isto nom é, em rigor, correcto. A forma na que está configurada a amostra fai que nom exista essa vinculaçom directa entre umhas e outras superfícies, polo que devemos analisar separadamente: o destino das terras que fórom liberadas; e a procedéncia das superfícies utilizadas para a ampliaçom de unidades da amostra. De feito, isto será o que faremos em apartados posteriores, ao examinar com maior detalhe os resultados do nosso estudo. Polo momento, nom obstante, adoptamos a citada simplificaçom, com o fim de oferecer umha primeira aproximaçom às tendéncias básicas.

cifras, nom se traduzírom numha reestruturaçom neta de igual magnitude. O motivo radica em que boa parte destas ampliaçons correspondem-se com fluxos de superfícies realizados entre distintas unidades produtivas que permanecem activas ao final do período; polo que o efeito destes fluxos foi o de originar movimentos individuais (agrandamento de umhas exploraçons, e contracçom de outras), que se compensam em boa medida entre si, sem alterar a distribuçom agregada por grupos de tamanho. De novo, ao igual que sinalamos ao analisar a matriz de concentraçom, estamos aqui perante um fenómeno que nom é particular de Galiza: só umha parte da superfície "movida" entre exploraçons se traduze numha reestruturaçom (ou concentraçom) neta. O específico do nosso agro, em comparaçom com outros espaços, é o que constatamos nos quadros anteriores: o volume mui reduzido que alcança aqui a superfície "movida".

c. A relaçom que apresenta a dinámica fundiária das exploraçons com determinadas variáveis demográficas e estruturais.

Apesar de que as variaçons registadas fórom globalmente pequenas, tem interesse examinar a possível relaçom que apresenta a dinámica fundiária das exploraçons com determinados factores. Aqui imos efectuar umha primeira aproximaçom a este tema, calculando para isto os valores médios que registam certas variáveis nos 4 grupos de exploraçons antes diferenciados: as que desaparecérom no período 1978-1989, as que sofrírom umha reduçom da sua superfície, as que mantivérom esta estável, e as que ampliárom a sua base territorial.

Fazendo um repasso polos estudos referidos a esta questom, podemos constatar que as variáveis privilegiadas normalmente nestas análises, e as que parecem ter umha maior influéncia na evoluçom da superfície das exploraçons de carácter familiar, som as relacionadas com dous aspeitos: a fase do ciclo demográfico na que está a família, assi como o volume da mao de obra disponível; e o tamanho inicial das unidades produtivas.

No que respeita ao primeiro tipo de factores, som numerosos os estudos que destacam a estreita relaçom existente entre a dinámica das exploraçons familiares, e o desenvolvimento do ciclo demográfico da família. A formulaçom inicial desta tese foi realizada já por Chayanov no primeiro tércio do século

actual[20]. E, ainda que a teoria tal como a formula este autor, apresenta muitos pontos discutíveis (sobretodo o feito de considerar os factores demográficos como variáveis independentes, e como os principais determinantes da dinámica das unidades produtivas), o certo é que contamos com numerosas análises empíricas efectuadas nos últimos decénios em países da Europa Ocidental, que confirmam a influéncia que tenhem estes factores demográficos (idade do titular, número de filhos que trabalham com ele, perspectivas de que algum deles continue na exploraçom) na dinámica das exploraçons, e em concreto na evoluçom da sua superfície[21].

No que se refire ao tamanho inicial das exploraçons, som também numerosos os estudos empíricos que ponhem de manifesto o seu importante papel, como condicionante da dinámica fundiária das unidades produtivas[22]. Isto explica-se por duas razons: por umha parte, a superfície inicial, em combinaçom com os outros elementos da estrutura produtiva, condiciona a necessidade ou interesse do agricultor em ampliar a sua base territorial; e por outro lado, essa superfície determina em boa medida a dimensom económica da exploraçom, que condicionará a sua própria supervivéncia e a capacidade para financiar a adquisiçom de terras adicionais.

Em base a essas consideraçons, e tendo em conta a informaçom da que disponhemos, na nossa análise retivemos um total de 6 variáveis: 4 delas referidas à superfície inicial (em 1978) das exploraçons; e 2 a factores de tipo

---

[20] Ver: CHAYANOV, A.V., La organización de la unidad económica campesina., Ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1966 (a ediçom original desta obra, publicada em ruso, é de 1925).

[21] Entre estas análises empíricas podemos citar:
-MAINIE, Philippe, Les exploitations agricoles en France., P.U.F., Paris, 1971, capítulos II e III.
-CAVAILHES, Jean, "Le cycle démographique des exploitations agricoles dans les Charolais.", Economie Rurale, no. 181, setembro-outubro 1987, pp. 66-72.
-BOINON, Jean-Pierre/ NAGOT, Florence, "Stratégies foncières des agriculteurs...", op. cit., pp. 3-4.

[22] Consultar por exemplo:
-MAINIE, Philippe, Les exploitations agricoles... op. cit., capítulo III.
-LAURENT,C./VIAU,C., La concentration des terres... op. cit., pp. 60-62.
-BOINON, Jean-Pierre/ NAGOT, Florence, "Stratégies foncières des agriculteurs...", op. cit., pag. 4.

demográfico (correspondentes também à situaçom ao começo do período). Estas 6 variáveis som em concreto: a superfície total da exploraçom, a relaçom SAU/ Sup. total, a SAU da exploraçom, a percentagem da superfície em tenéncia directa, a idade do titular, e o número de filhos que residem com ele. Para cada umha destas variáveis, calculamos o valor médio que registava em 1978 nos 4 grupos de exploraçons que antes distinguimos[23], figurando os resultados obtidos no **quadro 11.10**. Passamos a comentar o que nos indicam estas cifras.

-Começamos pola superfície total que tinham inicialmente as unidades produtivas. Neste aspeito, nom se observam diferéncias importantes entre os 4 grupos de exploraçons, polo que nom parece que esta variável tivera umha influéncia significativa na dinámica que estas registárom ao longo do período posterior. Unicamente cabe sinalar que as exploraçons que mantivérom a sua superfície estável, eram as que partiam de umha dimensom média mais elevada; mentres que as que se agrandárom durante o período, e também as que desaparecérom, tinham umha superfície média inferior à do conjunto da amostra. Pero estas diferéncias som todas de magnitude bastante reduzida.

-Si se constatam, em cámbio, divergéncias importantes no que respeita à relaçom SAU/ Superfície total. O valor que alcançava este índice em 1978, difire de forma notável entre os 4 grupos de exploraçons, apresentando umha correlaçom positiva com a dinámica fundiária que estas experimentárom no período posterior. Assi, a percentagem mais baixa de SAU dava-se nas exploraçons que desaparecérom (tam só o 33,9%); esta aumentava nas unidades que se contraérom (39,3%), e nas que mantivérom a sua superfície estável (42,6%); alcançando o nível mais elevado naquelas que se agrandárom (52,3%).

O significado concreto desta correlaçom resulta, sem embargo, difícil de estabelecer com seguridade; posto que, na nossa opiniom, cabem duas interpretaçons alternativas. A primeira é que o valor do índice SAU/ST seja um reflexo da maior ou menor qualidade das terras que formam a exploraçom; aspeito este que, dacordo com as cifras, teria influído na sua supervivéncia e dinamismo. Pero existe outra interpretaçom possível: que a maior ou menor importáncia relativa da SAU, constitua umha conseqüéncia da própria dinámica

---

[23] Em relaçom com a delimitaçom destes 4 grupos, temos que fazer umha precisom: neste caso unicamente consideramos aquelas variaçons na superfície das exploraçons cuja magnitude foi superior a 0,25 hes, com o fim de eliminar as modificaçons mui pouco significativas. Assi, no grupo de exploraçons "estáveis" figuram aquelas cuja superfície permaneceu constante, e também as que registárom um aumento ou diminuçom nom superior a 0,25 hes. Em correspondéncia com isto, a categoria das exploraçons "ampliadas" inclue só às que experimentárom um incremento superior a 0,25 hes; e de modo análogo para a categoria das unidades "contraídas".

anterior das exploraçons (reflexando a medida na que estas aproveitam o potencial produtivo das suas superfícies). Assi, por exemplo, nesta segunda opçom a baixa percentagem de SAU que apresentavam em 1978 as exploraçons desaparecidas, seria resultado do declive que estas iniciaram já com anterioridade, e que levou ao abandono de parte das terras cultivadas e prados.

Quadro 11.10. Contraste da relaçom que apresenta a dinámica fundiária das exploraçons com certas variáveis ou características.

Tipo de dinámica fundiária das exploraçons no período 1978-1989	Número de explor.	Valor que registavam em 1978 as seguintes variáveis em cada grupo: Sup.total/ explor. (hes)	SAU/ Sup.total (%)	SAU/ explor. (hes)
a. Desaparecidas.....	26	10,0	33,9%	3,4
b. Diminuem a superfície em mais de 0,25 hes.....	27	10,6	39,3%	4,2
c. Mantenhem estável a sua superfície (1)	117	11,8	42,6%	5,0
d. Incrementam a superfície em mais de 0,25 hes.....	61	9,6	52,3%	5,0
TOTAL DE EXPLORAÇONS DA AMOSTRA EM 1978	231	11,1	44,4%	4,9

Tipo de dinámica fundiária das exploraçons no período 1978-1989	Valor que registavam em 1978 as seguintes variáveis em cada grupo: % da sup. total em propriedade	Idade média do titular (anos)	No.médio de filhos que residem na explor.
a. Desaparecidas.....	66,3%	67,6	0,50
b. Diminuem a superfície em mais de 0,25 hes.....	60,6%	56,6	0,89
c. Mantenhem estável a sua superfície (1)	77,0%	59,6	1,30
d. Incrementam a superfície em mais de 0,25 hes.....	91,7%	52,3	1,87
TOTAL DE EXPLORAÇONS DA AMOSTRA EM 1978	78,5%	57,3	1,41

(1) Exploraçons nas que a superfície total nom variou, ou bem registou um aumento ou diminuçom igual ou inferior a 0,25 hes.

Sem poder afirmar com seguridade qual dessas duas interpretaçons se corresponde mais com a realidade, devemos reter em todo caso o que nos

indicam as cifras: a relaçom positiva que existe entre o valor inicial do índice SAU/ST, e a evoluçom da superfície total das exploraçons no período posterior.

-Como conseqüéncia do anterior, a dinámica fundiária das exploraçons apresenta também umha correlaçom positiva com o seu tamanho inicial em termos de SAU, ainda que esta nom é tam marcada como no caso da variável precedente (ver quadro 11.10).

Assi, no que respeita à influéncia que tivo a superfície inicial das unidades produtivas sobre a sua dinámica posterior, as cifras conduzem-nos a umha conclusom, que parece polo demais bastante lógica: o mais relevante nom é aqui a superfície total senom a SAU. Mais importante, sem embargo, que o tamanho em termos de SAU parece que foi a aptitude produtiva do total das terras de cada exploraçom, e a medida na que as exploraçons tinham aproveitado o seu potencial interno para expandir a superfície agrária; reflexados estes dous aspeitos no valor do índice SAU/ Superfície total.

-A quarta variável considerada nesta análise é a proporçom que suponhiam inicialmente as terras trabalhadas em tenéncia directa. Neste aspeito, observam-se também fortes diferéncias entre os 4 grupos de exploraçons; existindo umha clara relaçom positiva entre o peso relativo das terras em propriedade, e a dinámica posterior das unidades produtivas. Assi, as exploraçons que se agrandárom no período 1978-1989, caracterizavam-se ao início do mesmo por um forte predomínio das superfícies em tenéncia directa, muito maior que no conjunto da amostra. Mentres que tanto as exploraçons desaparecidas como as que experimentárom umha reduçom da sua superfície, partiam de umha percentagem importante de terras em regimes indirectos (ver quadro 11.10).

`A hora de extraer destes dados conclusons com umha validez mais geral, devemos ter presente que no conjunto da agricultura galega o predomínio da tenéncia directa é muito maior do que sucede na amostra; polo que a capacidade de discriminaçom desta variável é bastante limitada. Neste sentido, a conclusom que podemos deduzir das cifras anteriores é a seguinte: naqueles casos em que as exploraçons contam com umha parte importante de terras em regimes indirectos, isto exerce umha influéncia negativa sobre a sua dinámica fundiária, freando a ampliaçom das unidades produtivas e fazendo mais probável a sua desapariçom.

-Finalmente, quedam-nos por examinar as duas variáveis de carácter demográfico que incluímos neste estudo: a idade do titular, e o número de filhos que residem com ele na exploraçom. Estas duas variáveis, consideradas de forma conjunta, informam-nos sobre dous aspeitos estreitamente ligados entre si: por um lado, a fase do ciclo demográfico no que se encontra a família,

incluíndo nisto as perspectivas de continuidade da exploraçom; e polo outro, o volume de mao de obra familiar disponível nesta unidade produtiva[24].

Pois bem, no quadro 11.10 podemos observar que os valores médios destas variáveis difirem fortemente entre os 4 grupos de exploraçons; desprendendo-se destes dados que esses factores demográficos tivérom umha notável influéncia na dinámica fundiária das exploraçons.

Assi, as unidades produtivas que desaparecérom durante o período 1978-1989, estavam dirigidas ao começo do mesmo por titulares de idade mui avançada (a média era de 67,6 anos), e que na sua maioria nom tinham nengum filho residindo com eles (a cifra média que resultava para este grupo era de 0,5 filhos), o que nos indica que estes careciam, na sua maior parte, de sucessor.

No extremo oposto situam-se as exploraçons que incrementárom a sua superfície durante o período: os titulares eram aqui em 1978 relativamente novos, com umha idade média (52,3 anos) mui inferior à do conjunto da amostra; e o número de filhos que residiam com eles alcançava umha cifra relativamente elevada (1,87 filhos de média), a mais alta dos 4 grupos.

Polo que respeita aos outros dous grupos de exploraçons, nom se observam diferéncias significativas entre eles no referido à idade média dos titulares; e mesmo esta idade era ligeiramente inferior nas unidades que experimentárom umha reduçom da sua superfície, que naquelas onde esta se mantivo estável (56,6 e 59,6 anos, respectivamente). Sem embargo, o panorama muda de forma significativa ao considerar também a outra variável, o número de filhos que residiam com o agricultor. Porque a média era de 0,89 filhos nas exploraçons que se contraérom, frente a 1,30 nas que permanecérom estáveis (ver quadro 11.10).

Isto último indica-nos que o relevante, do ponto de vista da dinámica das exploraçons, nom é tanto a idade do titular, considerada separadamente, senom a situaçom global da demografia familiar; incluíndo aqui: o número e a idade dos familiares que residem e trabalham na exploraçom, e as perspectivas de que algum deles suceda ao actual titular. Assi, por exemplo, o feito de que umha exploraçom esteja dirigida por um agricultor de 55-64 anos, constitue um dado de significado pouco claro; porque isto pode corresponder-se em realidade com duas situaçons mui diferentes, segundo que este agricultor conte ou nom com

---

[24] Em rigor, para conhecer com precisom este segundo aspeito seria preferível tomar o número de filhos e de outros familiares, que trabalham na exploraçom. Pero esta informaçom nom foi recolhida no nosso inquérito. Em ausência disso, a cifra de filhos que residem na exploraçom pode considerar-se umha aproximaçom indirecta à mao de obra disponível; e esta cifra, unida à idade do titular, informa-nos sobre a fase do ciclo familiar na que está a exploraçom, e as suas perspectivas de continuidade.

algum filho que trabalha com ele, e que vai continuar com a exploraçom. É esta umha ideia que destacam em geral os estudos sobre o tema[25]: a necessidade de ter em conta nom só as características do titular, senom, de forma mais global, as do conjunto da unidade familiar. E os dados obtidos no nosso estudo confirmam claramente a pertinéncia desta afirmaçom.

Recapitulando os resultados desta análise, sobre os factores que influírom na dinámica fundiária das exploraçons, podemos estabelecer em definitiva as seguintes conclusons:

- **Esta dinámica nom parece apresentar umha relaçom significativa com o tamanho inicial das exploraçons, medido em termos de superfície total.**
- **Em cámbio, existem outros dous aspeitos da base territorial da que partiam as unidades produtivas, que si influírom na sua evoluçom posterior: a importáncia relativa da SAU, a relaçom SAU/ST; e a proporçom da superfície que era trabalhada em tenéncia directa.**
- **Por último, a dinámica registada pola superfície das exploraçons amostra também umha forte relaçom com os factores de carácter demográfico: a idade do titular e as suas perspectivas de sucessom; e o volume de mao de obra familiar disponível.**

Assi, as exploraçons que desaparecérom durante o período 1978-1989, caracterizavam-se ao início do mesmo por registar: um reduzido peso relativo da SAU, umha percentagem também comparativamente baixa de terras em tenéncia directa; e tinham ao seu frente titulares de idade média mui avançada, e que careciam a maioria deles de sucessor. Similares, ainda que menos acentuadas, eram as características das exploraçons que sofrírom umha contracçom da sua superfície.

Frente a isso, as unidades que ampliárom a sua base territorial no período, apresentavam uns traços opostos aos anteriores: umha proporçom relativamente alta de SAU; um predomínio abrumador das terras trabalhadas em tenéncia directa; e uns titulares muito mais novos que

---

[25] Consultar por exemplo:

-CAVAILHES, Jean, "Le cycle démographique...", op. cit., pag. 69.

o conjunto da amostra, e que tinham um número relativamente elevado de filhos residindo com eles.

2.4. Os fluxos de superfícies que se produzírom nas exploraçons da amostra durante o período 1978-1989. Análise das cifras globais que se desprendem do registo directo destes fluxos.

Antes oferecemos umha primeira aproximaçom aos movimentos de superfícies que se produzírom na amostra durante o período 1978-1989, baseando-nos para isto nas variaçons netas registadas pola superfície de cada umha das exploraçons. Isto é, tomamos ali os incrementos e diminuçons netas que experimentárom as distintas exploraçons; calculando a partir destes dados o volume global dos diversos movimentos.

Agora bem, estes movimentos podem ser o resultado de fluxos muito maiores ocorridos ao longo do período, e que se compensárom parcialmente entre si. Assi, por exemplo, o feito de que a superfície de umha exploraçom aumentara numha determinada quantia entre 1978 e 1989, pudo ser o saldo de diversas operaçons de sentido contrário realizadas durante esses anos. Por este motivo, para efectuar umha análise mais precisa do tema, é conveniente basear-se no registo directo dos diversos fluxos.

No nosso caso, contamos com umha informaçom detalhada sobre as ganáncias e perdas de superfícies que se produzírom em cada umha das exploraçons entre 1978 e 1989, ao través das distintas vias ou mecanismos (compras, vendas, cesons em arrendamento, etc.); informaçom esta que obtivemos por médio das perguntas retrospectivas formuladas aos titulares no inquérito de 1989. Os dados aqui recolhidos permitem realizar um estudo em profundidade, sobre a importáncia e as características de cada um destes fluxos; vendo assi as vias ao través das quais se operou a ampliaçom das exploraçons, e também a contracçom de outras. Este estudo iremo-lo desenvolvendo, sem embargo, em apartados posteriores. Polo momento limitaremos aqui a examinar dous aspeitos: o volume global da liberaçom de superfícies e das ampliaçons de exploraçons, que se desprendem deste registo directo; e a distribuçom por aproveitamentos que apresentam as terras implicadas nestes fluxos. Com isto, tratamos de afondar algo mais num dos temas centrais que nos interessam nesta investigaçom: a magnitude da mobilidade da terra que se registou nas exploraçons desta amostra.

a. O volume global dos distintos fluxos.

No **quadro 11.11** aparecem resumidos os fluxos de superfícies que se produzírom nas exploraçons da amostra entre 1978 e 1989, dacordo com a informaçom directa suministrada polos próprios agricultores. Comparando estes dados com os que figuravam no quadro 11.9 (obtidos a partir das variaçons netas registadas por cada exploraçom), podemos comprovar que as diferéncias entre eles som mui pequenas[26]. Isto indica-nos que fórom mui poucas as exploraçons que, durante o período estudado, experimentárom fluxos de sentido contrário (ganáncias e perdas de terras). Em conseqüéncia, resulta praticamente indiferente tomar estes dados, procedentes do registo directo dos fluxos, que utilizar os que obtinhamos em base ao saldo neto registado por cada exploraçom. E portanto, os resultados que se desprendem das cifras do quadro 11.11, som quase idénticos aos que já expuxemos anteriormente.

Quadro 11.11. Fluxos de superfícies que se produzírom nas exploraçons da amostra durante o período 1978-1989 (dados procedentes do registo directo destes fluxos).

	A Superfície das explor. desapare-cidas	B Perdas de superf. registadas por explor. perennes	C Total superf. liberadas (A+B)	D Ganáncias de superf. registadas por explor. da amostra	E Variaçom ou saldo neto (D-C)
-Superfície (hes).	258,8	131,8	390,6	188,6	-202,0
-% da superf.total ocupada polas exploraçons da amostra em 1978..	10,1%	5,1%	15,2%	7,3%	-7,9%

[26] Concretamente, as cifras som, por definiçom, idénticas para o primeiro dos termos: a superfície liberada polas exploraçons desaparecidas. E o mesmo sucede para o saldo neto de todos os movimentos, que se corresponde com a variaçom registada pola superfície total ocupada pola amostra.

As diferéncias podiam existir nos outros dous componentes: o volume de terras perdidas polas exploraçons que continuam vivas ao final do período; e o das superfícies ganhadas ou incorporadas por estas mesmas exploraçons "perennes". Pero comparando ambos quadros, constatamos que estas diferéncias som, na prática, de mui reduzida magnitude.

Em concreto, neste quadro podemos observar que:

-O volume total de terras liberadas ao longo do período 1978-1989, ascendeu unicamente ao 15,2% da superfície ocupada pola amostra em 1978. Correspondendo o 10,1% às terras que fórom liberadas polas exploraçons desaparecidas; e o 5,1% às que liberárom unidades que permanecem activas ao final do período.

-As ganáncias ou incorporaçons de superfícies realizadas por outras exploraçons, suponhem tam só o 7,3% da superfície global da amostra em 1978, o que representa o 48,0% do volume de terras liberadas. Isto pode interpretar-se dizendo que destas terras liberadas, tam só algo menos da metade fórom mobilizadas para outras exploraçons; quedando o resto abandonadas ou dedicadas a usos nom agrários.

-Como resultado desses fluxos, registou-se um saldo negativo, umha diminuçom da superfície global ocupada polas unidades da amostra, que ascende ao 7,9% do seu volume inicial (ver quadro 11.11).

b. As diferéncias que se observam entre o grau de mobilidade da SAU e o das terras a monte.

Um aspeito de grande relevância, que nos permitem conhecer os dados recolhidos sobre os diversos fluxos, refire-se à distribuçom por aproveitamentos que apresentam as superfícies implicadas; diferenciando em concreto a SAU e as terras a monte. As cifras globais que se obtenhem neste aspeito estám reproduzidas no **quadro 11.12**, e delas derivam-se algumhas conclusons de sumo interesse.

Em primeiro lugar, vemos que as superfícies que fórom liberadas polas exploraçons desaparecidas, estavam compostas nas 2/3 partes por terreos de monte, correspondendo tam só o 1/3 restante (exactamente o 33,9%) a terras cultivadas e prados. Assi, a importáncia relativa da SAU é aqui mui pequena, notavelmente inferior à que se registava na superfície global da amostra em 1978[27]. Isto mesmo sucede também para as terras que fórom liberadas a causa da contracçom de exploraçons: delas tam só o 33,2% corresponde a SAU. Deste modo, o conjunto das superfícies liberadas durante o período 1978-1989 (devido à desapariçom e contracçom de exploraçons), caracteriza-se por apresentar um forte predomínio do monte; muito mais acusado ainda do que se registava para a

[27] A relaçom SAU/ST era no conjunto da amostra em 1978 do 44,4% (ver supra: quadro 11.3).

superfície total da amostra: nesta a percentagem de SAU era em 1978 do 44,4%, mentres que na superfície liberada esta cifra baixa ao 33,7% (ver quadro 11.12).

Quadro 11.12. Fluxos de superfícies que se registárom nas exploraçons da amostra durante o período 1978-1989. Distinçom entre a SAU e as terras a monte.

	A Superfície das explor. desapare-cidas	B Perdas de superf. registadas por explor. perennes	C Total superf. liberadas (A+B)	D Ganáncias de superf. registadas por explor. da amostra	E Variaçom ou saldo neto (D-C)
-SAU (hes)	87,7	43,8	131,4	130,8	-0,7
-Monte (hes)	171,2	88,0	259,1	57,8	-201,3
-Sup.total (hes)	258,8	131,8	390,6	188,6	-202,0
SAU/Sup.total (%)	33,9%	33,2%	33,7%	69,3%	

Se nos fixamos agora nas superfícies que fórom incorporadas durante o período por outras exploraçons, ampliando assi a sua base territorial, podemos observar que a sua composiçom é totalmente diferente: as terras de monte suponhem aqui tam só o 30,7%, correspondendo o 69,7% restante a cultivos, prados e pastizais (ver quadro 11.12).

Considerando de forma conjunta as cifras referidas a uns e outros fluxos, o que estas ponhem de manifesto é que o grau de mobilidade das terras liberadas, a medida na que estas fórom transferidas a outras unidades produtivas, difire muito entre os dous tipos de superfícies: a SAU e o monte. E, portanto, a reduzida mobilidade que constatávamos para o total de superfícies liberadas, agacha um forte contraste entre estas duas classes de terras.

Assi, se voltamos ao quadro 11.12, e suponhemos que entre as superfícies liberadas e as que fórom incorporadas por outras unidades da amostra, existe umha correspondéncia directa (isto é, que estas últimas superfícies se nutrem das primeiras), obtemos os seguintes resultados:

-Do total de superfícies liberadas no período (390,6 hes), tam só o 48,3% (188,6 hes) fórom transferidas a outras exploraçons.

-Pero essa cifra global esconde umha forte diferéncia entre a mobilidade da SAU e a das terras a monte: para o primeiro tipo de superfícies, a prática totalidade das que quedárom livres durante o período fórom transferidas a outras unidades produtivas; mentres que no caso do monte, esta percentagem reduze-se a só o 22,3%.

Esta interpretaçom das cifras nom pode, em rigor, efectuar-se, devido à razom que já apontamos numha nota anterior ao pé de página[28]. E, portanto, as percentagens concretas que acabamos de citar, sobre o grau de mobilidade da SAU e do monte, nom devem ser tomadas na sua literalidade[29].

Sem embargo, o que si tem plena validez som as conclusons em termos gerais. Neste sentido, dos dados desprendem-se dous feitos de grande relevância, e que cremos que som também válidos globalmente para a agricultura galega:

i. **As superfícies liberadas, tanto pola desapariçom como pola contracçom de exploraçons, apresentam umha percentagem mui elevada de terras a monte, claramente superior à que se regista no conjunto da superfície das exploraçons agrárias.**

ii. **Frente a isso, a demanda de terras que exercem os agricultores, com o fim de ampliar as suas unidades produtivas, está dirigida esencialmente para as superfícies cutivadas e os prados; mentres que esta demanda é muito mais débil no caso das terras de monte.**

Este segundo feito, que se constata nos dados da nossa amostra, resulta coerente com as hipóteses que formulamos no capítulo anterior, ao examinar os factores condicionantes e os possíveis obstáculos à mobilidade da terra em Galiza. E, portanto, estes dados avalam as citadas hipóteses: o progressivo abandono das funçons tradicionais que cumpliam os terreos de monte, unido aos fortes problemas estruturais que apresentam muitas destas superfícies, fam que a demanda deste tipo de terras por parte dos agricultores seja, nas últimas décadas, bastante débil[30].

A suma dos dous feitos anteriores, tem como conseqüência que umha elevada proporçom das terras liberadas quedem necessariamente abandonadas. Porque, prescindindo doutros factores que condicionam a sua

[28] A forma na que está configurada a amostra fai que as terras incorporadas por umhas exploraçons, nom se nutram directamente das que liberárom outras unidades desta amostra.

[29] E concluir, por exemplo, que a totalidade da SAU liberada foi mobilizada para outras unidades produtivas.

[30] Ver a elaboraçom detalhada deste argumento, que expuxemos com carácter hipotético no apartado 2.5 do capítulo X.

mobilidade, trata-se de superfícies de monte, cuja demanda por parte dos agricultores é débil.

Neste sentido, as cifras que acabamos de analisar amostram a grande importância que tenhem na prática os que designamos no capítulo anterior como "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra (aqueles que se relacionam com as deficiéncias das próprias superfícies liberadas, que dam lugar a que a sua demanda seja débil). Esta é a primeira conclusom que devemos reter, no que respeita aos factores explicativos da escassa mobilidade da terra que constatamos no inquérito.

2.5. As mudanças registadas nos usos da terra; a evoluçom do tamanho das exploraçons em termos de SAU.

Para completar esta primeira análise global sobre a dinámica registada polas exploraçons da amostra, referimo-nos finalmente a dous aspeitos: as mudanças que se produzírom nos aproveitamentos da terra, questom que tratamos de imediato; e a evoluçom dos regimes de tenéncia, que examinaremos no seguinte epígrafe.

Apesar de ser mui reduzido, como vimos nas páginas precedentes, o incremento que experimentou a superfície total/exploraçom, queda ainda a possibilidade de que o tamanho destas unidades em termos de SAU aumentara de forma mais significativa, por médio da roturaçom das terras de monte com as que contavam. De feito, na análise sobre as tendéncias gerais registadas na agricultura galega, que efectuamos nos capítulos VII e VIII, pudemos comprovar que esta última foi aqui a principal via de ampliaçom da superfície agrária das exploraçons; jogando neste aspeito um papel muito mais relevante que a compra e o arrendamento de terras adicionais. A continuaçom imos ver o que sucedeu em concreto nas exploraçons da nossa amostra durante o período 1978-1989.

a. As mudanças que se produzírom na distribuçom da superfície por aproveitamentos.

No **quadro 11.13** aparece recolhida a distribuçom por aproveitamentos que apresentava a superfície das exploraçons em 1978, e a que se regista em 1989, podendo observar pois as variaçons que se produzírom entre as duas

datas. De entrada, devemos lembrar que o volume total desta superfície reduziu-se durante o período num 7,9%, como conseqüência do abandono de umha boa parte das terras que fórom liberadas. Prescindindo disto, e centrando-nos nas superfícies que continuam integradas nas exploraçons, podemos constatar que estas experimentárom importantes modificaçons no seu reparto por aproveitamentos:

Quadro 11.13. Evoluçom da superfície das exploraçons por tipos de aproveitamento. 1978-1989

	Volume de superfície (hes)		Variaçom	Distr. percentual	
	1978	1989	(em %)	1978	1989
-Lavradio	400,1	219,0	-45,3%	15,6%	9,3%
-Pradeira sementada	64,1	318,5	397,0%	2,5%	13,5%
-Prados e pasteiros	677,5	732,8	8,2%	26,4%	31,0%
-Monte baixo	1252,7	866,7	-30,8%	48,8%	36,6%
-Monte arvorado	174,8	230,2	31,7%	6,8%	9,7%
SAU	1141,6	1270,2	11,3%	44,4%	53,7%
MONTE	1427,5	1096,9	-23,2%	55,6%	46,3%
SUP. TOTAL	2569,1	2367,1	-7,9%	100,0%	100,0%

-O principal feito a salientar é a notável expansom que experimentou globalmente a SAU. O volume absoluto deste tipo de superfícies incrementou-se ligeiramente (em concreto num 11,3%); passando estas de representar o 44,4% da superfície total das exploraçons em 1978, ao 53,7% em 1989 (ver quadro 11.13).

-Esta expansom global da SAU, estivo acompanhada de mudanças ainda mais importantes na sua composiçom interna. Por um lado, produziu-se umha forte contracçom do lavradio, cujo volume absoluto diminuiu em quase o 50%, passando de suponher o 15,6% da superfície total das exploraçons, ao 9,3%. Mentres que a extensom dedicada a pradeiras sementadas registou um incremento espectacular em termos relativos, multiplicando-se o seu volume por 4, e elevando-se o seu peso do 2,5% da superfície total em 1978, ao 13,5% em 1989. E também aumentou, ainda que de forma muito mais moderada, o volume e a importáncia relativa dos prados naturais e pastizais (do 26,4% ao 31,0% da superfície total das exploraçons).

Portanto, a expansom registada globalmente pola SAU deveu-se fundamentalmente ao crescimento das pradeiras sementadas, e em menor medida ao dos prados e pastizais; em tanto que a superfície ocupada polo lavradio sofriu umha forte reduçom.

-O incremento da importáncia relativa da SAU produziu-se a costa de umha diminuçom paralela do peso das terras de monte, que passárom de ocupar o 55,6% da superfície total das exploraçons em 1978, ao 46,3% em 1989. Hai que sinalar ao respeito que este retrocesso concentrou-se exclusivamente no monte baixo, mentres que o monte arvorado experimentou um ligeiro aumento, tanto em termos absolutos como no que se refire ao seu peso relativo (do 6,8% da superfície total ao 9,7%).

Em síntese, pois, a principal mudança que se registou nos usos da terra consistiu na expansom da SAU, e em concreto a das pradeiras e prados, a costa do monte baixo. Compre destacar sem embargo que, apesar disso, o monte baixo continua ocupando ainda em 1989 o 36,6% da superfície total das exploraçons.

b. A evoluçom que experimentou o tamanho das exploraçons em termos de SAU.

As mudanças nos aproveitamentos da terra, que acabamos de exponher, tivérom o seu reflexo na evoluçom que experimentou o tamanho das exploraçons em termos de SAU. Assi, ao mesmo tempo que a superfície total/exploraçom se incrementou tam só num 3,8% entre 1978 e 1989 (de 11,1 hes a 11,5 hes), a SAU/exploraçom elevou-se, em cámbio, num 25,4% (de 4,9 hes a 6,2 hes) **(ver quadro 11.14)**.

Quadro 11.14. Evoluçom experimentada polo tamanho médio das exploraçons em termos de SAU; comparaçom com a evoluçom desse tamanho em termos de superfície total.

	1978	1989	Variaçom (em %)
-Número de exploraçons	231	205	-11,3%
-Superfície total (hes)	2569,1	2367,1	-7,9%
-Volume global de SAU (hes)	1141,6	1270,2	11,3%
-Sup. total/ exploraçom (hes)	11,1	11,5	3,8%
-SAU/ exploraçom (hes)	4,9	6,2	25,4%

Portanto, se nos fixamos no conceito que resulta mais relevante do ponto de vista da produçom agrária (que é a SAU, e nom a superfície total), encontramo-nos com que a dimensom média das exploraçons registou um aumento nada despreciável, muito maior do que nos indicavam os dados referidos à sua superfície total.

Como vemos, as tendéncias que se constatam neste aspeito na nossa amostra, coincidem em linhas gerais com as que obtivemos no seu momento para o conjunto da agricultura galega, baseando-nos nas cifras dos censos agrários. Dando um passo mais na análise deste tema, imos tratar de aclarar de forma precisa os processos que explicam essa evoluçom dos usos da terra, utilizando para isto a informaçom detalhada que recolhemos no inquérito.

c. Os processos que explicam as variaçons observadas na distribuçom da superfície por aproveitamentos.

O aspeito esencial que nos interessa aclarar aqui refire-se ao aumento que se constata, dentro das exploraçons, na relaçom SAU/ST, e que tivo como conseqüéncia umha ampliaçom relativamente importante da SAU/exploraçom. Pois bem, a análise dos dados obtidos no nosso inquérito permite comprovar que isto nom se deveu unicamente à roturaçom de terras a monte (como sinalávamos ao interpretar as cifras para o conjunto de Galiza). Ainda que este foi o principal factor explicativo, essa evoluçom deveu-se em realidade a dous tipos diferentes de fenómenos:

i. O primeiro está relacionado com algo que expuxemos anteriormente: o diferente grau de mobilidade que registam a SAU e as terras de monte. Como vimos um pouco mais atrás, a grande maioria das superfícies liberadas a causa da desapariçom e contracçom de exploraçons, estám formadas por extensons de monte. Mentres que as terras incorporadas por outras unidades produtivas apresentam umha distribuçom oposta: na sua maior parte correspondem a SAU. Isto pom de manifesto que a mobilidade destas últimas superfícies é mui superior; e o resultado neto que se deriva desse processo é um aumento, dentro da superfície global das exploraçons, do peso relativo da SAU[31].

Podemos exponher isto mesmo com outras palavras, relacionando-o neste caso com a evoluçom do tamanho das exploraçons. Desde esta perspectiva, as cifras indicam-nos que a maior parte das terras incorporadas polas exploraçons (por médio de compras, arrendamento, etc.), estám constituídas por cultivos e prados. Em conseqüéncia, isto dá como resultado que a ampliaçom da SAU destas unidades, alcance necessariamente umha magnitude relativa superior à que se observa para a sua superfície total.

---

[31] Já que as terras liberadas que quedam abandonadas correspondem na sua grande maioria a extensons de monte; sendo a proporçom destas últimas mui superior à que se registava globalmente na superfície das unidades produtivas.

Portanto, este primeiro tipo de fenómenos, vinculados com a mobilidade da terra, explicam já em parte a alça que constatamos no peso relativo da SAU; e o feito de que o tamanho das exploraçons em termos de SAU aumentara a umha taxa superior à que se regista para a superfície total.

ii. Os outros fenómenos que explicam esta evoluçom som os que já conhecemos: as mudanças que realizárom os agricultores no uso das terras da sua exploraçom. Neste aspeito, a informaçom recolhida no inquérito permite-nos confirmar a existéncia nestas unidades de um processo, relativamente importante, de roturaçom de terras que estavam a monte. Ainda que também se constata que isso foi em parte contrarrestado polo processo inverso, que se produziu noutras exploraçons da amostra: o abandono de superfícies cultivadas e prados, que seguem figurando dentro da superfície destas unidades produtivas.

A magnitude concreta que alcançárom estes dous processos contrapostos durante o período 1978-1989, pode observar-se no **quadro 11.15**. Os principais resultados que se desprendem destas cifras som os seguintes:

-No que respeita à roturaçom de terras de monte, esta foi realizada nesses 11 anos por 82 exploraçons, o que representa o 40% das que sobrevivem em 1989. E o volume de superfícies roturadas alcançou umha cifra também relativamente importante: umha média de 2,1 hes/exploraçom. Sem embargo, a magnitude do processo relativiza-se muito, se temos em conta que a extensom roturada supom tam só o 16% do total de terras de monte baixo que tinham estas exploraçons em 1978.

-Em sentido contrário, houvo 25 exploraçons (o 12% das que seguem activas em 1989), que durante o período estudado abandonárom parte das terras cultivadas e prados que trabalhavam inicialmente, sem desprender-se destas superfícies. E a SAU total abandonada por estas unidades alcançou as 58,1 hes, o que supom aproximadamente 1/3 do volume registado polas roturaçons, e o 5,5% da SAU global das exploraçons em 1978 (ver quadro 11.15).

Em resumidas contas, podemos destacar as seguintes **conclusons:**

a. Na nossa amostra constatamos (ao igual que sucedia para o conjunto da agricultura galega), que se produziu um aumento do peso relativo da SAU a costa do monte; derivando-se disto um incremento da SAU/exploraçom muito maior que o observado para a superfície total.

b. A origem disso estivo em dous tipos de fenómenos: a maior mobilidade que se regista para as terras de cultivo e prados, comparado com o monte; e a roturaçom de superfícies que estavam incultas (se

bem, isto compensou-se em parte com o processo contrário: o abandono, noutras exploraçons, de terreos de SAU).

Quadro 11.15. Importáncia que alcançam no período 1978-1989: a roturaçom de terras a monte, e o abandono de superfícies de cultivo e prados por parte de exploraçons que seguem vivas em 1989.

A. TERRAS DE MONTE ROTURADAS DURANTE O PERIODO 1978-1989.

-No. de exploraçons que o fixérom.....	82
-% sobre o total de exploraçons que continuam vivas em 1989.....	40,0%
-Superfície roturada (hes).....	174,0
-% que supom sobre o total de terras de monte baixo que tinham em 1978 essas exploraçons (as que sobrevivem em 1989)	16,1%

B. SUPERFICIES DE LAVRADIO E PRADOS ABANDONADAS NO PERIODO 1978-1989, PERO QUE CONTINUAM FORMANDO PARTE DAS EXPLORAÇONS (1)

-No. de exploraçons nas que se produziu isto.....	25
-% sobre o total de exploraçons que continuam vivas em 1989.....	12,2%
-Volume de superfícies abandonadas (hes):	
Lavradio	28,6
Pradeira sementada	0,1
Prados e pastizais	29,3
SAU total abandonada.....	58,1
-% que supom sobre a SAU global das exploraçons da amostra em 1978.....	5,5%

(1) Trata-se de superfícies pertencentes a exploraçons que seguem activas em 1989; terras que os agricultores deixárom de aproveitar, pero que continuam incluídas na superfície total destas exploraçons.

2.6. A evoluçom dos regimes de tenéncia da terra.

No **quadro 11.16** recolhemos a distribuçom por modos de tenéncia que apresentava a superfície das exploraçons em 1978, e a que se constata ao final do período. A evoluçom que resulta destas cifras está acorde, em linhas gerais, com as tendéncias que vimos no seu momento para o conjunto de Galiza; com umha única matizaçom: na amostra a importáncia relativa do arrendamento aumentou ligeiramente entre 1978 e 1989, mentres que no conjunto da agricultura galega este regime experimentava um contínuo retrocesso ao longo das últimas décadas. Salvando esta matizaçom, as tendéncias som coincidentes.

Assi, no citado quadro podemos ver que: diminuiu claramente a proporçom de terras em aparçaria (do 6,9% em 1978 ao 2,6% em 1989); incrementou-se ligeiramente o peso relativo do arrendamento (do 14,6% ao 15,8%); e aumentou de forma mais nítida a percentagem da superfície em tenéncia directa, reforçando-se deste modo o predomínio deste regime (do 78,5% da superfície total passou ao 81,6%).

Constatadas as tendéncias, imos aludir brevemente aos processos que "estám detrás". Tal como explicamos no capítulo VII, a evoluçom dos modos de tenéncia da terra, e em concreto a evoluçom da superfície trabalhada em regimes indirectos, resulta do saldo entre dous movimentos de sentido contrário:

-Por um lado, a reduçom dessa superfície, que, à sua vez, pode ocorrir por dous processos: a devoluçom ao proprietário de terras que estavam em tenéncia indirecta; ou bem, porque estas terras som adquiridas polos agricultores que as vinham trabalhando.

-E o outro movimento consiste na expansom da superfície nestes regimes, que se deriva da ampliaçom das exploraçons por médio do arrendamento.

Pois bem, a informaçom obtida no inquérito permite-nos conhecer a quantia que alcançou cada um desses fluxos, na amostra estudada, durante o período 1978-1989. Estas cifras aparecem resumidas no **quadro 11.17**, e delas podemos destacar duas conclusons principais:

i. A primeira é que a variaçom neta registada pola superfície em tenéncia indirecta, constitue um saldo de movimentos de maior quantia. Assi, a reduçom desta superfície numhas 120 hes, foi o resultado destes dous movimentos: por um lado, umhas 235 hes que estavam em regimes indirectos em 1978 deixárom de esta-lo durante o período; mentres que, em sentido contrário, as exploraçons da amostra tomárom arrendadas umhas 112 hes.

ii. No que se refire em concreto ao primeiro desses movimentos, os dados ponhem de manifesto que este se deveu principalmente à devoluçom ao proprietário de terras que estavam em regimes indirectos; sendo mui

inferior a importância que tivo o outro processo: a compra destas superfícies polo agricultor que as vinha trabalhando.

Isto último está dacordo com o indicávamos para o conjunto de Galiza no capítulo VII. E, portanto, os dados obtidos neste estudo avalam a afirmaçom que ali faziamos: o retrocesso dos regimes de tenéncia indirectos, que se constata na agricultura galega durante as últimas 3 décadas, deveu-se principalmente à devoluçom destas superfícies aos seus proprietários; e em muita menor medida à compra das terras polos arrendatários ou caseiros.

Quadro 11.16. Evoluçom que experimentou a distribuçom da superfície por modos de tenéncia 1978-1989.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (hes).

	1978			1989		
	SAU	Monte	Sup.total	SAU	Monte	Sup.total
-Propriedade	930,5	1086,8	2017,3	1023,4	908,3	1931,7
-Arrendamento	159,9	215,7	375,6	220,2	154,2	374,4
-Aparçaria	51,2	125,0	176,1	26,6	34,3	61,0
TOTAL	1141,6	1427,5	2569,1	1270,2	1096,9	2367,1

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	1978			1989		
	SAU	Monte	Sup.total	SAU	Monte	Sup.total
-Propriedade	81,5%	76,1%	78,5%	80,6%	82,8%	81,6%
-Arrendamento	14,0%	15,1%	14,6%	17,3%	14,1%	15,8%
-Aparçaria	4,5%	8,8%	6,9%	2,1%	3,1%	2,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro 11.17. Os fluxos ou processos que "explicam" a evoluçom registada polo volume de superfícies em regimes de tenéncia indirectos.

	Superfície (hes)
1. Sup. em arrendamento ou aparçaria 1978.....	551,7
2. Sup. em arrendamento ou aparçaria 1989.....	435,4
3. Variaçom registada (2-1).....	-116,3
4. Sup. trabalhada em regimes indirectos que foi devolta ao proprietário no período 1978-89:	
-A causa da desapariçom da exploraçom	87,3
-Por exploraçons que seguem vivas	93,9
-Total de superf. devoltas ao proprietário..	181,1
5. Sup. em regimes indirectos que fórom compradas polo agricultor que as vinha trabalhando.....	53,6
6. Total dos fluxos que supuxérom umha reduçom da superfície trabalhada em regimes indirectos (4+5)	234,8
7. Sup. que fórom tomadas em arrendamento polos agricultores da amostra no período 1978-89.....	112,1
8. Saldo desses diversos fluxos (7-6)	-122,7

(*) A diferéncia que se observa entre este saldo e a variaçom recolhida no ponto 3 deve-se à existéncia de outros fluxos, que pudérom dar lugar a um aumento da superfície em regimes indirectos, e que nom figuram entre os contabilizados aqui.

2.7. Um breve recordatório das conclusons esenciais obtidas até agora na análise. Adianto do plano da exposiçom para o resto do capítulo.

a. Recapitulaçom das conclusons obtidas.

O tema básico no que se centra a nossa atençom, refire-se à evoluçom que experimentou a estrutura dimensional das exploraçons (em termos de superfície total), e aos factores que a explicam. Deixamos, pois, de lado os outros aspeitos colaterais dos que nos ocupamos nas páginas anteriores.

Em relaçom com esse tema, os resultados obtidos indicam, em primeiro lugar, que as mudanças netas registadas nessa estrutura dimensional ao longo do período 1978-1989, fórom sumamente pequenas, praticamente irrelevantes. O que se reflecte na estabilidade quase absoluta da superfície total/exploraçom.

No que respeita aos factores que explicam essa evoluçom, vimos que estes se situam inicialmente em dous pontos esenciais:

-A reduzida magnitude que alcançou a liberaçom de superfícies, devido fundamentalmente à baixa intensidade da desapariçom de exploraçons.

-E a escassa mobilidade que se constata para as terras que si fórom liberadas; o que se reflecte em que a maior parte delas quedárom abandonadas ou passárom a usos nom agrários.

Ao lado dessas conclusons, que venhem corroborar as que expuxemos já no capítulo VII, baseando-nos nas cifras dos censos agrários, pudemos constatar aqui alguns feitos adicionais de notável interesse:

-Por umha parte, observamos que a ausência quase total de mudanças netas na estrutura dimensional das exploraçons, oculta a existência de movimentos algo mais importantes, pero que se compensam entre si (ampliaçons de algumhas exploraçons, e reduçom da superfície de outras).

-E por outro lado, no relativo ao grau de mobilidade das superfícies liberadas, pudemos ver que este difire notavelmente entre a SAU e as terras de monte; sendo especialmente baixa a proporçom destas últimas superfícies que som incorporadas (compradas ou arrendadas) polas exploraçons supervivintes.

b. Adianto do plano da análise para o resto do capítulo.

Umha vez estabelecido esse diagnóstico inicial, os restantes apartados deste capítulo vam estar dedicados a examinar com maior detalhe os distintos componentes dessa evoluçom. Tratando com isto de conhecer de forma mais precisa a evoluçom que tivo lugar; e também de afondar, na medida do possível, nos seus factores explicativos.

Em primeiro lugar (no apartado 3), referiremo-nos às exploraçons que desaparecérom durante o período 1978-1989, centrando-nos em duas questons: as causas que explicam a pouca intensidade que alcançou aqui esta desapariçom; e a análise, a partir de dados directos, do destino que tivérom as terras liberadas polas unidades desaparecidas.

O seguinte apartado (o que leva o número 4), estará dedicado às exploraçons que registárom umha reduçom da sua superfície nesse período. Ademais de afondar algo nas características destas exploraçons, os principais aspeitos que trataremos de aclarar aqui som: as vias ou mecanismos ao través dos quais se produziu a contracçom da sua superfície; e o destino das terras que fórom assi liberadas.

Finalmente (no apartado número 5), abordaremos o estudo das ampliaçons realizadas (na sua superfície) por exploraçons da amostra ao longo do período.

As duas questons básicas nas que nos centraremos aqui serám: por um lado, as características das exploraçons que efectuárom estas ampliaçons, buscando com isto aclarar melhor os factores que incidem na importáncia da demanda de terras por parte dos agricultores; e, o mais importante, veremos os mecanismos utilizados para levar a cabo as ampliaçons, precisando deste modo as vias ao través das quais se produziu nestes casos a mobilidade das terras (compra-vendas, arrendamento, outro tipo de cesons).

3. AS EXPLORAÇONS DESAPARECIDAS DURANTE O PERIODO 1978-1989; O DESTINO QUE TIVEROM AS TERRAS LIBERADAS POR ESTAS EXPLORAÇONS.

3.1. As causas da reduzida magnitude que alcançou a desapariçom de exploraçons; análise do processo de reemprazamento dos titulares, que se registou nas unidades da amostra ao longo do período 1978-1989.

A primeira questom que devemos abordar neste apartado refire-se aos factores que explicam a escassa intensidade alcançada pola desapariçom de exploraçons. Com o fim de aclarar isto, imos analisar o processo de reemprazamento dos titulares, que se produziu nas unidades da amostra ao longo do período estudado.

a. A situaçom de partida: a distribuçom por idades e as perspectivas de sucessom, que apresentavam os titulares da amostra em 1978.

Começamos com umha breve referéncia à situaçom de partida, a que se constatava neste aspeito em 1978. Os dados indicam-nos que das 231 exploraçons incluídas na amostra, 140 (o 60,6%) estavam dirigidas nesta data por um titular de 55 ou mais anos, e concretamente havia 59 (o 25,5% do total) nas que este contava com umha idade igual ou superior a 65 anos **(ver quadro 11.18)**. Portanto, o 60% das exploraçons tinham ao seu frente um agricultor que já chegara à idade normal de jubilaçom, ou que alcançou esta idade durante o período 1978-1989.

Por outro lado, dacordo com as respostas que ofereciam os próprios interessados no inquérito realizado em 1978, desses 140 titulares com 55 ou mais anos tam só 51 contavam, de forma segura ou probável, com um familiar de umha geraçom mais nova disposto a sucede-los ao frente da exploraçom. Os restantes 89 distribuíam-se entre: 41 que declaravam nom saber ainda, e 48 que afirmavam nom contar com sucessor (ver quadro 11.18).

Em conseqüéncia, se todos os titulares que em 1989 alcançam ou superam a idade de jubilaçom, tiveram abandonado efectivamente a actividade, e suponhendo que se cumpliram as previsons que estes faziam sobre as suas perspectivas de sucessom, teriamos que durante o período 1978-1989 deveriam ter desaparecido entre 48 e 89 unidades produtivas, o que representa entre o 20,8% e o 38,5% das que integravam inicialmente a amostra. Na prática, sem embargo, a informaçom que recolhemos indica que o número de exploraçons desaparecidas foi unicamente de 26. Compre, pois, perguntar-se polos factores que explicam isto; polos factores que freárom a desapariçom de exploraçons.

A resposta a esta interrogante podemo-la encontrar, examinando o processo de reemprazamento dos titulares que se registou realmente durante o período.

Quadro 11.18. Distribuçom por idades e perspectivas de sucessom dos titulares das exploraçons da amostra em 1978.

A. DISTRIBUÇOM POR IDADES DOS TITULARES.

Idade	Número	%
< 25 anos	0	0,0%
25-34	5	2,2%
35-44	27	11,7%
45-54	59	25,5%
55-64	81	35,1%
65-74	45	19,5%
>= 75 anos	14	6,1%
TOTAL	231	100,0%

B. PERSPECTIVAS DE SUCESSOM DOS TITULARES >= 55 ANOS (dacordo com as suas próprias manifestaçons).

Perspectivas de que algum familiar, de umha geraçom mais nova, o suceda ao frente da exploraçom	Número	%
-Si, com seguridade	36	26%
-Probavelmente si	15	11%
-Nom sabe ainda	41	29%
-Probavelmente nom	9	6%
-Nom, com seguridade	39	28%
TOTAL TITULARES >= 55 ANOS	140	100%

b. O processo de reemprazamento dos titulares registado no período 1978-1989.

No **quadro 11.19** aparecem recolhidos os dados básicos sobre este processo de reemprazamento: por um lado, figuram as saídas ou abandonos de titulares que tivérom lugar nesses 11 anos; e polo outro, as entradas de novas persoas nesta populaçom, que vinhérom suceder aos anteriores.

Em primeiro lugar, podemos observar aí que o número de titulares que abandonárom efectivamente a direcçom da exploraçom ao longo do período, foi de 91 (49 por defunçom, 41 por jubilaçom, e 1 devido a outros motivos); cifra esta que representa tam só o 65% dos que contavam com 55 ou mais anos em 1978[32]. Isto significa, portanto, que em torno a 1/3 destes agricultores, que durante o período 1978-1989 alcançárom ou superárom a idade normal de jubilaçom, continuavam apesar de todo nesta última data ao frente da sua unidade produtiva.

Esta é a primeira e a mais importante causa, que explica a reduzida intensidade alcançada pola desapariçom de exploraçons: umha boa parte dos titulares de idade avançada, e em concreto daqueles que nom contavam com sucessor, prolongárom a sua actividade mais alá da idade normal de jubilaçom. De tal modo que estes agricultores permanecem em 1989 em activo, apesar de ter alcançado já, e em muitos casos superar amplamente, essa idade.

Ao lado disso, o segundo feito a salientar, e o segundo factor que explica a escassa intensidade da desapariçom de exploraçons, é o elevado valor registado pola taxa de reemprazamento. Em concreto, dos 91 titulares que cessárom na sua condiçom entre 1978 e 1989, 65 (o 71,4%) fórom sucedidos por algum familiar, mantendo-se assi viva a exploraçom. Só nos 26 casos restantes se produziu o abandono do titular sem que este tivera sucessor, dando lugar deste modo à desapariçom da unidade produtiva (ver quadro 11.19).

Esta taxa de reemprazamento (o 71,4%) resulta elevada, nom só em relaçom com a que se constata habitualmente nos países do nosso entorno, senom também, o que nos parece mais relevante, se a comparamos com as perspectivas de sucessom que manifestavam os próprios agricultores em 1978.

---

[32] A prática totalidade das saídas ou abandonos registados no período correspondem a agricultores destas geraçons (com 55 ou mais anos em 1978), polo que podemos relacionar directamente ambas cifras. Em rigor, nom obstante, hai que precisar que se produziu algum abandono de agricultores mais novos; e, portanto, a % dos titulares de idade inicial >= 55 anos que cessárom na sua condiçom, foi em realidade algo inferior ao citado 65%.

Voltando ao quadro 11.18, podemos ver que dos titulares que tinham nesta data 55 ou mais anos, só o 37% afirmavam contar (de forma segura ou probável) com algum familiar mais novo disposto a sucede-lo. Pois bem, na prática, os agricultores que cessárom efectivamente ao longo do período 1978-1989, tivérom sucessom no 71,4% dos casos, umha percentagem que quase duplica à anterior.

Quadro 11.19. Dados básicos sobre o processo de reemprazamento dos titulares de exploraçom registado no período 1978-1989.

1. No. total de titulares de exploraçom em 1978.....	231
2. No. de titulares que tinham em 1978 umha idade >= 55 anos.....	140
3. No. de titulares que abandonárom a direcçom da exploraçom no período 1978-1989:	
-Por defunçom	49
-Por jubilaçom	41
-Por outras causas	1
Total de titulares que abandonárom.....	91
4. No. dos titulares anteriores que tivérom sucessor.....	65
5. No. de titulares que abandonárom sem contar com sucessor (no. de exploraçons desaparecidas).....	26
-% de titulares >= 55 anos em 1978.....	60,6%
-Taxa de abandonos entre os titulares de idade avançada (3/2).....	65,0%
-Taxa de reemprazamento (4/3).....	71,4%
-Taxa de desapariçom de exploraçons (5/1).....	11,3%

Com o fim de afondar algo mais neste segundo fenómeno, tem interesse examinar as características concretas dos sucessores, das persoas que accedérom durante o período à direcçom de umha exploraçom, substituíndo aos titulares mortos ou jubilados. Estas características aparecem resumidas no **quadro 11.20**, e delas desprendem-se alguns feitos dignos de mençom:

i. O primeiro a destacar é que dos 65 casos nos que se produziu o relevo na direcçom da exploraçom, hai 12 nos que o "sucessor" foi o cónjuge do anterior titular. Nestes casos nom cabe falar em rigor de sucessom, se entendemos por isto o acceso à titularidade de umha persoa pertencente a umha geraçom mais nova, que assegura a continuidade a médio prazo da exploraçom. A transmissom da direcçom ao cónjuge do anterior titular, reflecte em ocasions umha mudança real; como sucede por exemplo no suposto de que este último morrera, declarando-se agora nesta condiçom a sua mulher. Noutros casos, em cámbio, temos razons para pensar que se trata de um fenómeno puramente fictício, já que o que se indica nas respostas é que o anterior titular se jubilou, passando a figurar como tal a sua mulher. Pero, em qualquer destes dous supostos, a "sucessom" nom implica aqui um relevo geracional ao frente da

exploraçom, senom que se trata de um fenómeno meramente transitório, que desembocará num prazo breve: ou bem no acceso à direcçom de um familiar mais novo, ou bem na desapariçom da unidade produtiva.

Na prática, a informaçom recolhida no nosso inquérito indica que a imensa maioria das exploraçons que figuram neste grupo, carecem de persoas novas dispostas a continuar nelas. E, portanto, as "sucessons entre cónjuges" o único que fam é prolongar alguns anos mais a vida destas exploraçons, que já estám na fase de declive. Assi, a efeitos práticos, esta situaçom pode assimilar-se à de aquelas unidades nas que o titular, de idade avançada e sem sucessor, prolongou a sua permanéncia na actividade.

Excluídos os 12 casos anteriores, quedam 53 nos que si cabe falar em rigor de sucessom, posto que o novo titular pertence a umha geraçom mais jovem que aquele ao que substituiu. Os dados referidos a estas persoas confirmam o carácter herditário da direcçom das exploraçons, ao que aludimos no capítulo IX. Assi, desses 53 "sucessores em sentido estrito" instalados no período 1978-1989, 44 som filhos (ou filhas) do anterior titular, em 4 casos trata-se de um genro ou nora deste titular, e os 5 restantes som persoas que tenhem outro vínculo familiar com o agricultor ao que sucedem (em concreto, trata-se de sobrinhos ou netos) (ver quadro 11.20). Nom contabilizamos neste estudo nengum caso de sucessom por umha persoa sem laços de parentesco com o anterior titular da exploraçom.

ii. Umha segunda questom relevante refire-se à idade destas persoas, que accedérom à direcçom das exploraçons durante o período 1978-1989. Trés som os feitos a salientar neste aspeito: a reduzida proporçom que representam, dentro dos sucessores, os que podemos considerar como agricultores joves (tam só 10 dos 65 tenhem ao final do período menos de 35 anos); o predomínio neste conjunto das persoas de idade adulta ou madura (35 dos 65 contam em 1989 com 35-54 anos); e a existéncia de umha percentagem importante de sucessores que ao final do período estavam já próximos, ou mesmo superavam, a idade de jubilaçom (em concreto, hai 20, dos 65 contabilizados, que em 1989 tenhem já 55 ou mais anos, e 9 que superam os 64 anos) (ver quadro 11.20).

Este último dado (a preséncia de um número importante de sucessores com umha idade avançada), está relacionado principalmente com o que indicamos antes: os casos de "sucessom entre cónjuges". No que respeita aos outros dous traços mencionados (reduzida proporçom de sucessores joves, e predomínio dos de idade adulta ou madura), estes reflectem o que já destacamos no capítulo IX para o conjunto da agricultura galega, e que se ve corroborado aqui: o retardo com o que se produze, em geral, no nosso agro a transmissom da titularidade das exploraçons de umha a outra geraçom.

Quadro 11.20. Características das persoas que accedérom à direcçom das exploraçons no período 1978-1989, sucedendo aos titulares que morrérom ou se jubilárom nestes anos.

A. IDADE DESTES SUCESSORES.

Idade em 1989	Número
< 25 anos	2
25-34	8
35-44	20
45-54	15
55-64	11
>= 65 anos	9
TOTAL	65

B. RELAÇOM DE PARENTESCO COM O ANTERIOR TITULAR.

	Número
-Cónjuge	12
-Filho ou filha	44
-Genro ou nora	4
-Outro familiar	5
-Sem vínculos familiares	0
	65

C. LUGAR NO QUE RESIDIA EM 1978.

	Número
-Nesta mesma exploraçom	57
-Noutra exploraçom	4
-Numha cidade ou vila de Galiza	0
-Residia fora de Galiza	4
	65

D. ACTIVIDADE ECONOMICA QUE DESENVOLVIA EM 1978.

	Número
-Trabalhava exclussivamente na agricultura	45
-Combinava o trabalho agrário com outras actividades	9
-Trabalhava exclussivamente noutro sector	6
-Era inactivo economicamente	5
	65

iii. Os outros dous aspeitos a comentar som: o lugar de residéncia e a actividade económica que exerciam os novos titulares, antes de acceder à direcçom da exploraçom (concretamente, a informaçom que recolhemos refire-se à sua situaçom em 1978). Em relaçom com isto, os dados ponhem de manifesto que umha proporçom nada despreciável destas persoas, e em concreto dos que denominamos "sucessores em sentido estrito", residiam ao início do período fora da exploraçom, e/ou trabalhavam noutra actividade distinta da agricultura.

Assi, dos novos titulares instalados durante o período, hai 4 que residiam noutra exploraçom agrária distinta, e outros 4 estavam emigrados fora de Galiza. Em conjunto, pois, eram 8 os que nom viviam em 1978 na exploraçom que depois passárom a dirigir; cifra esta que supom o 15% dos 53 "sucessores em sentido estrito"[33].

No que respeita à sua actividade económica, havia 6 que trabalhavam de forma exclusiva noutro sector da economia, e outros 9 que combinavam o trabalho na agricultura com outras actividades[34]. Em total, pois, 15 dos 53 "sucessores em sentido estrito", o 28%, trabalhavam com maior ou menor dedicaçom em actividades extra-agrárias (ver quadro 11.20).

Resumindo portanto o que nos indicam estes últimos dados, podemos afirmar que a maioria dos "sucessores em sentido estrito" contabilizados no nosso estudo, correspondem-se com a imagem habitual ou convencional deste processo: filhos ou genros do anterior titular, que residiam e trabalhavam já anteriormente na exploraçom. Sem embargo, constata-se também a existéncia de umha percentagem relativamente importante de sucessons, protagonizadas por persoas que em 1978 residiam noutro lugar e/ou trabalhavam fora da agricultura.

Estes fenómenos, unidos à cifra notável de "sucessons entre cónjuges", contribuem a explicar em boa medida o elevado valor que alcança a taxa de reemprazamento dos titulares no período 1978-1989; e, em concreto, contribuem a explicar o feito de que esta taxa fora na realidade mui superior ao que sugeriam as perspectivas estabelecidas polos próprios agricultores em 1978.

---

[33] Em todos os casos nos que se produziu a sucessom por parte do cónjuge este residia já na exploraçom.

[34] Todos eles integrantes também dos que denominamos "sucessores em sentido estrito".

Sintetizando a análise anterior, temos pois que **fórom dous os factores que freárom aqui a desapariçom de exploraçons, e a conseguinte liberaçom de superfícies:**

- **O mais importante foi a prolongaçom da sua actividade por parte de muitos titulares que já alcançárom a idade de jubilaçom e que carecem de sucessor. O mantenimento em 1989 de muitas exploraçons trabalhadas por jubilados.**
- **A isso uniu-se a existéncia de um número importante de "sucessons atípicas" (incluíndo aqui: as protagonizadas polo cónjuge do anterior titular; e aquelas nas que o sucessor é algum filho que em 1978 residia e/ou trabalhava fora da exploraçom, e que retornou a ela para fazer-se cargo da sua direcçom).**

Como pode ver-se, as conclusons que em relaçom com este tema se derivam dos dados recolhidos neste estudo, coincidem com as que estabelecemos para o conjunto da agricultura galega no capítulo IX, reafirmando portanto a validez destas conclusons gerais.

3.2. As exploraçons desaparecidas durante o período 1978-1989; o volume de superfícies que estas liberárom.

Centrando-nos já nas exploraçons que si desaparecérom durante o período, imos examinar em primeiro lugar os motivos da sua desapariçom e o volume de superfícies que estas liberárom. Depois veremos de forma detalhada qual foi o destino destas superfícies.

a. Os motivos da desapariçom das exploraçons.

A prática totalidade das desapariçons de exploraçons que constatamos, devérom-se à morte ou jubilaçom do titular, com um ligeiro predomínio da primeira causa. Em concreto, das 26 unidades que desaparecérom entre 1978 e 1989, em 14 isto deveu-se à defunçom do titular (carecendo este de sucessor),

em 11 à sua jubilaçom; e tam só registamos umha desapariçom que tivo a sua origem noutros motivos[35] **(ver quadro 11.21)**.

Quadro 11.21. Motivo da desapariçom das exploraçons e idade que tinham os titulares destas exploraçons.

A. MOTIVO DA DESAPARIÇOM DAS EXPLORAÇONS (que foi da persoa que era titular da exploraçom em 1978 ?)

	Número de exploraçons
-O titular morreu.....	14
-O titular jubilou-se.....	11
-O titular abandonou a exploraçom para trabalhar noutro sector da economia galega....	0
-O titular emigrou fora de Galiza.....	0
-O titular segue na agricultura, pero noutra exploraçom.....	1
-Outros supostos.....	0
	26

B. IDADE QUE TINHAM EM 1978 OS TITULARES DESTAS EXPLORAÇONS.

Idade	Número
< 35 anos	0
35-44	1
45-54	3
55-64	4
65-74	11
>= 75 anos	7
	26

Em consonáncia com isso, estám os dados sobre a idade dos titulares das exploraçons desaparecidas. Assi, na imensa maioria dos casos (22 dos 26, o que supom o 85%), estes contavam em 1978 com 55 ou mais anos; polo que tinham alcançado já, ou fixero-no durante o período, a idade normal de jubilaçom. Hai que destacar, ademais, que a maior parte deles eram mui velhos: 18 superavam já em 1978 os 64 anos, e havia 7 que estavam por encima dos 74 anos (ver quadro 11.21).

---

[35] Tal como recolhe o quadro 11.21, neste caso o titular continua trabalhando na agricultura, pero noutra exploraçom diferente. De modo mais concreto, trata-se aqui de umha exploraçom que era levada integramente em aparçaria por este agricultor, e que ao longo do período desapareceu como tal unidade de produçom independente, sendo integrada numha exploraçom maior que é dirigida directamente polo proprietário das terras, e na qual passou a trabalhar como assalariado o antigo titular (o caseiro).

b. O tamanho das exploraçons desaparecidas, e o volume total de superfícies que estas liberárom.

No **quadro 11.22** recolhemos a distribuçom das exploraçons desaparecidas segundo a sua superfície, e a percentagem que suponhem sobre o total das unidades existentes em cada intervalo de tamanho em 1978. Podemos observar aí que, dentro da sua reduzida magnitude global, o processo de desapariçom alcançou umha maior intensidade nos grupos de menor tamanho, diminuíndo esta com o aumento da dimensom. A evoluçom está, pois, acorde com o que é a pauta habitual. Assi, a percentagem de exploraçons desaparecidas no período 1978-1989 eleva-se ao 18% entre as menores de 1 he, e ao 15% entre as de 1-5 hes; descendendo esta taxa nos estratos de maior tamanho até alcançar um mínimo no de 20-50 hes, onde foi só do 4% (ver quadro 11.22).

Vemos, portanto, que as cifras médias que calculamos anteriormente no quadro 11.10, eram neste aspeito enganhosas. Como se lembrará, estas cifras indicavam que a superfície média das exploraçons desaparecidas era similar à do conjunto das unidades da amostra; polo que parecia que esta variável nom influiu na intensidade da desapariçom de exploraçons. Agora podemos comprovar que isto último nom é certo, já que na realidade esta intensidade aparece correlacionada negativamente com a superfície inicial das unidades produtivas (que é o que se constata normalmente). Compre destacar, isso si, que o processo afectou, com mais ou menos força, a todos os grupos de tamanho, incluído o das exploraçons maiores de 50 hes.

Quadro 11.22. Número de exploraçons desaparecidas no período 1978-1989, classificadas segundo a sua superfície total. Taxa de desapariçom por grupos de tamanho.

Sup. total (hes)	A No. de exploraçons em 1978	B Exploraçons desaparecidas 1978-1989	Taxa de desapariçom B/A (%)
< 1	11	2	18%
1-5	67	10	15%
5-10	62	6	10%
10-20	61	6	10%
20-50	25	1	4%
>= 50	5	1	20%
TOTAL	231	26	11%

Globalmente, as 26 exploraçons desaparecidas contavam com umha superfície de 258,8 hes, o que supom o 10,1% da extensom global ocupada

polas unidades da amostra em 1978. Este foi o volume de terras liberadas por esta via ao longo dos 11 anos, terras que quedárom em princípio disponíveis para a ampliaçom doutras unidades produtivas.

Em relaçom com estas superfícies, hai dous aspeitos que convém precisar de entrada: a sua distribuçom por aproveitamentos, e o reparto por regimes de tenéncia.

-No que se refire ao primeiro, já indicamos anteriormente que a proporçom correspondente à SAU é aqui bastante reduzida. Concretamente, esta representa tam só o 33,9% da superfície liberada por estas exploraçons, correspondendo o restante 66,1% a terras de monte.

-Polo que respeita ao modo de tenéncia, compre destacar o peso relativamente elevado que tenhem aqui as terras que estavam trabalhadas em regimes indirectos. Estas suponhem o 33,7% da superfície total liberada polas unidades desaparecidas; sendo neste caso o proprietário que as tinha cedidas, o que vai aparecer como oferente potencial das terras. O restante 66,3% estavam em tenéncia directa, pertencendo pois ao titular ou à sua família **(ver quadro 11.23)**.

Quadro 11.23. Superfície global das exploraçons desaparecidas (terras liberadas como conseqüéncia desta desapariçom).

	Total	Terras em propriedade	Terras em regimes indirectos
-SAU (hes)	87,7	70,1	17,6
-Monte (hes)	171,2	101,5	69,7
-Superf. total (hes)	258,8	171,6	87,3
-% sobre a superf. global das explor. da amostra em 1978	10,1%		

3.3. O destino que tivérom as superfícies das exploraçons desaparecidas.

Passamos agora à questom que mais nos interessa neste apartado, dada a caréncia total que existe em Galiza de informaçom directa sobre este tema. Referimo-nos ao destino que tivérom as superfícies liberadas polas exploraçons desaparecidas; ou, com maior exactitude, a situaçom na que estám estas superfícies ao final do período estudado (em 1989).

No nosso inquérito tratamos de conhecer este extremo, obtendo a informaçom de fontes diversas: o antigo titular da exploraçom (se este seguia vivo em 1989 e foi possível a sua localizaçom), algum membro da sua família, ou bem algum vizinho que conhecia o que sucedera com as terras. Os resultados derivados destas respostas aparecem resumidos nos **quadros 11.24 a 11.26**, onde diferenciamos: as superfícies que eram trabalhadas polo agricultor em propriedade, das que estavam em regimes indirectos; e, dentro de cada um destes grupos, distinguimos à sua vez a SAU e as terras de monte.

a. O destino das superfícies que eram trabalhadas em tenéncia directa (propriedade do titular e a sua família).

Começamos polas terras que eram trabalhadas polo agricultor em tenéncia directa. **A primeira e a principal conclusom que se desprende dos dados, é que tam só umha reduzida proporçom destas superfícies fórom transferidas a outras exploraçons agrárias, possibilitando deste modo a ampliaçom das unidades supervivintes. Em concreto, das 168,9 hes liberadas que eram propriedade do titular e a sua família, unicamente 34,1 hes, o 20,2% do total, estavam em 1989 incorporadas a outras exploraçons. O restante 80% das superfícies estavam abandonadas ou passaram a usos nom agrários (ver quadro 11.24).**

Hai que destacar, sem embargo, que se observam aqui diferéncias importantes entre a SAU e as terras de monte; sendo notavelmente maior o grau de mobilidade para fins agrários que se regista no primeiro caso. Assi, a percentagem das terras de monte que foram transferidas a outras exploraçons nom alcança o 15% (exactamente é o 13,8%). Mentres que para as superfícies cultivadas e prados, esta percentagem está próxima ao 30%, isto é, o duplo da anterior (ver quadro 11.24). Esta informaçom directa confirma, pois, o que já adiantamos no primeiro apartado do capítulo: a medida na que as superfícies liberadas som mobilizadas para outras exploraçons, é muito maior no caso da SAU que no do monte. Se bem, compre recalcar que também para o primeiro tipo de superfícies se constata que a maioria quedárom desvinculadas da produçom agrária.

Um segundo aspeito a comentar refire-se às **vias ao través das quais as terras mobilizadas fórom transferidas a outras exploraçons. Em relaçom com isto, as cifras indicam que a via que tivo umha maior importáncia relativa foi aqui**

a das cesons ou arrendamentos, sendo muito menor o papel jogado polas compra-vendas. Concretamente, as 34,1 hes mobilizadas para outras unidades produtivas distribuem-se do seguinte modo: 8,6 hes passárom a ser trabalhadas por algum filho do antigo titular, que se instalara anteriormente noutra exploraçom situada nas proximidades (por exemplo, a dos seus sogros), e portanto, neste caso fórom os mecanismos de transmissom herditária a via que possibilitou a mobilidade das superfícies; 22,6 hes fórom cedidas polo titular ou os seus herdeiros a outro agricultor, nalguns casos unido por vínculos familiares; e finalmente, tam só 3,0 hes foram vendidas a outro agricultor (ver quadro 11.24). Assi, limitando-nos a estes dous últimos mecanismos, temos que as terras adquiridas por um agricultor nom chegam ao 10% das mobilizadas, mentres que as cesons suponhem o 66%.

Quadro 11.24. Situaçom actual (em 1989) das superfícies das exploraçons desaparecidas que eram trabalhadas em tenéncia directa (terras propriedade do titular ou de membros da sua família).

Destino, situaçom actual, das terras	SAU (hes)	Monte baixo (hes)	Superf. total (*) (hes)
1. Som trabalhadas por algum filho do antigo titular que quedou noutra exploraçom.....	5,7	2,9	8,6
2. Fórom vendidas a um agricultor.....	0,5	2,5	3,0
3. Fórom cedidas a um familiar, que trabalha na agricultura.....	4,9	2,7	7,5
4. Fórom cedidas a outro agricultor (sem vínculos familiares).....	9,5	5,6	15,1
TOTAL DE SUPERFICIES QUE FOROM MOBILIZADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇONS AGRARIAS (1+2+3+4)....	20,5	13,6	34,1
5. Fórom vendidas a um nom agricultor.....	3,6	9,7	13,3
6. Fórom plantadas com árvores.....	0,8	3,8	4,5
7. Som conservadas polo antigo titular ou os seus herdeiros, estando completamente abandonadas.....	31,2	71,7	102,9
8. Estám abandonadas, ainda que som utilizadas de forma gratuita polos vizinhos para o pastoreo do gado.....	14,0	0,0	14,0
TOTAL DE SUPERFICIES QUE QUEDAROM ABANDONADAS OU PASSAROM A USOS NOM AGRARIOS (5+6+7+8).....	49,6	85,2	134,7
TOTAL DE SUPERFICIES DAS EXPLOR. DESAPARECIDAS	70,1	98,8	168,9
-% das terras que fórom mobilizadas para outras exploraçons agrárias.....	29,3%	13,8%	20,2%

(*) Excluídas as superfícies de monte arvorado que formavam parte das exploraçons desaparecidas.

Por último, os dados permitem-nos precisar o destino concreto que tivérom as superfícies liberadas que nom fórom transferidas a outras exploraçons agrárias (em total 134,6 hes). Em primeiro lugar, figuram aqui 13,3 hes que fórom vendidas (polo antigo titular ou os seus herdeiros) a persoas que nom trabalham na agricultura. Para estas superfícies nom conhecemos o seu destino posterior, polo que existe a possibilidade de que algumhas delas foram cedidas, polo novo proprietário, a um agricultor; pero nom é possível precisar este extremo. Umha segunda rúbrica, mui pouco importante, está constituída polas terras que fórom dedicadas à plantaçom florestal: unicamente 4,5 hes. E quedam 116,9 hes, o que supom quase o 70% do total de superfícies liberadas, que estám em 1989 abandonadas (ver quadro 11.24).

Portanto, **no que respeita às terras que nom fórom transferidas a outras exploraçons agrárias, os resultados obtidos neste estudo indicam que tivo escassa relevância a florestaçom de superfícies; sendo o mais freqüente, com diferéncia, que estas quedaram pura e simplesmente abandonadas.**

Em relaçom com isto último devemos fazer, sem embargo, umha matizaçom, que se desprende da informaçom recolhida no inquérito, e também da observaçom directa da realidade que realizamos com ocasiom deste estudo. Esta evidéncia empírica mais precisa ou matizada, indica-nos que para umha parte dessas superfícies o estado de abandono nom é absoluto, senom que se trata de terras que, ainda nom sendo objecto de nengum cuidado ou lavor, som utilizadas polos vizinhos de forma gratuita para o pastoreo do gado. Este tipo de situaçom dá-se, em concreto, para superfícies que estavam anteriormente dedicadas a cultivos ou prados, e no caso da amostra que estamos analisando isto constata-se para 14,0 hes, das 116,9 hes que em princípio classificamos como abandonadas (ver quadro 11.24). Ao respeito devemos sinalar, ademais, que a nossa observaçom directa de algumhas zonas de Galiza que conhecemos persoalmente[36], sugire que estamos perante um fenómeno relativamente freqüente, que afecta a muitas das superfícies de cultivo e prados que fórom liberadas durante as últimas décadas.

Dada a relativa freqüéncia desta situaçom, merece a pena que nos detenhamos brevemente em perfilar algo melhor as suas características. Em princípio, estamos aqui perante umha situaçom de difícil classificaçom. Por um lado, esta nom pode ser assimilada a umha cesom das superfícies, e umha ampliaçom conseguinte das exploraçons daqueles agricultores que pastam nelas

[36] Referimo-nos concretamente a várias parróquias do município de A Peroxa, na província de Ourense (as parróquias de Armental, Toubes e Vilarrubim).

o seu gado. Pero tampouco cabe identifica-la sem mais com um abandono das terras, posto que estas, com todas as limitaçons, som objecto de algum uso para fins agrários. Em realidade, o que se configura nestes casos é umha forma de aproveitamento sumamente extensivo, sobre terras que eram objecto anteriormente de umha utilizaçom muito mais intensiva; umha forma de aproveitamento que vai acompanhada da degradaçom da vegetaçom nestas superfícies, e cuja fronteira com o abandono total das mesmas é mui difusa[37].

De qualquer modo, e com esta matizaçom, o que se desprende das cifras é que a maior parte das terras liberadas que pertenciam ao agricultor, quedárom abandonadas.

b. O destino das superfícies que eram trabalhadas baixo regimes de tenéncia indirectos.

Para as terras que estavam arrendadas ou em aparçaria, a desapariçom das exploraçons levou, em primeiro lugar, a que estas foram devoltas aos seus proprietários; sendo estas persoas as que tenhem nas suas maos a decisom sobre o destino das superfícies. Neste sentido convém indicar que, no caso concreto da nossa amostra, a maior parte das superfícies que figuram aqui correspondem a 3 exploraçons de mediano tamanho e que estavam em tenéncia indirecta pura, pertencendo a proprietários que podemos incluir na categoria dos "absentistas tradicionais".

Nom parece, sem embargo, que a condiçom social dos proprietários das terras liberadas tenha implicaçons importantes para o seu destino. Isto é, ao menos, o que se deduze dos resultados obtidos neste estudo, que nos amostram aqui (para as superfícies que estavam em regimes indirectos) umha distribuçom

---

[37] No inquérito detectamos também outro fenómeno particular, que se regista em concreto para algumhas das superfícies de prados liberadas polas exploraçons desaparecidas. Este consiste em que a herba dos prados é vendida agora a algum agricultor da zona. Trata-se aqui também de umha situaçom difícil de classificar, ainda que nós consideramos que podia assimilar-se a umha cesom em precário das terras, e este foi o critério adoptado à hora de elaborar os resultados. Assi, incluímos as superfícies afectadas por esta situaçom dentro das que fórom cedidas a um agricultor.

Em relaçom com este tipo de prática, e a sua preséncia nalgumhas regions francesas, consultar:
-CHEVALLIER, Jacques, "Les ventes d'herbe et autres formes d'exploitation précaire de terres agricoles.", Etudes foncières, no. 27, junho 1985, pp. 6-9.

mui similar à que acabamos de exponher, referida às terras que os agricultores trabalhavam em tenéncia directa **(ver quadro 11.25)**. Assi, a percentagem das superfícies liberadas em regimes indirectos que fórom transferidas a outras exploraçons situa-se no 19,6%, cifra esta praticamente idéntica à que resultava para as terras em tenéncia directa (20,2%). E, do mesmo modo que sucedia para estas últimas, observamos também aqui que essa percentagem foi claramente superior para a SAU que para as terras de monte (43,1% e 13,6%, respectivamente). Noutros aspeitos mais específicos, os resultados difirem algo dos expostos anteriormente; pero o reduzido volume absoluto destas cifras impide atribuir a estas diferéncias umha significaçom de carácter geral[38].

Quadro 11.25. Situaçom actual (em 1989) das superfícies das exploraçons desaparecidas que eram trabalhadas em regimes indirectos.

Destino, situaçom actual, destas terras	SAU (hes)	Monte baixo (hes)	Superf. total (*) (hes)
1. Som exploradas directamente polo proprietário que as tinha cedidas.....	2,5	6,0	8,5
2. Fórom vendidas a um agricultor/es.....	2,8	2,0	4,8
3. Fórom cedidas a outro/os agricultor/es.....	2,3	1,5	3,8
TOTAL DE SUPERFICIES QUE FOROM MOBILIZADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇONS AGRARIAS (1+2+3).....	7,6	9,5	17,1
4. Fórom vendidas a um nom agricultor.....	0,0	0,0	0,0
5. Fórom plantadas com árvores.....	0,0	0,0	0,0
6. Fórom conservadas polo proprietário e estám abandonadas.....	10,0	60,2	70,2
TOTAL DE SUPERFICIES QUE QUEDAROM ABANDONADAS OU PASSAROM A USOS NOM AGRARIOS (4+5+6).....	10,0	60,2	70,2
TOTAL DE SUPERFICIES DAS EXPLOR. DESAPARECIDAS	17,6	69,7	87,3
-% das terras que fórom mobilizadas para outras exploraçons agrárias.....	43,1%	13,6%	19,6%

(*) Excluídas as superfícies de monte arvorado que formavam parte das exploraçons desaparecidas.

[38] Assi, por exemplo, no quadro 11.25 podemos ver que a quantia das terras mobilizadas ao través de compra-vendas foi neste caso superior à das transferidas por médio de cesons. Pero a reduzida magnitude absoluta das cifras nom autoriza a extraer de aqui conclusons de ámbito geral (como seria, por exemplo, que os "absentistas tradicionais" amostram umha maior disposiçom a vender as terras para fins agrários, que os antigos agricultores e os seus herdeiros).

Portanto, a ideia básica que podemos reter é que o destino das terras liberadas que estavam em regimes indirectos, foi mui similar ao das que pertenciam ao titular da exploraçom.

c. Resumo das cifras para o conjunto das superfícies que integravam as exploraçons desaparecidas.

Agregando os dous tipos de cifras anteriores, obtemos as que figuram no **quadro 11.26**, onde se resume o destino que tivo a superfície total liberada polas exploraçons desaparecidas.

-O principal dado a salientar é que, do total de terras liberadas por estas exploraçons, tam só o 20% estavam incorporadas em 1989 a outras unidades produtivas, tendo servido pois para que estas ampliaram a sua base territorial.

O restante 80% das superfícies quedárom desmobilizadas para a produçom agrária, distribuíndo-se do seguinte modo: o 5% fórom vendidas polos seus proprietários a persoas que nom trabalham na agricultura; algo menos do 2% fórom dedicadas por esses proprietários ao repovoamento florestal; e o 73% quedárom abandonadas, constituíndo este, portanto, o destino da maior parte das terras.

-O segundo feito que compre mencionar é que essas cifras globais agacham umha importante diferéncia, entre o destino que tivérom as superfícies cultivadas e prados, e o das terras a monte. No caso da SAU, a percentagem que foi mobilizada para outras exploraçons alcança o 32%; mentres que para as terras de monte esta nom chega ao 14%.

-Por último, o terceiro ponto a destacar refire-se à importáncia relativa que tenhem as compra-vendas e as cesons, como via de mobilidade da terra para fins agrários. Neste aspeito os resultados indicam que foi este segundo mecanismo o que alcançou maior relevância; triplicando o volume de superfícies cedidas ao das que fórom adquiridas por outros agricultores (ver quadro 11.26).

Vemos, em definitiva, que os resultados obtidos neste estudo confirmam, e permitem precisar quantitativamente, as conclusons gerais que estabelecemos para o conjunto da agricultura galega em capítulos anteriores: das superfícies que fórom liberadas ao longo das últimas décadas como conseqüéncia da desapariçom de exploraçons, a grande maioria quedárom abandonadas ou passárom a usos nom agrários; e, dentro daquelas que si fórom transferidas a outras exploraçons, isto produziu-se na maior parte dos casos por médio de cesons. Umhas cesons que, como poderemos comprovar mais adiante, se efectuam quase sempre ao través de simples acordos verbais, sem umha

duraçom mínima nem garantias para o tomador; em suma, que se trata de "cesons em precário".

Quadro 11.26. Destino que tivérom o conjunto das superfícies que integravam as exploraçons desaparecidas durante o período 1978-1989 (situaçom destas terras ao final do período).

I. CIFRAS ABSOLUTAS.

Destino, situaçom actual, das terras	SAU (hes)	Monte baixo (hes)	Superf. total (*) (hes)
a. Fórom vendidas a um agricultor.....	3,3	4,5	7,8
b. Fórom cedidas a um agricultor.....	16,6	9,8	26,3
c. Fórom transferidas a outras exploraçons agrárias, ao través doutras vias (1).....	8,2	8,9	17,1
TOTAL DE SUPERFICIES QUE FOROM MOBILIZADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇONS AGRARIAS (a+b+c).....	28,1	23,1	51,2
d. Fórom vendidas a um nom agricultor.....	3,6	9,7	13,3
e. Fórom plantadas com árvores.....	0,8	3,8	4,5
f. Quedárom abandonadas.....	55,2	131,9	187,1
TOTAL DE SUPERFICIES QUE QUEDAROM ABANDONADAS OU PASSAROM A USOS NOM AGRARIOS (d+e+f).....	59,6	145,4	204,9
TOTAL DE SUPERFICIES DAS EXPLOR. DESAPARECIDAS	87,7	168,5	256,1

II. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

Destino, situaçom actual, das terras	SAU (hes)	Monte baixo (hes)	Superf. total (*) (hes)
a. Fórom vendidas a um agricultor.....	3,8%	2,7%	3,0%
b. Fórom cedidas a um agricultor.....	18,9%	5,8%	10,3%
c. Fórom transferidas a outras exploraçons agrárias, ao través doutras vias (1).....	9,4%	5,3%	6,7%
TOTAL DE SUPERFICIES QUE FOROM MOBILIZADAS PARA OUTRAS EXPLORAÇONS AGRARIAS (a+b+c).....	32,0%	13,7%	20,0%
d. Fórom vendidas a um nom agricultor.....	4,1%	5,8%	5,2%
e. Fórom plantadas com árvores.....	0,9%	2,2%	1,8%
f. Quedárom abandonadas.....	63,0%	78,3%	73,0%
TOTAL DE SUPERFICIES QUE QUEDAROM ABANDONADAS OU PASSAROM A USOS NOM AGRARIOS (d+e+f).....	68,0%	86,3%	80,0%
TOTAL DE SUPERFICIES DAS EXPLOR. DESAPARECIDAS	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Concretamente, figuram aqui: as terras levadas em tenéncia directa que som trabalhadas por algum filho do antigo titular, que ficou noutra exploraçom; e as superfícies levadas em regimes indirectos que passárom a ser exploradas directamente polo seu proprietário.
(*) Excluídas as superfícies de monte arvorado que formavam parte das exploraçons desaparecidas.

Quadro 11.27. Distribuçom das exploraçons desaparecidas no período 1978-1989 segundo o destino que tivérom as suas terras.

	Número	%
-As terras fórom absorbidas em bloco por outra exploraçom.....	6	23%
-As terras dividírom-se entre várias exploraçons.....	6	23%
-As superfícies quedárom abandonadas.....	14	54%
TOTAL	26	100%

Para completar a análise referida a este tema contamos com um último tipo de dados, que estám recolhidos no **quadro 11.27**. Concretamente, figura aqui a distribuçom das exploraçons desaparecidas em três grupos, segundo o destino que tivérom a maior parte das suas terras: aquelas que fórom absorvidas em bloco por outra exploraçom; aquelas cujas terras fórom divididas entre várias exploraçons; e, por último, aquelas nas que a totalidade ou a maior parte das superfícies quedárom abandonadas[39].

A principal informaçom adicional que aportam estes dados é que, naqueles casos nos que as terras fórom mobilizadas para outras exploraçons, isto produziu-se em proporçons similares mediante dous supostos: a absorçom em bloco da superfície por outra exploraçom; e o reparto destas terras entre várias exploraçons diferentes. Para a maioria das unidades desaparecidas, sem embargo, o que sucedeu foi que a totalidade ou a maior parte das superfícies quedárom abandonadas (ver quadro 11.27).

d. Alguns fenómenos que pudérom condicionar a mobilidade destas superfícies.

Dando um passo mais na análise, haveria que perguntar-se polos factores que explicam essa evoluçom: que só umha reduzida percentagem das terras liberadas foram transferidas a outras exploraçons, quedando a grande maioria delas abandonadas. Neste aspeito, sem embargo, a informaçom que recolhemos

---

[39] A ideia desta classificaçom está tomada do estudo:
-LAURENT,C./ VIAU,C., La concentration des terres... op. cit., pp. 99 e ss.

no inquérito tem umha utilidade bastante limitada. Já que esta nom nos permite aclarar a importância que tivérom aqui as diversas hipóteses explicativas que sinalamos no capítulo anterior (a concurrência exercida polos usos urbanos do solo, o desejo dos proprietários de conservar as superfícies como activo ou depósito de valor, as possíveis limitaçons na demanda de terras realizada polos agricultores, etc.). De feito, nom cremos que os inquéritos sejam o método mais adeqüado para determinar os obstáculos que fream a mobilidade da terra; o método mais adeqüado para conhecer: as razons que impulsam aos proprietários de terras livres a conservar estas no seu poder, ou as que podem limitar a demanda de terras exercida polos agricultores da zona.

Apesar de todo, hai alguns dados obtidos no estudo, que som de utilidade para o tema que plantejamos; dados estes que chamam a atençom sobre alguns fenómenos que obstaculizárom a mobilidade das terras liberadas, contribuíndo assi a explicar a evoluçom observada.

Neste sentido, já vimos anteriormente que o grau de mobilidade é especialmente reduzido no caso das terras a monte; o qual, unido ao forte peso que estas tenhem dentro das superfícies liberadas, constitue umha primeira causa de que a maior parte destas superfícies nom sejam incorporadas a outras exploraçons. Portanto, as cifras aqui obtidas confirmam a relevância que tenhem os que denominamos no capítulo anterior como "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra: os que se relacionam com as limitaçons de muitas das superfícies para a produçom agrária, que fam que o interesse dos agricultores em acceder a elas seja débil. Este é o primeiro resultado que devemos reter, no que respeita aos factores explicativos da evoluçom constatada.

Aparte disso, podemos aportar alguns dados adicionais, que se refirem em concreto às superfícies liberadas que eram trabalhadas polos agricultores em tenéncia directa.

Um primeiro fenómeno relevante que se desprende da informaçom recolhida é a existéncia, em geral, de um notável desfase temporal entre: o momento da desapariçom da exploraçom, e a transmissom efectiva da propriedade das terras aos herdeiros do antigo titular, com a realizaçom conseguinte da partiçom herditária. Assi, um dado inicial que podemos apontar é que, das 26 exploraçons desaparecidas ao longo do período 1978-1989, hai 15 nas quais o antigo titular e/ou o seu cónjuge seguiam ainda vivos nesta última data; mentres que nas 11 restantes ambos morreram já em 1989 **(ver quadro 11.28)**. Pois bem, tam só em 6 das exploraçons se produzira neste último ano a partiçom da herdança do antigo titular **(ver quadro 11.29)**.

Quadro 11.28. Distribuçom das exploraçons desaparecidas no período 1978-1989, segundo que sobrevivam ou nom em 1989 o antigo titular e o seu cónjuge.

	Número
-Continuam vivos ambos	8
-Só está vivo o titular	4
-Só está vivo o cónjuge	3
-Nom está vivo nengum dos dous	11
TOTAL	26

Quadro 11.29. Distribuçom das exploraçons desaparecidas no período 1978-1989, segundo que em 1989 estivera ou nom realizada a partiçom da herdança do antigo titular.

Produzira-se a partiçom herditária ?	Número
Si	6
Nom	20
	26

Neste aspeito, a informaçom obtida indica que a partiçom herditária nom se realiza quase nunca em Galiza em tanto viva algum dos cónjuges. E, ainda depois de mortos os dous, podem passar vários anos antes de que esta divisom tenha lugar, mantendo-se durante este período as terras em pro-indiviso entre os seus descendentes. Deste modo, **a desapariçom das exploraçons abre, na maior parte dos casos, um período de "impasse" no que respeita à propriedade das terras, antes de chegar ao momento no que estas som transmitidas efectivamente aos herdeiros do agricultor, e no que se liquida a herdança. Este "impasse" prolonga-se até a morte do antigo titular e o seu cónjuge, e pode continuar ainda durante alguns anos mais, polo que a sua duraçom é em geral considerável.**

Estamos aqui perante um fenómeno que tem necessariamente importantes implicaçons para o destino, sobretodo a curto prazo, das superfícies liberadas. Porque, com toda probabilidade, isso paraliza as decisons sobre umha possível venda, ou o arrendamento por um período prolongado, das terras; fazendo que, à margem de qual seja a intençom dos herdeiros sobre o destino definitivo que pensam dar às superfícies, estas permanezam ao longo desses anos bloqueadas, sem estar disponíveis para a sua venda ou arrendamento. Assi, em tanto dure o

citado "impasse", as terras quedarám abandonadas; ou, ao sumo, poderám ser cedidas em precário a outro agricultor.

Portanto, a informaçom obtida no inquérito chama a nossa atençom sobre um fenómeno ao que nom aludíramos até agora, pero que contribue a dificultar notavelmente a mobilidade das terras durante um período considerável, ajudando assi a explicar a evoluçom observada. Trata-se do importante desfase temporal que existe: entre a desapariçom das exploraçons, e a clarificaçom definitiva da situaçom no que respeita à propriedade das terras.

Um segundo tipo de dados que podemos aportar aqui, refirem-se ao comportamento que caracteriza aos agricultores de idade avançada em relaçom com as superfícies da sua propriedade. Tal como acabamos de ver, estas persoas som as que disponhem da titularidade jurídica das terras durante todo o período de declive das exploraçons (no que parte das superfícies vam quedando sem trabalhar); e, umha vez desaparecida a exploraçom, podem conservar ainda essa propriedade durante bastantes anos, os que transcurram até a sua defunçom. Em conseqüência, os agricultores activos de idade avançada e os jubilados tenhem em Galiza umha grande importáncia, dentro dos proprietários de terras livres; condicionando as suas decisons o destino destas terras ao longo de umha etapa prolongada. Por esta razom, tem um notável interesse conhecer as pautas que presidem o seu comportamento.

A informaçom que imos oferecer procede de umha pergunta incluída no "questionário normal", o que utilizamos para as exploraçons que continuavam activas em 1989. Esta pergunta foi formulada unicamente naqueles casos em que o titular tinha nesta data umha idade igual ou superior a 55 anos; e o seu texto era o seguinte: "No caso de que nengum familiar apareza disposto a sucede-lo, que pensa fazer com as terras da sua propriedade a medida que se vaia fazendo mais velho ?". Como pode ver-se, a questom refire-se tanto às superfícies que vaiam quedando livres (sem trabalhar) ao longo do período de declive da exploraçom, como à intençom dos agricultores umha vez desaparecida totalmente a unidade produtiva.

As respostas que obtivemos aparecem recolhidas no **quadro 11.30**. O número total de titulares com 55 e mais anos que se contabilizam em 1989 é de 127; pero deles hai 12 que nom tenhem terras próprias, polo que o colectivo que nos interessa é o formado polos 115 restantes. Analisando as respostas oferecidas por estes agricultores, obtemos os seguintes resultados (ver quadro 11.30):

-O grupo mais numeroso é o de aqueles que tenhem previsto ir abandonando as terras, a medida que nom as podam trabalhar, pero sem desprender-se delas. Isto é o que afirmam 30 dos 115 agricultores (o 26%).

-A segunda resposta mais freqüente pode assimilar-se em grande parte à anterior, já que consiste em afirmar que deixarám as terras aos filhos, para que estes decidam no seu momento. Isto é o que indicam 26 titulares, o 23% do total.

-Em terceiro lugar, figuram os que manifestam a sua intençom ou preferéncia por plantar as superfícies com pinheiros ou eucaliptos: 15 agricultores, o 13% do total.

Globalmente, as trés respostas anteriores, que implicam todas elas o bloqueio da oferta efectiva das terras para outros agricultores, som as que oferecem a imensa maioria dos titulares entrevistados. Em concreto, esses trés grupos sumam 71 titulares, o que supom o 62% dos entrevistados, e mais do 80% dos que respondérom efectivamente à pergunta (já que hai 28 que nom contestárom, ou bem que dim nom saber o que farám com as terras).

-Finalmente, quedam aqueles agricultores que si amostram umha disponibilidade para vender ou ceder as superfícies. Em conjunto, o seu número é unicamente de 16, o 14% do total, sendo especialmente reduzida a cifra dos que expressam a intençom de vender as terras: 14 inclinam-se por algum tipo de cesom a outro agricultor; e só 2 o fam pola venda.

Quadro 11.30. Intençom que manifestam em 1989 os titulares de idade avançada, sobre o destino que pensam dar às terras da sua propriedade no caso de nom ter sucessom (*).

Que pensam fazer com as terras ?	No. de respostas	%
a. Vende-las	2	2%
b. Arrenda-las para obter algum dinheiro	9	8%
c. Cede-las, mediante um acordo verbal, a algum vizinho ou familiar	5	4%
d. Abandonar as que nom poda trabalhar, pero sem desprender-se delas	30	26%
e. Deixar-lhas aos filhos, e que estes decidam	26	23%
f. Plantar pinheiros ou eucaliptos	15	13%
g. Nom sabe/ nom contesta	28	24%
TOTAL DE TITULARES COM TERRAS DA SUA PROPRIEDADE	115	100%
h. Nom tem terras próprias	12	
TOTAL DE TITULARES >=55 ANOS EM 1989	127	

(*) Trata-se das respostas que oferecem em 1989 os titulares da nossa amostra que contam nesta data com 55 ou mais anos. O texto da pergunta (a número 22 do questionário) era em concreto o seguinte: "No caso de que nengum familiar apareza disposto a sucede-lo na exploraçom, que pensa fazer com as terras da sua propriedade a medida que se vaia fazendo mais velho ?."

Estes dados nom nos permitem aclarar as motivaçons que determinam o comportamento dos agricultores de idade avançada (expectativas de um passo futuro das terras a usos urbanos, desejo de conserva-las como um depósito de valor, existéncia de um "apego afectivo", ...). Pero o que si se desprende desta evidéncia empírica é um perfil nítido, sobre os traços que presidem ou caracterizam esse comportamento. Neste sentido, podemos estabelecer umha conclusom esencial: **os agricultores activos de idade avançada e os jubilados apresentam em Galiza umha grande "pasividade", em tanto que oferentes potenciais das terras livres, tendo umha escassa disposiçom a vender ou arrendar as superfícies das que som proprietários.**

Portanto, ainda sem poder precisar os factores últimos que estám na origem disto, as declaraçons dos próprios interessados confirmam que a mobilidade das superfícies liberadas tropeça na agricultura galega com fortes obstáculos do lado da oferta; ao menos durante o período no que as terras seguem pertencendo ao agricultor que as trabalhava, sem que foram transmitidas todavia aos seus herdeiros.

Finalmente, hai um terceiro tipo de informaçom derivada do inquérito, que nos parece que pode ter interesse para o tema do que nos estamos ocupando. Trata-se da referida à situaçom actual (em 1989) que apresenta a vivenda das exploraçons desaparecidas.

O primeiro feito que se desprende aqui dos dados é que esta vivenda é normalmente conservada polo antigo titular ou os seus herdeiros, sendo mui pouco freqüente que estes procedam à sua venda. Em concreto, os resultados obtidos indicam, em primeiro lugar, que das 26 exploraçons desaparecidas no período 1978-1989, em 23 a vivenda era propriedade do agricultor[40]. Pois bem, destes 23 casos, só hai 2 (o 9%) nos que a casa fora vendida em 1989 a outra persoa **(ver quadro 11.31)**.

No que respeita ao uso actual (em 1989) do que é objecto a vivenda, os dados obtidos podem ver-se no **quadro 11.32**: em 6 casos continuava residindo nela de forma habitual o antigo titular da exploraçom, apesar de que este nom trabalhava já as terras; em 3 era algum filho deste agricultor o que ocupava a vivenda de forma permanente (sem trabalhar as terras, posto que estes tinham a sua dedicaçom exclusiva noutra actividade); e havia outros 6 casos nos

---

[40] Nos 3 casos restantes trata-se de exploraçons que estavam em tenéncia indirecta pura (trabalhadas por arrendatários ou caseiros sem terras próprias), nas quais a vivenda e as restantes construçons pertenciam também ao proprietário das terras.

que algum descendente do titular utilizava a casa como residéncia secundária, ocupando-a nos fins de semana ou nas vacaçons. Globalmente, pois, nos 2/3 das exploraçons desaparecidas a vivenda continuava estando em 1989 habitada, de forma permanente ou temporal, polo antigo titular ou os seus herdeiros[41]; feito este que pom de manifesto o mantenimento, por parte destas famílias, de uns fortes vínculos com o seu lugar de origem.

Quadro 11.31. Número de exploraçons desaparecidas nas que se produziu a venda da vivenda da exploraçom.

a. No. de exploraçons desaparecidas.....	26
b. No. de exploraçons nas que a vivenda era propriedade do agricultor.....	23
c. No. de exploraçons nas que a casa foi vendida.....	2

Quadro 11.32. Situaçom ou uso actual (em 1989) da vivenda da exploraçom.

Uso ao que está destinada a vivenda	Número
1. O antigo titular continua residindo nela de forma permanente, ainda que já nom trabalha as terras....	6
2. Algum filho do antigo titular reside nela de forma permanente, ainda que nom trabalha as terras.....	3
3. O antigo titular ou algum filho utilizam a vivenda como residéncia secundária (venhem os fins de semana ou nas vacaçons).....	6
4. A casa está habitada de forma permanente por outras persoas.....	2
5. A casa é utilizada como residéncia secundária por outras persoas.....	1
6. A vivenda está abandonada.....	8
	26

Esta persisténcia dos laços com o lugar de origem, que dam a entender esses dados, constitue um elemento relevante a ter em conta, à hora de analisar o comportamento destas persoas (tanto os agricultores jubilados como os seus herdeiros) em relaçom com as terras da sua propriedade. O feito de continuar residindo na vivenda de modo permanente, ou de ter esta como residéncia secundária, nom implica necessariamente que estas persoas tenham que

[41] Das 11 exploraçons restantes que desaparecérom, hai 3 que estám ocupadas, como residéncia principal ou secundária, por outras persoas; e as outras 8 estám em 1989 abandonadas.

conservar no seu poder todas as superfícies que trabalhavam e das que eram proprietárias; senom que isso é perfectamente compatível com a venda ou arrendamento da maior parte das terras a outros agricultores, conservando unicamente algumhas parcelas próximas à casa, nas que poder obter certos produtos destinados ao autoconsumo. Sem embargo, ainda que isto é certo, cremos que essa permanéncia dos vínculos com a antiga exploraçom familiar, constitue um elemento que dificulta com toda probabilidade a venda ou cesom prolongada das superfícies. Neste sentido, os dados expostos parecem avalar a existéncia, por parte desses proprietários de origem agrária, de um "apego afectivo" às terras, que se concretaria no desejo de seguir mantendo umha vinculaçom com o lugar do que som originários. Isto, sem que poda apresentar-se como o único ou principal factor explicativo da falta de mobilidade das terras, si parece que pode jogar um certo papel neste aspeito.

3.4. Umha breve recapitulaçom das conclusons obtidas neste apartado.

Finalizamos esta análise, sobre as exploraçons desaparecidas e o destino das suas terras, lembrando as principais conclusons às que chegamos.

a. De entrada, os resultados obtidos neste estudo confirmam o diagnóstico geral que expuxemos nos capítulos anteriores, para o conjunto da agricultura galega:

-A desapariçom de exploraçons alcançou aqui umha reduzida intensidade, fazendo que também fora mui pequeno o volume de superfícies liberadas por estas unidades.

-Ademais, dessas superfícies liberadas, tam só umha percentagem reduzida fórom transferidas a outras exploraçons, possibilitando a ampliaçom da sua base territorial. O resto, a grande maioria delas, quedárom abandonadas.

-A isso hai que unir o feito de que, nos casos em que as terras si fórom mobilizadas para outras exploraçons, isto produziu-se principalmente ao través de cesons em precário.

Constatada essa evoluçom, pudemos afondar também, ainda que em medida desigual, nos seus factores explicativos.

b. No que respeita aos factores que explicam o baixo ritmo da desapariçom de exploraçons, os dados detalhados que recolhemos no inquérito confirmam também as conclusons já expostas anteriormente para o conjunto de Galiza:

-A principal causa disso está no comportamento que apresentam os titulares de idade avançada sem sucessor: a sua tendéncia a prolongar a actividade mais alá da idade normal de jubilaçom.

-De forma secundária, também contribuiu a frear a desapariçom de exploraçons a existéncia de um número relativamente importante de "sucessons atípicas" (sucessons por parte do cónjuge do anterior titular, por parte de um filho que estava emigrado e que retornou à exploraçom, etc.).

c. Muito menos foi o que pudemos avançar no que se refire aos obstáculos que freárom a mobilidade das terras liberadas, e que explicam que a grande maioria delas quedaram abandonadas. Pero, ainda assi, da informaçom obtida no inquérito desprendem-se algumhas conclusons relevantes:

-Em primeiro lugar, estes dados ponhem de manifesto a escassa disposiçom dos agricultores jubilados a vender ou arrendar as terras da sua propriedade, e a tendéncia destes agricultores e os seus herdeiros a manter os vínculos com o lugar de origem, depois de desaparecida a exploraçom familiar. Todo o qual sugire que a mobilidade das terras choca com fortes obstáculos do lado da oferta.

-Nom obstante, pudemos comprovar também a grande relevância que tenhem os obstáculos a essa mobilidade que se relacionam com as características das próprias superfícies: as grandes limitaçons para a produçom agrária que apresentam muitas das terras liberadas, fam que a sua demanda por parte dos agricultores seja débil, dificultando isto a sua eventual incorporaçom a outras exploraçons. A influéncia deste tipo de factores é confirmada pola forte diferéncia que observamos entre o grau de mobilidade da SAU e o das terras a monte.

-Por último, os dados derivados do inquérito chamam a atençom sobre um fenómeno ao que nom aludíramos nos capítulos precedentes, pero que contribue a obstaculizar a mobilidade das terras liberadas: o importante desfase temporal que se regista na agricultura galega, entre a desapariçom das exploraçons e a clarificaçom definitiva da situaçom no que respeita à propriedade das terras (com a divisom desta propriedade entre os herdeiros do antigo titular).

4. AS EXPLORAÇONS QUE REGISTAROM UMHA DIMINUÇOM DA SUA SUPERFICIE DURANTE O PERIODO 1978-1989; O VOLUME DE TERRAS QUE ESTAS LIBERAROM, E O SEU DESTINO.

Passamos a examinar agora o segundo componente das mudanças experimentadas pola estrutura dimensional das exploraçons entre 1978 e 1989: as perdas ou reduçons da superfície, que registárom algumhas das unidades produtivas que seguem vivas ao final do período. Tal como anunciamos anteriormente, som três as questons esenciais que nos interessa abordar aqui: em primeiro lugar, as características deste grupo de exploraçons, centrando-nos em especial na relaçom que apresenta a sua evoluçom com os factores de carácter demográfico; em segundo lugar, os mecanismos ou vias ao través dos quais se produziu a reduçom da sua superfície; e por último, o destino, o uso actual, das terras assi liberadas.

4.1. As características das exploraçons que sofrírom umha reduçom neta da sua superfície no período 1978-1989. A relaçom deste fenómeno com os factores de carácter demográfico.

Todos os dados que oferecemos neste epígrafe estám referidos às exploraçons que registárom umha diminuçom neta da sua superfície em mais de 0,25 hes; prescindimos, pois, daqueles casos nos que se produziu umha caída de quantia inferior a essa.

a. O número de exploraçons afectadas, e a magnitude das reduçons.

Começamos aclarando a importáncia quantitativa que tivo este tipo de evoluçom. Neste sentido, no **quadro 11.33** podemos observar que:

-O número de exploraçons que sofrírom umha reduçom da sua superfície entre 1978 e 1989 ascende a 27; cifra esta praticamente idéntica à das unidades desaparecidas durante o período, e que supom o 11,7% das que integravam inicialmente a amostra.

-A quantia média da contracçom experimentada por estas exploraçons foi de 4,44 hes, o que representa o 42% da sua superfície inicial.

Vemos, pois, que o número de exploraçons nas que se produziu este tipo de evoluçom foi bastante pequeno (pouco mais de 1/10 das unidades da amostra); pero a contracçom da superfície que estas experimentárom foi importante, perdendo em torno ao 40% da sua extensom inicial.

Esta segunda afirmaçom necessita, sem embargo, ser matizada. Assi, se examinamos com maior detalhe a magnitude da reduçom sofrida, encontramo-nos com que essas exploraçons podem ser divididas em dous grandes grupos **(ver quadro 11.34)**:

-Por um lado, aparecem a maior parte delas (ao redor dos 2/3), que registárom perdas de superfície de pequena quantia (inferior a 2 hes).

-Frente a isso, figura um grupo muito menos numeroso de exploraçons (em torno a 1/4 do total), nas que a reduçom sofrida alcançou umha magnitude considerável (mais de 5 hes, e em vários casos superior às 10 hes).

Quadro 11.33. Número de exploraçons da amostra que experimentárom umha diminuçom da sua superfície no período 1978-1989; magnitude que alcançou esta reduçom (1).

a. Número de exploraçons que vírom diminuída a sua superfície	27
b. Magnitude global das reduçons netas registadas por estas exploraçons (hes)	-119,75
c. Quantia média da reduçom/ exploraçom (hes)	-4,44
d. Superfície média destas exploraçons em 1978 (hes)	10,60
c/d (%)	-41,8%

(1) Nestas cifras consideramos unicamente aquelas exploraçons nas que a superfície total diminuiu em mais de 0,25 hes. Hai ademais outras 13 exploraçons que registárom umha diminuçom igual ou inferior a 0,25 hes.

Quadro 11.34. Distribuçom das exploraçons anteriores segundo a quantia da diminuçom neta registada pola sua superfície.

Reduçom neta da superfície no período 1978-1989	Número de exploraçons	%
0,25-1 he	6	22%
1-2 hes	11	41%
2-5 hes	3	11%
5-10 hes	3	11%
> 10 hes	4	15%
TOTAL	27	100%

b. O tamanho inicial destas exploraçons.

Entrando nas características destas exploraçons, o primeiro aspeito que queremos precisar refire-se ao seu tamanho inicial (medido pola superfície total): a contracçom deu-se principalmente em unidades produtivas que partiam já de umha superfície pequena; ou bem este fenómeno afectou em medida similar a todas as categorias de tamanho ?.

A resposta a esta pergunta temo-la no **quadro 11.35**. Nele observamos que a percentagem de exploraçons "contraídas" é bastante similar em todos os intervalos dimensionais; e ademais, na medida em que existem diferéncias, estas nom apresentam nengumha regularidade definida, nengumha correlaçom com o tamanho das exploraçons. Em conseqüéncia, podemos afirmar que este tipo de evoluçom (a reduçom da superfície), afectou de forma similar às unidades dos diversos intervalos dimensionais, sendo pois independente do seu tamanho inicial (medido sempre pola sua superfície total).

Maior interesse tem o profundizar na relaçom que apresenta esta dinámica territorial com as variáveis de carácter demográfico.

Quadro 11.35. Distribuçom dessas exploraçons segundo a superfície total com a que contavam inicialmente (em 1978). Importáncia que tivo a contracçom de exploraçons por grupos de tamanho.

	A	B	
Superfície total das exploraçons em 1978	No. total de exploraçons em 1978	No. de exploraçons que vírom reduzida a sua superfície no período 1978-1989	B/A (%)
< 1 he	11	1	9%
1-5 hes	67	9	13%
5-10 hes	62	6	10%
10-20 hes	61	7	11%
20-50 hes	25	4	16%
>= 50 hes	5	0	0%
TOTAL	231	27	12%

c. A relaçom que apresenta a contracçom das exploraçons com os factores demográficos (idade e perspectivas de sucessom do titular).

A hipótese básica da que partimos aqui, e que pretendemos contrastar, é a seguinte: a reduçom da superfície das exploraçons produziu-se principalmente em unidades que estám dirigidas por um titular de idade avançada e com

escassas perspectivas de sucessom. Deste modo, a contracçom experimentada pola sua superfície, integra-se no processo de declive destas exploraçons, prévio à sua total desapariçom[42].

Antes de entrar propriamente no contraste empírico desta hipótese, resulta conveniente voltar por um momento às características que presidírom o processo de reemprazamento dos titulares registado no período 1978-1989, e examinar a situaçom resultante: a distribuçom por idades e as perspectivas de sucessom, que apresentam os titulares das exploraçons supervivintes em 1989.

Ao analisar esse processo de reemprazamento, vimos anteriormente que um dos feitos esenciais a destacar era a tendéncia dos agricultores de idade avançada, e concretamente daqueles que careciam de sucessor, a prolongar a sua actividade mais alá da idade normal de jubilaçom. Este comportamento tivo como conseqüéncia o frear, durante o período, a desapariçom de exploraçons e a conseguinte liberaçom de superfícies. Constatamos assi como muitos titulares que em 1978 estavam próximos ou alcançaram já a idade de jubilaçom, e que nom contavam com sucessor, mantivérom-se em actividade ao longo do período estudado, fazendo deste modo que as suas unidades produtivas continuem existindo em 1989.

Essa evoluçom reflecte-se na situaçom que encontramos neste aspeito ao final do período. Assi, no **quadro 11.36** podemos ver que das 205 exploraçons que seguem vivas em 1989, 129 (o 62,9%) estám dirigidas por um agricultor de 55 ou mais anos, e hai em concreto 70 (o 34,1%) nas que o titular conta com 65 ou mais anos. Ademais, como se recolhe no mesmo quadro, umha grande parte destes titulares de idade avançada tenhem escassas ou nulas perspectivas de sucessom. Exponhendo-o numha cifra sintética, observa-se que: das 205 exploraçons que sobrevivem ao final do período, hai entre 42 e 86 (o 20%-40% do total) que tenhem ao seu frente um agricultor maior de 54 anos sem sucessor; e, de forma mais concreta, existem de 31 a 50 exploraçons (o 15%-25% do total), nas que o titular alcançou já a idade de jubilaçom (65 anos) e carece de sucessor (ver quadro 11.36).

Vemos, portanto, que o comportamento descrito para os agricultores de idade avançada, levou a que permaneceram activas um grande número de

---

[42] Esta hipótese está dacordo com o que nos indicam as análises empíricas realizadas noutros espaços agrários. Estas ponhem de manifesto a forte influéncia que tem o ciclo demográfico da família na dinámica fundiária das exploraçons; e amostram em concreto que a fase de "pre-jubilaçom", que precede à desapariçom da exploraçom, caracteriza-se em geral por umha forte contracçom da superfície.

Consultar por exemplo:

-CAVAILHES, Jean, "Le cycle démographique...", op. cit., pag. 69.

unidades produtivas, dirigidas por titulares que já superárom a idade de jubilaçom e que carecem de sucessor. Tendo em conta o que nos indicam os estudos para outros países, parece lógico pensar que estas unidades produtivas tivérom que registar ao longo do período um forte declive, com o abandono progressivo de boa parte das terras anteriormente trabalhadas, e a conseguinte contracçom da superfície efectivamente utilizada.

Quadro 11.36. Distribuçom por idades e perspectivas de sucessom do total de titulares da amostra em 1989.

A. DISTRIBUÇOM POR IDADES.

Idade dos titulares em 1989	Número	%
< 25 anos	2	1,0%
25-34	9	4,4%
35-44	22	10,7%
45-54	43	21,0%
55-64	59	28,8%
65-74	55	26,8%
>= 75 anos	15	7,3%
TOTAL	205	100,0%

B. PERSPECTIVAS DE SUCESSOM DOS TITULARES >= 55 ANOS.

Perspectivas que tem o titular de contar com sucessor	Titulares >= 55 anos	Titulares >= 65 anos
-Si, com seguridade	26	14
-Probavelmente si	17	6
-Nom sabe ainda	44	19
-Probavelmente nom	20	13
-Nom, com seguridade	22	18
TOTAL	129	70

Partindo desses dados gerais, som duas as questons que devemos contrastar aqui:

i. A primeira é: em que medida essas exploraçons, que estám na fase de declive prévia à desapariçom, experimentárom no período 1978-1989 umha reduçom da sua superfície total. Ou, dito noutras palavras: em que medida estes agricultores (de idade avançada e sem sucessor) se fórom desprendendo das terras que deixárom de trabalhar.

ii. A segunda questom é a simétrica da anterior: em que medida as reduçons de superfície que constatamos na amostra, se correspondem com esse tipo de

situaçom (exploraçons dirigidas por um agricultor de idade avançada sem sucessor).

Começando por esta segunda interrogante, a resposta pode encontrar-se no **quadro 11.37**. Vemos aqui que, das 27 exploraçons que registárom umha diminuçom da sua superfície entre 1978 e 1989, 23 (o 85%) estám dirigidas nesta última data por um agricultor maior de 54 anos; e, em concreto, em 16 delas (o 60%) este alcança ou supera em 1989 os 65 anos. Assimesmo, podemos observar também que a maioria destes titulares contam com escassas ou nulas perspectivas de sucessom.

Quadro 11.37. Idade e perspectivas de sucessom em 1989 dos titulares daquelas exploraçons cuja superfície diminuiu no período 1978-1989.

A. IDADE EM 1989 DOS TITULARES DESTAS EXPLORAÇONS.

Idade dos titulares em 1989	Número
< 25 anos	0
25-34	0
35-44	2
45-54	2
55-64	7
65-74	12
>= 75 anos	4
TOTAL	27

B. PERSPECTIVAS DE SUCESSOM DOS TITULARES DESTAS EXPLORAÇONS.

Perspectivas que tem o titular de contar com sucessor	Total de titulares	Titulares >= 65 anos
-Si, com seguridade	4	1
-Probavelmente si	3	0
-Nom sabe ainda	7	3
-Probavelmente nom	3	3
-Nom, com seguridade	10	9
TOTAL	27	16

Portanto, **os dados confirmam que a maior parte das exploraçons que sofrírom umha reduçom da superfície durante o período, estám nas maos de agricultores de idade avançada sem sucessor; polo que a contracçom da sua base territorial, inserta-se no processo de declive**

destas unidades produtivas, prévio à sua completa desapariçom.

Hai que sinalar, nom obstante, que isto nom se cumple em todos os casos: existem algumhas exploraçons que vírom reduzida a sua superfície nestes anos, nas que o titular, ainda que de idade avançada, afirma contar com sucessor; e, por outro lado, encontramos também outros nos que este titular é relativamente jovem (ver quadro 11.37). A explicaçom deste fenómeno obtem-se, ao analisar as vias ou mecanismos por médio dos quais se produziu a contracçom da superfície das exploraçons. Como veremos mais adiante, esta nom respondeu sempre a decisons voluntárias do agricultor, senom que nalguns casos derivou-se de feitos que lhe vinhérom impostos por decisons alheias (por exemplo: a reclamaçom por parte do proprietário de terras que o agricultor trabalhava em arrendamento, obrigando-o a devolve-las). Isto é o que explica que viram diminuída a sua superfície algumhas unidades dirigidas por um agricultor jovem, ou por um de idade avançada pero que conta com sucessor.

De todos modos, ainda com esta última matizaçom, podemos reiterar a conclusom geral antes exposta: as contracçons da base territorial, que constatamos na amostra, correspondem na sua maioria a exploraçons que estám na fase de declive, prévia à sua desapariçom.

A recíproca desta afirmaçom, em cámbio, nom se verifica na prática. Porque, das exploraçons que estavam dirigidas por um titular de idade avançada sem sucessor e que sobrevivem em 1989, tam só umha proporçom relativamente pequena se desprendérom de parte das suas terras durante o período 1978-1989, experimentando assi umha reduçom da sua superfície total. Isto é o que se constata ao comparar os dados que figuram no quadro 11.37 com os do quadro 11.36. Observamos aqui que em 1989 hai um total de 50 exploraçons, dirigidas por um agricultor de 65 e mais anos e que nom tem a sucessom assegurada. Pois bem, tam só 15 destes agricultores (o 30%), se desprendérom durante os 11 anos anteriores de algumhas das terras que trabalhavam, dando lugar deste modo a umha reduçom da superfície total da sua exploraçom.

Assi, destes dados deduze-se umha conclusom, que se confirma de forma precisa ao analisar a informaçom individual sobre a evoluçom registada por estas exploraçons: **ainda que estes titulares de idade avançada e sem sucessor, fórom deixando de trabalhar durante o período umha boa parte das terras da sua exploraçom, só em poucos casos se desprendérom delas, transferindo-as a outras persoas. O mais freqüente foi que estas terras quedaram abandonadas, pero sem deixar**

de formar parte da superfície total da unidade produtiva, conservando-as o agricultor no seu poder. Assi, o declive destas unidades produtivas levou na maior parte dos casos a umha contracçom da sua superfície agrária, e a um deterioro no uso das terras, sem que estas foram liberadas para outros agricultores; e sem que se produzira, portanto, umha diminuçom na superfície total da exploraçom.

4.2. Os mecanismos ao través dos quais se produziu a reduçom da superfície das exploraçons; o destino que tivérom as terras assi liberadas.

Imos afondar agora naqueles casos em que si se registou umha reduçom da superfície total da exploraçom; examinando as vias concretas por médio das quais isto tivo lugar, e o destino das terras assi liberadas.

a. Umha primeira análise global sobre a importáncia dos diversos fluxos.

A priori, som 5 as vias ou mecanismos ao través dos quais umha exploraçom agrária pode ver reduzida a sua superfície, já responda isto a decisons voluntárias do agricultor ou a fenómenos alheios à sua vontade. Estas 5 vias som:

-A venda polo agricultor de terras da sua propriedade e que estavam integradas na exploraçom, que eram trabalhadas por ele directamente.

-A cesom em arrendamento a outro agricultor de algumhas dessas superfícies.

-As sucessons e donaçons: a transmissom a outras persoas, por esta via, da propriedade de algumhas das terras que o agricultor trabalhava em tenéncia directa, dando lugar isto a que essas superfícies deixem de formar parte da exploraçom.

-A expropriaçom de terras que formavam parte da exploraçom.

-A devoluçom ao proprietário de superfícies que o agricultor levava em arrendamento ou aparçaria.

Desses 5 fluxos, os trés primeiros afectam, e implicam umha reduçom de, as superfícies exploradas em tenéncia directa; o último incide sobre as terras trabalhadas em regimes indirectos; mentres que as expropriaçons podem referir-se tanto a um como ao outro tipo de superfícies.

No inquérito realizado em 1989, tratamos de conhecer a importáncia que tivo cada um desses fluxos nas exploraçons da nossa amostra que continuam vivas neste ano; isto é, tratamos de registar as perdas de superfícies que estas experimentárom, ao través de cada umha dessas vias, durante o período 1978-1989. Os resultados que obtivemos aparecem resumidos no **quadro 11.38**, e deles desprendem-se as seguintes conclusons:

Quadro 11.38. Perdas de superfícies registadas durante o período 1978-1989 polas exploraçons perennes, ao través das distintas vias ou mecanismos.

	1 Vendas	2 Cessons	3 Divisom herditária	Perdas totais de terras que estavam em tenéncia directa (1+2+3)
-Número de exploraçons afectadas	11	5	2	
-Superfície perdida (hes):				
-SAU	5,56	4,86	5,75	16,17
-Monte	15,56	0,51	3,36	19,43
-Superfície total	21,12	5,37	9,11	35,60

	4 Devoluçom ao proprietário de terras que estavam em regimes indirectos	5 Expropriaçons	Total de terras perdidas polas exploraçons perennes (1+2+3+4+5)
-Número de exploraçons afectadas	22	11	
-Superfície perdida (hes):			
-SAU	25,89	1,73	43,79
-Monte	67,96	0,59	87,98
-Superfície total	93,85	2,32	131,77

i. O volume total de superfícies que fórom perdidas durante os 11 anos por exploraçons perenes, ao través dos 5 mecanismos citados, ascende a 131,8 hes, o que supom o 5,1% da superfície global ocupada pola amostra em 1978.

ii. O fluxo de maior quantia, o mecanismo que tivo umha maior importáncia na contracçom das exploraçons, foi o da devoluçom ao proprietário de terras que eram trabalhadas em regimes indirectos. Este fenómeno produziu-se em 22 exploraçons (o 10,7% das 205 que seguem vivas em 1989); e o volume de superfícies afectadas foi de 93,9 hes, o que representa mais do 70% das perdas totais registadas.

Portanto, podemos afirmar que as contracçons de exploraçons perenes que constatamos na amostra, devérom-se principalmente à devoluçom polos agricultores de terras que estes levavam em regimes indirectos.

iii. Os fluxos que afectam às terras trabalhadas em tenéncia directa, tivérom em cámbio umha importáncia muito menor. O desprender-se os agricultores de parte destas terras, foi um fenómeno menos freqüente; e a quantia das superfícies afectadas mui inferior.

Assi, os titulares que vendérom algumhas das terras da sua propriedade que trabalhavam em 1978 fórom 11, e o volume total de superfícies vendidas limitou-se a 21,1 hes. E, polo que respeita às cesons de superfícies a outro agricultor, isto produziu-se tam só em 5 casos, afectando a um total de 5,4 hes. Sumando esses dous fluxos e as reduçons operadas como conseqüéncia de sucessons ou donaçons, obtemos que as perdas totais de superfícies que estavam em tenéncia directa ascendem a 35,6 hes, o que supom unicamente o 27% das terras perdidas polas exploraçons perenes (ver quadro 11.38).

iv. Finalmente, quedam-nos por comentar as cifras referidas às expropriaçons, a última causa que pudo dar lugar à diminuçom da base territorial das exploraçons. Na nossa amostra fórom 11 as unidades produtivas que sofrírom a expropriaçom de algumhas das suas terras ao longo do período 1978-1989, pero a quantia global das superfícies afectadas foi mui pequena: 2,3 hes.

Com o fim de interpretar melhor os dados anteriores, devemos fazer umhas precisons adicionais. Dacordo com as respostas que oferecem os próprios interessados, a devoluçom de superfícies que estavam em regimes indirectos, só em mui contados casos se fixo a requerimento do proprietário. Na imensa maioria das exploraçons em que esta devoluçom se produziu, as terras fórom deixadas voluntariamente polo agricultor, ao nom poder este continuar aproveitando-as, devido à sua avançada idade e a que nom contava com familiares jovens trabalhando com ele. Portanto, a grande maioria dessas devoluçons integram-se no declive das unidades produtivas prévio à sua desapariçom.

A este mesmo tipo de situaçom correspondem também a totalidade dos casos nos que se produziu a cesom a outro agricultor de terras que eram trabalhadas em tenéncia directa. E algo similar sucede também para as vendas de superfícies; ainda que aqui encontramos umha diversidade muito maior de situaçons, e em concreto umha boa parte das vendas contabilizadas nom respondem ao declive da exploraçom, senom que fórom realizadas por agricultores na plenitude da sua vida activa.

Em síntese, pois, temos que a maioria das perdas de superfícies que figuram no quadro 11.38, correspondem a exploraçons que estám na fase de declive que precede à sua desapariçom; ainda que isto nom se verifica na mesma medida para todos os fluxos aí registados.

Deste modo, as cifras anteriores sugirem **duas conclusons:**

-**Dentro do processo de declive das exploraçons agrárias, existe um primeiro passo que é seguido de forma geralizada, e que consiste em que aqueles agricultores que tinham terras arrendadas ou cedidas baixo outra fórmula vam-se desprendendo delas, devolvendo-as ao seu proprietário.** A medida que os titulares de idade avançada e sem sucessor vem diminuída a capacidade de trabalho, a sua primeira reacçom consiste em desfazer-se das terras que trabalhavam em regimes indirectos, replegando-se sobre as superfícies da sua propriedade.

-**Em cámbio, parece que é mui pouco freqüente em Galiza que estes agricultores de idade avançada sem sucessor se desprendam das terras das que som proprietários, vendendo-as ou cedendo-as a outras persoas. O habitual neste caso é que os agricultores vaiam abandonando progressivamente aquelas superfícies que nom podam já trabalhar, pero sem desfazer-se delas; quedando, pois, estas terras abandonadas.**

No nosso inquérito obtivemos uns dados adicionais, que confirmam esta segunda conclusom. Em concreto, no questionário incluímos umha pergunta, na que se interrogava aos titulares das exploraçons sobre as superfícies de lavradio e prados da sua propriedade que estes deixárom de trabalhar durante o período 1978-1989, sem que foram vendidas nem tampouco cedidas a outro agricultor[43]. Trata-se, portanto, de terreos de SAU que quedárom abandonados durante este período, pero que continuam formando parte da superfície total da exploraçom.

Pois bem, segundo as declaraçons dos próprios implicados, este fenómeno produziu-se em 25 unidades produtivas, o que representa o 12% das que continuam activas em 1989. E a superfície de lavradio e prados abandonada por estas exploraçons ascende em total a 58,1 hes (ver supra: quadro 11.15, reproduzido no apartado 2 deste capítulo).

Para valorar esta cifra, devemos ter em conta que o volume da SAU propriedade dos agricultores, que foi vendida ou cedida por estes ao longo do período 1978-1989, eleva-se unicamente a 10,4 hes (ver quadro 11.38), o que supom menos de 1/5 da cifra anterior. Assi, considerando de forma conjunta

---

[43] A pergunta á que aludimos é exactamente a número 21 do "questionário normal", e o seu enunciado é o seguinte: "Durante os últimos 10 anos deixou vostede de trabalhar, ainda que seguem formando parte da exploraçom, algumhas das terras cultivadas ou prados que tinha em 1978 ?".

ambos tipos de dados, constatamos que: do total de superfícies de lavradio e prados levados em tenéncia directa que os agricultores deixárom de trabalhar no período 1978-1989 (cujo volume ascende a 68,5 hes), tam só o 15% (10,4 hes) fórom vendidas ou cedidas a outro agricultor, produzindo-se deste modo a liberaçom das superfícies; o resto dessas terras (58,1 hes) permanecérom nas maos do titular, quedando abandonadas.

Os dados que acabamos de examinar permitem, em suma, verificar de forma rigorosa, e também precisar, a conclusom que expuxemos anteriormente (ao final do epígrafe 4.1). Como se lembrará, constatávamos ali que, das exploraçons da amostra que estavam dirigidas por um titular de idade avançada sem sucessor e que sobrevivem em 1989, tam só umha reduzida proporçom se desprendérom de parte das suas superfícies ao longo do período 1978-1989; polo que parecia que a tendéncia da maior parte destes agricultores era a reter as superfícies nas suas maos, abandonando aquelas que nom puderam trabalhar. Pois bem, os dados que vimos de analisar agora confirmam em linhas gerais esta conclusom, ainda que ponhem de manifesto a necessidade de diferenciar neste aspeito entre: as terras trabalhadas em tenéncia directa, e as que estavam em regimes indirectos. Para estas últimas o habitual é que o agricultor, ao ver reduzida a sua capacidade de trabalho, se desfaga delas, devolvendo-as ao seu proprietário. Para as terras que pertencem ao agricultor, em cámbio, isto é mui pouco freqüente, sendo o mais normal que este as conserve no seu poder, deixando abandonadas aquelas que nom poda trabalhar.

Este comportamento, que constatamos na prática, resulta coerente com o que manifestam os próprios titulares no inquérito, ao ser perguntados sobre o que pensam fazer com as terras da sua propriedade a medida que se fagam velhos, no suposto de que nom contem com sucessor. Como vimos anteriormente[44], a resposta mais freqüente a esta pergunta foi a de que iriam abandonando aquelas superfícies que nom puderam trabalhar, pero sem desprender-se delas. Mentres que eram mui poucos os agricultores que se manifestavam dispostos a vender ou ceder em arrendamento as terras. Pois bem, tal como acabamos de comprovar, o comportamento observado na realidade está acorde com essas pautas ou intençons declaradas.

Estamos aqui perante um fenómeno que tem umha grande relevância para a questom central que nos ocupa nesta terceira parte da investigaçom: a clarificaçom dos obstáculos que freárom as mudanças estruturais na agricultura galega. Neste sentido, **os dados expostos fam resaltar o importante papel que jogou o comportamento dos titulares de idade avançada sem sucessor. A tendéncia destes agricultores a prolongar a sua actividade até**

[44] Ver supra: quadro 11.30.

idades mui elevadas, unido à sua escassa disposiçom a ir-se desprendendo das terras que já nom podem trabalhar, tivo como conseqüência o frear fortemente a liberaçom de superfícies, sendo a principal causa de que esta liberaçom alcançara umha magnitude mui pequena. E isso levou, ao mesmo tempo, a que se produzira o abandono, e a degradaçom no uso, de muitas superfícies integradas nas exploraçons destes agricultores.

b. Alguns dados adicionais sobre os fluxos que implicárom umha reduçom da superfície das exploraçons; o destino das terras assi liberadas.

Com o fim de nom sobrecargar mais o texto com quadros estatísticos, os dados referidos às características destes diversos fluxos estám reproduzidos no **Anexo estatístico** (concretamente, nos **quadros A.11.14 a A.11.16** deste Anexo). Aqui limitaremo-nos a exponher os principais resultados que se desprendem destas cifras, para 3 dos 5 fluxos antes citados (os 3 mais importantes): as vendas, as cesons, e as devoluçons ao proprietário de terras que eram trabalhadas em regimes indirectos.

b1. As vendas de terras que formavam parte da exploraçom.

Tal como recolhíamos no quadro 11.38, fórom 11 os agricultores que durante o período 1978-1989 vendérom algumhas das superfícies da sua propriedade que trabalhavam ao início do período. Estas vendas sumam um total de 21,1 hes, resultando pois umha média de 1,92 hes/ exploraçom.

Agora bem, essas terras nom fórom sempre transferidas mediante umha única operaçom, senom que nalguns casos produzírom-se várias vendas ao longo do período. Assi, o número total de operaçons de venda realizadas por aquelas 11 exploraçons ascende a 19; o que nos dá umha média de 1,7 lotes vendidos por cada exploraçom, e um tamanho médio/ lote de 1,11 hes[45]. Em estreita

[45] Todos os dados referidos a estas vendas podem ver-se de forma detalhada no quadro A.11.14 do Anexo estatístico.

relaçom com isso situa-se outro dado: na maior parte dos casos o lote está composto por umha única ou um número mui pequeno de fincas.

Resumindo, portanto, podemos afirmar que se trata em geral de transacçons de reduzida magnitude, nas que o agricultor se desprende de umha ou várias fincas, que sumam umha extensom total mui pequena.

Perfiladas as características dos lotes vendidos, interessa-nos precisar outros dous aspeitos: a profissom e residéncia dos compradores; e o uso ao que estes destinárom as terras.

No que respeita à primeira questom, os dados indicam que na maioria dos casos o comprador foi um agricultor residente nas proximidades (no mesmo município). Em concreto, isto foi o que sucedeu em 16 das 19 operaçons de compra-venda (o 84%); sumando estas um total de 15,1 hes, das 21,1 hes vendidas (o 72%). As restantes compras fórom realizadas por persoas que trabalham noutra actividade e que residem numha cidade ou vila de Galiza.

O uso ao que fórom destinadas as superfícies está estreitamente relacionado com as características do comprador. Assi, nos casos em que as terras fórom adquiridas por um agricultor das proximidades, estas passárom quase sempre a ser trabalhadas directamente por estas persoas, servindo deste modo para ampliar a sua exploraçom. No que se refire às superfícies adquiridas por nom agricultores, hai que destacar que nengumha delas passou a ser explorada directamente por estas persoas, nem tampouco fórom cedidas a outro agricultor. Algumhas destas superfícies fórom dedicadas ao repovoamento florestal, e a maioria quedárom abandonadas.

Em resumo, pois, temos que a maior parte das terras (algo mais dos 2/3) fórom compradas por agricultores da zona, possibilitando a ampliaçom das suas exploraçons. Pero queda umha percentagem nom despreciável das superfícies (mais de 1/4), adquiridas por persoas alheias à agricultura, e que quedárom desvinculadas da produçom agrária (ver quadro A.11.14 do Anexo estatístico).

b2. As cesons de superfícies a outro agricultor.

Este segundo fluxo afectou também, ao igual que o anterior, às terras que eram trabalhadas polo titular em tenéncia directa; e consiste na cesom de algumhas delas a outro agricultor. Como vimos no quadro 11.38, este fenómeno tam só se produziu em 5 exploraçons, e o volume total de superfícies cedidas limitou-se a 5,4 hes, o que nos dá umha média de 1,08 hes/ exploraçom. Vemos, pois, que fórom mui poucas as exploraçons afectadas, e também mui reduzida a quantia média das terras que estas cedérom.

Neste caso nom cabe plantejar a questom de qual foi o destino das superfícies, posto que o próprio carácter do fluxo implica que estas fórom transferidas a outros agricultores, permitindo a estes ampliar a sua unidade produtiva. O tema que compre precisar, e sobre o que recolhemos informaçom no inquérito, refire-se às características concretas que apresentam estas cesons. O reduzido número de operaçons aqui registadas limita muito a significaçom dos resultados; pero, ainda assi, existem alguns traços comuns às 5 cesons contabilizadas, e que parecem constituir portanto umhas características gerais deste tipo de operaçons na agricultura galega (ver quadro A.11.15 do Anexo estatístico).

-O primeiro feito a destacar é que, em todos os casos, a cesom efectuou-se por médio de um simples acordo verbal. Nom encontramos nengum no que se estabelecera um contrato por escrito, já adoptara este a forma de escritura pública ou unicamente a de um documento privado entre as partes.

-O segundo traço está estreitamente relacionado com o anterior: em nengum dos casos se fixou umha duraçom mínima para a cesom, nem outro tipo de garantia ou seguridade na possessom das terras para o tomador. Trata-se, pois, de cesons em precário, nas que o proprietário pode recuperar as superfícies em qualquer momento.

-Finalmente, queda-nos por aclarar um terceiro aspeito: a renda ou contrapartida que deve pagar o receptor das terras. Neste sentido, a informaçom obtida indica que: em 2 dos 5 casos as superfícies fórom cedidas a cámbio de umha renda em dinheiro; mentres que nos 3 restantes nom se estabeleceu nengumha contrapartida, tratando-se pois de cesons gratuitas. Estas percentagens concretas nom som extrapoláveis; pero o que si sugirem os dados é que a obtençom de dinheiro a cámbio, nom ocupa um lugar importante entre as motivaçons dos agricultores de idade avançada para ceder parte das suas terras, nem parece ser um critério importante à hora de seleccionar o beneficiário. Outros critérios, como a confiança persoal e as perspectivas de que as terras sejam cuidadas adeqüadamente, jogam com toda probabilidade um papel mais relevante.

b3. As devoluçons ao proprietário, de terras que eram trabalhadas baixo regimes de tenéncia indirectos.

Tal como indicamos anteriormente, esta foi na nossa amostra a principal via de reduçom da superfície das exploraçons: a devoluçom ao proprietário de terras que os agricultores trabalhavam em regimes indirectos. Concretamente, isto

produziu-se durante o período 1978-1989 em 22 exploraçons; e, ademais, a extensom média que estas devolvérom foi importante: 4,27 hes/ exploraçom.

No quadro A.11.16 do Anexo estatístico aparecem recolhidos os dados mais relevantes sobre estas operaçons: a quantia das superfícies deixadas polas distintas exploraçons; o motivo da devoluçom; a profissom e residéncia dos proprietários das terras; e o uso ou destino que estes dérom às superfícies. A continuaçom resumimos os principais resultados que se desprendem daí[46].

No que respeita à magnitude dos lotes de terras devoltos, os dados ponhem de manifesto a existéncia de dous tipos diferentes de situaçons:

-A maioria das vezes trata-se de agricultores que se desfám de pequenas extensons que tinham arrendadas, como complemento das superfícies da sua propriedade. Assi, no 60% dos casos o lote devolto nom alcança as 2 hes.

-Ao lado disso, registam-se alguns casos, muito menos numerosos, nos que os lotes deixados tenhem umha dimensom considerável (superior às 5 ou mesmo às 10 hes). Isto corresponde-se com titulares que tinham a maior parte das terras em regimes indirectos, e que agora devolvem estas ao seu proprietário.

Um segundo feito a destacar é que a grande maioria destes agricultores desprendérom-se das superfícies de forma voluntária, por nom poder continuar trabalhando-as. Em concreto, isto foi o que sucedeu em 17 das 22 exploraçons (mais do 75%); e só nas 5 restantes a devoluçom das terras se deveu ao requerimento feito neste sentido polo proprietário. Estes dados ilustram, pois, o que já antes adiantamos: que as devoluçons contabilizadas no nosso estudo estám ligadas maioritariamente ao declive das unidades produtivas, prévio à sua desapariçom.

Passamos ao terceiro aspeito: a profissom e residéncia dos proprietários das terras. A informaçom que recolhemos aqui é incompleta, posto que nom foi possível obte-la para todos os casos. Fixando-nos naqueles casos em que si dispomos destes dados, os resultados podem resumir-se assi:

---

[46] As cifras que figuram no citado quadro refirem-se, ao igual que nos fluxos anteriores, ao número de operaçons de devoluçom realizadas, e nom às exploraçons que o efectuárom. Na prática, sem embargo, as duas perspectivas som quase coincidentes, já que tam só existe um agricultor que devolveu durante o período 2 lotes distintos de fincas, pertencentes a proprietários diferentes. Assi, o número de operaçons de devoluçom é de 23, praticamente idéntico ao das exploraçons que as realizárom (22).

No caso das cesons de superfícies, que examinamos anteriormente, umhas e outras cifras coincidem (cada umha das 5 exploraçons efectuou umha única cesom), razom esta pola que nom aludimos ao tema.

-Aproximadamente o 40% dos lotes de terras devoltos, pertencem a agricultores em activo residentes no mesmo município; ainda que estes absorvem menos do 15% das superfícies.

-No resto das devoluçons (ao redor do 60% dos lotes, e o 85% das superfícies), o proprietário das terras é umha persoa que nom trabalha na agricultura, e que reside fora do município. Os grupos mais numerosos som aqui: o dos obreiros noutros sectores, e o dos pequenos comerciantes e trabalhadores autónomos; grupos estes que se correspondem com o que designamos noutras partes como "herdeiros da pequena propriedade camponesa". Pero encontramos também alguns casos nos que o proprietário é um funcionário ou um profissional liberal, sendo estes os que possuem os lotes de maior dimensom.

O uso ao que fórom destinadas as superfícies difire muito segundo qual seja a profissom do proprietário:

-Nos casos em que este é um agricultor, as terras passárom a maioria das vezes a ser trabalhadas por ele, incorporando-se à sua exploraçom.

-Para os lotes que pertencem a nom agricultores o panorama é mais diverso, repartindo-se o seu destino em dous grupos: nalguns casos as terras fórom vendidas ou cedidas a outros agricultores; pero o que sucedeu maioritariamente foi que estas quedárom abandonadas.

c. Resumo do destino que tivérom as terras liberadas a causa da contracçom de exploraçons. As cifras globais que resultam para o total de superfícies liberadas.

A partir dos dados referidos aos diversos fluxos anteriores (vendas, cesons, devoluçons, e também terras perdidas como resultado de sucessons e expropriaçons), elaboramos o **quadro 11.39**, no que aparece resumido o destino que tivérom as superfícies liberadas a causa da contracçom de exploraçons.

A principal conclusom que se desprende destas cifras é a seguinte: do total dessas superfícies, tam só a metade fórom transferidas a outras exploraçons agrárias, possibilitando a ampliaçom destas. Esta percentagem é superior à que resultava para as terras liberadas pola desapariçom de exploraçons (o 20%); pero continua sendo bastante baixa.

Do restante 50% dessas superfícies, a imensa maioria (o 40% do total) quedárom abandonadas, sendo mui reduzido o volume das que passárom a usos

florestais (o 1,0%), e também o das que fórom dedicadas a usos urbanos (o 2,2%) (ver quadro 11.39).

Agregando estas cifras com as que vimos anteriormente, referidas às terras liberadas polas exploraçons desaparecidas, obtemos o **quadro 11.40**, onde figura: **o volume total de superfícies que fórom liberadas no período 1978-1989, distribuídas segundo o seu destino.**

- **O primeiro a destacar é o reduzido volume alcançado por estas superfícies: 387,9 hes, o que supom unicamente o 15% da extensom global ocupada pola amostra em 1978.** Isto, como já explicamos, deveu-se principalmente ao comportamento que caracteriza aos titulares de idade avançada sem sucessor: a sua tendéncia a prolongar a actividade até idades mui altas, e a sua resisténcia a desprender-se das terras que já nom podem trabalhar.

- **No que respeita ao destino das terras que si quedárom livres, podemos observar que tam só o 30,3% fórom mobilizadas para outras exploraçons agrárias, mentres que o 61,9% quedárom abandonadas. A conversom destas superfícies a usos urbanos e florestais tivo aqui escassa importáncia, afectando unicamente ao 0,8% e ao 1,5% das terras, respectivamente** (ver quadro 11.40).

Quadro 11.39. Resumo do destino que tivérom as superfícies perdidas ao través dos diversos fluxos polas exploraçons que continuam vivas em 1989.

	Superfície (hes)	%
-Terras que fórom transferidas a outras exploraçons agrárias.....	66,47	50,4%
-Terras que passárom a usos florestais.....	1,27	1,0%
-Terras que passárom a usos urbanos.....	2,96	2,2%
-Terras que quedárom abandonadas.....	53,12	40,3%
-Terras para as que nom dispomos de dados sobre o particular, ou bem nom é possível precisar este aspeito.....	7,95	6,0%
TOTAL DE TERRAS PERDIDAS DURANTE O PERIODO 1978-1989 POR EXPLORAÇONS QUE SEGUEM VIVAS NESTA ULTIMA DATA	131,77	100,0%

Quadro 11.40. Cifras sintéticas sobre o destino que tivérom o total de superfícies liberadas durante o período 1978-1989 polas exploraçons da amostra (terras liberadas como conseqüéncia tanto da desapariçom como da contracçom de exploraçons).

	Superfície (hes)	%
-Terras que fórom transferidas a outras exploraçons agrárias.....	117,67	30,3%
-Terras que passárom a usos florestais.....	5,77	1,5%
-Terras que passárom a usos urbanos.....	2,96	0,8%
-Terras que quedárom abandonadas.....	240,22	61,9%
-Terras para as que nom dispomos de dados sobre o particular, ou bem nom é possível precisar este aspeito.....	21,25	5,5%
TOTAL DE TERRAS LIBERADAS DURANTE O PERIODO 1978-1989 (DEVIDO `A DESAPARIÇOM E `A CONTRACÇOM DE EXPLORAÇONS)	387,87	100,0%

5. AS EXPLORAÇONS QUE AMPLIAROM A SUA SUPERFICIE NO PERIODO 1978-1989; A MAGNITUDE DESTAS AMPLIAÇONS, E AS VIAS OU MECANISMOS AO TRAVES DOS QUAIS SE REALIZAROM.

A análise efectuada nos dous apartados precedentes, permitiu-nos já delimitar a importáncia da mobilidade da terra que se registou nas exploraçons da amostra durante o período 1978-1989. Assi, vimos em primeiro lugar qual foi o volume das terras liberadas ao longo desses anos, e também a proporçom das mesmas que fórom transferidas a outras exploraçons agrárias; o que nos determina já a quantia da superfície que foi "movida" entre distintas exploraçons, e a magnitude conseguinte das transformaçons estruturais.

Umha vez estabelecido isso, o que pretendemos neste último apartado é afondar nas ampliaçons de unidades produtivas, que fórom possibilitadas por essa mobilidade da terra. Ou, dito com outras palavras, o nosso objectivo consiste aqui em analisar esta mobilidade desde a perspectiva das exploraçons que se agrandárom no período (graças à incorporaçom de superfícies liberadas). Trés som em concreto os pontos nos que se centra a nossa atençom, e que trataremos de precisar nas páginas seguintes: o primeiro é a magnitude que alcançárom as ampliaçons; o segundo refire-se às características que apresentam

as exploraçons ampliadas, e, portanto, os factores que influírom na demanda de terras por parte dos agricultores; e o terceiro, que será aquele no que nos extenderemos mais, relaciona-se com os mecanismos concretos ao través dos quais se realizárom estas ampliaçons (a importáncia relativa que tivérom as compra-vendas e o arrendamento, assi como as características concretas de cada um destes fluxos)[47].

5.1. As características das exploraçons que registárom um incremento neto da sua superfície no período 1978-1989; a magnitude destas ampliaçons.

a. O número de exploraçons afectadas, e a magnitude das ampliaçons.

Ao longo do período 1978-1989 fórom 61 as exploraçons que incrementárom a sua superfície em mais de 0,25 hes[48]; cifra essa que supom o 26% das unidades que integravam inicialmente a amostra, e o 30% das que

---

[47] Antes de iniciar o desenvolvimento desta análise, temos que fazer umha precisom: o volume de superfícies "movidas" que se constata ao examinar as ampliaçons de exploraçons da amostra, é superior ao que resultava do estudo sobre a quantia das terras liberadas e o seu destino. Assi, como recolhíamos no quadro 11.40, as terras liberadas polas exploraçons da amostra que fórom transferidas a outras unidades produtivas ascendiam em total a 117,7 hes. Mentres que, se nos fixamos nas exploraçons que se ampliárom durante o período, observamos que estas incorporárom um total de 187,8 hes (ver infra: quadro 11.46), cifra esta claramente superior à anterior.

A origem desta diferéncia hai que busca-la num feito já sinalado com anterioridade: a forma na que está configurada a amostra, que fai que nom exista umha correspondéncia directa entre as terras liberadas por umhas exploraçons e as que fórom incorporadas por outras unidades deste conjunto. Em rigor, dada a configuraçom da amostra, trata-se aqui de dous processos independentes: desapariçom e contracçom de algumhas exploraçons; e ampliaçom de outras.

De qualquer modo, as cifras que imos analisar agora nom alteram o diagnóstico esencial: a escassa mobilidade da terra, a reduzida magnitude que alcançou a superfície "movida" entre exploraçons.

[48] Prescindimos aqui daqueles casos nos que se produziu umha ampliaçom de quantia igual ou inferior a 0,25 hes (analogamente ao que fixemos para as reduçons da superfície).

sobrevivem ao final do período. A percentagem de exploraçons ampliadas é, pois, relativamente importante; ainda que devemos destacar que resulta mui inferior à que se constata em estudos similares realizados noutros países europeios[49].

No que respeita à quantia das ampliaçons, esta foi bastante pequena: 2,89 hes/exploraçom; o que supuxo, em termos relativos, um aumento do 30% sobre a superfície inicial destas unidades produtivas **(ver quadro 11.41)**. Examinando com maior detalhe este aspeito, observamos que nos 2/3 dos casos o incremento registado foi inferior a 2 hes, e tam só houvo 11 exploraçons (o 18% das ampliadas, e o 5% das que sobrevivem em 1989) que ampliárom a sua superfície em mais de 5 hes **(ver quadro 11.42)**.

Portanto, os dados indicam-nos que o número de exploraçons agrandadas durante o período nom foi despreciável, ainda que si bastante modesto; e na maioria dos casos este agrandamento limitou-se a umha magnitude mui pequena. Isto nom é senom a outra cara da moeda do que constatamos nos apartados precedentes: o reduzido volume das superfícies liberadas no período, e o feito de que a maior parte delas quedárom abandonadas.

Quadro 11.41. Número de exploraçons da amostra que registárom umha ampliaçom neta da sua superfície no período 1978-1989; magnitude que alcançárom estas ampliaçons (1).

a. Número de exploraçons	61
b. Volume global das ampliaçons netas registadas por estas exploraçons (hes)	176,53
c. Quantia média da ampliaçom/ exploraçom (hes)	2,89
d. Superfície média destas exploraçons em 1978 (hes)	9,64
c/d (%)	30,0%

(1) Nestes dados, ao igual que nos quadros seguintes, consideramos unicamente aquelas exploraçons cuja superfície total aumentou em mais de 0,25 hes. Hai ademais outras 8 exploraçons que registárom umha ampliaçom igual ou inferior a essa cifra.

---

[49] Consultar por exemplo:

-COUJARD, Jean-Louis, Réproduction et mobilité... op. cit., pp. 51-52.

-BOINON, Jean-Pierre/ NAGOT, Florence, "Stratégies foncières...", op. cit., pag. 3.

Quadro 11.42. Distribuçom das exploraçons que ampliárom a sua superfície no período 1978-1989, segundo a magnitude desta ampliaçom.

Ampliaçom neta da superfície no período 1978-1989	No. de exploraçons		Superfície total incorporada por estas exploraçons	
	Número	%	hes	%
0,25-1 he	20	32,8%	12,90	7,3%
1-2 hes	19	31,1%	27,34	15,5%
2-5 hes	11	18,0%	36,25	20,5%
5-10 hes	8	13,1%	48,85	27,7%
> 10 hes	3	4,9%	51,19	29,0%
TOTAL	61	100,0%	176,53	100,0%

b. Algumhas características das exploraçons ampliadas.

No apartado 2 do presente capítulo fixemos já umha primeira aproximaçom a este tema; calculando para isto os valores médios que registavam certas variáveis, neste grupo de exploraçons e nos restantes grupos diferenciados (unidades desaparecidas, unidades que vírom reduzida a superfície,...). As principais conclusons que ali obtivemos eram as seguintes: as exploraçons que incrementárom a sua base territorial no período 1978-1989, partiam de um tamanho inicial (em termos de superfície total) ligeiramente inferior à média da amostra, registando em cámbio um valor comparativamente elevado do índice SAU/Superfície total; por outro lado, estas unidades apresentavam um forte predomínio das terras trabalhadas em propriedade, mui por encima da média da amostra; e por último, os titulares destas exploraçons tinham umha idade média relativamente baixa, e um número de filhos residindo com eles claramente superior à média global[50]. Daí desprendem-se umhas indicaçons iniciais, sobre os factores que condicionárom a ampliaçom das unidades produtivas, e, portanto, sobre os factores que influírom na demanda de terras por parte dos agricultores.

A continuaçom imos examinar de forma mais detalhada algumhas dessas variáveis, tratando de precisar a sua relaçom com o agrandamento das exploraçons. Dous som em concreto os tipos de variáveis que consideramos aqui: o tamanho inicial das unidades produtivas, medido em termos da

[50] Ver supra: quadro 11.10.

superfície total; e os factores de carácter demográfico (idade do titular, número de filhos que residem com ele, perspectivas de sucessom).

b1. O tamanho inicial das exploraçons.

Com o fim de precisar a influéncia que tivo este aspeito na ampliaçom das exploraçons registada durante o período 1978-1989, calculamos duas classes de cifras, que figuram no **quadro 11.43**: em primeiro lugar, a percentagem que suponhem as unidades ampliadas sobre o total das existentes em cada intervalo de tamanho em 1978; e em segundo lugar, a quantia média que alcançárom as ampliaçons nas unidades de cada estrato.

Começando polo primeiro tipo de cifras, podemos observar que a percentagem das exploraçons que incrementárom a sua superfície no período, foi mui baixa entre aquelas que partiam de umha extensom inferior a 1 he (9,1%); elevando-se depois a medida que aumenta o tamanho inicial, até alcançar os seus valores máximos nos grupos de 1 a 20 hes (com cifras entre o 26% e o 32%). Finalmente, esta percentagem diminue claramente nos estratos situados por encima das 20 hes: o 16% nas que partiam de 20-50 hes, e o 20% nas que tinham inicialmente umha superfície >=50 hes (ver apartado A do quadro 11.43).

Estes resultados concordam bastante bem com o que nos indicam os estudos realizados noutros países europeios: a freqüéncia das ampliaçons aumenta com a elevaçom no tamanho inicial das exploraçons, até alcançar um umbral de superfície por encima do qual o fenómeno perde importáncia; o qual pode interpretar-se no sentido de que este umbral se corresponde com a "dimensom óptima", para o sistema produtivo existente na zona. Deste modo, o agrandamento das unidades produtivas é pouco freqüente, tanto naquelas que partiam de umha base territorial mui reduzida (o que se explica porque o seu pequeno tamanho limita as suas possibilidades de desenvolvimento), como entre as que superavam um determinado umbral (devido a que estas já alcançárom a sua "dimensom óptima", e nom tenhem portanto um estímulo forte para ampliar a sua superfície); produzindo-se o fenómeno sobretodo dentro das que podemos catalogar genericamente como "exploraçons intermédias"[51].

---

[51] Em relaçom com isto, consultar por exemplo:
-BOINON, Jean-Pierre/ NAGOT, Florence, "Stratégies foncières...", op. cit., pag. 4.

No caso concreto da nossa amostra, esse umbral de tamanho, para o que parecem tender as exploraçons, situa-se em torno às 20 hes. De tal modo, que foi nos estratos dimensionais imediatamente inferiores a essa cifra (as exploraçons que partiam de umha superfície de 5-10 hes e 10-20 hes), onde alcançou umha maior importância a ampliaçom das unidades produtivas.

Quadro 11.43. Tamanho inicial das exploraçons ampliadas; magnitude que alcançou esta ampliaçom nas unidades dos diferentes intervalos de tamanho.

A. % DE EXPLORAÇONS AMPLIADAS NOS DISTINTOS GRUPOS DE TAMANHO.

Superf. total das exploraçons em 1978	A Total de exploraçons da amostra em 1978	B No. de explor. que ampliárom a superfície no período 1978-1989	B/A (%)
< 1 he	11	1	9,1%
1-5 hes	67	19	28,4%
5-10 hes	62	20	32,3%
10-20 hes	61	16	26,2%
20-50 hes	25	4	16,0%
>= 50 hes	5	1	20,0%
TOTAL	231	61	26,4%

B. QUANTIA MEDIA DA AMPLIAÇOM/ EXPLORAÇOM.

Superf. total das exploraçons em 1978	C Superf. média que tinham em 1978 as explo-raçons que se ampliárom (hes)	D Quantia média da ampliaçom/ exploraçom (hes)	D/C (%)
< 1 he	0,76	0,88	115,8%
1-5 hes	2,98	1,82	61,1%
5-10 hes	7,62	2,26	29,7%
10-20 hes	13,58	4,42	32,5%
20-50 hes	25,19	5,50	21,8%
>= 50 hes	60,28	3,23	5,4%
TOTAL	9,64	2,89	30,0%

Esta última afirmaçom ve-se reforçada, se temos em conta nom só a freqüência das ampliaçons, senom também a sua magnitude. Isto é, se consideramos a importância que tivérom as exploraçons dos diferentes estratos como demandantes de terras livres. Assi, podemos observar que entre as

unidades que partiam de umha extensom de 1-5 hes, ainda que fórom muitas as que incrementárom a sua superfície, este aumento foi de umha quantia média bastante pequena; polo que o total de superfícies incorporadas polas unidades deste grupo foi também reduzido. Em cámbio, a quantia média das ampliaçons e o total de superfícies mobilizadas, alcançou umha magnitude mui superior no caso das exploraçons de 5-10 hes, e sobretodo entre as que partiam de um tamanho inicial de 10-20 hes[52] (ver apartado B do quadro 11.43).

Resumindo, pois, no que respeita a este ponto podemos afirmar que **a dimensom inicial das exploraçons si tivo umha influência notável na ampliaçom da sua superfície durante o período 1978-1989, na intensidade da demanda de terras realizada polas unidades produtivas. Esta demanda alcançou a sua maior importância entre as unidades que partiam de umha superfície de 5 a 20 hes.**

b2. A influéncia exercida polos factores de carácter demográfico.

Como lembramos fai um pouco, a primeira aproximaçom realizada a este tema puxo de manifesto que: os titulares das exploraçons que se ampliárom entre 1978 e 1989 tinham, ao início do período, umha idade média mais baixa que a do conjunto dos agricultores da amostra; e estes titulares contavam com um número de filhos residindo com eles na exploraçom, claramente superior à média da amostra. Todo o qual sugire que dous factores importantes, que condicionárom o agrandamento das unidades produtivas, fórom: o momento do ciclo demográfico no que se encontra a família; e o volume de mao de obra familiar disponível.

Com objecto de precisar melhor esta questom elaboramos aqui os **quadros 11.44 e 11.45**. No primeiro figura a distribuçom por idades que apresentam em 1989 os titulares das exploraçons ampliadas, comparada com a que resulta para o total das unidades supervivintes neste ano. Pola sua parte, no quadro 11.45 recolhemos os dados referidos ao número de filhos que residem na

---

[52] Concretamente, as exploraçons deste último grupo absorbérom um total de 70,7 hes, o que supom o 40% da superfície global mobilizada para ampliaçons netas. No caso das unidades com um tamanho inicial de 5-10 hes essa cifra baixa a 45,2 hes; e nas do grupo de 1-5 hes reduze-se a 34,6 hes (Todas estas cifras obtenhem, mediante cálculos mui simples, a partir dos dados que figuram no quadro 11.43).

exploraçom, para os titulares dos diferentes grupos de idade; tomando também aqui a informaçom correspondente ao final do período (1989).

Quadro 11.44. Distribuçom por idades dos titulares das exploraçons que se ampliárom no período 1978-1989.

Idade dos titulares em 1989	A Total de titulares na amostra em 1989	B Titulares das exploraçons ampliadas no período 1978-1989	B/A (%)
< 25 anos	2	0	0,0%
25-34	9	1	11,1%
35-44	22	9	40,9%
45-54	43	22	51,2%
55-64	59	22	37,3%
65-74	55	7	12,7%
>= 75 anos	15	0	0,0%
TOTAL	205	61	29,8%

Começando polas cifras do primeiro quadro, delas desprendem-se as seguintes conclusons:

-A ampliaçom da base territorial das exploraçons alcançou a sua maior relevância entre aquelas cujo titular tem em 1989 de 45 a 54 anos (34-43 anos ao início do período). Das unidades pertencentes a este grupo (e que sobrevivem em 1989), a metade incrementárom a sua superfície durante o período 1978-1989.

-A percentagem de exploraçons ampliadas foi também importante nos grupos de idade imediatamente por encima e por baixo do anterior: o 41% naquelas dirigidas por um titular de 35-44 anos em 1989; e o 37% entre as tenhem ao seu frente um agricultor de 55-64 anos (44-53 anos ao início do período).

-Em cámbio, este fenómeno foi mui pouco freqüente nos intervalos de idade extremos. Isto é certo para as exploraçons nas que o titular tem 65 ou mais anos em 1989, e já superou portanto nesta data a idade de jubilaçom: das 70 que figuram aqui, unicamente 7 (o 10%) aumentárom a sua superfície no período 1978-1989. Pero o mesmo sucede também para aquelas dirigidas polos agricultores mais jovens: das 11 exploraçons cujo titular tem em 1989 menos de 35 anos, tam só 1 (o 9%) incrementou a sua superfície durante o citado período (ver quadro 11.44).

Estes dados indicam, pois, que a ampliaçom das unidades produtivas tem lugar principalmente: a idades adultas, quando o titular está na plenitude da sua vida activa e leva já um certo tempo ao frente da exploraçom; e na fase

posterior de maturidade, quando os filhos começam a entrar em actividade e a colaborar, alguns deles, no trabalho da exploraçom familiar. Em cámbio, este tipo de evoluçom produze-se raramente: naqueles casos nos que o titular está já no período final da sua vida activa, próximo à idade de jubilaçom; e também no outro extremo da vida activa, na fase imediatamente posterior ao acceso do titular à direcçom da exploraçom.

Para estabelecer um diagnóstico preciso neste tema nom podemos limitar-nos, sem embargo, a considerar a idade do titular, senom que compre ter em conta também a outra variável que antes mencionamos: o número de filhos que residem com ele na exploraçom. A análise das cifras referidas a este aspeito, que figuram no **quadro 11.45**, conduze-nos a duas conclusons esenciais:

Quadro 11.45. Número de filhos do titular que residem na exploraçom ao final do período; comparaçom entre as exploraçons que se ampliárom, e o resto das exploraçons perennes.

Tipo de dinámica fundiária	No. médio de filhos do titular que residem na exploraçom em 1989			
	Tit. de todas as idades	Tit. de 35-44 anos	Tit. de 45-54 anos	Tit. de 55-64 anos
-Explor. que ampliárom a sua superf. no período 1978-1989...	1,36	0,89	1,86	1,23
-Explor. nas que a superfície nom variou nesse período.....	0,93	1,73	0,95	1,17
-Explor. que registárom umha diminuçom da superf. no período	0,59	2,50(*)	2,00(*)	0,86
TOTAL DE EXPLORAÇONS QUE SEGUEM VIVAS EM 1989	1,01	1,45	1,47	1,15

(*) Estas duas cifras hai que interpreta-las com prudéncia, devido a que tanto no grupo de 35-44 anos como no de 45-54 anos, tam só hai 2 exploraçons com titulares dessa idade que registárom umha diminuçom da sua superfície.

-O número de filhos que residem na exploraçom nom tem umha influéncia significativa sobre a evoluçom da sua superfície, no caso de que o titular seja ainda jovem. Assi, se tomamos na nossa amostra as unidades dirigidas por um agricultor de 35-44 anos em 1989, podemos observar que o número de filhos residentes na exploraçom é similar e mesmo superior naquelas que mantivérom a sua superficie estável ou que vírom diminuir esta, que nas que experimentárom umha ampliaçom entre 1978 e 1989.

-Em cámbio, esta variável si exerce umha clara influéncia positiva sobre a dinámica das exploraçons, nos casos em que o titular está numha idade

madura ou avançada. Na nossa amostra isto constata-se de forma nítida para as unidades cujo titular conta entre 45 e 64 anos em 1989.

A estas idades, os filhos dos agricultores tenhem já entrado, em geral, em actividade; e portanto, a sua preséncia na exploraçom supom um incremento da mao de obra disponível. Ao mesmo tempo que isto sugire também a sua intençom de permanecer na agricultura, assegurando assi a continuidade da unidade de produçom familiar. Daí que, neste caso, a existéncia de filhos residindo na exploraçom si condiciona fortemente a evoluçom da sua superfície.

Considerando de forma conjunta essas duas variáveis (a idade do titular, e o número de filhos que residem com ele), os dados que acabamos de comentar permitem-nos estabelecer em definitiva estas conclusons:

-A ampliaçom da superfície das exploraçons produziu-se principalmente em dous tipos de situaçons, ou fases do ciclo demográfico da família: no período de plenitude da vida activa do titular, transcorrido um certo tempo desde o seu acceso à titularidade; e na fase que podemos denominar de "pre-renovaçom" ou "pre-sucessom", aquela na que pai e filho/os trabalham juntos na unidade de produçom familiar, e que precede à instalaçom dalgum destes filhos ao frente dela.

-Em cámbio, esta ampliaçom em mui poucos casos tivo lugar: na fase imediatamente posterior ao acceso de um novo titular à direcçom da exploraçom; e no suposto de unidades dirigidas por um agricultor de idade avançada e que nom conta com sucessor[53].

Isto é o que podemos afirmar, no que respeita à relaçom do agrandamento das exploraçons com os factores de carácter demográfico. Do ponto de vista do conjunto da nossa investigaçom, hai que destacar que **estes dados confirmam a importante influéncia que os factores demográficos tenhem sobre a demanda de terras por parte dos agricultores; corroborando, pois, as hipóteses que neste sentido formulávamos no capítulo anterior.**

---

[53] Hai que resaltar a notável similitude destes resultados, que se desprendem da informaçom referida à nossa amostra, com os que obtém J.Cavailhés no seu estudo sobre o Charolais francés. Consultar ao respeito:
-CAVAILHES, Jean, "Le cycle demographique...", op. cit.

Passamos a examinar agora as vias ou mecanismos ao través dos quais se realizárom as ampliaçons da superfície.

5.2. As vias ou mecanismos ao través dos quais se efectuárom as ampliaçons; a importáncia relativa que tivérom neste processo as compras de terras e as cesons.

A priori, som 4 os mecanismos que podem ser utilizados por um agricultor com o fim de aumentar a superfície da sua unidade produtiva, as vias possíveis para o agrandamento das exploraçons:

-As compras de terras.

-A toma de superfícies em arrendamento, ou baixo outra fórmula de cesom.

-As sucessons e donaçons (o acceso por médio destes fluxos à propriedade de superfícies, que passam a ser trabalhadas polo agricultor).

-A recuperaçom de terras propriedade do titular da exploraçom, que este tinha cedidas a outro agricultor.

No inquérito recolhemos informaçom detalhada sobre cada um destes 4 fluxos, tratando de conhecer o volume que estes alcançárom nas exploraçons da amostra durante o período 1978-1989, e também as suas principais características (as características concretas das compras, das cesons, etc). A continuaçom analisamos os resultados obtidos[54].

a. A importáncia relativa das compras de terras e das cesons, como vias de agrandamento das exploraçons.

No **quadro 11.46** figuram as cifras globais que obtivemos para cada um dos 4 fluxos citados: o número de exploraçons que realizárom este tipo de operaçons no período 1978-1989; e o volume total de superfícies que estas incorporárom ao través dessa via.

---

[54] Ao igual que no resto da exposiçom, limitamo-nos aqui a comentar os resultados referidos ao conjunto da amostra. O detalhe das cifras para os 5 municípios incluídos no estudo pode encontrar-se no Anexo estatístico.

De entrada temos que fazer umha precisom, no que se refire em concreto às compras de terras e às herdanças e donaçons. Tanto num como noutro caso, existem duas situaçons distintas que compre diferenciar:

-A primeira é aquela na que o agricultor, por médio destes fluxos, accede à propriedade de superfícies que já vinha trabalhando.

-A segunda é a que se produze quando as terras compradas ou recibidas em herdança ou donaçom, nom eram trabalhadas anteriormente polo agricultor (e si passam a ser exploradas por este umha vez adquirida a sua propriedade).

Desses dous supostos, só este último implica um incremento da superfície da exploraçom. No primeiro suposto, o que resulta é um aumento do volume de terras que o agricultor trabalha em tenéncia directa, pero sem alterar a superfície total da unidade produtiva.

Pois bem, em relaçom com isso devemos indicar que no nosso questionário recolhemos informaçom sobre esses dous tipos de operaçons; pero no quadro 11.46 unicamente figuram as cifras correspondentes ao suposto que aqui nos interessa: as compras de terras e as herdanças e donaçons, que implicárom um aumento da superfície das exploraçons.

Feita esta aclaraçom, passamos já a exponher as principais conclusons que se desprendem do citado **quadro 11.46**, e também do **quadro 11.47**:

i. Em primeiro lugar, podemos observar que as herdanças e donaçons tivérom umha importáncia mui pequena, como vias de agrandamento das exploraçons. Concretamente, ao longo do período 1978-1989, tam só houvo 5 unidades produtivas que incrementárom a sua superfície graças a herdanças recibidas polo titular; ascendendo o volume total de terras afectadas por estas operaçons a unicamente 11,1 hes. E nom contabilizamos nengum caso de exploraçons que ampliaram a sua superfície como conseqüéncia de donaçons.

Mais reduzido ainda foi o papel que jogou neste processo o quarto mecanismo citado ao começo: a recuperaçom polo titular de terras que tinha cedidas a outro agricultor. No inquérito tam só contabilizamos 3 exploraçons que realizárom este tipo de operaçom durante o período estudado; e o volume de terras implicadas limitou-se a 1,5 hes, umha cifra como vemos praticamente insignificante.

Portanto, a nossa atençom deve centrar-se nas outras duas vias que existem para o incremento da base territorial das exploraçons: as compras de terras, e o arrendamento (ou, de modo mais geral, as cesons de superfícies). No capítulo X desta investigaçom já indicamos que estes som, normalmente, os dous principais mecanismos de mobilidade da terra e de ampliaçom das unidades produtivas. E os resultados obtidos confirmam que isto se verifica também, e de forma abrumadora, na amostra que estamos analisando. Assi, das 187,8 hes que

sumam as ampliaçons registadas por estas exploraçons entre 1978 e 1989, 175,2 hes (o 93%) procedem de compras ou cesons (ver quadro 11.46). O resto dos nossos comentários vam-se centrar, pois, nestes dous fluxos.

ii. Dessas duas vias principais de mobilidade da terra, a que alcançou umha maior relevância na nossa amostra foi a segunda: a toma de superfícies arrendadas ou baixo outra fórmula de cesom. Em concreto, este fluxo afectou a um total de 112,1 hes, cifra esta que supom o 60% das ampliaçons registadas durante o período, e que duplica praticamente às realizadas por médio da compra de terras: 63,1 hes (ver quadro 11.46). Simplificando, podemos afirmar pois que, do total de superfícies incorporadas polas unidades da amostra entre 1978 e 1989, ao redor dos 2/3 procedem de arrendamentos ou cesons, e o 1/3 restante de compras.

Os resultados que obtemos aqui som coerentes com os que vimos anteriormente, ao analisar o destino que tivérom as superfícies liberadas polas exploraçons desaparecidas. Como se lembrará, estes dados indicavam-nos que o principal mecanismo de mobilidade da terra, de transferéncia das terras livres a outras exploraçons, foi o das cesons; superando estas claramente ao volume de superfícies que fórom vendidas a outro agricultor[55]. Pois bem, isto mesmo é o que constatamos agora, ao examinar as ampliaçons efectuadas polas unidades de produçom supervivintes. Os dous tipos de dados conduzem, portanto, à mesma conclusom; e, na medida em que a amostra tenha umha certa representatividade, estas cifras sugirem que a principal via de mobilidade da terra na agricultura galega foi, durante as últimas décadas, a do arrendamento ou cesons.

As afirmaçons anteriores refirem-se ao volume das superfícies "movidas" por médio de um e outro mecanismo (compras e cesons). Se voltamos de novo ao quadro 11.46, e nos fixamos no número de exploraçons que realizárom estes dous tipos de operaçons, podemos observar que o panorama é diferente: a cifra de agricultores que ampliárom a sua unidade produtiva graças à compra de terras (42), resulta similar, e mesmo ligeiramente superior, à dos que o fixérom ao través de cesons (36).

Os dados indicam-nos, pois, que a compra de terras alcançou umha freqüéncia similar à das cesons. Pero a quantia média das superfícies adquiridas por cada exploraçom foi mui reduzida, possibilitando tam só pequenos incrementos da sua base territorial. Mentres que no caso das cesons, o volume médio das superfícies implicadas foi notavelmente superior. Assi, as 42 exploraçons que se ampliárom mediante a compra de terras adquirírom umha média de 1,50 hes; em tanto que para as cesons, as 36 exploraçons que as realizárom incorporárom umha média de 3,11 hes, o duplo da cifra anterior (ver

---

[55] Ver supra: quadros 11.24 a 11.26.

quadro 11.46). O resultado foi o que vimos antes: que o volume global deste segundo fluxo duplica o do primeiro.

iii. Umha questom que tem interesse contrastar refire-se às divergéncias que podem existir neste aspeito (as vias de ampliaçom das exploraçons), segundo o tamanho inicial das unidades produtivas. Observa-se algumha relaçom entre a dimensom inicial das exploraçons, e a importáncia relativa que tivérom as compras de terras e as cesons ?.

A priori, caberia pensar, por exemplo, que as unidades que partem de umha maior base territorial, na medida em que isto se corresponde em geral com umha maior dimensom em termos económicos, estarám em melhores condiçons para financiar a compra de terras; polo que a importáncia relativa deste fluxo, em relaçom às cesons, poderia ser aqui superior ao que sucede nas exploraçons de menor tamanho.

Com o fim de aclarar isto para o caso da nossa amostra elaboramos o **quadro 11.47**, do que nos interessam em particular as cifras que figuram no apartado C. A conclusom geral que se desprende destes dados, é que nom existe nengumha correlaçom significativa entre o tamanho inicial das exploraçons e a importáncia relativa das compras e as cesons. Prescindindo dos dous grupos de tamanho extremos (as unidades <1 he, e $>=50$ hes), onde ao haver umha única exploraçom que se ampliou as cifras som pouco significativas, nos restantes podemos observar que o peso relativo das compras e as cesons foi mui similar, predominando em todos os casos esta segunda via de ampliaçom da superfície (ver quadro 11.47).

Portanto, a evidéncia empírica sugire aqui que a dimensom inicial das exploraçons, nom influe de forma apreciável nos mecanismos ao través dos quais estas incrementam a sua superfície.

iv. O último aspeito a comentar é a composiçom das terras que fórom incorporadas polas exploraçons ao través dos dous fluxos citados (compras e cesons). Em relaçom com isto, som dous os feitos que se desprendem das cifras (ver quadro 11.46):

-O primeiro é que estas superfícies apresentam globalmente um forte predomínio da SAU, sendo a percentagem que corresponde a terras de monte bastante reduzida, mui inferior à que estas representam no conjunto da superfície das exploraçons da amostra. Isto coincide com o que constatamos ao examinar (no apartado 2) o destino das terras liberadas polas unidades desaparecidas, e confirma portanto o que ali indicamos: dentro da escassa mobilidade global das terras liberadas, esta é muito maior no caso do lavradio e os prados, que no das superfícies de monte.

-O segundo feito relevante que se observa no quadro 11.46 é a grande diferéncia que existe, no que respeita à sua composiçom, entre as terras

compradas polos agricultores e as que estes tomárom em arrendamento. Estas últimas correspondem na sua imensa maioria a cultivos e prados, sendo mui reduzido o peso que tenhem aqui os terreos de monte (tam só o 14,3% do total). Mentres que nas superfícies adquiridas em propriedade nom sucede o mesmo, registando-se umha proporçom elevada de monte (o 58,3%), mui similar à que se constatava na superfície total das exploraçons da amostra em 1978 (o 55,6%).

Estes dous feitos que acabamos de constatar som coerentes com as hipóteses que formulamos no capítulo anterior, ao analisar os condicionantes e os possíveis obstáculos à mobilidade da terra na agricultura galega. E, portanto, os resultados derivados deste estudo empírico confirmam a validez dessas hipóteses.

Lembremos brevemente o argumento. Indicávamos ali que a crise sofrida durante as últimas décadas polas funçons tradicionais que cumpliam em Galiza as terras de monte, tivo que fazer que a demanda deste tipo de superfícies por parte dos agricultores seja no período recente bastante débil. No novo contexto agora configurado, o interesse produtivo destas terras para a agricultura, está ligado principalmente à possibilidade da sua roturaçom e transformaçom em pastos, e só com vistas a isto poderá existir umha demanda importante por parte dos produtores agrários.

Deste razoamento desprendiam-se dous corolários, que estabelecíamos a modo de hipóteses:

-No caso de que as terras de monte apresentem limitaçons naturais ou obstáculos de carácter estrutural, que impidam a sua transformaçom em pastos, o seu destino ao ser liberadas será na maioria dos casos o de quedar abandonadas. E dado que essas limitaçons naturais ou estruturais estám presentes para a maior parte dos terreos de monte, cabe agardar que a mobilidade destas superfícies seja na prática mui reduzida, notavelmente inferior à da SAU. E todo isto, compre insistir, à marge dos factores que podam frear a oferta efectiva destas superfícies; a escassa mobilidade das terras de monte deriva-se já da debilidade da sua demanda por parte dos agricultores.

-A isso unía-se umha segunda hipótese, que também se desprende daquele razoamento: na medida em que as terras de monte liberadas som mobilizadas para outras exploraçons agrárias, isto deve produzir-se principalmente ao través de compra-vendas, tendo aqui escassa relevância as cesons.

Pois bem, como acabamos de ver, estas duas hipóteses som confirmadas polos dados que obtivemos no nosso inquérito. Portanto, estes dados corroboram a importância que tenhem, como causa da reduzida mobilidade da

terra em Galiza, os que denominamos "obstáculos estruturais"; aqueles que se relacionam com as deficiéncias das próprias superfícies liberadas, e que fam que a sua demanda polos agricultores seja débil.

Quadro 11.46. Os diversos fluxos que dérom lugar a incrementos na superfície das exploraçons durante o período 1978-1989. As vias ao través das quais se produziu a ampliaçom das unidades produtivas.

	Mecanismos de ampliaçom da superfície das exploraçons				Total de superfícies incorporadas ao través desses fluxos
	Compras de terras(1)	Herdanças e donaçons(1)	Toma de terras cedidas ou arrendadas	Recuperaçom de terras que estavam cedidas	
-No. de exploraçons que realizárom isso	42	5	36	3	
-Superfície incorporada:					
-SAU (hes)	26,31	7,75	96,03	0,68	130,77
-Monte (hes)	36,76	3,38	16,05	0,84	57,03
-Sup. total (hes)	63,07	11,13	112,08	1,52	187,80
-Sup. incorporada/ exploraçom (hes)	1,50	2,23	3,11	0,51	
-% de terras a monte em cada fluxo	58,3%	30,4%	14,3%	55,3%	30,4%

(1) Para as compras de terras e as herdanças e donaçons, tam só figuram aqui aquelas referidas a superfícies que nom eram trabalhadas anteriormente polo agricultor, e que supuxérom portanto um incremento da superfície da exploraçom.

Quadro 11.47. Importáncia que tivérom as ampliaçons por médio da compra de terras e por médio do arrendamento, segundo o tamanho inicial das exploraçons.

A. COMPRAS DE TERRAS.

Tamanho das exploraçons em 1978 (Sup. total)	No. total de exploraçons existentes em 1978	Ampliaçons realizadas por médio da compra de terras durante o período 1978-1989		
		No. de explor. que o fixérom	% sobre as exploraçons existentes em 1978	Superfície comprada/ exploraçom (hes)
< 1 he	11	0	0,0%	--
1-5	67	14	20,9%	0,95
5-10	62	11	17,7%	1,29
10-20	61	15	24,6%	1,77
20-50	25	1	4,0%	5,73
>= 50 hes	5	1	20,0%	3,23
TOTAL	231	42	18,2%	1,50

B. INCORPORAÇOM DE TERRAS CEDIDAS OU ARRENDADAS.

Tamanho das exploraçons em 1978 (Sup. total)	No. total de exploraçons existentes em 1978	Ampliaçons realizadas por médio do arrendamento de terras no período 1978-1989		
		No. de explor. que o fixérom	% sobre as exploraçons existentes em 1978	Superfície arrendada/ exploraçom (hes)
< 1 he	11	1	9,1%	0,88
1-5	67	12	17,9%	1,85
5-10	62	12	19,4%	2,72
10-20	61	8	13,1%	5,01
20-50	25	3	12,0%	5,42
>= 50 hes	5	0	0,0%	--
TOTAL	231	36	15,6%	3,11

C. IMPORTANCIA RELATIVA DAS COMPRA-VENDAS E O ARRENDAMENTO NAS EXPLORAÇONS DOS DIFERENTES GRUPOS DE TAMANHO.

Tamanho das exploraçons em 1978 (Sup. total)	Volume global das ampliaçons ao través de:			Compras/ Total ampliaçons (%)
	Compras (hes)	Cessons (hes)	Total (hes)	
< 1 he	0,00	0,88	0,88	0,0%
1-5	13,26	22,24	35,50	37,4%
5-10	14,24	32,63	46,87	30,4%
10-20	26,61	40,07	66,68	39,9%
20-50	5,73	16,26	21,99	26,1%
>= 50 hes	3,23	0,00	3,23	100,0%
TOTAL	63,07	112,08	175,15	36,0%

b. As características concretas das cesons (ou arrendamento) de superfícies.

No inquérito tratamos de conhecer as principais características, tanto das compras de terras como das cesons, que realizárom as exploraçons da amostra durante o período 1978-1989. Os resultados obtidos figuram todos no Anexo estatístico: nos quadros A.11.18 a A.11.20 para as compras; e no quadro A.11.21 para as cesons.

Com o fim de nom sobrecargar mais o texto, nom nos imos deter sem embargo a comentar todas essas cifras; e tam só nos referiremos a um aspeito que tem especial relevância para o conjunto da análise: as características concretas que apresentam os contratos de arrendamento ou cesom. Nas páginas anteriores vimos que esta foi, na amostra estudada, a principal via de mobilidade da terra e o principal mecanismo de ampliaçom das exploraçons. E, portanto, parece-nos de sumo interesse o precisar a forma concreta que adoptam estas cesons.

Pois bem, as conclusons que se desprendem neste aspeito da informaçom obtida, som as seguintes **(ver quadro A.11.21 do Anexo estatístico)**:

-Na prática totalidade dos casos, a cesom efectuou-se mediante um simples acordo verbal, sem que existira nengumha formalizaçom por escrito do contrato. Concretamente, as 36 exploraçons que víamos no quadro 11.46, realizárom um total de 43 operaçons de arrendamento ou cesom, tomárom um total de 43 lotes de terras arrendados. Pois bem, destas 43 operaçons, tam só houvo 2 nas que se redactou por escrito um contrato (de arrendamento) de natureza privada, nom existindo nengumha em que o contrato fora elevado a escritura pública. Nos 41 casos restantes, o 95% do total, a cesom levou-se a cabo por médio de um simples acordo verbal entre o agricultor e o proprietário das terras.

-Estreitamente relacionado com o anterior está o que nos indicam os dados sobre a duraçom do arrendamento ou cesom. Nos 2 casos em que se redactou um contrato por escrito, este fixa umha duraçom determinada para o arrendamento, duraçom que em concreto é de 3 anos num caso e de 10 anos no outro. Em cámbio, as cesons realizadas ao través de um acordo verbal nom tenhem umha duraçom mínima estabelecida, senom que as terras podem ser recuperadas polo proprietário (ou deixadas polo tomador) em qualquer momento. Portanto, nestes casos, que como vimos som a imensa maioria, trata-se de cesons em precário, que nom oferecem ao agricultor nengumha estabilidade nem seguridade no disfrute das terras.

-A última questom a precisar refire-se à renda ou contrapartida, que deve pagar o agricultor a cámbio do direito de uso das superfícies. Ao respeito, a

informaçom recolhida sugire que o mais freqüente é que se estabeleza umha renda em dinheiro. Isto é o que sucede, em concreto, nos 3/4 das cesons contabilizadas no nosso estudo. Pero também nos encontramos com algumha na que a contrapartida fixada nom consiste em dinheiro, senom em certas quantidades de determinados produtos agrários (o 5% das cesons). Esta situaçom regista-se, por exemplo, nalguns casos em que um agricultor jubilado cede parte das suas terras a outro agricultor das proximidades: isto efectua-se a cámbio de alguns produtos que aquele necessita para o seu consumo (patacas,...). Finalmente, existe umha proporçom relativamente importante de cesons gratuitas, nas que o proprietário nom exige nengumha contrapartida, senom que busca só que alguém cuide das suas terras. Em concreto, isto é o que sucede no 20%, aproximadamente, das cesons contabilizadas no nosso estudo.

Resumindo: **os dados ponhem de manifesto que a prática totalidade dos "arrendamentos" registados na amostra durante o período 1978-1989, consistem realmente em cesons em precário, realizadas por médio de um acordo verbal, e sem nengumha garantia de estabilidade para o agricultor.** Se temos em conta que este foi o principal mecanismo de ampliaçom das exploraçons, chegamos à conclusom de que este processo, já de por si pouco importante, deve ser ainda relativizado. Porque as características concretas das cesons, limitam o impacto real das ampliaçons efectuadas ao través desta via.

Desde outro ponto de vista, os dados que acabamos de analisar sugirem que **na agricultura galega nom existe em rigor um mercado de arrendamentos, se entendemos estes como contratos formalizados por escrito, com umha duraçom mínima e certas garantias para o arrendatário. Assi, no que respeita aos mecanismos de mobilidade da terra, os resultados obtidos no inquérito conduzem-nos às seguintes conclusons esenciais: o mercado de terras apresenta umha grande estreitez; o arrendamento "strictu sensu" está quase totalmente ausente; e só alcançam umha difusom relativamente importante as cesons em precário, que constituem a principal via para a ampliaçom da superfície das exploraçons.**

RECAPITULAÇOM DAS CONCLUSONS ESENCIAIS OBTIDAS NESTE ESTUDO, REFERIDO A UMHA AMOSTRA DE EXPLORAÇONS.

a. Os dados obtidos neste estudo indicam, para começar, que a estrutura dimensional das exploraçons da amostra, experimentou ao longo do período 1978-1989 umhas transformaçons (netas) praticamente irrelevantes; coincidindo assi com o diagnóstico exposto, para o conjunto da agricultura galega, nos capítulos anteriores.

b. O primeiro factor que explica essa evoluçom é a escassa intensidade da desapariçom de exploraçons; e, como conseqüência disto, o reduzido volume das superfícies liberadas durante o período.

Isto, à sua vez, deveu-se fundamentalmente a um fenómeno: o grande retardo com o que os titulares de idade avançada sem sucessor abandonam a actividade, unido à sua resisténcia a desprender-se das terras da sua propriedade que já nom podem trabalhar. Este comportamento dos agricultores de idade avançada freou fortemente a liberaçom de superfícies; ao mesmo tempo que levou a que quedaram abandonadas muitas terras, integradas nestas exploraçons de jubilados.

c. O outro elemento esencial que limitou as transformaçons estruturais, foi a escassa mobilidade das terras que si fórom liberadas (tanto pola desapariçom como pola contracçom de exploraçons). Do total destas superfícies, tam só umha proporçom bastante reduzida (ao redor do 30%) fórom transferidas a outras unidades produtivas, possibilitando assi a ampliaçom da sua base territorial. O resto das terras liberadas quedárom abandonadas, ou bem, com muita menor freqüéncia, fórom destinadas a usos florestais ou urbanos.

Ademais, hai que acrescentar que das superfícies mobilizadas para outras exploraçons, a maioria (entre os 2/3 e os 3/4) fórom incorporadas por estas unidades mediante cesons em precário, o que limita ainda mais a magnitude real da mobilidade da terra.

d. No que respeita à aclaraçom das causas dessa escassa mobilidade da terra, a informaçom obtida no inquérito tem umha utilidade bastante limitada. Pero, apesar disto, dela deduzem-se quatro indicaçons importantes:

-Em primeiro lugar, os dados resaltam a "pasividade" que caracteriza aos proprietários, e oferentes potenciais, de terras livres, especialmente a aqueles que som agricultores jubilados. Estas persoas amostram umha tendéncia a conservar as terras no seu poder, e estám pouco dispostos a vende-las ou cede-las em arrendamento.

Neste sentido, confirma-se que a mobilidade das superfícies liberadas choca em Galiza com fortes obstáculos do lado da oferta; ainda que sem poder precisar as razons últimas desse comportamento (desejo de conservar as

terras como activo, motivaçons de tipo afectivo, ...), nem tampouco o peso respectivo que tenhem estes obstáculos e os situados do lado da demanda.

-Em relaçom com isto último (a demanda de terras por parte dos agricultores), a análise das características das exploraçons que se ampliárom durante o período, permitiu-nos constatar dous feitos:

-A importante influéncia que tenhem sobre essa demanda os factores de tipo demográfico (idade do titular e perspectivas de sucessom, e volume de mao de obra familiar existente na exploraçom).

-E a forte influéncia que exerce também o tamanho inicial da exploraçom; observando-se em concreto como a demanda de terras para ampliaçons, é mui débil no caso das unidades de menor dimensom.

Este segundo feito chama a nossa atençom sobre um factor que pode limitar notavelmente a demanda de terras na agricultura galega, contribuíndo a explicar a escassa mobilidade das superfícies liberadas: existe aqui umha elevada percentagem de exploraçons que partem de umha dimensom tam reduzida, que fai sumamente difícil (se nom impossível) que estas podam afrontar um processo de transformaçom significativo, incluíndo neste processo a ampliaçom da sua superfície. Assi, ainda que a priori caberia pensar que estas unidades registam umha demanda potencial de terras mui intensa, o seu papel real como demandantes de superfícies livres é pouco relevante.

-Em terceiro lugar, pudemos comprovar também a grande relevância dos que denominamos anteriormente como "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra. Feito este que se reflecte na mobilidade muito menor das terras de monte, comparado com a SAU.

-E por último, os dados chamam a atençom sobre o importante desfase temporal que existe normalmente entre: a desapariçom da exploraçom, e o momento no que se liquida a herdança do antigo titular. Isto retarda a adopçom de decisons sobre o destino das terras, contribuíndo assi a dificultar durante um período prolongado, a sua possível venda ou arrendamento.

CAPITULO XII. O MERCADO DA TERRA EM GALIZA; UMHA PRIMEIRA ANALISE SOBRE AS SUAS CARACTERISTICAS E FUNCIONAMENTO.

INTRODUÇOM.

O mercado de terras constitue, como já sabemos, umha das duas vias principais que existem para a mobilidade deste factor produtivo; um dos dous mecanismos esenciais ao través dos quais as superfícies liberadas podem ser transferidas a outras exploraçons agrárias, possibilitando assi que estas incrementem o seu tamanho (a outra via fundamental para isto é, como também conhecemos, a do arrendamento). Em conseqüência, as características que apresenta este mercado num determinado país, condicionam fortemente o grau de mobilidade das superfícies agrárias, e o ritmo das transformaçons estruturais na agricultura.

No caso concreto de Galiza, os dados que examinamos nos capítulos precedentes sugirem que o mercado de terras se caracteriza, ao longo das últimas décadas, por umha escassa mobilidade, por umha forte rigidez; sendo esta umha das causas fundamentais da reduzida magnitude que alcançárom aqui as mudanças na estrutura das exploraçons. Esta é a conclusom que se derivava das cifras agregadas oferecidas polos sucessivos censos agrários (que analisamos no capítulo VII); e no mesmo sentido apontam os dados mais específicos que expuxemos no capítulo anterior, procedentes de um inquérito a umha amostra de exploraçons. Tanto umha como outra informaçom, indicavam-nos, em concreto, que as compras de terras jogárom aqui um papel mui pouco relevante na ampliaçom da superfície das exploraçons; o que induze a pensar que a mobilidade registada neste mercado tivo que ser mui reduzida[1].

Para precisar com maior rigor este tema, necessitamos, sem embargo, analisar directamente a estrutura e o funcionamento do mercado de terras, considerando os seus dous elementos ou aspeitos esenciais: o volume e as características das transacçons, por um lado; e o nível e evoluçom dos preços da terra, polo outro. Assi, no que se refire ao primeiro, compre examinar o volume

---

[1] Sinalamos isto em termos hipotéticos, e nom de seguridade absoluta, porque as compras que dam lugar a umha modificaçom no tamanho das exploraçons constituem só umha parte (às vezes relativamente pequena) do total de transacçons no mercado de terras agrárias. Deste modo, a priori ao menos, existe a possibilidade de que o volume destas transacçons fora em Galiza relativamente importante, sem que isto repercutira de modo significativo nas estruturas agrárias.

que alcançam as compra-vendas de terras rústicas, o tamanho e composiçom dos lotes intercambiados, a profissom e residéncia dos compradores e vendedores, etc.; com o fim de conhecer realmente o grau de mobilidade que se regista neste mercado, e a medida na que estas transacçons contribuem a umha transformaçom da estrutura dimensional das exploraçons. E no que respeita aos preços da terra, tem interesse analisar o nível que estes alcançam actualmente em Galiza, assi como a sua evoluçom durante as últimas décadas, tratando de aclarar os seus possíveis factores explicativos; porque isto ajudará-nos a perfilar melhor os traços que presidem aqui o funcionamento deste mercado, e as variáveis que incidem nele.

Este é, em síntese, o objectivo do presente capítulo, o último dos que integram a nossa investigaçom: nele imos tratar de oferecer umha primeira aproximaçom às características e ao funcionamento do mercado de terras agrárias em Galiza. Dizemos que "umha primeira aproximaçom" porque nom aspiramos, nem muito menos, a apresentar um estudo completo e acabado deste tema, cousa esta impossível com a informaçom disponível; senom que pretendemos tam só realizar umha contribuçom inicial à sua análise rigurosa. Neste sentido, o panorama do que partimos é bastante paradoxal. Porque o tema do mercado de terras é objecto no ámbito galego de contínuas alusons, que destacam sempre a sua relevância para a dinámica da agricultura; pero, de modo surprendente, esse interesse nom foi acompanhado até agora de um esforço paralelo no plano da investigaçom, de tal modo que nom conhecemos nengum estudo sobre o tema, minimamente sério e baseado empiricamente[2]. Assi, as referéncias que encontramos na literatura (e também os pontos de vista mais extendidos na opiniom pública), movem-se sempre no terreo da repetiçom de uns poucos lugares comuns, sem que se fixera até agora nengum intento de contrastar estes com dados sistematizados. A finalidade que nos proponhemos aqui é justamente a de superar esse estádio, o da repetiçom de certos tópicos, tratando de dar um primeiro passo no que é propriamente o estudo destas questons.

De entrada, hai que advertir que a análise do mercado de terras tropeça em Galiza (ao igual que no conjunto de Espanha) com grandes dificuldades, devido à enorme escassez de informaçom estatística neste campo. Este problema é relativamente menos acusado no referido aos preços da terra, posto que sobre

---

[2] Referimo-nos aqui às últimas décadas, desde os anos 50 ou 60 em adiante. De forma também paradoxal, si contamos em cámbio com estudos sobre as compra-vendas de terras e as modificaçons na estrutura da propriedade da terra, para o século XIX e o primeiro tércio do actual. De tal modo que conhecemos melhor, por exemplo, o processo de redençom foral levado a cabo a finais do XIX e primeiro tércio do XX, que as transacçons registadas no mercado de terras durante os últimos 20 ou 30 anos.

eles contamos com umha série estatística para o período de 1979 em adiante (procedente de um inquérito que realiza anualmente o Ministério de Agricultura); ademais de existir também algumhas estimaçons pontuais para as décadas anteriores[3]. Pero no que respeita ao volume e as características das compra-vendas, a caréncia de dados estatísticos publicados é absoluta; polo que resulta impossível conhecer o volume que alcançam estas transacçons nos sucessivos anos a nível agregado (provincial, autonómico, ...), e tam só queda o recurso à realizaçom de investigaçons para zonas reduzidas, baseando-se numha recolhida directa de informaçom.

Essas carências na informaçom estatística disponível condicionárom fortemente as possibilidades do estudo que oferecemos neste capítulo.

Assi, para os preços da terra tivemos que restringir a análise esencialmente ao período 1979-1992; limitando-nos para as décadas anteriores a aportar algumhas indicaçons gerais, baseadas em boa medida em indícios indirectos. E no referido ao volume e características das compra-vendas, foi necessário proceder a umha recolhida e elaboraçom directa de informaçom, que, pola sua laboriosidade, tam só pudemos efectuar para umha comarca do interior da província de A Corunha, e tomando unicamente as transacçons levadas a cabo nos anos 1987 e 1988. Portanto, tal como indicamos no rótulo do capítulo, o que aqui apresentamos constitue só umha primeira aportaçom ao estudo do mercado de terras em Galiza; umha aportaçom bastante limitada, sobretodo no que respeita à análise do volume e composiçom das compra-vendas, pero que ainda assi consideramos que pode ter bastante utilidade, e abrir o caminho para futuros passos nesta mesma direcçom.

A exposiçom estruturamo-la em dous apartados, que se correspondem com as questons que acabamos de mencionar; dous apartados mui distintos, tanto na sua temática como no seu àmbito (espacial e cronológico) de referéncia:

-No primeiro examinamos o nível que alcançam em Galiza os preços da terra, assi como a sua evoluçom recente; utilizando para isto os dados estatísticos globais com os que contamos.

-No segundo referimo-nos ao volume e características das compra-vendas de terras, exponhendo os resultados da investigaçom que realizamos numha zona concreta (a comarca de Arçua) para os anos 1987-1988.

---

[3] Mais adiante precisaremos as estatísticas concretas das que dispomos neste aspeito.

1. O NIVEL QUE ALCANÇA EM GALIZA O PREÇO DAS TERRAS AGRARIAS, E A SUA EVOLUÇOM RECENTE; ALGUMHAS INDICAÇONS SOBRE OS SEUS FACTORES EXPLICATIVOS.

A análise que oferecemos neste apartado vai-se centrar fundamentalmente no período posterior a 1979, sendo a sua base as estimaçons anuais que suministra, a partir dessa data, a "Encuesta de precios de la tierra" realizada polo Ministério de Agricultura (MAPA). É esta a primeira estatística de carácter global e com umha periodicidade regular, que se elabora em Espanha sobre os preços das terras agrárias, sem que para as décadas precedentes exista nengumha fonte similar[4]. Por esta razom, temos que centrar o nosso estudo nesses anos mais recentes, utilizando a série anual que nos oferece a "Encuesta de precios de la tierra", em concreto para o período 1979-1992 (ano este que é o último para o que fórom publicadas até agora estas cifras).

Previamente, sem embargo, imos tratar de aportar algumhas indicaçons sobre o nível e as tendéncias que registárom os preços da terra em Galiza ao longo das décadas precedentes (antes de 1979). Para isto, serviremo-nos dos dados fragmentários que suministram nestes decénios algumhas estimaçons pontuais; e também de algumhas séries de preços da terra elaboradas por certos organismos ou instituçons, em base à informaçom derivada da sua actividade. A nossa pretensom reduze-se aqui a oferecer algumhas notas aproximadas, sobre o nível e as tendéncias dos preços durante esses decénios, antes de examinar com maior detenimento e precisom as cifras referidas ao período 1979-1992.

1.1. As indicaçons que nos oferecem os dados disponíveis para as décadas anteriores a 1979.

a. O nível que alcançam os preços da terra em Galiza, comparados com os do resto de Espanha.

Nas décadas que precedem a 1979, contamos esencialmente com dous tipos de dados sobre os preços da terra em Galiza:

---

[4] Em relaçom com isto consultar:
-SANCHEZ RODRIGUEZ, Porfirio, "La encuesta de precios de la tierra del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.", Agricultura y Sociedad, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 187-207; pp. 187-188.
Neste trabalho oferece-se, antes de exponher a metodologia dessa "Encuesta", umha panorámica das fontes de informaçom sobre os preços das terras agrárias que existem em Espanha para o período anterior a 1979.

-O primeiro, e o mais importante, som as cifras que fórom utilizadas para quantificar o valor do Património Agrário em 1963, 1972 e 1976; estimaçons estas realizadas no primeiro caso pola Universidad Comercial de Deusto, e nos anos 1972 e 1976 polo Ministério de Agricultura[5].

-Ao lado disso, no caso concreto de Galiza disponhemos também dos dados publicados em 1972 por R.Jiménez e N.Badía. Dados estes que procedem de umha recolhida directa de informaçom levada a cabo por esses autores, dirigida a conhecer os preços das terras agrárias vigentes em Galiza e nas outras províncias da costa cantábrica (Asturias, Santander, Vizcaya e Guipuzcoa)[6].

Imos ver a continuaçom os preços da terra que se derivam das estimaçons do Património Agrário efectuadas polo Ministério de Agricultura em 1972 e 1976; para comentar depois brevemente os resultados obtidos por R.Jiménez e N.Badía no seu estudo.

---

[5] Ademais destas cifras (procedentes das estimaçons do valor do Património Agrário), P.Sánhez Rodríguez menciona outros dous tipos de fontes estatísticas que existem neste período em Espanha sobre os preços da terra:

-Os dados recolhidos de modo experimental pola "Secretaría General Técnica" do Ministerio de Agricultura durante os anos 1967-1971, que fórom publicados num "Boletín de Información de los Precios de la Tierra" elaborado nestes anos.

-As séries anuais de preços da terra elaboradas por determinados organismos ou instituçons (IRYDA, Banco de Crédito Agrícola, ...), a partir da informaçom gerada pola sua actividade, ou bem para a realizaçom desta actividade.

(ver: SANCHEZ RODRIGUEZ, Porfirio, "La encuesta de precios de la tierra...", op. cit., pp. 187-188)

Nengumha dessas fontes tem, sem embargo, umha grande utilidade para o caso galego. No que se refire à primeira, desconhecemos se no mencionado "Boletín" se ofereciam dados desagregados espacialmente (por províncias ou regions); pero, em qualquer caso, os comentários que fai o autor induzem a pensar que a fiabilidade e representatividade da informaçom era aqui escassa. Polo que respeita às séries elaboradas por certos organismos, estas tenhem em princípio um maior interesse, para aproximar-se às tendéncias registadas polos preços da terra durante o período anterior a 1979. Pero, desafortunadamente, nom contamos com nengumha série deste tipo que fora publicada para Galiza.

[6] Ver: JIMENEZ MEJIAS, R./ BADIA VARELA, N., "El precio de la tierra agrícola en el norte y noroeste de España.", Anales del INIA. Serie Economía y Sociología Agrarias, no. 2, 1972, pp. 103-118.

-Os preços da terra estimados polo Ministério de Agricultura em 1972 e 1976.

Como já indicamos, os dados tenhem aqui a sua origem na quantificaçom do valor do Património Agrário que realizou nestes dous anos o Ministério de Agricultura. Entre os elementos que integram este património, figurava em primeiro lugar a partida "Tierras y plantaciones", que aparecia à sua vez dividida em 6 grupos de superfícies[7]. E para calcular o valor destas superfícies nas distintas províncias, foi necessário estimar o preço/hectare que estas registavam em cada província. Esta é, em síntese, a origem dos dados que imos analisar.

Com o fim de precisar melhor a forma de obtençom destes dados, convém que fagamos duas aclaraçons:

-A estimaçom dos preços da terra em 1972, por províncias e tipos de superfícies, baseou-se num inquérito realizado em 1200 municípios de todo o Estado, repartidos por todas as comarcas agrárias. Para 1976 os cálculos limitárom-se a actualizar as estimaçons anteriores, efectuando para isto um novo inquérito pero só no 20% dos municípios considerados em 1972 (isto é, uns 240). Estas duas operaçons de recolhida directa de informaçom, complementadas com alguns cálculos ou elaboraçons posteriores, constituem assi a fonte da que procedem os dados sobre o preço das terras[8].

-Dada a finalidade dos cálculos (estimar o valor do Património Agrário), nos resultados publicados nom figuram explicitamente os preços/hectare, senom o valor global das "terras e plantaçons" e de cada um dos tipos de superfícies diferenciados, nas distintas províncias. Pero, tomando esse valor

---

[7] Consultar:

-MINISTERIO DE AGRICULTURA. SECRETARIA GENERAL TECNICA, Las cuentas del sector agrario no. 1., Madrid, novembro 1975, pag. 94.

-MINISTERIO DE AGRICULTURA. SECRETARIA GENERAL TECNICA, Cuentas del sector agrario no. 4., Madrid, maio 1979, pag. 213.

[8] Umha descriçom mais detalhada destes aspeitos metodológicos pode encontrar-se em:

-MINISTERIO DE AGRICULTURA. S.G.T., Las cuentas del sector agrario no. 1. op. cit., pp. 83-85.

-MINISTERIO DE AGRICULTURA. S.G.T., Cuentas del sector agrario no. 4. op. cit., pp. 103-105.

global e o volume de superfícies em cada aproveitamento, podemos calcular facilmente os preços/hectare. Isto foi o que nós fixemos, obtendo deste modo os dados (para 1972 e 1976) que figuram no **quadro 12.1**. Ainda que a informaçom publicada permite calcular os preços da terra a nível provincial, aqui limitamo-nos a recolher os que resultam para o total de Galiza; incluíndo também, a efeitos comparativos, os correspondentes ao conjunto do Estado[9].

Começando polos dados referidos a 1972, do seu exame desprendem-se as seguintes conclusons **(ver quadro 12.1 e gráfico 12.1)**:

i. O preço médio/he para o conjunto da superfície produtiva (SAU+ monte baixo+ monte arvorado), alcançava nesta data em Galiza um valor mui elevado em termos comparativos, claramente superior à média espanhola. Concretamente, a sua quantia era de 127.500 pts/he, o que multiplicava por 2,2 a correspondente cifra espanhola (58.400 pts/he).

De feito, Galiza era a zona do Estado onde se registava, dacordo com estes dados, um nível mais alto dos preços da terra, estando tam só relativamente próximos os que se constatavam nas regions de Astúrias-Santander, Canarias e Levante[10].

ii. No que respeita às diferéncias existentes entre os diversos tipos de superfícies, os dados apresentam umha limitaçom importante, ao agrupar numha única rúbrica os prados (que no agro galego figuram entre as terras com um maior valor económico) e as superfícies de monte baixo (que som com toda probabilidade aquelas que tenhem um valor mais reduzido). Com esta limitaçom, as cifras ponhem de manifesto que: as terras que alcançavam um preço mais elevado eram em Galiza as plantadas com cultivos lenhosos (onde figuram basicamente as vinhas), com umha cifra de 435.100 pts/he, quase 3,5 vezes superior ao preço médio do conjunto da superfície produtiva; as terras dedicadas a cultivos herbáceos superavam num 20% esta média (com um preço de 153.400 pts/he); e, finalmente, estavam por baixo desta média, ainda que sem ser mui inferiores a ela, o preço do monte arvorado (124.300 pts/he), e o do conjunto heterogéneo formado polos "Prados, pastos, eriales y espartizales" (110.600 pts/he).

---

[9] No **quadro A.12.1** do Anexo estatístico podem ver-se os preços que resultam para as 4 províncias galegas nas cifras de 1972.

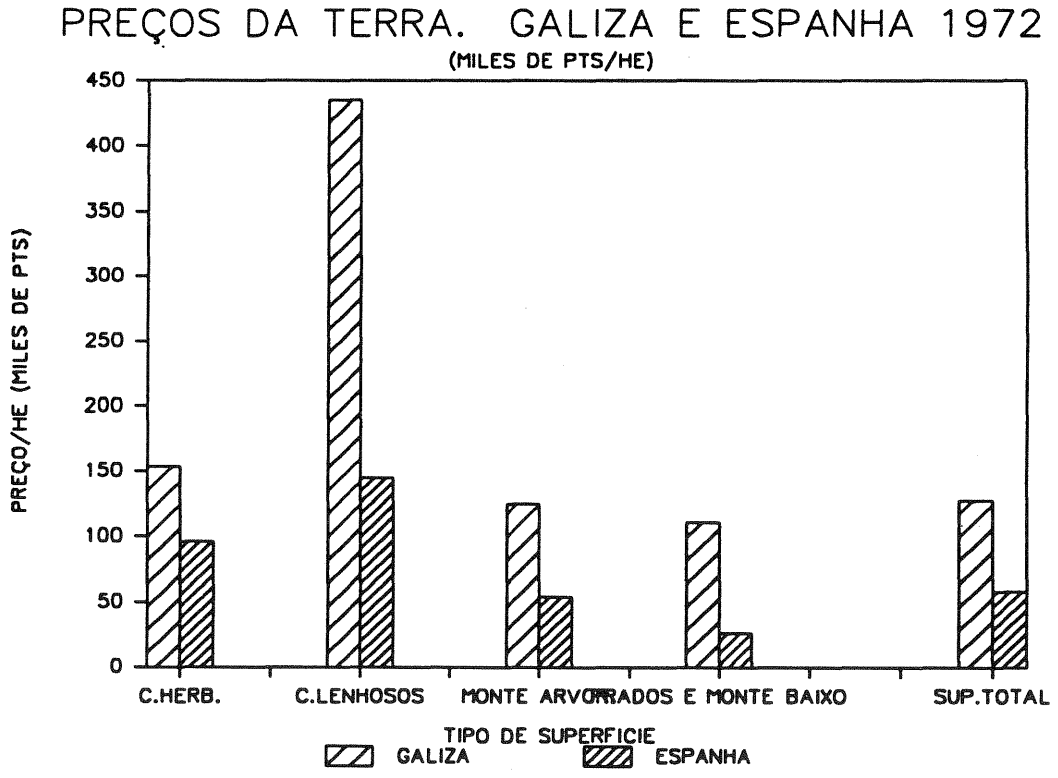
[10] Ver os preços nas distintas regions que calcula, a partir desta fonte, L.Tarrafeta: -TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización de la agricultura española 1962-75. op. cit., pag. 110.

iii. Comparando essas cifras com as correspondentes a essas mesmas superfícies no total de Espanha, constatam-se estes feitos principais:

-Os preços vigentes em Galiza superavam amplamente a correspondente média espanhola, para todos os tipos de terras.

-Nom obstante, a magnitude relativa das diferéncias variava muito de uns a outros aproveitamentos. A diferéncia era especialmente acusada nas terras plantadas com cultivos lenhosos (cujo preço em Galiza multiplicava por 3 o que se registava em Espanha), e também no grupo integrado polos prados e pastos e o monte baixo (onde a relaçom era de 4,2 a 1). Mentres que a diferéncia, com ser importante, alcançava umha menor magnitude no caso do monte arvorado (onde o preço galego multiplicava por 2,3 a média espanhola); e sobretodo para a superfície dedicada a cultivos herbáceos (onde era um 60% superior) (ver quadro 12.1 e gráfico 12.1).

Gráfico 12.1.



Quadro 12.1. Preços da terra para os diferentes tipos de superfícies em 1972 e 1976. Comparaçom entre Galiza e Espanha. (Cifras procedentes das estimaçons sobre o valor do Património Agrário realizadas nestes dous anos)

A. PREÇOS DA TERRA EM 1972.

Tipos de superfície	Preços/he (miles de pts.) Galiza	Espanha	Indice em Galiza (Espanha= 100)
-Cultivos herbáceos	153,4	96,3	159,3
-Cultivos lenhosos (vinhedo, olivar e frutais)	435,1	145,0	300,1
-Superfície florestal arvorada (monte arvorado)	124,3	54,0	230,4
-Prados, pastos, "erial" e "espartizal"	110,6	26,3	420,5
TOTAL SUPERFICIE PRODUTIVA	127,5	58,4	218,2

B. PREÇOS DA TERRA EM 1976.

Tipos de superfície	Preços/he (miles de pts.) Galiza	Espanha	Indice em Galiza (Espanha= 100)
-Cultivos herbáceos	195,4	151,3	129,1
-Cultivos lenhosos (vinhedo, olivar e frutais)	433,7	205,4	211,1
-Superfície florestal arvorada (monte arvorado)	136,1	68,3	199,2
-Prados, pastos, "erial" e "espartizal"	118,5	37,5	315,5
TOTAL SUPERFICIE PRODUTIVA	143,2	84,2	170,0

Fonte:
-MINISTERIO DE AGRICULTURA. S.G.T., Las cuentas del sector agrario, no. 1, Madrid, 1975.
-MINISTERIO DE AGRICULTURA. S.G.T., Las cuentas del sector agrario, no. 4, Madrid, maio 1979.
-INE.OERGA, Síntesis estadística de Galicia., Madrid, 1976.
Elaboraçom própria.

Essa era a situaçom no ano 1972. As cifras referidas a 1976 oferecem-nos, em linhas gerais, umha imagem mui similar, polo que nom nos extendemos no seu comentário. Unicamente cabe destacar aqui um feito: dacordo com estes dados, os preços da terra experimentárom em Galiza, entre esses dous anos, um aumento muito menor ao registado no conjunto de Espanha. Deste modo, se o seu nível continuava sendo aqui em 1976 mui superior à média espanhola, a diferéncia nom era tam forte como em 1972. Polo demais, mantenhem-se as mesmas conclusons que expuxemos para este ano (ver quadro 12.1).

-As cifras que oferece o estudo publicado em 1972 por R.Jiménez e N.Badía.

Para completar esta visom inicial, imos aludir brevemente aos resultados obtidos por R.Jiménez e N.Badía, num estudo realizado também nos primeiros anos da década dos 70. A elaboraçom deste estudo baseou-se num inquérito aos secretários das "Hermandades Locales de Labradores y Ganaderos", aos que se enviou um questionário perguntando polos preços vigentes no seu município para os diferentes tipos de superfícies. Os autores nom especificam a data concreta na que se efectuou esta recolhida de informaçom; pero, tendo em conta a data na que está publicado o trabalho, hai que pensar que essa recolhida se produziu em 1970 ou 1971, sendo este pois o ano ao que correspondem as cifras. Partindo dessa informaçom por municípios, os autores calculárom os preços médios, a nível provincial e para o total de Galiza, que registavam três tipos de superfícies: o lavradio (onde estám incluídas as terras plantadas com cultivos lenhosos), os prados de secano, e o monte baixo. Constituíndo estes, portanto, os resultados finais oferecidos no estudo[11].

Estas cifras nom som estritamente comparáveis com as estimadas polo Ministério de Agricultura em 1972 e 1976, devido a que as categorias de superfícies diferenciadas num e outro caso nom coincidem. Pero a impressom geral que se desprende da sua análise, é a de que os dados som aqui bastante concordantes com as estimaçons do Ministério para 1972. Assi, o preço médio que se obtém neste estudo para o lavradio (em Galiza) é de 196.500 pts/he[12]; o qual, se temos em conta que aqui estám incluídos os cultivos lenhosos, resulta bastante coerente com as cifras do Ministério de 1972[13]. E o mesmo podemos dizer para os outros dous tipos de superfícies sobre os que oferece informaçom o estudo: os prados de secano, e o monte baixo. Neste aspeito, ademais, os resultados obtidos aqui permitem conhecer de forma separada os preços destas duas classes de terras, que nas estimaçons do Ministério apareciam agrupadas numha única rúbrica; confirmando estes resultados o que antes indicamos: a forte diferéncia que em Galiza existe entre o valor económico de umhas e outras superfícies. Em concreto, os prados de secano registam um preço similar ao do

---

[11] Umha descriçom mais detalhada da metodologia utilizada pode encontrar-se em: -JIMENEZ MEJIAS, R./ BADIA VARELA, N., "El precio de la tierra agrícola...", op. cit., pp. 103-104.

[12] Ver: Ibidem, pag. 105.

[13] Lembremos: 153.400 pts/he para os cultivos herbáceos, e 435.100 pts/he para os cultivos lenhosos (ver supra: quadro 12.1).

lavradio (188.800 pts/he); mentres que o preço do monte baixo é mais de três vezes inferior ao dos prados (53.200 pts/he)[14].

Resumindo, pois, as indicaçons que nos oferecem esses dous tipos de dados disponíveis para princípios da década dos 70, podemos estabelecer duas conclusons esenciais:

-O preço médio das terras rústicas alcançava nestes anos em Galiza um nível mui elevado, aproximadamente o duplo do que se registava no conjunto de Espanha, e o mais alto de todas as regions espanholas.

-Por tipos de superfícies, os preços mais elevados correspondiam no agro galego às terras plantadas com cultivos lenhosos (vinhedo), seguidas das dedicadas a cultivos herbáceos e os prados; mentres que o preço era notavelmente inferior para o monte arvorado, e sobretodo para o monte baixo.

Para poder valorar adeqüadamente essas cifras, seria necessário ter em conta a produtividade ou rentabilidade agrária que apresentavam os diversos tipos de terras, e a relaçom existente neste aspeito entre a superfície galega e a do total de Espanha. Só assi poderíamos julgar em que medida a maior quantia dos preços da terra em Galiza era um reflexo do maior valor agronómico destas superfícies (comparado com o conjunto do território espanhol); e também em que medida as diferéncias existentes aqui entre os preços dos diversos tipos de terras, se correspondiam com a rentabilidade agrária de cada um deles.

Neste ponto da exposiçom nom nos imos deter, sem embargo, nesta análise explicativa ou interpretativa; posto que a nossa finalidade é polo momento meramente descritiva.

b. As tendéncias registadas polos preços da terra ao longo das décadas anteriores a 1979.

Para os objectivos da nossa investigaçom, seria de grande utilidade conhecer nom só o nível que alcançavam os preços da terra em Galiza, senom também a evoluçom que estes experimentárom ao longo das décadas anteriores a 1979, em especial durante os anos 60 e 70. Aumentárom os preços (durante esses decénios) a um ritmo superior ou inferior ao do incremento do custo da vida; e, portanto, revalorizárom-se ou depreciárom-se as terras em termos

---

[14] Ver: JIMENEZ MEJIAS, R./ BADIA VARELA, N., op. cit., pp. 106-107.

reais?. Que etapas podem distinguir-se nessa evoluçom ?. Estas som algumhas das questons que nos interessaria poder aclarar.

Na prática, sem embargo, nom resulta possível oferecer umha resposta segura a essas perguntas, devido a que carecemos quase por completo de informaçom estatística sobre o tema, referida especificamente a Galiza. Assi, como já indicamos anteriormente, nestas décadas nom existe em Espanha (nem tampouco, portanto, em Galiza) nengumha estatística periódica sobre os preços das terras agrárias. E, ademais, no nosso caso concreto, nom disponhemos de nengumha série de preços da terra elaborada a partir da informaçom de certos organismos; como si sucede em cámbio para o conjunto do Estado, onde tenhem sido publicadas várias séries estatísticas deste tipo. Deste modo, as únicas cifras que podemos utilizar para conhecer a evoluçom destes preços no agro galego, som as estimaçons do Ministério de Agricultura realizadas em 1972 e 1976; as quais tenhem umha utilidade mui limitada, pola escassa amplitude do período que cubrem.

Dadas essas limitaçons da informaçom disponível, temos que contentar-nos com efectuar umha aproximaçom geral ao tema, baseada esencialmente em indícios indirectos. Em concreto, o grosso das notas que oferecemos a continuaçom vai-se referir às tendéncias que registárom os preços da terra ao longo destes decénios no conjunto de Espanha; assumindo, como hipótese, que estas fórom também as coordenadas gerais que presidírom a evoluçom no caso galego. Umha vez visto isso, finalizaremos a exposiçom examinando as variaçons que resultam para o período 1972-1976, a partir das cifras estimadas polo Ministério de Agricultura.

Para o conjunto de Espanha contamos, em primeiro lugar, com umha série anual de preços da terra referida ao período 1942-1978; que está elaborada a partir dos dados sobre as compras de terras efectuadas nestes anos, primeiro polo "Instituto Nacional de Colonización", e depois de 1973 polo seu continuador, o IRYDA (Instituto de Reforma y Desarrollo Agrario). As cifras correspondem, portanto, ao preço médio pagado por estes organismos nas suas adquisiçons de terras a particulares[15].

Neste sentido, hai que advertir que estas adquisiçons suponhem, com toda seguridade, umha percentagem mui pequena do total de transacçons registadas no mercado de terras espanhol; e, portanto, a representatividade das cifras é mui

---

[15] Esta série está publicada no trabalho:

-GOMEZ MANZANARES, Ramón, "Indices del precio de la tierra en España.", IRYDA Información., no. 19, janeiro-março 1979, pp. 69-77.

reduzida[16]. Pero, apesar disto, cremos que os dados podem oferecer umha indicaçom aceptável sobre o que fórom as grandes tendéncias dos preços da terra ao longo desses 36 anos.

Pois bem, da análise desta série estatística desprende-se a existéncia de 4 grandes etapas[17]:

-1942-1948. Estes anos caracterizam-se por umha notável estabilidade dos preços da terra em termos correntes, o que dá lugar a umha caída contínua e bastante pronunciada do seu valor em termos reais. Assi, os preços em pesetas constantes passam de um índice 100 ao início do período a um índice 57 em 1948, o que implica que as terras perdérom durante estes 6 anos mais do 40% do seu valor.

-1949-1960. Desde finais da década dos 40 invirte-se a tendéncia anterior, experimentando agora os preços da terra um aumento praticamente contínuo em termos reais (é dizer, que estes preços elevam-se em pesetas correntes a taxas superiores às do incremento do custo da vida). Deste modo, o índice (base 100 em 1942) passou do valor 57,1 em 1948 a 102,6 em 1960; fazendo assi que a princípios dos anos 60 os preços reais da terra recuperaram de novo o seu nível de começos da década dos 40.

-1961-1972. Nesta etapa, isto é, ao longo de toda a década dos 60 e primeiros anos da dos 70, continuou a tendéncia à alça dos preços da terra em termos reais; ainda que na evoluçom anual observam-se numerosas oscilaçons ou altibaixos, e o incremento foi globalmente bastante moderado. Assi, o índice (sempre em pesetas constantes) passou de 102,6 em 1960 a 127,1 em 1972; o que supom um aumento no conjunto dos 12 anos em torno ao 25%, a umha taxa acumulativa anual do 1,80%.

-1973-1978. A partir de 1972/1973, e coincidindo com o forte aceleramento do processo inflacionista que se produze nestes anos em Espanha, os preços da terra disparam-se, aumentando em pesetas correntes a taxas mui elevadas e netamente superiores às do incremento do IPC. É dizer, que durante estes anos de forte inflaçom, os capitais investidos na terra nom só conseguem

---

[16] Concretamente, o volume total de superfície que comprárom o INC e o IRYDA durante os 36 anos (1942-1978) foi de 465.433 hes; o que nos dá umha média anual de umhas 13.000 hes, o 0,03% da superfície produtiva de Espanha.

[17] Ver: GOMEZ MANZANARES, Ramón, "Indices del precio de la tierra...", op. cit., pp. 74-77.

Neste trabalho oferece-se a evoluçom anual dos preços da terra em termos correntes e também em pesetas constantes, utilizando como deflator o "índice de custo da vida" ou índice de preços ao consumo.

evitar os riscos de depreciaçom monetária, senom que experimentam umha importante revalorizaçom em termos reais. Concretamente, o nível dos preços da terra em pesetas constantes (índice 100 em 1942) passou de 127,1 em 1972 a 172,4 em 1978, registando assi um aumento do 35% em 6 anos, a umha taxa acumulativa anual do 5,21%.

Em resumo, pois, dacordo com esta série estatística (que podemos denominar "série IRYDA"), os preços das terras agrárias sofrírom em Espanha umha importante caída em termos reais durante os anos 40, iniciando a partir daí umha tendéncia alcista que se mantém ao longo das décadas dos 50 e 60, e continua até os anos finais da dos 70. Este aumento produziu-se, em conjunto, a um ritmo bastante moderado até princípios dos 70; intensificando-se notavelmente nos últimos anos da série (de 1972/73 a 1978), que se correspondem com um período de forte inestabilidade económica (e também política), que pudo estimular o papel da terra como "refúgio".

Para contrastar a veracidade das conclusons anteriores, disponhemos de outra série estatística, referida neste caso ao período 1966-1975 e elaborada por L.Tarrafeta[18]. Os dados procedem aqui da informaçom sobre a quantia unitária dos créditos hipotecários concedidos com garantia de fincas rústicas. Podendo pois assumir, como indica o autor, que as cifras reflectem a evoluçom do valor de mercado das terras hipotecadas, dacordo com a tasaçom que fam as entidades creditícias.

Concretamente, Tarrafeta elabora duas séries diferentes: umha referida às fincas de 100-200 hes, e a outra às menores de 1 he. Isto último dota a estas cifras de um especial interesse aos nossos efeitos, dada a estrutura da propriedade da terra existente em Galiza.

Pois bem, as tendéncias dos preços da terra que nos amostram estes dados, coincidem de forma bastante aproximada com as que registava, para estes mesmos anos, a série do IRYDA. Em concreto, constata-se aqui a existéncia, dentro do período 1966-1975, de duas etapas claramente diferenciadas:

-A primeira vai de 1966 a 1970, e caracteriza-se por umha notável estabilidade dos preços da terra em termos nominais, o que dá lugar a que estes diminuam ligeiramente em pesetas constantes.

-A segunda etapa inicia-se em 1970/1971 e continua até o final da série (1975). Nestes anos, e sobretodo a partir de 1973, os preços da terra experimentam um fortíssimo incremento em pesetas correntes, mui superior às altas taxas de inflaçom que se registam neste período; resultando desta evoluçom umha importante revalorizaçom das terras em termos reais.

---

[18] Ver: TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización de la agricultura española 1962-75. op. cit., pp. 167-171.

Assi, fixando-nos concretamente nos preços das fincas menores de 1 he, que som os que tenhem um maior interesse do ponto de vista galego, observamos que estes passárom em pesetas correntes de um índice 100 em 1966 a 106 em 1970, acelerando-se depois o seu crescimento até alcançar o valor 292 em 1975. Examinando a sua evoluçom em pesetas constantes (utilizando como deflator o "índice de custo da vida"), vemos que estes preços experimentárom umha ligeira reduçom no primeiro subperíodo (do índice 100 em 1966 baixárom a 87 em 1970, o que supom umha caída do 13%); para elevar-se depois a forte ritmo até um índice 137 em 1975 (o que supom um alça do 57% nos 5 anos que vam de 1970 a 1975). Como se deduze também dessas cifras, no conjunto do período 1966-1975 estes preços registárom também umha importante alça (+37%)[19].

Essas tendéncias, como já apontamos, coincidem em linhas gerais com as que se derivavam da série do IRYDA, reforçando pois a veracidade das conclusons expostas anteriormente[20].

Em relaçom com este tema, podemos mencionar finalmente os dados recolhidos nalgumhas investigaçons realizadas durante os últimos anos em determinadas regions ou comarcas espanholas, que nos informam sobre a evoluçom registada polos preços da terra nestas zonas concretas. Em linhas gerais, estes dados avalam também as conclusons anteriores, sobretodo no que respeita a dous extremos: a tendéncia geral ao incremento dos preços da terra em termos reais, que caracterizou a todo o período que vai de 1950 até os anos

---

[19] A série anual (para estas fincas menores de 1 he, e também para as de 100-200 hes) pode ver-se em:
-TARRAFETA PUYAL, Luis, La capitalización... op. cit., pag. 169.
Podemos indicar, ao respeito, que as tendéncias sinaladas para os preços das fincas menores de 1 he, nom difirem de forma apreciável das que registam os daquelas com umha superfície de 100-200 hes.

[20] Esta coincidéncia dá-se especialmente no que respeita à evoluçom registada na década dos 70. Para a segunda metade dos anos 60 observam-se certas discrepáncias: na série do IRYDA estes anos caracterizam-se por importantes oscilaçons, registando-se como tendéncia geral umha estabilidade aproximada dos preços da terra em termos reais (frente à tendéncia crescente da primeira metade da década); em cámbio, a série elaborada por L.Tarrafeta, como acabamos de ver, indica que nestes anos se produziu umha ligeira reduçom desses preços. De qualquer modo, a divergéncia nom é mui forte.

finais da década dos 70; e o forte aceleramento desta alça que se produziu no último decénio citado, principalmente entre 1972 e 1976[21].

Portanto, tendo em conta os diferentes tipos de dados disponíveis, podemos estabelecer em definitiva as seguintes conclusons, sobre a evoluçom que experimentárom os preços da terra em Espanha ao longo do período que se extende desde 1950 a finais da década dos 70:

-Estes preços registárom em conjunto umha tendéncia crescente em termos reais, tanto nos anos 50 como nos 60; ainda que esta foi relativamente moderada, e sem que seja possível precisar com seguridade o ritmo relativo que alcançou num e outro decénio (se o aumento foi mais intenso no primeiro decénio ou no segundo).

-Desde princípios da década dos 70 e até 1976/1977, o crescimento dos preços da terra em termos monetários dispara-se, elevando-se também de forma notável a sua taxa de incremento em pesetas constantes.

-Finalmente, nos últimos anos da década dos 70 o ritmo de aumento dos preços da terra em pesetas correntes tende a amortiguar-se progressivamente; reduzindo-se assi a sua taxa de crescimento em termos reais, até invertir-se esta tendéncia. Isto enlaça já com o período de 1979 em adiante, que analisaremos depois com maior precisom, graças aos dados anuais que nos oferece a partir daí a "Encuesta de precios de la tierra" do MAPA.

Em ausência de dados para essas décadas referidos especificamente a Galiza, podemos assumir em princípio que essas tendéncias registadas no conjunto da agricultura espanhola, presidírom também, em linhas gerais, a evoluçom dos preços da terra no caso concreto de Galiza. Esta é a hipótese que

---

[21] Neste sentido podemos citar, por exemplo, os dados recopilados por C.Varela para o secano andaluz. A própria autora resume do seguinte modo a evoluçom que registárom aqui os preços da terra desde meiados da década dos 50:

"...los precios de la tierra necesitaron primero diez años para doblarse, de mediados de la década de los cincuenta a mediados de la década de los sesenta (1955-1965), después sólo siete años (1965-1972), luego tres años (1972-1975) y, finalmente, aumentaron solamente en un año más del 50% (1975-1976).

A partir de entonces, y hasta el final de la década de los setenta, esta expansión se amortigua un poco y el crecimiento anual de los precios se sitúa en torno a un 20%." [VARELA ORTEGA, Consuelo, "El mercado de la tierra en España: estructura y funcionamiento.", op. cit., pag. 233]

adoptamos aqui, em espera de que futuras investigaçons podam permitir contrastar a sua validez e fazer as matizaçons que sejam necessárias.

Para finalizar o epígrafe, imos ver a evoluçom que resulta em concreto para o período 1972-1976, a partir das estimaçons do valor de mercado das terras que realizou nestes dous anos o Ministério de Agricultura. No **quadro 12.2** recolhemos a variaçom que se desprende destas cifras para o preço médio das terras em Galiza e em Espanha, tanto em termos nominais como em termos reais (utilizando como deflator o índice de preços ao consumo (IPC) correspondente ao conjunto de Espanha). No exame destas cifras devemos seguir dous passos: em primeiro lugar, fixar-nos na evoluçom que resulta para o total de Espanha, e ver em que medida encaixa esta com as tendéncias que nos indicavam as séries estatísticas anteriores; umha vez feito isso, será o momento de analisar os dados referidos a Galiza, contrastando a relaçom que estes apresentam com a variaçom registada polos preços no conjunto da agricultura espanhola.

Quadro 12.2. Variaçom experimentada polos preços da terra em Galiza e em Espanha durante o período 1972-1976.

	Espanha	Galiza
a. Variaçom do preço médio da terra em pesetas correntes 1972-1976 (1)	44,2%	12,3%
b. Variaçom do IPC no conjunto de Espanha 1972-1976 (2)	77,3%	77,3%
c. Variaçom do preço médio da terra em pesetas constantes 1972-1976	-18,7%	-36,7%

(1) Variaçom do preço médio por hectare para o conjunto da superfície produtiva (incluíndo nela as terras de monte).
(2) Evoluçom do índice de custo da vida no conjunto de Espanha, tomando as médias anuais. Se tomamos a evoluçom de dezembro a dezembro, a variaçom (dezembro de 1976 sobre dezembro de 1972) seria do 84% .

Fonte: a: ver quadro anterior.
b: SERVICIO DE ESTUDIOS BBV, Informe económico 1990., Bilbao, 1991, pag. 169.

Começando pola primeira questom, podemos observar que a evoluçom que se obtém aqui para Espanha, difire substancialmente da que nos indicavam todos os dados anteriores. Assi, destas cifras desprende-se que os preços da terra aumentárom entre 1972 e 1976 tam só um 44,2% em pesetas correntes, taxa esta mui inferior ao incremento experimentado nestes anos polo IPC (+77,3%); de tal modo que, dacordo com estas estimaçons, os preços da terra teriam sofrido neste quatriénio umha caída do 18,7% em termos reais (ver quadro 12.2). Isto entra em total contradiçom com o que apontavam todas as séries

estatísticas comentadas anteriormente, que como vimos eram de procedéncia diversa[22]. Polo que a nossa opiniom é que as estimaçons do Ministério (em concreto as referidas a 1976), subestimam fortemente o crescimento real registado polos preços da terra neste período[23].

Como conseqüéncia disso, cremos que nom deve conceder-se tampouco crédito à caída dos preços da terra em termos reais, que estas cifras indicam também para o caso concreto de Galiza. Unicamente caberia reter, como algo possivelmente significativo, a evoluçom diferencial que se constata a respeito da média espanhola: o feito de que essa caída seja em Galiza mais forte que no conjunto do Estado (ver quadro 12.2). Assi, aceitando como válidas as tendéncias gerais que se desprendiam das séries anteriores, e aceitando portanto que os preços da terra experimentárom durante a primeira metade dos anos 70 um considerável incremento em termos reais, a matizaçom que poderia derivar-se dos dados que acabamos de ver é que este aumento foi, nesses anos concretos, menos acusado em Galiza que no conjunto da agricultura espanhola.

Com esta (possível) matizaçom, compre reiterar as conclusons que antes estabelecemos (sempre com um carácter provisório, e à espera de poder contar no futuro com dados mais precisos):

-Os preços da terra registárom em Galiza umha tendéncia alcista (em pesetas constantes) ao longo dos anos 50 e 60.

---

[22] Assi, na série elaborada por L.Tarrafeta, os preços em termos nominais registam um aumento no quatriénio 1971-1975: do 132% para as fincas menores de 1 he, e do 190% no caso das fincas de 100-200 hes. Um incremento, como vemos, de 3 a 4 vezes superior ao que resulta das estimaçons do Ministério, e que implica umha alça considerável destes preços em pesetas constantes. Ver:
-TARRAFETA PUYAL, Luis, op. cit., pag. 169.

Pola sua parte, dacordo com a série do IRYDA, os preços da terra aumentárom no período 1972-1976 um 92% em pesetas correntes, mais do duplo do que nos indicam as cifras do Ministério, e implicando também um claro aumento em termos reais. Ver:
-GOMEZ MANZANARES, Ramón, op. cit., pag. 74.

[23] Hai que lembrar neste sentido que, mentres que a estimaçom feita em 1972 estava baseada num inquérito sobre 1200 municípios, os cálculos para 1976 concebírom-se como umha mera actualizaçom das cifras anteriores, limitando a recolhida da informaçom a tam só uns 240 municípios em toda Espanha. Deste modo, se os dados (sobretodo os de 1972) som seguramente bastante fiáveis como indicadores do nível relativo que alcançavam os preços nas diversas regions e para os diferentes tipos de superfícies, nom sucede o mesmo à hora de recolher as variaçons que estes registárom entre 1972 e 1976.

-Este aumento acelerou-se ainda mais na primeira metade da década dos 70, para moderar-se depois progressivamente nos anos finais deste decénio.

Em relaçom com isso, hai que destacar finalmente que essas tendéncias (constatadas em Espanha, e que suponhemos aplicáveis também a Galiza) coincidem, em linhas gerais, com a evoluçom que se produziu durante estas décadas nos países da Europa Ocidental. Na maioria destes países (e também nos EEUU), os preços das terras agrárias experimentárom um importante aumento em termos reais ao longo dos anos 50 e 60, que se acelerou ainda mais na década dos 70; invertindo-se posteriormente esta tendéncia nos anos finais desta década ou princípios da dos 80[24].

1.2. O nível actual dos preços da terra em Galiza, e a sua evoluçom ao longo do período 1979-1992; análise descritiva.

a. Alqumhas precisons sobre a fonte estatística da que procedem as cifras: a "Encuesta de precios de la tierra" do MAPA.

A "Encuesta de precios de la tierra" é umha estatística que elabora anualmente o MAPA desde 1979, e que tem por objectivo conhecer a quantia que alcançam estes preços para os diversos tipos de superfícies agrárias, tanto no conjunto de Espanha como em cada umha das Comunidades Autónomas (CCAA). Hai que sinalar, nom obstante, que durante o período 1979-1982 esta

---

[24] Sobre a evoluçom que registárom os preços da terra nestes países desde meiados do século actual, podem consultar-se por exemplo os seguintes trabalhos:
-BRUN, André, "L'évolution du prix de la terre et de la répartition de la propriété foncière agricole.", Economie Rurale, no. 95, 1o. trimestre de 1973, pp. 3-22.
-PETIT, Michel, "Cambios en la interpretación de la variación de los precios de la tierra.", em:
VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra... op. cit., pp. 47-64.
-ARNALTE, E./ AVELLA, L./ ROCA, A., "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", op. cit., pp. 266-268.
-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs foncières et la théorie de la rente.", op. cit., pp. 33 e ss.

investigaçom realizou-se com um carácter experimental; polo que os resultados publicados por CCAA limitam-se nestes anos ao índice geral de preços da terra (tomando como base 100 as cifras de 1983), e ainda estes índices agregados devem tomar-se com certa precauçom. É a partir de 1983 quando a estatística se consolida e cobra um notável impulso; de tal modo que desde este ano publicam-se os resultados desagregados (por CCAA, e dentro de cada CCAA por tipos de superfícies), e as cifras tenhem umha maior fiabilidade[25].

O método geral utilizado para a sua elaboraçom, consiste na realizaçom de um inquérito a expertos conhecedores do mercado de terras (Agentes do Serviço de Extensom Agrária, Cámaras Agrárias, Agentes Comerciais, Serviços do Catastro, Notarias, ...); dos que se recolhe informaçom sobre os preços da terra vigentes na sua zona. Para isto parte-se de seleccionar as unidades territoriais que vam ser objecto da investigaçom (comarcas agrárias dentro de cada província, e, dentro de cada comarca, umha série de "parajes" ou zonas homogéneas), procedendo depois a recolher nelas os dados correspondentes. A partir desta informaçom de base, calculam-se os preços médios para os diferentes tipos de superfícies (por províncias, CCAA e para o total do Estado), e o índice geral de preços da terra.

Nom procede que nos extendamos aqui nos detalhes técnicos da metodologia empregada[26]. Pero hai alguns aspeitos que si devemos precisar; porque estes condicionam o significado real das cifras, e compre te-los em conta, portanto, à hora de examinar e interpretar os resultados.

-A superfície à que se refirem os dados. O primeiro que devemos sinalar é que a "populaçom" investigada na "Encuesta" limita-se à SAU, isto é, a superfície cultivada, os prados e os pastizais; estando excluídos os restantes tipos de superfícies rústicas (principalmente o monte baixo e o monte arvorado). Em conseqüéncia, o "índice geral" de preços da terra que esta estatística oferece para cada unidade geográfica (total de Espanha, CCAA), corresponde, em princípio, ao preço médio por hectare de SAU [e nom ao preço/ hectare de superfície produtiva total (incluído o monte), como sucedia por exemplo nas cifras que vimos antes para 1972 e 1976].

-O anterior necessita, ademais, ser matizado no caso dos dados por CCAA (ou por províncias). O procedimento que é seguido para a realizaçom da

---

[25] Umha descriçom detalhada destes aspeitos metodológicos pode encontrar-se no trabalho:

-SANCHEZ RODRIGUEZ, Porfirio, "La encuesta de precios de la tierra del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.", op. cit.

Nele baseamo-nos para redactar as notas que exponhemos a continuaçom.

[26] Ao respeito pode consultar-se o artículo que citamos na nota anterior.

"Encuesta", consiste em seleccionar em cada província tam só aqueles cultivos ou aproveitamentos nos que esta alcança como mínimo o 5 por 1000 do total espanhol; sendo, pois, estes os tipos de superfícies para os que se obtém informaçom em cada caso, calculando a partir daí os resultados correspondentes a cada CCAA. Portanto, o índice geral de preços da terra nas diversas CCAA nom se refire à SAU total, senom ao preço médio das superfícies que som investigadas em cada umha delas.

Isto, na prática, nom tem conseqüéncias importantes no caso de Galiza, nem tampouco para cada umha das 4 províncias galegas; porque os tipos de aproveitamentos considerados (ao superar o 5 por 1000 do total espanhol) cubrem aqui a imensa maioria da SAU, aproximando-se assi o grau de cobertura dos dados ao 100%. E o mesmo sucede, em linhas gerais, na maioria das CCAA do Estado. Pero existem algumhas CCAA nas que o critério mencionado leva a que tam só sejam seleccionados um ou dous aproveitamentos, que representam unicamente umha reduzida percentagem da sua SAU. Nestes casos, a representatividade do "indice geral" de preços da terra é mui baixa; o que deve ter-se em conta à hora de compara-lo com o de outras regions[27].

-Dentro do mesmo tema (o tipo de superfícies investigadas), temos que fazer umha última precisom: o objectivo desta estatística é conhecer o preço das terras livres à venda cujo fim é o da exploraçom agrária. Em conseqüéncia, estám excluídas as superfícies que nom podem ser objecto de venda livre (como sucede por exemplo em Galiza com as terras de propriedade vizinhal); e também aquelas para as que é previsível o seu passo, a curto ou médio prazo, a usos urbano-industriais[28].

---

[27] Isto é o que sucede especialmente no caso do País Vasco. Aqui as províncias de Vizcaya e Guipuzcoa estám totalmente excluídas da "Encuesta" (ao nom alcançar estas o 5 por 1000 do total espanhol em nengum dos aproveitamentos diferenciados), e na província de Alava tam só se recolhe informaçom sobre o "Viñedo de transformación secano"; de tal modo que o "índice geral" de preços da terra para esta CCAA corresponde-se unicamente com o desta superfície (o "vinhedo de transformaçom" da província de Alava).

Assimesmo, existem outros três casos nos que a representatividade das cifras é também reduzida: Cantabria e Asturias (onde só se consideram os prados naturais de secano); e Canarias (onde se limitam a dous os tipos de superfícies investigados: "Platanera regadío", e "Pastizales secano").

Em relaçom com isto consultar:

-SANCHEZ RODRIGUEZ, Porfirio, "La encuesta de precios de la tierra..." op. cit., pp. 190-205.

[28] Ver: SANCHEZ RODRIGUEZ, Porfirio, op. cit., pag. 190.

No que respeita aos dados que estám disponíveis, o MAPA publica anualmente os resultados da "Encuesta" para o total de Espanha e por Comunidades Autónomas[29]; polo que contamos com estas cifras para todo o período 1979-1992 (se bem, nos anos 1979-1982 estas limitam-se nas CCAA ao índice geral de preços, sem especificar os preços dos diversos aproveitamentos). Ademais, no caso de Galiza contamos também com os resultados a nível provincial para os anos 1985-1991, graças a que estes venhem de ser publicados recentemente pola Conselharia de Agricultura da Junta de Galiza[30]. Assi, ainda que na análise centraremo-nos fundamentalmente nos dados referidos ao conjunto de Galiza, poderemos efectuar também umha breve alusom às divergéncias existentes entre as 4 províncias.

b. O nível actual dos preços da terra em Galiza; comparaçom com os que se registam em Espanha e noutros países da CEE.

No **quadro 12.3** recolhemos a quantia que alcança o "índice geral" de preços da terra em Galiza no ano 1992 (último para o que disponhemos até agora de informaçom), junto com os correspondentes ao total de Espanha e às restantes CCAA. Estas cifras estám representadas também no **gráfico 12.2**, e da sua análise desprendem-se duas conclusons esenciais:

i. Os preços da terra registam actualmente em Galiza um nível mui elevado, netamente superior ao que se constata no conjunto de Espanha. Em concreto, o preço médio/ he de SAU é aqui no ano 1992 de 1.778.000 pts, o

---

[29] Estes resultados começárom a publicar-se no ano 1984; e a partir daí som oferecidos com regularidade cada ano no Boletín Mensual de Estadística do MAPA.

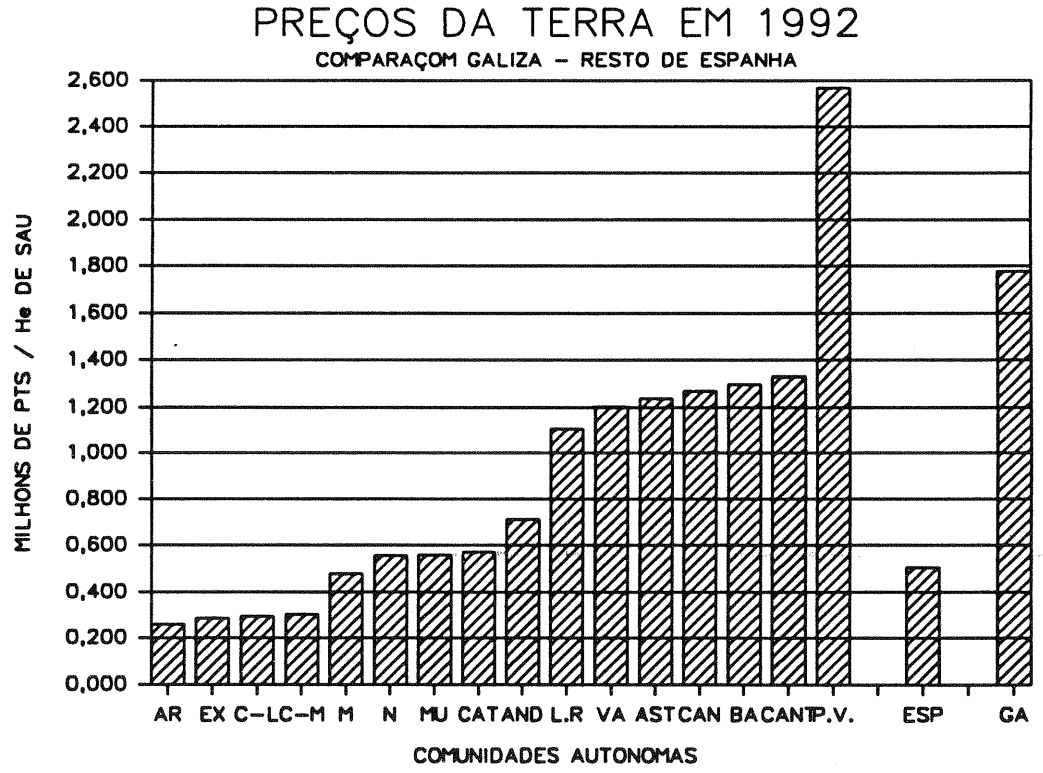
[30] Ver: CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Anuario de estatística agraria, 1991., Santiago de Compostela, 1992, pp. 339-341.

O feito de que seja a Conselharia de Agricultura (e nom o MAPA) a que publique estes dados explica-se pola transferéncia de competéncias às CCAA. Depois deste processo de transferéncias, som os organismos correspondentes das CCAA os que se encargam de recolher a informaçom da "Encuesta de precios de la tierra" no seu território (disponhendo assi da informaçom de base a nível provincial).

que multiplica por 3,5 a correspondente média espanhola (506.000 pts/he).

Neste sentido, hai que destacar ademais que a magnitude desta diferéncia parece que se ampliou nos últimos 20 anos. Assi, víamos anteriormente que em 1972, dacordo com as estimaçons do Ministério de Agricultura, o preço médio das terras era em Galiza 2,2 vezes superior ao que se registava no conjunto de Espanha; mentres que em 1992, como acabamos de indicar, esta relaçom é já de 3,5 a 1. Portanto, apesar de que uns e outros dados nom som estritamente comparáveis[31], semelha que a carestia relativa das terras em Galiza (em relaçom ao resto da agricultura espanhola), tendeu a acentuar-se durante as duas últimas décadas.

Gráfico 12.2



31 Estes dados, aparte de proceder de fontes distintas, nom som estritamente comparáveis por um motivo: os que vimos para 1972 referiam-se ao preço médio/ he de superfície produtiva (incluídas aqui as terras de monte); enquanto que as cifras de 1992 correspondem ao preço médio/ he de SAU.

Quadro 12.3. Nível actual dos preços da terra em Galiza, comparado com os existentes no conjunto de Espanha e nas restantes Comunidades Autónomas.
Indice geral (preço médio por he de SAU) (*). 1992

	Preço / He. (miles de pts)	Indice (Média Espanha = 100)
-Aragón	258	51
-Extremadura	287	57
-Castilla-León	295	58
-Castilla-La Mancha	304	60
-Madrid	479	95
-Navarra	557	110
-Murcia	559	110
-Catalunha	572	113
-Andalucía	711	141
-La Rioja	1107	219
-C. Valenciana	1202	238
-Asturias	1237	244
-Canarias	1270	251
-Baleares	1299	257
-Cantabria	1330	263
-País Vasco	2566	507
ESPANHA	506	100
GALIZA	1778	351

(*) Com maior exactitude, trata-se do preço médio que resulta para os tipos de superfícies que som investigados em cada Comunidade Autónoma. Neste sentido, hai que indicar que nalgumhas CCAA tam só se recolhe informaçom sobre um ou dous aproveitamentos, polo que o "índice geral" que se obtém nestes casos é pouco representativo do preço médio para o conjunto da SAU. Isto é o que sucede, em concreto, nos casos de Cantábria e Astúrias (onde só se recolhe informaçom para os prados naturais de secano), no do P.Vasco (vinhedo de transformaçom), e no de Canárias (os tipos de superfícies considerados som aqui unicamente dous: platanera em regadio, e pastizais em secano).
A limitada representatividade global que tenhem nestes casos as cifras médias de preços da terra, deve ter-se em conta à hora de efectuar comparaçons com outras regions.

Fonte: MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1993 (maio 1993). Elaboraçom própria.

ii. A segunda conclusom a salientar reafirma também algo que se constatava já a princípios dos anos 70: **os preços da terra vigentes actualmente em Galiza, nom só superam amplamente a média espanhola, senom que som os mais altos de todas as zonas do Estado, estando por encima dos de todas as restantes CCAA.**

Isto necessita umha breve pontualizaçom. Aparentemente, como podemos ver no quadro 12.3 e no gráfico 12.2, o preço galego é superado em 1992 polo que se regista no País Vasco. Sem embargo, tal como indicamos numha nota anterior, os dados que oferece a "Encuesta de precios de la tierra" para esta Comunidade Autónoma tenhem umha representatividade mui reduzida; em concreto, estes refirem-se, nom à totalidade ou à maior parte da SAU, senom a um aproveitamento específico, e de um preço relativo mui alto: o vinhedo. Em conseqüência, esta cifra nom é comparável com a de Galiza, onde os dados correspondem ao preço médio para a totalidade (ou a maior parte) da SAU[32]. Excluído o País Vasco, nas restantes CCAA o nível dos preços da terra está notavelmente por baixo do que se regista na agricultura galega. Examinando as cifras, podemos observar que estes preços apresentam grandes diferéncias de umhas a outras regions, oscilando entre os valores inferiores a 300.000 pts/he de Aragón, Extremadura e Castilla-León, e os situados em torno a 1.300.000 pts/he que se registam em Cantabria ou Baleares; pero todos eles som netamente inferiores ao que se constata em Galiza: 1.778.000 pts/he (ver quadro 12.3 e gráfico 12.2).

Essas conclusons som as que se obtenhem tomando o "índice geral" dos preços da terra, isto é, aproximadamente o preço médio/ he de SAU nos diversos espaços. Com o fim de precisar algo mais a situaçom comparativa de Galiza a respeito do total espanhol, no **quadro 12.4** e no **gráfico 12.3** reproduzimos os dados detalhados por tipos de aproveitamento: o nível que alcançam os preços na agricultura galega para as diversas classes de superfícies, comparados com a correspondente média espanhola (referido também a 1992).

---

[32] De feito, se tomamos no caso galego o mesmo tipo de superfícies ao que se refire a cifra do P.Vasco, constatamos que o seu preço é no nosso agro notavelmente superior. Concretamente, o "Viñedo transformación secano", que no P.Vasco regista em 1992 um preço de 2.566.000 pts/he, alcança em Galiza umha cifra 2 vezes superior: 5.124.000 pts/he.

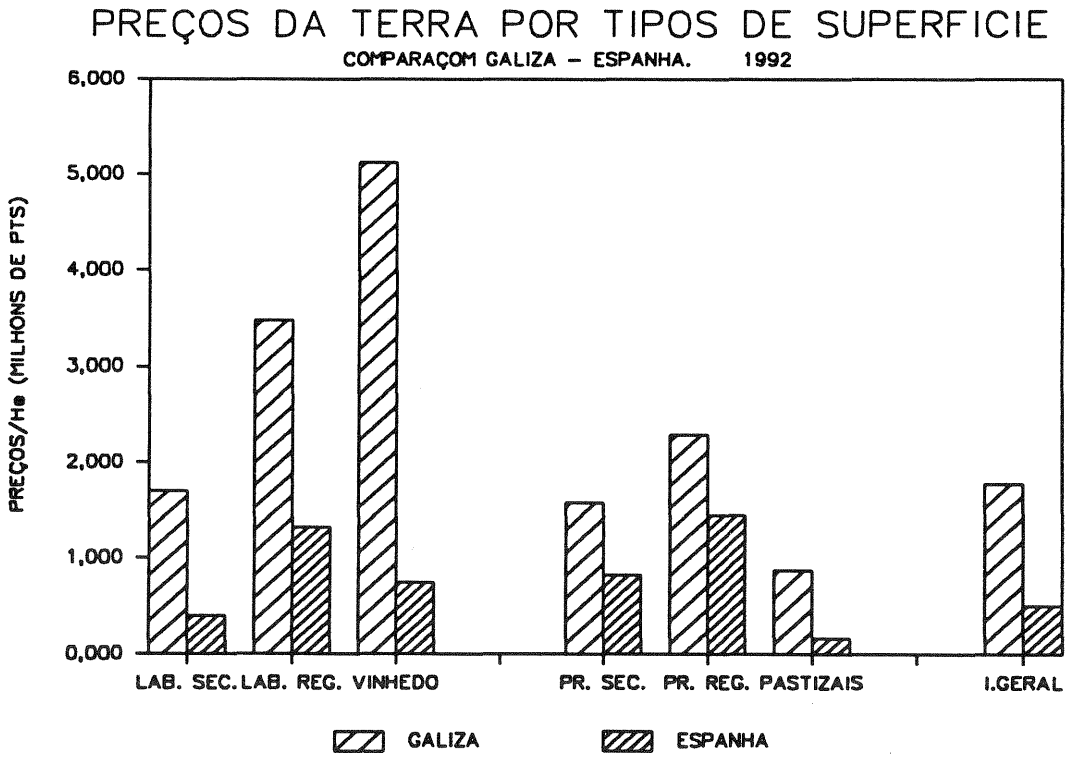
Ver os resultados detalhados para este ano (por CCAA e tipos de aproveitamento), que estám publicados na revista:

-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1993 (maio 1993), pp. 81-85.

Esta comparaçom hai que efectua-la com cautela, posto que as terras de cada grupo podem ter umha qualidade ou um valor agronómico mui distinto em Galiza e em Espanha. Em conseqüência, nom podemos extraer dessas cifras valoraçons do tipo "o vinhedo é no agro galego excessivamente caro, comparado com o que sucede em Espanha"[33]. Polo momento, sem embargo, nom pretendemos fazer nengum juiço de valor, senom que a nossa finalidade em todo este epígrafe é meramente descritiva. Neste ámbito (o da descriçom) situam-se também as notas que oferecemos a continuaçom.

Entrando na análise das cifras, podemos observar em primeiro lugar que os preços da terra variam em Galiza de forma significativa entre uns e outros tipos de superfícies. Os valores mais altos correspondem: ao vinhedo (cujo preço/he triplica em 1992 o preço médio para o total da SAU); e, a muita distáncia já do anterior, às terras de labor em regadio (que duplicam aproximadamente o preço médio/he de SAU), e aos prados naturais de regadio (com um preço um 50% superior a essa média). Com um preço similar à média para o total da SAU, aparecem as "terras de labor secano" e os prados naturais de secano. Quedando por último os pastizais, cujo preço/he supom a metade aproximadamente dessa cifra média (ver quadro 12.4 e gráfico 12.3).

Gráfico 12.3.



[33] Isto mesmo é aplicável também para os dados globais que acabamos de examinar.

Quadro 12.4. Preços da terra por tipos de aproveitamento em 1992. Comparaçom entre Galiza e Espanha.

Tipo de superfície	Preços/ he (em miles de pts) Galiza	Espanha	Indice Galiza (Espanha =100)
-Terras de labor secano	1701	401	424
-Terras de labor regadio	3481	1321	264
-Vinhedo transf. secano	5124	746	687
-Prados naturais secano	1577	825	191
-Prados naturais regadio	2297	1446	159
-Pastizais secano	868	161	539
INDICE GERAL	1778	506	351

Fonte: MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1993 (maio 1993). Elaboraçom própria.

No que respeita à relaçom que se constata com as correspondentes médias no conjunto da agricultura espanhola, podemos destacar estes feitos:

-Para todos os tipos de superfícies citados, os preços existentes em Galiza estám claramente por encima dos que se registam em Espanha. Mais contundente ainda: os preços galegos som, para os 6 grupos de aproveitamentos aqui considerados pola fonte estatística, os mais altos de todas as CCAA do Estado[34].

-Nom obstante, a magnitude concreta das diferéncias com a média espanhola, varia muito de umhas a outras superfícies. O contraste é especialmente acusado em dous tipos de terras: o vinhedo, que alcança na agricultura galega um preço/he quase 7 vezes superior ao que regista em Espanha; e os pastizais, onde a relaçom é de 5,4 a 1. Em cámbio, a diferéncia é relativamente moderada no caso dos prados naturais, tanto de secano como de regadio, cujo preço em Galiza supera "só" entre um 60% e um 90% ao que apresentam no conjunto da agricultura espanhola (ver quadro 12.4 e gráfico 12.3).

Para completar esta análise comparativa, pareceu-nos interessante nom limitar-nos só ao ámbito espanhol, e considerar também outros países do nosso entorno. Com este fim elaboramos o **quadro 12.5**, no que figura o preço médio/ he de SAU que se registava no ano 1988 em 6 países da CEE, dacordo

---

[34] Isto pode comprovar-se examinando os resultados detalhados por CCAA e classes de superfícies. Ver:

-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1993 (maio de 1993), pag. 84.

com as cifras publicadas polo EUROSTAT; incluíndo também neste quadro os dados correspondentes a esse ano para Galiza e Espanha.

O exame destas cifras deve efectuar-se com umha especial prudéncia; porque ao problema da diferente qualidade das terras nuns e outros países, une-se aqui o que se deriva sempre nas comparaçons internacionais da necessidade de convertir as magnitudes monetárias a umha moeda comum, com a influéncia conseguinte que tenhem os tipos de cámbio e as suas fluctuaçons[35]. Ao que hai que unir ademais o feito de que as estatísticas das que procedem os dados dos diversos países, nom estám elaboradas com umha metodologia e uns conceitos totalmente homogéneos.

Apesar dessas reservas, das cifras desprendem-se algumhas conclusons bastante seguras, e de notável interesse para o nosso estudo (ver quadro 12.5):

i. O preço das terras agrárias apresenta diferéncias mui fortes entre os 6 países comunitários aqui considerados; variando desde os 2.768 ECUs/he de França, até umha quantia mais de 5 vezes superior na R.F. de Alemanha, e o nível mais de 6 vezes superior que alcançam em Holanda.

ii. Situado dentro desse contexto, o preço que registam as terras no conjunto de Espanha é em termos absolutos bastante reduzido[36]. Em concreto, este preço só supera ao de França, estando mui por baixo do que se constata nos outros 5 países[37].

---

[35] Concretamente, como indicamos no próprio quadro 12.5, os preços da terra nos distintos países estám expressados aqui em ECUs, utilizando para esta conversom os tipos de cámbio vigentes no ano 1988.

[36] Nom entramos polo momento na sua relaçom com a produtividade agrária comparada da superfície espanhola.

[37] O único intento que conhecemos de realizar umha comparaçom mais precisa dos preços da terra espanhois com os de outros países, é o que efectuou o "Departamento de Economía y Política Agraria" da ETSIA de Madrid, com dados referidos a finais dos anos 70 e princípios dos 80. Nesta análise tratou-se de efectuar essa comparaçom com França e os EEUU, tomando os preços correspondentes a zonas ou tipos de superfícies relativamente similares. Pois bem, os resultados obtidos som coerentes com os que se derivam das cifras que reproduzimos no quadro 12.5. Em concreto, tomando os preços em termos monetários (sem considerar a produtividade comparada das terras), os autores chegavam a conclusom de que estes eram em Espanha similares ou ligeiramente superiores aos de França, estando mui por encima dos de EEUU. Consultar:
-DIAZ BERENGUER,E./ SUMPSI VIÑAS,J.Ma./ URBIOLA,J./ VARELA ORTEGA,C., "El mercado y los precios de la tierra.", Papeles de Economía Española, no. 16, 1983, pp. 169-182; pp. 178-180.

Quadro 12.5. Comparaçom dos preços da terra existentes em Galiza e Espanha com os vigentes noutros países da CEE. 1988

	Valor comercial das terras agrárias (1) em 1988 ECU/he (2)
Holanda	17196
R.F. de Alemanha	15190
Bélgica	9493
Inglaterra	6351
Dinamarca	6062
França	2768
Espanha	4273
Galiza	10443

(1) No caso de Alemanha, Dinamarca e Inglaterra, recolhemos directamente a cifra que oferece o EUROSTAT, que se refire ao valor comercial das "terras agrícolas". Para os outros países (França, Bélgica e Holanda) publicam-se os preços das "terras de labranza", por um lado, e os das "pradeiras", polo outro. O que fixemos nestes casos foi obter um preço médio para o conjunto dessas terras, tendo em conta o peso relativo que umhas e outras tenhem na SAU global de cada país.
Finalmente, as cifras para Galiza e Espanha correspondem ao preço médio para o total da SAU (o "índice geral" que oferece a "Encuesta de precios de la tierra" do MAPA).

(2) Cifras convertidas ao tipo de cámbio em vigor nesse ano. No caso concreto de Galiza e Espanha, os preços em pts estám convertidos utilizando o tipo de cámbio médio no ano 1988.

Fonte:
-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1989 (maio 1989).
-COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1991.
Elaboraçom própria.

iii. Em cámbio, **os preços existentes em Galiza nom só som mui altos no ámbito espanhol, senom que também resultam bastante elevados no contexto comunitário. Assi, o preço médio/he de SAU alcançava aqui em 1988 os 10.443 ECUs, cifra esta que multiplicava quase por 4 o preço vigente em França, e superava num 60%-70% ao que se registava em Dinamarca e Inglaterra[38]. Dos 6 países considerados, tam só Holanda e a R.F.**

[38] Para despexar a possível dúvida, temos que dizer que os dados refirem-se aqui exactamente ao que indicamos: Inglaterra. Na estatística da que tomamos os dados nom figura o correspondente ao total do R.Unido.

de Alemanha apresentam uns preços da terra claramente mais altos que os de Galiza (entre um 45% e um 65% mais altos); quedando Bélgica com um nível similar ao galego.

Em resumo, pois, os dados indicam-nos que os preços da terra alcançam actualmente em Galiza um valor mui superior à média espanhola, e o mais elevado de todas as CCAA do Estado. E estes preços som também bastante altos se os consideramos no contexto da CEE.

c. A evoluçom que registárom os preços da terra durante o período 1979-1992.

Umha vez visto o nível actual dos preços da terra em Galiza, imos examinar qual foi a evoluçom que estes experimentárom ao longo dos últimos anos, em concreto no período 1979-1992.

Na maioria dos países da Europa Ocidental (e também nos EEUU), este período recente caracteriza-se por umha forte e continuada caída dos preços da terra em termos reais, que veu romper com a tendéncia crescente registada nos 20 ou 30 anos precedentes. Como vimos anteriormente, ao longo das décadas dos 50 e os 60 produziu-se em geral nestes países um alça continuada destes preços, em termos nominais e também em termos reais; alça esta que se acelerou ainda mais na primeira metade dos 70. Pois bem, esta tendéncia invirte-se de modo generalizado a partir dos anos finais desta década ou princípios da dos 80 (segundo os países); iniciando-se a partir daí umha reduçom dos preços da terra em termos reais que prossegue até a actualidade, e que afecta à totalidade ou prática totalidade dos países europeios. Ademais, ainda que nom de forma tam generalizada, constata-se com freqüéncia umha caída destes preços mesmo em termos nominais[39].

---

[39] Sobre a evoluçom recente dos preços da terra nos países da Europa Ocidental e nos EEUU, consultar por exemplo os seguintes estudos (e os dados que neles se oferecem):

-PETIT, Michel, "Cambios en la interpretación de la variación de los precios de la tierra.", op. cit.,

-ARNALTE,E./ AVELLA,L./ ROCA,A., "Mercado de la tierra...", op. cit., pp. 266-268.

-AVELLA REUS, Llorenç, Medidas de intervención en el mercado de la tierra., Generalitat Valenciana-Conselleria d'Agricultura i Pesca, Valencia, 1993, pp. 62-65.

No que respeita a Galiza, os dados que examinamos um pouco mais atrás sugeriam que os preços da terra experimentárom, também aqui, um aumento em pesetas constantes durante os anos 50 e 60, que se intensificou todavia mais na primeira metade dos 70, para moderar-se depois progressivamente nos anos finais desta década. Em suma, apesar de que a evidéncia empírica disponível para este período é bastante débil e nom permite estabelecer conclusons seguras, semelha que as tendéncias gerais fórom no nosso caso similares às observadas nos países europeios. Devemos perguntar-nos, pois, se isto mesmo sucede também para a etapa mais recente. Esta é a questom que abordamos nas páginas seguintes; utilizando já uns dados mais precisos: os que nos oferece (de 1979 em adiante) a "Encuesta de precios de la tierra" do MAPA.

Nos **quadros 12.6 e 12.7** e no **gráfico 12.4** recolhemos a evoluçom que registou em Galiza o índice geral de preços da terra durante o período 1979-1992 (tanto a sua evoluçom anual, como as variaçons operadas nos distintos subperíodos). Podemos observar aí que os preços em termos nominais aumentárom de forma contínua em todos estes anos, rompendo-se unicamente esta tendéncia no último da série (1992). Assi, no conjunto dos 13 anos aqui considerados, o valor monetário das terras experimentou um crescimento do 125,3%; ou, o que é o mesmo, este multiplicou-se aproximadamente por 2,3.

Mais interessante que a evoluçom em pesetas correntes resulta, sem embargo, a que se produziu em pesetas constantes. Para calcular esta, utilizamos concretamente como deflator o IPC correspondente ao conjunto de Espanha. Pois bem, as cifras assi obtidas indicam-nos que os preços reais da terra sofrírom no período 1979-1992 umha caída superior ao 25% (-28,5%); estando, portanto, a evoluçom galega acorde com as tendéncias gerais registadas nos países do nosso entorno. Esta é a primeira conclusom a destacar: **em consonáncia com o observado em geral nos países europeios, os preços da terra experimentárom em Galiza no conjunto dos 13 últimos anos umha clara reduçom em**

A esses trabalhos, que apresentam umha panorámica das tendéncias nos diversos países, podemos unir outros referidos a países concretos. Ver por exemplo (para o caso francés):

-BOINON, Jean-Pierre/ CAVAILHES, Jean, Comment expliquer l'évolution du prix des terres ?. op. cit.

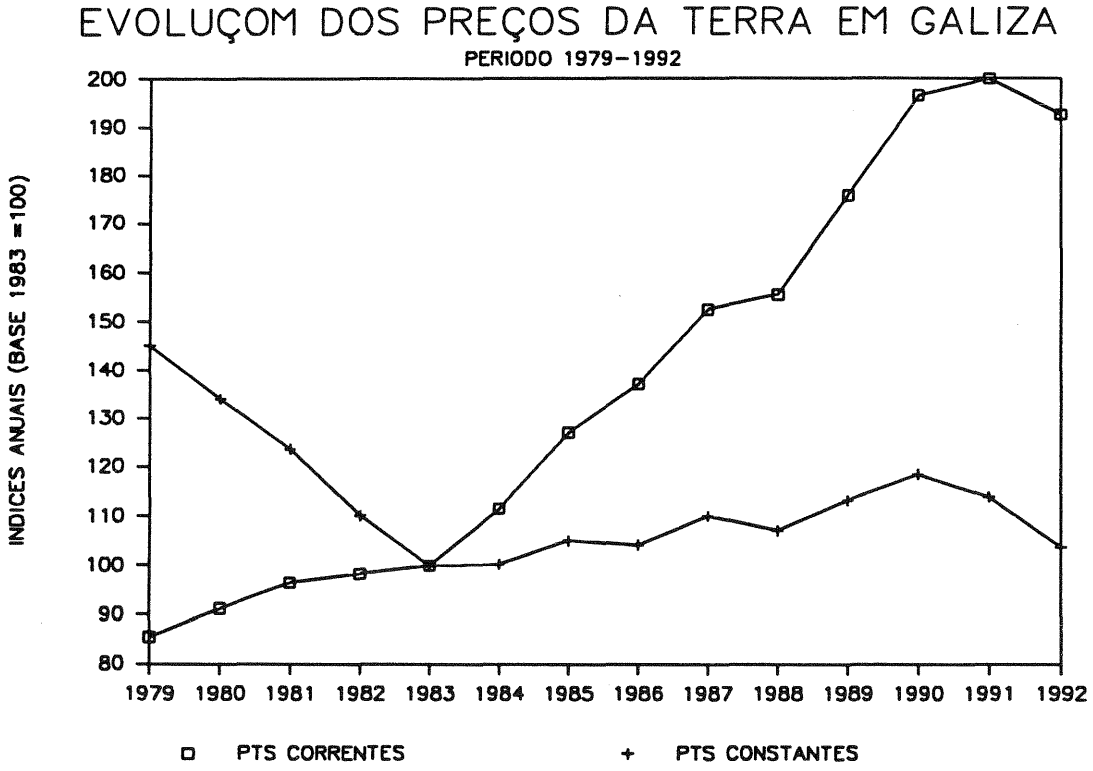
-COULOMB, Pierre, "La desestabilización del mercado de tierras agrarias en la crisis económica.", em:

VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra... op. cit., pp. 199-229.

termos reais; invertindo-se deste modo a tendência alcista que caracterizou aos anos 60 e 70.

Agora bem, se examinamos a evoluçom anual durante o período 1979-1992, vemos que essa reduçom nom se produziu, nem muito menos, de forma continuada e uniforme no tempo, senom que existem **três etapas ou subperíodos claramente diferenciados** (ver quadro 12.6 e gráfico 12.4):

Gráfico 12.4.



-A primeira vai de 1979 a 1983, e caracteriza-se por umha caída contínua e mui pronunciada dos preços da terra em termos reais. Nestes anos, as taxas de inflaçom mantenhem-se na economia espanhola em níveis elevados (a taxa média no quatriénio é do 14,1%), mentres que os preços nominais da terra aumentam em Galiza a um ritmo bastante moderado (+4,0% acumulativo anual); resultando daí umha forte reduçom destes preços em pesetas constantes. Assi, estes sofrem entre 1979 e 1983 umha caída do 31,1%, a umha taxa acumulativa anual do -8,9% (ver quadro 12.7).

-A segunda etapa começa em 1984 e extende-se até 1990; comprendendo, pois, mais da metade do período total aqui analisado. **Ao**

longo destes 7 anos, e ainda que com algumhas leves fluctuaçons, os preços da terra registárom em Galiza um incremento contínuo em termos reais, recuperando-se assi parcialmente do descenso experimentado nos anos precedentes. Este crescimento produziu-se a um ritmo muito menor que a caída anterior, pero é salientável, tanto pola sua magnitude como pola sua prolongaçom no tempo. Em concreto, os preços da terra em pesetas constantes aumentárom entre 1983 e 1990 num 18,6%, a umha taxa acumulativa anual do 2,5% (ver quadro 12.7).

-Finalmente, a tendência volta a invertir-se em 1991, iniciando-se um novo descenso dos preços da terra em termos reais, que se acelera fortemente no último ano (1992). Mais ainda: neste último ano produze-se por primeira vez desde 1979 umha reduçom desses preços também em termos nominais. Globalmente, no biénio 1991-1992 os preços da terra em pesetas constantes diminuírom num 12,6%, a umha taxa acumulativa anual do -6,5%; aproximando-se pois, ainda que sem alcança-lo, ao ritmo da caída registada nos primeiros anos da década dos 80 (ver quadro 12.7).

Quadro 12.6. Evoluçom dos preços da terra em Galiza durante o período 1979-1992. Indices anuais (base 1983 =100)

	Preços da terra em pesetas correntes	IPC (1)	Preços da terra em pesetas constantes
1979	85,5	58,9	145,1
1980	91,3	68,1	134,0
1981	96,5	78,0	123,7
1982	98,3	89,2	110,2
1983	100,0	100,0	100,0
1984	111,6	111,3	100,2
1985	127,2	121,1	105,0
1986	137,3	131,8	104,1
1987	152,7	138,7	110,1
1988	155,7	145,4	107,1
1989	175,9	155,3	113,3
1990	196,5	165,7	118,6
1991	199,9	175,5	113,9
1992	192,6	185,8	103,7

(1) Evoluçom do IPC no conjunto de Espanha (índice médio anual).

Fonte: -MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1988 (maio 1988); e no. 5/1993 (maio 1993).
-SERVICIO DE ESTUDIOS BBV, Informe económico 1992.
Elaboraçom própria.

Quadro 12.7.Variaçom experimentada polos preços da terra em Galiza no conjunto do período 1979-1992, e nos distintos subperíodos.

VARIAÇOM PERCENTUAL REGISTADA EM CADA PERIODO:

	1979/83	1983/90	1990/92	1979-92
-Preços da terra em termos monetários	17,0%	96,5%	-2,0%	125,3%
-IPC (Espanha)	69,8%	65,7%	12,1%	215,4%
-Preços da terra em termos reais	-31,1%	18,6%	-12,6%	-28,5%

TAXAS DE VARIAÇOM ACUMULATIVA ANUAL:

	1979/83	1983/90	1990/92	1979-92
-Preços da terra em termos monetários	4,0%	10,1%	-1,0%	6,4%
-IPC (Espanha)	14,1%	7,5%	5,9%	9,2%
-Preços da terra em termos reais	-8,9%	2,5%	-6,5%	-2,6%

Fonte: Elaboraçom própria a partir do quadro anterior.

Essa é a evoluçom que se constata em Galiza. Com o fim de poder valora-la melhor, convém examinar a sua relaçom com a que se produziu nos espaços do nosso entorno (por um lado, em Espanha e nas restantes Comunidades Autónomas; e, em segundo lugar, noutros países membros da CEE).

-Comparaçom com as tendéncias registadas em Espanha e nas diversas Comunidades Autónomas (1979-1992).

A evoluçom que experimentárom os preços da terra durante estes anos no conjunto de Espanha, foi em linhas gerais bastante similar à que constatamos em Galiza. Assi, ao igual que no caso galego, os preços da terra em pesetas constantes diminuírom em Espanha durante os primeiros anos da década dos 80; registárom posteriormente umha recuperaçom; para iniciar de novo umha caída nos anos mais recentes. Portanto, encontramo-nos também aqui com as três etapas que vimos anteriormente.

Nom obstante, sendo certo esse paralelismo geral entre umha e outra evoluçom, observam-se algumhas diferéncias que compre sinalar **(ver quadro 12.8 e gráfico 12.5)**:

i. A primeira refire-se à variaçom que experimentárom os preços reais da terra no conjunto do período analisado, de 1979 a 1992. Neste sentido, as cifras indicam-nos que a sua reduçom foi em Espanha netamente superior à registada em Galiza: -38,9% frente a -28,6%.

ii. No que respeita ao detalhe da evoluçom anual ao longo do período, som trés os feitos a salientar:

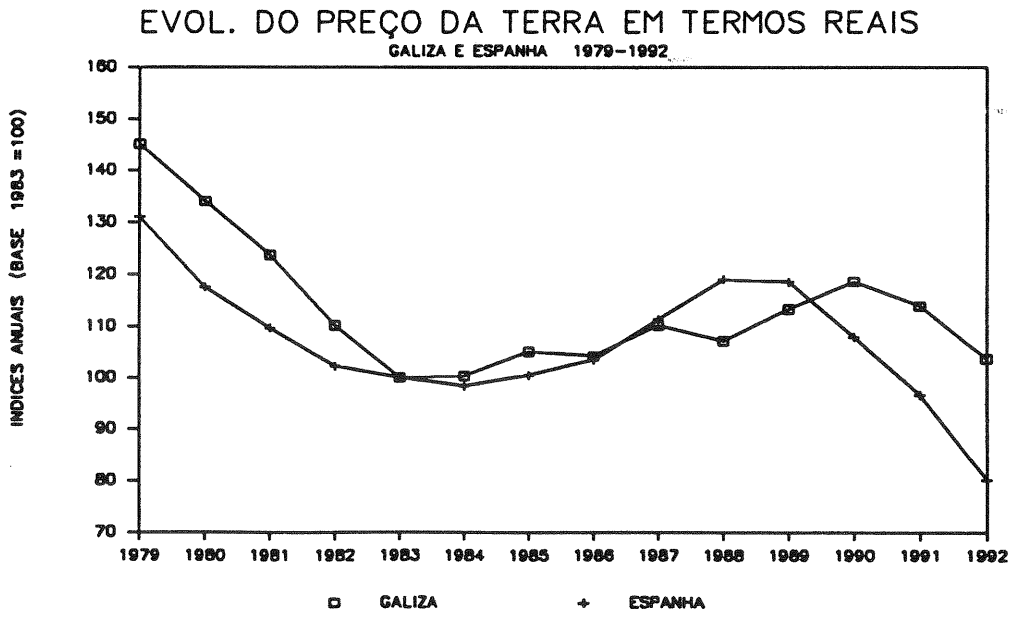
-A diminuçom (dos preços da terra em termos reais) ocorrida nos primeiros anos da década dos 80, alcançou em Galiza umha intensidade notavelmente superior à que tivo em Espanha (a taxa de variaçom acumulativa anual no período 1979/1983 foi, respectivamente, do -8,9% e o -6,5%).

-A alça posterior destes preços foi de umha magnitude global similar nos dous casos, pero produziu-se de um modo mais prolongado ou persistente no território galego. Assi, no conjunto de Espanha os preços reais da terra tam só aumentárom nos 4 anos que vam de 1985 a 1988 (ambos inclusive); mentres que em Galiza a alça iniciou-se já em 1984, e prolongou-se até 1990.

-Finalmente, a nova reduçom que se produze nos anos mais recentes apresenta duas notas diferenciais no caso galego: esta começa mais tarde, tal como acabamos de apontar; e tanto a sua magnitude global como o seu ritmo anual, fórom até agora muito menores que em Espanha (assi, para o último triénio, 1989/1992, a taxa de variaçom acumulativa anual foi, respectivamente, do -2,9% e o -12,2%).

Podemos resumir isto dizendo que no caso de Galiza, a reduçom que experimentárom os preços da terra no conjunto do período 1979-1992 deveu-se principalmente à forte caída ocorrida nos primeiros anos da década dos 80. Mentres que em Espanha a caída produziu-se de forma mais contínua, e alcançou a sua maior quantia nos anos mais recentes (finais dos 80 e princípios dos 90). O resultado final já o indicamos: a reduçom registada polos preços reais da terra no conjunto dos 13 últimos anos, foi em Galiza claramente inferior à média espanhola.

Gráfico 12.5



Quadro 12.8. Evoluçom anual dos preços da terra em Galiza e no conjunto de Espanha ao longo do período 1979-1992.
Indices (base 1983 =100)

	Preços em pts correntes		Preços em pts constantes (*)	
	Galiza	Espanha	Galiza	Espanha
1979	85,5	77,2	145,1	131,1
1980	91,3	80,0	134,0	117,5
1981	96,5	85,5	123,7	109,6
1982	98,3	91,1	110,2	102,2
1983	100,0	100,0	100,0	100,0
1984	111,6	109,3	100,2	98,2
1985	127,2	121,5	105,0	100,4
1986	137,3	136,2	104,1	103,4
1987	152,7	154,3	110,1	111,3
1988	155,7	173,0	107,1	119,0
1989	175,9	184,0	113,3	118,5
1990	196,5	178,8	118,6	107,9
1991	199,9	169,4	113,9	96,5
1992	192,6	148,8	103,7	80,1

(*) O deflactor utilizado é o IPC correspondente ao conjunto de Espanha.

Fonte: -MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1988 (maio 1988); e no. 5/1993 (maio 1993).
-SERVICIO DE ESTUDIOS BBV, Informe económico 1992.
Elaboraçom própria.

No **quadro 12.9** recolhemos as cifras correspondentes às distintas Comunidades Autónomas: a variaçom que em cada umha delas experimentárom os preços da terra (em pesetas constantes) no período 1979-1992; e também as taxas de variaçom anual para os três subperíodos que podemos diferenciar (tendo em conta as tendéncias no conjunto de Espanha). Limitaremos aqui os nossos comentários ao primeiro tipo de dados.

O primeiro que podemos observar é que a caída dos preços da terra em termos reais, afectou no período 1979-1992 à totalidade das CCAA, com a única excepçom de Canárias. Estamos, portanto, perante um fenómeno generalizado em toda a geografia espanhola.

A magnitude da diminuçom foi, sem embargo, mui diferente de umhas a outras regions, oscilando entre o -14,8% de Andalucía, e as cifras de Aragón e Cantabria, onde as terras perdérom durante os últimos 13 anos o 60% aproximadamente do seu valor em termos reais. Em conjunto, os dados indicam que a reduçom alcançou a sua maior intensidade no quadrante nordeste do Estado (Aragón, Catalunha, C.Valenciana e Murcia), com percentagens superiores em todos os casos ao 50%; e nas duas Castillas (Castilla-León e

Castilla-La Mancha), onde a caída está próxima ao 50%. Mentres que o descenso mais moderado (inferior ao 30%) correspondeu: às duas regions meridionais de Andalucía e Extremadura, à regiom insular de Baleares, e às CCAA do norte e o noroeste do Estado (com a excepçom de Cantabria).

A evoluçom registada em Galiza encaixa dentro da deste último conjunto geográfico; observando-se aqui umha diminuçom dos preços netamente inferior à média espanhola, ao igual que sucedeu em Astúrias e o País Vasco (ver quadro 12.9). No que respeita a este ponto podemos concluir, portanto, que **a caída dos preços da terra no agro galego foi, no contexto espanhol, bastante moderada; estando claramente por baixo da que se produziu no conjunto do Estado, e alineando-se com a de aquelas CCAA onde a sua quantia foi relativamente pequena.**

Quadro 12.9. Evoluçom dos preços da terra durante o período 1979-1992, em Galiza e nas restantes Comunidades Autónomas do Estado. (Evoluçom dos preços em pesetas constantes) (1)

	Variaçom registada no período 1979-1992	Taxa de variaçom acumulativa anual por subperíodos		
		1979/83	1983/89	1989/92
-Canarias	20,8%	-8,7%	4,7%	9,8%
-Andalucía	-14,8%	-5,4%	7,8%	-12,0%
-País Vasco	-18,7%	-6,1%	2,7%	-3,7%
-Baleares	-24,2%	0,4%	-0,2%	-8,9%
-Extremadura	-27,1%	-6,4%	7,0%	-14,1%
-Asturias	-28,7%	-9,2%	7,0%	-11,2%
-Navarra	-32,1%	1,6%	-1,8%	-10,7%
-La Rioja	-32,7%	-2,5%	6,0%	-19,3%
-Madrid	-39,6%	-5,9%	-2,9%	-2,8%
-Castilla-La Mancha	-48,9%	-10,5%	1,5%	-10,1%
-Castilla-León	-49,6%	-5,8%	2,4%	-17,8%
-C. Valenciana	-52,0%	-8,0%	1,4%	-14,8%
-Catalunha	-52,4%	-4,9%	-1,5%	-14,0%
-Murcia	-53,2%	-8,5%	0,6%	-13,6%
-Aragón	-59,4%	-4,8%	-0,4%	-20,3%
-Cantabria	-59,7%	-8,7%	-5,8%	-6,0%
ESPANHA	-38,9%	-6,5%	2,9%	-12,2%
GALIZA	-28,6%	-8,9%	2,1%	-2,9%

(1) O deflator utilizado é o IPC (médias anuais) correspondente ao conjunto do Estado.

Fonte: -MAPA, Boletín Mensual de Estadística., nos. 5/1988 e 5/1993.
-SERVICIO DE ESTUDIOS BBV, Informe económico 1992.
Elaboraçom própria.

-Comparaçom com a evoluçom que se constata noutros países da CEE (1979-1990).

A mesma conclusom anterior, obtem-se também ao efectuar a comparaçom com as tendéncias registadas no ámbito da CEE. No **quadro 12.10** recolhemos em concreto os dados para 6 países comunitários, referidos neste caso à variaçom dos preços da terra em termos reais durante o período 1979-1990; incluíndo também, para facilitar a comparaçom, as taxas que resultam para este mesmo período em Galiza e Espanha.

Podemos observar aí que nos 6 países da CEE considerados, os preços da terra experimentárom ao longo desses 11 anos umha clara diminuçom, ainda que a magnitude que esta alcançou foi mui variável: desde o -15%/-20% de Holanda e a R.F. de Alemanha, até o -51% de França. Pois bem, **a reduçom que se produziu em Galiza durante estes 11 anos (-18,3%), aparece neste contexto como bastante moderada: esta alinea-se com a de aqueles países comunitários onde a sua magnitude foi menor (Holanda e a R.F.A.); e representa tam só entre a metade e 1/3 do descenso registado nos restantes países que aqui consideramos (Inglaterra, Dinamarca, Bélgica e França) (ver quadro 12.10).**

Quadro 12.10. Comparaçom da evoluçom dos preços da terra em Galiza e Espanha com a que se registou noutros países da CEE (variaçom dos preços em moeda nacional deflatada). 1979-1990

	Evoluçom dos preços da terra em termos reais 1979-1990 (1)	
	Taxa de var. acumulativa anual	Variaçom no conjunto dos 11 anos
Holanda	-1,5%	-15,4%
Alemanha	-2,1%	-20,8%
Inglaterra	-3,3%	-30,9%
Dinamarca	-5,1%	-43,8%
Bélgica	-5,2%	-44,5%
França	-6,3%	-51,1%
Espanha	-1,8%	-17,7%
Galiza	-1,8%	-18,3%

(1) No caso de Alemanha, Dinamarca e Inglaterra, recolhemos directamente a taxa que oferece o EUROSTAT, que se refire à evoluçom do valor comercial das "terras agrícolas". Para os outros países, em cámbio, as cifras aí publicadas recolhem a evoluçom dos preços para as "terras de labranza", e para as "pradeiras". O que fixemos nestes casos foi calcular a taxa de variaçom dos preços médios da SAU,

ponderando as taxas correspondentes a aqueles dous tipos de terras com o peso relativo que estas tenhem dentro da SAU total de cada país.

Fonte: -Para Galiza e Espanha: as fontes citadas no quadro anterior.
-Para os outros países da CEE:
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1991.
Elaboraçom própria.

-A evoluçom dos preços da terra por tipos de aproveitamentos (1983-1992).

Todos os comentários anteriores estavam referidos à evoluçom que experimentou em Galiza o índice geral de preços da terra, ou, o que vem ser equivalente, o preço médio/he de SAU. Para completar a análise, compre aludir brevemente às diferéncias que se observam entre os distintos tipos de superfícies agrárias (ou aproveitamentos).

Neste aspeito temos que limitar-nos ao período 1983-1992, posto que para os anos anteriores a "Encuesta de precios de la tierra" nom publicou estes dados detalhados (por grupos de aproveitamentos) nos resultados por Comunidades Autónomas. Centrando-nos pois neste período, imos comentar os principais fenómenos que se constatam.

i. Começamos pola variaçom que se produziu no conjunto destes 9 anos (1983-1992), período este no que o preço médio/he de SAU aumentou em Galiza ligeiramente em pesetas constantes (+3,7%). O principal feito a salientar é o forte contraste que se observa entre: a evoluçom dos preços das terras cultivadas, e a que seguírom os dos prados naturais. As superfícies pertencentes ao primeiro conjunto, experimentárom todas um claro incremento do seu valor em termos reais, especialmente importante no caso do vinhedo (+19,8%) e no das terras de labor em regadio (+29,9%). Mentres que o preço dos prados naturais sofriu umha caída, tanto para os de secano (-6,0%) como, ainda mais forte, nos de regadio (-17,4%) **(ver quadro 12.11)**.

Semelha, pois, que fórom as superfícies ligadas às produçons agrícolas, as que se vírom revalorizadas nestes anos; sucedendo o contrário com aquelas vinculadas à produçom gadeira. Nom obstante, constata-se um último fenómeno que nom encaixa com isso: a alça que tem lugar no preço (sempre em pesetas constantes) dos pastizais: +15,5% (ver quadro 12.11).

ii. O exame da evoluçom anual destas cifras permite-nos aportar algumhas notas adicionais. Neste sentido, convém lembrar que o período aqui considerado inclue duas etapas mui distintas: a que vai de 1983 a 1990, na que o "índice geral" de preços da terra aumentou em Galiza de forma contínua; e a que

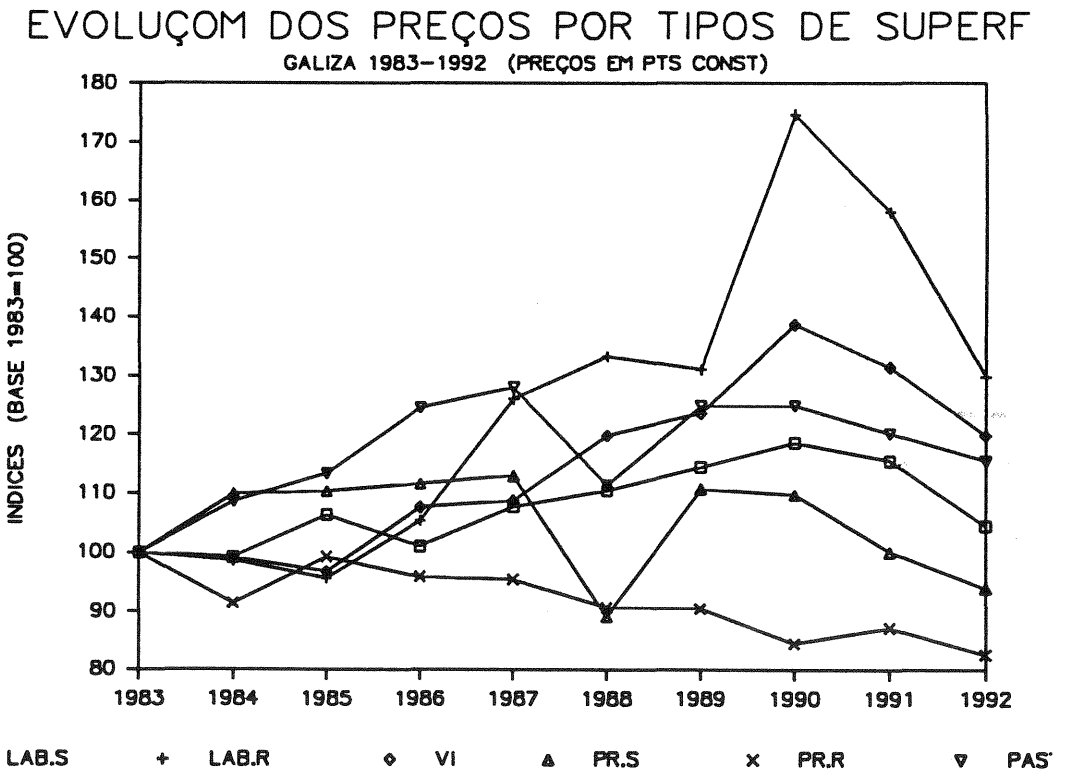
comprende os dous últimos anos (1991 e 1992), na que a tendéncia anterior se invirte. Pois bem, observando os dados para os diferentes tipos de superfícies, constata-se o seguinte **(ver quadro 12.11 bis e gráfico 12.6)**:

-A alça dos preços na primeira etapa, alcançou a sua maior intensidade no vinhedo e, sobretodo, nas terras de labor de regadio; sendo também estas duas classes de terras as que sofrem umha maior caída nos dous últimos anos, as que se vem afectadas com maior força pola ruptura da tendéncia.

-O preço das terras de labor de secano e dos pastizais, segue também essas duas etapas (tendéncia alcista até 1990, e diminuçom depois), pero com variaçons mais moderadas.

-Por último, o preço dos prados naturais (tanto de secano como de regadio) parece que seguiu umha evoluçom bastante autónoma em relaçom às superfícies anteriores, caracterizada por umha tendéncia descendente já desde 1986/1987.

Gráfico 12.6.



Quadro 12.11. Evoluçom dos preços da terra em Galiza por tipos de superfícies; comparaçom com a evoluçom registada para essas superfícies no conjunto de Espanha. 1983-1992.

GALIZA	Preços em pesetas constantes de 1983 (1000 pts/ he)		Variaçom (em %)
	1983	1992	1983/92
-Terras de labor secano	876,1	915,5	4,5%
-Terras de labor regadio	1442,2	1873,5	29,9%
-Vinhedo transf. secano	2301,3	2757,8	19,8%
-Prados naturais secano	903,1	848,8	-6,0%
-Prados naturais regadio	1496,6	1236,3	-17,4%
-Pastizais secano	404,4	467,2	15,5%
INDICE GERAL	923,0	956,9	3,7%

ESPANHA	Preços em pesetas constantes de 1983 (1000 pts/ he)		Variaçom (em %)
	1983	1992	1983/92
-Terras de labor secano	271,7	215,8	-20,6%
-Terras de labor regadio	1043,0	711,0	-31,8%
-Vinhedo transf. secano	469,9	401,5	-14,6%
-Prados naturais secano	530,2	444,0	-16,3%
-Prados naturais regadio	979,8	778,3	-20,6%
-Pastizais secano	73,6	86,7	17,7%
INDICE GERAL	339,5	272,3	-19,8%

Fonte: -MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 7/1984 (julho 1984); e no. 5/1993 (maio 1993).
-SERVICIO DE ESTUDIOS BBV, Informe económico 1992.
Elaboraçom própria.

Quadro 12.11 bis. Evoluçom anual dos preços da terra por tipos de superfícies. Galiza 1983-1992.
(Indices; base 1983= 100)

A. EVOLUÇOM DOS PREÇOS EM PTS CORRENTES.

	Terras de labor secano	Terras de labor regadio	Vinhedo	Prados naturais secano	Prados naturais regadio	Pasti-zais	INDICE GERAL
1983	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1984	110,4	109,8	110,3	122,3	101,7	120,9	111,6
1985	128,8	115,9	117,3	133,6	120,3	137,3	127,2
1986	133,2	138,9	141,9	147,1	126,5	164,2	137,4
1987	149,4	174,8	150,8	156,7	132,5	177,5	152,8
1988	160,6	193,9	174,2	129,6	131,8	162,0	155,7
1989	177,7	203,5	191,9	172,0	140,6	193,9	175,8
1990	196,6	289,4	229,9	181,9	140,1	207,0	196,5
1991	202,7	277,3	230,8	175,8	153,0	210,9	200,0
1992	194,2	241,4	222,7	174,6	153,5	214,6	192,6

B. EVOLUÇOM DOS PREÇOS EM PTS CONSTANTES (1).

	Terras de labor secano	Terras de labor regadio	Vinhedo	Prados naturais secano	Prados naturais regadio	Pasti-zais	INDICE GERAL
1983	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1984	99,2	98,7	99,1	109,9	91,4	108,7	100,3
1985	106,3	95,7	96,8	110,3	99,3	113,4	105,1
1986	101,1	105,4	107,7	111,6	96,0	124,6	104,2
1987	107,7	126,0	108,7	113,0	95,5	128,0	110,1
1988	110,5	133,3	119,8	89,1	90,7	111,4	107,1
1989	114,4	131,0	123,6	110,7	90,5	124,8	113,2
1990	118,6	174,7	138,7	109,8	84,5	124,9	118,6
1991	115,5	158,0	131,5	100,2	87,2	120,2	114,0
1992	104,5	129,9	119,8	94,0	82,6	115,5	103,7

(1) Utilizamos como deflator o IPC correspondente ao conjunto de Espanha.

Fonte: MAPA, Boletín Mensual de Estadística, diversos números correspondentes aos anos 1984 a 1993.
Elaboraçom própria.

-Resumo das conclusons esenciais.

Deixando de lado estas divergéncias por tipos de aproveitamentos, e centrando-nos na evoluçom do preço médio das terras agrárias, podemos destacar em definitiva estas conclusons:

1. Este preço experimentou em Galiza durante o período 1979-1992 umha clara reduçom em termos reais; estando isto acorde com as tendéncias gerais que se observam ao longo destes anos nos países da CEE.

2. Nom obstante, a evoluçom galega apresenta dous traços específicos, que matizam ou qualificam o anterior:

-A caída sofrida polos preços da terra foi aqui de umha magnitude comparativamente modesta; inferior à registada na maioria dos países comunitários, e também à que se produziu na maior parte das Comunidades Autónomas espanholas e no conjunto do Estado.

-Ademais, esse descenso nom constituiu em Galiza algo contínuo nos últimos 13 anos, senom que durante umha etapa relativamente ampla (de 1984 a 1990) o nível dos preços da terra incrementou-se em pesetas constantes.

d. Análise dos dados por províncias (1985-1991).

Ademais das cifras referidas ao total de Galiza, para o período 1985-1991 contamos também com os resultados da "Encuesta de precios de la tierra" em cada umha das 4 províncias galegas, graças à sua publicaçom pola Conselharia de Agricultura. Imos ver o que estes dados nos indicam, sobre o nível actual e as tendéncias recentes dos preços da terra nas distintas províncias.

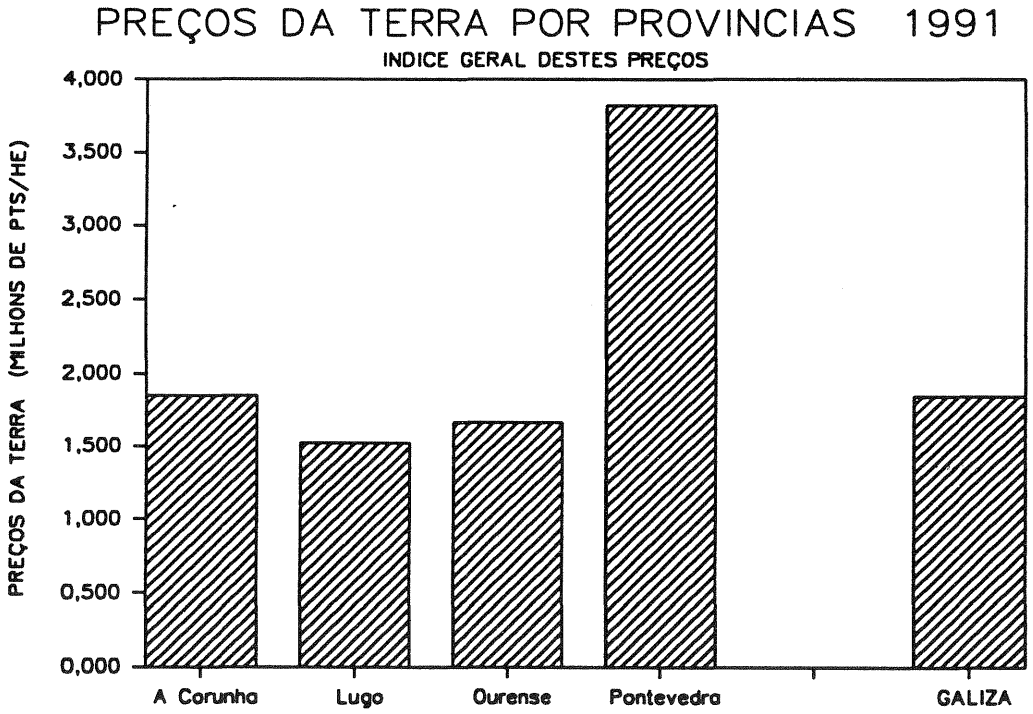
Nos **quadros 12.12 a 12.15** e nos **gráficos 12.7 a 12.9** recolhemos a informaçom referida ao nível destes preços em 1991, e à sua evoluçom no período 1985-1991; figurando tanto os dados globais para o total da SAU (o "índice geral" de preços da terra em cada província), como o seu detalhe por tipos de superfícies. Para nom fazer excessivamente farragosa a

exposiçom e resaltar os feitos esenciais, centraremo-nos quase exclusivamente no primeiro tipo de cifras: o preço médio/he de SAU.

-O nível dos preços da terra em 1991.

No que respeita ao nível actual dos preços da terra, os dados ponhem de manifesto que existem importantes diferéncias entre as províncias galegas, especialmente entre Pontevedra e as 3 restantes. Assi, no ano 1991, fazendo o preço médio vigente em Galiza igual a 100, este alcançava em Pontevedra o índice 207; é dizer, mais do duplo da média galega. Nas outras três províncias registavam-se umhas cifras relativamente próximas entre si, e próximas também a essa média, ainda que com valores claramente mais baixos nas duas províncias orientais ou interiores. Em concreto, os índices eram: 100 em A Corunha, 90 em Ourense, e 82 em Lugo **(ver quadro 12.12 e gráfico 12.7)**.

Gráfico 12.7.



Vemos, pois, que dentro do contexto geral dos altos preços da terra que caracterizam globalmente à agricultura galega, estes apresentam umha quantia

especialmente elevada na província de Pontevedra, em clara oposiçom sobretodo com as duas do interior, pero também com a outra província ocidental ou costeira.

Devemos destacar sem embargo que essa situaçom, que nos amostram as cifras para a actualidade, constitue, à vista da informaçom disponível, um fenómeno bastante recente; fruto em boa medida das variaçons ocorridas ao longo dos últimos anos, de meiados dos 80 em adiante. Assi, se examinamos os dados correspondentes a 1985 (oferecidos por esta mesma fonte estatística), podemos observar que: a posiçom relativa das 4 províncias era semelhante à que nos encontramos em 1991; pero a magnitude das diferéncias era muito menor, constatando-se um nível dos preços da terra bastante homogéneo em todas as províncias galegas **(ver quadro 12.15)**. Em concreto, se fazemos igual a 100 o preço estimado neste ano para o total de Galiza, os índices que se obtinham a nível provincial eram: 120 em Pontevedra, 106 em A Corunha, 98 em Lugo, e 94 em Ourense. Como pode comprovar-se, umhas divergéncias bastante moderadas e muito menores que as que se constatam em 1991.

Abundando no tema, podemos sinalar que os preços da terra que se obtenhem para 1972, a partir da estimaçom do Património Agrário realizada neste ano polo Ministério de Agricultura, amostram-nos um panorama bastante similar ao que acabamos de descrever para 1985, com umhas diferéncias provinciais também mui moderadas[40].

Portanto, no que respeita a esta questom, a evidéncia empírica disponível conduze-nos a duas conclusons:

i. Ao longo das últimas décadas, e até meiados dos anos 80, o preço médio das terras agrárias registava um nível bastante próximo nas 4 províncias galegas. Este preço era algo superior nas duas províncias ocidentais, e sobretodo na de Pontevedra, em comparaçom com as duas orientais ou interiores (Lugo e Ourense); pero as diferéncias mantinham-se dentro de límites bastante reduzidos (sem superar umha banda do 20% por encima ou por baixo da média galega).

ii. Essa situaçom parece que sofreu umha forte ruptura nos anos mais recentes, em concreto na segunda metade da década dos 80; ao menos dacordo com o que nos indicam os resultados da "Encuesta de precios de la tierra". O contido ou elemento fundamental desta ruptura, consiste na forte diferéncia que se abre nesse período: entre os preços da terra existentes na província

---

[40] Em concreto, os índices provinciais que resultavam destas cifras de 1972 (fazendo o preço médio da terra em Galiza= 100), eram: 112 em Pontevedra, 108 em A Corunha, 102 em Lugo, e 85 em Ourense. (Ver: quadro A.12.1 do Anexo estatístico)

de Pontevedra, e os do resto de Galiza. De tal modo que em 1991 o nível dos preços nessa província fai mais que duplicar a média galega.

Os fenómenos concretos que explicam isto último imo-los ver a continuaçom, ao examinar a evoluçom registada polos preços durante o período 1985-1991.

-Quadro 12.12. Nível que alcançam os preços da terra em cada umha das 4 províncias galegas.
Indice geral (preço médio/ he de SAU) (*) 1991

	Preço/ He (miles de pts)	Indice (Galiza= 100)
A Corunha	1851	100
Lugo	1521	82
Ourense	1665	90
Pontevedra	3820	207
GALIZA	1846	100

(*) Resulta aplicável aqui a precisom geral que fixemos no quadro 12.3: em rigor nom se trata do preço médio/he para a totalidade da SAU, senom do que se obtém para os tipos de superfícies investigados em cada demarcaçom territorial. Nom obstante, no caso das 4 províncias galegas, os tipos de superfícies para os que se recolhe informaçom cubrem, em todas elas, mais do 85% da SAU total da província, e incluem todos os aproveitamentos com um peso significativo. Em conseqüência, a representatividade dos dados é bastante satisfactória.

Fonte:
-Dados para o total de Galiza: MAPA, Boletin Mensual de Estadística, no. 3/1992 (março de 1992).
-Dados por províncias: cálculo próprio, a partir das cifras para os distintos tipos de aproveitamentos que som oferecidas na publicaçom: CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Anuario de estatística agrária, 1991 (para mais detalhes, ver: quadro A.12.2 do Anexo estatístico).

Quadro 12.13. Preços da terra por tipos de superfícies; diferéncias existentes entre as 4 províncias galegas. 1991

PREÇOS (miles de pts/ he)

Tipos de superfície	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	GALIZA
-Lavradio secano	1879	1700	1288	2432	1776
-Lavradio regadio			2230	5897	3999
-Vinhedo			4465	8142	5312
-Prados naturais secano	1518	1732	1173		1588
-Prados naturais regadio	2144	2496	2307		2290
-Pastizais		861	792	1100	853
INDICE GERAL	1851	1521	1665	3820	1846

INDICES PROVINCIAIS (Galiza= 100)

Tipos de superfície	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	GALIZA
-Lavradio secano	106	96	73	137	100
-Lavradio regadio			56	147	100
-Vinhedo			84	153	100
-Prados naturais secano	96	109	74		100
-Prados naturais regadio	94	109	101		100
-Pastizais		101	93	129	100
INDICE GERAL	100	82	90	207	100

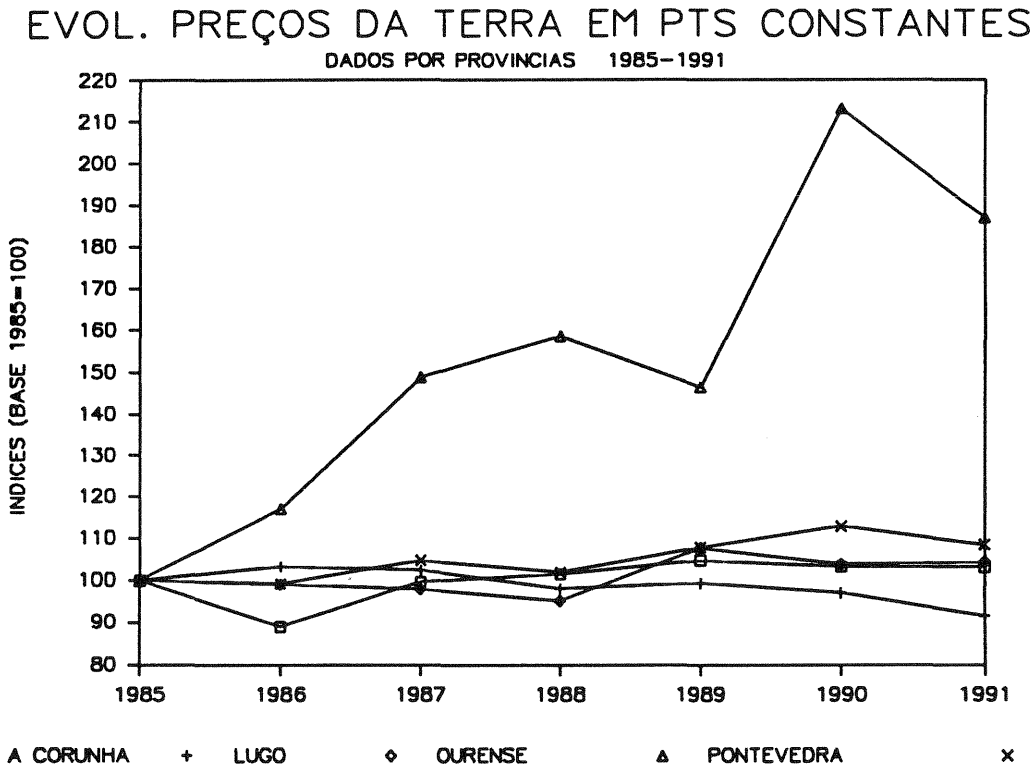
Fonte:
-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 3/1992 (março de 1992).
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Anuario de estatística agrária, 1991.
Elaboraçom própria.

A evoluçom dos preços da terra durante o período 1985-1991.

Os anos aqui considerados insertam-se, na sua prática totalidade, dentro da etapa de crescimento dos preços da terra em termos reais, que se registou em Galiza de 1984 a 1990 (ambos inclusive). Assi, o preço médio/he de SAU no total de Galiza aumentou em pesetas constantes durante todo o período 1985-1991, com a única excepçom do último ano; e no conjunto deste período o incremento experimentado foi do 8,4%. Devemos ter presente, portanto, que se trata aqui de um período bastante particular dentro do que fórom as tendéncias gerais dos últimos 13 anos; tendéncias que, como vimos antes, estivérom marcadas em conjunto por umha reduçom dos preços reais da terra.

Feita essa adverténcia inicial, podemos passar já ao que nos interessa neste ponto: a evoluçom que experimentárom os preços durante estes anos a nível provincial. Neste aspeito, os dados ponhem de manifesto a existéncia de grandes diferéncias entre as 4 províncias galegas, diferéncias que podemos resumir do seguinte modo **(ver quadro 12.14 e gráfico 12.8)**:

Gráfico 12.8.



-A tendéncia à alça dos preços da terra em termos reais, que se produziu em Galiza de 1985 a 1990, e também a caída que estes experimentárom em 1991, devérom-se esencialmente à evoluçom que tivo lugar na província de Pontevedra. Nesta província, os preços registárom durante aqueles 5 anos (1985-1990) um aumento absolutamente espectacular, triplicando-se aproximadamente em termos nominais, e multiplicando-se por mais de 2 em pesetas constantes. Incremento este que se rompe em 1991, produzindo-se neste ano umha importante caída.

Como resultado desses movimentos, no conjunto do período 1985-1991 os preços da terra em termos reais elevárom-se nesta província num 86,9%; sendo esta também a origem fundamental do aumento que se constata globalmente em Galiza nestes anos.

-Nas outras três províncias os preços seguírom umha evoluçom mui distinta à anterior, sem experimentar em nengumha delas um incremento importante em pesetas constantes ao longo desses anos. Matizando algo mais a análise, compre distinguir aqui a evoluçom que se observa nos casos de A Corunha e Ourense, da que se constata em Lugo. Nas duas primeiras províncias, os preços da terra nom apresentam durante o período 1985-1991 umha tendéncia totalmente definida, nem tampouco etapas claramente marcadas; ainda que em conjunto registárom um ligeiro aumento em termos reais (+3,2% em A Corunha, e +4,4% em Ourense). No caso de Lugo, em cámbio, si se observa umha tendéncia nítida, que está marcada pola caída contínua dos preços reais da terra a partir de 1986; de tal modo que entre 1985 e 1991 estes reduzírom-se num 8,3% (ver quadro 12.14).

Estas cifras a nível provincial oferecem assi nova luz, sobre um dos aspeitos mais relevantes que constatavamos na evoluçom dos preços da terra em Galiza durante o período 1979-1992: a alça que estes preços experimentárom (em termos reais) ao longo de umha boa parte dos anos 80, e em concreto na segunda metade desta década. O feito de que isto se devera fundamentalmente ao aumento espectacular destes preços na província de Pontevedra, mentres que no resto das províncias o seu nível diminuiu ou incrementou-se mui ligeiramente, é mui sugerente e de grande utilidade, com vistas a elaborar umha explicaçom ou interpretaçom desse fenómeno.

Assi, tendo em conta as características da província Pontevedra, os dados induzem a pensar que a citada alça dos preços da terra operada nestes anos, tivo que dever-se em boa medida a factores alheios à agricultura: a pressom da demanda de terras para usos urbanos, e, mais em geral, a demanda exercida por inversores alheios ao sector, que buscam na terra umha colocaçom para o seu capital. Sendo um tema a considerar o papel que pudérom jogar, em concreto, as compras de terras realizadas com dinheiro "negro", nuns anos de forte "boom" especulativo e com umha importante quantidade de dinheiro procedente de actividades ilícitas circulando nalgumhas comarcas desta província.

Nom nos imos extender mais, sem embargo, nestas hipóteses ou elementos interpretativos de carácter fragmentário. O nosso objectivo no presente epígrafe era meramente descritivo; e neste sentido, os dados provínciais aportárom-nos alguns elementos interessantes, que completam o visto para o conjunto de Galiza: por um lado constatamos aqui as diferéncias que apresenta actualmente o nível dos preços da terra nas 4 províncias galegas, em especial entre Pontevedra e o resto; e, polo outro, vimos a evoluçom que se produziu no período 1985-1991, com a alça espectacular dos preços nessa província.

Quadro 12.14. Evoluçom registada polos preços da terra durante o período 1985-1991; dados referidos a Galiza e a cada umha das 4 províncias. Indices anuais (base 1983= 100) (Evoluçom do INDICE GERAL destes preços)

A. EVOLUÇOM DOS PREÇOS DA TERRA EM PTS CORRENTES.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	GALIZA
1985	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1986	96,9	112,4	107,8	127,4	107,9
1987	114,1	117,3	112,2	170,6	120,0
1988	121,8	117,7	114,4	190,4	122,4
1989	134,3	127,4	138,1	187,7	138,3
1990	141,4	132,8	142,1	291,6	154,5
1991	149,5	132,8	151,4	270,9	157,2

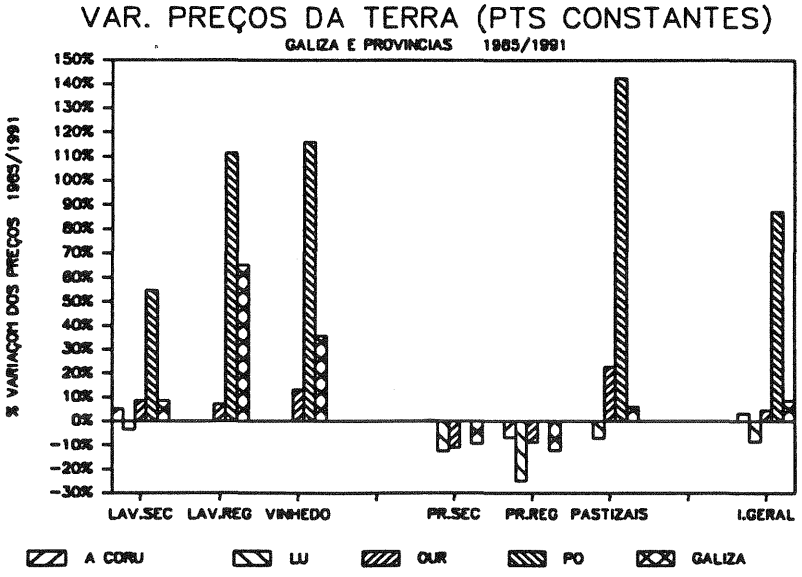
B. EVOLUÇOM DOS PREÇOS EM PTS CONSTANTES (1).

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	GALIZA
1985	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1986	89,1	103,3	99,1	117,0	99,2
1987	99,7	102,4	97,9	148,9	104,8
1988	101,5	98,1	95,3	158,6	101,9
1989	104,7	99,4	107,7	146,4	107,8
1990	103,3	97,1	103,8	213,1	112,9
1991	103,2	91,7	104,4	186,9	108,4

(1) O deflactor utilizado é o IPC (médias anuais) referido ao conjunto de Espanha.

Fonte:
-quadro 12.6.
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Anuario de estatística agrária, 1991.
Elaboraçom própria.

Gráfico 12.9.



Quadro 12.15. Evoluçom dos preços da terra por tipos de superfícies em cada umha das províncias galegas. 1985-1991

A CORUNHA	Preços em pesetas constantes de 1985 (miles de pts/he)		Variaçom (em %)
Tipos de superfície	1985	1991	1985/1991
-Lavradio secano	1232	1297	5,2%
-Lavradio regadio			
-Vinhedo			
-Prados naturais secano	1044	1047	0,3%
-Prados naturais regadio	1584	1479	-6,6%
-Pastizais			
INDICE GERAL	1238	1277	3,2%

LUGO	Preços em pesetas constantes de 1985 (miles de pts/he)		Variaçom (em %)
Tipos de superfície	1985	1991	1985/1991
-Lavradio secano	1215	1173	-3,5%
-Lavradio regadio			
-Vinhedo			
-Prados naturais secano	1364	1195	-12,4%
-Prados naturais regadio	2295	1722	-25,0%
-Pastizais	639	594	-7,0%
INDICE GERAL	1145	1050	-8,3%

OURENSE	Preços em pesetas constantes de 1985 (miles de pts/he)		Variaçom (em %)
Tipos de superfície	1985	1991	1985/1991
-Lavradio secano	818	889	8,7%
-Lavradio regadio	1435	1539	7,2%
-Vinhedo	2728	3081	12,9%
-Prados naturais secano	908	809	-10,9%
-Prados naturais regadio	1743	1592	-8,7%
-Pastizais	445	547	22,8%
INDICE GERAL	1100	1149	4,4%

PONTEVEDRA	Preços em pesetas constantes de 1985 (miles de pts/he)		Variaçom (em %)
Tipos de superfície	1985	1991	1985/1991
-Lavradio secano	1085	1678	54,7%
-Lavradio regadio	1925	4069	111,4%
-Vinhedo	2601	5618	116,0%
-Prados naturais secano			
-Prados naturais regadio			
-Pastizais	313	759	142,5%
INDICE GERAL	1410	2636	86,9%

GALIZA	Preços em pesetas constantes de 1985 (miles de pts/he)		Variaçom (em %)
Tipos de superfície	1985	1991	1985/1991
-Lavradio secano	1128	1225	8,6%
-Lavradio regadio	1671	2759	65,1%
-Vinhedo	2698	3665	35,8%
-Prados naturais secano	1206	1096	-9,2%
-Prados naturais regadio	1800	1580	-12,2%
-Pastizais	555	589	6,0%
INDICE GERAL	1174	1274	8,5%

NOTA: O deflator utilizado foi o IPC (médias anuais) correspondente ao conjunto de Espanha.

Fonte:
-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, nos. 3/1992 (março de 1992) e 5/1986 (maio de 1986)
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Anuario de estatística agrária, 1991.
-quadro 12.6.
Elaboraçom própia.

1.3. O nível actual dos preços da terra em Galiza, e a evoluçom que estes experimentárom ao longo do período 1979-1992; análise dos seus determinantes ou factores explicativos.

Umha vez que vimos em detalhe qual é o nível que alcançam os preços da terra em Galiza, e a evoluçom que estes experimentárom ao longo dos últimos anos, é o momento agora de abordar o estudo dos seus possíveis factores explicativos. Duas som em concreto as questons que devemos tratar de aclarar; duas questons que nom som totalmente independentes entre si, pero que convém diferenciar a efeitos analíticos:

-A primeira refire-se ao nível actual destes preços: quais som os factores que podem explicar o elevado valor que registam em Galiza os preços da terra, tanto em relaçom ao resto de Espanha, como se os comparamos com os vigentes noutros países europeios ?.

-A outra questom relaciona-se com os factores explicativos da evoluçom que registárom estes preços ao longo dos últimos anos, no período 1979-1992. Como constatamos anteriormente, esta evoluçom estivo marcada em Galiza por umha tendéncia geral à reduçom dos preços da terra em termos reais. Pero, ao mesmo tempo, resaltavam outros dous feitos: a diminuçom nom se produziu de forma contínua durante todo o período; e globalmente a sua magnitude foi bastante moderada (tanto no contexto espanhol, como se o comparamos com outros países da CEE). Portanto, compre tratar de explicar ambos elementos: a tendéncia global à reduçom dos preços da terra, que se constata no período (rompendo com a alça das décadas anteriores); e a seqüéncia concreta que esta seguiu.

Nas páginas seguintes imos tentar abordar o estudo desses factores explicativos. Para isto, começaremos resumindo quais som, dacordo com a literatura teórica e os estudos realizados noutros países, os determinantes esenciais dos preços das terras agrárias, as principais variáveis que podem influir tanto no nível como na evoluçom destes preços. Partindo dessas hipóteses, contrastaremos depois empiricamente (para algumhas delas) o papel que estas jogam no caso concreto da agricultura galega. É dizer, examinaremos a relaçom que apresentam o nível e a evoluçom recente dos preços da terra em Galiza, com algumhas dessas variáveis.

A análise resultante nom pretende oferecer umha resposta totalmente acabada e precisa às duas questons que antes formulamos. Isto é algo impossível no quadro da presente investigaçom. Em primeiro lugar, pola diversidade e a complexidade dos factores que incidem, ou podem incidir, nos preços das terras agrárias, alguns dos quais nom som susceptíveis de mediçom e contraste

estatístico. E, em segundo lugar, polas próprias limitaçons do nosso estudo, posto que é este um tema que requeriria por si só umha ou várias investigaçons monográficas.

Pero, apesar das suas modestas pretensons, cremos que a nossa análise tem um notável interesse. Porque, como veremos, dela desprendem-se algumhas conclusons sumamente relevantes, sobre os factores determinantes dos preços da terra na agricultura galega. Permitindo assi precisar as características que presidem em Galiza o funcionamento do mercado de terras agrárias.

a. Os determinantes esenciais do nível e a evoluçom do preço das terras agrárias; breve resumo do que nos indica a literatura sobre o tema.

No capítulo X desta investigaçom, efectuamos um repasso relativamente detalhado polos distintos factores que condicionam a oferta e a demanda no mercado de terras agrárias; deduzindo-se já daí quais som as principais variáveis que influem no preço das terras. Em conseqüéncia, nom é necessário que nos extendamos de novo nesta questom, repetindo os argumentos e as indicaçons já expostas no mencionado capítulo. Limitaremo-nos aqui a lembrar as hipóteses esenciais que se desprendem da literatura sobre o tema (tanto das elaboraçons de carácter teórico, como dos estudos empíricos realizados noutros países).

Dacordo com o modelo teórico mais simples, o preço das terras agrárias vem determinado pola capitalizaçom da renda anual que estas estám em condiçons de oferecer ao seu proprietário. Se designamos como "R" esta renda anual, como "i" o tipo de juro, e como "P" o preço ou valor de mercado das terras, teríamos pois: P=R/i.

Assi, segundo este modelo inicial, baseado na consideraçom da terra como médio de produçom para a agricultura, o seu preço depende de duas variáveis ou elementos: a renda agrária que as superfícies podem gerar, ou, dito com maior precisom, a renda ou ingressos esperados; e o tipo de juro vigente na economia[41].

---

[41] Em relaçom com este modelo ou fórmula simples, do preço da terra como capitalizaçom da renda agrária que esta proporciona, consultar por exemplo:
-BERGMANN, Denis, Politique agricole. Tome second: Structures. Chapitre V. Le facteur terre... op. cit., pp. 13-24.
-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs foncières et la théorie de la rente."

Aos efeitos da nossa análise, tem interesse precisar algo mais o significado concreto de cada umha dessas duas variáveis, e os índices estatísticos que podem ser utilizados na prática para a sua quantificaçom.

-No que respeita à primeira variável, esta refire-se concretamente à parte dos ingressos derivados da produçom agrária que serve para retribuir o "factor terra", ou que vai parar ao proprietário das terras[42]. No suposto de que exista separaçom entre este proprietário e o empresário ou titular da exploraçom, esse conceito corresponderá-se com a renda anual que aquele percibe a cámbio da cesom das superfícies. A situaçom é mais complicada no caso em que as terras som trabalhadas directamente polo seu proprietário; posto que neste suposto nom existe, como algo separado, umha remuneraçom da terra, senom que esta aparece incluída dentro da renda global que obtém o empresário[43], sendo este conceito o único que tem aqui existéncia real.

Em qualquer caso, à margem desses problemas conceptuais, o habitual nas análises estatísticas é que se tome, como aproximaçom, algum indicador referido ao valor acrescentado ou aos ingressos agrários gerados polas terras: o VAB (agrário)/he, o VAN (agrário)/he, ou mesmo a Produçom Final Agrária/he; examinando a relaçom que apresenta o nível dos preços da terra em diversos espaços, ou a sua evoluçom ao longo do tempo, com o valor desses índices[44].

-Polo que se refire ao segundo elemento da fórmula (a "taxa de juro" que serve para capitalizar a renda anual), o índice concreto que é mais pertinente utilizar varia segundo o tipo de vendedores e compradores que predominem no mercado de terras. Assi, nuns casos, o mais oportuno será tomar aqui a taxa de rentabilidade que oferecem os activos alternativos; mentres que noutros tem

---

op. cit., em especial pp. 4-8.
-PETIT, Michel, "Cambios en la interpretación..." op. cit.

[42] Nom entramos aqui na questom da natureza da renda da terra (renda de monopólio, remuneraçom de um factor de produçom, ...); tema este que tem um grande interesse no plano teórico, pero de escassa relevância para os objectivos da análise que aqui realizamos.

[43] Renda esta que deve servir para retribuir os distintos factores de produçom familiares (mao de obra, capital, terra, ademais do possível benefício empresarial).

[44] Consultar por exemplo os dous estudos empíricos que se incluem no livro:
-BOINON, J.P./ CAVAILHES, J., Comment expliquer... op. cit.

mais relevância (e mais influéncia sobre o preço das terras) o tipo de juro existente para os créditos aos agricultores[45].

Com estas precisons, no que respeita à forma concreta de quantificar as duas variáveis, temos que reiterar que a hipótese básica deste modelo teórico inicial, é a de que os preços da terra estám determinados por dous elementos:

-A renda agrária que as superfícies podem proporcionar.

-E a taxa de juro.

Agora bem, na realidade constata-se com freqüéncia que esse modelo simples é totalmente insuficiente para explicar o nível e a evoluçom do preço das terras agrárias; sendo necessário, portanto, ter em conta outras variáveis que também influem aqui. Ou dito noutras palavras: os estudos empíricos ponhem de manifesto que, ademais dos dous factores citados, existem outros muitos que também podem incidir sobre esses preços, fazendo que estes nom se ajustem ao que resultaria da fórmula da capitalizaçom da renda. Entre estes factores, e sem pretender fazer um listado exaustivo, podemos destacar esencialmente trés grupos[46]:

i. Em primeiro lugar, sem saír-nos da consideraçom da terra como factor de produçom para a agricultura, hai dous elementos que podem empuxar à alça o seu preço, fazendo que este alcance valores mui elevados em relaçom com a renda agrária média que as superfícies oferecem. O primeiro elemento é a existéncia de umha elevada percentagem de exploraçons agrárias com um tamanho insuficiente, e que contam com factores de produçom fixos subempregados[47]. O outro factor, em boa medida subsumível no anterior, refire-se à preséncia de umha elevada densidade de mao de obra agrária.

ii. Em segundo lugar, e relacionado já com o carácter da terra em tanto que activo ou forma de colocaçom de um capital, existe outra variável que pode influir notavelmente no seu preço, empuxando-o também à alça: as expectativas de mais-valias. Isto tem especial relevância nos períodos de forte incremento dos preços da terra; já que isto estimula a previsom de que o aumento vai continuar

---

[45] Em relaçom com esta questom, consultar por exemplo:
-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs foncières..." op. cit., pp. 40-45.

[46] Em relaçom com isto pode ver-se a exposiçom que realizamos no capítulo X, e as obras que ali citamos.

[47] Isto, como já explicamos no capítulo X, fai que as superfícies adicionais tenham para estes agricultores umha rentabilidade marginal mui alta, elevando-se deste modo o preço que estám dispostos a pagar por elas.

no futuro, com a conseguinte influéncia no comportamento dos compradores e vendedores.

Num plano mais geral, todas aquelas consideraçons ou motivaçons que fagam da terra um activo atractivo para os nom agricultores, tenderám a estimular a alça do seu preço.

iii. Finalmente, outro factor que pode ter aqui umha forte influéncia é a demanda de terras para usos urbanos, e a sua pressom sobre as superfícies agrárias.

Estas som, dacordo com a literatura sobre o tema, as principais variáveis que condicionam o nível e a evoluçom dos preços da terra.

Na prática, os estudos empíricos realizados para os países da Europa Ocidental (e também para os EEUU), ponhem de manifesto que durante o período que vai aproximadamente de 1950 a 1975/80, os preços da terra medrárom nestes países a taxas notavelmente superiores ao aumento da renda agrária/he, e mui por encima também do que resultaria da capitalizaçom desta renda ao tipo de juro vigente. Em conseqüéncia, a evoluçom nom se ajustou ao que nos indica o "modelo simples" antes apontado. Isto fixo que foram muitos os autores que tratárom de elaborar modelos explicativos mais complexos, destacando estes autores a influéncia exercida por outros factores: a existéncia de um grande número de exploraçons com factores fixos subempregados, que compitem pola "captaçom" das superfícies liberadas; a pressom exercida pola demanda de terras para usos nom agrários; etc[48].

Sem embargo, para a etapa mais recente (de finais dos anos 70 em adiante), o modelo simples parece recuperar em termos gerais a sua validez; sendo suficiente para explicar, no fundamental, a evoluçom que experimentam nestes anos os preços da terra. Assi, as análises empíricas amostram que a inversom da tendéncia alcista dos preços, e a caída generalizada que estes registam durante a década dos 80, pode atribuir-se no esencial ao deterioro da renda agrária que se produze ao longo destes anos nos países ocidentais. Dito noutras palavras: a evoluçom dos preços da terra nesta etapa recente, ajusta-se ao que nos indica o citado "modelo simples", seguindo de modo bastante aproximado as tendéncias observadas para a renda agrária[49].

---

[48] Sobre a evoluçom que registárom os preços da terra durante estas décadas nos países citados, e os intentos de aclarar os seus factores explicativos, consultar por exemplo:

-BRUN, André, "L'évolution du prix de la terre..." op. cit., pp. 4-7.

-PETIT, Michel, "Cambios en la interpretación..." op. cit., pp. 54-61.

[49] Esta é a tese fundamental que destaca M.Petit no trabalho que citamos já em notas anteriores, apoiando-se para isto em dados referidos tanto aos EEUU como aos países da

Partindo das hipóteses explicativas que acabamos de exponher, imos abordar a análise referida ao caso concreto de Galiza; tratando de aclarar os determinantes do nível que alcançam aqui os preços da terra, assi como os da evoluçom que estes experimentárom ao longo dos últimos anos. Para isto seguiremos esta seqüência:

-Começamos examinando em que medida o nível que alcançam actualmente os preços da terra em Galiza, comparado com o resto de Espanha e outros países da CEE, pode explicar-se pola quantia da renda agrária que as superfícies oferecem.

-De modo análogo, contrastaremos depois a capacidade dessa variável para explicar a evoluçom que registárom aqui os preços da terra durante o período 1979-1992. Isto é, veremos em que medida esta evoluçom aparece relacionada com as tendéncias que registou em Galiza a renda do sector agrário.

-Por último, e em funçom de qual sejam os resultados obtidos nos dous pontos anteriores, consideraremos na análise alguns dos outros factores que antes mencionamos (como possíveis condicionantes dos preços da terra); tratando de aportar também alguns contrastes estatísticos, que nos ajudem a dilucidar a sua possível influéncia no caso galego.

b. A relaçom que apresenta o nível dos preços da terra em Galiza com a quantia do VAB agrário/ hectare; comparaçom com as cifras referidas a Espanha e a outros países da CEE (1988).

Começamos analisando esta primeira questom: em que medida o elevado nível que registam em Galiza os preços da terra, pode explicar-se pola quantia relativa dos ingressos agrários que geram aqui as superfícies. Para contrastar isto estatisticamente, tomaremos como termo de comparaçom dous tipos de cifras: por um lado, as referidas ao total de Espanha e a outros 5 estados

---

Europa Ocidental. Ver:

-PETIT, Michel, "Cambios en la interpretación..." op. cit.

No mesmo sentido apontam os resultados que obtém J.Cavailhes, num estudo referido concretamente a França, centrado em explicar a forte caída dos preços da terra ocorrida neste país a partir de 1978. Ver:

-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs foncières...", op. cit., em especial pp. 34-58.

membros da CEE; e polo outro, as correspondentes às distintas Comunidades Autónomas do Estado. É dizer, examinaremos aqui o valor que alcança em Galiza o rátio "preço da terra/ ingressos agrários por hectare", comparando-o com o que se regista nesses dous grupos de espaços do nosso entorno.

b1. Algumhas precisons sobre os dados concretos que utilizamos, e sobre os cálculos realizados.

O primeiro aspeito que tivemos que dilucidar, à hora de levar a cabo esta análise, foi o da variável concreta que tomamos como indicador dos ingressos agrários/ hectare. Tendo em conta os antecedentes que podemos encontrar nos estudos similares realizados noutros países, e a informaçom estatística disponível no nosso caso, contávamos aqui com três opçons: tomar os dados referidos à Produçom Final Agrária, ao VAB do sector agrário, ou bem ao VAN do sector. A isso podíamos unir ainda umha quarta possibilidade, interessante nom tanto por razons conceptuais como polo feito de que as cifras procedem neste caso de um tipo de fonte estatística diferente ao das macro-magnitudes anteriores. Aludimos aos dados sobre a Margem Bruta Total das exploraçons agrárias, que oferece a "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" realizada em 1987 em todos os países da CEE.

Pois bem, em vez de adoptar umha decisom a priori, pareceu-nos que era preferível efectuar os cálculos para essas 4 variáveis, examinando o grau de correlaçom que cada umha delas apresenta com o nível dos preços da terra nos espaços que consideramos; e seleccionar aquela para a qual essa correlaçom fora maior, o indicador dos ingressos agrários/ hectare que ofereza umha maior capacidade explicativa das diferéncias que se observam nos preços da terra. Isto foi o que fixemos, realizando estes cálculos para os dous conjuntos que antes mencionamos: por um lado, o grupo formado por Galiza, Espanha e outros 5 estados membros da CEE; e polo outro, o integrado por Galiza e as outras 16 Comunidades Autónomas do Estado.

Assi, obtivemos para estes espaços os valores dos 4 índices: PFA/he, VAB/he, VAN/he e MBT/he. E efectuamos depois as correspondentes regressons com a quantia dos preços da terra nestes países e regions.

Em relaçom com as cifras concretas que empregamos, tam só som necessárias três precisons:

-Os dados correspondentes aos três primeiros índices procedem das estimaçons das macro-magnitudes agrárias, publicadas anualmente polo EUROSTAT (para os países comunitários) e polo MAPA (para Galiza, Espanha

e as restantes CCAA). Pola sua parte, o valor da MBT/he procede dos resultados da EEEA de 1987.

-Excepto para este último índice, todos os dados refirem-se a 1988, devido a que este é o ano mais recente para o que disponhíamos (no momento de realizar os cálculos) de toda a informaçom estatística necessária.

-Os citados índices estám calculados em relaçom à SAU (PFA/he de SAU, VAB/he de SAU, ...), posto que este é também o conceito de superfície ao que correspondem os preços da terra.

Os valores desses 4 índices e os resultados das suas regressons com os preços da terra, aparecem recolhidos em duas séries de quadros que reproduzimos no Anexo estatístico: o que numeramos como **quadro A.12.3** (no que figuram os dados para Galiza, Espanha e os 5 países da CEE); e o **quadro A.12.4** (com as cifras referidas às distintas CCAA do Estado). Tanto num caso como no outro, as cifras conduzem-nos à mesma conclusom: a variável que apresenta umha maior correlaçom com os preços da terra, a que permite explicar em maior medida as diferéncias que registam estes preços entre os países e regions considerados, é o VAB/he de SAU.

-No primeiro conjunto (o integrado polos dados de Galiza, Espanha e outros 5 países da CEE), os resultados das regressons ponhem de manifesto que as 4 variáveis explicativas que consideramos, apresentam umha relaçom significativa com o nível dos preços da terra, sem que a bondade do ajuste difira muito entre umhas e outras. Assi, nos 4 casos o valor do coeficiente de determinaçom (R^2) oscila entre 0,52 e 0,55; o que significa que a quantia dos ingressos agrários/ hectare, qualquer que seja o índice concreto que tomemos para medir isto, permite explicar algo mais do 50% das diferéncias que se observam no nível dos preços da terra entre os 7 espaços aqui considerados (Galiza, Espanha e os 5 países da CEE). Nom obstante, ainda sem haver grandes divergéncias, o melhor ajuste é o que se obtém tomando como variável explicativa o VAB/he; caso este no que o R^2 é concretamente de 0,549 (ver quadro A.12.3 do Anexo estatístico).

-A mesma conclusom resulta no segundo conjunto de dados: os referidos às 17 Comunidades Autónomas espanholas. A bondade do ajuste é aqui menor que no caso anterior para as 4 variáveis explicativas consideradas, oscilando o valor do R^2 entre 0,26 e 0,37. O que nos indica, portanto, que o nível dos preços da terra nas diferentes CCAA do Estado, apresenta umha relaçom relativamente débil com a quantia dos ingressos agrários/ hectare: esta última variável permite explicar tam só em torno a 1/4 ou 1/3 das diferéncias que se observam nos preços da terra entre as distintas CCAA. Pero, dentro deste contexto geral, os resultados mais satisfactórios som, ao igual que no caso anterior, os que se obtenhem ao tomar em concreto como variável explicativa o VAB/he, com um $R^2 = 0,373$ (ver quadro A.12.4 do Anexo estatístico).

Em conseqüência, foi este (o VAB/he de SAU) o índice que seleccionamos para efectuar umha análise mais detida da situaçom comparativa que apresenta Galiza; para contrastar em que medida os altos preços da terra aqui existentes, podem explicar-se pola quantia relativa dos ingressos agrários que geram as superfícies.

b2. O valor do rátio "preço da terra/VAB agrário por he"; comparaçom das cifras galegas com as de Espanha e outros países da CEE.

Em primeiro lugar, examinamos a situaçom comparativa de Galiza em relaçom com Espanha e outros 5 países da CEE: Holanda, R.F. de Alemanha, Bélgica, Dinamarca e França. No **quadro 12.16** recolhemos para estes 7 espaços: o nível dos preços da terra em 1988, a quantia do VAB agrário/he neste mesmo ano, e o quociente entre ambas cifras, o rátio "preço da terra/VAB por he".

Começando polos 5 estados comunitários, podemos observar que a prática totalidade deles registam um valor bastante similar para o rátio "preço da terra/VAB por he", oscilando este entre 4 e 5,5. É dizer, que os preços da terra suponhem nestes países em torno a 4-5,5 vezes a quantia da renda bruta anual gerada polas superfícies. Em conseqüência, dada a similitude no valor deste rátio, podemos afirmar que as diferéncias existentes no preço das terras agrárias entre estes países, estám relacionadas numha elevada proporçom com a distinta capacidade de geraçom de rendas que tenhem as superfícies. O único caso claramente discordante que nos encontramos aqui é o da R.F. de Alemanha, onde o citado rátio alcança um valor de 14,0, de 2,5 a 4 vezes mais alto que o que se constata nos 4 países restantes; o que nos indica que os preços da terra estám em Alemanha fortemente sobrevalorados, em comparaçom com os outros estados comunitários e tendo em conta a renda agrária que geram as superfícies.

Passemos aos dados referidos a Espanha. Como já sinalamos no seu momento, o nível dos preços da terra é aqui bastante modesto em termos absolutos, se o comparamos com os outros países comunitários. Assi, estes preços som inferiores aos dos 5 estados que consideramos no quadro 12.16, com a única excepçom de França. O diagnóstico, sem embargo, muda de forma radical, se relacionamos isso com os ingressos agrários que proporcionam as superfícies. Concretamente, o rátio "preço da terra/VAB por he" alcança em Espanha um valor de 8,6, cifra esta que é entre 1,5 e 2,3 vezes superior à que se regista em Holanda, Bélgica, Dinamarca e França, estando só por baixo da que se constata na R.F. de Alemanha (ver quadro 12.16).

Quadro 12.16. Relaçom que apresentam os preços da terra com o nível do VAB agrário/ hectare. Comparaçom das cifras referidas a Galiza com as de Espanha e outros países da CEE. 1988

	A Valor comercial das terras agrárias 1988 (1) (ECUs/he)	B VAB agr./ he de SAU 1988 (2) (ECUs/he)	Relaçom entre o preço da terra e o VAB/he (A/B)
Holanda	17196	3723	4,6
Alemanha	15190	1083	14,0
Bélgica	9493	1705	5,6
Dinamarca	6062	1097	5,5
França	2768	728	3,8
Espanha	4273	496	8,6
Galiza	10443	1113	9,4

(1) Ver as precisons que fixemos no quadro 12.5.

(2) As cifras refirem-se, em concreto, ao VAB do sector agrário a preços de mercado.
Em relaçom com isto, hai que sinalar que nas estatísticas publicadas polo EUROSTAT esta macro-magnitude nom inclue o VAB correspondente ao subsector florestal, senom só o dos subsectores agrícola e gadeiro. Em conseqüência, este é o conceito ao que se refirem os dados que oferecemos no quadro para os países da CEE (esta opçom é, por outra parte, a mais adeqüada para calcular o índice que aqui nos interessa: o VAB/he de SAU).
Em Espanha, sem embargo, as estimaçons realizadas polo MAPA contabilizam dentro do VAB do sector agrário o gerado polo subsector florestal. Portanto, as cifras recolhidas no quadro para Espanha e Galiza sobreestimam ligeiramente, em relaçom aos outros países, o nível do VAB/ he de SAU.
De todos modos, podemos afirmar que isso nom afecta de forma significativa às conclusons da análise. Assi, se tomamos para o conjunto de Espanha a cifra de VAB agrário calculada polo EUROSTAT, seguindo a metodologia comum aos outros países, obtemos para 1988 um VAB/he de SAU de 485 ECUs, que é só inferior num 2,2% à cifra consignada no quadro.

Fonte:
Para Galiza e Espanha:
-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1989 (maio 1989).
-MAPA, Anuario de estadística agraria 1989.

Para os outros países da CEE:
-COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1989.
Elaboraçom própria.

Portanto, apesar de que os preços das terras agrárias som em Espanha comparativamente baixos em termos absolutos, vemos que a sua quantia é mui elevada em relaçom com a renda agrária que as superfícies proporcionam. O que nos indica, noutras palavras, que a terra está aqui fortemente sobrevalorada em relaçom com a sua rentabilidade agrária, se o comparamos com a prática totalidade dos países comunitários[50].

Fixemo-nos agora na situaçom concreta que apresenta Galiza dentro desse duplo contexto (o comunitário e o espanhol).

Efectuando em primeiro lugar a **comparaçom com os 5 países da CEE**, podemos comprovar que a resposta que obtemos para a pergunta formulada ao princípio, é negativa: **o nível comparativamente elevado que registam em Galiza os preços das terras agrárias, nom se explica pola renda agrária que geram aqui as superfícies. O que nos indicam os dados é que estes preços em Galiza nom só som elevados em termos absolutos, senom que o mesmo sucede, e de forma se cabe mais acentuada, se temos em conta os ingressos agrários que as terras proporcionam** (comparando-o com os países comunitários).

Assi, o rátio "preço da terra/VAB por he" alcança no nosso caso a cifra de 9,4; valor este que é mais de 2 vezes superior ao de França, o duplo do que se regista em Holanda, e aproximadamente um 70% mais alto que em Bélgica e Dinamarca, sendo superado tam só, dentro dos 5 países que consideramos, polo que se constata na R.F. de Alemanha (ver quadro 12.16). Isso significa que, tomando como termo de referéncia os países comunitários (com a exclussom da R.F.A), **os preços da terra som actualmente no agro galego entre um 70% e um 150% (de 1,7 a 2,5 vezes) mais altos do que lhes corresponderia, tendo em conta a renda agrária bruta que geram as superfícies.**

Os resultados som diferentes se a comparaçom se efectua com o conjunto de Espanha. O nível elevado que apresentam os preços da terra em Galiza comparados com a média espanhola, explica-se fundamentalmente, dacordo com estas cifras, pola maior quantia da renda agrária que proporcionam aqui as

---

[50] Esta mesma conclusom é destacada por J.M. Naredo, a partir de uns cálculos similares aos que nós efectuamos (ainda que ele toma, em vez do VAB/he, o valor da PFA/he nos diversos países). Ver:
-NAREDO, José Manuel, "Precio y renta de la tierra.", Catastro, no. 4, 1990, pp. 38-41.

terras. Assi, o rátio "preço da terra/VAB por he" regista no caso galego um valor só ligeiramente superior ao que se obtém para Espanha (9,4 frente a 8,6).

Portanto, desta análise desprendem-se **duas conclusons esenciais:**

i. **Em relaçom aos países comunitários, os preços da terra som em Galiza bastante elevados em termos absolutos, e mais altos ainda se temos em conta a renda agrária que proporcionam as superfícies.**

ii. **Sem embargo, essa forte sobrevaloraçom das terras agrárias, que caracteriza a Galiza no contexto da CEE, nom responde de forma principal a um fenómeno especificamente galego, senom que se incardina dentro da sobrevaloraçom que apresentam globalmente as terras em Espanha**[51].

Isto último é importante te-lo presente, nom só para estabelecer um diagnóstico preciso da situaçom, senom sobretodo com vistas a buscar os possíveis factores explicativos do elevado valor que alcança em Galiza o rátio "preço da terra/VAB por he".

b3. A situaçom de Galiza dentro do contexto das Comunidades Autónomas do Estado.

Para completar a análise estatística referida a este aspeito, imos comentar brevemente o que nos indicam os dados para as distintas CCAA do Estado, e a situaçom que apresenta Galiza neste contexto. Estas cifras estám recolhidas no **quadro 12.17**, e, com o fim de facilitar a sua percepçom, representamo-las em dous gráficos: os **gráficos 12.10 e 12.11**. Estas som as principais conclusons que se desprendem desses dados:

---

[51] Isto é o que se deriva das cifras que estamos analisando, referidas a 1988. É probável que nos últimos 4 anos a situaçom se tenha modificado algo, reduzindo-se a sobrevaloraçom da terra em Espanha em relaçom aos países comunitários, mentres que se ampliou a diferéncia de Galiza a respeito da média espanhola. Baseamo-nos para afirmar isto no feito de que durante estes 4 anos (1988/1992), os preços da terra em termos reais registárom em Espanha umha caída do 33%, enquanto que em Galiza o descenso foi só do 3% (ver supra: quadro 12.8). De qualquer modo, isto nom altera no esencial as duas conclusons às que chegamos.

Gráfico 12.10.

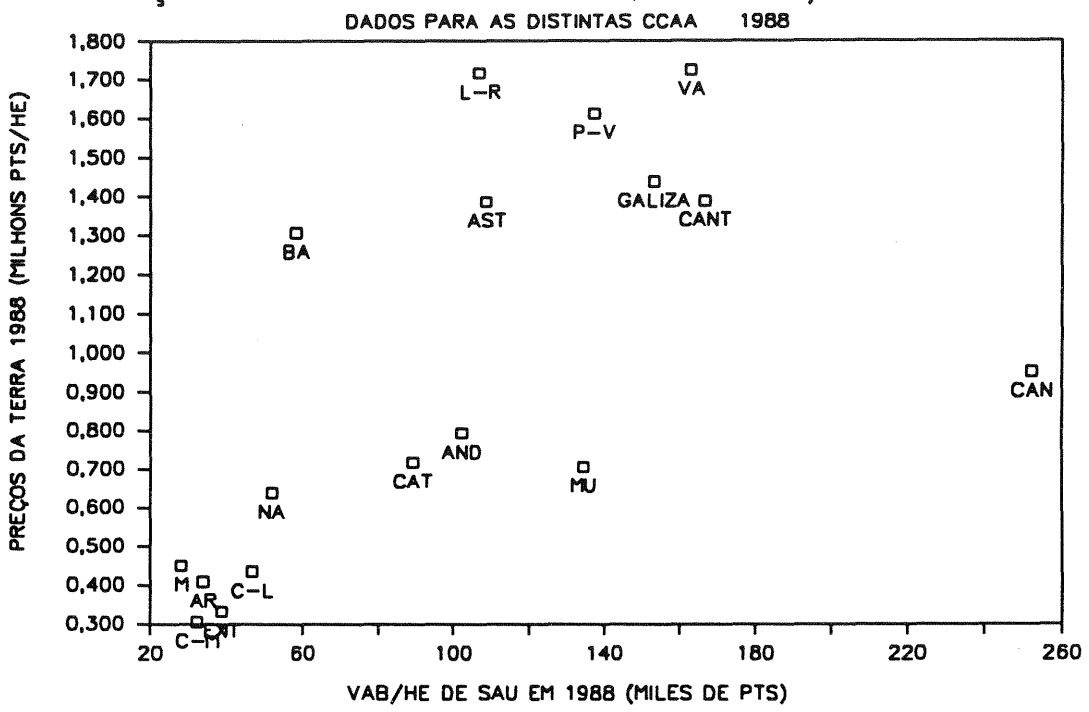
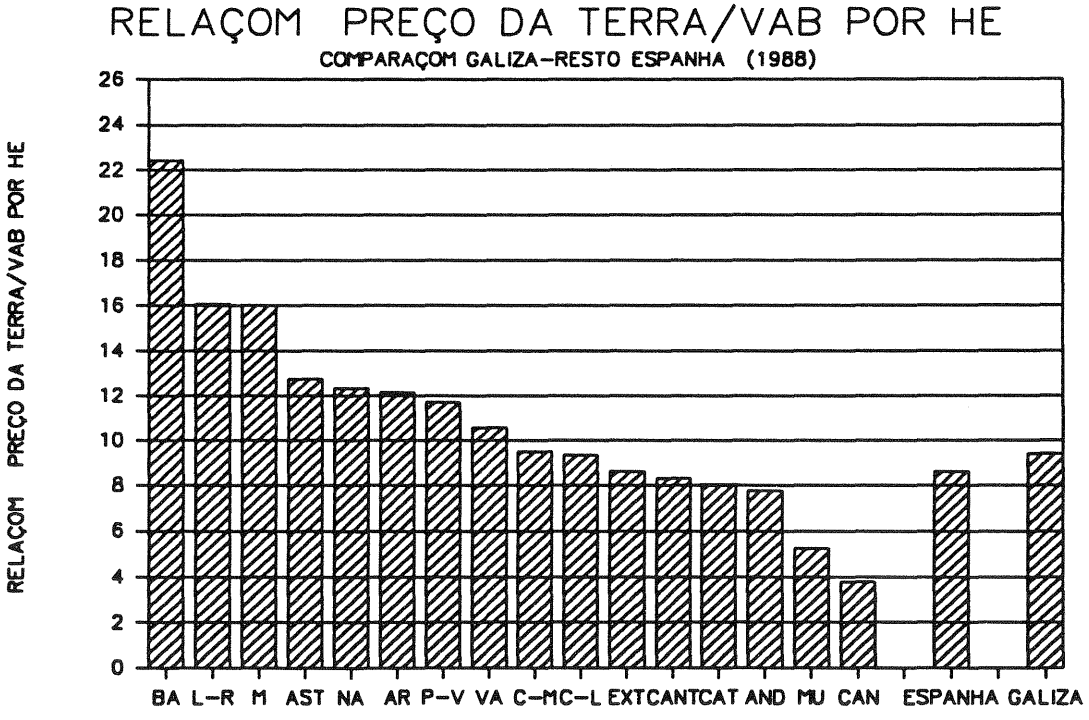


Gráfico 12.11.



Quadro 12.17. Relaçom que apresentam os preços da terra com o nível do VAB agrário/ hectare. Comparaçom das cifras referidas a Galiza com as correspondentes às restantes Comunidades Autónomas do Estado. 1988

	A Preço da terra (miles de pts/he) 1988 (1)	B VAB/ he de SAU (miles de pts/he) 1988 (2)	Relaçom entre o preço da terra e o VAB/he (A/B)
-Baleares	1307	58	22,4
-La Rioja	1716	107	16,1
-Madrid	451	28	16,0
-Asturias	1385	109	12,7
-Navarra	639	52	12,3
-Aragón	410	34	12,2
-País Vasco	1610	137	11,7
-C. Valenciana	1723	163	10,6
-Castilla-La Mancha	306	32	9,5
-Castilla-León	436	47	9,3
-Extremadura	333	39	8,6
-Cantabria	1386	167	8,3
-Catalunha	717	89	8,0
-Andalucía	793	102	7,8
-Murcia	705	134	5,2
-Canarias	951	252	3,8
ESPANHA	588	68	8,6
GALIZA	1437	153	9,4

(1) Em relaçom com estes dados, compre ter presente o que indicamos na nota explicativa ao quadro 12.3.

(2) VAB do sector agrário a preços de mercado/ hectare de SAU (suma das terras cultivadas e os prados e pastizais).

Fonte:
-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1989 (maio de 1989).
-MAPA, Anuario de estadística agraria 1989.
Elaboraçom própria.

-O primeiro que devemos destacar é que a correlaçom existente entre o nível dos preços da terra nas distintas CCAA e a quantia do VAB agrário/he, resulta em conjunto bastante débil. É dizer, que as diferéncias que apresentam os preços da terra dentro da geografia espanhola, só podem atribuir-se numha parte relativamente reduzida, às divergéncias no valor da renda agrária que geram as superfícies.

Isto observa-se claramente no gráfico 12.10, onde representamos os valores dessas duas variáveis nas 17 CCAA: os preços da terra no eixo de abcisas, e o VAB agrário/he no de ordenadas. E comprova-se de forma rigorosa nos

resultados da regressom entre estas variáveis, posto que o R^2 que obtemos é só de 0,373 (ver quadro A.12.4 do Anexo estatístico).

-A débil relaçom existente entre essas duas variáveis, tem o seu reflexo no rátio "preço da terra/VAB por he", cujo valor apresenta diferéncias mui fortes entre as 17 CCAA: desde o 3,8 que se regista em Canárias ou o 5,2 em Murcia, até a cifra de 22,4 que alcança nas ilhas Baleares (ver quadro 12.17 e gráfico 12.11).

Portanto, os dados sugirem que a geografia dos preços da terra dentro de Espanha, está notavelmente desvinculada dos ingressos agrários que as superfícies proporcionam nas diversas regions[52].

-Considerada neste contexto, Galiza ocupa umha posiçom intermédia dentro das 17 CCAA do Estado, figurando entre aquelas que registam um rátio "preço da terra/VAB por he" ligeiramente superior à média espanhola (ver quadro 12.17 e gráfico 12.11).

b4. Algumhas consideraçons finais.

Depois de ver as cifras por CCAA, devemos reiterar as conclusons fundamentais que obtivemos nesta análise:

-O elevado nível que registam os preços da terra em Galiza, em comparaçom com os países da CEE, nom se explica pola quantia da renda agrária que proporcionam aqui as terras. Assi, o rátio "preço da terra/VAB por he" alcança no agro galego um valor mui superior (entre 1,7 e 2,5 vezes superior) ao que se constata na maioria dos países comunitários.

-Isso, sem embargo, nom constitue um fenómeno particular de Galiza, senom que se inserta dentro da sobrevaloraçom que apresentam globalmente as terras agrárias em Espanha (em comparaçom com esses países do nosso entorno).

Estas constataçons obrigam a perguntar-se polos factores que podem explicar isso: o elevado valor que regista em Galiza o rátio "preço da terra/VAB agrário por he", se o comparamos com a maioria dos países comunitários. Mais adiante trataremos de aportar algumhas indicaçons sobre este tema.

Em todo caso, à margem de quais sejam os seus factores explicativos, o que podemos afirmar já é que este fenómeno tem importantes implicaçons para o funcionamento do mercado de terras na nossa agricultura:

---

[52] Sem que isto poda atribuir-se às deficiéncias dos dados sobre os preços da terra para algumhas CCAA; posto que isto afectaria ao sumo a 3 ou 4 regions, pero nom ao resto.

i. A sobrevaloraçom que apresentam no caso galego as terras, em relaçom com a renda agrária que estám em condiçons de proporcionar, constitue necessariamente um forte obstáculo à possível ampliaçom das exploraçons por médio da compra de superfícies; posto que isso fai mui difícil que os produtores agrários, com os ingressos que obtenhem, podam financiar estas compras[53].

ii. E, assimesmo, essa situaçom desincentiva também, com probabilidade, a realizaçom dessas compras, a adquisiçom de superfícies por parte daquelas persoas que buscam na terra um médio de produçom. Porque a rentabilidade que estas obtenhem dos capitais investidos na compra de terras, é mui reduzida.

Em definitiva, portanto, a existéncia no agro galego de uns preços da terra tam elevados, tivo que representar nas últimas décadas (e continua representando na actualidade) um forte obstáculo à mobilidade das superfícies, um forte obstáculo à adquisiçom das terras liberadas por parte dos agricultores que permanecem no sector.

c. A evoluçom que registárom os preços da terra em Galiza durante o período 1979-1992; análise da sua relaçom com as variaçons do VAB agrário.

Conhecida a situaçom actual (o alto nível dos preços da terra, em relaçom com a renda agrária por unidade de superfície), interessa-nos examinar a evoluçom ocorrida nos últimos anos. Em que medida a evoluçom que experimentárom em Galiza os preços da terra durante estes anos (o período 1979-1992), aparece relacionada com as tendéncias ou as variaçons registadas polo VAB do sector agrário ?.

---

[53] Em relaçom com isto, convém fazer ademais umha precisom adicional. Nos cálculos aqui realizados examinamos a relaçom existente entre os preços da terra e o VAB agrário/he. O nível de sobrevaloraçom que apresentam as terras em Galiza, a respeito da sua rentabilidade agrária, seria muito maior se tomaramos para medir esta rentabilidade a marge neta que obtenhem os agricultores (isto é, se deduziramos do VAB os custos de amortizaçom dos bens de capital fixo, assi como o custo da mao de obra), e compararamos estas cifras com as resultantes para os países da CEE. Em conseqüéncia, a dificuldade que tenhem as exploraçons agrárias em Galiza para autofinanciar a compra de terras, é muito maior do que sugirem os dados expostos (o valor relativo do rátio "preço da terra/VAB por he").

Para analisar esta questom, utilizamos em primeiro lugar a série anual de preços da terra que vinhemos manejando: a que nos oferece para o período 1979-1992 a "Encuesta de precios de la tierra" do MAPA. Como variável explicativa (hipotética) consideramos a evoluçom do VAB do sector agrário, tomando aqui em concreto as cifras referidas ao período 1977-1990. Para esta variável elaboramos duas séries distintas: a primeira com os dados anuais, e a segunda calculando as médias móbiles sobre 3 anos[54].

Deflatando essas cifras (tanto os preços da terra como o VAB agrário) com o IPC correspondente ao conjunto de Espanha, e calculando os índices anuais com base 100 em 1979, obtivemos as séries que figuram no **quadro 12.18** e que estám representadas nos **gráficos 12.12 e 12.13** (no primeiro gráfico aparecem os valores anuais do VAB agrário, e no segundo as médias móbiles sobre 3 anos para esta variável)[55].

---

[54] Este procedimento (o cálculo das médias móbiles para o VAB agrário) é habitual nos estudos similares realizados noutros países, e tem como objectivo suavizar as oscilaçons cojunturais que podam produzir-se nesta variável. O suposto que está implícito neste cálculo é o de que nom som essas oscilaçons cojunturais, senom as tendéncias da renda agrária, as que podem influir sobre os preços da terra.

[55] Em relaçom com os cálculos realizados, hai dous aspeitos que quiçás convém aclarar: o primeiro refire-se ao motivo polo que tomamos as magnitudes deflatadas, e nom em pesetas correntes; o outro aspeito tem que ver com o deflator concreto que empregamos.

No que respeita à primeira questom, a deflaçom das séries, esta é necessária por umha razom: se tomamos a evoluçom dos preços da terra e do VAB em pesetas correntes, pode suceder que nos encontremos com um elevado grau de correlaçom entre as duas séries, sem que isto responda a umha vinculaçom real entre ambas variáveis, senom devido a que estas estám, á sua vez, relacionadas com umha terceira variável, que é a evoluçom geral dos preços, as taxas de inflaçom. Para eliminar este problemaa, devemos tomar a evoluçom das variáveis em pesetas constantes.

Isso que acabamos de indicar aclara já também em boa medida a segunda questom: as razons polas que utilizamos em concreto como deflator o IPC. Este procedimento nom seria o correcto se o nosso objectivo fora, por exemplo, calcular a evoluçom da produtividade real do sector agrário (neste suposto o que procederia é deflatar a PFA em base ao índice de preços percibidos polos agricultores, os Gastos Correntes do sector em base ao índice de preços pagados, e obter a evoluçom do VAB em termos reais pola diferéncia entre ambas magnitudes). Pero, como sinalamos, a nossa pretensom aqui é a de eliminar o efeito que sobre a evoluçom dos preços da terra e do VAB agrário tem o ritmo geral de crescimento dos preços, obtendo a evoluçom dessas magnitudes em pesetas constantes. Para esta finalidade, o mais adeqüado é deflatar as duas séries utilizando o IPC.

A evoluçom que registárom durante estes anos os preços da terra, é já conhecida: estes preços (em pesetas constantes) sofrem primeiro umha caída superior ao 30% no quatriénio 1979/1983; recuperam-se depois ao longo dos 7 anos seguintes, experimentando no conjunto destes 7 anos (1983/1990) um incremento próximo ao 20%; para diminuir de novo nos dous últimos anos, com um descenso do 13% entre 1990 e 1992. Globalmente, no período 1979-1992 os preços da terra diminuírom em Galiza num 28,6% (sempre em pesetas constantes).

Em que medida aparece essa evoluçom relacionada com a que experimentou durante estes mesmos anos o VAB do sector agrário ?.

A observaçom dos gráficos 12.12 ou 12.13, permite comprovar que as duas evoluçons apresentam um notável paralelismo, sobretodo se introduzimos a hipótese da existéncia de um "efeito retardo" de 2 anos, isto é, se suponhemos que as variaçons do VAB agrário repercutem sobre os preços da terra com um desfase de 2 anos.

Gráfico 12.12.

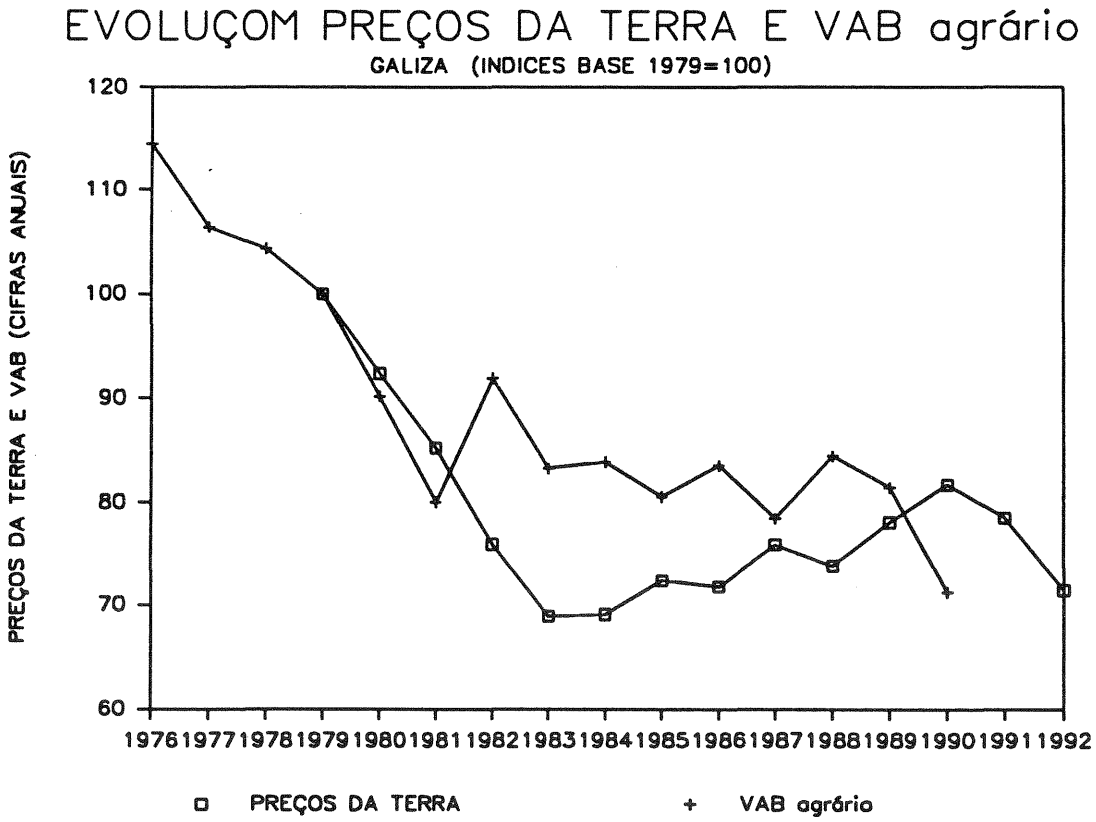
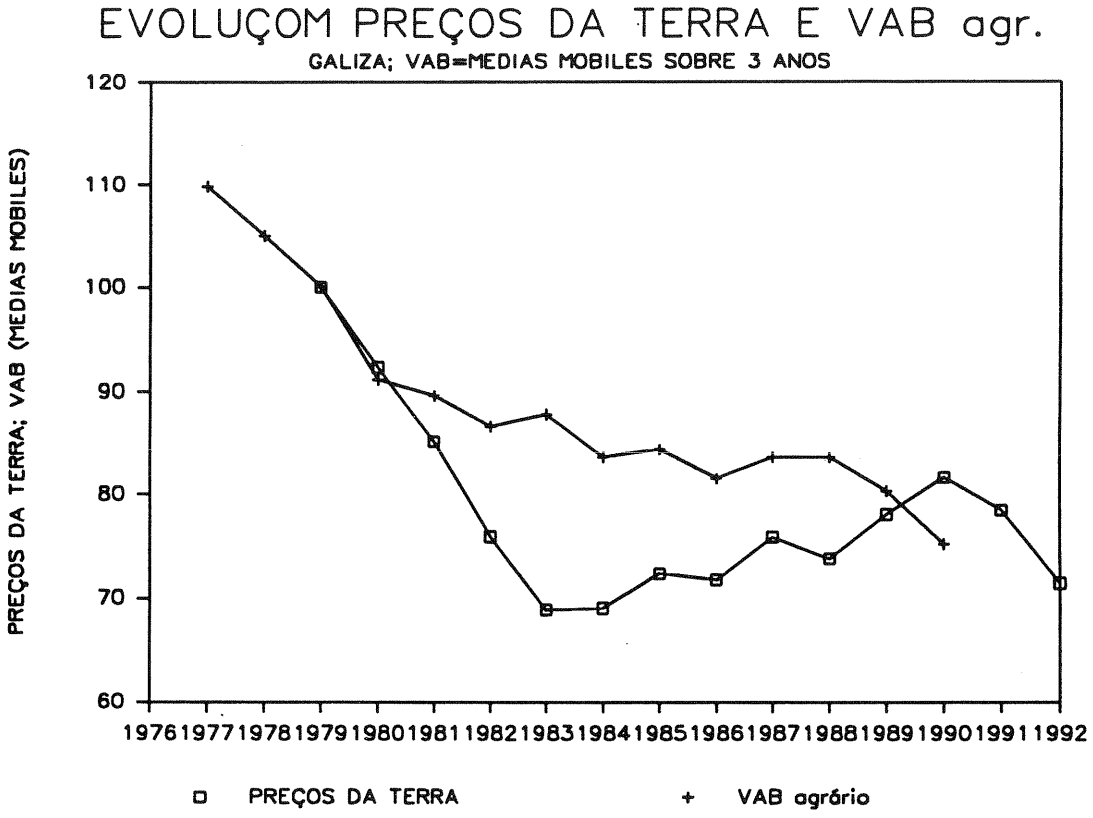


Gráfico 12.13.



A existéncia deste desfase resulta algo plausível, se temos em conta qual é a base teórica, ou o tipo de fenómenos, que estám no fondo da vinculaçom entre as duas variáveis. O que nos indica ao respeito o modelo teórico, é que os compradores de terras determinam o preço que estám dispostos a pagar por elas em funçom da renda (agrária) que esperam obter do seu uso. E, neste aspeito, parece lógico pensar que a quantia da renda esperada dependerá de qual fora a sua evoluçom real ao longo de um certo número de anos anteriores[56]. Pois bem, dentro deste esquema, o feito de que se registe um desfase entre a evoluçom da renda agrária e a sua repercusom sobre os preços da terra, corresponde-se com umha hipótese aceitada comummente na análise económica: a de que os ajustes no comportamento dos agentes económicos nom se produzem de forma imediata, senom com um certo retardo. Aplicado ao tema concreto que nos ocupa: as expectativas dos compradores e vendedores de terras, sobre a renda agrária futura que estas podem oferecer, nom se ajustam de modo imediato

[56] Será este o elemento fundamental que conforme as expectativas sobre a evoluçom futura destes ingressos (ademais de que podam influir também nestas expectativas outros dados ou fenómenos).

senom com um certo desfase, às variaçons experimentadas na realidade por esta renda. De feito, é esta umha hipótese utilizada com freqüência nas análises empíricas sobre os factores explicativos da evoluçom dos preços da terra, sendo avalada polas cifras a sua pertinência (a existência real do desfase)[57].

No caso de Galiza, como já indicamos, os dados sugirem que o desfase é de uns 2 anos. Assumindo este suposto, constata-se um notável paralelismo entre a evoluçom do VAB agrário e a que registárom os preços da terra; paralelismo que cabe interpretar no sentido de umha relaçom causal entre as duas variáveis. Assi:

-A forte reduçom que sofreu o VAB do sector agrário de 1977 a 1981, explicaria a caída acelerada dos preços da terra que se produziu no quatriénio 1979-1983.

-A interrupçom do descenso do VAB agrário, que tem lugar a partir de 1982, e a estabilidade aproximada (com umha ligeira tendência crescente) que este regista no período 1982-1988, estaria na origem da alça que experimentárom os preços da terra nos anos 1984-1990.

-Por último, no biénio 1989-1990 o VAB agrário sofre de novo umha importante diminuçom, que se corresponde com o novo descenso dos preços da terra ocorrido nos anos 1991-1992 (ver quadro 12.18 e gráfico 12.12).

Isso é o que podemos observar, examinando as séries estatísticas e a sua representaçom gráfica. Com o fim de precisar com maior rigor o grau de correlaçom existente entre a evoluçom das duas variáveis, efectuamos as correspondentes regressons (4 em total), figurando os seus resultados reproduzidos na página adjunta ao quadro 12.18.

-A primeira regressom está realizada tomando: a evoluçom dos preços da terra no período 1979-1990; e a evoluçom das cifras anuais do VAB agrário durante este mesmo período. O ajuste que se obtém aqui é pouco satisfactório, com um $R^2 = 0{,}254$.

-A bondade do ajuste melhora claramente, ainda que continua sendo bastante deficiente, se nesses mesmos cálculos utilizamos como variável explicativa, em vez das cifras anuais do VAB agrário, as médias móbiles sobre 3 anos. Nesta segunda regressom obtemos um $R^2 = 0{,}420$.

-Muito mais importante é a melhora que se produze, ao introduzir o suposto de um desfase de 2 anos entre a evoluçom das duas variáveis, tomando em

---

[57] Ver por exemplo:

-CAVAILHES, Jean, "Les déterminants des valeurs foncières...", op. cit., pp.34-58.

concreto: a evoluçom dos preços da terra no período 1979-1992; e, como variável explicativa, a evoluçom do VAB agrário durante o período 1977-1990.

Procedendo deste modo, e utilizando como variável explicativa as cifras anuais do VAB agrário, obtem-se um $R^2 = 0,615$; o que nos indica que esta variável explica algo mais do 60% das variaçons registadas polos preços da terra durante o período. E se tomamos para o VAB agrário as médias móbiles sobre 3 anos, suavizando assi os "picos" da sua evoluçom, o valor do R^2 aumenta até 0,648.

Quadro 12.18. Relaçom entre a evoluçom dos preços da terra e a do VAB do sector agrário em pesetas constantes (1). Galiza Indices (base 1979=100)

	Preços da terra (em pts constantes)	VAB pm do sector agrário (em pts constantes)	
		Cifras anuais	Médias móbiles sobre 3 anos (2)
1976		114,5	
1977		106,4	109,8
1978		104,4	105,0
1979	100,0	100,0	100,0
1980	92,4	90,2	91,2
1981	85,2	80,0	89,6
1982	75,9	91,9	86,7
1983	68,9	83,2	87,8
1984	69,1	83,8	83,7
1985	72,4	80,6	84,4
1986	71,8	83,5	81,6
1987	75,9	78,4	83,7
1988	73,8	84,4	83,7
1989	78,1	81,4	80,4
1990	81,7	71,2	75,2
1991	78,5		
1992	71,4		

(1) O deflator utilizado (tanto para os preços da terra como para o VAB agrário) é o IPC correspondente ao conjunto de Espanha.
(2) A cifra para 1990 corresponde aqui à média dos anos 1989 e 1990.

Fonte:-MAPA, Boletín Mensual de Estadística, no. 5/1988 (maio 1988); e no. 5/1993 (maio 1993).
-INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, A Estadística na Agricultura., Santiago, 1989.
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Anuario de estatística agraria, 1991.
-SERVICIO DE ESTUDIOS BBV, Informe económico 1992.
Elaboraçom própria.

CONTRASTE DA RELAÇOM EXISTENTE ENTRE A EVOLUÇOM DOS PREÇOS DA TERRA E A DO VAB DO SECTOR AGRARIO (AMBAS VARIAVEIS EM PTS CONSTANTES DE 1979).

REGRESSOM 1:
Y: PREÇOS DA TERRA (1979-1990)
X: VAB agrário; CIFRAS DE CADA ANO (1979-1990)

Salida de Regresión:

Constante	23,142396
Err Std de Y Est	8,6775875
R al Cuadrado	0,2540135
N° de Observaciones	12
Grados de Libertad	10
Coeficiente(s) X	0,661501
Err Std de Coef.	0,358482

REGRESSOM 2:
Y: PREÇOS DA TERRA (1979-1990)
X: VAB agrário; MEDIAS MOBILES SOBRE 3 ANOS (1979-1990)

Salida de Regresión:

Constante	-6,685733
Err Std de Y Est	7,6506807
R al Cuadrado	0,4201267
N° de Observaciones	12
Grados de Libertad	10
Coeficiente(s) X	0,997275
Err Std de Coef.	0,370502

REGRESSONS 3 E 4: INTRODUÇOM DE UM DESFASE DE 2 ANOS ENTRE A EVOLUÇOM DO VAB E A DOS PREÇOS DA TERRA.
REGRESSOM 3:
Y: PREÇOS DA TERRA NO ANO n (1979-1992)
X: VAB agrário NO ANO n-2; CIFRAS ANUAIS (1977-1990)

Salida de Regresión:

Constante	18,099887
Err Std de Y Est	5,8321680
R al Cuadrado	0,6145985
N° de Observaciones	14
Grados de Libertad	12
Coeficiente(s) X	0,690051
Err Std de Coef.	0,157743

REGRESSOM 4:
Y: PREÇOS DA TERRA NO ANO n (1979-1992)
X: VAB agrário NO ANO n-2 (MEDIAS MOBILES SOBRE 3 ANOS; 1977-1990)

Salida de Regresión:

Constante	12,431946
Err Std de Y Est	5,5775439
R al Cuadrado	0,6475160
N° de Observaciones	14
Grados de Libertad	12
Coeficiente(s) X	0,740934
Err Std de Coef.	0,157809

Portanto, a análise de regressom permite confirmar o que se deduzia já da observaçom das séries estatísticas: **a evoluçom que seguírom os preços da terra em Galiza durante o período 1979-1992, está relacionada numha elevada medida com as tendéncias que registou (com umha antelaçom de 2 anos) o VAB do sector agrário. Falando em termos econométricos, a evoluçom do VAB agrário "explica" aproximadamente os 2/3 das variaçons que experimentárom durante os últimos 13 anos os preços das terras agrárias.**

Deste modo, verifica-se também no caso galego o que se constata de forma geral nos países europeios para os últimos anos: a evoluçom dos preços da terra durante este período recente (a partir de finais da década dos 70), apresenta umha relaçom bastante estreita com as tendéncias registadas pola renda agrária; de tal forma que a caída geralizada que sofrem nestes anos os ingressos agrários, aparece como o principal factor explicativo da reduçom que experimentam os preços da terra em termos reais.

Esta constataçom empírica tem ao nosso entender umha grande relevância, com vistas a precisar as características que presidem o funcionamento do mercado de terras na agricultura galega, os elementos ou forças que incidem sobre este mercado. Assi, ao contrário do que sugire a visom mais extendida, que nos apresenta a este mercado como absolutamente dominado polas motivaçons extra-económicas dos proprietários e oferentes potenciais de terras, e quase totalmente desvinculado da dinámica produtiva do sector agrário, podemos observar aqui que isto nom se corresponde com a realidade. **Os dados estatísticos ponhem de manifesto que, ao menos nos últimos 13 anos, a evoluçom dos preços da terra estivo em Galiza fortemente influída polas tendéncias que registou a renda do sector agrário. Do qual podemos deduzir que a evoluçom desta renda, a evoluçom dos ingressos agrários que estám em condiçons de proporcionar as superfícies, exerce umha importante influéncia sobre o comportamento tanto dos oferentes como dos demandantes de terras; condicionando o nível dos preços que estes estám dispostos a pagar, e também os preços que os vendedores estám dispostos a aceitar.**

Deste modo, se os preços da terra apresentam em Galiza umha forte sobrevaloraçom "estrutural", que se reflecte no elevado valor do rátio "preço da terra/ ingressos agrários por he", hai que destacar, nom obstante, que a sua evoluçom durante os últimos anos estivo relacionada em boa medida com as tendéncias que registou a renda do sector agrário.

-A existéncia de outros factores, que influírom também na evoluçom dos preços da terra durante o período 1979-1992.

O que acabamos de exponher nom significa, sem embargo, que a evoluçom recente dos preços da terra em Galiza, se poda atribuir totalmente às tendéncias registadas durante estes anos polo VAB agrário. Como vimos antes, os resultados das regressons indicam-nos que esta variável permite explicar o 61%-65% das variaçons que experimentárom os preços da terra durante o período 1979-1992, quedando pois algo mais de 1/3 destas variaçons sem explicar. Devemos tratar de aclarar, portanto, quais fórom os outros factores que pudérom incidir nesta evoluçom recente dos preços da terra, originando o seu desvio a respeito das tendéncias do VAB agrário.

Para este objectivo, resulta útil examinar primeiro as divergéncias concretas que se observam entre a evoluçom das duas variáveis. Efectuando esta análise, vemos em primeiro lugar que a reduçom que experimentárom os preços da terra no conjunto do período 1979-1992 (-28,6%), foi menos intensa que a sofrida polo VAB agrário (-33,1% no período 1977-1990)[58]; sendo este, pois, o primeiro feito a destacar. Se nos fixamos na evoluçom anual ao longo do período, podemos constatar que a principal divergéncia entre as duas variáveis produziu-se na etapa 1983/1990: nestes 7 anos os preços da terra registárom em Galiza um aumento contínuo em termos reais, sem que isto se correspondera com um incremento de quantia similar do VAB agrário (ver supra: quadro 12.18 e gráfico 12.12). Assi, no conjunto dos 7 anos estes preços elevárom-se num 18,6%; mentres que o VAB agrário tam só o fixo (na etapa correspondente: 1981/1988) num 5,5%, e ademais sem que isto respondera a umha clara tendéncia crescente **(ver quadro 12.19)**.

Portanto, o aspeito esencial da evoluçom recente dos preços da terra que é necessário explicar, já que nom pode atribuir-se à dinámica do VAB agrário, refire-se à alça continuada que estes experimentárom (em pesetas constantes) durante a maior parte da década dos 80, e sobretodo na segunda metade deste decénio.

Para disponher de mais elementos de juiço sobre esta questom (sobre as possíveis causas dessa evoluçom), podemos servir-nos aqui das cifras a nível provincial. Como vimos anteriormente, contamos com estes dados provinciais para os anos 1985-1991, que se correspondem em eséncia com a etapa de alça

---

[58] Dacordo com os resultados obtidos antes, suponhemos aqui um desfase de 2 anos, examinando a relaçom entre a evoluçom dos preços da terra e a registada polo VAB agrário com 2 anos de antelaçom.

dos preços da terra no conjunto de Galiza. No **quadro 12.20** recolhemos a variaçom que registárom os preços da terra durante estes 6 anos (1985/1991) em Galiza e em cada umha das 4 províncias; e, ao lado disso, calculamos também as correspondentes variaçons do VAB agrário no período 1983/1989 (suponhendo, ao igual que nos contrastes anteriores, um desfase de 2 anos).

Quadro 12.19. Variaçom que registárom os preços da terra e o VAB do sector agrário nas três etapas que distinguimos para os últimos anos. Galiza
(variaçom total em cada período das magnitudes em pesetas constantes)

	1977/81	1981/88	1988/90	1977/1990
-VAB agrário	-24,8%	5,5%	-15,6%	-33,1%
	1979/83	**1983/90**	**1990/92**	**1979/1992**
-Preços da terra	-31,1%	18,6%	-12,6%	-28,6%

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras do quadro anterior.

Quadro 12.20. Relaçom existente entre a variaçom dos preços da terra e a do VAB agrário a nível provincial. 1985-1991

	A Variaçom do VAB agrário 1983/1989 (1)	B Variaçom dos preços da terra 1985/1991 (1)	B-A
-A Corunha	2,6%	3,2%	0,6%
-Lugo	-14,5%	-8,3%	6,2%
-Ourense	-7,0%	4,4%	11,4%
-Pontevedra	12,1%	86,9%	74,8%
GALIZA	-2,2%	8,5%	10,7%

(1) Magnitudes em pesetas constantes (o deflator utilizado, ao igual que em todos os cálculos anteriores, é o IPC correspondente ao conjunto de Espanha).
Fonte: igual que no quadro 12.18.

Já constatamos no seu momento que a alça dos preços da terra ocorrida durante estes anos em Galiza, se deveu fundamentalmente à província de Pontevedra. Pois bem, podemos comprovar agora que isso nom pode ser explicado pola evoluçom que experimentou nesta província o VAB agrário. Vejamos o que nos indicam as cifras para as distintas províncias.

-Tanto em Lugo como em A Corunha, os preços da terra seguírom nestes anos umha evoluçom bastante próxima à do VAB agrário: no primeiro caso, os

preços registárom umha clara diminuçom (-8,5%), que se corresponde com a importante caída sofrida polo VAB agrário (-14,5%); e na província de A Corunha produziu-se um ligeiro aumento dos preços da terra (+3,2%), que está acorde também com o pequeno incremento registado aqui pola renda bruta do sector agrário (+2,6%) (ver quadro 12.20).

-O paralelismo entre a evoluçom das duas variáveis nom é já tam nítido em Ourense, posto que os preços da terra elevárom-se aqui num 4,4%, apesar de reduzir-se o VAB agrário num 7,0%.

-Pero a discrepáncia mais forte é a que se constata em Pontevedra. O VAB agrário experimentou nesta província um crescimento do 12,1% no período 1983/1988, o que poderia explicar que os preços da terra seguiram aqui umha evoluçom mais favorável que nas restantes províncias. Pero o incremento que registárom na prática estes preços (+86,9%), é totalmente desproporcionado, em relaçom com a evoluçom da renda agrária; polo que tivérom que operar necessariamente outros factores, que impulsárom a revalorizaçom das terras.

Estes dados a nível provincial nom nos permitem, por si mesmos, conhecer quais fórom as causas da alça dos preços da terra que se produziu em Galiza durante a maior parte da década dos 80. Pero deles si se deduzem algumhas hipóteses bastante plausíveis.

Em concreto, o feito de que o aumento dos preços da terra (nom explicado pola evoluçom da renda agrária) estivera concentrado na província de Pontevedra, e tendo em conta as características que esta apresenta dentro do contexto galego, leva a pensar que a sua origem tivo que estar fundamentalmente em factores alheios à agricultura: a pressom derivada da demanda de terras para usos nom agrários; e, de modo mais global, as compras de terras realizadas por inversores alheios ao sector agrário, que buscavam aqui umha colocaçom para o seu capital. Sendo o móbil destas compras a seguridade que oferecem estes activos imobiliários, e/ou as expectativas de revalorizaçom futura das terras; ademais de que pudera influir também nalguns casos a opacidade que do ponto de vista fiscal apresentam estes investimentos.

Estas afirmaçons tenhem só um carácter de hipóteses, posto que nom contamos com dados precisos que nos permitam contrastar a sua veracidade: a importáncia que tivérom realmente esses fenómenos, e os seus efeitos sobre o preço das terras agrárias. Pero, com os indícios disponíveis, podemos estabelecer, como umha hipótese bastante plausível, que fórom esses os principais factores explicativos da alça que registárom os preços da terra em Galiza durante a maior parte da década dos 80.

Como um elemento que avala essa hipótese, hai que mencionar o que nos indica J.M. Naredo, num trabalho recente, sobre a evoluçom operada durante estes anos no conjunto de Espanha. Este autor destaca a grande intensidade do

"boom" imobiliário que se registou em Espanha na segunda metade da década dos 80, principalmente durante os anos 1985-1988; e resalta também os importantes efeitos que isso exerceu sobre o mercado de terras agrárias. Dacordo com a sua análise, o forte "boom" imobiliário destes anos, ainda que se centrou fundamentalmente nos bens de natureza urbana, tivo também uns efeitos consideráveis sobre as superfícies rústicas; estimulando umha importante alça dos preços destas terras, sem que isto se correspondera com um aumento da renda agrária que podem oferecer. Assi, a demanda de terras rústicas para usos nom agrários, e mais em geral a pressom exercida polos compradores alheios à agricultura, constitue a causa esencial da revalorizaçom que experimentárom durante estes anos as superfícies agrárias em toda Espanha[59] [60].

Estas afirmaçons de J.M. Naredo estám, como vemos, em plena sintonia com o que nos sugirem os dados para o ámbito galego.

Portanto, no que respeita à evoluçom recente dos preços da terra em Galiza, a análise realizada conduze-nos em definitiva a duas conclusons esenciais:

i. **A tendéncia geral registada por estes preços ao longo do período 1979-1992, estivo determinada principalmente pola evoluçom da renda agrária.** Assi, a reduçom que sofreu neste período o VAB do sector agrário, levou a que se produzira um descenso também dos preços da terra em termos reais.

ii. **Nom obstante, a evoluçom concreta que seguírom estes preços estivo influída também por outros factores, alheios à dinámica do sector agrário: a pressom derivada dos usos urbanos do solo, e, de um modo mais geral, as compras de terras por parte de persoas que buscam aqui umha colocaçom para o seu capital. Estes factores freárom o descenso do preço das terras rústicas no conjunto do período 1979-1992, fazendo que este fora menos intenso que a caída sofrida polo VAB agrário; e, de forma mais**

---

[59] Ver: NAREDO, José Manuel, "Precio y renta de la tierra.", op. cit.
Um desenvolvimento mais detalhado da análise estatística sobre o tema, é oferecido polo autor no trabalho:
-"Sector inmobiliario y crecimiento económico (1985-1988).", apresentado na UIMP de Santander em agosto de 1989.

[60] Ao respeito, no quadro 12.9, que oferecemos anteriormente, pode comprovar-se como durante estes anos (1985-1988 ou um período similar) os preços das terras agrárias aumentárom (em pesetas constantes) na prática totalidade das regions espanholas.

concreta, estimulárom umha alça destes preços durante boa parte da década dos 80, especialmente em certas áreas da geografia galega.

O que compre destacar, em todo caso, é que a evoluçom recente dos preços da terra parece explicar-se fundamentalmente por factores de carácter económico; já se refiram estes à dinámica do VAB agrário (ligado ao papel da terra como médio de produçom para a agricultura), ou a fenómenos alheios a este sector (a pressom dos usos urbanos; as compras por parte de nom agricultores, ligadas ao papel da terra em tanto que activo). Isto, que se desprende do exame dos dados estatísticos, parece-nos de suma importáncia com vistas a precisar o funcionamento do mercado de terras em Galiza, as características que este apresenta e os seus condicionantes. Longe da imagem extendida, que nos amostra a este mercado como um campo dominado polas motivaçons extra-económicas ou afectivas em relaçom à terra, constatamos aqui que as tendéncias recentes dos preços da terra estivérom determinadas esencialmente por variáveis económicas. O que avala, num plano mais geral, a linha argumental que defendemos no capítulo X: que é nos factores de índole económica onde devemos buscar os principais condicionantes, e os obstáculos, à mobilidade da terra em Galiza.

Voltando às conclusons antes expostas, sobre os determinantes da evoluçom recente dos preços da terra, devemos destacar finalmente que destes resultados podem extraer-se algumhas indicaçons sobre as tendéncias previsíveis no futuro:

-Na medida em que prossiga nos próximos anos a caída do VAB agrário, é previsível que continue também a baixada dos preços da terra em termos reais.

-Nom obstante, a evoluçom destes preços pode ver-se afectada por factores alheios à agricultura, como sucedeu durante os últimos anos. O qual, de produzir-se, poderia levar a um maior encarecimento relativo das terras, em comparaçom com a renda agrária que oferecem (como sucedeu também no conjunto dos últimos 13 anos).

d. Os possíveis factores explicativos do elevado nível que alcança em Galiza o rátio "preço da terra/ renda agrária por he".

Para concluir a análise referida aos preços da terra, queda-nos por abordar umha última questom: que factores podem explicar o elevado valor que regista

em Galiza o rátio "preço da terra/ renda agrária por he", se o comparamos com o da maioria dos países comunitários. Que factores podem explicar, portanto, o alto nível que alcançam aqui os preços da terra, em relaçom com os ingressos agrários que as superfícies oferecem.

Neste tema a nossa aportaçom vai ser muito mais modesta que a realizada para as questons anteriores. Limitaremo-nos a oferecer uns contrastes estatísticos mui simples para algumhas variáveis; sem abordar a fondo o estudo de todos os factores que, potencialmente, podem estar na origem dessa sobrevaloraçom das terras agrárias. A diversidade e complexidade destes factores, assi como as dificuldades que planteja para muitos deles o contraste empírico da sua influéncia, impossibilitam o efectuar aqui umha análise mais completa. As notas que oferecemos a continuaçom devem tomar-se, pois, tam só como umha pequena contribuçom ao estudo da questom formulada.

A priori, dacordo com as indicaçons que oferecemos ao começo deste epígrafe, som 5 os factores esenciais que podem explicar as diferéncias existentes no rátio "preço da terra/renda agrária por he", entre os distintos países. E, portanto, som estes os factores que podem estar na origem de que esse rátio seja em Galiza notavelmente superior ao da maioria dos países da CEE:

-O primeiro factor relaciona-se com a taxa de juro (i), que intervém na fórmula da capitalizaçom da renda (P=R/i).

-O segundo refire-se ao tamanho das exploraçons, e à extensom que poda alcançar a existéncia de factores de produçom fixos que estám subempregados.

-O terceiro, estreitamente vinculado ao anterior, é a densidade de mao de obra agrária.

-O quarto factor que pode influir aí refire-se à importáncia que tenhem em cada país as expectativas de mais-valias, ligadas à esperança de um incremento futuro dos preços da terra.

-E, por último, está a maior ou menor intensidade da demanda de terras para usos nom agrários, e a pressom que esta exerce sobre as superfícies agrárias.

Pois bem, desses 5 tipos de factores, na nossa análise consideramos 3:

i. A densidade de mao de obra agrária, para a que utilizamos dous indicadores diferentes, procedentes de fontes estatísticas de distinto carácter: o número de UTAs/ 100 hes de SAU; e o número de persoas ocupadas no sector agrário/ 100 hes de SAU.

ii. O tamanho das exploraçons, onde tomamos em concreto como indicador a SAU média por exploraçom (SAU/exploraçom).

iii. A intensidade da demanda de terras para usos urbanos, que recolhemos ao través de um indicador de carácter mui geral e nom mui preciso, ainda que utilizado com freqüência nos estudos estatísticos sobre os determinantes dos preços da terra: a densidade global de populaçom. Em concreto, aqui tomamos dous índices diferentes: o número de habitantes/ Km^2 (de superfície total); e o número de habitantes/ 100 hes de SAU.

Para cada um desses índices estatísticos, calculamos o seu valor (referido a 1988 ou um ano próximo) em Galiza, Espanha, e os outros 5 estados membros da CEE incluídos em quadros anteriores (R.F. de Alemanha, Holanda, Bélgica, Dinamarca e França). E contrastamos em que medida estas variáveis apresentam umha relaçom significativa, com a quantia que alcança nos diversos países o rátio "preço da terra/ VAB agrário por he"; fixando-nos em concreto na situaçom que nos amostram, dentro desse contexto, as cifras galegas. Este é, pois, o procedimento que utilizamos para verificar estatisticamente a influéncia que estes factores podem ter sobre o nível dos preços da terra em Galiza: considerar os dados galegos dentro do mencionado conjunto, e efectuar para este conjunto (Galiza, Espanha, e os 5 países comunitários) a análise estatística. A continuaçom exponhemos os resultados obtidos para cada umha das (hipotéticas) variáveis explicativas.

-Primeira variável explicativa: a densidade de mao de obra agrária.

Em princípio, esta poderia ser umha primeira causa do alto valor que alcança em Galiza o rátio "preço da terra/VAB agrário por he": a elevada densidade de mao de obra que se regista na nossa agricultura. Esta elevada densidade pode fazer que exista umha forte concurréncia entre os agricultores por acceder à compra de superfícies adicionais, empuxando isto à alça o preço que estám dispostos a pagar polas terras.

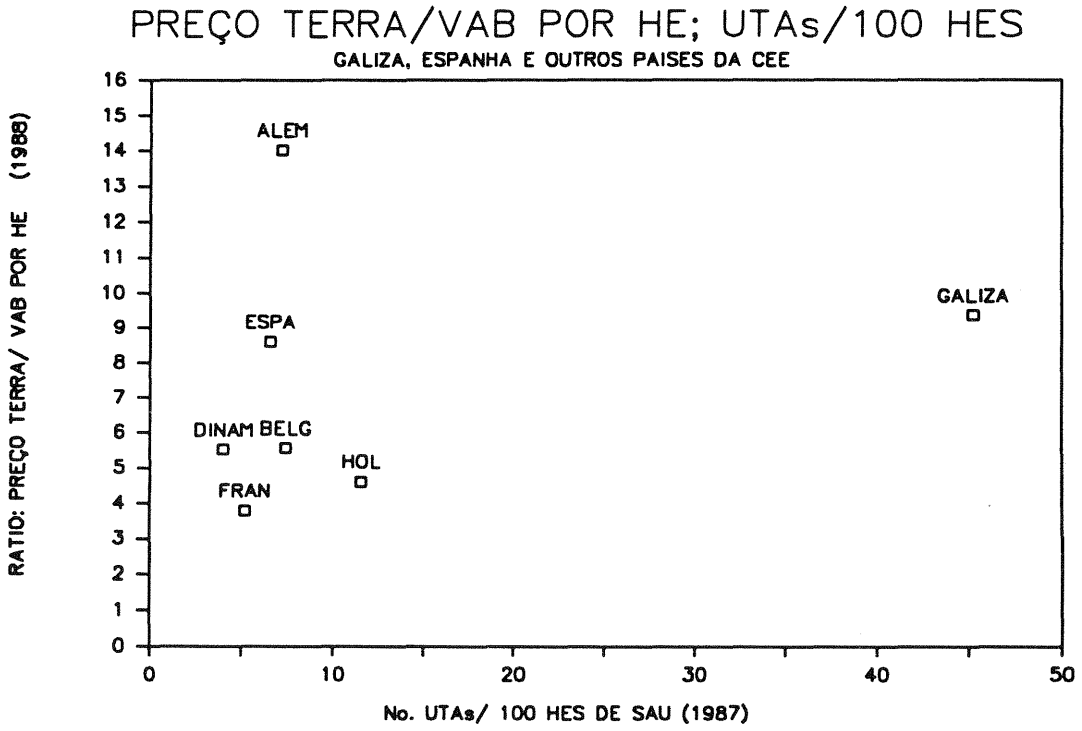
Em que medida os dados estatísticos, para Galiza, Espanha e os outros 5 países considerados, confirmam a influéncia desta variável sobre o nível dos preços da terra ?.

A resposta temo-la em dous quadros: o **quadro 12.21**, no que recolhemos os valores dos dous índices que aqui utilizamos para medir a densidade de mao de obra agrária (o número de UTAs/100 hes de SAU, e o número de ocupados no sector agrário/100 hes de SAU), junto com a quantia do rátio "preço da terra/VAB agrário por he"; e o **quadro 12.22**, onde figuram os resultados das correspondentes regressons lineais (entre o valor deste rátio, e cada um daqueles dous índices).

Pois bem, destes resultados desprende-se que a quantia do citado rátio nom apresenta, nestes países, umha relaçom significativa com nengum dos dous índices. Em concreto, o coeficiente de determinaçom que se obtém nas regressons lineais, é num caso de 0,059, e no outro de 0,075; o que nos indica que as variáveis som (em termos estatísticos) praticamente independentes.

No **gráfico 12.14** podemos comprovar visualmente essa auséncia de correlaçom, entre o nível do rátio "preço da terra/VAB por he" e a densidade de mao de obra agrária nos 7 países ou espaços considerados[61].

Gráfico 12.14.



Portanto, dacordo com estes dados estatísticos, devemos concluir que o nível dos preços da terra nestes países, e mais exactamente a sua relaçom com a renda agrária que as terras oferecem, nom está influída de forma significativa pola densidade de mao de obra agrária existente nos diversos espaços. Do que se deduze, em concreto, que a sobrevaloraçom que apresentam as terras agrárias em Galiza, nom pode atribuir-se em nengumha proporçom à alta densidade de mao de obra que se regista na nossa agricultura. Esta alta densidade, ainda que é um feito, nom parece ter umha incidéncia apreciável sobre os preços da terra.

---

[61] Neste gráfico está representado, em concreto, o número de UTAs/100 hes de SAU. A imagem seria mui similar se tomáramos, como indicador da densidade de mao de obra agrária, o número de ocupados no sector agrário/100 hes de SAU.

-Segunda variável explicativa: a SAU/exploraçom.

As cifras referidas a esta variável aparecem recolhidas também no **quadro 12.21**, figurando no **quadro 12.23** os resultados da correspondente regressom linear (com os valores do rátio "preço da terra/VAB agrário por he").

Os dados indicam-nos que neste caso si parece existir umha relaçom mais clara entre as duas variáveis[62], ainda que esta nom é tampouco mui forte. Em concreto, o coeficiente de determinaçom que se obtém na regressom alcança um valor de 0,20, que devemos julgar como bastante reduzido: isso significa que as diferéncias no tamanho médio das exploraçons, explicam só o 20% das variaçons que se observam no rátio "preço da terra/VAB por he" entre os 7 países considerados. Ademais, hai que sinalar que o chamado "rátio de precisom" (a relaçom entre o coeficiente de X e o erro standard deste coeficiente, em valor absoluto), é só ligeiramente superior a 1 (ver quadro 12.23); o que introduze certas reservas sobre a existéncia real de umha relaçom significativa entre as variáveis.

Agora bem, a representaçom gráfica da "nube de pontos", permite-nos observar aqui alguns feitos de grande interesse. Em concreto, no **gráfico 12.15** podemos ver que, para a prática totalidade dos países incluídos na análise, o valor do rátio "preço da terra/VAB por he" apresenta umha notável correlaçom (de signo negativo) com a SAU/exploraçom; de tal modo que quanto menor é o tamanho médio das exploraçons, mais elevado é o citado rátio. Tam só existe um país que se desvia claramente da regularidade observada para os 6 restantes, aparecendo como um "caso atípico". Trata-se da R.F. de Alemanha, onde aquele rátio (e portanto o nível dos preços da terra) alcança um valor mui elevado, para o tamanho médio que registam as suas exploraçons agrárias[63].

---

[62] Relaçom que, como caberia agardar, é de signo negativo. É dizer, que quanto maior é o tamanho das exploraçons, menor é o valor do rátio "preço da terra/VAB por he" (ver no quadro 12.23 o signo negativo que apresenta o coeficiente de X).

[63] Isto sugire que neste país tenhem que existir outros factores, alheios à agricultura, que alcançam no seu caso umha especial relevância, e que empuxam à alça os preços das terras agrárias.

Sem pretender estabelecer aqui conclusons firmes, si podemos indicar que os estudos referidos a Alemanha parecem avalar isso, já que estes ponhem de manifesto a influéncia decisiva que sobre os preços das terras agrárias exerce neste país a demanda de superfícies para usos urbanos. Consultar por exemplo:

-LIPINSKY, Ernst E., "Propiedad de la tierra agraria, régimen jurídico, regulaciones fiscales y movilidad de la tierra en la República Federal Alemana.", em:
VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra... op. cit., pp. 151-179; em especial pp. 165-172.

Assi, se excluímos as cifras correspondentes a Alemanha, podemos comprovar que os resultados da regressom melhoram de forma substancial, obtendo em concreto um $R^2 = 0,517$ (ver quadro 12.23). É dizer, que para os outros 6 países considerados (Galiza, Espanha, Holanda, Bélgica, Dinamarca e França), as diferéncias no tamanho médio das exploraçons "explicam" algo mais do 50% das divergéncias que se constatam no valor do rátio "preço da terra/VAB agrário por he". Ou, o que é o mesmo, o coeficiente de correlaçom linear simples entre estas duas variáveis é de -0,719, o que nos indica a existéncia de umha relaçom altamente significativa entre elas.

Portanto, com toda a prudéncia necessária, dado o carácter elemental destes cálculos estatísticos, semelha que esta é umha primeira variável explicativa importante, das diferéncias que se constatam no citado rátio entre os países europeios.

No que respeita em concreto a Galiza, os seus dados encaixam perfectamente dentro dessa correlaçom, como pode comprovar-se no gráfico 12.15. Polo que a evidéncia empírica parece confirmar que o pequeno tamanho das exploraçons, é um primeiro factor explicativo da elevada quantia que alcançam aqui os preços da terra, em comparaçom com a renda agrária que as superfícies oferecem. O razoamento económico que está na base da influéncia desta variável é o que já temos exposto com anterioridade: a reduzida superfície média que apresentam as exploraçons agrárias em Galiza, fai que umha grande parte delas contem com factores de produçom fixos[64] que estám subempregados ou empregados de forma pouco rentável, devido à insuficiéncia da sua base territorial; como conseqüéncia disso, a rentabilidade marginal das superfícies adicionais que se incorporem às exploraçons, é mui alta em termos relativos[65], o que origina que os agricultores estejam dispostos a pagar por estas terras um preço também mui elevado. Esta é a interpretaçom económica que podemos fazer da correlaçom estatística que nos amostram as cifras.

Portanto, temos aqui umha primeira variável explicativa da elevada quantia que alcança em Galiza o rátio "preço da terra/VAB agrário por he": a reduzida SAU/exploraçom, e a existéncia de um grande número de unidades produtivas com factores fixos subempregados. Hai que destacar que se trata de umha variável de carácter económico e relacionada com fenómenos internos ao sector agrário.

---

[64] Mao de obra familiar, maquinária, construçons, e outros bens de capital fixo.

[65] É dizer, que essa rentabilidade marginal é mui alta em relaçom com o nível que alcança aqui a renda agrária média/hectare.

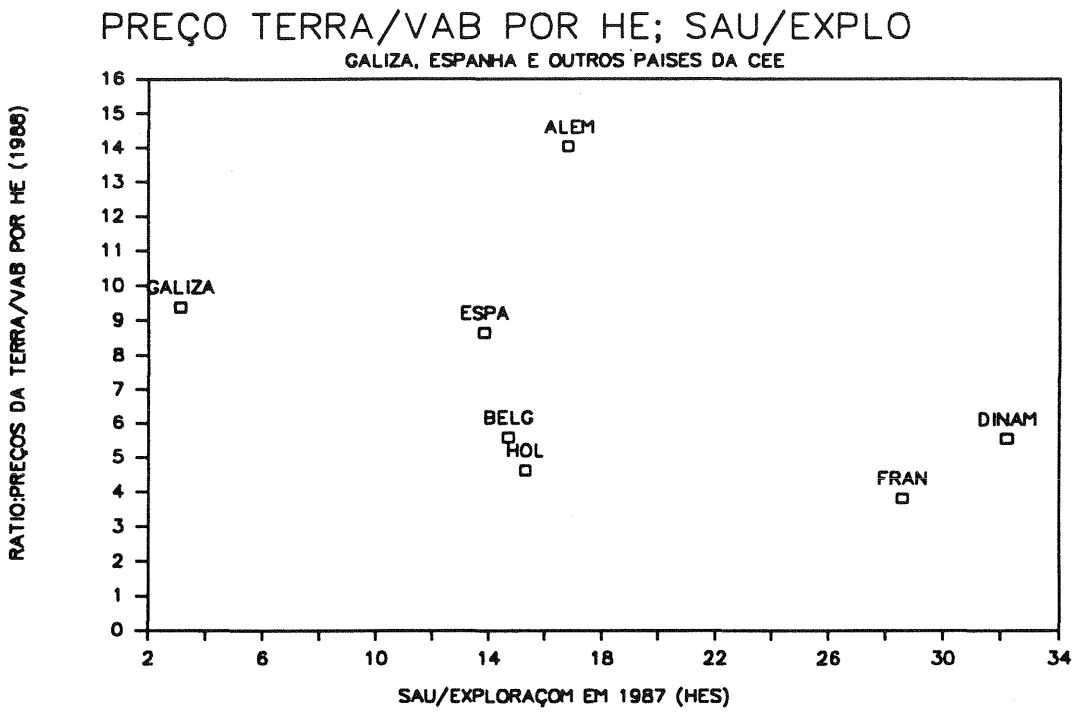
Quadro 12.21. Contraste da relaçom que apresentam os preços da terra com o tamanho das exploraçons e a densidade de mao de obra agrária. Dados referidos a Galiza, Espanha, e outros esta dos membros da CEE.

	A Preço médio das terras agrárias 1988 (ECUs/he)	B VAB agr./ he de SAU 1988 (ECUs/he)	C Rátio: Preço da terra/ VAB por he (A/B)
R.F. de Alemanha	15190	1083	14,0
Holanda	17196	3723	4,6
Bélgica	9493	1705	5,6
Dinamarca	6062	1097	5,5
França	2768	728	3,8
Espanha	4273	496	8,6
Galiza	10443	1113	9,4

	D SAU/ explor. 1987 (hes)	E No. UTAs/ 100 hes de SAU 1987	F No. de persoas ocupadas no sector agrário/ 100 hes de SAU 1988
R.F. de Alemanha	16,8	7,2	9,7
Holanda	15,3	11,6	14,1
Bélgica	14,7	7,4	7,2
Dinamarca	32,2	4,0	6,0
França	28,6	5,2	4,6
Espanha	13,8	6,6	6,3
Galiza	3,1	45,2	44,2

Fonte:
-Colunas A, B e C: ver quadro 12.16.
-Colunas D e E:
EUROSTAT, Farm structure 1987 survey: main results.
INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Galicia.
-Coluna F:
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1989.
INE, Encuesta de población activa.
MAPA, Anuario de estadística agraria 1989.

Gráfico 12.15.



Quadro 12.22. Resultados das regressons referidas à relaçom dos preços da terra com a densidade de mao de obra agrária (em base aos dados do quadro 12.21).

Y: RATIO PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: No. DE UTAs/ 100 HES DE SAU (1987)

Salida de Regresión:

Constante	6,623239
Err Std de Y Est	3,804955
R al Cuadrado	0,059122
N° de Observaciones	7
Grados de Libertad	5

Coeficiente(s) X	0,059462
Err Std de Coef.	0,106083

Y: RATIO PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: No. DE OCUPADOS NO SECTOR AGRARIO/ 100 HES DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	6,445694
Err Std de Y Est	3,772184
R al Cuadrado	0,075259
N° de Observaciones	7
Grados de Libertad	5

Coeficiente(s) X	0,069811
Err Std de Coef.	0,109438

Quadro 12.23. Resultados das regressons referidas à relaçom dos preços da terra com o tamanho médio das exploraçons nos distintos países.

A. Resultados com as cifras dos 7 países incluídos no quadro 12.21:

Y: RATIO PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: SAU/ EXPLORAÇOM (1987)

Salida de Regresión:

Constante	10,27999
Err Std de Y Est	3,509334
R al Cuadrado	0,199643
N° de Observaciones	7
Grados de Libertad	5
Coeficiente(s) X	-0,16392
Err Std de Coef.	0,146782

B. Resultados, excluíndo as cifras referidas à R.F. de Alemanha:

Y: RELAÇOM PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: SAU/ EXPLORAÇOM (1987)

Salida de Regresión:

Constante	8,958740
Err Std de Y Est	1,738628
R al Cuadrado	0,517360
N° de Observaciones	6
Grados de Libertad	4
Coeficiente(s) X	-0,15073
Err Std de Coef.	0,072793

-Terceira variável explicativa: a pressom exercida pola demanda de terras para usos nom agrários.

Como já apontamos ao princípio, o indicador que utilizamos aqui (para aproximar-nos à importáncia dessa demanda nos distintos países), é a densidade global de populaçom; calculando esta densidade tanto em relaçom à superfície total (número de habitantes/Km^2), como em relaçom à SAU (número de habitantes/100 hes de SAU). Os valores que alcançam estes dous índices nos 7 países que consideramos figuram no **quadro 12.24**, no que reproduzimos também de novo as cifras referidas ao rátio "preço da terra/VAB por he". A relaçom existente entre estas variáveis (o nível deste rátio, e cada um dos dous índices) pode ver-se melhor nos **gráficos 12.16 e 12.17**. E por último, no **quadro 12.25** recolhemos os resultados das correspondentes regressons.

Os resultados destas regressons indicam-nos, a primeira vista, umha auséncia total de correlaçom entre as duas variáveis: o coeficiente de determinaçom regista, para aqueles dous índices ou variáveis explicativas, um valor inferior a 0,01; e ademais, o coeficiente de X é nos dous casos de signo negativo, ao contrário do que caberia agardar (ver quadro 12.25). Dacordo com estes resultados podemos afirmar, pois, que o nível do rátio "preço da terra/VAB agrário por he", é nestes países independente (em termos estatísticos) da densidade global de populaçom.

Agora bem, a análise dos dados referidos aos distintos países conduze-nos de novo a matizar essa conclusom inicial. Assi, nos gráficos 12.16 e 12.17 podemos observar que para a maioria dos países considerados, o mencionado rátio si apresenta umha clara correlaçom (positiva) com o nível da densidade de populaçom, especialmente se calculamos esta densidade a respeito da SAU. Dessa correlaçom geral tam só escapam mui nitidamente dous países (Holanda e Bélgica), que som os responsáveis de que a qualidade do ajuste seja tam baixa como vimos antes. Estes dous países caracterizam-se por ter as densidades demográficas mais altas dos 7 que aqui incluímos; mentres que o rátio "preço da terra/VAB por he" situa-se em ambos casos entre os mais baixos do grupo (ver gráficos 12.16 e 12.17).

Gráfico 12.16.

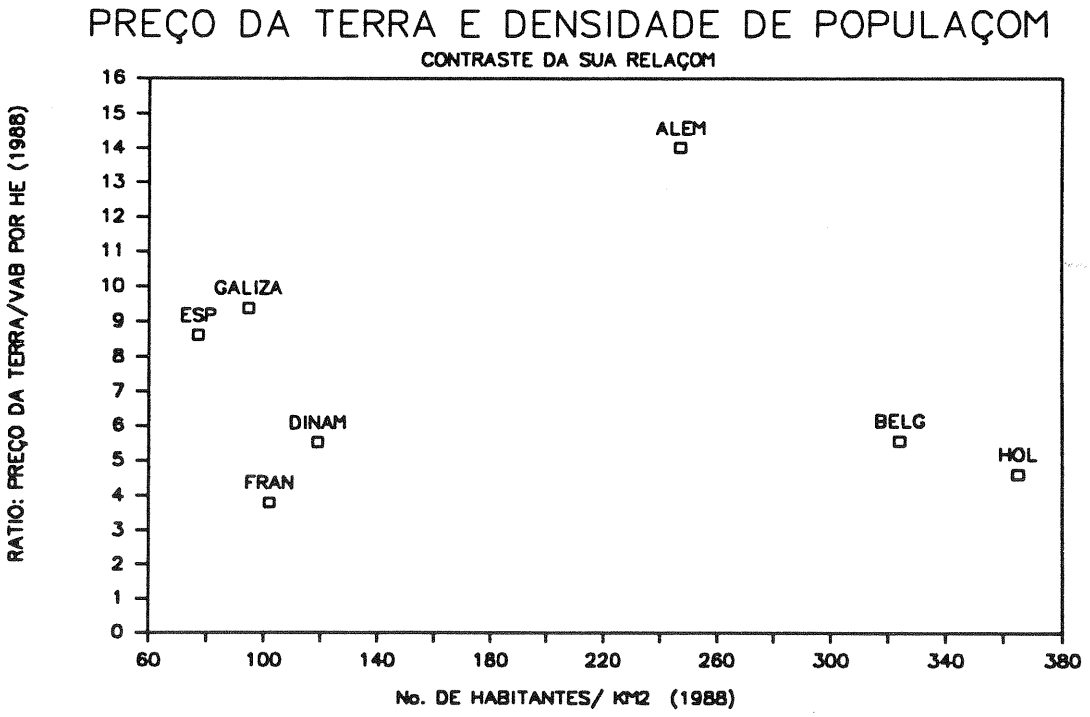
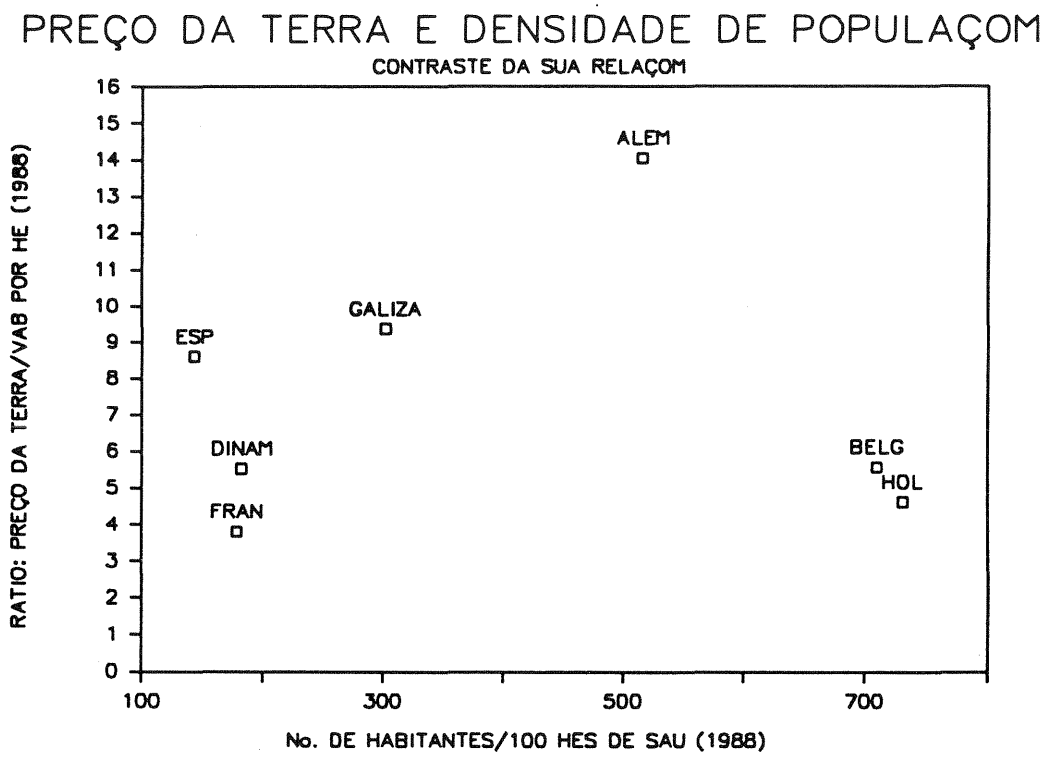


Gráfico 12.17.



Resulta sempre delicado, do ponto de vista do rigor estatístico, o procedimento de eliminar numha nube de pontos aquelas observaçons que se desviam da regularidade geral; sobretodo se, como sucede neste caso, nom se sinalam ao mesmo tempo os factores que podem explicar essa desviaçom[66]. Pero, ainda reconhecendo o pouco rigor deste procedimento, parece-nos digno de mençom o que se constata nestas cifras ao excluir as correspondentes a Holanda e Bélgica:

i. Para os 5 países restantes (Galiza, Espanha, R.F. de Alemanha, Dinamarca e França), o valor do rátio "preço da terra/VAB agrário por he" aparece claramente relacionado com a densidade de populaçom. De tal forma que quanto maior é esta densidade, mais alto é também o nível do preço das terras em relaçom à renda agrária que estas proporcionam.

---

[66] No nosso caso, os factores que podem explicar que os preços da terra sejam em Holanda e Bélgica muito menores do que caberia agardar, tendo em conta o nível que alcança aqui a densidade de populaçom (e a conseguinte intensidade que, em princípio, deveria ter nestes países a demanda de terras para usos urbanos).

ii. Ademais, observa-se que essa correlaçom é mais forte ao tomar como variável explicativa o número de habitantes/100 hes de SAU, em vez da densidade a respeito da superfície total. O que sugire que o primeiro índice é o mais significativo, à hora de medir a intensidade da pressom que exercem os usos urbanos sobre as terras agrárias nos distintos países.

Concretamente, o coeficiente de determinaçom que se obtém nas correspondentes regressons lineais (com os dados destes 5 países), é: 0,515 se tomamos o número de habitantes/Km^2; e 0,731 tomando o número de habitantes/100 hes de SAU (ver quadro 12.25). Cifras que, como vemos, amostram a existéncia de umha relaçom altamente significativa entre as variáveis.

No que respeita em concreto a Galiza, podemos observar que os seus dados encaixam bastante bem na correlaçom geral que resulta para esse grupo de países. Assi, se o rátio "preço da terra/VAB agrário por he" é aqui aproximadamente o duplo do que se regista em França e Dinamarca, pero mui inferior ao da R.F. de Alemanha, umha situaçom análoga constata-se no que respeita ao número de habitantes/100 hes de SAU: esta densidade é em Galiza mui superior à dos dous primeiros países, e muito menor que a de Alemanha (ver gráfico 12.17).

Em conseqüéncia, ainda sem ser nem muito menos concluínte, a evidéncia empírica parece avalar também neste caso a influéncia que esta variável tem sobre o nível dos preços da terra em Galiza. Assi, o valor comparativamente elevado que alcança aqui a densidade de populaçom em relaçom à SAU, e a conseguinte pressom dos usos urbanos sobre as superfícies agrárias, semelha que pode ser outra variável explicativa dos altos preços da terra que se registam na nossa agricultura.

Compre insistir, nom obstante, em que a nossa análise limitou-se aqui a um contraste estatístico mui simples, e tomando, como indicador da importáncia da demanda de terras para usos urbanos, umha variável pouco precisa, como é o nível da densidade global de populaçom. Para poder chegar a conclusons mais firmes neste campo, seria necessário um estudo muito mais detido; utilizando outras variáveis ou indicadores estatísticos, que podam recolher com maior precisom a importáncia daquela demanda nos diversos países, e ampliando notavelmente a evidéncia empírica examinada.

Apesar de todo, as cifras que examinamos oferecem-nos umhas primeiras indicaçons a ter em conta. E, por outro lado, o que constatamos ao analisar anteriormente a evoluçom dos preços da terra durante os últimos anos, apoia a conclusom de que a demanda de terras para usos urbanos, e mais globalmente a pressom dos compradores alheios à agricultura, exercem em Galiza umha importante influéncia sobre o nível actual dos preços das terras agrárias.

Quadro 12.24. Contraste da relaçom que apresentam os preços da terra com a densidade global de populaçom. Dados referidos a Galiza, Espanha e outros estados membros da CEE.

	A Preço médio das terras agrárias 1988 (ECUs/he)	B VAB agr./ he de SAU 1988 (ECUs/he)	C Rátio: preço da terra/ VAB por he (A/B)
Holanda	17196	3723	4,6
Bélgica	9493	1705	5,6
R.F. de Alemanha	15190	1083	14,0
Dinamarca	6062	1097	5,5
França	2768	728	3,8
Espanha	4273	496	8,6
Galiza	10443	1113	9,4

	D Número de habitantes/ Km2 1988	E Habitantes/ 100 hes de SAU 1988
Holanda	365	731
Bélgica	324	710
R.F. de Alemanha	247	515
Dinamarca	119	182
França	102	178
Espanha	77	143
Galiza (*)	95	302

(*) Cifras referidas a 1986.

Fonte:
-Colunas A, B e C: ver quadro 12.16.
-Colunas D e E:
EUROSTAT, Agriculture. Annuaire statistique 1990.
INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia en cifras. Anuario 199

Quadro 12.25. Resultados das regressons referidas à relaçom dos preços da terra com a densidade global de populaçom.

A. Regressons com os dados dos 7 países que figuram no quadro 12.24:

Y: RATIO PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: No. DE HABITANTES/ KM2 (1988)

Salida de Regresión:

Constante	7,870099
Err Std de Y Est	3,906944
R al Cuadrado	0,008006
N° de Observaciones	7
Grados de Libertad	5
Coeficiente(s) X	-0,00266
Err Std de Coef.	0,013285

Y: RATIO PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: No. DE HABITANTES/ 100 hes DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	7,388138
Err Std de Y Est	3,922642
R al Cuadrado	0,000019
N° de Observaciones	7
Grados de Libertad	5
Coeficiente(s) X	-0,00006
Err Std de Coef.	0,006273

B. Regressons excluíndo os dados referidos a Holanda e Bélgica:

Y: RATIO PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: No. DE HABITANTES/ KM2 (1988)

Salida de Regresión:

Constante	2,973014
Err Std de Y Est	3,167047
R al Cuadrado	0,515139
N° de Observaciones	5
Grados de Libertad	3
Coeficiente(s) X	0,041420
Err Std de Coef.	0,023200

Y: RATIO PREÇO DA TERRA/ VAB POR HE (1988)
X: No. DE HABITANTES/ 100 hes DE SAU (1988)

Salida de Regresión:

Constante	2,447676
Err Std de Y Est	2,360306
R al Cuadrado	0,730695
N° de Observaciones	5
Grados de Libertad	3
Coeficiente(s) X	0,022045
Err Std de Coef.	0,007727

-Resumo das conclusons (provisórias) referidas a este tema.

Com as reservas já mencionadas, a análise estatística que realizamos nas últimas páginas sugire a existéncia de dous primeiros factores, que contribuem a explicar em boa medida o elevado valor que alcança em Galiza o rátio "preço da terra/VAB agrário por he":

-O primeiro factor é interno ao sector agrário: a reduzida SAU/exploraçom, e a existéncia de um grande número de unidades produtivas que contam com factores de produçom fixos que estám subempregados, devido à insuficiéncia da sua base territorial.

-O outro factor relaciona-se com fenómenos alheios à agricultura: a relevância que tem em Galiza a concurréncia por parte dos usos urbanos do solo, e os seus efeitos sobre as superfícies agrárias.

Estas duas variáveis nom completam, ao nosso juiço, a explicaçom do fenómeno. Assi, por exemplo, o feito de que esta sobrevaloraçom das terras agrárias, em comparaçom com a maioria dos países europeios, nom seja algo específico de Galiza, senom um fenómeno que caracteriza também globalmente a Espanha, induze a pensar que podem existir aqui outro tipo de factores que impulsem essa sobrevaloraçom; factores relacionados, por exemplo, com o quadro jurídico e fiscal referido à terra que existe no Estado, ou bem com outro tipo de motivaçons, que fam que a terra tenha em Espanha um especial atractivo como forma de colocaçom do capital, para distintos gupos sociais alheios à agricultura. Trata-se aqui de meras hipóteses; pero estas, ao lado de outras, deveriam ser examinadas com detenimento, a fim de poder estabelecer conclusons mais seguras sobre as causas dos altos preços da terra que se registam em Galiza.

1.4. Síntese geral das principais conclusons que obtivemos, sobre o nível actual e a evoluçom recente dos preços da terra em Galiza.

a. Os preços das terras agrárias alcançam actualmente em Galiza um nível mui elevado, nom só em termos absolutos, senom também em relaçom com a renda agrária média que as superfícies estám em condiçons de oferecer.

b. As causas desse elevado valor do rátio "preço da terra/renda agrária por he", nom podem ser precisadas com seguridade. Pero os resultados da nossa análise sugirem dous primeiros factores explicativos, ambos de índole económica: a reduzida SAU/exploraçom, e os seus efeitos sobre a demanda de terras por parte dos agricultores; e a pressom derivada da demanda de terras para usos urbanos, assi como, mais em geral, das compras por parte de persoas alheias à agricultura.

c. Em todo caso, o que compre destacar é que esse fenómeno tivo que ter (e continua tendo na actualidade) importantes conseqüéncias para a dinámica das estruturas agrárias; ao dificultar enormemente a possível ampliaçom das exploraçons por médio da compra de terras.

d. No que respeita à evoluçom recente dos preços da terra, estes registárom no conjunto do período 1979-1992 umha clara reduçom em termos reais, acorde com as tendéncias gerais observadas durante estes anos nos países do nosso entorno; pero a magnitude dessa caída foi aqui bastante mais modesta que na maioria destes países.

e. O principal factor explicativo dessa reduçom dos preços da terra, foi a diminuçom que sofreu neste período o VAB do sector agrário galego; constatando-se neste aspeito umha notável relaçom entre a evoluçom das duas variáveis.

f. Nom obstante, a baixa dos preços da terra viu-se freada, sobretodo na segunda metade da década dos 80, devido à influéncia sobre o mercado de terras de factores alheios à agricultura. Deste modo, no conjunto do período 1979-1992 os preços diminuírom menos que o VAB agrário, fazendo que se mantivera e mesmo incrementara a sua sobrevaloraçom relativa; e ademais, ao longo da maior parte dos anos 80 estes preços atravesárom umha etapa intermédia de alça contínua em termos reais.

2. O VOLUME E CARACTERISTICAS DAS COMPRA-VENDAS DE TERRAS RUSTICAS. ANALISE DAS TRANSACÇONS REALIZADAS NUMHA COMARCA DO INTERIOR DA PROVINCIA DE A CORUNHA, DURANTE O BIENIO 1987-1988.

O estudo que oferecemos nas páginas seguintes, pretende aportar umha primeira contribuçom ao conhecimento da magnitude e as características que apresentam em Galiza as compra-vendas de terras rústicas: o volume que estas alcançam, e portanto o índice de mobilidade que regista aqui o mercado de terras; as características destas transacçons (tamanho e composiçom dos lotes vendidos, profissom e residéncia dos vendedores e compradores, ...); e, como conseqüéncia disso, os efeitos que tenhem estas compra-vendas sobre as mudanças no tamanho das exploraçons. Estes som, em síntese, os aspeitos que abordamos.

Som estes uns fenómenos para os que carecemos por completo de estatísticas publicadas; e nom contamos tampouco com nengum estudo de ámbito local ou comarcal, que nos ofereza dados ao respeito. A caréncia de estatísticas sobre as compra-vendas de terras nom é algo particular de Galiza, senom que se trata de um problema que afecta globalmente a Espanha[67]. Sem embargo, em certas regions espanholas fórom realizadas durante os 10 ou 15 últimos anos algumhas investigaçons de ámbito local ou comarcal sobre o tema, baseadas numha recolhida directa de informaçom; de tal modo que se dispom já de uns primeiros dados sobre o particular[68]. Nengumha destas investigaçons foi levada a cabo, porém, em Galiza; polo que a caréncia de informaçom sobre o volume e as características das compra-vendas de terras, é no nosso caso absoluta.

A investigaçom que nós realizamos, e cujos resultados exponhemos a continuaçom, supom portanto o primeiro intento nesta direcçom que se efectua no ámbito galego. A análise refire-se unicamente a umha comarca: a integrada polos 9 municípios que formam o Distrito Hipotecário de Arçua, no quadrante sudoriental da província de A Corunha. E, ademais, o estudo limita-se às compra-vendas de terras registadas (nesta comarca) durante tam só dous anos, 1987 e 1988.

---

[67] Em relaçom com isto, consultar a análise que sobre o problema das fontes realizamos no Anexo metodológico ao presente capítulo.

[68] Umha relaçom destas investigaçons de carácter comarcal, efectuadas todas elas nos últimos anos e bastante escassas polo momento, pode encontrar-se no Anexo metodológico a este capítulo, onde indicamos também a procedéncia da informaçom utilizada em cada umha delas.

Dado esse reduzido ámbito, tanto espacial como cronológico, da investigaçom, os resultados que obtemos nom som, obviamente, extrapoláveis para o conjunto de Galiza, nem podem tampouco considerar-se representativos das tendéncias do mercado de terras nas 2 ou 3 últimas décadas. Neste sentido, já indicamos ao começo que a nossa pretensom é sumamente modesta: trata-se tam só de aportar umha primeira contribuçom ao conhecimento empírico destas questons. Umha primeira contribuçom que necessitaria ser complementada no futuro com outros estudos similares, referidos a outras zonas de Galiza e, o que seria também desejável, a períodos de tempo mais amplos.

Agora bem, apesar do seu limitado ámbito de referéncia, cremos que a nossa investigaçom pode ter um notável interesse e utilidade; e isto em dous sentidos, ou desde dous pontos de vista:

-Em primeiro lugar pola informaçom ou os resultados que o estudo oferece. Ainda que estes se refiram tam só a umha comarca e a um período de tempo mui curto, trata-se dos primeiros dados sobre o tema dos que se dispom em Galiza; e permitem, pois, estabelecer por primeira vez umhas conclusons neste campo fundadas empiricamente.

-Pero, ademais desse interesse imediato, consideramos que esta análise pode ser também útil desde um ponto de vista metodológico. O motivo som as precisons que efectuamos sobre as fontes de informaçom disponíveis para o estudo das compra-vendas de terras em Galiza, questom esta que nom fora objecto até agora de nengumha análise no nosso ámbito, e que permanecia assi na mais absoluta penumbra. E o interesse metodológico da nossa aportaçom deriva-se também da fonte concreta que utilizamos para a obtençom da informaçom: os expedientes de liquidaçom do Imposto sobre Transmissons, que estám conservados nas correspondentes oficinas liquidadoras (para a comarca de Arçua, a oficina do Registo da Propriedade situada nesta vila). Neste sentido, devemos sinalar que esta é, que tenhamos conhecimento, a primeira investigaçom que se leva a cabo em Espanha tomando como base essa fonte. Isto fai que a análise que aqui oferecemos poda ter certa utilidade no plano metodológico. Em primeiro lugar para os estudosos que pretendam abordar o tema em Galiza; pero também para os investigadores doutras zonas de Espanha.

Iniciamos a exposiçom precisando justamente a metodologia e a fonte de informaçom utilizada no estudo; e apontando também umhas breves notas sobre a comarca seleccionada. Depois passaremos já a examinar os resultados obtidos.

2.1. Metodologia da investigaçom; o contido e a procedéncia dos dados que utilizamos.

A primeira questom que tivemos que resolver, foi a de determinar qual é a fonte mais adeqüada que existe em Galiza para o estudo das compra-vendas de terras rústicas; e a fonte que, em conseqüéncia, devíamos empregar na nossa investigaçom. Esta questom require umha exposiçom relativamente extensa, e tem também um certo interesse em si mesma, por dous motivos: o primeiro é que se trata de um tema que nom foi objecto até agora de nengumha análise em Galiza; e o segundo deriva-se da notável especificidade que neste aspeito parece apresentar a situaçom galega, de tal modo que as conclusons que aqui obtivemos som bastante diferentes do que nos indicam os estudos realizados para outras zonas de Espanha. Todo isto fai que seja necessário explicar com certo detalhe a situaçom que nos encontramos neste campo no ámbito galego, e as razons que nos levárom a seleccionar a fonte finalmente utilizada.

Com o fim de aclarar esses aspeitos metodológicos, sem romper ao mesmo tempo em excesso o fio da exposiçom, elaboramos um Anexo metodológico a este capítulo. Neste anexo[69] examinamos de forma detalhada: as diversas fontes que em princípio existem em Espanha para o estudo das transacçons no mercado de terras; as possibilidades e limitaçons que cada umha dessas fontes apresenta na realidade concreta de Galiza; e, como resultado disso, indicamos a fonte que pode considerar-se aqui mais adeqüada, especificando o nível de qualidade e as possíveis deficiéncias da informaçom que esta oferece. Assimesmo, explicamos aí todo o relativo à realizaçom da investigaçom concreta que levamos a cabo, referida como dixemos à comarca de Arçua: o contido da informaçom que recolhemos, o processo seguido para a toma e elaboraçom dos dados, etc.

A continuaçom exponhemos de modo mui resumido as conclusons esenciais e os aspeitos mais relevantes dessas notas metodológicas, centrando-nos naqueles pontos que tenhem um interesse directo para a interpretaçom dos resultados obtidos. A argumentaçom ou aclaraçom detalhada do que aqui indicamos, pode encontrar-se no citado Anexo.

a. As fontes em princípio disponíveis para o estudo das transacçons no mercado de terras.

Ao contrário do que sucede noutros países europeios, em Espanha nom se publica nengumha estatística sobre as compra-vendas de terras rústicas, que nos

---

[69] Ver infra: "Anexo metodológico ao capítulo XII".

permita conhecer o volume anual que estas alcançam, assi como as suas principais características (tamanho e composiçom dos lotes vendidos, profissom e residéncia dos vendedores e compradores, etc.). Em conseqüéncia, as investigaçons empíricas referidas a este tema tenhem que basear-se aqui numha recolhida e elaboraçom directa dos dados, limitando-se, dada a laboriosidade do método, a zonas geográficas reduzidas.

As fontes de informaçom primárias das que se dispom, em princípio, para a realizaçom deste tipo de investigaçons, tenhem todas umha origem fiscal ou registal (o registo jurídico da propriedade da terra)[70]. Em concreto, os dados procedem dos sucessivos passos que deve seguir um contrato de compra-venda de terras, a fim de cumplir com as obrigas de carácter fiscal estabelecidas (o pago do correspondente Imposto de Transmissons Patrimoniais), e lograr finalmente que a nova situaçom das fincas seja inscrita no Registo da Propriedade. Como resultado destes trámites, som 4 as fontes inicialmente disponíveis: as Notarias (nas que som formalizados, em maior ou menor proporçom segundo as zonas, os contratos de compra-venda); as oficinas liquidadoras do Imposto de Transmissons (onde som apresentados os contratos para efectuar a liquidaçom e o pago do imposto); o Serviço de Valoraçons (responsável da valoraçom dos bens, com vistas a determinar a quantia do tributo que deve pagar-se); e o Registo da Propriedade (no que se produze, como ponto final do processo, a inscripçom da nova situaçom das fincas).

b. A selecçom da fonte mais adeqüada no caso de Galiza; o nível de qualidade que apresentam aqui os seus dados.

Os estudos realizados até agora em Espanha sobre esta questom concluem que, das 4 fontes mencionadas, a que resulta mais adeqüada para conhecer o

---

[70] Existe também a possibilidade de obter a informaçom mediante a realizaçom de inquéritos directos sobre o terreo; inquéritos que permitam detectar primeiro as transacçons efectuadas numha zona ao longo de um determinado período, e recolher depois os dados sobre a composiçom e características de cada transacçom. De feito, nos últimos anos fórom elaborados em Espanha, e mais concretamente no País Valenciano, alguns estudos de carácter local ou comarcal utilizando esta metodologia. No Anexo metodológico pode encontrar-se a referéncia destes estudos e dos seus autores.

volume das compra-vendas de terras é o Serviço de Valoraçons[71]. E, de feito, as poucas investigaçons sobre o mercado de terras que se levárom a cabo durante os últimos anos nalgumhas regions espanholas, tomárom todas como base esta fonte: os expedientes individuais de valoraçom conservados neste organismo, ou bem as cifras recapitulativas derivadas destes expedientes[72].

As indagaçons que nós fixemos sobre a realidade existente neste aspeito em Galiza, conduzírom-nos, sem embargo, a umhas conclusons que difirem das anteriores. Estas indagaçons puxérom de manifesto que o Serviço de Valoraçons tem no nosso ámbito umha utilidade mui limitada, como fonte de informaçom. O motivo é que só umha percentagem mui pequena das compra-vendas de terras para as que se liquida o Imposto de Transmissons, som valoradas aqui polo citado organismo; e, em conseqüência, os dados que podemos obter ao través desta via tenhem um grau de cobertura sumamente baixo (neles tam só figura umha proporçom mui pequena das transacçons realmente efectuadas).

Das três fontes restantes, as Notarias e o Registo da Propriedade tenhem que ser também descartadas, polas razons que indicam já os autores que abordárom o tema em Espanha: no primeiro caso porque nom pode acceder-se à informaçom até transcorridos um elevado número de anos desde a realizaçom dos contratos, e ademais as Notarias nom tenhem um ámbito territorial delimitado; e no que respeita ao Registo da Propriedade, a forma na que figuram aqui anotadas as operaçons, fai mui difícil o recopilar os dados sobre as compra-vendas efectuadas numha zona ao longo de um período determinado.

Descartadas pois as três opçons anteriores, chegamos finalmente à conclusom de que a única fonte que pode utilizar-se em Galiza para o estudo das compra-vendas de terras rústicas, a melhor fonte com a que contamos no nosso caso, som as oficinas liquidadoras do Imposto sobre Transmissons. Dacordo com isso, foi esta a fonte de informaçom que empregamos na nossa investigaçom, referida à comarca de Arçua. Concretamente, os dados procedem aqui dos expedientes conservados na oficina do Registo da Propriedade da vila de Arçua, e refirem-se às compra-vendas de terras liquidadas nesta oficina (as realizadas nos 9 municípios que integram o correspondente Distrito Hipotecário).

Como já indicamos anteriormente, o nosso é, que tenhamos conhecimento, o primeiro estudo que se realiza, nom só em Galiza senom também em Espanha,

---

[71] Para mais detalhes consultar a exposiçom que oferecemos no Anexo metodológico.

[72] No Anexo metodológico indicamos quais som em concreto estas investigaçons, e as zonas de Espanha às que se refirem.

tomando como base esta fonte[73]. Por este motivo, temos que aclarar qual é o nível de qualidade, e as possíveis deficiéncias, da informaçom que esta oferece. As nossas observaçons vam-se referir à situaçom que se regista em Galiza, precisando, de modo mais particular, o que sucede em concreto na comarca que analisamos.

Trés som os aspeitos esenciais que compre considerar aqui:

i. O primeiro refire-se ao grau de cobertura que apresentam os dados: que percentagem das compra-vendas de terras rústicas realmente efectuadas, figuram contabilizadas nesta informaçom. Ou, o que é o mesmo: que percentagem das transacçons realizadas, som objecto em Galiza da liquidaçom do correspondente Imposto de Transmissons Patrimoniais, e aparecem assi nos expedientes que se conservam nos arquivos das oficinas liquidadoras ?.

ii. A segunda questom é a seguinte: em que medida as compra-vendas referidas à superfície de umha comarca (mais exactamente, as realizadas dentro de um determinado Distrito Hipotecário), efectuam a liquidaçom do imposto

---

[73] Quando já estava concluída a nossa investigaçom, e finalizada a redacçom do texto, tivemos conhecimento de um estudo realizado quase simultaneamente com o nosso, e publicado recentemente, no que se utilizam como fonte de informaçom os expedientes conservados nas Oficinas liquidadoras do Imposto de Transmissons. Trata-se concretamente de um estudo referido ao mercado de terras na província de León. Entre os dados manejados neste estudo, figuram os relativos às transacçons realizadas na comarca de Astorga, que procedem da correspondente Oficina liquidadora (o Registo da Propriedade ubicado nesta vila).

Hai que indicar, nom obstante, que a informaçom aí recolhida limita-se tam só ao primeiro trimestre de 1984. E, o que nos parece mais relevante, a autora unicamente elabora os dados referidos ao número de transacçons, e à sua distribuçom segundo a superfície afectada; deixando de lado o resto da informaçom que pode obter-se dos expedientes: a relativa aos aproveitamentos da superfície transaccionada, à sua divisom em parcelas, à profissom e residéncia dos vendedores e compradores, etc.

Em qualquer caso, isto obriga-nos a matizar a afirmaçom que fazemos no texto (e também no Anexo metodológico a este capítulo), no sentido de que a nossa é a primeira investigaçom que se leva a cabo em Espanha, utilizando como fonte as Oficinas liquidadoras do Imposto de Transmissons. O estudo ao que estivemos aludindo, coincidente praticamente no tempo com o nosso, é:
-MARIN RIVERO, Angeles, El mercado de la tierra agraria: estudio de la provincia de León., Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, León, 1993; em especial, pp. 118-133.

na oficina liquidadora correspondente a essa comarca (ou, polo contrário, os seus expedientes aparecem dispersos por distintas oficinas liquidadoras) ?.

iii. A terceira e última questom refire-se ao desfase que pode existir entre: o momento no que se realiza a compra-venda (o momento da sinatura do contrato), e a data na que tem lugar a liquidaçom do imposto.

No Anexo metodológico exponhemos em detalhe os resultados obtidos em relaçom com estes três aspeitos; resultados que procedem de entrevistas com responsáveis e técnicos dos organismos implicados, e também da evidéncia empírica que para algumha das questons pudemos obter directamente. Resumindo as conclusons alcançadas, podemos afirmar que no referido ao segundo e o terceiro aspeito a qualidade da informaçom é bastante satisfactória: a liquidaçom do Imposto sobre Transmissons (quando tem lugar) produze-se, com mui poucas excepçons, na oficina liquidadora que corresponde à comarca; e o desfase entre a realizaçom do contrato e a liquidaçom, ainda que nalguns casos pode ser considerável, nom é em geral importante.

No que respeita ao grau de cobertura que apresentam os dados procedentes desta fonte, o panorama é globalmente muito menos satisfactório, ainda que a situaçom varia muito de umhas comarcas a outras. Em concreto, dacordo com as persoas conhecedoras do tema, a percentagem das compra-vendas de terras rústicas para as que se realiza a liquidaçom do Imposto de Transmissons, oscila em Galiza: desde o 25% que se regista nalgumhas das comarcas mais deprimidas (por exemplo, em certas zonas da província de Ourense); até valores próximos ao 100%, que se dam nas comarcas com um maior dinamismo agrário, e/ou que apresentam umha pressom mais importante dos usos urbanos do solo (e, portanto, um maior valor extra-agrário das terras). Disto deriva-se, em conseqüéncia, que a validez desta fonte, como base para um estudo das compra-vendas de terras, difire muito entre umhas e outras zonas da geografia galega.

No caso concreto da comarca na que realizamos a nossa investigaçom (o Distrito Hipotecário de Arçua), todas as fontes consultadas indicam, sem embargo, que o grau de cobertura dos dados é mui alto, estando próximo ao 100%[74]. De feito, foi esta umha das razons fundamentais para seleccionar esta comarca: as indicaçons das que disponhíamos a priori sobre a qualidade da fonte de informaçom nesta zona.

Em definitiva, pois, podemos concluir que, para a comarca e o período concreto que analisamos, a fonte utilizada apresenta um nível de qualidade

---

[74] É dizer, que nesta comarca, e para os anos recentes aos que se refire o nosso estudo, a imensa maioria (umha percentagem cercana ao 100%) das compra-vendas de terras rústicas, som objecto da liquidaçom do Imposto de Transmissons.

altamente satisfactório, contabilizando de forma bastante aproximada as compra-vendas de terras rústicas que se produzírom realmente.

Hai um problema que si planteja esta fonte: no arquivo das oficinas liquidadoras (e concretamente no da oficina de Arçua), nom aparecem separadamente os expedientes referidos a compra-vendas de fincas rústicas, senom que a documentaçom inclue todas as operaçons sometidas ao pago do "Imposto sobre Transmissons Patrimoniais e Actos Jurídicos Documentados". Em conseqüéncia, à hora de proceder à recolhida da informaçom, é necessário ir seleccionando só aqueles expedientes, tendo cuidado sobretodo em separar as compra-vendas de fincas rústicas das referidas a fincas de natureza urbana. Isto nom origina maiores dificuldades, pero si contribue a fazer ainda mais laboriosa a toma de dados.

Em relaçom com este mesmo tema, o do tipo de concreto de operaçons sobre as que recolhemos informaçom, e às que se refirem portanto as cifras que depois veremos, devemos fazer umha precisom adicional: estes dados refirem-se ao total de compra-vendas de superfícies rústicas; incluíndo, pois, nom só o que podemos considerar mais estritamente como superfícies agrárias (as terras de cultivo, e os prados e pastizais), senom também as transacçons nas que a maior parte ou a totalidade da superfície movida está constituída por terras de monte. Portanto, podemos afirmar que as cifras englobam o "mercado de terras agrárias" e o "mercado de terras florestais"; ainda que é discutível a medida na que esta diferenciaçom existe realmente em Galiza[75].

c. O processo de toma de dados; o contido da informaçom que recolhemos para cada transacçom.

No arquivo da oficina do Registo da Propriedade de Arçua conservam-se os expedientes procedentes da liquidaçom do Imposto de Transmissons, estando estes ordenados por anos. Na nossa investigaçom, tomamos em concreto os referidos às compra-vendas de terras rústicas que fórom liquidadas nos anos 1987 e 1988 (os dous anos mais recentes para os que existia informaçom no momento de proceder à toma de dados, que tivo lugar nos meses de abril a junho de 1989). O carácter individual do estudo e a enorme laboriosidade do processo de recolhida e elaboraçom da informaçom, fixérom impossível extender a análise a um período mais amplo, como seria em princípio desejável.

---

[75] E em particular parece-nos mui discutível, à vista dos próprios resultados obtidos nesta investigaçom, a existéncia real aqui de um "mercado de terras florestais", como algo separado.

Cada um dos expedientes individuais aí conservados consta de dous documentos: a folha de liquidaçom do imposto; e umha cópia do contrato de compra-venda (o qual está formalizado, nuns casos em escritura pública perante notário, e noutros simplesmente num documento privado). Estes dous documentos, e em especial a cópia do contrato, oferecem normalmente umha informaçom bastante detalhada e precisa sobre todos os aspeitos relevantes da transacçom[76].

Partindo dessa informaçom, o que fixemos foi cubrir para cada operaçom de compra-venda umha ficha, na que anotamos todos aqueles dados que nos interessavam para o estudo: a ubicaçom das terras objecto de compra-venda (município e parróquia na que estám situadas), o volume e a composiçom destas terras (superfície total vendida, distribuçom por aproveitamentos, e número de fincas), a profissom e residéncia do vendedor e do comprador, o feito de se as terras eram já trabalhadas ou nom pola persoa que as compra, etc.[77]. Efectuando depois o tratamento estatístico dos dados recolhidos nestas fichas individuais, obtivemos finalmente os quadros de resultados que mais adiante examinamos.

2.2. Umhas breves indicaçons sobre a comarca à que se refire o estudo: o Distrito Hipotecário de Arçua.

A comarca na que realizamos esta investigaçom é, como já foi indicado, o Distrito Hipotecário que corresponde à oficina do Registo da Propriedade de Arçua. Esta comarca localiza-se no quadrante sudoriental da província de A Corunha, estando integrada por 9 municípios: Arçua, Boimorto, Melide, O Pino, Santiso, Sobrado, Toques, Touro e Vilasantar **(ver os mapas 12.1 e 12.2)**. Em conjunto, estes 9 municípios ocupam umha extensom de 90.766 hes, o que representa o 11,5% do total provincial, e o 3,1% da superfície total de Galiza.

Trata-se de umha comarca ubicada dentro do que se conhece genericamente como meseta interior galega, caracterizando-se em geral o seu território por

---

[76] Excepto no referido ao preço das terras, aspeito este para o qual a informaçom aqui oferecida é mui pouco fiável (o preço declarado é normalmente mui inferior ao pagado na realidade). Isto, sem embargo, nom tem relevância aos nossos efeitos; posto que nom entrava já na nossa intençom inicial o incluir nesta análise os preços da terra.

[77] No Anexo metodológico oferecemos um listado exaustivo de todos os aspeitos anotados nas fichas, aclarando também algumhas questons relativas à forma de obtençom de certos dados sobre as transacçons.

MAPA 12.1.

UBICAÇOM GEOGRÁFICA DA COMARCA NA QUE REALIZAMOS A INVESTIGAÇOM (O DISTRITO HIPOTECÁRIO DE ARÇUA)





MUNICIPIOS QUE INTEGRAM O DISTRITO HIPOTECÁRIO DE ARÇUA

MAPA 12.2.

umha altitude média (400-800 m), e um relevo ondulado. Nom obstante, no seu interior existem importantes contrastes, sendo de destacar sobretodo a maior altitude e o relevo accidentado que se regista na franja oriental da comarca (correspondendo-se com boa parte dos concelhos de Toques e Sobrado); e o descenso dessa altitude a medida que nos movemos para o oeste, e sobretodo para o sul (onde a comarca limita com o rio Ulha).

No plano económico, é esta umha zona eminentemente agrária, com um desenvolvimento mui limitado das actividades industriais e terciárias, ao igual que sucede em geral nas áreas do interior de Galiza. Assi, a percentagem da populaçom ocupada no sector agrário em 1981 superava em todos os municípios da comarca o 55%, estando na maior parte deles em cifras próximas ou superiores ao 70%[78]. Em consonáncia com esta estrutura das actividades económicas, a populaçom tem um carácter esencialmente rural, ainda que devemos salientar neste aspeito a existéncia de dous núcleos relativamente importantes: as vilas de Arçua e Melide, com algo mais de 2000 habitantes a primeira e em torno aos 3000 a segunda. E, no mesmo sentido, hai que sinalar também a proximidade à cidade de Santiago de Compostela, cujo município é limítrofe com a parte ocidental da comarca.

Do ponto de vista demográfico, as características som aqui similares às que se registam noutras zonas rurais do interior de Galiza: umha densidade relativamente baixa (em 1991 esta densidade era no conjunto da comarca de 40,5 habitantes/Km^2, frente à média galega de 92,4 habitantes/Km^2), ainda que com importantes contrastes entre os 9 municípios; e umha dinámica marcada pola reduçom contínua da populaçom ao longo das últimas décadas em praticamente todos os concelhos[79].

Em suma, pois, e relacionando isso com o funcionamento do mercado de terras rústicas, podemos afirmar que a pressom exercida polos usos urbanos do solo sobre as superfícies agrárias, tem que ser aqui bastante modesta se o consideramos no ámbito de Galiza. As variáveis citadas (densidade e evoluçom recente da populaçom, peso relativo das actividades nom agrárias,...), e outras que pudéramos considerar (como a evoluçom recente do número de vivendas), conduzem todas à mesma conclusom: a intensidade da demanda de terras para usos urbanos, está nesta comarca mui longe da que se regista nas zonas costeiras de Galiza, ou naquelas áreas com umha maior influéncia e dinamismo urbano;

---

[78] Ver: INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA, Galicia en cifras. Anuario 1988., Santiago, 1989, pp. 274-275.

[79] No quadro A.12.6 do Anexo estatístico reproduzimos alguns dados sobre estas variáveis demográficas, e também sobre as características da estrutura agrária, para os distintos municípios da comarca aqui considerada.

ainda que compre sinalar também que essa demanda é aqui superior à que pode existir nas áreas de montanha, e em certas zonas do interior que sofrem umha regressom demográfica mais acusada.

No que se refire à estrutura agrária da comarca, e centrando-nos também naqueles aspeitos que podem ter umha influéncia ou umha relaçom mais directa com o mercado de terras, podemos destacar os seguintes traços:

-Nesta zona estám ausentes quase por completo os montes vizinhais, de tal modo que a prática totalidade da superfície é de propriedade particular (e portanto susceptível de compra-venda)[80].

-Ligado em parte ao anterior, as exploraçons agrárias (propriamente ditas) apresentam aqui umha dimensom média relativamente elevada no contexto galego, ainda que existem importantes diferéncias entre os 9 concelhos. Assi, no ano 1989 (dacordo com o último censo agrário) a superfície média das exploraçons era nesta comarca de 8,0 hes, o que suponhia mais do duplo da média galega, 3,9 hes[81].

-Por outro lado, hai que sinalar que se trata de umha zona que durante as últimas décadas registou um dinamismo agrário relativamente importante, ligado a umha crescente especializaçom láctea das exploraçons; ainda que também neste aspeito, ao igual que em muitos dos citados anteriormente, existem consideráveis divergéncias entre os 9 municípios[82]. Este dinamismo agrário fai pensar, a priori, que a demanda de terras por parte dos agricultores deve alcançar nesta comarca umha notável intensidade (apesar de que a superfície total/exploraçom seja elevada no contexto galego).

Em conjunto, as características que acabamos de exponher (tanto as referidas ao sector agrário como as relativas ao entorno socio-económico global), fam que a comarca na que efectuamos a nossa investigaçom poda

---

[80] Concretamente, dos 9 municípios que integram o Distrito Hipotecário de Arçua, tam só no de Toques existem montes vizinhais, ocupando estes umhas 3.000 hes, o que supom unicamente o 3,4% da superfície total da comarca.

[81] Ver quadro A.12.6 do Anexo estatístico.

[82] Como indicador do grau de dinamismo agrário, e da sua influéncia na demanda de terras por parte dos agricultores, é útil o mapa 10.2, que reproduzimos anteriormente no capítulo X (onde figurava a densidade de exploraçons inscritas no REPLE para os distintos municípios de Galiza). Neste mapa pode comprovar-se o que afirmamos no texto: o importante dinamismo agrário que apresenta a comarca, considerada globalmente, dentro do contexto galego; e as fortes divergéncias espaciais que se registam no seu interior.

considerar-se em boa medida representativa de bastantes zonas rurais da metade septentrional de Galiza, onde se registam umhas condiçons similares.

Existe, nom obstante, um aspeito de grande relevância para o mercado de terras, no que a área geográfica analisada apresenta umha notável especificidade dentro do agro galego. Trata-se do importante peso que tenhem aqui as superfícies trabalhadas em regimes de tenéncia indirectos; feito este que está ligado a umha importante participaçom na propriedade da terra por parte de "proprietários absentistas tradicionais". Nos mapas que sobre este tema oferecemos no capítulo VII, pode ver-se que a prática totalidade dos municípios que integram o Distrito Hipotecário de Arçua, estám dentro da zona de Galiza que a princípios dos anos 60 registava um elevado peso dos regimes de tenéncia indirectos. E, ainda que estes regimes experimentárom nos 30 últimos anos um forte retrocesso, a sua preséncia continua sendo aqui na actualidade significativa, e muito maior que no resto da agricultura galega. Assi, dacordo com o censo agrário de 1989, a percentagem da superfície das exploraçons que está trabalhada em arrendamento e aparçaria, alcança no conjunto desta comarca o 15,0%, frente ao 3,8% que se constata globalmente em Galiza[83].

É este um fenómeno que pode ter, ao menos a priori, umha importante influéncia sobre a dinámica do mercado de terras na zona estudada; e que, portanto, devemos ter presente ao analisar e interpretar os resultados obtidos na nossa investigaçom.

2.3. O volume das compra-vendas de superfícies rústicas; o grau de mobilidade no mercado de terras que se regista na comarca de Arçua.

a. Análise das cifras obtidas para o conjunto da comarca.

Dacordo com a informaçom que recolhemos, nesta comarca produzírom-se durante o biénio 1987-1988 um total de 2093 compra-vendas de fincas rústicas, que afectárom a umha superfície global de 1600,0 hes. Isto dá-nos umha média anual de 1046,5 transacçons, e um volume médio de superfície movida anualmente de 800,0 hes; sendo mui similares as cifras nos dous anos considerados **(ver quadro 12.26)**.

---

[83] Ver quadro A.12.6 do Anexo estatístico.

Quadro 12.26. Número de compra-vendas de terras, volume total de superfície movida, e índice de mobilidade no mercado de terras. Comarca de Arçua 1987-1988.

	1987	1988	Média anual 1987-1988
-No. de compra-vendas de terras	1086	1007	1046,5
-Volume de superfície movida (hes)	772,7	827,4	800,0
% Superf. movida anualmente/ Superf. total da comarca (1)	0,91%	0,98%	0,95%

(1) Este índice de mobilidade está calculado tomando no denominador a superfície produtiva de propriedade particular. Isto é, a que resulta excluíndo da superfície geográfica: a extensom ocupada por rios e lagos, os terreos improdutivos e a superfície nom agrária; e deduzindo também a superfície que corresponde a montes vizinhais. A razom para isto último é que estas superfícies (os montes vizinhais) som, por lei, inembargáveis e inalheáveis, nom podendo portanto ser objecto de compra-venda. E o índice de mobilidade no mercado de terras deve calcular-se, em rigor, tomando só as superfícies susceptíveis de ser vendidas.

Mais significativo que essas cifras absolutas, é o valor que alcança o "índice de mobilidade" ou a "taxa de abertura"[84] do mercado de terras; isto é, a percentagem que supom a superfície movida anualmente sobre a superfície total da comarca. A média anual que obtemos para este índice no biénio 1987-1988 situa-se no 0,95%[85], o que constitue como vemos um valor bastante baixo;

---

[84] As duas denominaçons som empregadas nos estudos sobre o tema, e tenhem o mesmo significado.

[85] Tal como precisamos no quadro 12.26, este índice está calculado tomando no denominador o total da superfície produtiva de propriedade particular. É dizer: no referido aos usos da terra tam só excluímos da superfície geográfica as terras nom agrárias e improdutivas, contabilizando os restantes tipos de superfícies (SAU+terras de monte), devido a que as compra-vendas incluem todos estes grupos de terras; pero, ademais, deduzimos também nas cifras a extensom ocupada polos montes vizinhais (quedando-nos só com as superfícies de propriedade particular).

Esta última é umha precisom importante a ter presente em Galiza: à hora de calcular o índice de mobilidade no mercado de terras devemos excluir do denominador os montes vizinhais, posto que estas superfícies tenhem a condiçom de inembargáveis e inalheáveis, e nom podem ser portanto objecto de compra-venda. Esta precisom nom tem umha grande relevância prática no caso concreto da comarca que analisamos (dada a prática auséncia nela de montes vizinhais), pero nom sucede o mesmo para a maior parte da geografia galega, onde estes montes ocupam umha percentagem importante da superfície.

indicando-nos, portanto, os resultados que a mobilidade no mercado de terras é aqui reduzida (ver quadro 12.26).

Com o fim de estabelecer umhas conclusons mais precisas sobre este tema, convém sem embargo examinar a relaçom que apresenta esse índice com o que se constata noutros países e regions do nosso entorno. Ao respeito, hai que advertir de entrada que este tipo de comparaçons tropezam na prática com grandes dificuldades, e, em conseqüência, devem ser realizadas com suma prudência. Dous som, em concreto, os problemas fundamentais com os que nos encontramos: em primeiro lugar, a escassez de dados estatísticos sobre o particular, ainda que a situaçom neste aspeito difire muito de uns a outros países; e o segundo problema é a falta de homogeneidade que apresentam com freqüência as cifras (devido às diferéncias no procedimento e nas definiçons utilizados para a obtençom da informaçom). Todo isto fai, insistimos, que as comparaçons devam efectuar-se com muita cautela.

Apesar dessas reservas, a conclusom geral que obtemos no nosso caso nom admite dúvidas: o índice de mobilidade do mercado de terras que constatamos na comarca de Arçua, resulta em termos comparativos mui baixo, notavelmente inferior ao que se regista na maioria dos países e regions do nosso entorno.

Começamos examinando os dados existentes para outras regions espanholas. Estes dados procedem todos de investigaçons de carácter comarcal (ou local) realizadas durante os 10 ou 15 últimos anos, e baseadas na sua maioria na informaçom procedente do Serviço de Valoraçons[86]. Pois bem, o índice de mobilidade do mercado de terras que obtenhem estes estudos oscila em geral, para as diversas regions, entre o 2% e o 6,5% anual; o que supom entre o duplo e mais de 6 vezes o valor que nós obtivemos na comarca de Arçua (0,95%). Em concreto, e com dados que se refirem em todos os casos à média anual do período 1975-1980: esse índice situa-se em torno ao 2% em duas comarcas da província de Valladolid; o seu nível oscila entre o 2,6% e o 5,2% em distintas comarcas da província de Sevilla; e alcança o 6,5% na área de cultivos forçados de Almería[87]. Das zonas de Espanha para as que contamos com investigaçons

---

[86] Para mais detalhes sobre a procedéncia dos dados em cada umha das investigaçons que citamos a continuaçom, ver as indicaçons que oferecemos no "Anexo metodológico ao capítulo XII".

[87] Todos esses dados, para os três grupos de comarcas citados, procedem de umha mesma investigaçom: a que levou a cabo o "Departamento de Economía y Política Agraria" da ETSIA de Madrid, cujos resultados estám resumidos no trabalho:
-DIAZ BERENGUER, E./ SUMPSI, J.Ma./ URBIOLA, J./ VARELA, C., "El mercado y los precios de la tierra.", Papeles de Economía Española, no. 16, 1983, pp. 169-182.

empíricas sobre o tema, unicamente no País Valenciano aparecem algumhas comarcas com umha mobilidade no mercado de terras similar, ou mesmo inferior, à que constatamos no nosso estudo, registando-se nelas um índice anual em torno ao 1% ou valores ainda mais baixos. Pero trata-se tam só, como dizemos, do que sucede em certas comarcas. Na maioria das zonas desta Comunidade Autónoma para as que se dispom de informaçom, o índice de mobilidade obtido supera também ao da comarca de Arçua[88].

Como vemos, os estudos realizados até agora cubrem só umha parte reduzida do território espanhol, polo que as conclusons devem tomar-se com um certo carácter provisório. Pero dos dados disponíveis desprendem-se, aos nossos efeitos, dous resultados básicos: o grau de mobilidade existente no mercado de terras varia de forma considerável de umhas regions a outras, e de umhas comarcas a outras dentro da mesma regiom; pero na imensa maioria das zonas, essa mobilidade é netamente superior à registada na nossa comarca.

Os resultados aos que chegamos som similares, se analisamos os dados referidos a outros países europeios. Assi, tomando as cifras médias nacionais para diversos estados da CEE, e correspondentes a distintos períodos dentro da década dos 70, observa-se que: o índice de mobilidade no mercado de terras oscila em geral entre o 1,5%-2,0% (registado em países como França, Bélgica, Holanda e o Reino Unido), e o 4% (que se alcança em Dinamarca)[89]. Valores, como vemos, que difirem de forma notável de uns a outros países, pero que estám todos eles claramente por encima do 0,95% que nós obtivemos. Dos países comunitários para os que pudemos reunir informaçom, tam só hai dous que registam um índice inferior a este último: Irlanda, onde a taxa de abertura do mercado de terras é (no período 1971-1975) do 0,6%[90]; e a R.F. de

---

[88] Para o País Valenciano contamos com três investigaçons diferentes referidas ao mercado de terras, que convirtem a esta Comunidade Autónoma na regiom espanhola onde existe umha informaçom mais completa sobre o tema. Os resultados e a metodologia destas investigaçons aparecem resumidos no livro:
-AVELLA I REUS, Llorenç, Medidas de intervención en el mercado de la tierra., Generalitat Valenciana. Conselleria d'Agricultura i Pesca, Valencia, 1993, pp. 136-140.

[89] Ver a recopilaçom dos dados para esses e outros países da CEE, que é oferecida no trabalho:
-ARNALTE, Eladio/ AVELLA, Lorenzo/ ROCA, Amparo, "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", op. cit., pp. 265-266.

[90] Ver: ARNALTE, Eladio/ AVELLA, Lorenzo/ ROCA, Amparo, op. cit., pag. 266.

Alemanha, onde esta ocila durante o período 1975-1985 entre o 0,25% e o 0,40%[91].

Para alcançar umhas conclusons mais precisas e seguras neste ponto, seria necessário efectuar umha análise comparada muito mais detida. E, sobretodo, tomar para os diversos países as cifras que se registam durante o período mais recente, nos mesmos anos aos que correspondem os resultados da nossa investigaçom. Porque, ao menos nalguns países comunitários, o volume das compra-vendas de terras agrárias sofreu durante a década dos 80 umha notável contracçom; de tal modo que o índice de mobilidade no mercado de terras é na actualidade bastante menor do que se constatava nos anos 70. Assi, umha análise mais precisa, e com as cifras mais recentes, poderia modificar em parte os resultados que acabamos de exponher[92].

De todos modos, um estudo comparativo mais pormenorizado nom tem muito sentido no nosso caso, em tanto nom disponhamos de umha informaçom mais ampla para Galiza. Sendo esta a razom para nom deter-nos mais no tema.

Como resumo do exposto nos párrafos precedentes, podemos estabelecer, em definitiva, **duas conclusons** fundamentais:

---

[91] Ver: LIPINSKY, Ernst E., "Propiedad de la tierra agraria, régimen jurídico, regulaciones fiscales y movilidad de la tierra en la República Federal Alemana.", em: VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra... op. cit., pp. 151-179; pag. 166.

[92] A título de exemplo, podemos recolher o que nos indicam os dados para França. Neste país, a superfície movida anualmente no mercado de terras suponhia durante o período 1965-1974 ao redor do 3% da SAU global. Pero no período 1975-1980 o índice baixou já ao 1,5%-2,0%; e a nova contracçom que sofreu o mercado durante a primeira metade dos 80, levou a que em 1985 esse índice fora só do 0,9%. Deste modo, na etapa mais recente, o índice de mobilidade que se regista em França é similar ao que obtivemos para a comarca de Arçua; e nalgumhas regions deste país o seu valor é inferior ao constatado aqui.

Em relaçom com a evoluçom e a situaçom actual que se regista no caso francés, consultar:
-COULOMB, Pierre, "La desestabilización del mercado de tierras agrarias en la crisis económica.", em:
VARELA ORTEGA, Consuelo (Coord.), El mercado y los precios de la tierra... op. cit., pp. 199-299; pp. 204-207.
-LEVESQUE, Robert, "Les caractéristiques régionales du marché foncier agricole et ses enjeux.", Economie Rurale, no. 181, setembro-outubro 1987, pp. 26-34.

i. **O grau de mobilidade no mercado de terras que se constata na comarca de Arçua é mui reduzido, nom só em termos absolutos senom também numha perspectiva comparada; alineando-se o índice que aqui obtemos, com os de aqueles países da CEE e aquelas zonas de Espanha onde essa mobilidade é mais baixa.**

ii. **Nom obstante, as cifras sugirem que nom deve exagerar-se tampouco a singularidade que neste aspeito apresenta Galiza. Sendo certo que o índice de mobilidade é, na comarca estudada, mui baixo, hai que salientar que este nom resulta diferente do que se constata nalguns países comunitários, e também nalgumhas áreas do resto de Espanha.**

Existe umha última precisom que devemos fazer neste ponto, e que a priori poderia levar a matizar as afirmaçons anteriores. Os resultados da nossa investigaçom aí expostos, referiam-se ao volume relativo que alcançam as compra-vendas para o total da superfície produtiva (SAU+ terras de monte); mentres que os dados que comentamos para os países e regions do nosso entorno, correspondem em muitos casos tam só à SAU. Isto, em princípio, pode originar umha subestimaçom do nível comparativo da mobilidade na comarca estudada; se, como parece plausível a priori, a intensidade das compra-vendas é aqui menor para as superfícies de monte que para a SAU.

Na prática, sem embargo, os resultados que obtivemos indicam justamente o contrário: ainda que isto pode parecer algo surprendente, o índice de mobilidade que registam nesta comarca as terras de monte (durante o biénio 1987-1988), é superior ao que se obtém para a SAU: 1,06% e 0,77%, respectivamente (ver o quadro 12.28, que reproduzimos mais adiante). Em conseqüéncia, se efectuamos a comparaçom com os países do nosso entorno tomando as cifras referidas à SAU, em vez das referidas à superfície total produtiva, a conclusom de que a mobilidade é aqui reduzida nom se veria matizada, senom ao contrário reforçada.

b. <u>As divergéncias existentes dentro da comarca (a nível municipal e parroquial).</u>

Com o fim de afondar algo mais no relativo ao grau de mobilidade ou a taxa de abertura do mercado de terras, imos examinar a continuaçom as divergéncias que se constatam neste aspeito dentro da comarca estudada, tanto a nível municipal como parroquial. Estas cifras devem tomar-se com precauçom,

sobretodo as referidas às parróquias; porque a reduzida dimensom destas unidades geográficas, unida à curta duraçom do período analisado, fam que os resultados podam apresentar umha certa aleatoriedade[93]. Este problema, nom obstante, afecta em muita menor medida aos dados por municípios, que som aqueles nos que centraremos a nossa atençom. A análise destes dados tem um notável interesse, tal como poderemos comprovar de imediato; já que nom só nos permite conhecer melhor a situaçom nesta comarca, senom também estabelecer algumhas hipóteses de carácter mais global, sobre o nível que alcança o índice de mobilidade da terra no conjunto de Galiza.

Começamos descrevendo as divergéncias espaciais que nos amostram as cifras; para passar depois à sua interpretaçom ou explicaçom.

No **quadro 12.27** recolhemos os resultados que obtivemos na nossa investigaçom, para cada um dos 9 municípios da comarca: o volume médio anual das compra-vendas de terras, e o valor conseguinte do índice de mobilidade da terra durante o biénio 1987-1988, em cada um destes municípios. Estes dados, concretamente os referidos ao índice de mobilidade, estám representados também no **mapa 12.3**.

Quadro 12.27. Dados básicos sobre o volume das compra-vendas de terras registadas em cada um dos concelhos que integram a comarca. Média anual do biénio 1987-1988.

	No. de compra-vendas	Volume de superfície movida (hes)	% Superf. movida/ Sup. total do concelho (1)
Arçua	205	170,0	1,10%
Boimorto	69	128,3	1,64%
Melide	184	95,8	1,00%
O Pino	123	59,3	0,47%
Santiso	109	64,5	1,04%
Sobrado	102	95,3	0,79%
Toques	41	34,4	0,75%
Touro	164	56,4	0,54%
Vilasantar	52	96,0	1,68%
TOTAL COMARCA	1047	800,0	0,95%

(1) Ver a nota que figura no quadro anterior.

O primeiro feito que se desprende destas cifras é que a mobilidade registada no mercado de terras é em todos os concelhos aqui incluídos bastante reduzida,

[93] Isto é: dado que o número de compra-vendas de terras realizadas anualmente em cada parróquia é mui reduzido, a informaçom referida a tam só dous anos tem umha significaçom bastante limitada.

nom chegando em nengum deles o índice anual obtido ao 2% da superfície do concelho (ver quadro 12.27). Portanto, o diagnóstico que antes estabelecemos para o conjunto da comarca, é aplicável também em linhas gerais para cada um dos municípios por separado: em todos eles a actividade do mercado de terras é bastante reduzida.

Nom obstante, dentro dessas coordenadas gerais, observam-se diferéncias importantes no valor concreto do citado índice; oscilando este desde o 0,47% que se regista no concelho de O Pino, e o 0,54% do de Touro, até os valores em torno ao 1,65% (isto é, mais de 3 vezes superior ao dos concelhos anteriores) que se constatam em Boimorto e Vilasantar (ver quadro 12.27). Ademais, como podemos comprovar no mapa 12.3, essas divergéncias nom se distribuem de umha forma irregular ou aleatória no plano geográfico, senom que se apreciam neste aspeito certas regularidades ou pautas; o qual invita a pensar numha possível relaçom dessas divergéncias com determinadas variáveis ou factores explicativos.

Assi, vemos no citado mapa que a mobilidade no mercado de terras regista o seu nível mais baixo nos dous municípios que ocupam a franja ocidental da comarca: O Pino e Touro, onde a superfície movida anualmente representa tam só ao redor do 0,50% da superfície municipal. A pouca distáncia dos anteriores, com índices situados no 0,75%-0,80%, aparecem os concelhos de Toques e Sobrado, que se correspondem com a parte oriental da comarca, aquela caracterizada por umha maior altitude e um relevo mais accidentado. Em contraste com isso, o índice de mobilidade da terra supera a média comarcal nos 5 concelhos restantes, que cubrem a sua parte central; observando-se também aqui a existéncia de dous subconjuntos formados por municípios contíguos: os de Arçua, Melide e Santiso, com valores entre o 1,0% e o 1,5% (e mais concretamente entre o 1,0% e o 1,1%); e os de Boimorto e Vilasantar, com índices em torno ao 1,65% (ver mapa 12.3 e quadro 12.27).

Para completar esta análise descritiva, calculamos também os resultados a nível parroquial, o índice médio anual de mobilidade no mercado de terras que se obtém no biénio 1987-1988 para cada umha das 137 parróquias que integram a comarca. Estas cifras a nível parroquial estám reproduzidas no **quadro A.12.9 do Anexo estatístico**, e representamo-las no **mapa 12.4** (que aparece insertado no texto).

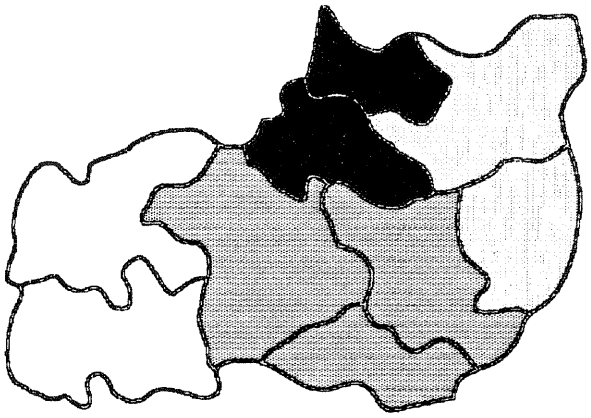
Nom nos imos deter num exame pormenorizado das divergéncias que aqui se observam. Porque isto levaria-nos a umha exposiçom mui engorrosa; e, por outro lado, já advertimos antes das limitaçons que apresentam estes resultados, dada a reduzida dimensom das parróquias e a curta duraçom do período estudado. Restringindo-nos, pois, aos fenómenos ou pautas esenciais, som duas as conclusons que podemos destacar:

MAPA 12.3.

INDICE DE MOBILIDADE NO MERCADO DE TERRAS REGISTRADO EM CADA UM DOS CONCELHOS DA COMARCA DE ARÇUA.
MEDIA DOS ANOS 1987-1988

SUPERFICIE VENDIDA ANUALMENTE/
SUPERFICIE TOTAL DO MUNICIPIO (%)

- < 0,6 %
- ≥ 0,6 % - < 1,0 %
- ≥ 1,0 % - < 1,5 %
- ≥ 1,5 % - < 2,0 %

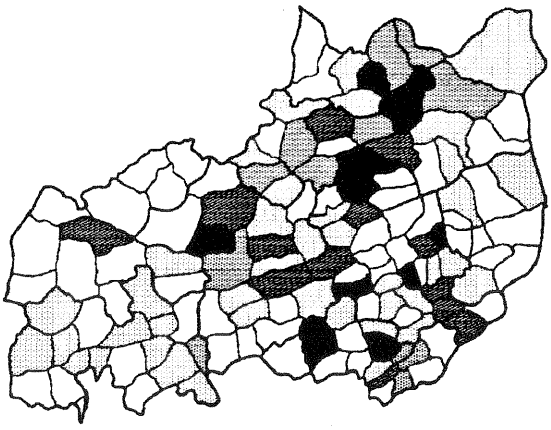


MAPA 12.4.

INDICE DE MOBILIDADE NO MERCADO DE TERRAS QUE SE REGISTROU EM CADA UMHA DAS PARRÓQUIAS DA COMARCA DE ARÇUA.
MEDIA DOS ANOS 1987-1988

SUPERFICIE VENDIDA ANUALMENTE/
SUPERFICIE TOTAL DA PARRÓQUIA (%)

- < 0,5 %
- ≥ 0,5 % - < 1,0 %
- ≥ 1,0 % - < 1,5 %
- ≥ 1,5 % - < 2,5 %
- ≥ 2,5 %



i. Os dados a nível parroquial confirmam, em linhas gerais, a imagem que se desprendia já das cifras por municípios: o volume relativo das compra-vendas de terras é mui baixo em todo o tércio ocidental da comarca, e também na sua franja oriental (sobretodo nas parróquias montanhosas desta zona); mentres que a mobilidade alcança um nível notavelmente superior na área central da comarca, a situada entre os dous extremos anteriores (ver mapa 12.4).

ii. O principal fenómeno adicional que parece derivar-se desta informaçom a nível parroquial, refire-se aos mui baixos índices de mobilidade que parecem caracterizar a toda a franja do extremo meridional da comarca, que se corresponde com as terras encaixonadas da ribeira do rio Ulha. Assi, os valores mui baixos desse índice que se constatam no concelho de Touro, prolongam-se por todas as parróquias do sul dos municípios de Arçua e Santiso (ver mapa 12.4).

Mais relevante que a descriçom das cifras é a sua interpretaçom: que factores podem explicar as divergéncias observadas, no índice de mobilidade do mercado de terras, dentro da comarca de Arçua ?; constata-se algumha relaçom significativa entre essas divergéncias (em concreto, as que se registam por municípios), e certas variáveis ou factores explicativos ?. Esta análise interpretativa tem um notável interesse; porque os resultados que aqui podamos obter nom só som de utilidade para a comarca concreta que consideramos, senom que podem permitir também estabelecer algumhas hipóteses sobre o nível que alcança o índice de mobilidade da terra no conjunto de Galiza (suponhendo que as correlaçons observadas no interior da comarca se registam também para o resto do território galego).

A continuaçom exponhemos as conclusons que se derivam das indagaçons estatísticas que efectuamos em relaçom com este tema.

A primeira hipótese que consideramos nesta análise foi a que recolhem E.Arnalte, L.Avellá e A.Roca, baseando-se nas conclusons de diversos estudos realizados em países da CEE: " *"ceteris paribus", la movilidad es más elevada en las zonas con mayor actividad económica general o donde es más alta la potencialidad agrícola del suelo."*[94] No ámbito concreto de Espanha, L.Avellá constata algo similar (que apoia essa hipótese) para o caso do País Valenciano, onde os dados existentes *"reflejan la mayor movilidad del*

---

[94] ARNALTE, E./ AVELLA, L./ ROCA, A., "Mercado de la tierra...", op. cit., pag. 265.

mercado de la tierra en las comarcas con agriculturas más dinámicas."[95]

Em rigor, temos aí dous tipos diferentes de factores que, hipoteticamente, condicionam a mobilidade no mercado de terras: o primeiro, e o que parece mais importante, é o grau de dinamismo agrário da zona; o outro refire-se ao dinamismo económico global, ou o nível da "actividade económica geral", na área da que se trata. Em que medida estas hipóteses se verificam na comarca de Arça (tomando as cifras por concelhos) ?.

Começando pola segunda hipótese, os dados nom confirmam que o nível da actividade económica geral tenha aqui umha influéncia significativa na mobilidade registada polo mercado de terras. Para contrastar isto estatisticamente, provamos com diferentes variáveis que podem considerar-se indicadores desse nível de actividade económica, ou do dinamismo económico global, nos distintos concelhos da comarca: a percentagem que representa a populaçom ocupada nos sectores secundário e terciário, o número de licéncias comerciais, a evoluçom da populaçom e do número de vivendas no último período intercensal. Pois bem, os resultados amostram que nengumha destas variáveis apresenta umha relaçom significativa (de signo positivo), com o índice de mobilidade do mercado de terras que se regista nos diversos municípios (no biénio 1987-1988)[96].

A evidéncia empírica si avala, em cámbio, a hipótese de que essa mobilidade está influída polo grau de dinamismo agrário dos concelhos; ainda que com certos matizes ou reservas. Dadas as características da agricultura na comarca de Arça, e em concreto o tipo de especializaçom produtiva que presidiu as suas transformaçons durante as últimas décadas (a especializaçom láctea), o índice que nos pareceu mais adeqüado para medir o dinamismo agrário dos diferentes concelhos foi: a densidade de exploraçons inscritas no "Registro provisional de explotaciones lecheras". A estes dados já nos referimos no capítulo X, polo que nom é necessário explicar de novo o seu significado. Lembremos tam só que aqui figuram aquelas exploraçons especializadas no sector lácteo, e que no momento de elaborar-se o Registo (meiados da década dos 80) tinham a intençom de acometer investimentos para a sua melhora nos

---

[95] AVELLA, Llorenç, Medidas de intervención... op. cit., pag. 137.

[96] Prescindimos de reproduzir os valores das citadas variáveis, e os resultados dos contrastes efectuados, para nom sobrecargar mais o texto com quadros estatísticos. De todos modos, as cifras correspondentes a algumhas dessas variáveis figuram no quadro A.12.6 do Anexo estatístico (onde recolhemos alguns dados gerais sobre as características dos 9 municípios da comarca); podendo comprovar aí o que afirmamos no texto.

anos seguintes. Portanto, a densidade que alcançam estas unidades nos distintos municípios, constitue um bom indicador da importáncia das transformaçons em curso, e da intensidade conseguinte que deve alcançar a demanda de terras por parte dos agricultores.

Os valores que regista este índice nos 9 municípios da comarca aparecem representados no **mapa 12.5**. Comparando este mapa com o número 12.3, no que recolhíamos o índice anual de mobilidade no mercado de terras durante o biénio 1987-1988, podemos comprovar que entre as duas variáveis existe umha certa correlaçom; ainda que esta nom é mui estreita. Assi, vemos que aqueles concelhos onde a mobilidade da terra é mais baixa, inferior à média da comarca, correspondem-se em linhas gerais com os que tenhem umha menor densidade de exploraçons inscritas no REPLE. Nesta situaçom estám os dous da franja oriental (Toques e Sobrado), e O Pino no tércio ocidental. De modo análogo, aqueles municípios com umha mobilidade mais alta (Boimorto e Vilasantar), caracterizam-se por um nível elevado dessa densidade. Nom obstante, essa correlaçom tem umha excepçom mui nítida: o concelho de Touro, que (dacordo com o indicador utilizado) apresenta um importante dinamismo agrário, e regista em cámbio umha mobilidade no mercado de terras mui reduzida. E, aparte desse caso mais chamativo, observa-se também como para outros municípios da comarca a relaçom entre as duas variáveis nom se dá de forma estreita.

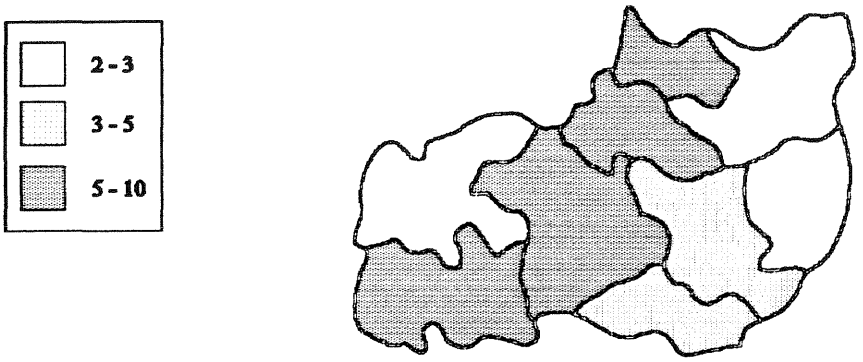
Em definitiva, pois, o exame da evidéncia empírica parece corroborar a influéncia que tem o dinamismo agrário sobre o nível de actividade do mercado de terras. Pero sem que esta ligaçom seja tampouco mui forte. Os resultados da regressom entre os valores destas duas variáveis (para os 9 concelhos da comarca), confirmam essa conclusom: deles desprende-se que a relaçom é, em efeito, estatisticamente significativa; pero com um valor do R^2 relativamente baixo (0,347).

As indagaçons estatísticas que efectuamos sobre este tema, permitírom-nos constatar que a mobilidade registada aqui polo mercado de terras apresenta umha relaçom muito mais estreita com outra variável, que aparece assi como o principal factor explicativo das diferéncias que se observam nessa mobilidade no interior da comarca. Esta variável é: a importáncia da superfície que está em maos de proprietários nom agricultores; reflexado isto na percentagem que suponhem as terras trabalhadas em regimes de tenéncia indirectos (arrendamento e aparçaria).

No **mapa 12.6** representamos o valor que alcança esta percentagem nos 9 municípios da comarca de Arçua, dacordo com os resultados do censo agrário de 1989. Comparando esses dados com os índices de mobilidade do mercado de terras, que figuram no mapa 12.3, podemos observar a forte correlaçom existen-

MAPA 12.5.

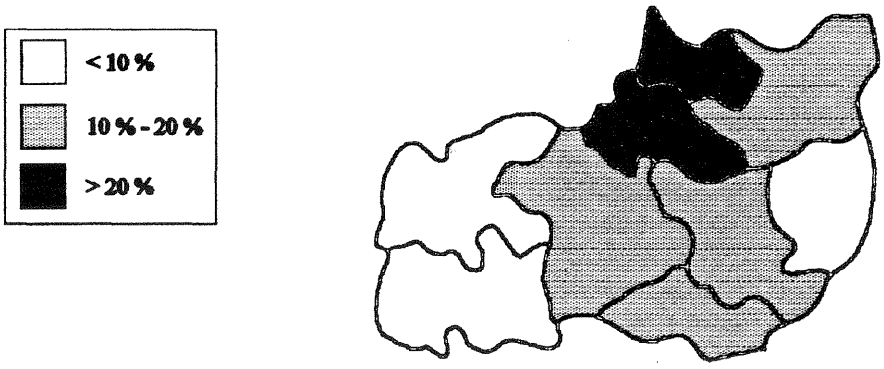
DENSIDADE DE EXPLORAÇONS INSCRITAS NO "REGISTRO PROVISIONAL DE EXPLOTACIONES LECHERAS" NOS DIVERSOS MUNICIPIOS DO DISTRITO HIPOTECARIO DE ARÇUA (1986)



FONTE: DIEZ DIEZ, J.L.; ALVAREZ MUÑIZ, L. Producción de leche en Galicia, *El Campo, nº 101*, 1986.

MAPA 12.6.

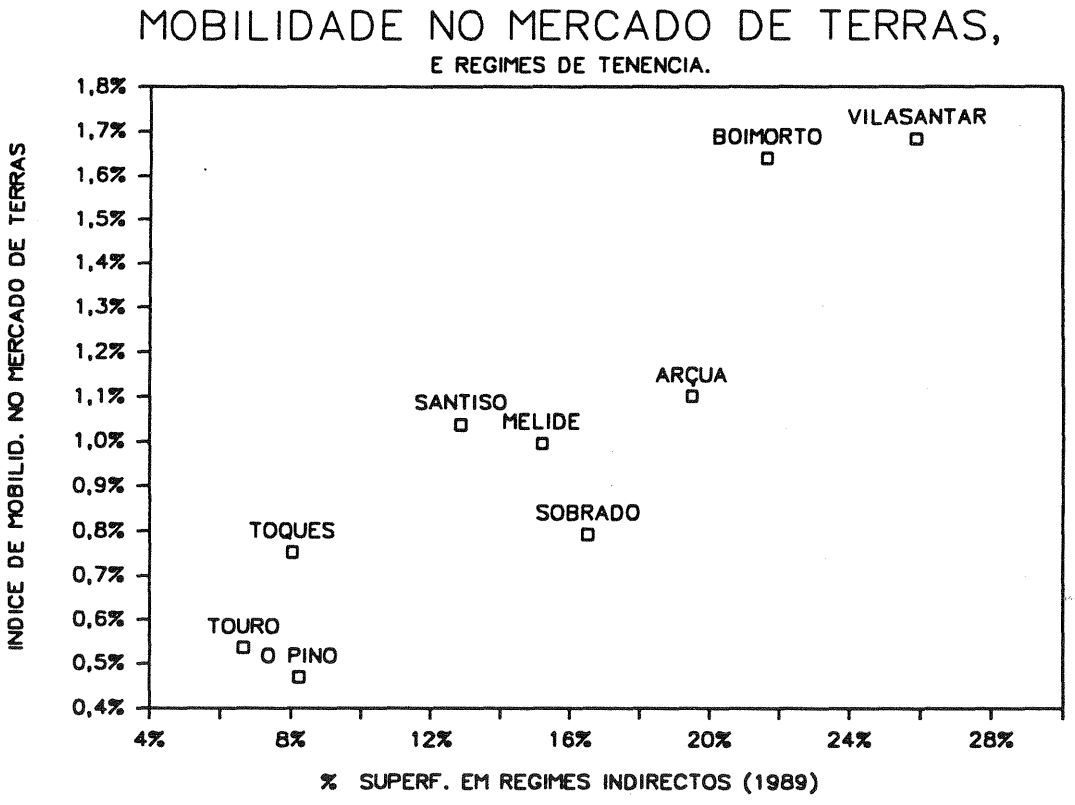
PERCENTAGEM QUE REPRESENTA A SUPERFICIE TRABALHADA EN REGIMES DE TENENCIA INDIRECTOS. (1989)



FONTE: I.N.E., Censo Agrario de España 1989

te. Isto comprova-se ainda com maior precisom no **gráfico 12.18**, onde recolhemos os valores de ambas variáveis: o índice anual de mobilidade registado em cada concelho, no eixo de ordenadas; e a proporçom da superfície das exploraçons trabalhada em regimes indirectos, que aparece no eixo de abcisas. Vemos aí que entre estas cifras existe umha estreita relaçom, de tal modo que quanto maior é o peso das terras em regimes indirectos, mais elevada é a mobilidade constatada no mercado de terras rústicas. A análise de regressom permite confirmar, e quantificar, essa relaçom. Em concreto, o coeficiente de determinaçom que se obtém aqui alcança um valor de 0,832; o que significa que as variaçons na importáncia dos regimes indirectos, explicam (estatiscamente) o 83% das divergéncias observadas na mobilidade do mercado de terras entre os municípios da comarca.

Gráfico 12.18.



Umha vez constatado isso empiricamente, compre fazer-se umha pergunta: que fenómenos explicam (ou estám detrás de) essa correlaçom estatística ?. Ou, o que é o mesmo: qual é a origem e o significado dessa correlaçom ?.

A resposta a esta pergunta pode ver-se na análise, que realizamos mais adiante, sobre a profissom dos vendedores e os compradores das terras, sobre a participaçom que tenhem nas transacçons (no caso da comarca estudada) os

diferentes grupos socio-profissionais. Os resultados que obtivemos na nossa investigaçom, ponhem de manifesto que as persoas alheias à agricultura efectuam um volume de vendas de terras mui superior à proporçom da superfície que possuem. É dizer, que os proprietários nom agricultores amostram-se muito mais activos como vendedores de terras que os agricultores; de tal modo que a superfície da sua propriedade regista umha mobilidade no mercado muito maior da que se constata para a superfície em maos de agricultores[97].

Do anterior desprende-se que o índice global de mobilidade em cada município, tenderá a ser mais elevado, "ceteris paribus", quanto maior seja a proporçom da superfície do concelho que pertence a proprietários nom agricultores (aspeito este que se reflecte, de forma aproximada, na importáncia da superfície das exploraçons trabalhada em regimes de tenéncia indirectos). Pois bem, os dados que antes expuxemos amostram que isto se cumple efectivamente na realidade. Portanto, o diferente comportamento que caracteriza a uns e outros proprietários (agricultores e nom agricultores), dá lugar a que a distribuçom da propriedade da terra existente em cada concelho, condicione fortemente o grau de mobilidade que se regista no mercado de terras; sendo isto muito mais importante que o dinamismo agrário dos municípios[98].

Em resumo, pois, a análise que realizamos sobre este tema, conduziu-nos a duas conclusons esenciais:

i. O índice de mobilidade no mercado de terras que se constata nos diferentes municípios da comarca de Arça, aparece relacionado principalmente com a importáncia que tem em cada um deles a superfície em maos de proprietários nom agricultores, e o peso conseguinte das terras em regimes indirectos.

ii. Existe outro factor que influe também nessa mobilidade, pero de forma secundária, com umha relevância muito menor: o grau de dinamismo agrário dos distintos municípios.

---

[97] Ver infra: epígrafe 2.6 deste capítulo.

[98] A origem disto (a influéncia secundária que tem o dinamismo da agricultura sobre a importáncia das compra-vendas de terras), hai que busca-la nas características que apresenta o mercado de terras nesta comarca: as persoas alheias à actividade agrária nom só realizam aqui a grande maioria das vendas, senom que também efectuam umha elevada proporçom das compras. Em conseqÜéncia, umha grande parte das transacçons som protagonizadas por estas persoas, estando em boa medida à margem da situaçom da agricultura no concelho.

Estes resultados tenhem um interesse de carácter mais global. Porque, na medida em que essas duas correlaçons constatadas no interior desta comarca, se verifiquem também para o resto do território galego, podemos deduzir daí algumhas hipóteses mui plausíveis, sobre o valor que alcança o índice de mobilidade no mercado de terras no conjunto de Galiza. Em concreto, se temos em conta que a comarca de Arçua apresenta umha notável especificidade no contexto galego polo que respeita aos modos de tenéncia da terra, registando um peso dos regimes indirectos mui superior ao que tenhem no total da nossa agricultura. E se temos em conta também que o grau de dinamismo agrário é aqui relativamente elevado. Tendo presentes estes dous feitos, **podemos concluir que a mobilidade do mercado de terras no total de Galiza, tem que ser notavelmente inferior à que obtivemos nesta zona concreta**. A partir dos indícios anteriores, atrevemo-nos a aventurar que o índice anual devia oscilar aqui, na segunda metade dos 80, em torno ao 0,50%; e, em qualquer caso, este estava claramente por baixo do 1% anual.

Desta estimaçom desprende-se que **o mercado de terras apresenta em Galiza umha forte rigidez, se o comparamos com os países e regions do nosso entorno. Ainda sem constituir um caso excepcional no contexto europeio, o índice de mobilidade que aqui se regista alinea-se com os de aqueles países (como Irlanda e Alemanha), e aquelas zonas de Espanha, com umha menor actividade neste mercado.**

2.4. O tamanho e a composiçom dos lotes de terras transferidos nas compra-vendas.

Entrando já nas características das transacçons realizadas na comarca, um primeiro grupo de questons a abordar refirem-se ao tamanho e a composiçom dos lotes de terras objecto de compra-venda. Imos ver o que nos indicam ao respeito os dados obtidos na investigaçom.

a. O uso das terras objecto de compra-venda; o grau de mobilidade que registam os diferentes tipos de superfícies.

No **quadro 12.28** recolhemos a distribuçom por aproveitamentos das terras que fórom vendidas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988; e calculamos também o índice médio anual de mobilidade que resulta para as distintas classes de superfícies.

O principal feito a destacar nestas cifras é o elevado peso que tenhem aqui as terras de monte: estas suponhem o 68% da superfície rústica movida naqueles dous anos, umha percentagem que é mesmo superior à que estas terras representam dentro da superfície total da comarca (60,5%)[99]. Como conseqüência disso, o índice de mobilidade no mercado de terras que se obtém para estas superfícies, está por encima da média global, sendo mui superior ao que resulta para a SAU. Em concreto, este índice situa-se para o monte no 1,06% anual, mentres que para a SAU o seu valor é só do 0,77%. Para completar a descriçom, hai que sinalar que, dentro deste segundo conjunto, nom se observam diferéncias importantes entre as terras de cultivo e os prados e pastizais: a percentagem que supom a superfície movida anualmente é do 0,73% e o 0,82%, respectivamente (ver quadro 12.28).

Quadro 12.28. Distribuçom por aproveitamentos da superfície vendida na comarca de Arçua durante os anos 1987-1988. Indice de mobilidade no mercado de terras que resulta para cada tipo de superfícies.

	Superfície cultivada	Prados	TOTAL SAU	MONTE	SUPERFICIE TOTAL
-Volume de terras de cada tipo vendidas no biénio 1987-1988 (hes)	285,6	227,2	512,8	1087,3	1600,0
-Distr. percentual	17,8%	14,2%	32,0%	68,0%	100,0%
-Indice anual de mobilidade (1)	0,73%	0,82%	0,77%	1,06%	0,95%

(1) Este índice de mobilidade está definido polo rátio: Superfície de cada tipo vendida (ou movida) anualmente no biénio 1987-1988/ Extensom total que ocupam esse tipo de superfícies na comarca.

[99] Ver: quadro A.12.7 do Anexo estatístico.

Estes resultados som em princípio surprendentes, ou polo menos chamativos, se temos em conta o exposto em capítulos anteriores: o abandono progressivo que sofrem nas últimas décadas as funçons tradicionais que cumpliam as terras de monte, de tal modo que o interesse que actualmente tenhem estas superfícies para a produçom agrária é mui limitado. Isto induzia-nos a suponher que a demanda deste tipo de terras por parte dos agricultores, deve ser nos anos recentes bastante débil. Dada esta situaçom, parece surprendente que as compra-vendas alcancem para as superfícies de monte umha intensidade superior à que se regista para o espaço cultivado e os prados.

Um primeiro factor que explica este fenómeno pode ver-se no **quadro 12.28 bis**. Recolhemos aqui a distribuçom por aproveitamentos da superfície movida na comarca, diferenciando: as terras que fórom compradas por persoas de categorias socio-profissionais agrárias (agricultores em activo, agricultores jubilados, e sociedades e cooperativas agrárias); e aquelas adquiridas por indivíduos de grupos sociais nom agrários. Nestas cifras podemos observar dous feitos:

Quadro 12.28 bis. Distribuçom por aproveitamentos das terras compradas, segundo o grupo socio-profissional ao que pertence o comprador. Dados referidos às compra-vendas registadas no Distrito Hipotecário de Arçua 1987-1988.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (hes).

Profissom do comprador	Superfície cultivada	Prados	Monte	Superfície total
-Categorias agrárias (1)	150,5	138,9	488,7	778,1
-Categ. nom agrárias (1)	135,0	88,3	598,6	821,9
TOTAL	285,6	227,2	1087,3	1600,0

B. DISTRIBUÇOM EM PERCENTAGENS.

Profissom do comprador	Superfície cultivada	Prados	Monte	Superfície total
-Categorias agrárias (1)	19,3%	17,9%	62,8%	100,0%
-Categ. nom agrárias (1)	16,4%	10,7%	72,8%	100,0%
TOTAL	17,8%	14,2%	68,0%	100,0%

(1) Nas "categorias agrárias" figuram: os agricultores em activo, os agricultores jubilados, e as sociedades e cooperativas agrárias. Nas "categorias nom agrárias" incluem-se todos os restantes grupos socio-profissionais; aqueles que podemos identificar com os "nom agricultores".
A classificaçom detalhada por grupos socio-profissionais (que estabelecemos tanto para os compradores como para os vendedores das terras), pode ver-se mais adiante, no epígrafe 3.6 deste capítulo.

i. O primeiro, sobre o que nos extenderemos num epígrafe posterior, é a elevada importância relativa que tenhem nesta comarca as compras de terras realizadas por persoas alheias à agricultura. Assi, aproximadamente a metade da superfície movida durante o biénio 1987-1988, corresponde a compras de nom agricultores.

ii. O outro feito a destacar é que na superfície adquirida por nom agricultores, as terras de monte alcançam um peso especialmente elevado: 72,8% do total, frente ao 62,8% que se regista na superfície comprada por persoas de categorias agrárias.

Portanto, um primeiro factor que explica aquela composiçom da superfície movida na comarca é: a grande relevância que tenhem aqui as compras efectuadas por nom agricultores, as quais se refirem numha proporçom mui elevada a terras de monte.

Agora bem, isto tam só explica numha pequena parte o fenómeno antes constatado. Porque, ainda limitando-nos à superfície comprada por agricultores, podemos ver que as terras de monte tenhem também aqui um peso mui elevado: o 62,8% do total (ver quadro 12.28 bis). Portanto, para completar a explicaçom, haveria que aclarar o móbil destas compras: os agricultores que adquirem estas superfícies de monte, fam-no com a intençom de dedica-las à produçom florestal, ou polo contrário a compra destas terras está ligada à busca de umha ampliaçom das suas exploraçons agrárias ?. E, neste segundo suposto, a intençom é a de roturar no futuro as terras, ou bem tam só a de realizar nelas algumhas das formas de aproveitamento tradicional que ainda subsistem (pastoreo do gado, aproveitando a vegetaçom espontánea; obtençom de tojo) ?.

Os dados que recolhemos na nossa investigaçom, e a informaçom da que disponhemos em geral, nom nos permitem oferecer umha resposta precisa a essas questons. Temos que limitar-nos, pois, a deixar constáncia do que nos indicam neste aspeito as cifras obtidas: a maior parte da superfície objecto de compra-venda nesta comarca está constituída por terras de monte.

b. A superfície transferida em cada operaçom (o tamanho das compra-vendas).

Umha segunda característica importante refire-se ao volume das terras transferidas em cada compra-venda. Neste aspeito, os dados obtidos no nosso estudo ponhem de manifesto que esse volume é em geral, nesta comarca, mui reduzido. Assi, a superfície média que resulta para as transacçons realizadas no biénio 1987-1988, é tam só de 0,76 hes **(ver quadro 12.29)**.

Essa cifra média agacha, nom obstante, uns contrastes internos bastante significativos, tal como pode comprovar-se no **quadro 12.29** e no **gráfico 12.19**. Assi, se examinamos a distribuçom do número de transacçons e da superfície movida segundo o tamanho dos lotes, encontramo-nos com esta situaçom:

i. No que respeita ao número de compra-vendas, observa-se um predomínio abrumador das que se refirem a umha superfície pequena ou mui pequena. Em concreto, das 2093 transacçons contabilizadas no biénio 1987-1988, o 84,4% afectárom a umha extensom igual ou inferior a 1 he; e em mais da metade dos casos (o 55,6%), as terras transferidas nom superam as 0,25 hes. Frente a isso, tam só aparece um 8,0% de operaçons referidas a umha superfície maior de 2 hes; e um 2,5% que superam as 5 hes (ver quadro 12.29 e gráfico 12.19).

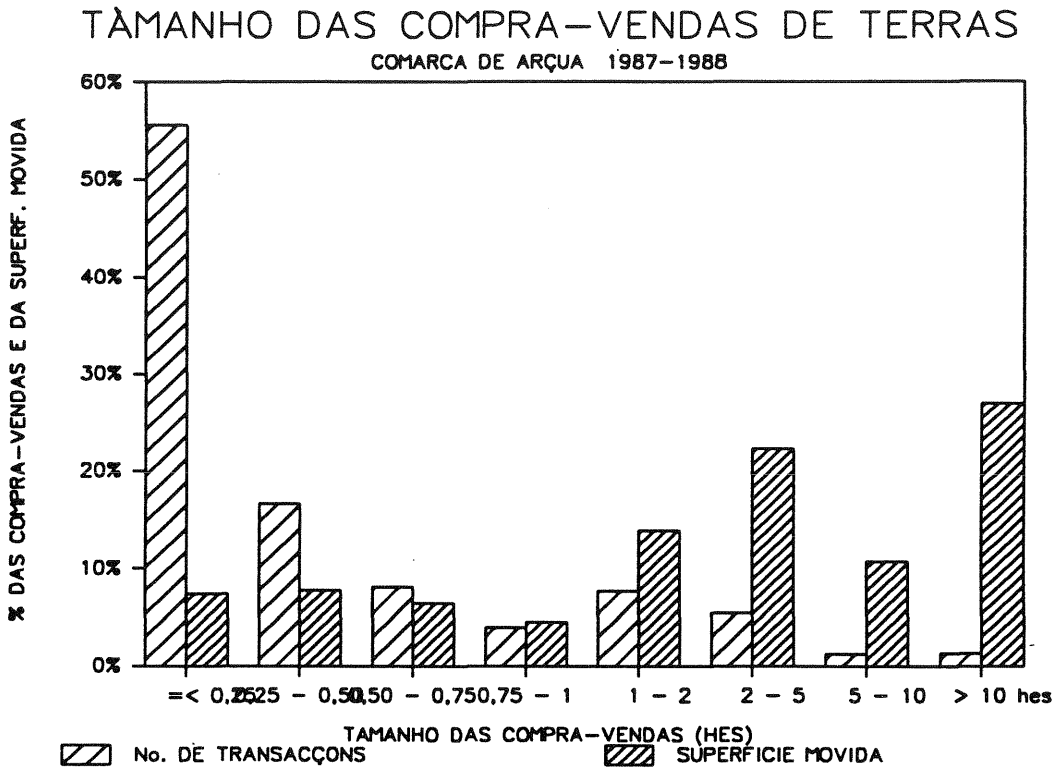
ii. A imagem é sem embargo mui diferente, se nos fixamos na importáncia que tenhem os diversos grupos de compra-vendas em termos de superfície, na sua aportaçom ao volume global de superfície movida. Assi, as de tamanho =< 1 he, que suponhem o 84,4% do total em número, tam só aportam algo mais de 1/4 (exactamente o 26,1%) da superfície movida. Mentres que as de dimensom superior a 1 he, que unicamente som o 15,6% do total, sumam o 73,9% da superfície. E dentro deste segundo grupo, as transacçons de lotes maiores de 5 hes, apesar de constituir só o 2,5% do total, suponhem perto do 40% (o 37,7%) das terras movidas no mercado (ver quadro 12.29 e gráfico 12.19).

Quadro 12.29. Distribuçom do número de compra-vendas de terras e do volume de superfície movida segundo o tamanho dos lotes. Dados referidos ao total de transacçons registadas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988.

Superfície vendida em cada operaçom (hes)	No. de compra-vendas		Superfície	
	Cifras absolutas	%	hes	%
=< 0,25	1164	55,6%	118,7	7,4%
0,25 - 0,50	349	16,7%	124,5	7,8%
0,50 - 0,75	169	8,1%	102,8	6,4%
0,75 - 1	83	4,0%	71,5	4,5%
1 - 2	160	7,6%	222,6	13,9%
2 - 5	115	5,5%	356,8	22,3%
5 - 10	26	1,2%	171,8	10,7%
> 10 hes	27	1,3%	431,4	27,0%
TOTAL	2093	100,0%	1600,0	100,0%

Superfície média por transacçom (hes) 0,76

Gráfico 12.19.



Em definitiva, pois, os dados amostram-nos a existéncia neste aspeito de umha "estrutura dual" no mercado de terras da comarca: por um lado, temos um grande número de compra-vendas de mui pequenas superfícies, absolutamente predominantes em número, pero com umha importáncia global em termos de superfície bastante reduzida; e, ao lado disso, aparecem outras transacçons de lotes de maior dimensom (por encima de 1 he, e sobretodo os que superam as 5 hes), que sendo numericamente pouco importantes, aportam a maior parte da superfície intercambiada. Todo isto numhas coordenadas gerais definidas por umha superfície média/transacçom mui pequena, que nom chega a 1 he.

Os estudos realizados sobre o mercado de terras noutros países ou regions, aludem de forma freqüente à existéncia de dous mercados claramente diferenciados, com vendedores e compradores de distintas características, e umhas motivaçons das compra-vendas também distintas num e outro caso. Por um lado está o mercado de "pequenas fincas", e polo outro o de "grandes fincas"[100]; ou, o que seria mais preciso, um mercado de pequenos lotes ou

[100] Ver por exemplo as indicaçons que fai neste sentido J.Ma. Sumpsi, referindo-se às compra-vendas de terras em duas comarcas da província de Valladolid:
-SUMPSI, José María, "El mercado de la tierra y la reforma de las estructuras agrarias.", op. cit., pp. 16-26.

superfícies, frente a outro de grandes superfícies[101]. Neste sentido, os dados que acabamos de exponher para a comarca de Arça sugirem, em princípio, a possível existência aqui de umha segmentaçom similar do mercado de terras; ainda que com a matizaçom de que neste caso nom cabe falar em rigor de um mercado de grandes superfícies (totalmente inexistente), senom que o que parece registar-se é: um mercado de mui pequenas superfícies, absolutamente predominante; e um mercado de lotes de terras de mediano tamanho (cujo límite podemos estabelecer nas 5 hes).

Agora bem, isto polo momento é só umha hipótese. Para determinar em que medida estamos aqui realmente perante dous mercados de terras distintos, compre analisar as características que apresentam os vendedores e os compradores numhas e outras transacçons; aspeito este que precisaremos mais adiante. Por agora, devemos deixar constáncia das diferéncias que se constatam, no que respeita à superfície vendida em cada operaçom.

c. O número e o tamanho das fincas que integram os lotes de terras vendidos.

Este é o terceiro e último aspeito sobre o que recolhemos informaçom, no relativo à composiçom dos lotes de terras objecto de compra-venda: o número de fincas vendidas em cada transacçom, e a sua dimensom média.

No que se refire ao número de fincas, os dados obtidos apresentam estes resultados **(ver quadro 12.30)**:

i. A imensa maioria das compra-vendas realizadas nesta comarca, limitam-se a umha única finca ou a um número mui pequeno delas. Em concreto, das 2093 transacçons que contabilizamos no biénio 1987-1988, o 69,4% refirem-se a umha finca, e outro 14,0% a 2 fincas. Deste modo, no 83,4% das operaçons a superfície movida estava integrada por tam só 1 ou 2 fincas.

ii. Som, em cámbio, mui pouco freqüentes os casos nos que se vende de umha vez, numha mesma operaçom, um número elevado de fincas. Assi, tam só registamos um 6,3% de compra-vendas de mais de 5 fincas; e aquelas nas que este número supera as 10 fincas constituem unicamente o 2,9% do total.

---

[101] Dizemos que esta terminologia é mais precisa, porque essa distinçom refire-se ao volume de superfície transferida em cada compra-venda; e esta nom está integrada necessariamente por umha única finca.

Essa distribuçom resume-se na média resultante, que é de 2,2 fincas/ transacçom (ver quadro 12.30).

Quadro 12.30. Distribuçom das compra-vendas segundo o número de fincas que integram o lote de terras vendido. Dados referidos ao total de transacçons registadas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988.

No. de fincas vendidas em cada transacçom	Distribuçom das compra-vendas	
	Número	%
1	1453	69,4%
2	294	14,0%
3 a 5	210	10,0%
6 a 10	75	3,6%
11 a 25	49	2,3%
26 a 50	10	0,5%
mais de 50	2	0,1%
TOTAL	2093	100,0%
-Número médio de fincas por transacçom		2,21

Deste modo, recolhendo outra distinçom também clássica nos estudos sobre o tema, podemos afirmar que **o mercado de terras nesta comarca é esencialmente um "mercado de parcelas", sendo pouco numerosas as vendas de exploraçons completas ou de um conjunto importante de fincas**[102]. Com maior precisom, encontramos aqui umha distribuçom análoga à que indicamos ao referir-nos à superfície vendida em cada transacçom: um predomínio abrumador das compra-vendas que se limitam a umha ou umhas poucas fincas; e, ao lado disso, outras operaçons nas que se vendem exploraçons completas ou um conjunto numeroso de fincas, operaçons estas pouco freqüentes pero que suponhem umha elevada percentagem da superfície total movida no mercado.

---

[102] A distinçom entre as compra-vendas de parcelas e as de exploraçons completas, é utilizada com muita freqüéncia nas análises empíricas sobre o mercado de terras. Alguns autores vam mais alá, e aludem a existéncia de dous mercados diferentes, relacionados com esses dous tipos de transacçons: um "mercado de parcelas" e um "mercado de exploraçons". Em relaçom com a pertinéncia ou nom disto último, é aplicável o que indicamos para a distinçom entre mercado de pequenas e de grandes fincas: isso só é correcto, em rigor, se se regista realmente umha segmentaçom entre dous mercados diferentes, com vendedores e compradores distintos. Sobre esta questom consultar por exemplo:

-BERGMANN, Denis, Politique agricole. Tome second: structures... op. cit., pag. 16.

No que respeita ao tamanho das fincas incluídas nas compra-vendas, som duas as conclusons a destacar:

i. A dimensom destas fincas é em conjunto mui pequena, em consonáncia com a elevada fragmentaçom da terra e o pequeno tamanho das parcelas, que caracteriza globalmente à agricultura galega, e que também se observa na comarca estudada. Em concreto, as fincas que fórom vendidas aqui durante o biénio 1987-1988, registam umha superfície média de tam só 0,35 hes[103] **(ver quadro 12.31).**

ii. Esta reduzida dimensom média das fincas vendidas constata-se para as correspondentes a todos os aproveitamentos, incluído o monte. Confirmando assi estes dados o que indicávamos no capítulo VII: que as terras de monte particular apresentam actualmente em Galiza um elevado grau de parcelamento, nom mui distinto do que regista a SAU. Nom obstante, hai que indicar que se observam certas diferéncias entre uns e outros aproveitamentos: o menor tamanho médio, dentro das fincas vendidas, corresponde às de lavradio (0,21 hes), seguidas polas de prados e pastizais (0,33 hes); e finalmente polas de monte (0,42 hes) **(ver quadro 12.31).**

Quadro 12.31. Superfície média das fincas vendidas correspondentes aos diferentes tipos de aproveitamentos.

	Lavradio	Prados e pastizais	Monte	Superfície total
-Superfície média das fincas vendidas (hes)	0,21	0,33	0,42	0,35

Resumindo os dados expostos nestas últimas páginas, podemos estabelecer em definitiva a seguinte imagem sintética: as compra-vendas de terras caracterizam-se nesta comarca por afectar em geral a umha superfície mui pequena (umha média de 0,76 hes/ transacçom); estando integrada esta por umha ou um número pequeno de fincas (umha média de 2,2 fincas/ compra-venda), de mui

---

[103] Esta dimensom nom só está acorde com a elevada fragmentaçom que apresenta a terra na comarca, senom que resulta claramente inferior à superfície média das parcelas nesta zona, que é, dacordo com o censo agrário de 1989, de 0,50 hes. Sem embargo, é arriscado tirar conclusons destas cifras, porque a informaçom procede de fontes diferentes, e refire-se a conceitos também diferentes: fincas, em sentido jurídico, num caso; e parcelas, do ponto de vista da exploraçom da terra, nos dados do censo agrário.

reduzido tamanho (0,35 hes/ finca) (ver quadro 12.32). Ainda que estas cifras médias agacham, como vimos, a existéncia de compra-vendas de mui diferente dimensom.

Por último, hai que destacar que a maior parte da superfície movida no mercado corresponde-se com terras de monte (o 68,0% do total).

Quadro 12.32. Indicadores sintéticos sobre a composiçom dos lotes de terras vendidos.

-Superfície média/ transacçom (hes)	0,76
-No. de fincas/ transacçom	2,2
-Superfície média das fincas vendidas (hes)	0,35

2.5. O desvio de superfícies agrárias para usos urbanos; estimaçom da importáncia que tem este fenómeno no mercado de terras da comarca estudada.

Dacordo com os objectivos da nossa investigaçom, a informaçom que recolhemos limitou-se às compra-vendas de superfícies rústicas, deixando de lado as transacçons referidas a fincas de natureza urbana (cujos expedientes estám também nos arquivos das oficinas liquidadoras). Para separar na prática umhas e outras operaçons, o critério geral que utilizamos foi o de seguir a classificaçom que figura no próprio impresso de liquidaçom do Imposto de Transmissons (onde se fai constar a natureza rústica ou urbana dos bens).

Nom obstante, dentro das transacçons de superfícies rústicas assi delimitadas, pudemos constatar que existem algumhas para as que os indícios apontam a que a intençom do comprador é, com toda probabilidade, o dedicar as terras a usos urbanos. Nestes casos trata-se, pois, de superfícies de origem rústica, pero cujo destino probável nom vai ser este, senom o passo a umha utilizaçom urbana. Dacordo com o procedimento seguido habitualmente nas estatísticas de outros países, este tipo de compra-vendas deveriam ser excluídas em rigor das cifras relativas ao mercado de terras agrárias; posto que o normal é definir este nom pola procedéncia das superfícies, senom polo seu destino[104].

---

[104] Sobre esta questom consultar, por exemplo, para o caso das estatísticas francesas e os critérios que nelas se aplicam para delimitar o mercado de terras agrárias, as indicaçons que se oferecem no trabalho:
-LEVESQUE, Robert, "Les caractéristiques régionales du marché foncier...", op. cit., pp. 26-28.

No nosso caso, sem embargo, optamos por manter essas transacçons nas cifras, e englobar a sua análise dentro de umha problemática mais ampla: a das compras de terras (rústicas) que estám ligadas principalmente a "motivaçons urbanas" (incluíndo aqui, ademais das anteriores, aquelas nas que nom é previsível o passo a curto prazo das terras a usos urbanos, pero para as que os indícios sugirem que a motivaçom principal do comprador é a esperança de umha revalorizaçom futura das superfícies, pola sua conversom a esses usos). Imos precisar a continuaçom o procedimento concreto (e os critérios) que seguimos para delimitar este tipo de compras. Exponhendo depois os resultados obtidos.

a. Precisons sobre o contido e a forma de obtençom dos dados referidos a este tema.

As cifras que imos ver neste ponto limitam-se às compra-vendas registadas na comarca durante o ano 1988, devido a que sobre este aspeito tam só recolhemos informaçom de forma sistemática para este ano. Concretamente, distinguimos aqui três grupos específicos de transacçons:

-Grupo A: Compras de terras rústicas por parte de nom agricultores, que vam implicar com toda probabilidade o passo destas superfícies a usos urbanos.

-Grupo B: Compras efectuadas por nom agricultores, de fincas que lindam com umha estrada (nacional, comarcal ou local).

-Grupo C: Compras, realizadas também por persoas de categorias socio-profissionais nom agrárias, que se refirem a fincas que lindam com pistas ou caminhos públicos.

Dessas três classes de compra-vendas, a primeira é a única que implica, com um elevado grau de probabilidade, um desvio de terras agrárias para usos urbanos; e, portanto, som estas as únicas operaçons que, em rigor, deveriam ser excluídas do mercado de terras agrárias. Para os outros dous grupos de transacçons, nom contamos com dados que indiquem que as terras vam ser dedicadas a usos urbanos (polos seus compradores) num prazo breve. Pero o que si sugirem os indícios disponíveis, é que se trata de compras cuja motivaçom principal é a esperança de umha revalorizaçom futura das superfícies, pola sua eventual conversom a esse tipo de usos. Portanto, ainda que nom tenha lugar aqui o passo imediato das terras a esses usos nom agrários, podemos incluir estas operaçons dentro do conjunto das que estám ligadas esencialmente a umha "motivaçom urbana".

Como se deduze já das afirmaçons anteriores, para a classificaçom das compra-vendas nalgum desses três grupos baseamo-nos nos indícios indirectos

que se derivam do texto dos contratos; em especial, na informaçom que estes oferecem sobre as características do comprador, e sobre o tamanho e a ubicaçom das fincas (proximidade a algum núcleo de populaçom, contigüidade com algumha via de comunicaçom que limita com as fincas por algumha das suas caras, etc.). Dado o procedimento seguido aqui para a obtençom das cifras, estas nom tenhem umha precisom total, devendo tomar-se só como umha estimaçom (ainda que bastante plausível, na nossa opiniom).

Vejamos o que nos indicam os resultados obtidos, que aparecem resumidos no **quadro 12.33.**

Quadro 12.33. Importáncia que tenhem as compras de terras agrárias ligadas à intençom de convertir as superfícies a usos urbanos, ou à esperança de um passo futuro das terras a estes usos. Comarca de Arçua; dados referidos às compra-vendas liquidadas no ano 1988.

Tipos de compras	Número	Superfície (hes)
Grupo A (1)	89	6,4
Grupo B (2)	76	32,2
Grupo C (3)	48	30,3
-Total de compras ligadas ao destino (imediato ou potencial) das terras a usos urbanos	213	68,9
- % que representam sobre o total de compras registadas no ano 1988:		
-As compras do grupo A	8,8%	0,8%
-A suma dos grupos A,B e C	21,2%	8,3%

NOTAS EXPLICATIVAS :
(1) Grupo A : compra por nom agricultores de fincas que pola informaçom oferecida, vam ser destinadas com toda probabilidade a usos urbanos.
(2) Grupo B : compra por nom agricultores de fincas que lindam com estradas .
(3) Grupo C : compra por nom agricultores de fincas que lindam com pistas ou caminhos públicos.

b. Análise das cifras.

Em primeiro lugar, podemos observar que as compras de terras agrárias que implicam o passo das superfícies a usos urbanos (as que classificamos no grupo A), tenhem nesta comarca umha importáncia bastante reduzida. Concretamente, as operaçons deste tipo suponhem só o 8,8% do total de compra-vendas registadas aqui no ano 1988; e o volume de terras afectadas nom alcança o 1%

da superfície movida no mercado (ver quadro 12.33). Portanto, o desvio de terras agrárias para usos urbanos, entendido em sentido estrito, apresenta no mercado de terras da comarca umha magnitude mui modesta; sobretodo se o comparamos com as cifras que se registam nos países europeios com um maior nível de urbanizaçom[105]. Isto está acorde com o que caberia agardar a priori, se temos presente o reduzido grau de urbanizaçom e industrializaçom da zona estudada.

Nom obstante, se nom nos limitamos estritamente a esse fenómeno, e temos em conta também as compras que classificamos nos grupos B e C (isto é, aquelas nas que nom parece que as terras vaiam ser dedicadas a curto prazo a usos urbanos, pero o móbil principal do comprador está ligado à esperança de que isso se produza no futuro), vemos que a importáncia do fluxo aumenta de forma considerável. Em concreto, as transacçons aqui incluídas (englobando os grupos A, B e C), suponhem o 21,2% das realizadas no mercado de terras rústicas da comarca; e a superfície adquirida nestas operaçons ascende ao 8,3% do total de terras vendidas (ver quadro 12.33).

Em conseqüéncia, os dados indicam que os efeitos exercidos pola demanda de superfícies para usos urbanos sobre o mercado de terras rústicas, estám longe de ser nesta comarca despreciáveis. A este tipo de motivaçons respondem aproximadamente 1/5 das compras realizadas nesse mercado, absorvendo estas perto de 1/10 da superfície (rústica) vendida anualmente.

Ademais da magnitude global destas compras, um aspeito adicional que tem grande relevância é o da sua distribuçom geográfica. Tal como explicamos no capítulo X, dada umha determinada intensidade da demanda de superfícies para usos urbanos, os seus efeitos sobre o mercado de terras agrárias serám mais importantes quanto maior seja a dispersom espacial dessa demanda[106]. Neste sentido, apontamos também nesse capítulo que no caso de Galiza, e dacordo com o que sugire a evidéncia empírica disponível, o grau de difusom ou dispersom espacial dessas compras parece ser elevado.

Os resultados obtidos na presente investigaçom permitem-nos contrastar essa hipótese para a comarca concreta aqui estudada. Com este fim elaboramos o **mapa 12.7**, no que aparece representada a distribuçom por parróquias das

---

[105] Assi, por exemplo, em Holanda as estimaçons indicam que a percentagem das superfícies agrárias vendidas anualmente que se desviam para esses usos nom agrários, ascende ao 10%-15%. Consultar:
-ARNALTE, E./ AVELLA, L./ ROCA, A., "Mercado de la tierra...", op. cit., pp. 264-265.

[106] Já que isto favorecerá a difusom das esperanças de mais-valias a porçons mais amplas do território.

compras de terras ligadas a um "móbil urbano"[107], que se produzírom nesta zona durante o ano 1988. Fixando-nos só nas características esenciais desta distribuçom geográfica, podemos constatar aqui dous feitos básicos, que avalam as afirmaçons provisórias estabelecidas no capítulo X:

i. Em primeiro lugar, observa-se que este tipo de compras som especialmente numerosas nas áreas mais próximas aos principais núcleos de populaçom. No caso da comarca de Arçua, isto constata-se sobretodo para a vila de Melide e as parróquias limítrofes, e também, ainda que com menor intensidade, para a zona contígua à vila de Arçua (ver mapa 12.7).

ii. Nom obstante, vemos também que, fora dos límites dessas áreas concretas, registam-se assimesmo compras com um "móbil urbano" no resto da comarca; aparecendo estas repartidas, com umha importáncia diversa, pola prática totalidade do território. Tam só as parróquias situadas nas zonas mais montanhosas parecem quedar, de forma total ou quase total, à margem deste fenómeno[108] (ver mapa 12.7).

Para finalizar com este tema, no **quadro 12.34** resumimos as principais características dos lotes de terras comprados com vistas a, ou com a esperança de, umha conversom futura a usos urbanos; comparando estes dados com os referidos ao total das compra-vendas realizadas na comarca no ano 1988. Duas som as conclusons esenciais que se desprendem destas cifras:

-O tamanho médio dos lotes adquiridos nestas transacçons é mui pequeno, notavelmente inferior ao que resulta para o total das compra-vendas (0,32 hes, frente a 0,82 hes). Limitando-se aqui as compras quase sempre a umha única finca (a média é de 1,15 fincas/ operaçom, frente às 2,20 fincas que resultam para o total das transacçons).

-O outro feito a destacar é o forte predomínio que apresentam nestas compras as terras de monte: estas suponhem o 76,8% da superfície total adquirida nestas operaçons, frente ao 69,8% que se regista neste ano para o total das transacçons. Isto pode dever-se em parte à preséncia aqui de bastantes superfícies que quedárom anteriormente abandonadas; em espera precisamente da sua possível venda como solares.

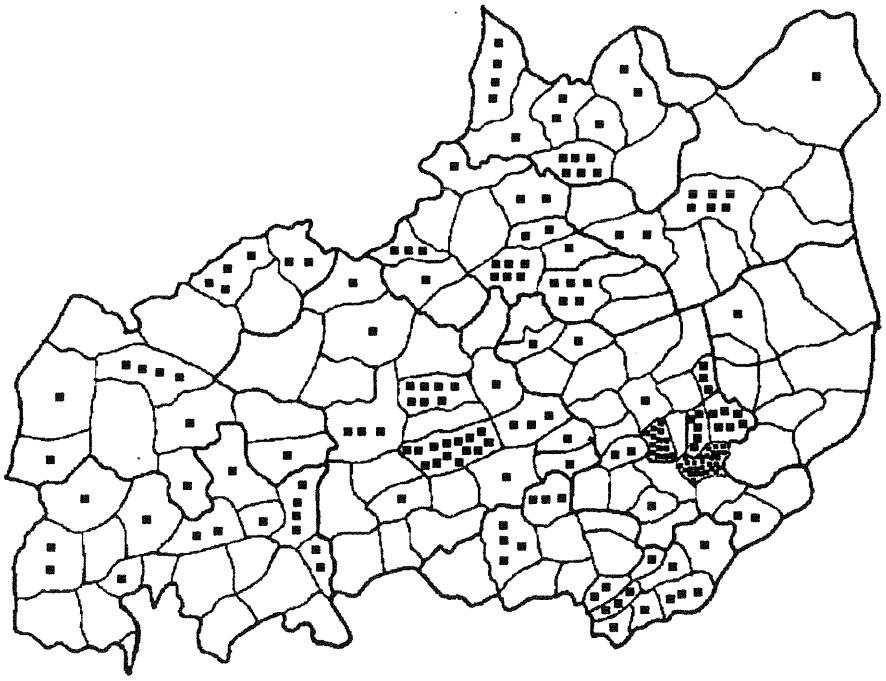
---

[107] Incluíndo aqui as dos grupos A, B e C, que antes vimos. Isto é: as compras que respondem à intençom de dedicar as superfícies a usos urbanos, ou bem à esperança de que esta conversom tenha lugar no futuro.

[108] Nom podemos tratar, sem embargo, de estabelecer conclusons mui precisas a partir dos dados representados no mapa 12.7, posto que estes refirem-se unicamente às compra-vendas de terras realizadas num ano.

MAPA 12.7.

LOCALIZAÇOM POR PARRÓQUIAS DAS COMPRAS DE TERRAS AGRARIAS COM DESTINO A USOS URBANOS REGISTRADAS NO ANO 1988



Cada Ponto indica umha compra de este tipo

Quadro 12.34. Principais características dos lotes de terras comprados com vistas à sua conversom a usos urbanos; comparaçom com o total de compra-vendas de terras rústicas registadas no ano 1988.

	Compras dos grupos A,B,C	Total de compra-vendas de terras registadas em 1988
-Superfície total/ transacçom (hes)	0,32	0,82
-No. de fincas/ transacçom	1,15	2,20
- % que representam as terras de monte	76,8%	69,8%

Em suma, pois, os resultados derivados da nossa investigaçom indicam que a demanda de terras para usos urbanos alcança nesta comarca umha magnitude global nada despreciável; apresentando ademais um elevado grau de difusom ou dispersom geográfica. Todo isto fai que os seus efeitos sobre o mercado de terras agrárias tenham que ser importantes; em especial para aquelas superfícies ubicadas nas áreas próximas aos principais núcleos de populaçom, e para as situadas ao borde das vias de comunicaçom.

Se temos em conta que se trata aqui de umha comarca do interior, com um nível de urbanizaçom baixo no contexto galego, hai que deduzir que a concurréncia dos usos urbanos do solo, e a sua incidéncia no mercado de terras agrárias, tem que ser notavelmente mais forte em amplas zonas de Galiza. Portanto, os dados obtidos neste estudo parecem avalar a hipótese geral que, em relaçom com este tema, formulamos no capítulo X: a relevância que em Galiza tem essa concurréncia por parte dos usos urbanos do solo; constituíndo este um factor importante, à hora de explicar a rigidez que apresenta aqui o mercado de terras agrárias.

2.6. A profissom e residéncia dos vendedores e compradores das terras.

Um elemento de grande relevância, para perfilar as características do mercado de terras numha determinada zona, e conhecer a medida na que as transacçons realizadas contribuem a umha transformaçom das estruturas agrárias, é o relativo à profissom e residéncia dos vendedores e compradores. Passamos a analisar, pois, os resultados que sobre estas duas variáveis (profissom e residéncia dessas persoas) obtivemos na nossa investigaçom.

a. A distribuçom dos vendedores e os compradores das terras por categorias socio-profissionais.

`A hora de recolher e codificar a informaçom referida a este aspeito, diferenciamos um total de 13 rúbricas ou categorias socio-profissionais, nas que classificamos aos vendedores e compradores das terras. No Anexo metodológico ao presente capítulo pode ver-se o listado dessas 13 rúbricas, assi como algumhas precisons sobre o contido concreto de cada umha delas.

Imos começar examinando a distribuçom que apresentam as vendas e as compras de terras entre os dous grandes grupos sociais que podemos diferenciar aqui: o "grupo dos agricultores" (onde incluímos, ademais dos "Agricultores em activo", as rúbricas "Sociedades e cooperativas agrárias", e "Agricultores jubilados"); e o "grupo dos nom agricultores" (que está integrado polas 10 rúbricas restantes, englobando todos os activos e inactivos nom agrários). Umha vez efectuada essa análise inicial, veremos de forma mais detalhada a participaçom que tenhem nas transacçons as diversas categorias socio-profissionais que estabelecemos.

a1. O reparto das vendas e as compras de terras, entre agricultores e nom agricultores.

No **quadro 12.35** recolhemos a distribuçom entre estes dous grandes grupos sociais, das vendas e as compras de terras rústicas registadas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988. Destes dados iniciais desprendem-se as seguintes conclusons:

i. As vendas de terras procedem nesta comarca maioritariamente de proprietários nom agricultores, posto que estes realizam o 59,2% das vendas, e aportam quase as 3/4 partes da superfície vendida (exactamente o 73,1%). Os agricultores activos e jubilados ocupam assi umha posiçom bastante secundária na oferta de terras, aportando tam só o 40,8% dos lotes e o 26,9% da superfície.

ii. No que respeita às compras, estas repartem-se em proporçons similares entre os dous grupos. Em concreto, os agricultores efectuárom algo mais da metade (o 55,3%) das compras contabilizadas naqueles dous anos, pero só adquirírom o 48,6% das terras. Mentres que o resto das adquisiçons (o 44,7% dos lotes, e o 51,4% da superfície) fórom realizadas por persoas de categorias nom agrárias.

iii. No cómputo global desses fluxos, os agricultores aparecem como compradores netos no mercado de terras, sucedendo à inversa para os nom agricultores. Os primeiros vendérom o 26,9% das terras e comprárom o 48,6%, de onde resulta um saldo neto positivo equivalente ao 21,7% da superfície movida; correspondendo-se isto com umhas vendas netas da mesma quantia por parte das categorias nom agrárias.

Quadro 12.35. Profissom dos vendedores e compradores das terras; dados sintéticos. Transacçons registadas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988.

A. CIFRAS ABSOLUTAS.

	Vendas		Compras	
	Número	Superfície (hes)	Número	Superfície (hes)
-Categorias (profissionais) agrárias	853	429,9	1158	778,1
-Categorias nom agrárias	1240	1170,2	935	821,9
TOTAL	2093	1600,0	2093	1600,0

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	Vendas		Compras	
	Número	Superfície (hes)	Número	Superfície (hes)
-Categorias (profissionais) agrárias	40,8%	26,9%	55,3%	48,6%
-Categorias nom agrárias	59,2%	73,1%	44,7%	51,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Dos três feitos que acabamos de indicar, este último está acorde com o que se constata em geral nos países e regions do nosso entorno: os agricultores, que sofrem umha reduçom contínua do seu património fundiário ao través das sucessons, ao través das transmissons herditárias que se produzem a cada geraçom, recuperam em maior ou menor medida essas perdas por médio das transacçons no mercado de terras[109]. Assi, o que se observa habitualmente em todos os países é que os agricultores aparecem como compradores netos neste mercado; dando-se a situaçom contrária para o conjunto dos grupos sociais nom

[109] Em relaçom com estes dous movimentos de sentido contrário, que afectam à propriedade da terra, consultar:
-BLATIN, D./ BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété foncière. Les modes de faire-valoir. op. cit.

agrários: as suas vendas superam às compras que realizam[110]. Os resultados obtidos neste aspeito para a comarca de Arçua estám, pois, em consonáncia com o que é a tendéncia habitual, e com o que caberia agardar a priori.

Nom podemos dizer o mesmo, sem embargo, no relativo à distribuçom concreta que apresentam aqui os fluxos por grupos socio-profissionais. Neste aspeito, tal como acabamos de ver, constata-se um forte predomínio das persoas alheias à agricultura nas vendas de terras; e, o que resulta ainda mais digno de salientar, observa-se também umha elevada participaçom destas persoas nas compras de superfícies. Deste modo, **os dados obtidos no nosso estudo indicam que a actividade no mercado de terras rústicas desta comarca, está protagonizada principalmente polas categorias sociais nom agrárias[111]; sendo relativamente secundária a participaçom que tenhem nas transacçons os agricultores da zona.** Isto resulta na nossa opiniom chamativo, sobretodo se temos em conta as características da comarca estudada: umha zona esencialmente rural, na que o valor extra-agrário do solo nom é (no contexto galego) elevado, e na que nom existem razons para esperar, a priori, umha demanda importante de terras por parte de persoas alheias à agricultura.

Convém, pois, que afondemos brevemente nesses dous feitos que nos amostram os dados: o predomínio dos nom agricultores nas vendas de terras, e a sua importante participaçom também nas compras.

-A percentagem da superfície vendida por agricultores e nom agricultores.

Para poder valorar melhor, e interpretar, o que nos indicam neste aspeito as cifras, compriria ponher em relaçom essa distribuçom das vendas de terras com

[110] Som numerosos os estudos empíricos que avalam o cumplimento desta pauta geral nos distintos países europeios. A título de exemplo, podem ver-se os dados oferecidos nestes dous trabalhos (no primeiro para vários países da CEE, e no segundo para o caso concreto de França e as suas diversas regions):
-ARNALTE, E./ AVELLA, L./ ROCA, A., "Mercado de la tierra...", op. cit., pp. 269-270.
-LEVESQUE, Robert, "Les caractéristiques régionales du marché foncier...", op. cit., pp. 31-32.

[111] Posto que estas vendem o 73,1% das superfícies, e compram também algo mais da metade (o 51,4%) das terras movidas no mercado.

o peso que tenhem os dous grupos (agricultores e nom agricultores) na propriedade da terra da comarca.

Na prática, nom contamos com dados sobre o reparto da propriedade fundiária por grupos socio-profissionais, polo que essa análise nom pode ser realizada com precisom. Pero si resulta possível fazer umha estimaçom aproximada, suficiente aos nossos efeitos, sobre a percentagem da superfície rústica que pertence nesta zona a agricultores, e a que está nas maos de nom agricultores; baseando-nos para isto na informaçom referida aos modos de tenéncia da terra, que oferecem os censos agrários. Concretamente, nós utilizamos aqui os dados procedentes do último censo agrário (realizado em 1989); efectuando a partir destas cifras duas estimaçons diferentes:

-A primeira, que designamos como ESTIMAÇOM A, é mui simples. O que fixemos nela foi tomar a distribuçom da superfície das exploraçons por modos de tenéncia, tal como figura nos resultados do censo agrário. E identificar: a percentagem dessa superfície trabalhada em regimes indirectos (arrendamento e aparçaria) com a que é propriedade de nom agricultores; e a que figura em tenéncia directa com a pertencente a agricultores.

-Esse primeiro cálculo leva sem embargo, com toda seguridade, a subestimar a proporçom da superfície rústica da comarca que está nas maos de proprietários nom agricultores. Som vários os factores que dam lugar a esta subestimaçom. Pero o mais importante, na nossa opiniom, é este: nas cifras do censo agrário nom aparece contabilizada umha porçom significativa da superfície rústica da zona, o que hai que atribuir a que estas terras nom estám integradas numha exploraçom agrária; sendo plausível suponher, portanto, que a imensa maioria destas superfícies (nom censadas) pertencem a persoas de categorias sociais nom agrárias.

Tendo isso em conta, decidimos realizar umha segunda estimaçom (a ESTIMAÇOM B), que consideramos muito mais realista. O procedimento utilizado foi o seguinte: como superfície propriedade de agricultores seguimos tomando a que figura no censo agrário em tenéncia directa, pero calculamos a percentagem que esta representa dentro da superfície rústica total da comarca; e assimilamos como pertencente a nom agricultores a suma de: a superfície que aparece no censo em regimes indirectos, e as terras rústicas nom censadas[112].

---

[112] O suposto implícito nesta estimaçom é, pois, o de que todas as terras rústicas da comarca que nom som registadas no censo agrário, pertencem a nom agricultores. O erro que podamos cometer adoptando esta hipótese, compensa-se probavelmente com o feito de que entre as superfícies classificadas em tenéncia directa aparecem algumhas que som propriedade de nom agricultores (por exemplo: terras pertencentes a familiares do titular que trabalham noutros sectores, e que as tenhem cedidas a este de forma gratuita).

Os resultados que se obtenhem nessas duas estimaçons figuram no **quadro 12.36**; no que recolhemos também, para facilitar a comparaçom, o reparto da superfície vendida durante o biénio 1987-1988 (a proporçom desta superfície que procede de uns e outros proprietários). Da análise destas cifras desprendem-se as seguintes conclusons:

i. Como já apontamos com anterioridade, a comarca de Arça constitue umha zona bastante específica dentro de Galiza, no que se refire à estrutura da propriedade da terra. Caracterizando-se neste aspeito por apresentar um peso dos proprietários nom agricultores (e concretamente dos "absentistas tradicionais") mui por encima da média galega, e superior também ao de qualquer outra comarca da nossa geografia. Em concreto, a percentagem da superfície rústica que pertence aqui a persoas de categorias sociais nom agrárias, é actualmente: o 15,0%, se tomamos a nossa ESTIMAÇOM A; e o 34,7% dacordo com a ESTIMAÇOM B (ver quadro 12.36).

ii. Nom obstante, ainda tendo isso em conta, observa-se que a participaçom dos nom agricultores nas vendas de terras é mui superior à percentagem da superfície que possuem; registando-se a situaçom contrária para os proprietários que tenhem a sua actividade na agricultura. Assi, as persoas do primeiro grupo, que tenhem nas suas maos entre o 15% e o 35% da superfície, aportam o 73,1% das terras vendidas; isto é, umha percentagem de 2 a 5 vezes superior. Mentres que os agricultores, disponhendo da propriedade do 65%-85% das terras, tam só oferecem o 26,9% das superfícies vendidas (ver quadro 12.36).

Portanto, no que respeita a este ponto, podemos concluir que a venda de terras alcança umha intensidade muito maior no caso dos proprietários nom agricultores, que no de aqueles pertencentes a categorias agrárias (agricultores activos e jubilados). Sendo este diferente comportamento, o que explica que a maior parte da superfície vendida na comarca proceda do primeiro grupo de proprietários.

Concretamente, das cifras expostas desprende-se que os nom agricultores vendérom anualmente, durante o biénio 1987-1988, entre o 2,0% e o 4,6% das terras da sua propriedade. Enquanto que para a superfície pertencente a agricultores essa taxa anual foi só do 0,30%-0,40%; isto é, de 6 a 11 vezes inferior[113].

---

[113] Estes índices ou taxas obtenhem-se facilmente a partir dos dados recolhidos no quadro 12.36, e tendo em conta que o índice anual de mobilidade para a superfície total da comarca foi do 0,95%.

Quadro 12.36. Relaçom que apresenta a participaçom dos agricultores e dos nom agricultores na superfície vendida, com o peso destes dous grupos na propriedade das terras da comarca.

	Agricultores	Nom agricultores
1. Participaçom na superfície vendida no biénio 1987-1988	26,9%	73,1%
Proporçom da superfície rústica da comarca que pertence a cada um desses dous grupos (1989):		
2. Estimaçom A (*)	85,0%	15,0%
3. Estimaçom B (*)	65,3%	34,7%
Importáncia relativa das vendas realizadas, em relaçom com o peso de cada grupo na propriedade da terra:		
-Estimaçom A (1/2)	0,32	4,87
-Estimaçom B (1/3)	0,41	2,11

(*) ESTIMAÇOM A: Estas cifras som as que se obtenhem tomando a distribuçom da superfície das exploraçons agrárias por modos de tenéncia que nos oferece o censo agrário de 1989. Concretamente, calculamos a percentagem dessa superfície que está em arrendamento e aparçaria, identificando isto com a proporçom das terras propriedade de nom agricultores (assimilando o resto, a superfície em tenéncia directa e baixo "outros regimes de tenéncia", com as terras propriedade dos agricultores).

ESTIMAÇOM B: Estas cifras som as que resultam ao sumar às terras censadas em arrendamento e aparçaria aquelas que nom fórom registadas no censo agrário de 1989, identificando isso com a superfície propriedade de nom agricultores.

-A proporçom das compras de terras realizadas por agricultores e nom agricultores.

No que respeita à distribuçom das compras de terras, os resultados iniciais que antes expuxemos plantejam umha questom ou interrogante fundamental: o das motivaçons que podem explicar o importante volume de compras realizadas nesta comarca por persoas alheias à agricultura. Como vimos antes, estas persoas (de categorias socio-profissionais nom agrárias) adquirírom o 44,7% dos lotes e o 51,4% das superfícies vendidas aqui durante o biénio estudado;

percentagens estas que resultam mui elevadas, nom só em termos absolutos, senom também numha perspectiva comparada[114].

Desconhecemos em que medida estes dados podem ser representativos do que sucede noutras zonas rurais de Galiza de características similares; ou se, polo contrário, estamos perante um fenómeno específico da zona estudada. E, limitando-nos a esta comarca, nom é possível tampouco saber se esses dados reflectem umha tendéncia geral, comum às últimas décadas; ou bem estám influídos por fenómenos específicos do período concreto que analisamos. Pero, em todo caso, à espera de poder disponher de umha evidéncia empírica mais ampla (geográfica e cronologicamente), os resultados que obtivemos para a comarca de Arçua e o biénio 1987-1988 plantejam a citada questom: quais som as motivaçons que impulsam o elevado volume de compras de terras rústicas efectuadas aqui por persoas alheias à agricultura ?.

A informaçom que obtivemos ao longo da investigaçom nom nos permite oferecer umha resposta acabada e precisa a esta pergunta. Pero si nos aporta algumhas indicaçons ao respeito, sobre os diversos tipos de motivaçons que estám aqui presentes, e a importáncia aproximada de algumhas delas:

i. Umha parte das compras realizadas por nom agricultores respondem à intençom destas persoas de dedicar as terras a usos urbanos, ou bem à sua esperança de que esta conversom tenha lugar no futuro. Assi, em primeiro lugar, encontramos um certo número de transacçons nas que persoas que nom trabalham na agricultura (e que muitas vezes nom residem tampouco na comarca, ainda que si som normalmente originárias dela), adquirem pequenas extensons de terreo, com a finalidade quase segura de construir aqui umha vivenda (habitualmente para ser utilizada como residéncia secundária, ou bem como vivenda principal ao seu retorno). Ao lado disso, na investigaçom detectamos também um conjunto mais importante de compras efectuadas por nom agricultores, que se refirem a lotes pequenos pero de maior tamanho que as anteriores, cujo móbil probável (tendo em conta a ubicaçom da/as finca/as) som as expectativas de umha revalorizaçom futura das terras, polo seu possível passo a usos urbanos. Neste segundo suposto trata-se, pois, de compras que tenhem umha finalidade especulativa (a um prazo mais ou menos longo).

---

114 Assi, por exemplo, tomando o caso de França, onde se dispom de umha informaçom bastante completa sobre o mercado de terras agrárias, observamos que a percentagem da superfície adquirida por nom agricultores está na maior parte das regions deste país por baixo do 30%, sendo mui poucas as zonas nas que esta cifra supera (como ocorre na nossa comarca) o 50%. Ver:
-LEVESQUE, Robert, "Les caractéristiques régionales...", op. cit., pp. 31-32.

Sobre esses dous grupos de transacçons, recolhemos informaçom de forma sistemática para as operaçons liquidadas no ano 1988, obtendo os resultados que expuxemos já anteriormente, no epígrafe 2.5. Se ponhemos em relaçom essas cifras com o total das compras realizadas neste ano por nom agricultores, podemos observar que:

-As adquisiçons atribuíveis a este tipo de motivaçons suponhem umha percentagem elevada (o 46%) do total das efectuadas por nom agricultores.

-Nom obstante, do ponto de vista da superfície o seu peso é bastante modesto, posto que só sumam o 16% das terras compradas por persoas de categorias nom agrárias **(ver quadro 12.37)**.

Quadro 12.37. Importáncia relativa que tenhem as compras de terras rústicas ligadas à intençom ou a esperança do seu passo a usos urbanos, dentro do total de compras realizadas por persoas alheias à agricultura.
Comarca de Arçua; transacçons realizadas no ano 1988.

	Número de compras	Superfície (hes)
a. Total de transacçons nas que o comprador é um nom agricultor.....	459	428,6
b. Compras ligadas ao passo (imediato ou potencial) das terras a usos urbanos (*).....	213	68,9
b/a (%)	46,4%	16,0%

(*) Ver supra: quadro 12.33.

ii. Outra porçom das compras levadas a cabo por nom agricultores, parecem ter como móbil o da exploraçom directa das terras, bem seja para actividades agro-gadeiras ou para a produçom florestal. Ao menos, já constitua ou nom esta a motivaçom principal da compra, os indícios apontam a que numha parte dos casos as superfícies vam ser exploradas directamente polo comprador, para fins agrários ou florestais.

Neste grupo podemos incluir, em concreto, dous tipos de transacçons que nos encontramos ao recolher os dados:

-Por um lado, existem algumhas nas que o comprador é umha persoa com umha profissom nom agrária, pero que reside na zona rural próxima, e mais concretamente na mesma parróquia onde estám ubicadas as terras; sendo freqüente, ademais, que a profissom declarada por estas persoas seja a de albanel, carpinteiro, tratante de gado, etc., isto é, ofícios pouco qualificados e/ou vinculados à actividade agrária. Todos esses indícios levam a pensar que se trata, em bastantes destes casos, de agricultores a

tempo parcial. De tal modo que as superfícies que adquirem vam ser, probavelmente, trabalhadas por eles e as suas famílias.

-Por outra parte, aparecem alguns casos nos que som adquiridas superfícies de monte de um tamanho relativamente importante, por empresas societárias ou pequenos industriais cuja actividade está no sector da transformaçom da madeira. Sendo bastante plausível a hipótese de que as terras vam ser dedicadas aqui à produçom florestal, e de que este é o móbil principal ao que respondem as compras.

Nom estamos em condiçons de oferecer umha estimaçom sobre o volume que alcançam estes dous tipos de operaçons, e a sua importáncia dentro do total das compras realizadas por persoas de categorias socio-profissionais nom agrárias. Pero a nossa impressom é a de que o seu número é bastante pequeno; e que, no referido ao volume da superfície afectada, este pode ser similar ao das compras do grupo anterior (as ligadas a um uso urbano, real ou esperado, das terras).

iii. Quedam finalmente um conjunto numeroso de compras que, dacordo sempre com os indícios indirectos derivados do texto dos contratos, nom podemos classificar em nengum dos dous grupos precedentes; operaçons estas que incluem a maior parte da superfície adquirida na comarca por nom agricultores. Nestes casos, hai que suponher que a motivaçom dos compradores está ligada esencialmente ao papel das terras em tanto que activo ou forma de colocaçom de um capital. É dizer, que o que estes buscam é simplesmente umha forma de investimento para o seu capital; estando estimulados polo atractivo que desde este ponto de vista apresenta a terra: a sua seguridade, as possibilidades de umha revalorizaçom futura (pola eventual tendéncia alcista dos preços da terra).

Como vemos, as conclusons nom tenhem aqui o mesmo grau de seguridade e precisom que no resto da análise; polo que devemos toma-las com certas reservas. Pero, de qualquer modo, umha cousa si semelha clara: que a maior parte das compras realizadas por nom agricultores, e portanto umha proporçom importante do total de compra-vendas de terras rústicas registadas na comarca, estám ligadas fundamentalmente ao papel da terra em tanto que activo, ou às expectativas do seu possível passo a usos urbanos. Em conseqüéncia, podemos concluir que estes dous tipos de motivaçons (alheias à funçom da terra como médio de produçom, agrário ou florestal), exercem umha notável influéncia sobre o funcionamento do mercado de terras rústicas desta comarca.

a2. Análise mais detalhada da distribuçom que apresentam as vendas e as compras de terras por categorias socio-profissionais.

Umha vez sentada essa imagem inicial, sobre a importância que tenhem nas compra-vendas os agricultores e os nom agricultores, passamos agora a examinar de forma mais detalhada a distribuçom destes fluxos por categorias socio-profissionais. Isto permitirá-nos afinar os resultados que acabamos de exponher, sobretodo no que respeita ao (heterogéneo) conjunto dos "nom agricultores". Já que poderemos precisar o papel que jogam nas transacçons as distintas categorias socio-profissionais aí agrupadas: que categorias nom agrárias som as que tenhem nesta comarca umha maior importância como vendedoras de terras; e quais aparecem, em cámbio, como mais activas nas compras.

No **quadro 12.38** reproduzimos as cifras que neste aspeito obtivemos na nossa investigaçom: a distribuçom das vendas e as compras de terras entre as 13 rúbricas socio-profissionais que diferenciamos, e o saldo das transacçons realizadas por cada umha destas rúbricas ou categorias.

Iniciamos a análise com umhas breves notas sobre as **categorias (socio-profissionais) agrárias**, aquelas que incluímos até aqui baixo o rótulo genérico de "agricultores". Podemos observar agora que neste conjunto estavam agrupados dous tipos de agentes sociais mui diferentes, no que respeita ao seu papel no mercado de terras: por um lado, as categorias de "agricultores em activo" e "sociedades e cooperativas agrárias"; e polo outro, a dos "agricultores jubilados".

Os agricultores em activo aparecem nesta comarca, ao igual que sucede normalmente nos espaços agrários do nosso entorno, como os principais compradores netos no mercado de terras rústicas; adquirindo em concreto o 45,9% das superfícies, e vendendo só o 18,5%, de onde resulta um saldo positivo equivalente ao 27,4% da superfície movida. O mesmo papel de compradores netos jogam também as sociedades e cooperativas agrárias; ainda que a sua participaçom nos fluxos, como caberia agardar a priori, é muito menos importante: estas persoas jurídicas comprárom o 2,5% das terras movidas no biénio 1987-1988, nom aparecendo em nengumha transacçom como vendedoras (ver quadro 12.38).

Mui diferente é, em cámbio, o papel dos agricultores jubilados, posto que estes intervenhem no mercado de terras quase exclusivamente como vendedores. Em concreto, aportam o 8,4% das terras vendidas, comprando unicamente o 0,3%, o que nos dá um volume de vendas netas igual ao 8,1% da superfície movida. Isto, que constatamos nesta comarca, corresponde-se também com a pauta geral observada noutros espaços, e com o que cabia esperar a priori. Mais

bem, haveria que destacar que a participaçom dos agricultores jubilados na oferta de terras semelha ser aqui bastante reduzida, em relaçom com a percentagem da superfície que possuem. Impressom esta que está acorde com a conclusom que obtínhamos no capítulo anterior, ao examinar os resultados do inquérito a umha amostra de exploraçons: a forte inércia ou pasividade que caracteriza em Galiza a estas persoas, no que se refire à possível venda das terras da sua propriedade.

Dirigimos agora a nossa atençom às **categorias socio-profissionais nom agrárias**, cujas cifras apresentam, ao nosso juíço, um interesse muito maior. Globalmente, como já vimos antes, os "nom agricultores" vendérom o 73,1% das terras e comprárom o 51,4%; registando, pois, umhas vendas netas iguais ao 21,7% da superfície movida. Agora bem, a posiçom que ocupam nas compra-vendas as distintas categorias aqui incluídas, varia muito de umhas a outras; de tal modo que podemos diferenciar dentro delas três grandes subconjuntos (ver quadro 12.38):

i. Em primeiro lugar, temos umha série de grupos socio-profissionais nom agrários (a maioria deles), que aparecem claramente como vendedores netos no mercado de terras; e que tendem portanto nestes anos, a desfazer-se de parte das superfícies da sua propriedade.

Destacam aqui sobretodo duas categorias, que som as principais vendedoras netas: a dos "Funcionários", e a dos "Profissionais liberais e quadros". Estas aportárom em conjunto o 28,6% da superfície vendida, mentres que só adquirírom o 7,9%; apresentando, pois, um forte saldo vendedor. As persoas classificadas nestas duas rúbricas correspondem-se, numha elevada medida, com os proprietários absentistas tradicionais; polo que os resultados do nosso estudo indicam que estes proprietários, com um peso historicamente mui importante na comarca, e que parecem conservar ainda umha preséncia significativa na actualidade, tendem a desprender-se no período recente de parte das terras que recibírom em herdança, liquidando assi parcialmente o seu património fundiário. De feito, este processo pudemo-lo constatar com nitidez ao efectuar a recolhida da informaçom: encontramo-nos aqui com "absentistas tradicionais" bastante conhecidos na zona, que durante os dous anos investigados realizárom vendas sucessivas de superfícies da sua propriedade, afectando estas tanto a exploraçons completas como, com maior freqüéncia, a umha ou várias fincas soltas.

Ademais das citadas, existem outras duas categorias socio-profissionais que efectuam também um volume importante de vendas netas; pero que som de difícil interpretaçom (no que se refire à sua identificaçom com determinados grupos sociais), devido ao seu carácter genérico. Trata-se concretamente das rúbricas: "Jubilados nom agrários"; e "Nom agricultores (sem especificar profissom)", na que classificamos aquelas persoas que com toda probabilidade som activos ou inactivos nom agrários, pero para as que desconhecemos a

profissom concreta. Globalmente, estas duas categorias vendérom o 17,4% das superfícies, e comprárom tam só o 2,6%; caracterizando-se, pois, por umha clara posiçom vendedora no mercado.

Finalmente, quedam três rúbricas mais que registam um saldo negativo nas suas transacçons, ainda que este é de mui pequena quantia (ao igual que sucede com o volume absoluto das vendas que realizam). As trés refirem-se a persoas jurídicas: "Outras sociedades e cooperativas", onde incluímos aquelas (sociedades e cooperativas) cuja actividade nom está ligada à produçom, nem tampouco à transformaçom, de bens agrários ou florestais; "Organismos da Administraçom", onde figuram em concreto certos concelhos da comarca, que vendem nestes anos algumhas fincas procedentes das "massas comuns" que resultam do processo de concentraçom parcelária; e, a última rúbrica, som as "Instituçons eclesiásticas". Em conjunto, as superfícies vendidas por estas três categorias suponhem só o 2,2% do total, e as suas compras limitam-se ao 0,5% do total; sendo, pois, mui pouco importante a sua participaçom nas transacçons.

ii. Em contraste com os grupos anteriores, encontramos duas categorias socio-profissionais nom agrárias, que se caracterizam por ser compradoras netas no mercado de terras rústicas da comarca.

Umha delas é a formada polas "Sociedades e cooperativas agro-industriais"; que comprárom o 5,2% da superfície movida naqueles dous anos, e nom efectuárom nengumha venda, polo que registam umhas compras netas da mesma quantia. Estas cifras devem tomar-se, sem embargo, com cautela. Porque todas essas compras fórom realizadas por umha mesma empresa[115]; de tal modo que isto pode corresponder-se com um fenómeno singular do biénio estudado, nom sendo representativo das tendéncias gerais para um período mais amplo.

Muito mais significativas e relevantes som as cifras da outra categoria socio-profissional que aparece como compradora neta: a dos "Comerciantes, industriais, e trabalhadores autónomos da indústria e os serviços". Este grupo realizou um volume importante de vendas (o 10,0% da superfície), pero adquiriu umha superfície duas vezes superior (o 19,6% do total); jogando, pois, um notável papel na actividade do mercado de terras, e registando em conjunto um saldo comprador de importante quantia. A amplitude e heterogeneidade desta rúbrica fai difícil, em princípio, umha interpretaçom dos dados; posto que aqui figuram persoas com umha origem social mui diferente, e com umha profissom actual bastante diversa também (desde proprietários de pequenas indústrias que tenhem um certo número de assalariados, até taxistas e outros

---

[115] Trata-se, em concreto, de umha empresa importante do sector de transformados da madeira, que durante os anos 1987-1988 adquiriu, por médio de 12 operaçons diferentes, um total de 84 hes de terras de monte.

trabalhadores autónomos nom agrários). Pero o que observamos ao longo do processo de recolhida da informaçom permite-nos avançar nesta interpretaçom. Neste sentido, hai que resaltar sobretodo um feito: o papel especialmente relevante que jogam como compradores de terras os comerciantes e pequenos industriais da comarca, residentes tanto na zona rural como nos dous núcleos de certo tamanho aqui existentes, as vilas de Melide e Arçua. Este tipo de agentes sociais amostram-se especialmente activos nesta comarca como compradores de terras rústicas; sendo eles, em concreto, os que originam o saldo neto comprador da rúbrica que estamos comentando.

iii. Por último, queda a categoria dos "Obreiros e empregados nom agrários", cuja posiçom vem definida por: umha importante participaçom tanto nas vendas como nas compras de terras; e um saldo dos fluxos aproximadamente equilibrado. Assi, as persoas classificadas nesta categoria aportam o 14,9% da superfície vendida, pero realizam ao mesmo tempo umhas compras de quantia similar (adquirem o 15,5% das terras); resultando daí um saldo neto praticamente nulo, e mesmo ligeiramente positivo (ver quadro 12.38).

Os vendedores de terras que figuram aqui pertencem ao conjunto do que vinhemos denominando noutras partes desta investigaçom como "herdeiros da pequena propriedade camponesa". Isto é, trata-se de descendentes de agricultores que abandonárom o sector, e que emigrárom também, em geral, fora da comarca; os quais vendem nestas transacçons algumhas ou todas as fincas que recibírom em herdança. No caso concreto que estamos analisando, os dados indicam que a maior parte dos vendedores deste grupo ("obreiros e empregados nom agrários") residem numha cidade ou vila de Galiza, seguidos daqueles que tenhem a sua residéncia noutras zonas do Estado; mentres que som mui escassas as vendas efectuadas por emigrados noutros países europeios ou em América[116].

No que respeita aos compradores, encontramos aproximadamente 1/3 ou algo mais deles que residem no mesmo município rural no que estám as terras, ou num concelho limítrofe; alguns dos quais se correspondem probavelmente com agricultores a tempo parcial. Pero a maioria dos obreiros e empregados nom agrários que efectuam aqui compras de superfícies rústicas, tenhem a sua residéncia numha cidade ou vila de Galiza, ou bem nalgumha das principais áreas urbano-industriais do resto do Estado[117]. Este é, pois, outro feito a

---

[116] Ver os dados que reproduzimos no quadro A.12.13 do Anexo estatístico. Neles figura a distribuçom das vendas e as compras realizadas por cada categoria socio-profissional, segundo o lugar de residéncia (é dizer, que cruzamos aqui as duas variáveis: profissom e residéncia).

[117] Ver: quadro A.12.13 do Anexo estatístico.

destacar: a significativa preséncia como compradores de terras que tenhem na comarca essas persoas (indivíduos de origem agrária, pero que estám emigrados numha cidade de Galiza ou noutra zona de Espanha, onde trabalham como obreiros).

Resumindo os dados referidos à profissom dos vendedores e compradores das terras, podemos estabelecer em definitiva as seguintes conclusons:

A. A superfície vendida procede num 26,9% de agricultores activos e jubilados, e no 73,1% restante de categorias socio-profissionais nom agrárias. Distribuíndo-se, à sua vez, esta última cifra entre três grandes conjuntos sociais:

- **O formado polos funcionários, profissionais liberais e quadros, que podemos identificar em linhas gerais com os "proprietários absentistas tradicionais", e que aportam globalmente o 28,6% da oferta no mercado de terras.**
- **O integrado polos obreiros e empregados nom agrários, comerciantes, industriais e trabalhadores autónomos, que oferecem o 24,9% das superfícies.**
- **Os jubilados nom agrários e a rúbrica residual dos "Nom agricultores (sem especificar profissom)", que aportam o 17,4% das terras.**

B. No que respeita às compras, os agricultores em activo aparecem como o principal grupo de compradores, com o 45,9% da superfície. Pero quedam mais da metade das terras que som adquiridas por persoas de categorias nom agrárias. Destacando aqui dous grupos socio-profissionais: os obreiros e empregados nom agrários, e os comerciantes e industriais, que em conjunto compram o 35,1% da superfície (ver quadro 12.38).

Quadro 12.38. Profissom dos vendedores e compradores de terras. Dados referidos às transacçons registadas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988.

	VENDAS			
	Número		Superfície	
Categorias profissionais	No.	%	hes	%
1. Agricultores em activo	682	32,6%	295,6	18,5%
2. Agricultores jubilados	171	8,2%	134,3	8,4%
9. Sociedades e cooperativas agrárias	0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL CATEGORIAS AGRARIAS (1+2+9)	853	40,8%	429,9	26,9%
3. Obreiros e empregados nom agrários	409	19,5%	239,2	14,9%
4. Comerciantes, industriais, autónomos	173	8,3%	160,2	10,0%
5. Funcionários	161	7,7%	212,9	13,3%
6. Profissionais liberais e quadros	95	4,5%	244,7	15,3%
7. Jubilados nom agrários	99	4,7%	99,4	6,2%
8. Nom agricultores (sem especificar prof.)	273	13,0%	178,6	11,2%
10. Soc. e coop. agro-industriais	0	0,0%	0,0	0,0%
11. Outras sociedades e cooperativas	1	0,0%	10,5	0,7%
12. Organismos da Administraçom	26	1,2%	8,5	0,5%
13. Instituçons eclesiásticas	3	0,1%	16,3	1,0%
TOTAL CATEGORIAS NOM AGRARIAS	1240	59,2%	1170,2	73,1%
TOTAL	2093	100,0%	1600,0	100,0%

	COMPRAS			
	Número		Superfície	
Categorias profissionais	No.	%	hes	%
1. Agricultores em activo	1141	54,5%	734,0	45,9%
2. Agricultores jubilados	13	0,6%	4,6	0,3%
9. Sociedades e cooperativas agrárias	4	0,2%	39,5	2,5%
TOTAL CATEGORIAS AGRARIAS (1+2+9)	1158	55,3%	778,1	48,6%
3. Obreiros e empregados nom agrários	511	24,4%	248,0	15,5%
4. Comerciantes, industriais, autónomos	226	10,8%	313,3	19,6%
5. Funcionários	74	3,5%	54,0	3,4%
6. Profissionais liberais e quadros	19	0,9%	72,7	4,5%
7. Jubilados nom agrários	24	1,1%	5,5	0,3%
8. Nom agricultores (sem especificar prof.)	64	3,1%	36,1	2,3%
10. Soc. e coop. agro-industriais	12	0,6%	84,0	5,2%
11. Outras sociedades e cooperativas	5	0,2%	8,4	0,5%
12. Organismos da Administraçom	0	0,0%	0,0	0,0%
13. Instituçons eclesiásticas	0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL CATEGORIAS NOM AGRARIAS	935	44,7%	821,9	51,4%
TOTAL	2093	100,0%	1600,0	100,0%

Categorias profissionais	SALDO DAS TRANSACÇONS PARA CADA CATEGORIA PROFISSIONAL: hes	% sobre a sup. total movida(*)
1. Agricultores em activo	438,4	27,4%
2. Agricultores jubilados	-129,7	-8,1%
9. Sociedades e cooperativas agrárias	39,5	2,5%
TOTAL CATEGORIAS AGRARIAS (1+2+9)	348,3	21,8%
3. Obreiros e empregados nom agrários	8,8	0,6%
4. Comerciantes, industriais, autónomos	153,1	9,6%
5. Funcionários	-158,9	-9,9%
6. Profissionais liberais e quadros	-172,0	-10,8%
7. Jubilados nom agrários	-93,9	-5,9%
8. Nom agricultores (sem especificar prof.)	-142,5	-8,9%
10. Soc. e coop. agro-industriais	84,0	5,2%
11. Outras sociedades e cooperativas	-2,1	-0,1%
12. Organismos da Administraçom	-8,5	-0,5%
13. Instituçons eclesiásticas	-16,3	-1,0%
TOTAL CATEGORIAS NOM AGRARIAS	-348,3	-21,8%
TOTAL	0,0	0,0%

(*) Diferéncia entre a participaçom que tem cada categoria na superfície comprada e na superfície vendida.

b. A residéncia dos vendedores e compradores das terras.

Os dados sobre a residéncia dos vendedores das terras apresentam-nos esta situaçom **(ver quadro 12.39)**:

-O 48,2% das vendas realizadas na comarca de Arça durante os anos 1987-1988, procedem de proprietários residentes na zona rural de Galiza (a prática totalidade dos quais habitam em concreto dentro da comarca estudada); ainda que, em termos de superfície, estes aportam tam só o 33,6% das terras vendidas. Dentro deste conjunto, as vendas efectuadas por persoas que residem concretamente no mesmo município no que estám as terras, suponhem o 37,3% do total, e o 22,9% da superfície.

-O outro grande grupo de vendedores está constituído polos que tenhem o seu domicílio numha cidade ou vila de Galiza, onde incluímos também aqueles que habitam nos dous núcleos de populaçom importantes existentes dentro da comarca: as vilas de Arça e Melide. Globalmente, as persoas que vivem numha cidade ou vila galega aportam o 33,7% das vendas, e o 49,2% da

superfície; sendo pois, desde este último ponto de vista, os principais oferentes no mercado de terras.

-Finalmente, queda um terceiro grupo, minoritário pero nada despreciável, que é o das vendas levadas a cabo por proprietários que residem fora de Galiza. Estas suponhem o 18,1% do total, e umha percentagem similar das terras vendidas (o 17,2%), procedendo principalmente de persoas residentes noutras áreas do Estado (o que se corresponde com indivíduos de origem agrária que estám emigrados em Catalunha, Madrid, e, sobretodo no caso desta comarca, no País Vasco). Hai que sinalar também a existéncia de um 6,1% de vendas por parte de emigrados em América; mentres que som praticamente nulas as que contabilizamos de emigrados nalgum país de Europa (ver quadro 12.39).

No que se refire à residéncia dos compradores, som dous os feitos esenciais a salientar (ver quadro 12.39):

-A maior parte das compras som realizadas por persoas que habitam na zona rural da comarca, e mais concretamente no mesmo município no que estám ubicadas as terras. Assi, estas últimas adquirem os 2/3 dos lotes e a metade da superfície; e se lhes sumamos as compras efectuadas por indivíduos residentes num município rural próximo, as cifras elevam-se ao 72,2% dos lotes e o 61,3% das terras.

Quadro 12.39. Residéncia dos vendedores e compradores de terras. Dados referidos às transacçons registadas na comarca de Arçua durante o biénio 1987-1988.

	VENDAS				COMPRAS			
Residéncia dos vendedores e compradores	Número		Superfície		Número		Superfície	
	No.	%	hes	%	No.	%	hes	%
Na zona rural (de Galiza):								
-No concelho onde estám as terras.	781	37,3%	365,9	22,9%	1396	66,7%	809,1	50,6%
-Noutro município diferente.....	229	10,9%	171,8	10,7%	116	5,5%	170,9	10,7%
Numha cidade ou vila de Galiza..	705	33,7%	787,4	49,2%	357	17,1%	496,6	31,0%
Fora de Galiza:								
-Resto do Estado	237	11,3%	175,0	10,9%	206	9,8%	116,7	7,3%
-Europa	14	0,7%	10,7	0,7%	15	0,7%	5,4	0,3%
-América	127	6,1%	89,3	5,6%	3	0,1%	1,3	0,1%
TOTAL	2093	100,0%	1600,0	100,0%	2093	100,0%	1600,0	100,0%

-Nom obstante, regista-se também umha participaçom importante de outros grupos, de persoas nom domiciliadas na zona rural próxima. Aqui destacam sobretodo as compras por parte de residentes nas vilas de Arçua e Melide (dentro da própria comarca), ou bem noutras vilas e cidades galegas: o 17,1% dos lotes, e o 31,0% da superfície. Pero tampouco é despreciável o volume das que realizam os emigrados noutras zonas de Espanha (o 9,8% das compras, e o 7,3% das terras). O que si resulta totalmente insignificante é a preséncia, como compradores, de persoas emigradas noutros países de Europa ou em América.

Estes dados, sobre a residéncia dos compradores, hai que ponhe-los em relaçom com os que antes vimos, referidos à profissom destas persoas. Cruzando as duas variáveis podemos observar que **(ver quadro A.12.13 do Anexo estatístico)**:

i. A prática totalidade das compras levadas a cabo por agricultores, correspondem a trabalhadores que vivem no mesmo município no que estám ubicadas as terras. Feito este que é normal, e que coincide com o que se constata em geral em todos os países europeios: a demanda no mercado de terras por parte dos agricultores, procede fundamentalmente de aqueles que residem nas proximidades[118].

ii. Nom sucede o mesmo, sem embargo, no caso dos compradores de categorias socio-profissionais nom agrárias. Os resultados obtidos no nosso estudo indicam que umha parte destas persoas habitam na zona rural próxima. Pero a maioria delas tenhem a sua residéncia numha vila ou cidade galega, ou mesmo fora de Galiza.

Portanto, a importante participaçom nas compras que tenhem aqui os residentes fora do ámbito rural próximo, está vinculada com o que constatamos anteriormente: o destacado papel que jogam nestas compras os grupos sociais alheios à agricultura.

c. O tamanho das vendas e as compras realizadas por cada categoria socio-profissional. A existéncia ou nom de umha segmentaçom entre mercados de terras distintos.

Este é o momento de abordar umha questom que deixamos pendente antes, em concreto no epígrafe 2.4. Trata-se da possível existéncia nesta comarca de

---

118 Ver por exemplo:

-VAYLET, J.L./ FAUCHER, F., Le marché foncier... op. cit., pag. 27.

umha segmentaçom entre dous mercados de terras diferentes: um mercado de pequenos lotes ou superfícies, e outro de lotes de mediano tamanho.

Com o fim de aclarar este tema, elaboramos dous quadros: o **quadro 12.40**, no que figura a superfície média dos lotes de terras vendidos e comprados por cada categoria socio-profissional; e o **quadro 12.41**, no que recolhemos a distribuçom por tamanhos dos lotes vendidos e comprados por cada categoria, ou, mais exactamente, a participaçom que tenhem os diversos grupos socio-profissionais nas vendas e nas compras de cada intervalo de tamanho (diferenciando em concreto 4 classes: =<0,5 hes, de 0,5 a 1 he, de 1 a 5 hes, e >5 hes).

Desses dous quadros, o segundo é o que melhor nos informa sobre o que queremos contrastar, polo que é nele onde devemos centrar a nossa atençom. Examinando os dados aí reproduzidos, podemos observar que a profissom dos vendedores apresenta diferéncias importantes segundo o tamanho dos lotes. E o mesmo sucede com a profissom dos compradores: a participaçom que tenhem nas compras os diversos grupos socio-profissionais varia notavelmente segundo a dimensom dos lotes. A situaçom que se constata nestas cifras podemo-la resumir assi:

i. Nas transacçons que se refirem a superfícies inferiores a 1 he, os vendedores pertencem principalmente a duas categorias socio-profissionais: agricultores em activo, e obreiros e empregados nom agrários; os quais realizam em conjunto ao redor do 55% das vendas. E estes mesmos dous grupos som também, de modo ainda mais acentuado, os principais compradores, adquirindo mais do 80% dos lotes deste tamanho (ver quadro 12.41).

Podemos afirmar, portanto, que estas compra-vendas de mui pequenas superfícies estám protagonizadas fundamentalmente por: os agricultores, e os "herdeiros da pequena propriedade camponesa". Concretamente, encontramo-nos aqui com dous tipos esenciais de transacçons. O mais importante consiste nas compras realizadas por agricultores, com o fim de ampliar a sua exploraçom, de pequenos lotes de terras; os quais som adquiridos principalmente a outros agricultores, ou bem a pequenos proprietários de origem agrária que abandonárom o sector. E o outro tipo de transacçons corresponde-se com as compras por parte de obreiros e empregados doutros sectores (alguns deles emigrados fora de Galiza), que tenhem como finalidade: nuns casos o disponher de um solar no que construir a sua vivenda (para residéncia secundária, ou para residéncia principal ao seu retorno); e noutros o buscar simplesmente umha forma de investimento para umha porçom dos seus aforros.

ii. O panorama anterior modifica-se já parcialmente no caso dos lotes de 1-5 hes. Ainda que os agricultores e os obreiros e empregados nom agrários continuam sendo aqui os principais vendedores e também compradores, o seu peso reduze-se. E aumenta, em cámbio, a participaçom que tenhem outros

grupos socio-profissionais; principalmente: a dos funcionários polo lado dos vendedores; e a dos comerciantes e industriais polo dos compradores (ver quadro 12.41).

iii. Por último, a situaçom varia ainda mais nas transacçons referidas a lotes maiores de 5 hes[119]. A percentagem das vendas que procedem de agricultores e de obreiros e empregados nom agrários baixa aqui muito, limitando-se em conjunto ao 20% do total. Mentres que aparecem como principais oferentes destes lotes de maior dimensom: os profissionais liberais e quadros (25% das vendas), e os funcionários (13%), isto é, as categorias que podemos identificar com os "proprietários absentistas tradicionais". No que respeita à profissom dos compradores, diminue também muito a importância que tenhem os agricultores e os obreiros nom agrários. Incrementando-se sobretodo a participaçom de três categorias: em primeiro lugar os comerciantes e industriais (que adquirem o 30% destes lotes); e, de forma secundária, a das persoas jurídicas (sociedades e cooperativas agrárias e dos sectores transformadores destes produtos), e a dos profissionais liberais (ver quadro 12.41).

Quadro 12.40. Superfície média das vendas e as compras realizadas por cada categoria socio-profissional. Comarca de Arça 1987-1988.

Categorias profissionais	Superfície média/ transacçom (hes) VENDAS	COMPRAS
1. Agricultores em activo	0,43	0,64
2. Agricultores jubilados	0,79	0,35
9. Sociedades e cooperativas agrárias	--	9,88
TOTAL CATEGORIAS AGRARIAS (1+2+9)	0,50	0,67
3. Obreiros e empregados nom agrários	0,58	0,49
4. Comerciantes, industriais, autónomos	0,93	1,39
5. Funcionários	1,32	0,73
6. Profissionais liberais e quadros	2,58	3,82
7. Jubilados nom agrários	1,00	0,23
8. Nom agricultores (sem especificar prof.)	0,65	0,56
10. Soc. e coop. agro-industriais	--	7,00
11. Outras sociedades e cooperativas	10,49	1,67
12. Organismos da Administraçom	0,33	--
13. Instituçons eclesiásticas	5,43	--
TOTAL CATEGORIAS NOM AGRARIAS	0,94	0,88
TOTAL	0,76	0,76

[119] Lembremos que estas suponhem só o 2,5% do total, pero sumam o 37,7% da superfície movida (ver supra: quadro 12.29).

Quadro 12.41. Percentagem das vendas e as compras de cada intervalo de tamanho realizadas polas distintas categorias socio-profissionais. Comarca de Arçua 1987-1988.

A. DISTRIBUÇOM DAS VENDAS DE TERRAS SEGUNDO A PROFISSOM DO VENDEDOR.

Superfície vendida (hes)	% das vendas realizadas por cada categoria socio-prof. Agric. activos	Agric. jubil.	Obreiros nom agr.	Comerc. indust.	Funcio- nários	Prof.lib. quadros
=< 0,5	36%	8%	19%	8%	6%	4%
0,5 - 1	30%	7%	23%	10%	7%	4%
1 - 5	23%	9%	19%	11%	15%	5%
> 5	9%	11%	11%	9%	13%	25%
TOTAL	33%	8%	20%	8%	8%	5%

Superfície vendida (hes)	% das vendas realizadas por cada categoria socio-prof. Jubil. nom agr.	Sem espec. profissom	Persoas jurídicas (*)	TOTAL
=< 0,5	4%	13%	1%	100%
0,5 - 1	6%	12%	2%	100%
1 - 5	6%	12%	1%	100%
> 5	6%	11%	4%	100%
TOTAL	5%	13%	1%	100%

B. DISTRIBUÇOM DAS COMPRAS DE TERRAS SEGUNDO A PROFISSOM DO COMPRADOR.

Superfície comprada (hes)	% das compras realizadas por cada categoria socio-prof Agric. activos	Agric. jubil.	Obreiros nom agr.	Comerc. indust.	Funcio- nários	Prof.lib. quadros
=< 0,5	55%	1%	27%	9%	4%	0%
0,5 - 1	59%	0%	19%	12%	2%	3%
1 - 5	53%	1%	19%	15%	5%	1%
> 5	36%	0%	9%	30%	2%	8%
TOTAL	55%	1%	24%	11%	4%	1%

Superfície comprada (hes)	% das compras realizadas por cada categoria socio-prof Jubil. nom agr.	Sem espec. profissom	Persoas jurídicas (*)	TOTAL
=< 0,5	1%	3%	0%	100%
0,5 - 1	1%	4%	0%	100%
1 - 5	0%	3%	4%	100%
> 5	0%	2%	13%	100%
TOTAL	1%	3%	1%	100%

(*) Agregamos aqui todas as rúbricas socio-profissionais referidas a persoas jurídicas (as rúbricas 9, 10, 11, 12 e 13).

Em suma, pois, os dados amostram a existéncia de umha certa diferenciaçom ou segmentaçom entre:

a. **Um mercado de pequenas superfícies (menores de 1 he)**, no que as compras som realizadas principalmente polos agricultores em activo, que efectuam assi pequenas ampliaçons nas suas unidades produtivas; e as vendas procedem sobretodo de outros agricultores e de herdeiros da pequena propriedade camponesa que abandonárom o campo.

b. **E um mercado de lotes ou superfícies de tamanho médio (maiores de 5 hes)**, que apresenta como principais características diferenciais: o feito de que umha boa parte das vendas procedem de proprietários absentistas tradicionais; e a importante participaçom nas compras dos comerciantes e industriais, que parecem tender assi a ocupar parcialmente a praza daqueles "absentistas tradicionais"[120].

Agora bem, essas diferéncias nom significam, nem muito menos, que entre os dous "mercados" se registe umha completa separaçom, com vendedores e compradores totalmente distintos num e outro caso. Assi, se nos fixamos nas transacçons de lotes maiores de 5 hes, podemos observar que:

-No que respeita aos vendedores, se é certo que os "absentistas tradicionais" passam aqui a um primeiro plano, estes só efectuam umha parte das vendas. Outra proporçom similar destas vendas é realizada polo conjunto de: os agricultores em activo, os agricultores jubilados, e os obreiros e empregados nom agrários. Correspondendo-se estas últimas com o caso de agricultores jubilados ou no período final da sua vida activa, ou bem herdeiros de agricultores, que vendem a totalidade ou umha grande parte das terras da sua propriedade.

-E, no que se refire aos compradores destes lotes, é certo que os comerciantes e industriais jogam um papel destacado, e que entre esse grupo e as persoas jurídicas realizam aqui perto da metade das compras. Pero também se observa que os agricultores em activo continuam tendo umha participaçom relevante nestas adquisiçons de maior tamanho; o que se corresponde nuns casos com arrendatários que accedem à propriedade da exploraçom que vinham trabalhando, e noutros com a compra de terras livres, que permite ampliaçons importantes da sua unidade produtiva.

---

[120] As transacçons referidas a lotes de 1-5 hes apresentam umha situaçom intermédia entre esses dous extremos, ainda que muito mais próxima ao "mercado de pequenos lotes".

Do mesmo modo, umhas matizaçons similares podem fazer-se para as transacçons de lotes menores de 1 he:

-Ainda que a grande maioria das vendas som realizadas por agricultores e pequenos proprietários de origem agrária, constata-se também umha participaçom aqui de "absentistas tradicionais", que vendem fincas soltas do seu património.

-E entre os compradores, sendo certo o forte predomínio dos trabalhadores agrários e os obreiros doutros sectores, regista-se umha preséncia de outros grupos sociais, sobretodo de comerciantes e industriais.

Em definitiva, portanto, os dados amostram a existéncia de grandes diferéncias na profissom dos vendedores e compradores, segundo a dimensom da superfície intercambiada. Pero, na nossa opiniom, nom cabe falar em rigor, no caso desta comarca, de umha segmentaçom entre mercados de terras distintos.

2.7. O efeito das compra-vendas sobre o tamanho das exploraçons. A medida na que as transacçons no mercado de terras contribuem nesta comarca a umha reforma das estruturas agrárias.

O último aspeito do que nos imos ocupar nesta análise refire-se aos efeitos que tenhem as compra-vendas de terras sobre o tamanho das exploraçons agrárias, a medida na que estas transacçons contribuem (na comarca estudada) a ampliar a dimensom das unidades produtivas.

Neste sentido, o primeiro feito a destacar é o que constatamos ao início da análise: o baixo índice de mobilidade que se regista, dacordo com os resultados da nossa investigaçom, no mercado de terras desta zona. Como vimos no seu momento, a superfície movida anualmente no mercado durante o biénio 1987-1988, supom tam só o 0,95% da superfície produtiva da comarca. Esta reduzida mobilidade fai já que a contribuçom do mercado de terras à transformaçom das estruturas agrárias, tenha que ser aqui necessariamente mui limitada.

Agora bem, hai que ter em conta ademais que nom todas essas transacçons dam lugar a umha modificaçom, a umha ampliaçom, do tamanho das

exploraçons. Desde este ponto de vista, compre excluir três tipos de compra-vendas[121]:

-Em primeiro lugar, a totalidade de aquelas nas que o comprador é umha persoa que nom trabalha na agricultura[122].

-Em segundo lugar, os casos nos que as superfícies som compradas polo agricultor que as vinha trabalhando. O que se pode corresponder esencialmente com dous supostos: o dos arrendatários ou aparceiros que adquirem a propriedade das terras que levavam baixo estes regimes indirectos; e as compras a co-herdeiros de terras procedentes da herdança familiar, que o agricultor trabalhava já mediante cesons gratuitas.

-E, por último, temos que excluir também as transacçons que nom levam a ampliar umha unidade produtiva existente, senom à constituçom de umha exploraçom nova (é dizer, que as terras adquiridas som retomadas como umha unidade de produçom autónoma).

Em conseqüência, a medida na que o mercado de terras contribue às transformaçons estruturais numha determinada zona, nom só depende do volume de transacçons que nele se produzem, senom também das características que estas apresentam; em especial: da importância que tenhem as compras por parte de persoas alheias à agricultura, e do peso das adquisiçons polos arrendatários das terras que já trabalhavam.

No caso concreto da comarca de Arçua, os dados que recolhemos no nosso estudo permitem-nos conhecer com precisom a percentagem das transacçons que pertencem ao primeiro grupo (as compras realizadas por nom agricultores). E também obtivemos informaçom, nom tam precisa pero si bastante aproximada, sobre a quantia das compra-vendas que citamos em segundo lugar (aquelas nas que o comprador é o arrendatário, e as compras de partes de herdança a co-

---

[121] Em relaçom com este tema, consultar por exemplo:

-BERGMANN, Denis, Politique agricole. Tome second: Structures... op. cit., pag. 45.

-VAYLET, J.L./ FAUCHER, F., Le marché foncier... op. cit., pp. 20-21.

[122] Unicamente existe aqui um suposto no que estas compras si poderiam levar à ampliaçom de algumhas exploraçons: aquele no que o comprador, apesar de ter como profissom principal outra actividade, é titular de umha exploraçom agrária (trabalhada a tempo parcial por ele e a sua família, ou bem com mao de obra assalariada). Para simplificar, fazemos abstracçom deste suposto particular.

herdeiros)[123]. Deste modo, pudemos calcular o volume da superfície movida anualmente no mercado de terras (durante o biénio 1987-1988), que contribuiu a umha ampliaçom do tamanho das exploraçons[124].

Os resultados destes cálculos aparecem reproduzidos no **quadro 12.42**; e neles podemos observar que:

i. Do total de superfície movida anualmente nesta comarca, tam só o 48,6% foi adquirida por persoas de categorias agrárias[125]; correspondendo o restante 51,4% a compradores alheios ao sector.

ii. Ademais, das terras adquiridas por agricultores, um mínimo do 13,2% corresponde-se com compras efectuadas polo arrendatário que já vinha trabalhando as superfícies; e outro 10% com adquisiçons de partes da herdança a co-herdeiros. Polo que, em conjunto, quase o 25% dessas terras nom dam lugar a umha modificaçom no tamanho das exploraçons.

iii. Assi, as compras que contribuem a umha ampliaçom das exploraçons limitam-se a um volume anual em torno às 300 hes, o que supom unicamente o 37,4% das terras intercambiadas no mercado, e o 0,35% da superfície produtiva da comarca (ver quadro 12.42).

Vemos, portanto, que **nom só a mobilidade que se regista no mercado de terras é aqui reduzida; senom que a isso une-se outro factor, que dificulta ainda mais o agrandamento das exploraçons ao través desta via, e que constitue assi um obstáculo adicional à transformaçom das estruturas agrárias. Este factor é a forte concurrência que os agricultores sofrem nesse mercado por parte dos compradores alheios ao sector.** Estamos aqui perante um fenómeno de grande relevância, do ponto de vista das transformaçons estruturais e os seus obstáculos; e que, por esta razom, compriria contrastar também noutras zonas de Galiza, com o fim de determinar se se trata de algo geral na nossa agricultura, ou bem só de um feito específico da comarca estudada.

---

123 Sobre a forma concreta na que obtivemos esta informaçom (referida a estes dous tipos de compra-vendas), consultar as explicaçons que oferecemos no Anexo metodológico a este capítulo.

124 Suponhemos que carecem de relevância aqui o terceiro grupo de compra-vendas antes mencionadas: aquelas que levam a constituçom de exploraçons novas.

125 Incluíndo aqui, ademais das compras dos agricultores em activo, as que realizárom sociedades e cooperativas agrárias e agricultores jubilados.

Quadro 12.42. Estimaçom do volume das compra-vendas no mercado de terras que contribuem à ampliaçom do tamanho das exploraçons agrárias.
Comarca de Arçua; média anual para o biénio 1987-1988.

	Superfície (hes)	% sobre a super-fície movida	% sobre a superfície total da comarca
A. Superfície total movida no mercado de terras	800,0	100,0%	0,95%
B. Superfície comprada por agricultores (1)	389,1	48,6%	0,46%
C. Compras realizadas polo arrendatário que já vinha trabalhando as terras	51,4		
D. Compras de partes da herdança a co-herdeiros	38,8		
E. Superfície que contribue à ampliaçom do tamanho das exploraçons agrárias (B-C-D)	298,9	37,4%	0,35%

(1) Inclue as compras efectuadas polas categorias socio-profissionais: "Agricultores em activo", "Sociedades e cooperativas agrárias" e "Agricultores jubilados".

Em todo caso, limitando-nos a esta comarca, o resultado final que se deriva de aqueles condicionantes ou obstáculos (baixa mobilidade, forte concurréncia de compradores alheios ao sector), é que a reestruturaçom operada por médio do mercado de terras é de mui escassa entidade.

Para ilustrar melhor isto último elaboramos os **quadros 12.43 e 12.44**, onde figura o volume médio anual das compras de terras realizadas nesta comarca polos agricultores em activo. Ainda suponhendo que todas estas compras dam lugar à ampliaçom de umha exploraçom agrária (o que implica sobreestimar o processo), obtemos estes resultados:

-Das 8.000 exploraçons agrárias que, aproximadamente, existem na actualidade nos 9 concelhos que formam a comarca, tam só 571 (o 7,0%) se ampliárom cada ano (durante o biénio 1987-1988) graças à compra de superfícies.

-Ademais, estas ampliaçons fórom na imensa maioria dos casos de mui pequena magnitude, limitando-se a umha ou umhas poucas fincas com umha extensom total mui reduzida. Concretamente, em quase as 3/4 partes dos casos o agrandamento efectuado nom supera a média hectare, e no 85% deles este é igual ou inferior a 1 he; registando-se um número praticamente insignificante de ampliaçons de dimensom superior a 5 hes (o 1,7%).

A média resultante para cada umha destas operaçons é de 0,64 hes, o que supom unicamente o 8,1% da superfície média das exploraçons da comarca

(que era em 1989, dacordo com o censo agrário, de 7,98 hes) (ver quadros 12.43 e 12.44).

Resumido em duas cifras, temos pois que: as compras no mercado de terras tam só permitírom aqui que se ampliaram cada ano o 7% das exploraçons agrárias da comarca; e estas fixérom-no numha quantia que supom só um incremento do 8% na sua superfície.

Quadro 12.43. Número e tamanho das compras de terras realizadas por agricultores em activo. Comarca de Arçua; cifras médias anuais para o biénio 1987-1988.

Superfície comprada (hes)	Número de compras: Cifras absolutas	Número de compras: %	Superfície: hes	Superfície: %
=< 0,25	314	55,0%	32,9	9,0%
0,25 - 0,50	101	17,7%	36,2	9,9%
0,50 - 0,75	51	8,9%	31,2	8,5%
0,75 - 1	23	4,0%	20,0	5,4%
1 - 2	45	7,8%	60,8	16,6%
2 - 5	28	4,9%	87,5	23,8%
5 - 10	5	0,9%	30,9	8,4%
> 10 hes	5	0,8%	67,5	18,4%
TOTAL	571	100,0%	367,0	100,0%

Superfície média por compra (hes) 0,64

Quadro 12.44. Importáncia das ampliaçons no tamanho das exploraçons que podem realizar-se por médio das compras de terras. Comarca de Arçua; média anual para o biénio 1987-1988.

a. Número anual de compras de terras realizadas por agricultores em activo.....	571
b. Superfície média comprada em cada operaçom (hes).....	0,64
c. Número total de exploraçons agrárias existentes na comarca.....	8131
d. Superfície total/ exploraçom (hes).....	7,98
a/c (%)	7,0%
b/d (%)	8,1%

NOTA: Os dados sobre o número e a superfície média das exploraçons procedem do censo agrário de 1989.

2.8. Recapitulaçom das conclusons esenciais obtidas nesta investigaçom sobre o mercado de terras na comarca de Arçua.

Considerando esta investigaçom empírica sobre o mercado de terras, no contexto global do estudo que realizamos nos últimos capítulos, devemos destacar sobretodo, dentro dos resultados obtidos, os seguintes:

i. Em primeiro lugar, os dados recolhidos para a comarca de Arçua confirmam que a mobilidade no mercado de terras é em Galiza reduzida; avalando assi o que sugeria a análise da evoluçom registada pola estrutura dimensional das exploraçons (baseada nas cifras dos censos agrários).

ii. Nom obstante, o índice de mobilidade que se regista nesta comarca nom resulta algo singular no contexto europeio, senom que se situa em valores similares aos de alguns países do nosso entorno.

iii. Existe, sem embargo, um fenómeno adicional que contribue a frear as transformaçons estruturais efectuadas ao través do mercado de terras, dando lugar a que estas sejam muito menos importantes do que possibilitaria o grau de mobilidade registado no mercado: a forte concurréncia que os agricultores sofrem aqui por parte de compradores alheios ao sector. Isto fai que só umha percentagem relativamente baixa da superfície movida, se traduza em ampliaçons do tamanho das exploraçons agrárias.

Reiteramos finalmente o que vinhemos repetindo nas páginas anteriores: estes resultados som os que se obtenhem da informaçom recopilada, que se limita a umha zona concreta da geografia galega e a um período de dous anos. Para estabelecer conclusons mais seguras, e de validez geral para o conjunto de Galiza, seriam necessárias outras investigaçons que ampliaram a evidéncia empírica disponível sobre este tema.

CONCLUSONS

Ao longo de toda a exposiçom fomos resaltando já os principais resultados que se derivárom dos sucessivos passos do nosso estudo; e lembramos também, ao final dos distintos capítulos ou apartados, as conclusons esenciais obtidas em cada um deles. Chegados ao remate da investigaçom, imos tratar de recapitular aquelas conclusons que nos parecem de maior trascendéncia; ordenando estas com relaçom aos trés objectivos básicos que formulamos inicialmente:

i. O conhecimento da evoluçom que registou o volume e a composiçom da mao de obra na agricultura galega ao longo das últimas décadas; e a aclaraçom dos determinantes ou factores explicativos dessa evoluçom.

ii. A precisom da dinámica que experimentou simultaneamente a estrutura dimensional das exploraçons.

iii. E a análise dos factores que podem explicar as tendéncias observadas neste segundo aspeito; o estudo dos mecanismos condicionantes e os obstáculos que freárom em Galiza as transformaçons nas estruturas agrárias.

No que respeita à primeira questom, vimos, de entrada, que Galiza partia a princípios do século actual de um volume (e umha densidade) de mao de obra na agricultura mui elevado; e de um predomínio do emprego agrário no emprego total que resultava anormalmente alto, nom só em relaçom aos países mais desenvolvidos senom também no contexto da periféria europeia. E constatamos, assimesmo, que essa situaçom se mantivo sem mudanças significativas ao longo de toda a primeira metade do século.

A partir de 1950, sem embargo, o volume da populaçom ocupada no sector agrário experimentou aqui umha nítida reduçom; reduçom que inicialmente (na década dos 50) apresentava um ritmo bastante modesto, pero que se foi intensificando de forma praticamente ininterrompida durante os decénios seguintes. Assi, no conjunto das 4 últimas décadas (aproximadamente de 1950 a 1990), a cifra de persoas ocupadas na nossa agricultura diminuiu num 75%-80%.

Numha perspectiva comparada, essa caída foi durante os dous primeiros decénios (entre 1950 e 1970) claramente mais lenta que a registada globalmente nos estados membros da CEE (a CEE-10 ou a CEE-12); pero a situaçom invertiu-se desde princípios dos anos 70, e sobretodo a partir do estalido da crise (a meiados desta década). Deste modo, a diminuçom que antes sinalamos para Galiza no conjunto do período 1950-1990, é comparável à constatada na CEE; e se nos limitamos aos últimos 30 anos (1960-1990), a taxa galega supera netamente à média comunitária.

No relativo aos determinantes ou factores explicativos dessa evoluçom, da análise que realizamos desprende-se a existéncia de duas etapas claramente diferenciadas:

-A primeira corresponde-se em linhas gerais com a "etapa de crescimento da posguerra" (1950-1975). Nestes anos, e sobretodo até finais da década dos 60, a diminuçom da populaçom activa agrária deveu-se em Galiza de modo fundamental, ou quase exclusivo, ao éxodo agrário; éxodo que, à sua vez, se canalizou principalmente para a emigraçom exterior. O outro componente ou condicionante esencial da variaçom da PAA, o "crescimento vegetativo" desta populaçom (a diferéncia entre as entradas potenciais, e as saídas por jubilaçom e morte), seguiu registando até finais dos 60 ou começos dos 70 um saldo positivo.

-As tendéncias anteriores modificárom-se de forma substancial desde princípios da década dos 70, e especialmente a partir do estalido da crise económica. Por um lado, o feche da emigraçom exterior e a reduçom (ou o cese completo, segundo as fases) da criaçom de emprego nos sectores nom agrários da economia galega, que se produzírom nesta etapa, originárom um freo dos trasvases de mao de obra procedentes da agricultura. Pero, apesar disso, a caída da PAA continuou globalmente a um forte ritmo; devendo-se isto ao elevado saldo negativo que passa a registar agora o "crescimento vegetativo" desta populaçom: as saídas de activos agrários devidas à jubilaçom ou defunçom, superam amplamente (já desde começos dos 70) às entradas potenciais de novos trabalhadores no sector. Assi, nesta etapa mais recente (de 1975 em adiante), som estes últimos fluxos, determinados esencialmente por factores de carácter demográfico, os que se convirtem na principal causa ou factor explicativo do descenso do número de activos agrários.

Nom obstante, hai que sinalar que o éxodo agrário nom desaparece por completo, nem muito menos, durante esta última etapa; e nos anos em que se reanudou a geraçom de emprego nos sectores extra-agrários (a segunda metade dos 80), esses trasvases alcançárom de novo umha grande intensidade. A novidade que compre destacar neste aspeito, em comparaçom com a etapa anterior à crise, consiste em que a emigraçom exterior deixou de jogar um papel significativo, como destino e como determinante do éxodo agrário. Deste modo, no período posterior a 1975, o ritmo deste éxodo (e as suas oscilaçons) apresenta em Galiza umha estreita relaçom com a evoluçom do emprego nos outros sectores da nossa economia; tal como nos permitiu comprovar o exame das correspondentes séries estatísticas (realizado no capítulo VI).

Outra conclusom a destacar do nosso estudo é que a forte reduçom da populaçom activa (ou ocupada)[1] agrária, que se operou durante as 4 últimas décadas, levou associadas importantes mudanças na sua composiçom:

-Por um lado, assistimos a um acelerado processo de envelhecimento desta populaçom; com tam só um breve paréntese ou interrupçom: o rejuvenecimento temporal que experimentou esta mao de obra nos anos mais duros da crise, os de maior destruçom de emprego nom agrário em Galiza (a primeira metade dos 80).

-Ao mesmo tempo, registou-se umha crescente feminizaçom da mao de obra agrária (ainda que isto com matizaçons, tal como indicamos na exposiçom).

-E, por último, acentuou-se o predomínio da mao de obra familiar na nossa agricultura (reduziu-se ainda mais o peso já modesto que tinham aqui, a meiados de século, os trabalhadores assalariados); diminuíndo simultaneamente a cifra média de trabalhadores familiares/ exploraçom.

Deste modo, se a consideramos no contexto da CEE, a populaçom ocupada na agricultura galega caracteriza-se actualmente por ser umha populaçom: esencialmente familiar; mui envelhecida (claramente por encima, neste aspeito, da média comunitária); e com umha taxa mui elevada de feminizaçom (o que se relaciona principalmente com a alta participaçom na actividade que apresentam no nosso caso as mulheres que residem no agro).

Para finalizar com este tema, devemos deixar constáncia, por último, dos principais resultados que obtivemos no que se refire à quantia actual da mao de obra na nossa agricultura. Neste aspeito vimos que, apesar da sua intensa diminuçom ao longo dos últimos decénios, a populaçom ocupada no sector agrário continua apresentando hoje em Galiza um volume mui elevado, se o comparamos com o existente no conjunto de Espanha e nos restantes países membros da CEE. Feito este que se reflecte: no forte peso relativo que esta populaçom tem dentro do total do emprego ou da populaçom activa (ainda que este nom é um indicador mui adeqüado para valorar a situaçom do ponto de vista da agricultura); e também se manifesta no elevado valor que, numha pespectiva comparada, segue alcançando aqui a densidade de trabalhadores agrários. Neste sentido resulta correcto afirmar, como se fai habitualmente, que na agricultura galega persiste um importante "excesso de mao de obra". Polo que convém que esta se reduza ainda mais, e de modo apreciável, nos próximos anos; com o fim de possibilitar umha melhora substancial das estruturas produtivas do sector.

---

[1] Como vimos, ambos conceitos som praticamente equivalentes no caso da agricultura galega.

Agora bem, sendo isso certo, umha análise mais detalhada e precisa dos dados estatísticos obriga a introduzir neste ponto umha matizaçom mui importante. Estes dados ponhem de manifesto que o excesso de mao de obra agrária, que se regista actualmente em Galiza, corresponde-se de forma esencial ou exclusiva com o grande número de persoas de idade madura e avançada que trabalham no sector. Mentres que o volume de trabalhadores jovens que tenhem na agricultura a sua dedicaçom principal, é já mui reduzido: em concreto, na exposiçom vimos que os ocupados agrários menores de 25 anos suponhem já actualmente ao redor do 6%, tam só, do total de activos desta idade.

Dessas cifras desprendem-se dous corolários de grande relevância com vistas ao futuro:

-A mera actuaçom dos mecanismos demográficos (a jubilaçom ou defunçom dos actuais agricultores de idade avançada, frente ao volume muito menor de entradas potenciais de novos trabalhadores no sector), vai fazer que a populaçom ocupada na agricultura galega continue diminuíndo a taxas elevadas a curto e médio prazo. E a um prazo mais longo (num horizonte de uns 30 ou 40 anos), a situaçom que se regista actualmente assegura já que essa populaçom vai quedar reduzida a umha quantia bastante pequena (menos do 6% da populaçom activa total). Todo isto sem necessidade de que se produza um trasvase significativo de trabalhadores jovens, da agricultura aos outros sectores da economia.

-A aceleraçom destes trasvases, e mesmo a sua continuaçom a um ritmo similar ao que alcançárom durante a segunda metade da década dos 80, ademais de ser algo que plantejaria fortes problemas tendo em conta a situaçom global do mercado de trabalho em Galiza, nom constitue tampouco um fenómeno desejável desde o ponto de vista do próprio sector agrário. Posto que isso poderia levar, a médio prazo, a que a escassez de mao de obra se convertira num factor limitante para um adeqüado aproveitamento dos recursos produtivos da nossa agricultura, tal como começa a observar-se já hoje em certas comarcas (todo isto restringindo-nos a umha óptica estritamente produtiva, que é a que nos interessa nesta investigaçom; sem considerar os objectivos médio-ambientais ou de conservaçom da paisagem rural, tam de actualidade nas novas directrizes que presidem desde meiados dos 80 a Política Agrária Comum).

Em conseqüéncia, tal como foi indicado na exposiçom, a política demográfica a aplicar aqui durante os próximos anos deveria combinar, na nossa opiniom, dous tipos complementários de medidas:

-Por um lado, o impulso da jubilaçom antecipada dos agricultores de idade avançada, vinculando isto com umha política de reforma das estruturas agrárias.

-E, simultaneamente, o estímulo da permanéncia no sector agrário das persoas jovens que actualmente trabalham nele (e também a dos filhos de agricultores que se incorporem à actividade nos anos vindeiros).

Isso permitiria compatibilizar os dous objectivos que nos parecem fundamentais neste campo: prosseguir com a reduçom a taxas elevadas do volume global da populaçom ocupada no sector agrário; e lograr, ao mesmo tempo, umha melhora da sua estrutura por idades, um rejuvenecimento (em termos relativos) da mao de obra que permaneza na agricultura.

Em relaçom com o segundo objectivo básico da investigaçom, o de conhecer as mudanças que experimentou durante as últimas décadas a estrutura dimensional das exploraçons agrárias, a análise realizada puxo de manifesto que estas mudanças fórom em Galiza totalmente insignificantes. Assi, a superfície média por exploraçom nom aumentou praticamente nos últimos 30 anos; mantendo-se actualmente num valor mui similar ao que se registava a princípios da década dos 60. E o mesmo diagnóstico obtemos ao analisar a evoluçom da distribuçom das exploraçons por estratos de tamanho: esta distribuçom permaneceu quase "congelada" ao longo dos 3 últimos decénios; e, em particular, nom se produziu um incremento apreciável do número de unidades produtivas por encima de certo umbral de dimensom, e da superfície ocupada por estas, que é o fenómeno no que se reflecte a existéncia de um verdadeiro processo de reestruturaçom (a progressiva concentraçom das exploraçons, e da superfície, nos intervalos de mediano e grande tamanho).

As tendéncias que se constatam neste aspeito, estivérom marcadas no caso galego por dous traços esenciais:

-Por um lado, a desapariçom de exploraçons, e em concreto a desapariçom das exploraçons de pequena dimensom, alcançou aqui um ritmo bastante lento; se o comparamos com a caída registada pola mao de obra no sector.

-Ademais, na medida em que essa desapariçom se produziu, nom foi acompanhada de umha ampliaçom paralela da base territorial das unidades supervivintes; senom que isso levou principalmente a umha reduçom da superfície global integrada em exploraçons agrárias (mantendo-se assi praticamente constante a cifra de unidades produtivas de mediana e grande superfície).

Esse é o diagnóstico que se desprende dos dados agregados oferecidos polos sucessivos Censos agrários (que examinamos em detalhe no capítulo VII). E no nosso estudo foi corroborado também pola informaçom que recolhemos directamente, sobre a evoluçom experimentada por umha amostra de exploraçons durante o período 1978-1989 (informaçom que analisamos no capítulo XI).

As afirmaçons anteriores referiam-se todas à evoluçom do tamanho das exploraçons medido pola sua superfície total. Na análise pudemos comprovar que as mudanças registadas fórom mais importantes, dentro de umha magnitude sempre modesta, se nos fixamos no tamanho, na estrutura dimensional, em termos de SAU. A origem ou explicaçom disto, como também constatamos na investigaçom, está nas roturaçons de terras de monte que efectuárom durante as últimas décadas muitos agricultores. Assi, num bom número de exploraçons (fundamentalmente entre aquelas que partiam de umha superfície total igual ou superior a 10 hes), apesar de nom incrementar-se o volume total de terras que as formam, os agricultores pudérom ampliar a sua SAU, roturando umha parte das superfícies de monte com as que já contavam. De feito, esta foi, com diferéncia, a principal via de redimensionamento (de ampliaçom) da superfície agrária das exploraçons na agricultura galega; superando com muito a relevância que tivérom neste sentido a compra e o arrendamento de terras.

Apesar de todo, hai que destacar que as mudanças operadas ao través deste outro mecanismo (a roturaçom das terras de monte incluídas em cada exploraçom), fórom também globalmente mui modestas, em comparaçom com o que potencialmente era possível. Feito este que se comprova ao examinar os usos actuais da terra em Galiza, e compara-los com os seus aproveitamentos potenciais.

Em qualquer caso, voltando ao tema no que se centrava aqui a nossa investigaçom, devemos reiterar a conclusom esencial antes exposta: a forte reduçom da populaçom ocupada no sector agrário, que tivo lugar em Galiza durante os 3 últimos decénios, nom foi acompanhada de transformaçons apreciáveis na estrutura dimensional das exploraçons, nom levou a um processo paralelo de desapariçom e concentraçom de unidades produtivas.

Isso conduze-nos imediatamente ao que constituia o terceiro objectivo básico da investigaçom: o exame dos factores que podem explicar essa evoluçom; o exame, em concreto, dos obstáculos que freárom, e continuam freando, na agricultura galega as transformaçons na estrutura das exploraçons.

Em relaçom com isto, vimos que é necessário diferenciar de entrada dous tipos de questons; dous tipos de questons que nom som totalmente independentes entre si, pero que si convém separar a efeitos analíticos: por um lado, as que se refirem à desapariçom de exploraçons e a liberaçom de superfícies, aos elementos que condicionam a magnitude destes processos; e polo outro, as relativas à mobilidade destas superfícies liberadas, às vias ou mecanismos existentes para esta mobilidade, e aos condicionantes e obstáculos que afectam ao seu funcionamento.

Assi, um primeiro fenómeno que limitou as transformaçons estruturais na agricultura galega foi a lentitude da desapariçom de exploraçons, e o reduzido volume conseguinte de terras liberadas. A diminuçom da populaçom ocupada na agricultura, nom levou aqui a um processo comparável (na sua magnitude) de liberaçom de superfícies, que quedaram disponíveis (ao menos potencialmente) para ampliar as unidades de produçom supervivintes.

A causa fundamental disso, o obstáculo mais importante que freou essa liberaçom de superfícies, foi, dacordo com a nossa análise, o comportamento que amostram no agro galego os agricultores (titulares) de idade avançada que carecem de sucessor:

-Estes agricultores prolongam normalmente a sua actividade (a sua permanéncia ao frente da unidade de produçom familiar) muito mais alá da idade habitual de jubilaçom (65 anos); retardando deste modo a desapariçom das exploraçons.

-Ademais, apesar de que vam deixando de trabalhar progressivamente umha proporçom crescente das terras que formam a exploraçom, raramente se desprendem delas, vendendo-as ou cedendo-as a outro agricultor. O mais freqüente é que retenham estas superfícies no seu poder, deixando abandonadas aquelas que nom podam trabalhar[2].

Deste modo, a resultante final desse comportamento dos titulares de idade avançada sem sucessor, é um forte freo da liberaçom de superfícies; acompanhado do abandono total ou praticamente total de importantes extensons de terreo (terras que som retidas dentro destas exploraçons de agricultores jubilados). Essa pauta de actuaçom, e as suas conseqüéncias para a dinámica das estruturas agrárias, é algo que se deduze já dos dados agregados que suministram os Censos agrários; e pudemo-la constatar também, de forma mais precisa, no inquérito que realizamos sobre umha amostra de exploraçons.

---

[2] Sendo mais precisos, isso que indicamos é o que sucede para as terras que som propriedade do agricultor (ou da sua família). Nos casos em que este levava algumhas superfícies em regimes indirectos, o habitual é que, ao ver diminuída a sua capacidade lavoral, se desfaga delas e as devolva ao seu proprietário; de tal modo que neste suposto si se produze umha liberaçom de parte das superfícies, apesar de que a exploraçom nom desapareza totalmente. Este constitue um primeiro passo que se observa normalmente dentro do processo de declive das exploraçons (que precede à sua desapariçom), tal como comprovamos no inquérito cujos resultados expuxemos no capítulo XI: a devoluçom ao proprietário das terras que eram cultivadas em regimes indirectos.

Nom obstante, dado o forte predomínio das terras em tenéncia directa, que se regista em Galiza nas décadas recentes, essa precisom nom altera de forma substancial o que indicamos no texto.

Ao lado desse primeiro obstáculo esencial, na investigaçom comprovamos a existência de um segundo factor, que contribuiu também a frear a desapariçom de exploraçons e a liberaçom de superfícies: a expansom registada durante as últimas décadas pola agricultura a tempo parcial, ou pluriactividade das famílias agrárias. Ainda que este fenómeno tem em Galiza, para o tema que estamos tratando, umha importáncia global claramente inferior à do factor citado anteriormente; e os seus efeitos distribuem-se, ademais de forma mui desigual no espaço, concentrando-se esencialmente nas comarcas de maior nível de urbanizaçom e industrializaçom (cousa que nom sucede para o fenómeno anterior).

Os dous fenómenos que acabamos de sinalar, como os obstáculos que freárom a liberaçom de superfícies, reflectem-se em algo que pudemos constatar ao analisar as cifras de carácter demográfico (concretamente no capítulo III, e também ao final do capítulo VI): a forte reduçom do número de persoas ocupadas a título principal no sector agrário, e do número de famílias que vivem principalmente da agricultura, acompanhou-se em Galiza de umha diminuçom muito mais lenta da cifra de famílias que residem numha exploraçom agrária, e que tenhem umha vinculaçom mais ou menos forte com o trabalho da mesma; relacionando-se isto último com a existéncia de umha proporçom crescente de "famílias de exploraçom", que tenhem ao seu frente um agricultor jubilado ou bem umha persoa que trabalha principalmente noutro sector. Assi, se é cada vez menor o número de activos, e sobretodo de activos jovens, que estám ocupados a título principal na agricultura, mantem-se em cámbio um volume mui elevado de populaçom residente em exploraçons agrárias, e de persoas que estám vinculadas, com maior ou menor dedicaçom, ao trabalho por conta própria de umha exploraçom. Isto é o que explica, expressando-o de outro modo, a lentitude registada aqui pola desapariçom de exploraçons.

Conjuntamente com a reduzida magnitude alcançada polo processo de liberaçom de superfícies, o outro problema esencial que limitou em Galiza as transformaçons na estrutura das exploraçons foi a escassa mobilidade das terras que si fórom liberadas (e que quedárom disponíveis, em princípio, para ampliar outras unidades produtivas). Destas superfícies liberadas (como conseqüéncia da desapariçom ou da contracçom de exploraçons), tam só umha proporçom bastante pequena fórom transferidas na prática a outras unidades produtivas; mentres que as restantes (a maior parte do total) passárom a usos nom agrários (urbanos, florestais), ou bem, o mais freqüente, ficárom abandonadas. Deste modo, na medida em que se produziu durante as últimas décadas umha desapariçom de exploraçons, e a conseguinte liberaçom de superfícies, isto nom se traduziu numha ampliaçom paralela das unidades de produçom supervivintes; senom que o principal resultado do processo consistiu num abandono de terras, e, portanto, num retrocesso do espaço ocupado globalmente polas exploraçons agrárias.

Isto que acabamos de exponher é a imagem que se deriva dos dados agregados oferecidos polos Censos agrários. E na investigaçom pudemo-lo constatar também, com maior detalhe e precisom, no inquérito que realizamos para umha amostra de exploraçons. Concretamente, os resultados deste inquérito indicavam-nos que, do total de terras liberadas polas unidades da amostra durante o período 1978-1989, tam só o 30% estavam incorporadas ao final do período a outra exploraçom agrária. O restante 70% distribuia-se entre umha pequena percentagem que tinham passado a usos urbanos ou florestais, e a grande maioria que permaneciam abandonadas. O resultado disso era que a diminuçom do número de exploraçons num 11,3%, que se produziu nesta amostra ao longo do citado período, foi acompanhada de umha reduçom quase paralela da superfície global ocupada por estas unidades (-7,9%); permanecendo a superfície média/ exploraçom praticamente sem variaçom.

Essa falta de mobilidade das superfícies liberadas, que nos indicam todos os dados disponíveis, hai que relaciona-la com o funcionamento que apresentam em Galiza os dous mecanismos esenciais que intervenhem neste tema, as duas vias principais que existem para a mobilidade da terra entre exploraçons: o mercado de compra-vendas, e o arrendamento.

Neste sentido, a informaçom empírica que pudemos recopilar e que manejamos ao longo da investigaçom, permitiu-nos comprovar que tanto um como outro mecanismo jogárom no caso galego, durante as décadas recentes, um papel mui escasso na mobilidade da terra e na ampliaçom das exploraçons. De tal modo que, ademais de ser mui reduzido o volume de superfícies liberadas que fórom incorporadas a outras unidades produtivas, isto, na medida em que se produziu, operou-se principalmente ao través de cesons em precário; cesons realizadas mediante acordos meramente verbais, sem umha duraçom mínima estabelecida, nem nengum outro tipo de garantias para o tomador. Assi, se excluímos estas cesons em precário, encontramo-nos com que a percentagem das superfícies liberadas que som transferidas a outras exploraçons por médio das duas vias antes citadas (as compra-vendas, e os contratos de arrendamento "strictu sensu"), é muito menor ainda do indicado anteriormente. Em concreto, baseando-nos nos resultados do inquérito antes mencionado, que analisamos no capítulo XI, podemos estimar esta última percentagem no 10%, ou ao sumo o 15%.

Imo-nos deter brevemente nas conclusons que obtivemos sobre cada um desses dous mecanismos, sobre o funcionamento que estes apresentam na agricultura galega.

No que respeita ao arrendamento (entendido este em sentido estrito, sem incluir as cesons em precário), podemos afirmar que a sua preséncia em Galiza, em tanto que via de mobilidade da terra, é nas últimas décadas totalmente insignificante, praticamente nula. Isto é o que se desprende dos dados relativos à

evoluçom dos regimes de tenéncia, que suministram os Censos agrários. E no mesmo sentido aponta a informaçom recolhida no nosso inquérito sobre umha amostra de exploraçons. Todos os dados coincidem em sinalar a inexisténcia no agro galego de um verdadeiro "mercado de arrendamentos". Feito este de grande trascendéncia para explicar a rigidez que amostram aqui as estruturas agrárias; posto que na maioria dos países da CEE o arrendamento foi, durante os últimos decénios, a principal via que facilitou o ajuste estrutural, o principal mecanismo de mobilidade da terra e de ampliaçom da base territorial das exploraçons.

Polo que se refire ao mercado de terras, os dados que analisamos no capítulo XI (derivados do mencionado inquérito a umha amostra de exploraçons), e sobretodo no capítulo XII (procedentes estes da investigaçom empírica realizada para a comarca de Arçua), conduzírom-nos a duas conclusons esenciais. Conclusons que, em especial a segunda, devem ser tomadas com um certo carácter provisório, em espera de que disponhamos de estudos referidos a outras zonas da geografia galega. Pero que, em todo caso, som as que se desprendem da primeira análise documentada empiricamente que se realiza aqui sobre o tema. Estas duas conclusons som:

i. O grau de mobilidade que se regista no mercado de terras rústicas (o volume relativo das superfícies que som anualmente objecto de compra-venda), alcança em Galiza um valor mui baixo. Ainda que compre destacar que as cifras que se obtenhem aqui nom constituem tampouco algo singular, ou anormal, nem no contexto espanhol nem no ámbito mais amplo da CEE. O que podemos afirmar neste aspeito, é que a situaçom galega alinha-se com a de aqueles países da CEE, e aquelas zonas de Espanha, que apresentam um menor índice de mobilidade no mercado de terras.

ii. Existe, sem embargo, outro factor que contribue a limitar ainda mais os efeitos que essas transacçons tenhem sobre a estrutura dimensional das exploraçons, e a magnitude das mudanças nas estruturas agrárias que se operam ao través desta via. Trata-se da grande importáncia relativa que alcançam em Galiza (ao menos na comarca e nos anos que examinamos) as compras de terras rústicas realizadas por persoas alheias à agricultura. Deste modo, ademais de ser reduzida a oferta no mercado de terras, os agricultores devem enfrentar-se à forte competéncia que exercem neste mercado os compradores que nom trabalham no sector. O resultado disto é que só umha parte relativamente pequena das superfícies objecto de compra-venda (nom mais do 40%, nos dados que nós obtivemos para a comarca dee Arçua), contribuem a umha ampliaçom do tamanho das exploraçons agrárias.

Aos dous fenómenos ou conclusons anteriores hai que unir o que constatamos ao efectuar a análise sobre os preços da terra: o elevado valor que

estes alcançam na nossa agricultura. Os preços da terra som aqui mui elevados, se os comparamos com os vigentes nos países da CEE, nom só em termos absolutos, senom também, o que tem maior relevância, em relaçom com a renda agrária que as superfícies estám em condiçons de oferecer. Em concreto, vimos no capítulo XII que o rátio "Preço da terra/ VAB agrário por he", alcança em Galiza nos anos recentes um valor de 1,7 a 2,5 vezes superior ao que se regista na maioria dos países comunitários.

Essas características que apresenta no agro galego o mercado de terras rústicas (rigidez ou escassa mobilidade, importante demanda por parte de compradores alheios à agricultura, nível mui alto dos preços), fixérom, em definitiva, que o papel que jogou este mecanismo na mobilidade da terra e na modificaçom das estruturas agrárias, fora aqui durante as décadas recentes (e continue sendo na actualidade) sumamente limitado. Assi, foi relativamente pequeno o número de agricultores que, anualmente, pudérom ampliar a sua exploraçom por médio da compra de terras; e, ademais, estas ampliaçons limitárom-se quase sempre a umha ou umhas poucas parcelas, que sumam umha extensom total mui reduzida. É esta umha realidade que constatamos claramente ao analisar as compra-vendas de terras na comarca de Arçua; e que aparece avalada também polos dados obtidos no inquérito a umha amostra de exploraçons: o carácter sumamente gradual que tenhem na nossa agricultura as ampliaçons realizadas ao través desta via. Estas operam-se mediante pequenas compras que se sucedem ao longo do tempo, e que raramente dam lugar a umha modificaçom substancial do tamanho da exploraçom.

Em suma, pois, os resultados da nossa investigaçom ponhem de manifesto as grandes limitaçons que em Galiza tem o mercado de terras, em tanto que mecanismo de ajuste ou reforma das estruturas agrárias,; e o papel praticamente nulo que neste aspeito joga o arrendamento. Sendo isto, junto com os freos ou obstáculos à liberaçom de superfícies, que antes mencionamos, o que explica a evoluçom registada aqui pola estrutura dimensional das exploraçons: a ausência de mudanças significativas nesta estrutura ao longo dos 3 últimos decénios, apesar de reduzir-se consideravelmente a populaçom ocupada no sector agrário.

As conclusons que acabamos de exponher obrigam, dando um passo mais na análise ou na seqüência do razoamento, a plantejar-se umha pergunta adicional: quais podem ser, à sua vez, as causas ou factores explicativos da escassa mobilidade da terra que se constata na nossa agricultura, tanto ao través do mercado de terras como do arrendamento ?. Ou dito noutras palavras: quais som os principais obstáculos que freárom, e continuam freando, aqui a transferéncia das superfícies liberadas a outras exploraçons agrárias ?.

O tratar de responder a esta questom constitue, como vimos ao longo da exposiçom, umha tarefa sumamente complexa, devido a duas razons: por um lado, o grande número e a diversidade dos factores que (ao menos

potencialmente) podem influir nessa mobilidade, a diversidade das variáveis que condicionam o funcionamento do mercado de terras agrárias e do "mercado" de arrendamentos; ao que hai que unir as dificuldades existentes para contrastar empiricamente a relevância que tenhem na prática esses diversos factores, dificuldades que no caso galego som especialmente acusadas, pola enorme escassez de informaçom e estudos empíricos sobre este tema. Todo isto fixo que nom pudéramos obter neste aspeito umhas conclusons totalmente firmes e acabadas, como si sucedeu em linhas gerais, ou ao menos essa é a nossa pretensom, nos restantes passos da investigaçom. Neste sentido, este é o ponto no que o nosso estudo tem em maior medida o carácter aberto e inacabado que anunciamos na introduçom.

Nom obstante, apesar de todas essas limitaçons, as reflexons que sobre este tema realizamos no capítulo X, e a evidéncia empírica que pudemos aportar tanto neste capítulo como nos dous seguintes, permitem-nos estabelecer umhas primeiras conclusons ou hipóteses provisórias; sugerindo, ao mesmo tempo, os aspeitos ou questons nos que seria necessário afondar em futuras investigaçons. Trataremos de sintetizar essas conclusons ou hipóteses explicativas.

De entrada, e num plano geral, da nossa análise desprendem-se duas afirmaçons, que rompem com a visom mais extendida em Galiza em relaçom com este tema, com as ideias que (de forma mais ou menos explícita) pareciam ser admitidas até agora:

-A primeira afirmaçom é que a escassa mobilidade da terra, que se constata na nossa agricultura, nom admite umha explicaçom simples e unívoca; esta nom pode atribuir-se a umha única causa ou factor explicativo. Dacordo com o esquema analítico e os indícios que oferecemos, os obstáculos que fream essa mobilidade som numerosos; e, ainda sem poder precisar a importáncia respectiva que tem cada um deles, si podemos afirmar que esta varia de umhas zonas a outras da geografia galega.

-A segunda asseveraçom refire-se a que, dentro desses obstáculos à mobilidade da terra, os mais importantes som os que podemos catalogar como de índole económica; incluíndo aqui tanto os que incidem no comportamento dos proprietários de terras liberadas, como os que condicionam a demanda exercida polos agricultores, e também os relativos às próprias características ou condiçons das superfícies. Sem negar o papel que podem jogar neste tema as motivaçons extra-económicas, que influem no comportamento dos citados proprietários de terras livres, nom cremos que poda soster-se, como se fai habitualmente, que som estas a principal (e quase exclusiva) causa da falta de mobilidade da terra. Ao menos, a evidéncia empírica que expuxemos no capítulo X sugire a existéncia de factores económicos, que podem explicar em boa medida essa falta de mobilidade, sem necessidade de recurrir a outro tipo de consideraçons. E no mesmo sentido apontam os resultados que obtivemos na

análise referida aos preços da terra (que realizamos no capítulo XII): vimos aqui que o nível que estes preços alcançam em Galiza, e de forma mais clara ainda a sua evoluçom recente, aparecem estreitamente relacionados com, e podem explicar-se esencialmente por, variáveis económicas.

Entrando nos factores concretos que obstaculizam aqui a mobilidade da terra, os factores que obstaculizam a transferéncia das superfícies liberadas a outras exploraçons agrárias, estes podem classificar-se, como vimos, em três grandes grupos: por um lado, estám aqueles que operam do lado da demanda de terras livres exercida polos agricultores, limitando a magnitude ou intensidade desta demanda; em segundo lugar, temos os obstáculos que fream a oferta das superfícies liberadas para os agricultores que permanecem no sector, fomentando a retençom destas superfícies por parte dos seus proprietários, e também a sua compra por persoas alheias à agricultura; e finalmente, existem também umha série de freos a essa mobilidade, que se relacionam com as próprias características das superfícies.

No que respeita ao primeiro grupo de factores, as características que em Galiza apresentam as exploraçons agrárias (reduzida superfície; existéncia, de modo geralizado, de factores de produçom fixos subempregados ou utilizados de forma pouco rentável) fam pensar que a demanda potencial de terras livres por parte dos agricultores tem que ser, globalmente, intensa. Nom obstante, existem alguns fenómenos que obrigam a matizar esse diagnóstico inicial, sobretodo para certas comarcas. Fenómenos que limitam muito a magnitude dessa demanda potencial; podendo originar que em determinadas zonas as superfícies liberadas quedem abandonadas, nom pola resisténcia dos proprietários a desfazer-se delas, senom principalmente pola auséncia de agricultores em condiçons de trabalhar umha maior extensom de terreo. Em concreto, dacordo com a nossa análise, devemos mencionar aqui dous tipos de fenómenos:

-A escassez de trabalhadores agrários jovens, que começa a deixar-se sentir nos últimos anos em certas comarcas montanhosas e do interior.

-De forma mais geral, e nom limitado a comarcas concretas, estám as fortes dificuldades que tenhem umha grande parte das exploraçons para levar a cabo umha transformaçom global das suas condiçons produtivas. Isto fai que, apesar de contar com umha base territorial reduzida e de registar umha densidade de mao de obra elevada, muitos agricultores nom estejam em condiçons (com a actual tecnologia produtiva) de trabalhar umha superfície mui superior à actual.

Mais importante ainda é um terceiro tipo de obstáculos, que limitam também a demanda de terras exercida polos agricultores, concretamente a sua demanda no mercado de compra-vendas: a reduzida capacidade que tenhem a maioria deles para financiar a compra de terras, devido justamente à pequena dimensom e a baixa rentabilidade das suas unidades produtivas. Existe assi na

agricultura galega umha percentagem mui elevada de exploraçons que, dado o tamanho do que partem, nom podem afrontar por si mesmas o custo de umha ampliaçom significativa da sua superfície. A sua demanda potencial de terras pode ser mui intensa; pero a demanda efectiva ou solvente nom o é.

O segundo grupo de factores que obstaculizam a mobilidade das superfícies liberadas (e com toda probabilidade o mais importante), está constituído por aqueles que intervenhem do lado da oferta, freando ou bloqueando a oferta efectiva dessas superfícies para os agricultores que permanecem no sector.

Neste aspeito, pudemos constatar a "pasividade" que caracteriza em Galiza aos agricultores jubilados, em tanto que oferentes potenciais de terras livres; a escassa disposiçom que amostram estas persoas a vender ou ceder em arrendamento as terras da sua propriedade, umha vez que deixárom de trabalhar estas e que a sua exploraçom desapareceu (completa ou quase completamente). E vimos também que este mesmo comportamento parece caracterizar, em linhas gerais, aos outros dous grandes grupos que integram aqui o colectivo dos proprietários de terras livres: os "herdeiros da pequena propriedade camponesa" (descendentes de agricultores que abadonárom o campo, e residem numha cidade galega ou bem estám emigrados); e os "absentistas tradicionais" (grupo este que em Galiza, considerada globalmente, é absolutamente minoritário, dentro dos proprietários fundiários, pero que tem umha grande relevância em determinadas comarcas). Ademais, a essa "pasividade" ou rigidez da oferta, une-se a existéncia de umha demanda relativamente importante de terras por parte de compradores alheios à agricultura (ao menos, isto é o que constatamos na investigaçom empírica referida à comarca de Arçua). Fenómeno este último que contribue a reduzir ainda mais a oferta de terras para os agricultores que desejam ampliar a sua exploraçom.

A questom é: que factores ou motivaçons podem explicar esse comportamento (tanto a resisténcia dos proprietários de terras livres a vender ou arrendar estas, como a existéncia de muitas persoas alheias à agricultura que desejam colocar na compra de terras umha parte do seu capital) ?.

Dacordo com os resultados da nossa análise, estes factores som esencialmente de 4 tipos:

-Em primeiro lugar, está a concurréncia exercida polos usos urbanos do solo; as esperanças de um passo futuro das superfícies (agrárias) para usos urbanos, com a sua conseguinte revalorizaçom. O que bloqueia totalmente a possível venda das terras para fins agrários, e também a sua cesom por períodos prolongados. Este fenómeno, como vimos, tem especial relevância nas comarcas com um maior nível de urbanizaçom e industrializaçom, situadas sobretodo no tércio ocidental de Galiza. Pero opera também de forma difusa (com umha intensidade variável) polo resto do território.

-Em segundo lugar, os dados apontam a que no caso galego tem também umha notável relevância a concurrência derivada dos usos florestais: a preferência de muitos proprietários de terras livres por conservar estas no seu poder e dedica-las à produçom florestal, antes que vende-las ou cede-las em arrendamento a um agricultor. Fenómeno este que, com freqüência, parece responder nom tanto à rentabilidade corrente que oferecem as árvores, senom ao desejo de conservar as superfícies como elemento do património.

-Um terceiro tipo de factores ou motivaçons som os que se relacionam com o atractivo que em Galiza apresenta a terra, em tanto que activo ou forma de colocaçom de um capital. Atractivo do ponto de vista económico, e que se explica por diversas razons: a tendência quase contínua à revalorizaçom da terra, que se observa aqui durante as últimas décadas, e que veu alimentando até agora as expectativas de que isto seguiria no futuro; a seguridade que, como conseqüência disso, parece oferecer a terra como forma de colocaçom de um capital (seguridade no sentido de que se trata de um bem indestructível, e também no sentido de que parece assegurar o mantenimento ou revalorizaçom do capital aí investido); e, por último, influe também neste aspeito a reduzida fiscalidade que nosso ámbito grava aos proprietários de fincas rústicas, independentemente do uso que fagam delas.

-Finalmente, nom devemos descartar a influência que no comportamento dos proprietários de terras livres podem ter as motivaçons extra-económicas, aquelas nom relacionadas directamente com a rentabilidade (real ou esperada) das terras. Neste sentido, hai elementos que induzem a pensar na existência real deste tipo de motivaçons: o feito de que a maior parte dessas persoas sejam aqui antigos agricultores ou filhos de agricultores, membros de um campesinato que accedeu ainda em datas mui recentes à propriedade plena e livre da terra; desde outro ponto de vista, a tendência geralizada destes proprietários a manter os laços com o lugar de origem, convertindo a antígua vivenda da exploraçom numha residéncia secundária; etc.

Pero, em qualquer caso, no que respeita a estas motivaçons extra-económicas ou afectivas, hai que fazer duas consideraçons:

-A primeira é que resulta mui difícil verificar na prática o papel que jogam realmente, e o seu contido concreto (em que consiste exactamente o "apego afectivo" à terra). E, tendo isso presente, nom é mui fructífero no plano da análise o limitar-se a atribuir os problemas da mobilidade da terra em Galiza a essas motivaçons, como um "slogam" mais que como umha hipótese operativa. E, sobretodo, isto nom parece adeqüado, quando existem variáveis económicas que podem explicar, ao menos numha grande parte, a evoluçom e os comportamentos observados.

-A outra consideraçom é que, na medida em que estas motivaçons (extra-económicas, afectivas) jogaram efectivamente um papel significativo nas últimas décadas, a sua influéncia deveu tender necessariamente a reduzir-se com o passo do tempo, e reduzirá-se ainda mais no futuro, a medida que vaiam debilitando-se os vínculos desses proprietários com o seu lugar de origem, e sobretodo a medida que sejam os filhos desses antigos agricultores os que accedam à propriedade das terras.

Dentro dos factores que em Galiza dificultam a incorporaçom das superfícies liberadas às exploraçons agrárias supervivintes, queda-nos um terceiro e último grupo: os que denominamos na exposiçom "obstáculos estruturais" à mobilidade da terra. Estes refirem-se às características das próprias superfícies, às fortes deficiéncias e limitaçons que apresentam muitas das terras liberadas, para umha utilizaçom rentável na produçom agrária. Devemos destacar aqui, sobretodo, o elevado grau de parcelamento e os problemas de acceso às fincas; fenómenos estes que limitam muito o efeito real que a incorporaçom destas superfícies pode ter nas unidades produtivas, desincentivando em conseqüéncia a sua compra ou arrendamento por parte dos agricultores. As diferéncias que constatamos, no inquérito realizado a umha amostra de exploraçons, entre o grau de mobilidade das terras cultivadas e prados e o registado para as terras de monte, parecem avalar a influéncia que tenhem estes "obstáculos estruturais".

-Algumhas conseqüéncias ou corolários, com vistas ao disenho de umha política de reforma de estruturas para a agricultura galega.

Tal como anunciamos já na introduçom, entre os objectivos desta investigaçom nom estava o elaborar umha proposta articulada, sobre as medidas concretas que deveriam aplicar-se com o fim de acelerar ou facilitar as transformaçons estruturais na agricultura galega (com o fim, dito de modo mais preciso, de acelerar as transformaçons na estrutura dimensional das exploraçons)[3]. Para poder realizar umha proposta deste tipo, seria necessário, em primeiro lugar, afondar antes no estudo dos condicionantes e obstáculos que

---

[3] Umha proposta na linha, por exemplo, da que Llorenç Avellà oferece para o País Valenciano numha obra de recente publicaçom:

-AVELLA I REUS, Llorenç, Medidas de intervención en el mercado de la tierra., Generalitat Valenciana, Conselleria d'Agricultura i Pesca, Valencia, 1993; em especial o capítulo V.

dificultam essas transformaçons, precisando mais a importáncia que tenhem cada um deles. E, ademais disso, compriria também considerar outros aspeitos, imprescindíveis à hora de disenhar medidas ou acçons concretas: o quadro jurídico-político no que estas medidas deveriam mover-se, e as modificaçons que no seu caso haveria que fazer; o custo que poderiam implicar as acçons, e a capacidade e vias existentes para o seu financiamento; etc. Todas estas som tarefas que saem por completo dos límites deste estudo, e que nom abordamos em nengum momento ao longo do mesmo.

Nom obstante, dos resultados obtidos na investigaçom, e que acabamos de resumir, desprendem-se algumhas conseqüéncias ou corolários com vistas ao futuro, que nos parecem de certa relevância. Corolários que estám implícitos ou que se deduzem imediatamente da exposiçom anterior; pero que consideramos conveniente explicitar de forma breve.

Em primeiro lugar, hai umha lecçom de carácter geral que se deriva da experiéncia das últimas décadas, e que compriria nom esquecer. Umha lecçom que se refire concretamente à relaçom entre a dinámica da mao de obra agrária e a da estrutura dimensional das exploraçons. Esta lecçom do passado é: que a diminuçom da populaçom ocupada no sector agrário, constitue umha condiçom necessária para que se produza umha ampliaçom da superfície média (do tamanho) das exploraçons; pero essa diminuçom, por si mesma, nom assegura que tal transformaçom estrutural tenha lugar (de modo espontáneo). Em auséncia de medidas que impulsem e facilitem estas mudanças, a reduçom da mao de obra agrária pode saldar-se com o abandono ou o deficiente aproveitamento de partes crescentes do território, mantendo-se as exploraçons supervivintes ancladas na superfície da que partiam. Isto, em eséncia, é o que veu sucedendo em Galiza ao longo dos decénios recentes; e existe o risco de que o problema se agrave nos próximos anos, na medida em que se prolonguem as mesmas tendéncias.

Portanto, aceitando que o descenso dessa mao de obra deve continuar a ritmos elevados no imediato futuro, tal como reiteramos anteriormente, hai que acrescentar de imediato umha segunda parte, habitualmente esquecida ou nom destacada suficientemente no nosso ámbito: para que isso vaia acompanhado de umha reduçom do número de exploraçons e de um incremento do tamanho daquelas que permanezam, e para que, deste modo, poda elevar-se substancialmente a produtividade dos trabalhadores que quedem na agricultura, é imprescindível aplicar medidas que impulsem essas mudanças estruturais. É necessário, em definitiva, ponher em marcha umha política de reforma de

estruturas (nesse sentido concreto), que até agora foi praticamente inexistente, nom só em Galiza, senom mais globalmente em Espanha[4].

No que respeita ao contido das medidas que deveriam integrar esta política de reforma de estruturas, reiteramos que nom é a nossa pretensom oferecer nengumha proposta elaborada. Pero da nossa análise desprende-se a existéncia de certos campos e tipos de actuaçom, dentro do que é o contido habitual da política de estruturas "clássica" aplicada nos países da Europa Ocidental[5], que no caso galego seriam especialmente necessários:

-Em primeiro lugar, temos que citar aqui a política de estímulo da jubilaçom antecipada, e mais globalmente as medidas dirigidas a fomentar o abandono efectivo da actividade por parte dos agricultores que estám próximos ou já superárom a idade de jubilaçom. Dentro destas persoas, as acçons (e os fondos disponíveis) deveriam concentrar-se sobretodo naqueles que carecem de sucessor, vinculando o seu cese na actividade com a venda ou cesom das terras para a ampliaçom de outras exploraçons. No capítulo IX já insistimos na urgéncia e os grandes efeitos potenciais, que estas medidas tenhem no caso da agricultura galega: com elas poderia lograr-se a liberaçom de um elevado volume de superfícies, impulsando ao mesmo tempo que estas sejam transferidas efectivamente a outras unidades produtivas.

-Ao lado disso, estám as acçons que compriria aplicar para incrementar a mobilidade da terra para fins agrários, tanto no mercado de compra-vendas como ao través do arrendamento. O repertório de instrumentos a considerar neste ámbito é mui amplo: desde a possível criaçom de algum organismo público que intervenha directamente no mercado de terras, até o estabelecimento de limitaçons às compras por parte de nom agricultores, no que se refire ao

---

[4] Como resalta Luis Vicente Barceló: *"Puede decirse que a la altura de 1992 España apenas ha estrenado la política de estructuras clásica que se ha llevado a cabo en los países europeos desarrollados desde la década de los años 60."*

E de forma mais concreta: *"El objetivo manifiesto de aumentar los tamaños de explotación y evitar el fraccionamiento excesivo de las explotaciones existe en la legislación agraria básica española (...) pero no existe apenas en el ámbito de la aplicación y ejecución."*

(BARCELO, Luis Vicente, "Política de reestructuración de la agricultura española.", em: VV.AA., Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa., MAPA-S.G.T., Madrid, 1993, pp. 439-460; pp. 443-444)

[5] Consultar ao respeito:

-BARCELO, Luis Vicente, "Política de reestructuración...", op. cit.

mercado de terras; e a reconsideraçom da legislaçom existente em matéria de arrendamentos rústicos, no que respeita a este mecanismo. Todas estas opçons deveriam ser consideradas, examinando em detalhe as suas vantagens e problemas, e tendo sempre presente a interrelaçom que neste campo existe entre as distintas medidas aplicadas.

Pero no caso de Galiza, hai dous tipos de medidas "indirectas" que seriam de especial relevância (e em parte prévias), com o fim de impulsar a mobilidade das superfícies agrárias:

-O primeiro refire-se à ordenaçom dos usos do solo, delimitando claramente as terras urbanizáveis e as que nom o som, e também as superfícies de vocaçom florestal frente a aquelas que, polas suas condiçons, devem destinar-se a usos agro-gadeiros.

-O outro tipo de medidas ao que aludimos som as relativas à fiscalidade sobre os proprietários de fincas rústicas. Como já sugerimos no capítulo X, esta fiscalidade poderia utilizar-se para penalizar o mantenimento de superfícies abandonadas, e estimular a sua venda ou arrendamento a um agricultor. Desincentivando deste modo a conservaçom da propriedade da terra como activo ou forma de colocaçom de um capital, sem prestar atençom ao seu adeqüado aproveitamento.

-Por último, hai umha medida que em princípio parece pouco relacionada com o tema da mobilidade da terra, e com o incremento do tamanho das exploraçons; pero que, dacordo com os resultados da nossa análise, poderia ter também importantes efeitos neste sentido. Referimo-nos à concentraçom parcelária e a melhora do acceso às fincas. Como vimos antes, entre os factores que fream a incorporaçom das superfícies liberadas às exploraçons supervivintes, estám os que denominamos "obstáculos estruturais". Na medida em que estes obstáculos tenham relevância, como sugire o nosso estudo, a intensificaçom das acçons de concentraçom parcelária seria umha acçom que poderia contribuir também, aparte do que som os efeitos directos desta concentraçom, a impulsar a mobilidade das terras agrárias.

De qualquer modo, umha cousa si parece clara: à margem de qual seja o seu contido concreto, a aplicaçom de umha política de estruturas "clássica", dirigida em especial a incrementar o tamanho das exploraçons, constitue em Galiza umha assignatura pendente e umha prioridade no momento actual.

Esta nom é, por outro lado, umha situaçom particular da agricultura galega, senom algo em boa medida comum a muitas outras regions agrárias de Espanha e do resto da periféria da CEE: nelas, ao igual que aqui, o "ajuste estrutural" é ainda um processo em grande parte pendente. Neste sentido, apesar de referir-se a umha zona concreta, cremos que a nossa investigaçom pode ter certa utilidade numha perspectiva mais ampla. Nom porque as conclusons que nela obtivemos

sejam aplicáveis sem mais a outras regions ou países, senom porque os problemas de fondo que encontramos em Galiza (elevado peso relativo do emprego agrário, reduzida dimensom das exploraçons e auséncia de mudanças significativas neste aspeito ao longo das últimas décadas, rigidez do mercado de terras, etc.) constatam-se também em boa medida em muitas outras zonas.

BIBLIOGRAFIA

ABAD FLORES, Odón L.: *Una opción para la reforma agraria de Galicia.*, Ed. Cromograf, Madrid, 1977.

ACEVEDO CARBALLES, Ma. del Carmen: "Estudio geográfico-económico del ayuntamiento de Ferreira de Valle del Oro.", *Revista de Economía de Galicia*, no. 64-65, julho-dezembro 1968.

ADEF: *La propriété foncière.*, Economica, Paris, 1984.

ALVAREZ FERNANDEZ, Angel Luis: "La política comunitaria de estructuras agrarias.", *Boletín de Información Extranjera*, no. 6/88, novembro-dezembro 1988, pp. 215-240.

ANDRADA TAPIA, Fernando: "Algunas reflexiones acerca del éxodo rural español.", *Anales del INIA. Serie Economía y Sociología Agrarias*, no. 8, 1984, pp. 121-139.

ARANGO VILA-BELDA, Joaquín: "Los censos de población españoles en perspectiva histórica.", em: INE: *Jornadas de estadística española.*, INE, Madrid, 1982, Tomo III, pp. 51-72.

ARNALTE ALEGRE, Eladio: *Agricultura a tiempo parcial en el País Valenciano.*, Serv. de Publicaciones Agrarias, Ministerio de Agricultura, Madrid, 1980.

-"Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo. Implicaciones para el debate sobre el proteccionismo.", *Información Comercial Española*, no. 666, fevreiro 1989, pp. 101-117.

ARNALTE ALEGRE, Eladio, e AVELLA REUS, Lorenzo: "Modelos locales del mercado de la tierra en el País Valenciano.", *Agricultura y Sociedad*, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 139-183.

ARNALTE, Eladio; AVELLA, Lorenzo, e ROCA, Amparo: "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", *Agricultura y Sociedad*, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 255-283.

ARNALTE ALEGRE, Eladio, e RAMOS LEAL, Eduardo: "Arrendamiento y ajuste estructural en la agricultura española.", *Agricultura y Sociedad*, no. 49, outubro-dezembro 1988, pp. 177-208.

AVELLA REUS, Llorenç: *Medidas de intervención en el mercado de la tierra.*, Generalitat Valenciana-Conselleria d'Agricultura i Pesca, Valencia, 1993.

BALBOA, Xesús: *O monte en Galicia.*, Ed. Xerais, Vigo, 1990.

BALDWIN, K.D.S.: *La demografía al servicio de los planificadores agrícolas.*, FAO, Roma, 1975.

BARBEYTO NISTAL, Fernando: *Productividade, manexo e custos de producción nas explotacións de vacuno de leite en Galicia 1990.*, Consellería de Agricultura, Gandería e Montes, Xunta de Galicia, Santiago, 1992.

BARBICHON, Guy: *Adaptation et formation de la main-d'oeuvre des régions rurales au travail industriel.*, OCDE, Paris, 1962.

BARCELO, Luis Vicente: "Política de reestructuración de la agricultura española.", em: VV.AA.: *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa.*, MAPA-S.G.T., Madrid, 1993, pp. 439-460.

BARDAJI, Isabel, e MORENO, Carlos: "Estructura social y económica de la agricultura y la ganadería en Galicia.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 150, outubro-dezembro 1989, pp. 195-223.

BARTHELEMY, Denis: "Propriété foncière et lutte de classe.", *Economie Rurale*, no. 118, março-abril 1977, pp. 47-56.

BARTHELEMY, Denis, e BOINON, Jean-Pierre: *Le développement de la propriété paysanne dans le Chatillonais de 1930 à 1972.*, INRA-ENSSAA, Dijon, abril 1973.

-"Acroissement de la propriété paysanne et développement de l'exploitation moyenne.", *Economie Rurale*, no.104, novembro-dezembro 1974, pp. 35-40.

BARTHELEMY, Denis, e CAVAILHES, Jean: *Les soultes en France entre 1963 et 1967. Rente foncière et modes de faire valoir.*, INRA, Dijon, maio 1972.

BARTHELEMY, D.; BARTHEZ, A., e LABAT, Ph.: *Patrimoine foncier et exploitation agricole.*, Collection de Statistique Agricole, no. 235.

BARTHEZ, Alice: *Famille, Travail et Agriculture.*, Economica, Paris, 1982.

BEIRAS, Xosé Manuel: "Superpoblación y economía agraria.", *Revista de Economía de Galicia*, nos. 41-42, setembro-dezembro 1964, pp. 18-28.

-*El problema del desarrollo en la Galicia rural.*, Ed. Galaxia, Vigo, 1967.

-*Estructura y problemas de la población gallega.*, Servicio de Estudios del Bco. del Noroeste, A Corunha, 1970.

-"A emigración: o seu papel na dinámica da formación social.", em: VV.AA.: *A Galicia rural na encrucillada.*, Ed. Galaxia, Vigo, 1975, pp. 41-73.

BERGMANN, Denis: *Politique agricole. Tome II.Structures. Chapitre V: Le facteur terre, le problème foncier agricole.*, INRA-ESR, Paris, 1977.

-*Les facteurs qui influencent la propriété, l'affermage, la mobilité et l'utilisation des terres agricoles. Rapport final pour la France.*, INRA-ESR, Paris, agosto 1979.

BERTRAND, Jean-René: "Evolución reciente de la población de Galicia (1970-81).", *Estudios Geográficos*, no. 178-179, fevreiro-março 1985, pp. 159-174.

BESANCON, Sibylle, e CHEVASSUS, Emmanuelle: *Quelle avenir pour le minifundisme galicien ?. Les exploitations laitiéres de la comarca de Negreira face a l'entrée de l'Espagne dans la CEE.*, ENSAM, Montpellier, 1984.

BICANIC, Rudolf: "Turning-points in economic development and agricultural policy.", em: PAPI, Ugo, e NUNN, Charles (Eds.): *Economic problems of agriculture in industrial societies.*, MacMillan, New York, 1969, pp. 555-580.

BISHOP, C.E.: *La mobilité géographique et professionnelle de la main-d'oeuvre rurale.*, OCDE, Paris, 1965.

-"The mobility of rural manpower.", em: PAPI, Ugo, e NUNN, Charles (Eds.): *Economic problems of agriculture in industrial societies.*, MacMillan, New York, 1969, pp. 283-292.

BLANC, Michel: *L'évolution recente de l'emploi agricole.*, INRA-ESR, Toulouse, 1985.

-"Pour une socio-économie de l'emploi agricole.", *Economie Rurale*, no. 178-179, março-junho 1987, pp. 5-14.

BLATIN, D., e BRUN, A.: *Les agriculteurs et la propriété foncière. Les modes de faire-valoir.*, SCEES-INRA, Paris, junho 1972.

BLOCH, Gilbert, e PRADERIE, Michel: *La population active dans les pays développés.*, Ed. Cujas, Paris, 1966.

BOINON, Jean-Pierre, e CAVAILHES, Jean: *Comment expliquer l'évolution du prix des terres ?.*, INRA, Dijon, 1987.

BOINON, Jean-Pierre, e NAGOT, Florence: "Stratégies foncières des agriculteurs dans quatre zones agricoles fragiles.", *Economie Rurale*, no. 207, janeiro-fevreiro 1992, pp. 2-6.

BOOTH, Anne, e SUNDRUM, R.M.: *Labour Absorption in Agriculture.*, Oxford University Press, New York, 1985.

BOUHIER, Abel: *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interpretation d'un vieux complexe agraire.*, Imp. Yonnaise, La Roche-sur-Yon, 1979, 2 Tomos.

-"Las formas tradicionales de utilización del monte. Su evolución reciente. Las perspectivas de porvenir.", em: VV.AA.: *Os usos do monte en Galicia.*, Ed. do Castro, Sada, 1984, pp. 11-28.

BRANGEON, J.L., et al.: *Héritage et inégalités en agriculture.*, INRA, Rennes, dezembro 1976.

BRISSON, Annie: "Les installations: diversité actuelle et perspectives.", *Economie Rurale*, no. 155, maio-junho 1983, pp. 15-17.

BRUN, André: *Démographie et structures foncières.*, Société Française d'Economie Rurale, Paris, maio 1965.

-"Droits de propriété et droits d'usage du sol agricole: un essai de description.", *Economie Rurale*, no. 75, janeiro-março 1968, pp. 97-107.

-"L'évolution du prix de la terre et de la répartition de la propriété foncière agricole.", *Economie Rurale*, no. 95, janeiro-março 1973, pp. 3-22.

-"Propriété foncière et exploitation agricole. Contradictions et conflits.", *Economie Rurale*, no. 131, maio-junho 1979, pp. 19-31.

-"Aspects macroéconomiques de la pluriactivité des familles agricoles.", *Economie Rurale*, no. 171, janeiro-fevreiro 1986, pp. 38-47.

BRUN, André (avec la collaboration de C. LAURENT): *Perspectives de remplacement des chefs d'exploitation agricole (d'après l'enquête au 1/10 de 1963).*, INRA, Paris, abril 1967.

BRUN, André; LACOMBE, Philippe, e LAURENT, Claude: "La place des agriculteurs à temps partiel en France.", *Economies et Sociétés*, Tomo VI, no. 5, maio 1972, pp. 1033-1112.

BUENO GOMEZ, Miguel: "El impacto de las migraciones de la mano de obra agrícola en las pequeñas y medianas explotaciones de la meseta castellana.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 58, janeiro-março 1967, pp. 153-164.

BUENO GOMEZ, Miguel, e SANCHEZ DE LA NAVA, Isidoro: "Evolución de las explotaciones agrarias españolas en el período intercensal 1962-72.", *IRYDA-Información*, no. 10, abril-junho 1974, pp. 1-11.

CABRERA, Juan Manuel: "Análisis de la población activa femenina en el sector agrario.", *Información Comercial Española*, no. 476, abril 1973, pp. 140-147.

CAMILLERI, Arturo, et al.: *La explotación agraria familiar.*, Ministerio de Agricultura S.G.T., Madrid, 1977.

CARMONA BADIA, Joam: *El atraso industrial de Galicia. Auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900).*, Ed. Ariel, Barcelona, 1990.

CAVAILHES, Jean: "Le cycle démographique des exploitations agricoles dans les Charolais.", *Economie Rurale*, no. 181, setembro-outubro 1987, pp. 66-72.

CENTRO DE INFORMACION ESTADISTICA DE GALICIA: *A poboación de Galicia. Proxeccións.*, Xunta de Galicia. Consellería de Economía e Facenda, Santiago de Compostela, 1987.

CEPEDE, Michel: "Analyse statistique de l'emploi agricole.", *Economies et Sociétés*, Tomo II, no. 1, janeiro 1968, pp. 41-57.

CESINO, *I Pleno. Comisión I: Fuerzas de trabajo.*, Santiago de Compostela, 1964.

CHASSAGNE, M.E., e GRANDJEAN, A.: *Les blocages fonciers en montagne.*, Ministère de l'agriculture, Paris, 1982.

CNSEA: *L'installation des agriculteurs.*, CNSEA, Paris, 1983.

COLINO, Xosé, e PEREZ TOURIÑO, Emilio: *Economía campesiña e capital. A evolución da agricultura galega 1960-1980.*, Ed. Galaxia, Vigo, 1983.

COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES: *Les tendances d'évolution des structures des exploitations agricoles. Causes et motifs d'abandon et de restructuration.*, Informations internes sur l'agriculture, no. 20, Bruxelas, dezembro 1967.

-*Surfaces agricoles pouvant être mobilisées pour une réforme de structure.*, Informations internes sur l'agriculture, no. 77, Bruxelas, agosto 1971.

CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES: *Plan forestal de Galicia.*, Xunta de Galicia, Santiago, 1992.

-*Axudas estructurais á producción agraria 1991.*, Xunta de Galicia, Santiago, 1992.

CORRAL UZAL, Ma. Luz: "O espacio forestal na provincia de A Coruña, no século XVIII.", em: VV.AA.: *V Xornadas agrarias galegas.*, Servicio de Estudios e Publicacións da Consellería de Agricultura, Santiago de Compostela, 1989, pp. 291-310.

COUJARD, Jean-Louis: *Une approche schematique de la reproduction des structures de production agricoles. Etude de l'agriculture de onze villages de la Woëvre meusienne entre 1955 et 1970.*, Laboratoire d'économie rurale-ENSAIA, Nancy, março 1980.

-*Mobilité et reproduction des structures de production et des familles agricoles. Etude de l'évolution de l'agriculture de la Woëvre entre 1945 et 1980.*, Laboratoire d'Economie Rurale-ENSAIA, Nancy, 1982.

COULOMB, Pierre: "Derecho de propiedad, derechos de explotación: la mutación de las relaciones sociales en el crecimiento agrícola francés.", *Agricultura y Sociedad*, no. 35, abril-junho 1985, pp. 77-140.

COURTHEOUX, Jean-Paul: *Mésure et structure de la population inactive.*, Centre de Recherche d'Urbanisme, Paris, 1977.

DE COO ROMAN, Manuel: "El Censo Agrario Mundial.", *Estadística Española*, no. 8, julho-setembro 1960, pp. 56-68.

-"El censo agrario de España. Comentarios sobre algunas de sus características.", *Estadística Española*, no. 21, outubro-dezembro 1963, pp. 43-65.

DE MIGUEL CASTAÑO, Carmen: "Reformas necesarias en la Encuesta de Población Activa.", em: INE: *Jornadas de Estadística Española.*, INE, Madrid, 1982, Tomo III, pp. 73-85.

DEL CAMPO, Salustiano, e NAVARRO LOPEZ, Manuel: *Nuevo análisis de la población española.*, Ed. Ariel, Barcelona, 1987.

DELORD, Bernard: *Marché foncier et dynamique des exploitations. Le cas des grandes exploitations viticoles méridionnales.*, INRA-ESR, Montpellier, agosto 1976.

-*Mobilité et differentiation de la population agricole en Languedoc.*, INRA, Montpellier, 1978.

-*Exode et réproduction des familles agricoles en Languedoc. Essai sur la mobilité et le renouvellement de la population agricole.*, Thèse de 3ème Cycle, Université de Montpellier I, Fac. de Droit et des Sciences Economiques, 1979, 2 Tomos.

DELORD, Bernard, e LACOMBE, Philippe: "La multiactivité des agriculteurs, conjoncture ou structure.", em: *La pluriactivité dans les familles agricoles.*, Association des Ruralistes Français, Nanterre, 1984.

DIAZ, Manuel Ceferino: "Problemas estructurais na integración da agricultura galega na CEE.", *Revista Galega de Estudios Agrarios*, no. 4, 1981, pp. 107-121.

DIAZ BERENGUER, E.; SUMPSI VIÑAS, J.Ma.; URBIOLA, J., e VARELA ORTEGA, C.: "El mercado y los precios de la tierra.", *Papeles de Economía Española*, no. 16, 1983, pp. 169-182.

DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco: "Límites físicos a la producción agraria de Galicia.", *Papeles de Economía Española.*, Serie "Economía de las Comunidades Autónomas", no. 3, pp. 195-198.

DIAZ-FIERROS, F., e GIL SOTRES, F.: "Evaluación da capacidade productiva das terras de Galicia.", *Revista Galega de Estudios Agrarios*, nos. 7-8, 1982, pp. 148-172.

-"Cálculo do potencial productivo en pastos dos solos de Galicia.", em: VV.AA.: *Producciónes gandeiras de Galicia.*, Ed. do Castro, Sada, 1986, pp. 69-89.

DIEZ, Xosé Luis; POSADA, Carlos, e ESTEVEZ, Eduardo: "Producción de leite en Galicia.", em: VV.AA.: *Producciónes gandeiras de Galicia.*, Ed. do Castro, Sada, 1986, pp. 107-151.

DIEZ PATIER, Eduardo: *Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. II.Análisis de ocho municipios en diferentes zonas de Galicia.*, Comunicaciones INIA. Serie Economía y Sociología agrarias, no. 11, 1981.

DIEZ PATIER, Eduardo, e SINEIRO, Francisco: *Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. Estudio de una zona de la meseta interior gallega.*, Comunicaciones INIA. Serie Economía y Sociología agrarias, no. 7, 1979.

DOVRING, Folke: *Problèmes de la main-d'oeuvre agricole.*, OCDE, Paris, 1964.

-"La parte dedicada a la agricultura de una población creciente.", em: EICHER, Carl K., e WITT, Lawrence W.: *La agricultura en el proceso de desarrollo económico.*, Ed. Limusa-Wiley S.A., México, 1968, pp. 93-113.

DURAN, José Antonio: *Agrarismo y movilización campesina en el país gallego (1875-1912).*, Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1977.

DURAN, Ma. Angeles: *El trabajo de la mujer en España.*, Ed. Tecnos, Madrid, 1972.

DURAND, John D.: *The Labor Force in Economic Development.*, Princeton University Press, Princeton, 1975.

ERASO, Juan Ramón: "La aventura de los montes de Lalín.", *El Campo*, no. 86, abril-junho 1982, pp. 32-35.

ESCUELA DE ENSEÑANZA SOCIAL DE GALICIA, *Evolución socio-económica y cambio social en la comarca de "A Barcala".*, Santiago de Compostela, 1982.

ESPINA, Alvaro: "La participación femenina en la actividad económica. El caso español.", em: CONDE, Rosa (Comp.): *Familia y cambio social en España.*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 1982, pp. 283-349.

ESPINA, Alvaro; FINA, Lluis, e LORENTE, José Ramón (Comps.): *Estudios de economía del trabajo en España. I.Oferta y demanda de trabajo.*, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1985.

ESTEVEZ FEIJOO, Eduardo, e VILLADA LEGASPI, Xosé Eloi: "A gandaria extensiva. Análise e perspectivas.", em: VV.AA: *IV Xornadas agrarias galegas. Alternativas estructurais e producciónes agrícola-gandeiras.*, Ed. do Castro, A Corunha, 1988, pp. 29-49.

ETXEZARRETA, Miren: "La evolución de la agricultura campesina.", em: ETXEZARRETA, Miren (ed.): *La evolución del campesinado. La agricultura en el desarrollo capitalista.*, Serv. de Public. Agrarias. Ministerio de Agricultura, Madrid, 1979.

-*La agricultura insuficiente.*, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, MAPA, Madrid, 1985.

EUROPEAN COMMUNITIES COMMISSION, *Factors influencing ownership, tenancy, mobility and use of farmland in the member states of the European Community.*, Luxemburgo, 1982.

FANFANI, Roberto: "Política agraria, evolución estructural y productiva en los países y regiones de la CEE: 1962-1975.", *Agricultura y Sociedad*, no. 4, julho-setembro 1977, pp. 9-59.

FAO, *El acopio de estadísticas sobre población y empleo agrícolas.*, FAO, Roma, 1979.

FERNANDEZ, Gonzalo: *El cambio agrario en Galicia.*, Ed. Dagur, Madrid, 1985.

FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín: *Economía (política) do monte galego.*, Serv. de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, 1990.

FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín, e LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro: "Aproximaçom à história do monte na Galiza: evoluçom da propriedade e da utilizaçom.", em: VV.AA.: *V Xornadas agrarias galegas.*, Servicio de Estudios e Publicacións da Consellería de Agricultura, Santiago de Compostela, 1989, pp. 252-290.

FERNANDEZ NAVARRETE, Donato: "La evolución histórica de la Contribución Territorial Rústica.", *Agricultura y Sociedad*, no. 8, julho-setembro 1978, pp. 183-209.

FOURASTIE, Jean: *Migrations professionnelles. Données statistiques sur leur évolution en divers pays de 1900 à 1955.*, INED-PUF, Paris, 1957.

GAMIZ LOPEZ, A.; SEVILLA-GUZMAN, E., e DIEZ NICOLAS, J.: "La población rural en España.", *Anales del INIA. Serie Economía y Sociología Agrarias*, no. 3, 1972, pp. 11-112.

GARCIA ALVAREZ-COQUE, José Ma., e ARNALTE ALEGRE, Eladio: "Factores demográficos y económicos en la evolución de la población activa agraria durante el período de crisis económica.", *Agricultura y Sociedad*, no. 54, janeiro-março 1990, pp. 117-154.

GARCIA BARBANCHO, Alfonso: *Las migraciones interiores españolas 1961-70.*, Instituto de Estudios Económicos, Madrid, 1975.

-*Población, empleo y paro.*, Ed. Pirámide, Madrid, 1982.

GARCIA BARBANCHO, Alfonso, e DELGADO CABEZA, Manuel: "Los movimientos migratorios interregionales en España desde 1960.", *Papeles de Economía Española*, no. 34, 1988, pp. 240-266.

GARCIA DE BLAS, Antonio: "Estadísticas de población activa, empleo y paro.", em: INE, *Jornadas de Estadística Española.*, INE, Madrid, 1982, Tomo II, pp. 53-62.

GARCIA DE BLAS, Antonio, e RUESGA BENITO, Santos: "Empleo agrario y crisis económica.", *Agricultura y Sociedad*, no. 19, abril-junho 1981, pp. 165-181.

GARCIA DE OTEYZA, Luis: "Los regímenes de explotación del suelo nacional.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 1, outubro-dezembro 1952, pp. 46-64.

-*Estudio sobre el tamaño de la propiedad y de la explotación en la Cuenca del Duero.*, S.N.C.P.O.R., Madrid, 1963.

GARCIA DE OTEYZA, Luis; BUENO GOMEZ, Miguel, e CRUZ CONDE, Fernando: *Explotaciones agrarias familiares. Contribución a su estudio en la provincia de La Coruña.*, S.N.C.P.O.R., Madrid, 1963.

GARCIA FERNANDEZ, Jesús: *La emigración exterior de España.*, Ed. Ariel, Barcelona, 1965.

-*Organización del espacio y economía rural en la España Atlántica.*, Ed. Siglo XXI, Madrid, 1975.

GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel: "La distribución de la propiedad agrícola de España en las diferentes categorías de fincas.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 30, janeiro-março 1960, pp. 7-32.

-*El problema de la modificación de las estructuras de las explotaciones agrícolas españolas.*, Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1969.

GARMENDIA, José A. (Comp.): *La emigración española en la encrucijada. Marco general de la emigración de retorno.*, CIS, Madrid, 1981.

GARRIDO, Luis J., e GONZALEZ, Juan José: "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", *Agricultura y Sociedad*, no. 54, janeiro-março 1990, pp. 67-115.

GAUDE, Jacques: *Emploi agricole et migrations dans une économie dualiste.*, OIT, Ginebra, 1972.

GAVIRIA, Mario: "La población activa agraria real en España.", *Agricultura y Sociedad*, no. 1, 1976, pp. 127-177.

GIRALDEZ, Ma. Teresa, e GOMEZ CASTAÑO, Teresa: "Empleo y paro a nivel regional: 1976-86.", *Papeles de Economía Española*, no. 34, 1988, pp. 267-298.

GOMBERT, Monique: "Combien y-a-t-il d'agriculteurs en France ?.", *Economie et Statistique*, no. 61, novembro 1974, pp. 62-77.

GOMEZ MANZANARES, Ramón: "Indices del precio de la tierra en España.", *IRYDA-Información*, no. 19, janeiro-março 1979, pp. 69-77.

GONZALEZ, Juan Jesús: "La incorporación de los jóvenes a la agricultura.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 154, outubro-dezembro 1990, pp. 39-96.

GONZALEZ, Juan Jesús; DE LUCAS, Angel, e ORTI, Alfonso: *Sociedad rural y juventud campesina. Estudio sociológico de la juventud rural.*, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, MAPA, Madrid, 1985.

GRUPO DE TRABAJO SOBRE PROBLEMAS DEL EMPLEO: *Población, actividad y ocupación en España (Reconstrucción de las series históricas 1960-78).*, Ministerio de Economía, Madrid, 1979.

GUIGOU, Jean-Louis: *La rente foncière. Les théories et leur évolution depuis 1650.*, Economica, Paris, 1982.

GUIGOU, J.L., e LEGRAND, J.M.: *Fiscalité foncière. Analyse comparée des pays de l'OCDE.*, Economica, Paris, 1983.

HERNANDEZ BORGE, Julio: "Estructura da propiedade rústica e organización do espacio na marxe dereita da ría da Coruña.", *Revista Galega de Estudios Agrarios*, no. 9, 1983, pp. 135-146.

-"La población de Galicia.", em: MIRALBES, Rosario (Dir.): *Galicia en su realidad geográfica.*, Fundación Barrié de la Maza, Santiago de Compostela, 1984, pp. 67-187.

IDASA: *Estudio de reconocimiento territorial de Galicia. Informes comarcales del sector agrario.* 4 tomos (um por província), Documento interno de trabajo sectorial, sem data.

IDEGA: *A economía galega. Informe 19..* (publicado com carácter anual desde 1986), Fundación Caixa Galicia.

INRA: *La transmission des exploitations agricoles.*, INRA-ESR, Actes et Comunications no. 2, Paris, 1987.

INRA- COMMISARIAT GENERAL DU PLAN: *Patrimoine et capital en agriculture.*, INRA-ESR, Paris, 1986.

INSTITUTO DE CULTURA HISPANICA, *Estudios Hispánicos de Desarrollo Económico. Fascículo I: La agricultura y el crecimiento económico.*, Madrid, 1956.

INSTITUTO DEL TERRITORIO Y URBANISMO: *Cambios de la población en el territorio.*, MOPU, Centro de Publicaciones, Madrid, 1988.

INSTITUTO GALEGO DE ESTATISTICA: *A Estadística na Agricultura.*, Xunta de Galicia, Consellería de Economía e Facenda, Santiago, 1989.

-*Movementos migratorios de Galicia. Series estatísticas 1962-1991.*, IGE, Santiago, outubro 1993.

ITURRA, Raúl: *Antropología económica de la Galicia rural.*, Servicio Central de Publicacións, Consellería da Presidencia e Administración Pública, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1988.

JEGOUZO, Guenhaël: "L'exode agricole. Etude socio-economique.", *La documentation française*, no. 3928, outubro 1972.

-*Exode agricole et offre régionale d'emplois.*, Ed. Cujas, Paris, 1973.

-"De nouvelles conditions de renouvellement de la population paysanne.", *Economie et Statistique*, no. 61, novembro 1974, pp. 21-28.

-"Le développement du chômage depuis 1974 a-t-il freiné l'éxode agricole des jeunes ?.", *Economie Rurale*, no. 161, maio-junho 1984, pp. 5-6.

JIMENEZ, R., e BADIA, N.: "El precio de la tierra agricola en el Norte y Noroeste de España.", *Anales del INIA. Serie Economía y Sociología agrarias*, no. 2, 1972, pp. 103-118.

-"El sistema de herencia en Galicia.", em: *Sistema de herencia en la explotación agraria.*, Crida 03 INIA, Zaragoza, 1977.

JORDAN RODRIGUEZ, Manuel: *Cooperativas para a explotación en común de terras e gando leiteiro en Galicia.*, Tese de Doutoramento inédita, Fac. de CC. Económicas, Universidade de Santiago de Compostela, 1992.

KLATZMANN, J.: *Les obstacles à la mobilité des terres.*, OCDE, Paris, 1965.

LABAT, Ph.: *Propriété familiale et installation des agriculteurs.*, Collection de Statistique Agricole, no.206, novembro 1982.

LACOMBE, Philippe: "Réflexions sur l'agriculture à temps partiel.", *Economie Rurale*, no. 76, abril-junho 1968, pp. 91-98.

LACROIX, Anne: *Transformations du procès de travail agricole. Incidences de l'industrialisation sur les conditions de travail paysannes.*, INRA-IREP, Grenoble, outubro 1981.

-"Pluriactivité et systèmes de production.", em: INRA: *Systèmes de production et transformations de l'agriculture. Vol. 2. Annexes: notes de lecture.*, INRA, Paris, 1985, pp. 65-74.

LAURENT, Claude, e VIAU, Claude: *La concentration des terres dans les exploitations agricoles entre 1955 et 1963.*, INRA, Paris, julho 1969.

LEAL, José Luis; LEGUINA, Joaquín; NAREDO, José Manuel, e TARRAFETA, Luis: *La agricultura en el desarrollo capitalista español (1940-1970).*, 2a. ed., Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1977.

LEGUINA, Joaquín, e NAREDO, José Manuel: "Exodo rural y envejecimiento de la población activa agraria.", *Información Comercial Española*, no. 496, dezembro 1974, pp. 84-90.

LEVESQUE, Robert: "Les caractéristiques régionales du marché foncier agricole et ses enjeux.", *Economie Rurale*, no. 181, setembro-outubro 1987, pp. 26-34.

LIFRAN, Robert: "Installation, transmission du patrimoine et reproduction d'un système agraire: le cas de l'agriculture du Midi de la France.", *Economie Rurale*, no. 169, setembro-outubro 1985, pp. 25-30.

-"Patrimoine et mobilité professionnelle. Le cas des nouveaux agriculteurs languedociens.", *Economie meridionale*, nos. 130-131, 2o.-3o. trimestres de 1985.

LIFRAN, R., e PORTE, G.: *Quelques données sur la réproduction socio-économique des exploitations agricoles en Languedoc Roussillon.*, INRA, Montpellier, 1983.

LISON TOLOSANA, Carmelo: *Antropología cultural de Galicia.* 2a. ed., Akal editor, Madrid, 1983.

LOIS GONZALEZ, Rubén C.: *A gandería na Ulloa. Repercusións nas paisaxes agrarias.*, Xunta de Galicia, Consellería de Agricultura, Santiago, 1988.

LOPEZ ANDION, J.M.: *Estructura y morfología agraria en la Terra Chá.*, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, Santiago, 1979.

LOPEZ GARRIDO, Claudio: "Da populaçom activa agrária galega.", *O Tempo e o Modo*, no. 1, maio-junho 1982, pp. 43-49.

-"A estructura das explotacións e a comarcalización agraria.", *Revista Galega de Estudios Agrarios*, no. 9, 1983, pp. 85-107.

-*Estructura productiva de la agricultura en la montaña de Lugo.*, Comunicaciones INIA, Serie Economía, no. 23, Madrid, 1987.

-"Mecanizaçom agrária em Galiza. Fontes de financiamento e formas de pago.", *Análise empresarial*, no. 8, julho-setembro 1989, pp. 55-65.

LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro: "O emprego agrário e o desenvolvimento económico de Galiza.", *Agália*, no. 3, outono 1985, pp. 269-283.

-"Os sistemas herditários e a problemática da reproduçom das exploraçons na agricultura galega. As transferéncias de capital a cada geraçom ligadas à propriedade da terra.", em: PUY FRAGA, Pedro (Coord.): *Estudios en Homenaje al Profesor Carlos G. Otero Díaz.*, Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Santiago de Compostela 1991, pp. 233-271.

-"As novas orientacións da Política Agraria Común e a evolución previsíbel dos desequilibrios rexionais na agricultura da CEE. Reflexións desde unha perspectiva galega.", *A Trabe de Ouro*, no. 7, julho-setembro 1991, pp. 361-381.

LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, e FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín: "Notas para umha política económica do monte galego: aproveitamento florestal e reforma de estruturas.", em: VV.AA.: *V Xornadas agrarias galegas.*, Servicio de Estudios e Publicacións da Consellería de Agricultura, Santiago de Compostela, 1989, pp. 203-251.

LOPEZ ONTIVEROS, A.: "Notas sobre el Catastro actual como fuente geográfica.", *Estudios Geográficos*, no. 122, 1971, pp. 119-143.

LOPEZ TABOADA, Xosé Antonio: *Economía e poboación en Galicia.*, Ed. do Rueiro, A Corunha, 1979.

LOPEZ-SUEVOS FERNANDEZ, Ramom: "Capitalismo periférico, simbiosis e superesprotación: o caso galego.", em: *Cara unha visión crítica da economía galega.*, Ed. do Rueiro, A Corunha, 1975, pp. 47-87.

MACE, G.: "Les transformations récentes des structures foncières et les exploitations agricoles dans le département de la Mayenne.", *Economie Rurale*, no. 98, outubro-dezembro 1973, pp. 15-34.

MAINIE, Philippe: *Les exploitations agricoles en France.*, P.U.F., Paris, 1971.

MAJORAL, Roser: "La mujer en el sector agrario.", *El Campo*, no. 107, janeiro-março 1988, pp. 17-23.

MALASSIS, Louis: "Développement économique et emploi agricole.", *Economies et Sociétés*, Tomo II, no. 1, janeiro 1968, pp. 1-40.

-*Agricultura y proceso de desarrollo.*, UNESCO, Paris, 1973.

MALEFAKIS, Edward: *Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX.*, 4a. edición revisada, Ed. Ariel, Barcelona, 1980.

MANGAS NAVAS, José Manuel: *La propiedad de la tierra en España: los Patrimonios Públicos.*, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios- MAPA, Madrid, 1984.

MARTINEZ DE VELASCO MIRAVED, José Luis: "Transformación del monte en el proceso de concentración parcelaria.", em: VV.AA.: *Os usos do monte en Galicia.*, Ed. do Castro, Sada, 1984, pp. 401-415.

MASSOT MARTI, Albert: "La reforma de la política estructural agrícola de la Comunidad.", *Agricultura y Sociedad*, no. 49, outubro-dezembro 1988, pp. 49-119.

MATA OLMO, Rafael, e ROMERO GONZALEZ, Juan: "Fuentes para el estudio de la propiedad agraria en España (siglos XVIII-XX). Balance provisional y análisis crítico.", *Agricultura y Sociedad*, no. 49, outubro-dezembro 1988, pp. 209-292.

MEIXIDE VECINO, Alberto: "Paro y población activa en Galicia.", *Papeles de Economía Española*, Serie "Economía de las Comunidades Autónomas", no. 3. Galicia, pp. 83-96.

MILHAU, Jules, e MONTAGNE, Roger: *Economie Rurale.*, P.U.F., Paris, 1968.

MINISTERIO DE AGRICULTURA. DIRECCION GENERAL DE AGRICULTURA: *Mapas provinciales de suelos. Pontevedra.*, Madrid, 1964.

MINISTERIO DE AGRICULTURA. INSTITUTO DE ESTUDIOS AGRO-SOCIALES, *El parcelamiento de la propiedad rústica en España.*, Madrid, 1952.

MINISTERIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACION: *Explotaciones familiares agrarias y agricultores jóvenes. Estudios sobre el proyecto de Estatuto.*, Publicaciones de Extensión Agraria, Madrid, 1982.

MINISTERIO DE TRABAJO. DIRECCION GENERAL DE EMPLEO: *El empleo agrícola.*, Ministerio de Trabajo, Madrid, 1967.

MINISTERIO DE TRABAJO. DIRECCION GENERAL DE EMPLEO Y PROMOCION SOCIAL: *La demanda de mano de obra en la agricultura española. Su localización y estacionalidad.*, Serv. de Publicaciones, Ministerio de Trabajo, Madrid, 1977.

-*Perspectivas del nivel de empleo de la agricultura española ante el desarrollo.*, Serv. de Publicaciones, Ministerio de Trabajo, Madrid, 1977.

-*Envejecimiento de la población activa agraria.*, Serv. de Publicaciones, Ministerio de Trabajo, Madrid, 1977.

MORELL I MESTRE, Antonio, e ORTIZ CASAS, Joaquín: "Situación del Catastro de Rústica en España y propuesta para su reforma.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 130, janeiro-março 1985, pp. 137-155.

MOYA RODRIGUEZ, Manuel: "Catastro Rústico e Impuesto sobre Bienes Inmuebles en 1991. Análisis por provincias.", *Catastro*, no. 15, janeiro 1993, pp. 111-117.

NADAL, Jordi: *La población española (Siglos XVI a XX).*, Edición corregida y aumentada, Ed. Ariel, Barcelona, 1984.

NAREDO, José Manuel: *La evolución de la agricultura en España.*, 3a. ed., Ed. Laia, Barcelona, 1977.

-"Diez años de agricultura española.", *Agricultura y Sociedad*, no. 46, janeiro-março 1988, pp. 9-36.

-"Precio y renta de la tierra.", *Catastro*, no. 4, abril 1990, pp. 38-41.

NOGUEIRA ROMAN, Camilo: *Población y desarrollo económico en Galicia.*, SODIGA, Santiago, 1977.

OCDE: *Les faibles revenus dans l'agriculture.*, OCDE, Paris, 1964.

-*Agriculture et croissance économique.*, OCDE, Paris, 1965.

-*L'agriculture face aux politiques d'utilisation du sol.*, OCDE, Paris, 1976.

-*L'agriculture à temps partiel dans les pays de l'OCDE. Rapport géneral.*, OCDE, Paris, 1978.

-*Medidas de reforma de las estructuras agrícolas.*, OCDE-Instituto de Desarrollo Económico, Madrid, 1972.

ORJALES PITA, Mario: "A concentración parcelaria e as estructuras agrarias.", em: VV.AA.: *I Xornadas agrarias galegas.*, MAPA, Madrid, 1984, pp. 243-253.

PENA TRAPERO, Bernardo: "Sobre la población activa agraria.", *Agricultura y Sociedad*, no. 3, abril-junho 1977, pp. 355-367.

PEREZ BLANCO, José María: "El retroceso de la población agraria, un proceso pendiente.", *Papeles de Economía Española*, no. 8, 1981, pp. 201-204.

PEREZ DIAZ, Victor: *Estructura social del campo y éxodo rural. Estudio de un pueblo de Castilla.* (1a. ed. 1966), Ed. Tecnos, Madrid, 1972.

-*Pueblos y clases sociales en el campo español.*, Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1974.

PEREZ IGLESIAS, María Luisa: "Los regímenes de tenencia de la tierra en Galicia según el III censo agrario.", em: VV.AA.: *Homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los profesores D.Manuel Lucas Alvarez y D.Angel Rodríguez González.*, Serv. de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, 1987, pp. 469-481.

PEREZ TOURIÑO, Emilio: "A supervivencia da pequena explotación familiar na CEE: Situación e perspectivas desde unha óptica galega.", *Revista Galega de Estudios Agrarios*, no. 4, 1981, pp. 77-98.

PLANCHUELO ARIAS, Emilio: "La propiedad rústica de los ausentes y el problema de las tierras incultas en el minifundio lucense.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 74, janeiro-março 1971, pp. 77-99.

-"Estudio jurídico-sociológico del foro en las comarcas de Lugo.", *Foro Gallego*, no. 152, 1971, pp. 415-426.

POSADA NAVIA, Carlos: "El sector productor de leche en Galicia.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 154, outubro-dezembro 1990, pp. 153-183.

PRADA BLANCO, Albino: *Montes e industria. O circuito da madeira en Galicia.*, Fundación Caixa Galicia, Vigo, 1991.

PRESIDENCIA DEL GOBIERNO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA: *Estadística de propietarios de fincas rústicas de España.* (4 cuadernos), INE, Madrid, 1948-1951.

PRESSAT, Roland: *El análisis demográfico.*, F.C.E., México, 1967.

-*Démographie sociale.*, P.U.F., Paris, 1971.

-*Demografía estadística.*, Ed. Ariel, Barcelona, 1979.

PRO RUIZ, Juan: "Materiales para el estudio de la cuestión catastral en España: el siglo XX.", *Agricultura y Sociedad*, no. 46, janeiro-março 1988, pp. 323-382.

PUYOL ANTOLIN, Rafael: *Emigración y desigualdades regionales en España.*, Ed. Magisterio Español, Madrid, 1979.

RATTIN, Solange: *Projections regionales 1990 du nombre de chefs d'exploitation et mouvements de superficies correspondants.*, Collections de Statistique Agricole, no. 229, junho 1984.

-"Les chefs d'exploitation et leurs successeurs.", *Cahiers de statistique agricole*, 3/6, maio-junho 1984, pp. 7-21.

-"Qui s'installe sur les exploitations agricoles ? (Période 1979-1981).", *Cahiers de Statistique Agricole*, no. 5/6, 1984, pp. 27-37.

-"La place des femmes dans l'agriculture.", *Economie Rurale*, no. 178-179, março-junho 1987, pp. 40-46.

REBOUL, Claude: "Evaluation du coût d'émploi de la main-d'oeuvre familiale sur une exploitation agricole. Contribution méthodologique.", *Economie Rurale*, no. 161, maio-junho 1984, pp. 15-24.

RENBORG, Ulf: "Tendencies toward concentration and specialization in agriculture.", em: PAPI, Ugo, e NUNN, Charles (Eds.): *Economic Problems of Agriculture in Industrial Societies.*, Mac Millan-St. Martin Press, New York, 1969, pp. 209-233.

REY, V.: *Besoin de terre des agriculteurs.*, Economica, Paris, 1982.

RODRIGUEZ OSUNA, Jacinto: *Informe sociológico sobre el área de Santiago de Compostela.*, Excmo. Ayuntamiento de Santiago de Compostela, Santiago, 1974.

RODRIGUEZ PURRIÑOS, Ma. Josefa: "Una explotación rural de la meseta lucense.", *Revista de Economía de Galicia*, no. 21-22, maio-agosto 1961.

RUIZ-MAYA, Luis: "Los regímenes de tenencia de la tierra en España.", *Anales de Economía*, 3a. época, no. 13, janeiro-março 1972, pp. 125-196.

RUZA TARRIO, Jesús: "Problemática de los montes vecinales de Galicia.", *Revista de Economía Política*, no. 79, maio-agosto 1978, pp. 187-212.

SAAVEDRA, Pegerto: "Los montes abiertos y los concejos rurales en Galicia en los siglos XVI-XVIII: aproximación a un problema.", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XXXIII, no. 98, 1982, pp. 179-236.

-Voz "Montes", em: *Gran Enciclopedia Gallega*, Vol. XXI, pp. 202-208.

SAEZ BUESA, Armando: *Población y actividad económica en España.*, Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1975.

SAN JUAN MESONADA, Carlos, e ROMO LAGUNAS, María Jesús: "Evolución intercensal de las explotaciones agrarias (1962-1972-1982).", *Agricultura y Sociedad*, no. 44, julho-setembro 1987, pp. 137-169.

SANCHEZ LOPEZ, Francisco: *Emigración española a Europa.*, CECA, Madrid, 1969.

SANCHEZ RODRIGUEZ, Porfirio: "La encuesta de precios de la tierra del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.", *Agricultura y Sociedad*, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 187-207.

SANTISO BLANCO, Xurxo: *Explotaciones de leche en La Coruña: su dinámica, estructuras y entregas a la industria.*, MAPA-Dirección Territorial de Galicia, 1987.

SAUVY, Alfred: *Elements de démographie.*, P.U.F., Paris, 1976.

SEQUEIROS TIZON, Julio G.: *El desarrollo económico de Galicia. I. Agricultura y mercado interior.*, Serv. de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, Santiago, 1986.

SEVILLA-GUZMAN, Eduardo: *La evolución del campesinado en España.*, Ed. Península, Barcelona, 1979.

SEVILLA-GUZMAN, Eduardo, e GAMIZ LOPEZ, Antonio: "Estructura espacial de las formas de tenencia de la tierra en España.", *Revista de Estudios Agro-Sociales*, no. 74, janeiro-março 1971, pp. 7-75.

SINEIRO GARCIA, Francisco: "Consideracións sobre os aproveitamentos da terra en Galicia e a sua evolución no período 1930-1980, con especial referencia ó uso das terras a monte.", *Revista Galega de Estudios Agrarios*, no. 9, 1983, pp. 11-34.

SINEIRO GARCIA, Francisco, e DIAZ DIAZ, Nieves: "A producción gandeira nas terras a monte: análise da evolución do sistema productivo no período 1900-1980; as posibilidades de mellora e sementeira de pastos.", em: VV.AA.: *Os usos do monte en Galicia.*, Ed. do Castro, Sada, 1984, pp. 197-245.

SOLE VILANOVA, Joaquim: "El Impuesto sobre Bienes Inmuebles en la hacienda municipal española.", *Catastro*, no. 14, outubro 1992, pp. 18-51.

SOUTO GONZALEZ, Xosé Manuel: "Encol do traballador simbiótico ou o proceso de urbanización do agro galego.", *Revista Galega de Estudios Agrários*, no. 5, 1981, pp. 107-148.

-"Agricultura a tempo parcial na bisbarra de Vigo.", em: VV.AA.: *I Xornadas Agrarias Galegas.*, MAPA, Madrid, 1984, pp. 303-327.

-*Xeografía humana.*, Ed. Galaxia, Vigo, 1988.

SUMPSI, José María: "El mercado de la tierra y la reforma de las estructuras agrarias.", *Agricultura y Sociedad*, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 15-71.

TARRAFETA PUYAL, Luis: *La capitalización de la agricultura española 1962-75.*, Banco de Crédito Agrícola, Madrid, 1979.

TELLEZ DE LA VEGA, Angel: "El Catastro Rústico en Galicia.", *Catastro*, no. 4, abril 1990, pp. 45-50.

UNIVERSIDAD DE ALICANTE: *La propiedad de la tierra en España.*, Dpto. de Geografía, Universidad de Alicante, 1981.

VAILLANT, Louis-Jacques: *La propriété foncière agricole. Rentes et plus values.*, P.U.F., Paris, 1979.

VARELA ORTEGA, Consuelo: *Análisis del mercado de la tierra de secano y regadío en una comarca agraria homogénea.*, Tesis Doctoral, ETSIA de Madrid, setembro 1984.

-"Una revisión de los modelos sobre el mercado y los precios de la tierra en la literatura económica.", *Agricultura y Sociedad*, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 209-254.

-(Coord.): *El mercado y los precios de la tierra: funcionamiento y mecanismos de intervención.*, MAPA-S.G.T., Madrid, 1988.

VAYLET, J.L., e FAUCHER, F.: *Le marché foncier et les baux ruraux. Effets des mesures de réforme de structures agricoles. II. R.F. d'Allemagne, France.*, CEE, Informations internes sur l'agriculture, no. 81, janeiro 1972.

VENCE DEZA, Xavier: *Capitalismo e desemprego en Galicia.*, Ed. Xerais, Vigo, 1986.

VERT, E.: "L'emploi agricole dans la Communauté Economique Européenne de 1958 à 1985.", *Economie Rurale*, no. 178-179, março-junho 1987, pp. 28-32.

VILLANUEVA, Valeriano: *Organización del Cultivo y de la Sociedad Agraria en Galicia y en la España Atlántica (Edición, estudios preliminares y notas de José Antonio Durán).*, Xunta de Galicia (Consellería da Presidencia)-Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid, 1984.

VILLARES PAZ, Ramón: *La propiedad de la tierra en Galicia 1500-1936.*, Siglo XXI de España Editores, Madrid, 1982.

-Voz "Minifundio. Introducción histórica", em: *Gran Enciclopedia Gallega*, Vol. XXI, pp. 69-72.

-(ed.): *Donos de seu. Estudios de historia agraria de Galicia.*, Ed. Sotelo Blanco, Barcelona, 1988.

VV.AA.: *Estructuras y regímenes de tenencia de la tierra en España.*, MAPA-S.G.T., Madrid, 1987.

-*IV Xornadas agrarias galegas. A muller na agricultura.*, Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, Ed. do Castro, Sada, 1988.